



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

CLÁUDIA HELOIZA CONTE

**GÊNESE E DINÂMICA DAS AGLOMERAÇÕES URBANAS
DE FRONTEIRA: URUGUAIANA E PASO DE LOS LIBRES,
CORUMBÁ, PUERTO SUÁREZ E PUERTO QUIJARRO, FOZ DO
IGUAÇU, CIUDAD DEL ESTE, HERNANDARIAS, PRESIDENTE
FRANCO E PUERTO IGUAZÚ**

CLÁUDIA HELOIZA CONTE

**GÊNESE E DINÂMICA DAS AGLOMERAÇÕES URBANAS
DE FRONTEIRA: URUGUAIANA E PASO DE LOS LIBRES,
CORUMBÁ, PUERTO SUÁREZ E PUERTO QUIJARRO, FOZ DO
IGUAÇU, CIUDAD DEL ESTE, HERNANDARIAS, PRESIDENTE
FRANCO E PUERTO IGUAZÚ**

Tese apresentada ao Departamento de Geografia da Universidade Estadual de Londrina como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Geografia.

Orientadora: Prof. Dra. Tânia Maria Fresca

Londrina
2017

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

Conte, Cláudia Heloiza.

Gênese e dinâmica das aglomerações urbanas de fronteira : Uruguaiana e Paso de los Libres, Corumbá, Puerto Suárez e Puerto Quijarro, Foz do Iguaçu, Ciudad del Este, Hernandarias, Presidente Franco e Puerto Iguazú / Cláudia Heloiza Conte. - Londrina, 2017.

359 f. : il.

Orientador: Tânia Maria Fresca.

Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Ciências Exatas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2017.

Inclui bibliografia.

1. Aglomeração Urbana de Fronteira - Tese. 2. Formação Socioespacial - Tese. 3. Dinâmicas econômicas e sociais - Tese. I. Fresca, Tânia Maria . II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Ciências Exatas. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

CLÁUDIA HELOIZA CONTE

**GÊNESE E DINÂMICA DAS AGLOMERAÇÕES URBANAS DE
FRONTEIRA: URUGUAIANA E PASO DE LOS LIBRES, CORUMBÁ,
PUERTO SUÁREZ E PUERTO QUIJARRO, FOZ DO IGUAÇU, CIUDAD
DEL ESTE, HERNANDARIAS, PRESIDENTE FRANCO E PUERTO
IGUAZÚ**

Tese apresentada ao Departamento de Geografia
da Universidade Estadual de Londrina como
requisito parcial à obtenção do título de Doutora
em Geografia.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof. Dra. Tânia Maria Fresca
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof. Dra. Marta da Silveira Luedemann
Universidade Federal de Alagoas - UFA

Prof. Dr. Carlos José Espíndola
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

. Dra. Márcia Siqueira de Carvalho
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof. Dr. Nilson César Fraga
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Londrina, 17 de maio de 2017

**À todos que me acompanharam ao
longo dessa caminhada.**

AGRADECIMENTOS

Não foram poucos aqueles que disponibilizaram tempo, paciência, palavras e gestos de estímulo durante o processo de investigação e redação desse trabalho. Deixo registrado aqui, meu mais profundo reconhecimento para cada uma das pessoas que, das mais diferentes maneiras e em diferentes lugares, tornaram esses quatro anos um tempo de trocas, aprendizados e generosidade, nas suas variadas manifestações.

Primeiramente e sempre, à Tânia Fresca, minha orientadora, com quem dividi esse processo desafiador. Agradeço pela amizade, confiança, sugestões e críticas; uma pessoa que me instigou a fazer sempre o melhor. Tenho convicção de que, esses mais de sete anos de convivência, amizade e ensinamentos, é uma das coisas que farão valer a minha existência no mundo!

Aos meus pais, que sempre incentivaram e apoiaram a continuidade dos estudos, obrigada por sempre acreditarem em mim! Agradeço imensamente por todos os cuidados que tiveram com Ariel enquanto viajava para as aulas e pesquisas de campo. A vocês serei eternamente grata!

Ao companheiro de vida, Antonio, meu mais profundo agradecimento! Ter você ao lado nessa caminhada é motivador. Obrigada por tornar a vida mais leve, por partilhar dos mesmos desejos e por sempre acreditar em um mundo melhor!

Ao Ariel, extensão de minha existência, agradeço por tornar-me uma pessoa mais simples e generosa. A vida me presenteou com a sua presença, experiências e lições!

As professoras Marta Luedemann e Márcia Siqueira, por participarem da banca de qualificação, colaborando grandemente com contribuições para o refinamento e continuação do trabalho.

Meus agradecimentos vão também para a Universidade Estadual de Londrina, pela possibilidade em realizar o doutorado, aos colegas do Programa de Pós-graduação em Geografia, pelas discussões e experiências divididas no decorrer desse período. A CAPES, pelo apoio financeiro através da bolsa de estudo.

Agradeço carinhosamente a Leia, pela estadia, pelos cafés da manhã e por todo carinho com que me recebeu semanalmente durante quase um ano. Sua amizade levarei sempre comigo! Ao Roberto Fernandes, agradeço pelo material sobre Corumbá e pela colaboração na aproximação com o pessoal da Pós-graduação em Estudos Fronteiriços da UFMS.

As pesquisas de campo me proporcionaram encontros e experiências únicas. As duas idas para Corumbá, Puerto Suárez e Puerto Quijarro foram intensas, e além de todos aqueles que colaboraram com entrevistas, conversas informais e materiais específicos, devo um agradecimento especial ao Ronan, da Fundação de Turismo de Corumbá, que além de todo material cedido, fez diversos contatos que foram fundamentais para a realização desse trabalho.

À Tatiane Vieira, sou grata pela atenção e prestatividade que teve durante todo o período que estive na Agesa, mas além disso, sou grata por ter colocado em meu caminho, a Tita, uma boliviana que, abriu mão de seus compromissos para passar um dia inteiro ao meu lado, me guiando e me levando nas entranhas de Puerto Quijarro e Puerto Suárez e me apresentando as mais lindas e mais tristes singularidades de um lugar, que apesar de todas as adversidades sociais, esbanja alegria. Ainda nessa aglomeração urbana de fronteira, meus agradecimentos para Ligia Céspedes, do Comitê Interinstitucional de fronteira de German Bush, para Mauricio Villarroel, da Central Aguirre, para Dante Moreno, da Gravel, ao Edmo Fernando, da Agesa, ao Luciano Leite do Sindicato Rural de Corumbá, ao Pedro Souza, do porto fluvial de Corumbá e ao Sérgio Lima, da Antaq.

O período em Uruguaiana e Paso de los Libres foi igualmente intenso e produtivo, isso graças a ajuda de muitas pessoas, especialmente da Dolores, da Associação dos Arrozeiros de Uruguaiana, que não mediu esforços para me ajudar nas entrevistas e no acesso as informações. Agradeço igualmente a Gladenir, da ABTI, ao Ricardo Reis, da Associação dos pecuaristas de Uruguaiana, ao pessoal do IRGA, ao Walter Espíndola, do Consulado da Argentina, ao Guto Fioreto, do Ministerio del Interior, além de todos que colaboraram com informações para esse trabalho.

Pela atenção, agradeço ao Roberto, do Sindicato Rural de Foz do Iguaçu, ao Javier Ruta, da biblioteca pública de Puerto Iguazú e ao pessoal da ITEC, por todos os direcionamentos, caminhos e informações compartilhadas. Por fim, agradeço a todos, que através da amizade, expressa de maneiras diversas, próximos ou distantes, acompanharam e participaram dessa caminhada!

“Essa fronteira que desconstruímos analiticamente é, constantemente, reconstruída pelos diferentes atores sociais, de modo diverso. A fronteira que, ao ser analisada é desagregada e parece diluir-se, ao encarnar-se em seres humanos concretos reaparece através de seus discursos e suas práticas. Porque a fronteira é ação humana sedimentada no limite, é história de agentes sociais que a fizeram e a produzem hoje. Os fronteiriços fazem a fronteira tanto como a fronteira constitui a eles, seus imaginários, sentimentos e práticas.”

(GRIMSON, 2003, p.232)

CONTE, Cláudia Heloiza. **Gênese e dinâmica das aglomerações urbanas de fronteira:** Uruguaiana e Paso de los Libres, Corumbá, Puerto Suárez e Puerto Quijarro, Foz do Iguaçu, Ciudad del Este, Hernandarias, Presidente Franco e Puerto Iguazú. 2017. 359f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2017.

RESUMO

O objetivo central dessa tese é analisar a gênese e a dinâmica econômica e social das aglomerações urbanas de fronteira de Uruguaiana e Paso de los Libres, Corumbá, Puerto Quijarro e Puerto Suárez, Foz do Iguaçu, Ciudad del Este, Hernandarias, Presidente Franco e Puerto Iguazú, bem como os fluxos entre elas. Para tanto, buscou-se compreender as singularidades regionais das aglomerações urbanas em relação à gênese e evolução dos seus centros, levantar e caracterizar as atividades econômicas das aglomerações em diferentes momentos e a partir de periodização, identificar possíveis especializações funcionais de cada aglomeração, levantar os deslocamentos pendulares entre as cidades a fim de compreender as relações entre essas e o mercado de trabalho e consumo de bens e serviços, além de discutir aspectos do processo de integração nas aglomerações via Mercosul. Como referencial teórico metodológico é utilizada a categoria de formação socioespacial em articulação com as dualidades da economia brasileira, estudadas por Ignacio Rangel. Essa base permite o entendimento da dinâmica econômica brasileira e sua relação com a economia mundial, assim como os percursos de sua realização nas três aglomerações urbanas de fronteira. Verificou-se que, mesmo com processos distintos de colonização, Brasil e os países fronteiriços contaram com formações socioespaciais constituídas de elementos similares, mas que suas características próprias, ligadas a localização fronteira, distinguem as aglomerações do restante dos respectivos territórios nacionais. São também elementos como localização geográfica, maior relação com as cidades de fronteira, distância dos centros nacionais, relações comerciais com base nas flutuações de câmbio, entre outros, que tornam a realização das dualidades e o desenvolvimento econômico e social específicos nessas áreas.

Palavras-chave: Aglomeração urbana. Fronteira. Dualidade brasileira. Formação socioespacial. Dinâmica.

CONTE, Cláudia Heloiza. **Genesis and dynamics of urban agglomerations of frontier:** Uruguaiana e Paso de los Libres, Corumbá, Puerto Suárez e Puerto Quijarro, Foz do Iguazu, Ciudad del Este, Hernandarias, Presidente Franco e Puerto Iguazú. 2017, 359pp. These (Doctorate in Geography) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2017.

ABSTRACT

The central objective of this thesis is analyze the genesis and economic and social dynamics of urban agglomerations of Uruguaiana/Paso de los Libres, Corumbá/Puerto Suárez/Puerto Quijarro and Foz do Iguazú/Ciudad del Este/Puerto Iguazú as well as the flows between them. In order, was necessary to understand the regional singularities of urban agglomerations in relation to the genesis and evolution of their centers, to raise and characterize the economic activities of agglomerations at different times and with periodization, to indentify possible functional specializations off each agglomeration, market and consumption of trade and services, as well as discuss aspects of the integration process in agglomerations by Mercosur. As a theoretical and methodological reference, was used the category of socio and space formation in articulation with the dualities of Brazilian economy, studied by Ignacio Rangel. This basis allows the understanding of Brazilian economic dynamics in it's articulation with the word economy, as well as the routes of it's realization in the three urban agglomerations of frontier. It was verified that, even with distinct colonization process, Brazil and the bordering countries had social and special formations with similar elements, but that their own characteristics, linked to the frontier location, distinguish the cities from the agglomerations of the rest of their respective national territories. They also elements such as geographic location, greater relation with border cities, distance from national centers, commercial relations based in exchange fluctuations, among others, that make the realization of specific brasilian dualities in these areas.

Key words: Urban agglomeration. Frontier. Brazilian dualities. Socio and space formation. Dynamic.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número de cabeças de gado em Paso de los Libres: 1854/1895	77
Tabela 2 – Evolução da população total de Paso de los Libres: 1841/1885	78
Tabela 3 – Número de habitantes e nacionalidade em Corumbá: 1861	82
Tabela 4 – Indústrias e trabalhadores em Uruguaiana: 1930	93
Tabela 5 – Estabelecimentos rurais em Corumbá: 1920.....	96
Tabela 6 – Efetivo de animais em Corumbá: 1920.....	97
Tabela 7 – Direitos Aduaneiros de Puerto Suárez: 1888/1894.....	101
Tabela 8 – Concessões de terras e direito à exploração na região oeste do Paraná: até 1930	108
Tabela 9 – Área cultivada e quantidade de grãos produzida em Uruguaiana: 1944/1947.....	136
Tabela 10 – Pecuária em Uruguaiana e Rio Grande do Sul: 1940	136
Tabela 11 – Estrutura dimensional dos estabelecimentos rurais de Uruguaiana: 1950/1975	138
Tabela 12 – Uso da Terra em Uruguaiana: 1950/1975	139
Tabela 13 – Principais produtos agrícolas cultivados em Uruguaiana: 1950/1975.....	140
Tabela 14 – Atividade pecuária de Uruguaiana: 1950 /1975	141
Tabela 15 – Indústria, comércio e serviços em Uruguaiana: 1950/1975	143
Tabela 16 – População de Uruguaiana: 1950/1970	145
Tabela 17 – Evolução da população de Paso de los Libres: 1914/1960	147
Tabela 18 – Estrutura dimensional dos estabelecimentos rurais de Corumbá: 1950/1975	153
Tabela 19 – Uso da Terra em Corumbá: 1950/1975.....	154
Tabela 20 – Atividade pecuária de Corumbá: 1950/1975.....	154
Tabela 21 – Indústria, comércio e serviços em Corumbá: 1950/1975.....	155
Tabela 22 – Evolução da População urbana e rural de Corumbá: 1950/1970	157
Tabela 23 – Estrutura dimensional dos estabelecimentos rurais de Foz do Iguaçu: 1950/ 1975.....	164
Tabela 24 – Uso da Terra em Foz do Iguaçu: 1950/1975	165
Tabela 25 – Principais produtos agrícolas cultivados em Foz do Iguaçu: 1950/1975.....	166
Tabela 26 – Atividade pecuária de Foz do Iguaçu: 1950/1975	166
Tabela 27 – População de Foz do Iguaçu: 1950/1970	167

Tabela 28 – Estabelecimentos comerciais, industriais e de serviços em Foz do Iguaçu: 1950/1975.....	170
Tabela 29 – Estrutura dimensional dos estabelecimentos rurais de Uruguaiana:1980/2006.....	216
Tabela 30 – Estrutura dimensional dos estabelecimentos rurais de Paso de los Libres: 1988 e 2002	216
Tabela 31 – Uso da Terra em Uruguaiana:1980/2006.....	217
Tabela 32 – Uso da Terra em Paso de los Libres:1988/2002.....	217
Tabela 33 – Produtos agrícolas cultivados em Uruguaiana: 1980/2006.....	218
Tabela 34 – Atividade pecuária de Uruguaiana: 1980/2006.....	223
Tabela 35 – Atividade pecuária de Paso de los Libres: 1988/2002.....	224
Tabela 36 – Estrutura dimensional dos estabelecimentos rurais de Corumbá: 1980/2006.....	228
Tabela 37 – Projetos de assentamentos rurais criados pelo INCRA em Corumbá.....	229
Tabela 38 – Uso da Terra em Corumbá:1980/2006.....	230
Tabela 39 – Uso da Terra em Puerto Suárez e Puerto Quijarro: 2013.....	231
Tabela 40 – Principais produtos agrícolas cultivados em Corumbá: 1980/2006	231
Tabela 41 – Principais produtos agrícolas cultivados em Puerto Suárez e Puerto Quijarro: 2013	232
Tabela 42 – Atividade pecuária de Corumbá: 1980/2006.....	233
Tabela 43 – Atividade pecuária de Puerto Suárez e Puerto Quijarro: 2013.....	236
Tabela 44 – Estrutura dimensional dos estabelecimentos rurais de Foz do Iguaçu:1980/2006	238
Tabela 45 – Estrutura dimensional dos estabelecimentos rurais de Ciudad del Este: 1991/2008.....	239
Tabela 46 – Estrutura dimensional dos estabelecimentos rurais de Puerto Iguazú: 1988 e 2002.....	240
Tabela 47 – Uso da Terra em Foz do Iguaçu: 1980/2006.....	240
Tabela 48 – Uso da Terra em Ciudad del Este:1988/2008.....	240
Tabela 49 – Uso da Terra em Puerto Iguazú:1988/2002	241
Tabela 50 – Principais produtos agrícolas cultivados em Foz do Iguaçu: 1980/2006.....	241
Tabela 51 – Principais produtos agrícolas cultivados em Ciudad del este: 1988 e 2008	242
Tabela 52 – Principais produtos agrícolas cultivados em Misiones: 1988 e 2002	242
Tabela 53 – Atividade pecuária de Foz do Iguaçu: 1980/2006.....	243
Tabela 54 – Atividade pecuária de Ciudad del Este: 1992/2008.....	243
Tabela 55 – Atividade pecuária de Puerto Iguazú: 1988/2002.....	244

Tabela 56 – Estabelecimentos e número de trabalhadores no setor industrial de Corumbá: 1985/2014	246
Tabela 57 – Estabelecimentos e número de trabalhadores no setor industrial de Uruguaiana: 1985/2014.....	254
Tabela 58 – Estabelecimentos e número de trabalhadores no setor industrial de Foz do Iguaçu: 1985/2014	256
Tabela 59 – Indústrias em Ciudad del Este: 2000/2010.....	257
Tabela 60 – Estabelecimentos comerciais e número de trabalhadores em Foz do Iguaçu: 1985/2014	263
Tabela 61 – Estabelecimentos comerciais e número de trabalhadores em Ciudad del Este: 2000/2010	265
Tabela 62 – Serviços em Foz do Iguaçu: 1985/2014.....	269
Tabela 63 – Operações de transporte rodoviário internacional de cargas no Porto Seco de Foz do Iguaçu: 2011/2015	270
Tabela 64 – Serviços em Ciudad del Este: 2000/2010	271
Tabela 65 – Serviços em Puerto Iguazú: 2014	271
Tabela 66 – Comércio em Uruguaiana: 1985/2014.....	278
Tabela 67 – Serviços em Uruguaiana: 1985/2014.....	280
Tabela 68 – Serviços em Paso de los Libres: 2014	281
Tabela 69 – Operações de transporte rodoviário internacional de cargas ingressadas PSR/URA:2011/2015.....	283
Tabela 70 – Comércio em Corumbá: 1985/2014.....	286
Tabela 71 – Serviços em Corumbá: 1985/2014	289
Tabela 72 – Operações de transporte rodoviário internacional de cargas no Porto Seco de Corumbá:2011/215.....	291
Tabela 73 – Transporte de cargas (t) por grupo de mercadoria e rota na hidrovia do rio Paraguai: 2010/2014	296
Tabela 74 – Movimentação de passageiros na linha fronteira: janeiro/outubro 2015	306
Tabela 75 – Número de pessoas que utilizaram o transporte público na aglomeração urbana de Fronteira de Foz do Iguaçu em 2015	316
Tabela 76 – Trabalhadores brasileiros que atuam no Paraguai por setor de atividades e salário médio: 2000.....	319
Tabela 77 – Ocupação dos brasileiros que trabalham no Paraguai: 2011	319

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Estudos sobre as aglomerações urbanas de Uruguaiana/Paso de los Libres, Corumbá/Puerto Suárez/Puerto Quijarro e Foz do Iguazu/Ciudad del Este/Hernandarias/Presidente Franco e Puerto Iguazú	22
Quadro 2 – Ciclos econômicos de Kondratieff	39
Quadro 3 – Dualidade básica da economia brasileira.....	40
Quadro 4 – Principais Acordos entre Brasil, Paraguai, Argentina e Bolívia: 1930/1980	126
Quadro 5 – Fluxos, impactos e barreiras na área de fronteira de Corumbá/Puerto Suárez e Puerto Quijarro.....	308

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Localização das aglomerações urbanas de fronteira: Corumbá, Foz do Iguaçu e Uruguaiana – 2015.....	18
Mapa 2 – Aspectos das Condições Naturais do Rio Grande do Sul.....	45
Mapa 3 – Aspectos das Condições Naturais do Mato Grosso do Sul.....	50
Mapa 4 – Ferrovias e Rodovias na aglomeração urbana de Uruguaiana/Paso de los Libres: 2015.....	91
Mapa 5 – Ferrovias e Rodovias na Aglomeração Urbana de Corumbá/Puerto Suárez/Puerto Quijarro: 2015.....	98
Mapa 6 – Aspectos das Condições Físicas de Foz do Iguaçu, Ciudad del Este e Puerto Iguazú.....	103
Mapa 7 – Localização das Vilas A, B e C de Itaipu em Foz do Iguaçu.....	168
Mapa 8 – Rodovias na Aglomeração Urbana de Foz do Iguaçu/Ciudad del Este/Hernandarias/Presidente Franco/ Puerto Iguazú.....	171
Mapa 9 – Área comercial da Aglomeração Urbana de Foz do Iguaçu.....	262
Mapa 10 – Fluxos econômicos na Aglomeração Urbana de Foz do Iguaçu:2015.....	277
Mapa 11 – Fluxos Econômicos na Aglomeração Urbana de Uruguaiana: 2015.....	285
Mapa 12 – Fluxos Econômicos na Aglomeração Urbana de Corumbá: 2015.....	299
Mapa 13 – Deslocamentos Pendulares na Aglomeração Urbana de Corumbá: 2015.....	310
Mapa 14 – Deslocamentos Pendulares na Aglomeração Urbana de Uruguaiana: 2015.....	315
Mapa 15 – Deslocamentos Pendulares na Aglomeração Urbana de Foz do Iguaçu:2015.....	322

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABIT	Associação Brasileira de Transportadores Internacionais
ACI	Área de Controle Integrado
AGESA	Armazens Gerais Alfandegários de Mato Grosso do Sul
AHIPAR	Administração da Hidrovia do Paraguai
AIC	Agenda de Implementação Concensuada
ALADI	Associação Latino – Americana de Integração
ALALC	Associação Latino - Americana de Livre Comércio
ALL	América Latina Logística
ANP	Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
ANTAQ	Agência Nacional de Transportes Aquaviários
ANTT	Agência Nacional de Transportes Terrestres
API	Agenda de Projetos Prioritários
BASIC	Brasil, África do Sul, Índia e China
BGS	Brazil Great Southern
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CAF	Cooperação Andina de Fomento
CABA	Cidade Autónoma de Buenos Aires
CASA	Comunidade Sul Americana de Nações
CCC	Comitê do Comércio da Cepal
CDA	Certificado de Depósito Agropecuário
CDCA	Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio
CEFF	Comissão Especial da Faixa de Fronteira
CELAC	Conferência de Estados Latino Americanos e Caribenhos
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina
CINCO	Companhia Interamericana de Navegação e Comércio
CHESF	Companhia Hidroelétrica do São Francisco
CLT	Consolidação das leis do Trabalho
CMC	Conselho do Mercado Comum
CODEM	Comissão de Desenvolvimento Municipal
CODESP	Controle de Segurança dos Portos

COFINS	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social
COMIBOL	Cooperação Minera de Bolivia
COMIN	Corumbá Mineração
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CPR	Cédula do Produtor Rural
CORDECruz	Corporação de Desenvolvimento de Santa Cruz
CSSN	Conselho Superior de Segurança Nacional
DASP	Departamento Administrativo do Serviço Público
DATASUS	Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde
DGEEC	Dirección Nacional de Estadísticas e Censos de Paraguay
DIT	Divisão Internacional do Trabalho
DNER	Departamento Nacional de Estradas de Rodagem
DNPM	Departamento Nacional de Produção Mineral
DRU	Desvinculação da Receita da União
EIS	Eixos de Integração e Desenvolvimento
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATER	Empresa de Assistência Técnica de Extensão Rural do Paraná
EMBRATUR	Instituto Brasileiro de Turismo
FIBGE	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
FMI	Fundo monetário Internacional
FOB	Free on Bord
FOCEM	Fundo para Convergência Estrutural do Mercosul
GATT	Acordo Geral de Tarifas de Comércio
GNEA	Gasoduto do Nordeste Argentino
GOU	Grupo de Oficiais Unidos
GSA	Gas Supply Agreement
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBR	Instituto de Bienestar Rural
IBSA	Índia, Brasil e África do Sul
IIRSA	Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul Americana
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDEC	Instituto Nacional de Estadísticas e Censos de Argentina
INE	Instituto Nacional de Estadísticas de Bolivia
INRA	Instituto Nacional de Reforma Agraria

IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
IRGA	Instituto Riograndense do Arroz
LCA	Letra de Crédito do Agronegócio
MAC	Mecanismo de Adaptação Competitiva
MAS	Movimiento al Socialismo
MCR	Mineração Corumbaense Reunida
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio
MEC	Ministério da Educação
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MMX	Mineração e Metálicos do Brasil Ltda
MPP	Mineração Pirâmide Participações
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
NOB	Ferrovias Noroeste do Brasil
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAFMFF	Programa de Auxílio Financeiro aos Municípios da Faixa de Fronteira
PAP	Programa de Apoio a Piscicultura
PARLASUL	Parlamento do Mercosul
PEF	Plano Estratégico de Fronteiras
PEPPRO	Prêmio de Escoamento Pago ao Produtor Rural
PETROBRAS	Petroleo Brasileiro S/A
PIA	Programa de Insiminação Artificial
PIB	Produto Interno Bruto
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PROUNI	Programa Universidade para Todos
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RFFSA	Rede Ferroviária Federal S/A
RTB	Rio Tinto do Brasil
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e de Custódia
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENASAG	Servicio Nacional de Sanidad Agropecuaria e Inicuidad Alimetaria

SESI	Siderúrgica Social da Indústria
SNBP	Serviços de Navegação da Bacia do Prata
SMTU	Secretária Municipal de Turismo
SOBRAMIL	Sociedade Brasileira de Mineração
SML	Sistema de pagamentos em Moeda Local
SUS	Sistema Único de Saúde
TCO	Tierra Comunitaria de Origen
TEC	Tarifa Externa Comum
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UAGRM	Universidad Autónoma Gabriel René Moreno
UFMS	Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
UMSA	Urucum Mineração S/A
UNASUL	União das Nações Sul - Americanas
UNILA	Universidade Federal da Integração Latino – Americana
UNIPAMPA	Universidade Federal do Pampa
UNITEPC	Universidad Técnica Privada Cosmos
UNNE	Universidad Nacional del Nordeste
UPAP	Universidad politécnica y Artística del Paraguay
URV	Unidade Real de Valor
YPFB	Yacimientos Petroliferos Fiscales Bolivianos
WA	Warrant Agropecuário

SUMÁRIO

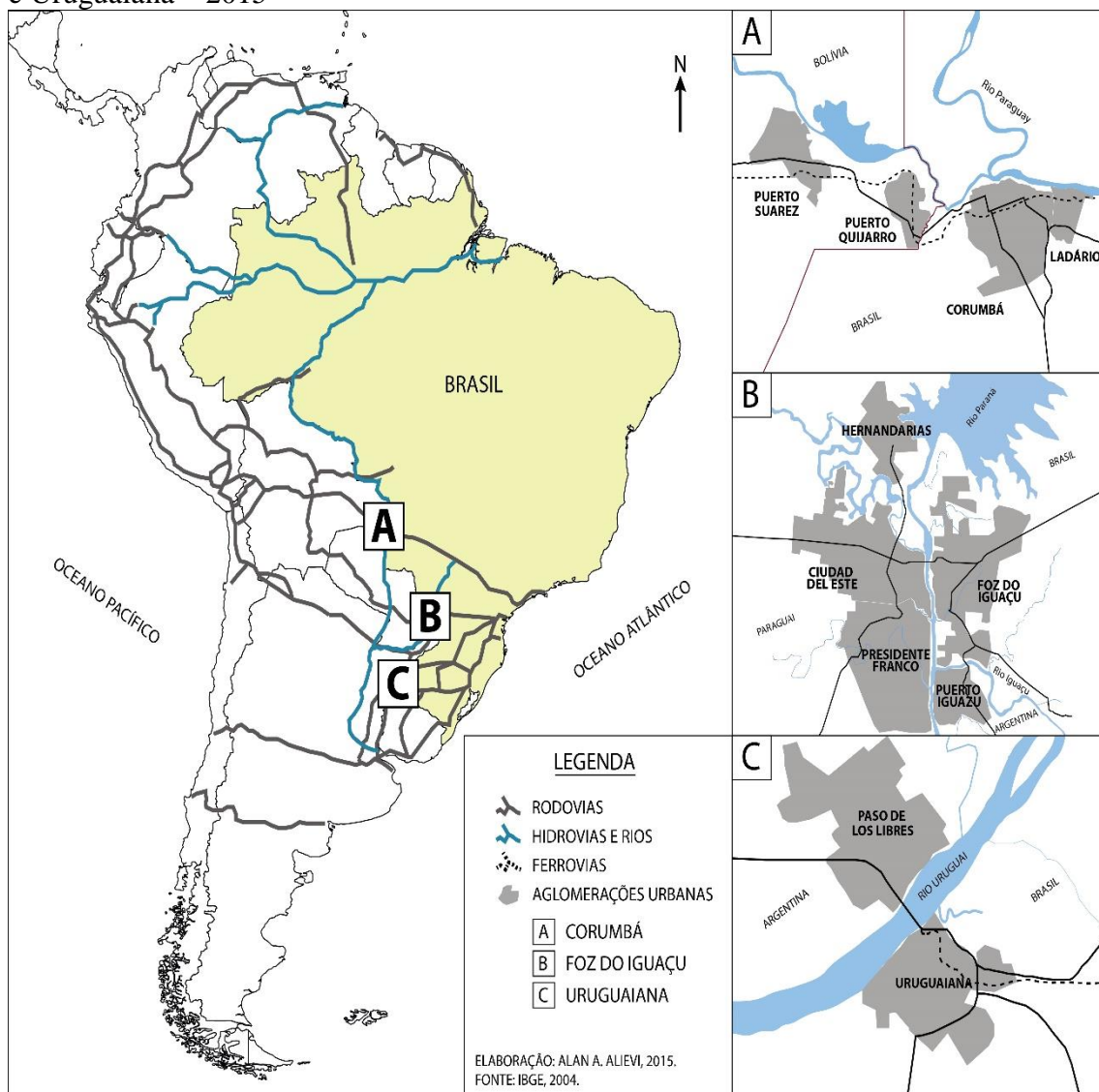
INTRODUÇÃO	18
1 GÊNESE DAS CIDADES DAS AGLOMERAÇÕES URBANAS E OS ANTECEDENTES DA FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL NAS ÁREAS DE FRONTEIRA	28
1.1 A Formação Socioespacial como Categoria de Análise	28
1.2 Gênese de Uruguaiana e Paso de Los Libres e a Atividade Pastoril	41
1.3 O Domínio Territorial e a Gênese de Corumbá.....	49
2 OS PROCESSOS DE INDEPENDÊNCIA NA AMÉRICA DO SUL E A FRONTEIRA OESTE BRASILEIRA	54
2.1 Dinâmica Brasileira entre 1822 e 1889: alguns apontamentos	54
2.2 A Guerra do Paraguai.....	59
2.3 Uruguaiana e Paso de los Libres: pecuária e comércio fluvial.....	64
2.4 Corumbá, Comércio Fluvial e a Gênese de Puerto Suárez	79
3 TRANSFORMAÇÕES NA DINÂMICA ECONÔMICA E SOCIAL NO BRASIL E A ARTICULAÇÃO DAS AGLOMERAÇÕES DE FRONTEIRA AO CENTRO NACIONAL ENTRE 1889 E 1930	87
3.1 Transformações na Economia Brasileira	87
3.2 Uruguaiana e Paso de los Libres: a chegada das ferrovias.....	90
3.3 Corumbá e Puerto Suárez: as ferrovias e o declínio do comércio fluvial	95
3.4 A Gênese de Foz do Iguaçu e Puerto Iguazú.....	102
4 A INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA E A DINÂMICA DAS AGLOMERAÇÕES URBANAS DE FRONTEIRA	112
4.1 Os Processos de Modernização da Economia Brasileira	112
4.2 O Governo Brasileiro, Fronteira e a Marcha para Oeste.....	121
4.2.1 Os acordos entre Brasil, Argentina, Paraguai e Bolívia.....	125
4.3 Uruguaiana e Paso de los Libres: a inserção da rizicultura.....	135
4.4 Corumbá, Puerto Suárez e Puerto Quijarro: industrialização e novas articulações entre as cidades.....	151

4.5	Foz do Iguaçu, Ciudad del Este e Puerto Iguazú: consolidação da área de fronteira	161
5	DINÂMICA DAS AGLOMERAÇÕES URBANAS DE FRONTEIRA:	
	1980/2015.....	183
5.1	O período 1980/2002.....	183
5.2	Ciclo Virtuoso de Desenvolvimento: 2003/2014	193
5.3	Os Agronegócios e sua realização nos Municípios das Aglomerações Urbanas de Fronteira	208
5.3.1	Agronegócios nas Aglomerações Urbanas de Fronteira	215
5.4	Atividades Industriais nas Aglomerações Urbanas de Fronteira.....	244
5.5	O Setor Terciário nas Aglomerações Urbanas de Fronteira	260
5.6	Descolamentos Pendulares nas Aglomerações Urbanas de Fronteira	300
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	324
	REFERÊNCIAS.....	329

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como elemento principal a discussão sobre a dinâmica de aglomerações urbanas de fronteira, enquanto uma das formas assumidas do complexo processo da urbanização brasileira, principalmente após a Segunda Guerra Mundial. As aglomerações urbanas de fronteira aqui estudadas são: Uruguaiana/RS e Paso de los Libres/AR, Corumbá/MS, Puerto Suárez e Puerto Quijarro/BO e Foz do Iguaçu/PR, Puerto Iguazú/AR, Ciudad del Este/PY, Hernandarias/PY e Presidente Franco/PY, apresentadas no mapa 1.

MAPA 1- Localização das aglomerações urbanas de fronteira: Corumbá, Foz do Iguaçu e Uruguaiana – 2015



De acordo com o Ministério da Integração Nacional (BRASIL, 2005), tratam-se das aglomerações urbanas de fronteira que possuem maior dinâmica econômica no

contexto sul - americano. Nesta perspectiva, o objetivo geral deste estudo é analisar a gênese e a dinâmica econômica e social das cidades dessas aglomerações urbanas. Especificamente, buscou-se, analisar as singularidades regionais das aglomerações em relação à gênese e evolução dos seus centros; levantar e caracterizar as atividades produtivas, comerciais e prestadoras de serviços das cidades das aglomerações em diferentes momentos, estabelecidos a partir da periodização com base nas dualidades brasileiras (RANGEL, 1981); levantar os deslocamentos pendulares entre as cidades de cada aglomeração para compreender relações entre estas, o mercado de trabalho e o consumo de bens e serviços e discutir aspectos do processo de integração das aglomerações urbanas em relação ao Mercosul.

As aglomerações de fronteira em tela tiveram distintos processos de gênese e evolução de seus centros, articuladas a formações socioespaciais diferenciadas. O fato dessas cidades estarem localizadas em áreas de fronteira com outros países sul-americanos, resulta em particularidades em relação às demais cidades do Brasil.

As conceituações associadas às aglomerações urbanas começaram a ser discutidas com mais profundidade quando grandes centros urbanos passaram por fortes transformações, a partir do crescimento populacional e aumento da produção industrial, bem como do desenvolvimento de sistemas de transportes, que possibilitaram a dispersão da cidade, gerando, em muitos casos, aglomerações de centros urbanos de distintos municípios.

A conceituação de Beaujeu-Garnier e Chabot (1970, p.21) explicita que, aglomeração urbana é “[...] una noción más extensa que la de ciudad y más precisa que la de área suburbana”, visto tratar-se de uma junção entre duas ou mais cidades, seja pela intensificação de vínculos ou pela expansão territorial urbana. A intensificação dos vínculos entre centros urbanos aglomerados está relacionada com a integração entre as cidades mediante fluxos de pessoas, especialmente aos deslocamentos para trabalho, estudo e consumo, mercadorias, capital, informações, dentre outros. Nessa perspectiva pode-se entender que, as relações entre as cidades pertencentes a uma aglomeração urbana podem ocorrer pela dependência e/ou complementaridade de funções urbanas. Será dependência quando uma cidade estiver fortemente dependente de outra, no caso, pode ser a de maior complexidade, para obtenção de trabalho, bens e serviços. No caso da complementaridade, essa se estabelece quando uma (ou mais de uma) cidade apresenta atividades que complementam outras, localizadas em outros centros da aglomeração urbana.

Parcela importante dos estudos sobre aglomerações urbanas abordam regiões metropolitanas e grandes cidades, mas é importante frisar que, esse processo também ocorre em pequenas e médias cidades, em escala nacional e internacional. Nas aglomerações de fronteira, trata-se de um processo que foi intensificado mediante expansão e complexidade da urbanização, mas fluxos e deslocamentos ocorrem desde a gênese das mesmas. Além disso deve-se considerar que, a aglomeração urbana não precisa necessariamente de continuidade do tecido urbano, pois é a intensidade das relações que lhe dá a conceituação como tal. É necessário também apontar que, as diferenças entre fronteira e limite são precisas. A fronteira equivale a forças centrífugas, que apontam uma direção para fora e os limites estão orientados para dentro, forças centrípetas. Ao passo que a fronteira pode ser um elemento de integração, o limite constitui-se em elemento de separação (MACHADO, 1998).

Lima (2007) classifica aglomerações urbanas de duas maneiras: a primeira abrange aquelas de espaço urbanizado contínuo, que podem ser resultado de expansão da cidade central, da expansão simultânea de duas ou mais cidades ou resultantes de uma integração do próprio sítio urbano (cidades geminadas). A segunda é a de aglomerações sem espaço urbanizado contínuo, constituídas por municípios contíguos, cuja integração é realizada por complementaridade de funções.

A aglomeração urbana representa uma área de mutação diária entre cidades, isto é, o desenvolvimento de relações interdependentes entre duas ou mais áreas urbanas, compondo um fenômeno único (ULTRAMARI; MOURA, 1994). Esta vinculação entre os centros urbanos, que caracteriza a continuidade espacial, está relacionada aos fluxos de pessoas, de mercadorias, informações, capital, etc.

Nos estudos sobre aglomerações de fronteira, alguns autores se referem as mesmas enquanto cidades gêmeas, visto que, encontram-se aos pares ao longo do limite internacional. Machado (2006, p.63) argumenta que “[...] a posição geográfica, de proximidade ao país vizinho, é um atributo que confere a essas aglomerações, forte potencial de atuar como nódulos articuladores de redes locais, regionais, nacionais e transnacionais”.

Para a autora (2007), a denominação cidades-gêmeas é livre, pois a fronteira internacional brasileira é grande e faz fronteira com vários países, situação que cria arranjos espaciais bastante diversificados, apresentando tamanhos distintos, encontrando-se ou não em fronteiras secas, podendo ou não constituir uma conurbação. Aglomeração de fronteira e cidades gêmeas possuem o mesmo significado, ou seja, cidades localizadas

na fronteira internacional, que possuem fortes relações e fluxos entre si. Nesse trabalho optou-se pela utilização do termo aglomeração de fronteira, deixando claro que se trata de fronteira com vários países, portanto, internacional.

Dentre os fluxos que ocorrem nas aglomerações urbanas de fronteira, os deslocamentos pendulares ganham destaque do ponto de vista de sua importância para a dinâmica das mesmas. Assim, os deslocamentos pendulares representam uma das “[...] dimensões dos processos de deslocamento da população no território, num contexto determinado e socialmente constituído, no tempo e no espaço” (JARDIM, 2011, p.58).

Os deslocamentos articulam-se aos movimentos da sociedade e da economia “[...] ora expansiva criando maior oferta de emprego e salário, ampliando os deslocamentos para determinados municípios seja para trabalho, consumo de bens e serviços; ora recessiva com implicações diretas nos fluxos cotidianos” (FRESCA, 2012, p.8). As necessidades são sociais e historicamente produzidas, referindo-se as atividades da população, suas experiências e expectativas de acesso ao consumo de bens e serviços em um determinado momento histórico.

Ao longo dos 15.719 quilômetros de fronteira do Brasil com os países vizinhos, não existem muitas aglomerações de fronteira. A maior parte delas encontra-se nos estados do Rio Grande do Sul, na fronteira com a Argentina e Uruguai e no Mato Grosso do Sul, que faz fronteira com Paraguai e Bolívia. No entanto, a maior aglomeração é a de Foz do Iguaçu com Ciudad del Este/PY, Hernandarias/PY, Presidente Franco/PY e Puerto Iguazú/AR. Além disso, “[...] o maior número e as mais importantes cidades-gêmeas ou estão localizadas em fronteira seca ou estão articuladas por pontes, seja de grande ou pequeno porte” (BRASIL, 2005, p. 153).

Ao se buscar por pesquisas relacionadas às três aglomerações de fronteira em estudo, encontrou-se uma série de abordagens, onde grande parte direciona-se à questão do contrabando de mercadorias, drogas e armamentos (SPRANDEL, 2006; PONTES, 2009; PIRES, 2010; SOUZA, 2010; OLIVEIRA e COSTA, 2011; MENESES, 2014, etc.). Não se ignora essa realidade, pois trata-se de um aspecto concreto, que ao longo dos anos passou por inúmeras alterações, tanto em relação aos tipos de produtos transportados de um lado ao outro das fronteiras quanto de políticas públicas voltadas à fiscalização e apreensão dos mesmos. Contudo, tal abordagem não é o foco deste trabalho, embora algumas referências sejam feitas no conjunto da discussão. Como há relativa presença de bibliografia sobre o tema, optou-se aqui por tratar de temáticas outras, não contempladas na bibliografia.

Além disso, os trabalhos que abordam aglomerações de fronteira dirigem-se, preferencialmente, para uma das aglomerações e na maior parte, elegem ora aspectos econômicos, ora sociais e políticos, como apresentado no quadro 1. Tais estudos não tratam o conjunto das cidades das aglomerações em suas relações econômicas, políticas e sociais em uma análise geográfica.

QUADRO 1 - Estudos sobre as aglomerações urbanas de Uruguiana/Paso de los Libres, Corumbá/Puerto Suárez/Puerto Quijarro e Foz do Iguazu/Ciudad del Este/ Hernandarias/ Presidente Franco e Puerto Iguazú

Área de estudo	Uruguiana/Paso de los Libres	Corumbá/Puerto Suárez/Puerto Quijarro	Foz do Iguazu/ Ciudad del Este/Puerto Iguazu/ Pres. Franco/ Hernandarias
Comércio/ Serviços	Colvero (2003); Grimson (2003); Zanotti de Medrano (1989); Grimson (2000)	Machado (1998, 2000, 2005); Oliveira (1998, 2009); Silva (2010)	Lima(2011); Roseira (2006)
Geopolítica	Oliveira; Barcelos (1988)	Fernandes (2013); Machado (1998, 2000,2005); Oliveira(1998,2009); Silva (2012)	Lima(2011); Oliveira(2008); Roseira (2006)
Pecuária		Ângulo (2006); Bertholi (2006)	
Agricultura			Ferrari (2009); Sprandel (1992)
Mineração		Brito (2012)	
Deslocamentos pendulares/ migração		Costa (2013); Manetta (2013) Peres (2009, 2012)	
Turismo		Figueiredo (1990); Costa, Paula(2011); Santos Junior (2010)	
Urbanização	Coelho (2008)	Manetta (2013)	

Diante desse conjunto, algumas questões surgiram e direcionaram as análises desse trabalho: a distância existente entre as aglomerações de fronteira e os principais centros urbanos de cada um dos países, bem como as diversas singularidades fronteiriças, impactaram no processo de produção, distribuição e consumo dos bens e serviços produzidos nas aglomerações de fronteira? As dinâmicas das cidades pertencentes às aglomerações de fronteira localizadas no Paraguai, Bolívia e Argentina, dependem da realização das atividades produtivas nas cidades brasileiras? Como se articulam com o desenvolvimento nacional de seus países? Os deslocamentos pendulares entre os países

que formam essas aglomerações de fronteira são determinantes no processo de urbanização e atividades econômicas dos mesmos? Essas aglomerações urbanas apresentam importante papel no que tange às relações econômicas inseridas no Mercosul?

A partir desses questionamentos a perspectiva desse estudo é realizar uma análise dos processos de constituição e evolução de cada uma das três aglomerações, do conjunto de atividades econômicas desenvolvidas, das relações entre essas atividades e dos processos de deslocamentos pendulares, da dinâmica das mesmas e suas devidas relações com as formações socioespaciais de cada uma das aglomerações.

Assim, defende-se a tese de que, as dinâmicas das aglomerações urbanas de fronteira são decorrentes de suas inserções em diferentes formações socioespaciais e o desenvolvimento das mesmas está fortemente ligado a dinâmica das cidades brasileiras.

Neste sentido observa-se que, as cidades de fronteira apresentam peculiaridades no território em que se inserem, uma vez que concentram fluxos transnacionais. No que diz respeito às atividades econômicas desenvolvidas nas aglomerações, observa-se que, embora atuem em atividades como a pecuária e a mineração em Corumbá, a agricultura e pecuária em Uruguaiana; o setor terciário destaca-se como atividade econômica nas três aglomerações.

Em relação a abordagem utilizada para esse estudo, é preciso buscar em Santos (2005) a interpretação de que, o espaço reproduz a totalidade social na medida em que as transformações são determinadas por necessidades econômicas, políticas e sociais. Assim, o espaço se reproduz, ele mesmo, no interior da totalidade, quando evolui em função do modo de produção e de seus sucessivos momentos. Contudo, o espaço influencia também na evolução da totalidade social e de seus movimentos. Santos (2005) destaca a importância de compreender a totalidade além das partes, visto que as partes isoladamente não a explicam.

Santos (1996) chama atenção ainda para a complexificação da totalidade a medida que o processo histórico avança, e neste sentido aponta que, o universo deve ser compreendido enquanto “[...] um todo estruturado do qual nos incumbe descobrir suas leis e estruturas internas” (SANTOS, 1996, p.94).

Se o espaço é entendido como totalidade, esta somente seria passível de ser conhecida através do reconhecimento e análise das partes. Estas, por sua vez, e num movimento dialético, só seriam notadas através do conhecimento do todo. Para tanto, Santos (1996) propõe quatro categorias para análise do espaço: forma, função, estrutura e processo. A forma é o externo, aquilo que se vê; a função diz respeito a atividade

desempenhada; a estrutura é a interrelação das partes e o processo refere-se a uma ação contínua, que ocorre em direção a um resultado. Todas as categorias devem ser estudadas de forma conjunta e consideradas na maneira como interagem para criar e moldar o espaço através do tempo.

A cada fase histórica, o papel de cada estrutura social, assim como o seu conteúdo, variam. Os meios de difusão também mudam, isto é, a distância entre a emissão de uma mensagem, o desencadeamento de um processo e sua recepção e concretização variam em termos de tempos. É por isso que a sociedade não se distribui uniformemente no espaço: essa distribuição não é obra do acaso. Ela é o resultado de uma seletividade histórica e geográfica, que é sinônimo de necessidade. Esta necessidade decorre de determinações sociais fruto das necessidades e das possibilidades da sociedade em um dado momento. Mas ela é também determinada pelas formas preexistentes, portadoras de uma funcionalidade precisa. Digamos que a sociedade produz a paisagem, mas que isso jamais ocorre sem mediação. É por isso que ao lado das formas geográficas e da estrutura social, devemos também considerar as funções e os processos que, através das funções, levam energia social a trasmudar-se em formas (SANTOS, 1982, p.42).

É a formação socioespacial, entendida como uma totalidade, que permite a análise do que é singular a cada país e que, vista como um método, pode evitar comparações descontextualizadas entre os diferentes Estados-nação. O conceito de formação social foi elaborado por Marx e trabalhado, posteriormente, por Lênin. Após longo período, durante as décadas de 1960 e 1970, essa categoria, juntamente com a de modo de produção, voltou a ser discutida por diversos intelectuais, com destaque para Emilio Sereni (1970).

No final de 1970 Milton Santos buscou na categoria de formação econômica e social, os elementos para a elaboração de uma teoria válida do espaço. Para Vieira (2012), esta é uma perspectiva que aproxima a geografia e o materialismo histórico e dialético, fato que exige posicionamento teórico/empírico frente a ambos, na busca do desvendamento de uma realidade histórica e geograficamente localizada, em que as diferentes escalas, temporais e espaciais, se relacionem.

Deste modo, Santos (1982) insere o espaço apreendido enquanto uma instância da sociedade, tal qual a política, ideológica, econômica, cultural, pois a dimensão da sociedade contém e é contida pelas demais e cada instância contém e é contida pelo espaço, tendo o social como sua essência. Ou seja, compõem uma totalidade concreta, que se constitui num espaço-tempo, onde o movimento de concretude dessa totalidade expressa continuidades e descontinuidades como uma unidade. “A história da formação

social é aquela da superposição de formas criadas pela sucessão de modos de produção, da sua complexificação sobre seu território espacial” (SANTOS, 1982, p. 15).

Os procedimentos operacionais utilizados nesse trabalho apoiaram-se em levantamento bibliográfico em livros, dissertações, teses, artigos científicos e reportagens de jornais e revistas. Além disso, dados estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Instituto Nacional de Estatística e Censos da Argentina (INDEC), do Instituto Nacional de Estadísticas da Bolívia (INE), da Dirección Nacional de Estadísticas e Censos do Paraguai (DGEEC), entre outros, foram essenciais para a análise da evolução da população, da produção agropecuária, comercial, industrial, etc.

Pesquisas de campo foram realizadas em dois momentos. Primeiramente no ano de 2014, com objetivo de obter informações de atividades econômicas realizadas nas cidades que pertencem a cada uma das aglomerações urbanas de fronteira, bem como estabelecer contatos prévios com órgãos públicos. Em 2015 e 2016 foram realizadas pesquisas de campo para levantamentos de documentos históricos e material bibliográfico, além de entrevistas com representantes comerciais, diretores de associações de produtores rurais, pecuaristas e arroteiros, funcionários de prefeituras e empresas de turismo e transportes, diálogos informais com professores de universidades, funcionários de consulados, entre diversas outras entrevistas.

A partir disso e com base na importância da periodização para uma análise geográfica, o trabalho foi dividido em cinco capítulos, sendo a periodização baseada nas dualidades brasileiras. Rangel (1957), em sua análise sobre a economia brasileira, elaborou o conceito de dualidade básica da economia brasileira, através da combinação dialética da evolução das relações sociais. De acordo com o autor, ao tornar-se independente, o Brasil estava estruturado em dois polos, um interno e outro externo, e cada um destes polos contava com um lado interno e um externo.

Cada polo representa uma das duas classes dominantes, cujo pacto de poder integra cada uma das sucessivas formações da dualidade. Isto ocorre porque, a “[...] nossa economia nasceu e se desenvolveu como complemento de uma economia heterogênea e sempre esteve sujeita às suas vicissitudes” (RANGEL, 1957, p. 296).

Neste sentido, a economia brasileira é atraída quando está em fase ascendente e repelida pelo centro dinâmico quando se encontra em fase descendente. Para Rangel (1957, p.296), isso não significa que a economia brasileira não possua dinâmica própria, mas que a dinâmica de sua evolução “[...] não é produto exclusivo de suas forças internas”. Desta maneira, a primeira dualidade ocorreu entre 1822 e 1889; a segunda

correspondeu ao período entre 1889 e 1930; a terceira a partir de 1930; enquanto a quarta dualidade, mesmo dando alguns indícios de início, parece ainda estar no futuro. A partir desses referenciais, o trabalho vislumbrou caminhos para entender como se realiza e desenvolve a formação socioespacial no contexto regional, articulando-se com as dualidades brasileiras.

O primeiro capítulo abordou a gênese das cidades que compõem as aglomerações urbanas de fronteira de Uruguaiana e Corumbá, discutindo elementos que possibilitaram o entendimento da criação desses núcleos urbanos no período colonial, além das atividades econômicas em cada uma delas. Nesse conjunto foi realizada uma discussão teórica acerca da categoria de formação socioespacial, sobre as combinações geográficas, assim como a articulação com os ciclos de Kondratieff na dinâmica da economia brasileira e sua articulação com a economia mundial.

A partir do segundo capítulo a periodização utilizada baseou-se nas dualidades brasileiras, que possibilitou compreender a realização de processos que atuam na evolução das formações socioespaciais regionais e nacional. Assim, o segundo capítulo teve como recorte temporal a primeira dualidade brasileira (1822-1889). Nesse momento importantes acontecimentos ocorreram e marcaram o início do desenvolvimento das aglomerações urbanas de fronteira, como a Independência do Brasil, do Paraguai e da Bolívia, além de estruturação das primeiras atividades produtivas e suas respectivas formações socioespaciais. Trata-se do desenvolvimento da pecuária em Uruguaiana, Paso de los Libres e Corumbá, além do comércio entre as cidades e seus países.

Já o terceiro capítulo teve como recorte temporal a segunda dualidade brasileira (1889-1930), que foi marcada pela expansão do capitalismo (e não apenas no polo externo, como na dualidade anterior) na fazenda. Na fase b ocorreu a diversificação da produção por meio do desenvolvimento de atividades artesanais, marcando a passagem da antiga fazenda de escravos ao latifúndio feudal-mercantil. Neste período as aglomerações urbanas de Uruguaiana e Corumbá atingem outro estágio do crescimento populacional e desenvolvimento da pecuária, enquanto nas terras onde seria criada Foz do Iguaçu, teve início a ocupação.

A terceira dualidade teve como sócio maior os fazendeiros comerciantes (polo interno) e como sócio menor a burguesia industrial nascente (polo externo). Nessa dualidade ocorreu a mudança da hegemonia econômica no plano externo, pois o capital financeiro inglês foi substituído pelo norte-americano. O período da grande depressão (1929) possibilitou a passagem da industrialização brasileira para a etapa da substituição

industrial das importações, e neste processo, emergiram os ciclos próprios da economia nacional, os ciclos juglarianos, ciclos mais curtos da economia, com duração média de 10 anos. Estes ciclos também contam com uma fase de ascensão (em média cinco anos) e uma fase de recessão (em média cinco anos).

O quarto capítulo tem como recorte temporal o período entre 1930 e 1980, que não corresponde efetivamente à terceira dualidade, visto a imprecisão em relação ao término da terceira e o possível início da quarta dualidade brasileira. Esse capítulo aborda o processo do nacional desenvolvimentismo no Brasil e suas repercussões nas aglomerações urbanas de fronteira. Nesse sentido, importantes mudanças ocorreram em Uruguaiana e Corumbá, enquanto Foz do Iguaçu passou a ter participação nesse processo a partir da década de 1970. Foi discutido também a fronteira oeste na perspectiva do governo federal e os acordos realizados entre Brasil, Bolívia, Argentina e Paraguai.

A quarta dualidade deve ser constituída pela nova burguesia rural como sócio menor (polo interno) e a burguesia industrial como sócio maior (polo externo). Nessa dualidade as principais características são a intensificação do processo de substituição de importações mediante crise do comércio exterior e endividamento externo. Devido a incertezas do ponto de vista da quarta dualidade, o quinto capítulo não teve sua periodização acorde às dualidades brasileiras, mas teve seu recorte temporal no período entre 1980 e 2015.

No quinto capítulo discutiu-se o desenvolvimento nacional entre 1980 e 2015, abordando as dinâmicas sociais, políticas e econômicas na atualidade e seus respectivos desdobramentos nas aglomerações de fronteira. Trata-se de um momento onde o agronegócio se realiza nas cidades de Uruguaiana e Corumbá, com destaque para a pecuária e a rizicultura; onde a mineração, mesmo com entraves, tem destaque no conjunto das atividades econômicas de Corumbá e que, o turismo surge como atividade promissora para Foz do Iguaçu e Corumbá.

1. GÊNESE DAS CIDADES DAS AGLOMERAÇÕES URBANAS E OS ANTECEDENTES DA FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL NAS ÁREAS DE FRONTEIRA

Este capítulo tem por objetivo compreender a gênese das cidades que compõem as aglomerações urbanas de fronteira objeto desse estudo. Como referencial teórico metodológico será utilizado a categoria de formação socioespacial, elaborada por Milton Santos (1982). Além deste, a discussão utiliza-se da contribuição de Cholley (1964) sobre combinação geográfica. Buscou-se ainda a articulação com os ciclos de Kondratieff, que no Brasil foram estudados por Ignácio Rangel (1981), enquanto recurso para compreender a dinâmica econômica brasileira em sua articulação com a economia mundial e os percursos de sua realização nas aglomerações em estudo.

1.1. A Formação Socioespacial como Categoria de Análise

Para iniciar a discussão sobre formação socioespacial é fundamental considerar os estudos de Marx (1983), onde o autor ressalta a unidade das diferentes esferas da vida social (econômica, jurídica, política, religiosa, artística e filosófica), destacando que, o entendimento da formação econômica e social é parte de um processo histórico e sob seu ponto de vista, o enfoque é “[...] o desenvolvimento da formação econômica da sociedade como um processo histórico-natural [...]” (MARX,1983,p.13). A partir desse entendimento, o desenvolvimento histórico e suas etapas se tornam o lugar central na interpretação das sociedades.

Neste sentido Santos (1982) explicita que, Marx (1985) fundamentou o método científico da formação econômica e social porque soube retirar desde o início os entendimentos históricos e filosóficos da sociedade em geral, apresentando uma análise científica de uma sociedade e de um progresso.

Procedendo dessa forma, Marx (1985) desvincilhava-se do materialismo abstrato das ciências naturais, no qual o desenvolvimento histórico não é considerado. O conceito da formação econômica e social se refere a uma sociedade determinada, a exemplo do que Lênin (1974) produziu acerca do capitalismo na Rússia (SANTOS, 1982). Por meio da análise da evolução histórica de países e regiões, especialmente da Europa, Marx (1983) constatou a existência de traços fundamentais e leis de desenvolvimento comuns a todos eles.

Com base no conjunto de relações humanas e nas relações de produção, Marx (1985) caracterizou os modos de produção feudal, capitalista e socialista como momentos evolutivos da formação econômica das sociedades. A análise da natureza dos modos de produção requer a compreensão das relações de produção e dos meios de produção fundamental.

No entanto deve-se considerar que, os modos de produção adquirem feição concreta somente nas formações sociais, cuja estruturação, de acordo com Santos (1982), depende dos níveis qualitativos e quantitativos dos modos de produção e da forma como eles se combinam. É importante aqui reaver a categoria de formação social e a categoria de modo de produção.

A definição por oposição dessas duas categorias, uma consonante a diversidade e unidade no tempo e a outra a unidade e diversidade no espaço, mostram-se interdependentes enquanto categorias na análise de qualquer formação socioespacial. Isto significa que, a sua dissociação só ocorre como procedimento metodológico (SANTOS, 1982). Desta forma concorda-se com Vieira (2012) no sentido de que, não é possível supor que uma categoria (modo de produção e formação social) seja mais relevante que a outra, nem apontar que uma seja teórica e outra empírica ou ainda que, a alteração de linguagem – uma concreta e a outra abstrata, tenha capacidade para desvendar esta relação.

Além disso, ao tratar das demais categorias, Santos (1982) chama a atenção para a necessidade metodológica de distinção entre modo de produção, sistema social e formação econômica e social. Para o autor, modo de produção e sistema social são conceitos puros, que analisam a sociedade em geral, ou seja, são aplicados a qualquer sociedade, mas vazios de conteúdo histórico concreto. Diante disso, o “[...] modo de produção seria o ‘gênero’ cujas formações sociais seriam as ‘espécies’; o modo de produção seria apenas uma possibilidade realizada [...]” (SANTOS, 1982, p.13). Dito de outra forma, o desenvolvimento de um modo de produção constituir-se-á em diferentes formações econômicas e sociais.

Considerando que a produção implica “[...] a organização dos indivíduos humanos e sua relação com o restante da natureza” (MARX e ENGELS, 1986, p.42) e que a formação econômica e social constitui a “[...] estrutura técnica produtiva expressa geograficamente na distribuição da produção [...]” (SANTOS, 1982), o espaço coloca-se enquanto um elemento chave no processo de formação econômica e social.

Para Santos (1982), se a categoria de formação econômica e social está ligada de forma inseparável a evolução de uma dada sociedade, em sua totalidade concreta ela dever ser entendida sempre com base na realidade histórica e geográfica. Nesta perspectiva:

A localização dos homens, das atividades e das coisas no espaço explica-se tanto pelas necessidades 'externas', aquelas do modo de produção 'puro' (o modo de produção dominante, que não se realiza plenamente em parte alguma), quanto pelas necessidades 'internas', representadas essencialmente pela estrutura de todas as procuras e a estrutura das classes, isto é, a formação social propriamente dita (SANTOS, 1982, p.27/28).

Nas necessidades internas não poderão estar ausentes os elementos naturais, visto que o modo de produção consiste em uma forma particular de organização do processo de produção, atribuído a agir sobre a natureza e alcançar os elementos necessários à satisfação das necessidades da sociedade. Uma dada sociedade e sua natureza são inseparáveis e conjuntamente compõem a formação social. São as determinações geográficas existentes na categoria de formação social que possibilitam a discussão de formações socioespaciais (SILVA, 2005). De acordo com Cholley (1964, p.140):

As combinações que são objeto da geografia oferecem uma localização espacial, é a primeira diferença a assinalar. O plano no qual elas se manifestam se confunde com aquele em que entram em contacto os grandes elementos constitutivos do globo terrestre, a terra, as águas, a atmosfera: nós o designamos como superfície do globo. E é precisamente porque esse plano de contacto existe, que tais combinações se produzem, provocando nos elementos atmosféricos, hidrológicos ou terrestres modificações de estrutura de incontestável originalidade.

Para Cholley (1964), é possível desvendar o caráter geográfico de um determinado local ao verificar se são produzidas formas particulares que permitam as manifestações da vida, especialmente aquelas que expressam as atividades dos grupos humanos. Neste sentido, as combinações de caráter acidental devem ser eliminadas do domínio geográfico, visto que a ideia de meio acarreta uma noção de estabilidade. Assim, “[...] certas combinações podem em dado momento, penetrar no domínio geográfico, assumir um caráter geográfico, enquanto que em outras ocasiões elas perderão esse caráter, por não serem mais capazes de realizar um meio relativamente estável” (CHOLLEY, 1964, p.141).

O autor supracitado aponta que, as combinações podem ser divididas em três categorias: as provenientes apenas da convergência de elementos físicos; as mais complexas, que contam com elementos físicos e biológicos e as mais complicadas, que

resultam da interposição conjunta de fatores físicos, biológicos e humanos. Esta última categoria de combinações é realizada pelo homem, a exemplo da atividade agrícola, industrial, etc.

“As combinações nascem, evoluem e morrem” (CHOLEY, 1964, p.142). Nesse processo a estrutura social é aperfeiçoada, o nível de vida pode ser elevado e ocorre a criação de bens de consumo e de troca. Posteriormente o sistema apresenta sinais de fraqueza e provoca crises. Atrelado a esses fatores, ocorre o amortecimento demográfico e alterações no equilíbrio social, que promovem o deslocamento da combinação e a chegada de uma nova combinação (CHOLLEY, 1964). Entretanto deve-se atentar para o fato de que, as várias possibilidades das combinações e as suas mudanças podem não estar unicamente relacionadas com as condições naturais. As condições econômicas, políticas e étnicas tem papel importante, visto que podem corrigir as possibilidades existentes na natureza.

A estrutura das combinações geográficas impossibilita conceber os fatores que as compõem isoladamente, pois eles existem apenas como elementos da combinação, ou seja, são nas combinações das quais fazem parte, que devem ser analisados. Nesta discussão, Cholley (1964, p.268) exemplifica: “A complexidade das combinações de ordem humana se avoluma com o número de fatores, que para as mesmas convergem. A combinação da criação de gado, que chamamos nomadismo é, relativamente, simples”. Neste sentido cabe mencionar que, o autor considera as condições naturais enquanto conjunto de elementos, como posição geográfica, relevo, solo, clima, etc.

A interpretação das condições do meio pode mudar de um século para o outro e essas mudanças estão relacionadas com a inserção de técnicas criadas pelo homem, como os processos de irrigação e maquinário agrícola. À medida que evoluem os centros urbanos e que as técnicas tornam-se mais eficazes, a ação das condições naturais é menos indispensável e a estrutura social, a mão de obra e a localização das cidades é que sustentam a estrutura das combinações. No entanto, Cholley (1964, p.270) evidencia que:

A distribuição das combinações e sua evolução, isto é, as tentativas de organização do planeta, repousam, pois, sobre duas bases essenciais: uma base territorial e uma base humana (densidade, estrutura social e nível de vida, técnica, ação política, etc). A primeira evoca a ação das condições naturais, a segunda o estado do grupo humano, nenhuma das duas apresenta o caráter determinante, que outrora lhes foi atribuído.

Deste modo é fundamental destacar que, as características regionais resultam da forma como estas se agrupam, se superpõem ou interferem nas distintas combinações

originárias das ações dos diferentes tipos de atividades realizadas por um grupo humano. “A vida regional pode brotar, não importa em que lugar do planeta, pois além dos fatores físicos, mais ou menos favoráveis, é preciso considerar o dinamismo da humanidade que ali se instala (densidade, caracteres étnicos, etc), sua técnica, suas concepções políticas ou organizadoras” (CHOLLEY, 1964, p.273).

Foi no final da década de 1970 que Milton Santos, alicerçado nas contribuições de diferentes autores, em sua maioria de inspiração marxista, resgatou a categoria de formação econômica e social, afirmando ser “[...] a mais adequada para auxiliar a formação de uma teoria válida do espaço [...]” (SANTOS, 1982, p. 10).

Apontado por Mamigonian (1996, p.198) como a reflexão teórica mais importante de Milton Santos, *Sociedade e Espaço: A Formação Social como Teoria e como Método* (1982) é “[...] marco fundamental da renovação marxista da geografia humana atual”. Para Vieira (2012), esta é uma perspectiva que aproxima a geografia e o materialismo histórico e dialético, fato que exige posicionamento teórico/empírico frente a ambos na busca do desvendamento de uma realidade histórica e geograficamente localizada, onde as diferentes escalas, temporais e espaciais, se relacionem. Neste sentido, Santos (1982, p.19) questiona:

Como podemos esquecer por tanto tempo esta inseparabilidade das realidades e das noções de sociedade e de espaço inerentes à categoria de formação social? Só o atraso teórico conhecido por essas duas noções pode explicar que não se tenha procurado reuni-las num conceito único. Não se pode falar de uma lei separada da evolução das formações espaciais. De fato, é de formações sócio-espaciais que se trata.

Santos (1982) insere o espaço apreendido enquanto uma instância da sociedade, tal qual a política, ideológica, econômica, cultural, pois a dimensão da sociedade contém e é contida pelas demais e cada instância contém e é contida pelo espaço, tendo o social como sua essência. Ou seja, compõem uma totalidade concreta que se constitui num espaço-tempo, onde o movimento de concretude dessa totalidade expressa continuidades e discontinuidades como uma unidade (SANTOS, 1985).

Bessa (2010) salienta que, essa categoria é essencial para a análise geográfica, assim como para o entendimento dos processos de diferenciação espacial, especialmente em escalas particulares. Essa categoria revela que, uma sociedade só se torna concreta através do espaço que ela mesma produz, “[...] não obstante, o espaço só se torna inteligível por intermédio dessa sociedade, sendo, portanto, uma instância e um dado constitutivo” (BESSA, 2010, p.47).

Para Santos (1982), essa categoria está relacionada com a evolução diferenciada das sociedades, no seu quadro próprio e em relação com as forças externas, de onde mais frequentemente lhes provém o impulso. Para tanto, considera que a base é a produção, ou seja, o trabalho do homem para transformar, segundo leis historicamente determinadas, o espaço com o qual o grupo se confronta.

A categoria de formação socioespacial encaminha-se, sobretudo, no sentido de precisar como um dado modo de produção realiza-se concretamente nas diversas formações sociais. Para isso, Santos (1982, p.87) explicita que “[...] os modos de produção tornam-se concretos sobre uma base territorial historicamente determinada [...]” e neste sentido, “[...] as formas espaciais seriam uma linguagem dos modos de produção”, ou melhor, seria uma linguagem do resultado concreto entre o contato do modo de produção e da formação social preexistente.

Santos (1999) evidencia ainda que, modo de produção e espaço geográfico evoluem juntos, movidos pela mesma lógica unitária, ou seja, “[...] a cada novo modo de produção (ou a cada novo momento do mesmo modo de produção) mudam a estrutura e o funcionamento do espaço” (SANTOS, 1999, p.89). Entretanto o autor explica que, a análise do modo de produção, apesar de central, não é adequada o suficiente para a compreensão do espaço, devendo, neste caso, ser associado ao conceito de formação socioespacial.

Modo de produção, formação social e espaço são categorias interdependentes, pois “[...] todos os processos que, juntos, formam o modo de produção (produção propriamente dita, circulação, distribuição, consumo) são histórica e espacialmente determinados num movimento de conjunto, e isto através de uma formação social” (SANTOS, 1982, p.86), onde estão integrados o econômico, o político, o social e o cultural. Segundo o autor (1982, p. 82), “[...] trata-se de fato de uma categoria de Formação Econômica, Social e Espacial”.

Santos (1982, p.81) deixa claro que, as formações socioespaciais, enquanto etapas de um processo histórico, referem-se a “[...] evolução diferencial das sociedades”, isto é, expressam a diferenciação espacial, e por conseguinte, são dados fundamentais para explicar por que países, regiões e centros urbanos diferenciam-se uns dos outros. Esses participam do processo geral, implementado pelo modo de produção dominante, com graus diferentes de copresença e de complexidade, pois se definem tanto pela “[...] sua existência corpórea [na esfera da materialidade] quanto por sua existência relacional”.

A diferenciação entre os lugares resulta do arranjo espacial advindo dos modos de produção particulares, ou em outras palavras, a realização de um dos momentos da produção supõe um local próprio, que é ao mesmo tempo diferente para cada processo ou momento do processo.

Cada combinação de formas espaciais e de técnicas correspondentes constitui o atributo produtivo de um espaço, sua virtualidade e sua limitação. A função da forma espacial depende da redistribuição, a cada momento histórico, sobre o espaço total da totalidade das funções que uma formação social é chamada a realizar. Esta redistribuição – realocização deve tanto as heranças, notadamente o espaço organizado, como ao atual, ao presente, representado pela ação do modo de produção ou de um dos seus momentos (SANTOS, 1982, p.5).

Disso resulta que, a formação socioespacial permite a análise da concretude de uma sociedade (compreendendo sua evolução, sua situação atual, sua mudança histórica e suas relações), sendo esta uma realidade histórico-concreta. Sua base de explicação é a produção, ou seja, o trabalho onde o homem transforma o espaço. Seu estudo possibilita “[...] a apreensão do particular como uma cisão do todo, um momento do todo, assim como o todo reproduzido numa de suas frações, [...] mas sempre um conhecimento específico, apreendido num dado momento de sua evolução” (SANTOS, 1982, p.12).

Desta forma, a dinâmica de um espaço geográfico deve ser compreendida com base nos processos sociais que o formaram, sem abandonar as características naturais que permitiram as bases de seu desenvolvimento. A escolha da categoria de formação socioespacial como referencial teórico apresenta uma preocupação com as análises globalizantes, que conduzem ao reconhecimento dos vários níveis na elaboração de distintas realidades, sendo o primeiro nível - os alicerces, dominado pela presença do quadro natural como definidor, em menor ou maior escala, da vida humana (PEREIRA, 2003).

Pereira (2012, p.1) evidencia que, desde as suas origens, as formações sociais latino-americanas foram determinadas por impulsos externos que atuaram sobre as forças produtivas internas, razão pela qual “[...] as interpretações voltadas apenas à consideração de seu caráter dependentista ou exógeno revelam-se insuficientes para explicar a sua evolução”. Apesar de não ser autônomo e não resultar somente das forças internas, o processo de evolução das formações sociais periféricas não pode ser entendido como simples reflexo das determinações provenientes das metrópoles no período colonial, pois ele resulta de um complexo arranjo de elementos.

Modelos explicativos baseados nos fatores externos que dão uma ênfase excessiva ao capital mercantil das metrópoles e reduzem o papel do mercado interno, desconsideram a categoria de modo de produção priorizando a esfera da circulação em detrimento da produção, além de negar as especificidades de cada formação social (PEREIRA, 2012, p.1).

No processo de conquista da América, as condições naturais, a densidade demográfica e o grau de civilização dos indígenas de suas diferentes regiões possibilitaram modificações nas forças produtivas e relações de produção. Assim, impulsionou-se para frente, sob o comando do capitalismo mercantil, as áreas condenadas ao anecúmeno ou a comunismos muito primitivos e empurrando para a retaguarda aquelas que se mostravam mais propensas ao desenvolvimento, onde foi estabelecido um feudalismo avançado (RANGEL, 1993).

Os elementos humanos e naturais existentes nas Américas foram fundamentais no que diz respeito ao processo de conquista e colonização, pois definiram os caminhos da organização e apropriação dos territórios, que corresponderiam posteriormente ao Brasil e as nações hispano-americanas, oriundas de antigas colônias de exploração.

Portugal e Espanha, ao estabelecerem suas colônias de além-mar, tiveram que realizá-lo segundo as condições que encontraram, tanto na perspectiva histórica quanto geográfica. Desta forma, esse processo inicia-se com particularidades espaciais e temporais, atuando decisivamente na apropriação das terras, onde a partir de um espaço natural e de populações indígenas, inicia a construção de um novo espaço social, definido também pela complexa situação da Europa, particularmente a Ibérica. Nesta conjuntura, a economia dos futuros países da América Latina foi direcionada para fora, correspondendo aos interesses mercantis da Europa.

As características geográficas do território conquistado, atrelado às determinações buscadas pelos conquistadores, foram os elementos responsáveis pela gênese e desenvolvimento das formações coloniais. Cholley (1964) argumenta que, as formações econômicas e sociais latino-americanas são realidades concretas, moldadas histórica e geograficamente, resultado de variadas combinações de elementos humanos e naturais, que distinguem tanto histórico quanto espacialmente.

Para reconstituir a gênese das formações sociais latino-americanas é preciso recuar no tempo e chegar à Europa do final do século XV e início do século XVI, aplicando a proposta teórica de I. Rangel acerca da dualidade brasileira, definida como uma realidade que está estruturalmente colocada já na base da evolução histórica das formações sociais americanas no momento do descobrimento. Assim, diante das características próprias do imenso território colonial (extensão, características climáticas, configuração do relevo, cobertura vegetal, hidrografia, densidade demográfica associada ao nomadismo e semi-nomadismo das populações autóctones) serão implementadas relações de produção compatíveis com as forças produtivas coloniais e, ao mesmo tempo, capazes de satisfazer os interesses das metrópoles (PEREIRA, 2012, p.3).

Esse processo, que vai do século XVI ao XIX, está articulado com as particularidades humanas e naturais e com a dinâmica econômica interna, ligado aos interesses das Coroas Ibéricas. A forma complementar e periférica da economia colonial, direcionada aos interesses das metrópoles, colocava-se no contexto europeu do período, quando, nas brechas do feudalismo, surgem novas relações de produção que deram origem ao capitalismo.

Em relação ao continente americano, deve-se considerar a sua grande diversidade regional. As terras que atualmente pertencem ao Brasil apresentavam características humanas e naturais mais similares, influenciando os caminhos da formação social brasileira. Nesta perspectiva, a utilização da teoria da dualidade de Rangel permite verificar as especificidades das forças endógenas que atuam no processo de evolução das formações nacionais latino-americanas (PEREIRA, 2012).

Rangel (1957) em sua análise sobre a economia brasileira, elaborou o conceito de dualidade básica através da combinação dialética dos conceitos de escravismo, feudalismo e capitalismo (mercantil, industrial e financeiro). De acordo com o autor, ao tornar-se independente, o Brasil estava estruturado em dois polos, um interno e outro externo, e cada um destes polos contava com um lado interno e um externo.

Cada polo, por sua vez, retrata uma das duas classes dominantes, cujo pacto de poder integra cada uma das sucessivas formações da dualidade. Assim, os lados de cada polo apresentam as relações de produção de cada classe. Isto ocorre porque a “[...] nossa economia nasceu e se desenvolveu como complemento de uma economia heterogênea e sempre esteve sujeita às suas vicissitudes” (RANGEL, 1957, p. 296).

Neste sentido a economia brasileira é atraída quando está em fase ascendente e repelida pelo centro dinâmico quando encontra-se em fase descendente. Para Rangel (1957, p.296), isso não significa que a economia brasileira não possua dinâmica própria,

mas que a dinâmica de sua evolução “[...] não é produto exclusivo de suas forças internas”. Os modos de produção, que em diferentes combinações constituem as dualidades, são: o comunismo primitivo, o escravismo, o feudalismo, o capitalismo (mercantil, industrial e financeiro) e o socialismo. “A direção geral do desenvolvimento social do Brasil é do comunismo primitivo ao escravismo; deste ao feudalismo; deste ao capitalismo; e, naturalmente, deste ao socialismo” (RANGEL, 1978, p. 634). Contudo, a particularidade do Brasil é que, esses modos de produção coexistem naquilo que foi denominado de “contemporaneidade do não coetâneo” (RANGEL, 1957, p. 299).

Essa discussão já havia sido iniciada com Trotsky (1962) em sua teoria do desenvolvimento desigual e combinado, onde o autor evidencia que, a partir da ascensão do capitalismo a um sistema mundial, a história do mundo tornou-se uma totalidade concreta e as condições do desenvolvimento social e econômico passaram a conhecer uma mudança qualitativa. Trotsky (1962) explicita que, o capitalismo universalizou a permanência do desenvolvimento da humanidade e por conseguinte, excluiu a possibilidade de que as formas de desenvolvimento repitam-se nas distintas nações. Deste modo, as sociedades menos desenvolvidas, obrigatoriamente, adotam algumas características avançadas e saltam as etapas intermediárias.

A desigualdade do ritmo, que é a lei mais geral do processo histórico, manifesta-se com o máximo de vigor e de complexidade nos destinos dos países atrasados. Sob o açoitado de necessidades exteriores, a vida retardatária é constringida a avançar por saltos. Desta lei universal da desigualdade dos ritmos decorre uma outra lei que, na falta de uma denominação mais apropriada, chamaremos lei do desenvolvimento combinado, no sentido da reaproximação de diversas etapas, da combinação de fases distintas, do amálgama de formas arcaicas com as mais modernas (TROTSKY, 1962, p.21).

A respeito das dualidades brasileiras, Rangel (1978) distingue as relações internas das externas, as quais caracterizam o polo interno e o externo, respectivamente. Cada polo possui dois lados, um interno e outro externo; o lado interno do polo interno representa o modo de produção interno (visto de dentro); o lado externo do polo interno retrata a organização produtiva interna (vista de fora). Já o lado interno do polo externo, representa a maneira como o país relaciona-se com o exterior, e por fim, o lado externo do polo externo abarca o modo de produção presente no centro dinâmico. Rangel (1957, p.296) exemplifica:

[...] a fazenda de escravos brasileira nasceu e cresceu tendo em vista o comércio. Era, ela própria, uma empresa mercantil, dedicada a atender às necessidades do mercado mundial, estava sujeita a duas ordens de leis: as do escravismo e as do capitalismo [...] essas duas ordens de leis governam, respectivamente, as relações internas e externas da economia.

Apesar da convivência dos quatro modos de produção na estrutura econômica (dois para o polo interno e dois para o polo externo), na estrutura política apenas duas classes dirigentes convivem e associam-se num pacto de poder implícito. As alterações no pacto político transformam-se em novas coalizões, ou seja, ocorrem novas combinações entre grupos da classe dominante de cada dualidade. Assim, o pacto de poder passa por mudanças apenas quando alteram-se os componentes da estrutura econômica e estes mudam quando as forças produtivas da sociedade crescem, entrando em conflito com as relações de produção existentes (RANGEL, 1981).

Cada dualidade é constituída em fase recessiva de um ciclo longo, a fase “b”, e termina na fase de recessão do ciclo longo seguinte. Nesse processo de mudança, além da alteração dos elementos dos modos de produção, alteram-se também as coalizões políticas predominantes de cada dualidade. Essa dinâmica ocorreu dessa forma pelo menos até o final do século XX.

Rangel (1998, p.146) explicita que, “[...] a sociedade dual brasileira responde como qualquer outra formação social”, quando crescem as forças produtivas, ocorre mudança no modo de produção, passando para um estágio mais avançado, mas com algumas especificidades, demonstradas nas cinco leis da dualidade brasileira.

1º lei: quando as forças produtivas da sociedade crescem, entrando em conflito com a estrutura de relações de produção da dualidade vigente, esta se transforma pela mudança de apenas um dos polos, guardando o outro a sua estrutura.

2º lei: alternadamente, mudam o polo interno e o externo.

3º lei: o polo muda pelo processo de passar para o lado interno o modo de produção já presente no seu lado externo.

4º lei: em consequência, o lado externo do polo mutante muda-se também, passando a adotar instituições característicos de um modo de produção mais avançado.

5º lei: as mudanças da dualidade brasileira, como formação periférica que é, são provocadas não apenas pelo desenvolvimento nacional das forças produtivas, mas também por mudanças no comércio internacional (GUIMARÃES, 1994, p. 69/70).

Deste modo, as mudanças na economia e na sociedade brasileira, em geral, seriam sempre de forma parcial.

Este tem sido um traço característico de todas as revoluções brasileiras; a mudança de apenas um dos pólos da dualidade, que transforma o regime, ora por suas relações externas, ora, como no exemplo citado [dualidade no Império], por suas relações internas (RANGEL, 2005, p.556).

A Abertura dos Portos e a Independência formaram uma revolução incompleta, já que modificaram apenas as relações externas de produção. A abolição da escravidão e a proclamação da República completaram a revolução no sentido de terem alterado as relações internas de produção, que de acordo com Rangel (2005), seria a versão brasileira da revolução democrático burguesa na Europa.

As influências cíclicas estão relacionadas com os ciclos econômicos que foram engendrados a partir da Revolução Industrial do século XVIII, possuindo diferentes durações: os ciclos longos ou de Kondratieff duram em média 50 anos e tiveram início com as invenções provenientes da Revolução Industrial e transportes. O ciclo conta com uma fase de ascensão (fase a) e uma fase recessiva (fase b), como mostra o quadro 2.

QUADRO 2 - Ciclos econômicos de Kondratieff

Primeiro ciclo		Segundo ciclo		Terceiro ciclo		Quarto ciclo	
Fase a	Fase b	Fase a	Fase b	Fase a	Fase b	Fase a	Fase b
1790	1815	1848	1873	1896	1920	1948	1973
1815	1848	1873	1896	1920	1948	1973	?

Fonte: Rangel (1981)

A dinâmica interna dos ciclos é embasada no princípio de flutuações, no mecanismo de acumulação, concentração, dispersão e desvalorização do capital, enquanto fator chave para o desenvolvimento do mercado capitalista da economia (CROCETTI, 2012). Além disso, cada nova fase do ciclo é predeterminada com acúmulo de elementos da fase anterior e cada novo ciclo segue o precedente, naturalmente, como uma fase de cada ciclo após outro. Entretanto, cada novo ciclo nasce com novas condições históricas e desenvolve-se em um novo nível das forças produtivas, ou seja, não se trata de uma simples repetição do ciclo anterior. De acordo com Crocetti (2012, p.166):

Para fundamentar sua teoria, Kondratieff procurou examinar o comportamento das variáveis econômicas e sua dinâmica, efetuando, ao longo dos anos, a análise dos movimentos médios das séries e indicadores de preços e mercadorias. Tais como taxas de juros, investimentos dos bancos, salários dos trabalhadores em atividades agrícolas e industriais, alterações populacionais, exportações e importações, depósitos e poupanças bancárias, total de comércio exterior, consumo e produção de carvão e petróleo, produção de ferro gusa, produção de cereais por acre e produção líder. Nestes ciclos a fase de expansão é caracterizada por superinvestimentos em bens de capital e, na fase de depressão, por um processo de depreciação.

Para Rangel (1981), o desenvolvimento dos países periféricos é influenciado pelos ciclos de Kondratieff, que regulam a economia mundial. Neste sentido, a partir de 1790 o sistema capitalista apresenta períodos de expansão – fase a, e períodos depressivos – fase b. Durante as fases depressivas é necessário adaptar-se a nova conjuntura mundial, o que gera rupturas internas, responsáveis pelas alterações nos pactos de poder mantidos pela classe dominante.

Isto explica, por exemplo, a coincidência entre os períodos depressivos e os grandes marcos da história brasileira, em que na fase depressiva do primeiro ciclo longo se dá a Independência. Já no final do século XIX, quando o Brasil, junto com toda a economia mundial - de 1873 até 1896 - atravessa um novo período depressivo, ocorre a Abolição da Escravatura (1888) e, no ano seguinte, a Proclamação da República (1889) (PEREIRA, 2012, p.6).

O quadro 3 apresenta os períodos das dualidades da economia brasileira.

QUADRO 3 - Dualidade básica da economia brasileira

Primeira dualidade	Segunda dualidade	Terceira dualidade	Quarta dualidade
1822 – 1889	1889-1930	1930 – (?)	?

Fonte: Mamigonian (1999) Rangel (1981)

A primeira dualidade no Brasil foi caracterizada pela repressão ao tráfico de escravos, marcando a passagem do escravismo para o feudalismo, além dos senhores de escravos tornarem-se donos de terra. Na fase b, destaque para a diversificação das atividades produtivas. Essa dualidade teve como sócio maior os senhores de escravos (polo interno) e como sócio menor a burguesia comerciante (polo externo).

A segunda dualidade foi marcada pela chegada do capitalismo (e não apenas no polo externo, como na dualidade anterior) na fazenda. Na fase b ocorreu a diversificação da produção por meio do desenvolvimento de atividades artesanais, marcando a passagem da antiga fazenda de escravos ao latifúndio feudal mercantil. Neste período o sócio maior era a burguesia comerciante, enquanto os fazendeiros comerciantes compunham o sócio menor.

A terceira dualidade, por sua vez, teve como sócio maior os fazendeiros comerciantes (polo interno) e como sócio menor a burguesia industrial nascente (polo externo). Nessa dualidade ocorreu a mudança da hegemonia econômica no plano externo, pois o capital financeiro inglês foi substituído pelo norte-americano. O período da grande depressão (1929) possibilitou a consolidação da industrialização brasileira da substituição industrial das importações, e nesse processo, emergiram os ciclos próprios da economia nacional, os ciclos juglarianos, ou seja, ciclos mais curtos da economia com duração

média de 10 anos. Esses ciclos também contam com uma fase de ascensão (em média cinco anos) e uma fase de recessão (em média cinco anos).

A quarta dualidade deve ser constituída pela nova burguesia rural como sócio menor (polo interno) e a burguesia industrial como sócio maior (polo externo). Nessa dualidade as principais características serão: intensificação do processo de substituição de importações mediante crise do comércio exterior e endividamento externo¹. As dualidades brasileiras serão discutidas e aprofundadas no início de cada capítulo.

Com base nos elementos colocados até o momento, a seguir apresenta-se a gênese das cidades que formarão as aglomerações urbanas de Uruguaiana e Corumbá, enquanto Foz do Iguaçu será criada apenas no início do século XX. Apresenta-se elementos que permitem entender a criação desses núcleos urbanos no período colonial e as atividades econômicas em cada uma das áreas. Inclui-se ainda, elementos dos antecedentes da formação socioespacial.

1.2. Gênese de Uruguaiana e Paso de los Libres e a Atividade Pastoril

Durante o período colonial a dinâmica da área de fronteira onde Uruguaiana está inserida esteve atrelada ao processo da mineração do ouro que ocorria em Minas Gerais, desencadeando no sul da Colônia portuguesa um processo de produção, que tinha por objetivo abastecer o mercado interno criado pela mineração (SERRES, 2010).

Essa economia movimentou, além do oeste do Rio Grande do Sul, a área platina² como um todo, já que os processos de aprisionamento e condução de gado e especialmente de mulas destinadas ao transporte para a região mineradora, não restringiam-se apenas ao domínio português, pois era na Argentina que encontravam-se os mares. Desta forma, iniciou-se o interesse por parte da Coroa portuguesa em impulsionar o povoamento das terras ao sul de São Vicente até Sacramento (PESAVENTO, 1992).

Assim, o Rio Grande do Sul começou a ser ocupado no contexto de disputa entre as Coroas da Espanha e de Portugal. Datam do início do século XVII as primeiras incursões jesuíticas ao território gaúcho, que era povoado predominantemente por

¹ A discussão sobre a quarta dualidade brasileira será discutida no quinto capítulo, pois existem discussões a respeito do fato da quarta dualidade já ter sido iniciada, enquanto outros afirmam não ter sido iniciada.

² Pertencem a América Platina a Argentina, o Paraguai e o Uruguai. Recebe esta denominação pelo fato dos países serem banhados por rios que compõem a Bacia Hidrográfica do Rio do Prata.

indígenas, com destaque para os guaranis. A ocupação da porção sul do estado, onde se encontra a cidade de Uruguaiana, também foi realizada pelos padres da Companhia de Jesus. A disputa entre Portugal e Espanha pelas terras da América do Sul ocorreu por longo período baseada no Tratado de Tordesilhas, que definia os limites de fronteira, mesmo sem constar precisamente onde encontravam-se esses limites.

Aqui é necessário considerar que, ao entrar em contato com o universo subdesenvolvido ou pré desenvolvido, como nos mostra Rangel (1981), a Europa não mediu esforços para inserir a América nos moldes feudais, tendo o Tratado de Tordesilhas como marco deste esforço. Ao mesmo tempo que dividia-se o continente americano entre as Coroas de Espanha e Portugal “[...] estatuía que todas as nossas terras pertenciam ao rei – um ou outro, pouco importava, do nosso ponto de vista” (RANGEL, 1981, p.6).

As disputas pela posse e manutenção das terras em tela foram amenizadas (por curto período) somente através do Tratado de Santo Ildefonso³ em 1777, sendo que, em 1810 os portugueses conquistaram as Missões Orientais, dando início à definição da fronteira oeste do Rio Grande do Sul.

Em relação às delimitações de fronteira em território brasileiro, Machado (2000) explicita que, na segunda metade do século XVIII o perímetro das fortalezas e casas fortes que concentravam-se no decorrer da costa, passou a expandir-se no intuito de anexar as margens das terras do Estado brasileiro. Ainda que a linha de fortificações pombalinas assemelha-se ao atual limite das terras brasileiras, formalizado primeiramente no Tratado de Madri em 1750, ela concretizou-se apenas após a revogação do tratado.

Não obstante ter sido anulado (1761), o Tratado de Madri constitui uma referência ainda válida para o estudo do processo histórico de legitimação dos limites das terras brasileiras, tendo em vista as *inovações* introduzidas por quatro anos de negociações diplomáticas. Entre as inovações destacamos: a) o reconhecimento da superação da linha de Tordesilhas; b) a primeira tentativa de estabelecer os limites entre as possessões lusas e castelhanas num sentido continental; c) uma visão ampla da geopolítica mundial, em que se estabelece a separação entre os conflitos que pudessem ocorrer na Europa (entre as potências signatárias) e os conflitos americanos (Artigo XXI); por fim, d) o deslocamento, na ordem jurídica, do princípio romano do Direito Civil, denominado de *uti possidetis* (consagrado ao direito de propriedade e posse sobre terras) para o campo do Direito Público (Artigo IIL) (MACHADO, 2000, p.12).

³ O tratado tinha por objetivo a troca das Missões e da Colônia do Sacramento pela Ilha de Santa Catarina, bem como a renúncia à navegação nos rios da Prata e Uruguai por parte de Portugal. Foi definida, a partir de então, uma faixa de terra na divisa das duas fronteiras, entre a lagoa Mirim, lagoa Mangueira e a costa atlântica, como terras neutras, não pertencentes a nenhuma das Coroas. No entanto, os “Campos Neutrais”, como ficaram conhecidas tais terras, serviram como uma das principais rotas de contrabando entre o Rio Grande do Sul e a Banda Oriental (PESAVENTO, 1992).

A autora menciona uma segunda referência adotada no Tratado de Madri, os lugares de povoamento, especialmente as terras dominadas pelas missões jesuíticas. As missões espanholas estendiam-se pelo centro da América do Sul, desde o Paraguai até Maynas, constituindo uma efetiva faixa de fronteira no sentido Norte-Sul; o mesmo papel que tiveram as missões religiosas portuguesas na porção oriental da Bacia Amazônica. Essas parcelas foram fundamentais para o traçado de limites e para o cumprimento do *uti possidetis*. A terceira referência foram os elementos físicos. Não existindo o reconhecimento do direito indígena ao território, considerável parte das terras eram tratadas enquanto áreas vazias. Assim, os limites seguiriam os acidentes físicos, em especial as fronteiras fluviais.

Neste período a relação entre fronteira e limite desenvolvia-se na Europa. Os limites das possessões até o século XVIII, fossem reinos ou soberanias, eram frequentemente imprecisos. Da mesma forma ocorreu nas colônias sul-americanas, no entanto trata-se de uma perspectiva posterior dos acontecimentos, visto que naquele momento o interesse das Coroas ibéricas pela definição da posse e o traçado de limites, principalmente da Coroa portuguesa em investir na ocupação das fronteiras, possuía intuito concreto e imediato (FERRARI, 2012).

Como consequência da revogação do Tratado de Madri e considerando a incerteza dos caminhos nas guerras no sul com a Espanha, além da situação econômica metropolitana resultante da queda das exportações de ouro brasileiro, o governo priorizou a defesa das fronteiras e o contrabando. A saída para esses entraves seria, na perspectiva portuguesa, a construção de fortificações nas áreas que não constavam no tratado. Desta forma, as fortificações estabelecidas nas principais rotas de comunicação constituíram-se em verdadeiros elementos de fronteira, tendo a tarefa ainda de intensificar os povoamentos.

Shaffer (1991) aponta que, as fronteiras terrestres dos países sul-americanos foram marcadas pela dispersão do povoamento, pelos vazios humanos, pela falta de clareza nos traçados, pelos conflitos, pela posse de terra e pela fragilidade dos vínculos entre países vizinhos.

Considerando que nos primeiros anos de ocupação da área de Uruguiana a população local era pequena e a demanda por alimentos reduzida, a quantidade de gado era grande. Esse período ficou marcado como a época do couro, expressão usada de forma pragmática, pois neste momento o couro era a parte mais valorizada e aproveitável do

boi, sendo que na maioria das vezes a carne era ignorada, já que a mesma não poderia ser conservada, devendo ser consumida logo após o abate do animal.

É a partir da doação de sesmarias⁴ na região de Uruguaiana, que verifica-se o processo de formação das estâncias, criação de cidades e da economia baseada na atividade pastoril. Isso ocorreu a partir de 1814 com o objetivo de ocupação do espaço físico. Assim, através das referidas doações, ocorreu a oficialização da grande propriedade rural, que marca a constituição da base fundiária da fronteira oeste gaúcha. Neste sentido Fonseca (1983) explicita que, a grande propriedade não é apenas característica da fronteira, de certo modo é um elemento da própria economia pecuarista.

Alguns autores apontam a inexistência de um mercado de trabalho livre na pecuária durante a primeira metade do século XIX (MAESTRI, 1984; PESAVENTO, 1980). Contudo, Farinatti (2003, p.14) assinala uma combinação de trabalho escravo com trabalho de peões livres nas estâncias. O autor explicita que estes peões recebiam pouco e a maior parte era paga em mercadorias.

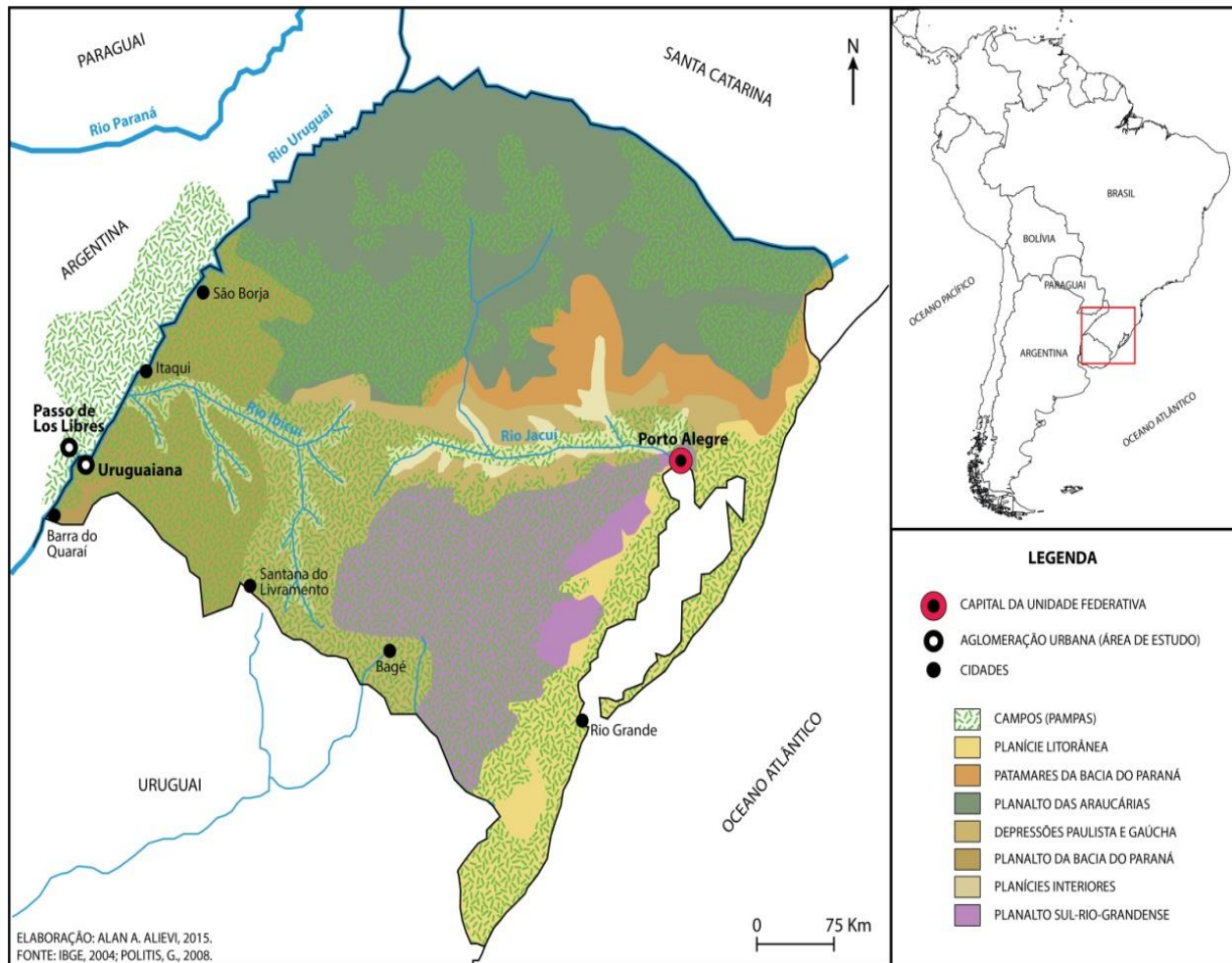
[...] em meados do século XIX, o trabalho de escravos campeiros era ainda estrutural nos maiores estabelecimentos pecuários da Campanha. Havia, também, peões que iam à estância e ficavam por dois ou três meses, em geral nas épocas de maior demanda laboral. Recebiam salários maiores, e uma parte mais significativa dos seus vencimentos era paga em dinheiro. Além de todos esses trabalhadores, ainda havia os peões por dia ou tarefa, que ficavam nas estâncias por alguns dias ou semanas, nos períodos de marcações, castrações, busca de animais evadidos e formação de tropas para as charqueadas. Esses peões eventuais recebiam mais do que todos os outros e quase sempre em dinheiro.

Como mencionado anteriormente, para a compreensão da formação socioespacial de uma área é fundamental considerar os elementos físicos. O mapa 2 apresenta o relevo desta área de fronteira. Trata-se de um relevo predominantemente composto por campos e planalto de araucárias, elemento que favoreceu a criação de gado e posteriormente o cultivo do arroz. O solo presente em Uruguaiana, e que estende-se em áreas da Argentina

⁴ De acordo com Ferreira (1994), as sesmarias eram lotes de terras incultas ou abandonadas cedidas pela Coroa Portuguesa a pessoas que quisessem cultivá-las, chamadas sesmeiros. O lavrador era obrigado a pagar uma sexta parte dos frutos da terra. Era justamente o dízimo da Ordem de Cristo, esta representada pela Coroa Portuguesa. Por isto, chamava-se sesmaria. Prado Junior (2008) aponta que, Portugal dividiu o território do Brasil em 15 setores lineares - as capitânicas - de 30 a 100 léguas de costa (cada légua tinha aproximadamente 6 quilômetros de extensão) que foram doadas a 12 donatários. Estes usufruíam de poderes administrativos, legislativos e jurisdicionais, podendo conceder sesmarias, fundar vilas, organizar a administração e desempenhar funções judiciais. Essas Capitânicas eram particulares e hereditárias, pois pertenciam aos donatários e eram transmissíveis por herança aos sucessores legítimos.

e do Uruguai, é denominado Luvisolos, ou seja, caracteriza-se pela pouca profundidade e pelo acúmulo de argila (URUGUAIANA, 2004).

MAPA 2 - Aspectos das condições naturais do Rio Grande do Sul



O povoamento da região da Campanha⁵ ocorreu vinculado às notícias que corriam na Colônia sobre as possibilidades da riqueza pastoril, bem como da necessidade dos sesmeiros. Para os sesmeiros era, na maioria dos casos, destinado o posto de coronel, já que, devido principalmente ao distanciamento da autoridade institucional do governo, além das terras era atribuída à autoridade legal do local. Sobre esta formação, Rangel (1981, p.7) explicita que:

⁵ Área composta por vegetação rasteira, formada por gramíneas e herbáceas (CESAR, 2005).

[...] o feudalismo surgido no Brasil a partir do Tratado de Tordesilhas, passou a ter, e não em caráter temporário, um caráter não feudal. Em suma, entre os donatários (e não apenas os titulares das capitânicas hereditárias) e o rei estabeleciam-se relações de caráter insofismavelmente feudal: relações de susserania e vassalagem, ao passo que entre o donatário – vassalo e a população do feudo, a ele subordinada, estabeleciam-se relações típicas de outros modos - mais primitivos – de produção, refletindo o estágio aí alcançado de desenvolvimento das forças produtivas.

Para Herrlein (2004), a despreocupação por parte dos governantes em realizar uma divisão equânime de terras resultaria por definir os moldes fundiários e políticos que permanecem até os dias de hoje. O período da formação de Uruguaiana foi marcado pelo início da pecuária, pela busca da definição da área de fronteira entre Espanha e Portugal e pelo estabelecimento das sesmarias, que contaram com relações sociais tipicamente feudais. Estas relações reproduziram-se nas estâncias e nos processos de criação de gado e produção de charque, como veremos adiante.

Em relação a gênese de Paso de los Libres deve-se frisar que, antes da fundação da província de Corrientes, a área em estudo era ocupada pela estância missioneira de Yapeyú, que compreendia os municípios de Itaqui, São Borja, Uruguaiana e algumas cidades fronteiriças da Argentina e do Uruguai, entre elas o atual território de Paso de los Libres. Neste contexto Grimson (2003, p. 51) explicita que:

Yapeyú, la mas meridional de las reducciones jesuíticas, fundada en 1626 y donde luego nacería el general San Martín, se encuentra a solo 60 Km al norte de Pasos de los Libres. Desde Yapeyú se fundaron diversas estancias y en 1742, hacia el final de la presencia jesuítica, se habría inaugurado un oratorio en el lugar donde más tarde se fundaría Pasos de los Libres. Como el río Uruguay no era frontera para los jesuitas, sino una de las principales vías de transporte entre las poblaciones, también la zona de la actual Uruguayana habría sido incorporada a la estancia de Yapeyú. Es probable que la región de Libres y Uruguayana se constituyera en la última zona periférica que las misiones alcanzaron, aunque sin consolidar su dominio.

A efetiva ocupação da província de Corrientes teve início juntamente com a colonização espanhola. O primeiro povoamento foi Vera San Juan, hoje a capital da província, também com o nome Corrientes e fundada em 1588. Do século XVIII até as primeiras décadas do século XIX as fundações de vilas na província de Corrientes foram ocorrendo paulatinamente, sendo que uma dessas vilas foi Pasos de los Libres, criada em 1843.

De acordo com Schaller (2001), o processo de povoamento foi difícil, em grande parte por conta da resistência dos indígenas que ali viviam. Soma-se a isso a carência de

incentivos políticos e econômicos, repercutindo negativamente no desenvolvimento do local. Em relação as atividades desenvolvidas, o autor citado aponta que neste período as mesmas baseavam-se na agricultura destinada a subsistência da população local.

A pecuária, assim como ocorrido em Uruguaiana, teve início através do aproveitamento do gado deixado pelos jesuítas. No século XVIII iniciou-se a criação de gado nas estâncias, sendo que a partir desse momento a atividade teve crescimento com a demanda de mercados regionais, especialmente Misiones e Paraguai. Desde o final do século XVIII a crescente demanda por couro e produtos derivados estimulou a criação de gado nas estâncias da região, e com a abertura do porto de Buenos Aires para o comércio internacional em 1760, houve acréscimo nas exportações desses produtos (GRIMSON, 2003).

Segundo Schaller (2001), o desenvolvimento de atividades produtivas em Corrientes iniciou-se a partir do momento em que os limites fronteiriços da província foram delimitados, na segunda metade do século XIX. Nesta perspectiva cabe considerar que, no ano de 1760 a província contava com 9.400 habitantes e 50 anos depois com 25.500 habitantes, enquanto o número de cabeças de gado entre os anos de 1760 e 1858 cresceu de 160.000 para 320.000 (SCHALLER, 2001, p. 133).

De forma similar ao realizado no Brasil, o governo imperial espanhol criou uma política de concessão de terras com objetivo de colonização e organização territorial. Schaller (2001) explicita que, uma das consequências do avanço territorial foi a paulatina transferência de terras do governo para o domínio particular. A política de concessão de terras teve início a partir da fundação da cidade de Corrientes e o critério inicial era a doação das mesmas para aqueles que nelas residiam há certo tempo.

Contudo, em 1754 foi realizada uma reforma para acelerar o povoamento e a regularização das posses. Foram reconhecidas as propriedades daqueles que justificaram a posse anterior a 1700. Os ocupantes a partir deste ano deveriam apresentar os títulos de propriedade ou no caso de não possuí-los, deveriam realizar a compra. Os altos custos e a distância dos maiores centros urbanos determinaram que os títulos fossem adquiridos, em sua maior parte, por aqueles que possuíssem recursos e influências na administração colonial. Assim, as propriedades passaram a concentrar-se nas mãos de poucos, ou seja, iniciou-se a concentração fundiária na província de Corrientes. A área onde se encontra Paso de los Libres foi uma das últimas a serem povoadas.

Marco na história do país e com grandes reflexos na província de Corrientes se deu a partir de 1810 com a Revolução de Maio⁶. De acordo com Rivera (2007), a revolução possuía dois objetivos: emancipar as regiões da Bacia do Prata da supremacia comercial e política da metrópole espanhola e transferí-las a Buenos Aires e ao seu monopólio político e econômico. Após romper a dependência das autoridades espanholas, a Revolução de Maio interrompeu a já frágil articulação entre as províncias de Buenos Aires com as do interior.

Com a independência da Argentina em 1816, a Inglaterra teve papel marcante no país, pois passou a utilizar o porto de Buenos Aires para trazer grandes quantidades de mercadorias. Rivera (1954, p. 21) aponta que:

La separación de España [...] cortó la corriente nacional en la que se operaba este comercio, determinando que su lugar fuese ocupado, principalmente, por Inglaterra, cuya industria, mucho más adelantada, exigía la apertura de todas las zonas pré-capitalistas para sus artículos y para proveerse de materias-primas.

Em poucos anos a produção artesanal e manufatureira da província de Buenos Aires estava enfraquecida.

El comercio libre, implantado por el gobierno de Buenos Aires, provocó la desaparición, en corto número de años, de las industrias del interior; las necesidades de la lucha contra los realistas, obligaron a las provincias a sacrificios cuantiosos de sus bienes, así como a distraer brazos de las ocupaciones productivas, con destino a los ejércitos revolucionarios [...] (RIVERA, 1954, p.23).

Para Rivera (2007), a independência não alterou a conjuntura da Argentina, já que as desavenças acerca da condução política do país colocavam as províncias do interior em oposição a Buenos Aires. Nesta perspectiva, a classe política do interior defendia maior autonomia frente à Buenos Aires. Este assunto será retomado adiante.

A ocupação das áreas onde Uruguiana e Paso de los Libres foram criadas, embora distintas em relação aos países colonizadores, ocorreu no mesmo período e manteve características similares no que diz respeito às atividades desenvolvidas. A ocupação a partir dos jesuítas promoveu relações econômicas e sociais constantes entre os povoados existentes nas áreas de Uruguiana e Paso de los Libres. Embora neste período as discussões sobre limites e fronteiras houvesse iniciado, o movimento nesta fronteira era constante e o rio não impedia a circulação de pessoas, visto que os estancieiros e os trabalhadores (escravos ou peões) por ali circulavam e relacionavam-se. Trata-se,

⁶ Ver Pueyrredón (1953), Paso (1974) e Corbellini (1950).

portanto, do início da estruturação da atividade pecuarista, que irá se desenvolver e perdurar por muito tempo.

1.3. O Domínio Territorial e a Gênese de Corumbá

A área onde encontra-se a cidade de Corumbá foi marcada pela chegada dos padres jesuítas no início do século XVII. Assim como ocorrido no Rio Grande do Sul, os missionários introduziram o gado vacum, cavalari, muar e ovino no território matogrossense.

O gado era mantido as margens dos rios Paraná, Paraguai e Uruguai, formando assim, os primeiros núcleos criatórios. De acordo com Brazil (2009), a ideia era promover a fixação dos indígenas, para posteriormente, por meio da criação dos rebanhos, acumular riqueza. Contudo, as incursões bandeirantes, ao explorar o interior da América do Sul, encontraram as reduções e suas respectivas criações, destruindo-as e dominando-as.

Muitos animais ficaram nas antigas povoações, e sem cuidados, os mesmos se espalharam pela região, retornando ao estado selvagem. Mesmo nessas condições, vivendo sem manejo, o número de gado multiplicou-se, constituindo a gênese da pecuária sul-matogrossense (BRAZIL, 2009).

Além da busca por indígenas, a intenção portuguesa em avançar a linha imposta por Tordesilhas era encontrar metais preciosos. Para tanto, os paulistas destruíram reduções jesuíticas espanholas, elaboraram rotas, descobriram minas e criaram condições para o povoamento dos estados de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. Com a descoberta de ouro em 1718 em Cuiabá, o Mato Grosso do Sul⁷ deixou de ser interessante para os paulistas (QUEIROZ, 2009).

Nos primórdios da ocupação desta área, os rebanhos selvagens constituídos após a destruição da redução de Itatim (abrangia a atual área de Corumbá) tinham pouca importância. Entretanto, em 1682, alguns anos antes da descoberta de ouro em Cuiabá, uma das mais importantes bandeiras organizadas em Sorocaba/SP, deslocou-se para o sul do Mato Grosso. Surpresos com os rebanhos “sem donos”, optaram pela formação de um arraial nas Vacarias⁸ Sulinas da Província (BRAZIL, 2000). Esse acontecimento

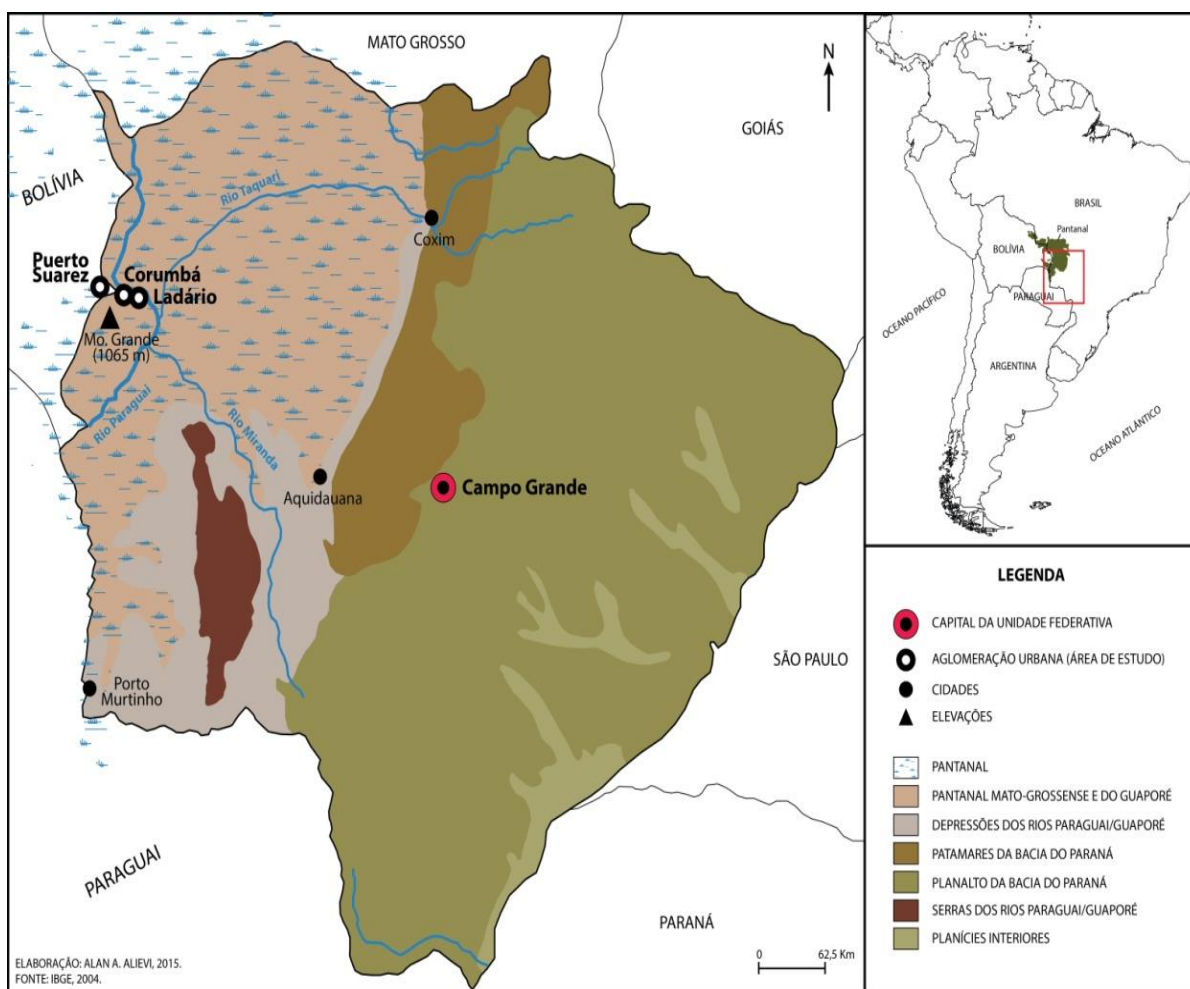
⁷ Embora o estado de Mato Grosso do Sul tenha sido criado em 1977, será adotada a sua utilização desde o início no intuito de facilitar a compreensão acerca dos processos que ocorreram nesta área.

⁸ Em suas incursões pela região, os portugueses denominaram essas áreas de vacarias, dada a presença dos rebanhos silvestres. “Delimitava-a Pedro Taques, em meados do século XVIII, depois de afirmar que, nos

determinou importantes mudanças na história de toda a área, visto que somente a partir daí teria início o povoamento luso brasileiro, assim como efetivas medidas portuguesas pela posse deste território (QUEIROZ, 2009).

Questão fundamental nesse processo está relacionada às condições do relevo do Pantanal (mapa 3), pois foram determinantes na evolução do povoamento e conquista desta porção do Mato Grosso do Sul (BRAZIL, 2000). Aqui é importante destacar que, o clima da área é o semi-úmido, sendo o período chuvoso (outubro a abril) responsável pelas inundações do rio Paraguai e afluentes. Essas inundações cobrem até dois terços da área pantaneira e ocorrem em virtude da baixa declividade do terreno, que apresenta 100 metros de altitude em média. As superfícies pantaneiras mais elevadas abrangem a vegetação do Cerrado e em áreas mais úmidas apresentam florestas tropicais (CARDOSO et al, 1995).

MAPA 3 - Aspectos das condições naturais do Mato Grosso do Sul



campos assim chamados, existiam enormes rebanhos, sem haver algum senhor possuidor de tanta grandeza, não só de gados *vacuns*, mas também dos animais cavalares” (BRAZIL, 2000, p. 33).

O Pantanal representou grande obstáculo para o avanço da ocupação no Centro e Noroeste do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul. Assim, as primeiras investidas luso-brasileiras para o interior da América do Sul, em especial no Vale do Guaporé⁹, ocorreram apenas a partir do século XVII (1648-1651), com a chegada do bandeirante Antonio Raposo Tavares (BRAZIL, 2000).

Esselin (2011, p.74) aponta que, os campos do Pantanal são promissores para a atividade pecuarista “[...] devido à boa qualidade das pastagens, à salinidade do solo e à aptidão para o desenvolvimento da pecuária [...]”. Entretanto, esses elementos representaram apenas uma casualidade, pois os espanhóis desejavam somente a ocupação do território, que era estratégico na articulação entre seus destinos, ou seja, ao território peruano, detentor das minas de prata.

Após a descoberta inicial do ouro, a área territorial do Mato Grosso ampliou-se rapidamente e as tarefas de garimpagem acentuaram-se. Em 1719 foi fundado o Arraial de Forquilha as margens do rio Coxipó do Ouro, um dos rios que formam o rio Paraguai e em 1722 foi criada a primeira vila da região, a Vila Senhor Bom Jesus de Cuiabá (BRAZIL, 2000). Esse foi o início do período aurífero no Mato Grosso, que promoveu o deslocamento contínuo de pessoas em busca de oportunidades.

Segundo Brazil (2000), o expansionismo português já buscava muito antes do Tratado de Madri, a delimitação do território colonial pela concepção das “fronteiras naturais”, opondo-se aos princípios do Tratado de Tordesilhas e definindo os elementos da soberania portuguesa. Neste sentido cabe considerar que, ocorreram negociações diplomáticas entre Portugal e Espanha desde 1746, sendo a região do Guaporé estabelecida como faixa de fronteira ao norte da Colônia e Mato Grosso e Goiás desmembradas de São Paulo em 1748. Assim, a capitania de Mato Grosso ficou sob a jurisdição direta da Coroa portuguesa.

A partir de 1750 os governos ibéricos colocaram em prática os termos do tratado que definiriam as terras coloniais. O reconhecimento da soberania portuguesa sobre os territórios conquistados através do avanço bandeirante e pelos contingentes militares, que apropriaram as áreas interioranas, sobretudo ao sul e ao norte da Colônia, tornou-se o objetivo principal do Tratado de Madri. Posterior à expulsão dos jesuítas espanhóis e a tentativa de acordos diplomáticos entre Portugal e Espanha, em 1761 o Tratado de Madri foi anulado. No ano seguinte foi fundado o Forte Nossa Senhora da Conceição, na faixa

⁹ O Vale do Guaporé, formado pelo rio Guaporé, está localizado nos estados de Mato Grosso e Rondônia e na fronteira com a Bolívia.

de fronteira, representando o primeiro passo do processo político de consolidação do governo português no extremo oeste da Colônia.

Povoar a então capitania de Mato Grosso tornou-se a base para a consolidação da soberania portuguesa. Logo ocorreu o surgimento de importantes núcleos populacionais como Cuiabá, Vila Maria e Albuquerque, que posteriormente tornou-se Corumbá, na margem direita do rio Paraguai (BRAZIL, 2000).

A conquista de territórios no centro da América do Sul pelos portugueses não significou apenas o avanço da colonização para o interior do continente. Refere-se a um processo constituído de uma série de características específicas desta parte central, entre as quais destacam-se: a singularidade de um território de mineração de ouro e fronteiriço aos domínios espanhóis (OLIVEIRA, 2007). O caráter fronteiriço das relações entre povos indígenas e colonos, de acordo com Oliveira (2007, p.2), excede o campo das imprecisas fronteiras geopolíticas entre territórios espanhóis e portugueses. “Estes ameríndios reproduziam práticas sociais que os inseriam na sociedade colonial em relações de troca com os colonos, com a produção de excedentes, do mesmo modo em que em seus territórios reproduziam práticas locais de longuíssima duração”.

A área do atual município de Corumbá está inserida na Bacia do Alto Paraguai. No século XIX essa região era caracterizada como uma faixa utilizada para proteger primeiramente as possessões portuguesas das ameaças castelhanas, e posteriormente, como bloqueio as eventuais invasões da República paraguaia. Fundada pelos portugueses em 1778, Corumbá exerceu importante função geopolítica, visto que já em 1775 foi construído o Forte Coimbra, com o intuito de proteção do território contra ataques inimigos. Contudo, a povoação neste momento não atuou como núcleo de irradiação de povoamento, pois encontrava-se em um contexto marcado pela ausência de atividades produtivas para a ocupação (SENA, 2010).

Já a área onde encontram-se as cidades de Puerto Suárez e Puerto Quijarro, recebeu esse nome a partir das conquistas realizadas pelos hispano-americanos que viviam em Assunção e Lima. De acordo com Monteiro (2001, p.33):

Se conoce con el nombre de Oriente Boliviano una amplia zona de la República de Bolivia, que se extiende desde las ultimas estribaciones de la Cordillera de Los Andes, hacia el Este, hasta la región del Mato Grosso en el Brasil; y desde los ríos Madera y Abuná, en el Norte, hasta las llanuras del Chaco Boreal en el Sur. Ocupa los actuales departamentos de Pando, Beni y Santa Cruz y parte do La Paz y Cochabamba más de 50% del territorio nacional.

Foi no final de 1690 que os jesuítas do Paraguai chegaram à área de Puerto Suárez. Até a chegada dos jesuítas, os Chiquitos¹⁰ haviam tido pouco contato com os espanhóis. Com a ocupação realizada pelos jesuítas, a propriedade da terra ganhou características de latifúndio e com a saída dos mesmos em 1767, estabeleceu-se nessa área uma nova elite latifundiária conservadora, apoiada por políticas governamentais.

[...] el dominio señorial latifundista que se ha mantenido prácticamente hasta la actualidad, reproduciéndose en una suerte de autosuficiencia económica y conformando una sociedad estratificada dominada por élites reducidas que hicieron prevalecer pautas medievales, incluso con tendencias de sojuzgación esclavista em las formas de producción. Con todo, se afianzó en la región chiquitana, la *hacienda* como institución económica y la sociedad tradicional estratificada (VEIZAGA, 2012, p.65).

Entre 1748 e 1767 (neste último destaca-se a expulsão dos jesuítas) iniciou-se um novo ciclo de fundações, com a preocupação de vincular as missões da Chiquitania com as do Paraguai. Neste sentido, de acordo com Tonelli (2007, p.99), em 1772 a Coroa Espanhola:

Ordena celar con especial cuidado los confines de Mato Grosso del que injustamente se han apropiado los portugueses, como igualmente de las grandes y ricas minas de Cuyabá, pareciendo muy preciso, para que continuen em sus usurpaciones, se formen hacia las lagunas Mandioré, Vayuva y Xarayes, que hacen caudaloso el Rio Paraguay, otros pueblos de espanoles, com un pequeno flerte o vigía, además de lo cual es necesario evitar las incursiones por tierra, que pueden ternerse por el camino que se sabe haber abierto desde la referida laguna Mandioré.

Até esse momento, essa área boliviana manteve as características que a definiram no período de sua gênese, ou seja, povoamento indígena com pouca ou nenhuma atividade produtiva. Veremos no decorrer do trabalho que esses elementos continuarão a definir a área por muito tempo¹¹.

A partir da breve discussão sobre a gênese da área de fronteira de Uruguaiana, Paso de los Libres e Corumbá, a periodização desse trabalho seguirá as dualidades brasileiras como percurso para analisar os acontecimentos e atividades nos municípios e as relações estabelecidas e mantidas entre eles.

¹⁰ A palavra “chiquito” fazia menção a diversos grupos indígenas localizados no Oriente boliviano entre o Chaco e as selvas pantanosas, que se estendem desde o Amazonas. Lucidio (2013) explicita que, foram assim chamados devido à suposição de que tratava-se de um povoado constituído por pessoas pequenas, equívoco provocado pela pouca altura das entradas de suas casas.

¹¹ A área onde está inserida a cidade de Foz do Iguaçu teve os primeiros elementos de sua ocupação a partir do final do século XVIII e início do XIX, baseada na extração da erva-mate e madeira. Mas tratava-se de um processo que era comandado pela Argentina.

2. OS PROCESSOS DE INDEPENDÊNCIA NA AMÉRICA DO SUL E A FRONTEIRA OESTE BRASILEIRA

O segundo capítulo tem como recorte temporal a primeira dualidade brasileira (1822-1889). Neste período importantes acontecimentos marcaram o início do desenvolvimento das áreas de fronteira, como a Independência do Brasil, do Paraguai e da Bolívia. Soma-se a isso a estruturação de algumas atividades produtivas e suas formações socioespaciais. O objetivo deste capítulo, portanto, é compreender a dinâmica social e econômica das aglomerações urbanas de Uruguaiana e Corumbá, bem como o desenvolvimento da pecuária, do comércio e das demais relações e trocas realizadas entre as cidades de cada aglomeração.

2.1. Dinâmica Brasileira entre 1822 e 1889: alguns apontamentos

A utilização das dualidades brasileiras enquanto suporte teórico metodológico na discussão sobre as áreas de fronteira do Brasil com a Argentina, Paraguai e Bolívia se deu porque esses países não conseguiram estabelecer dinâmicas econômicas e sociais que permitissem maior integração dessas áreas à economia de seus respectivos países¹². Estas ficaram às margens, e nesta perspectiva, o Brasil se colocou como hegemônico, inclusive por forças armadas, como veremos no decorrer deste trabalho.

A independência do Brasil foi uma decorrência da Revolução Francesa (1789), a qual resultou da Revolução Industrial Inglesa e da Independência norte-americana, sinalizando irreversivelmente o império capitalista desenvolvido (industrial) em escala mundial (RANGEL, 1981). Sob o estímulo da Revolução Industrial, o centro dinâmico mundial deslançou a primeira onda longa, que na fase expansiva (1770-1815) e na recessiva (1815-1848) forçou a periferia subdesenvolvida a adaptar-se de acordo com as condições de cada país ou região aos impulsos advindos do centro.

A abertura dos Portos em 1808 marcou o início do processo de integração do polo externo da dualidade brasileira, passando pela criação do Reino do Brasil em 1815, pela Independência em 1822 e pela abdicação de Pedro I em 1831. Nesta perspectiva, o capital mercantil português, em aliança com o capital industrial nascente europeu, lançou os

¹² Além disso, não foram encontrados estudos sobre as dualidades das economias do Paraguai e da Bolívia. Na Argentina o desenvolvimento econômico e sua formação socioespacial foi estudada por Ferreira (2014).

elementos de mudança na sociedade brasileira, especialmente as fazendas de escravos subordinadas a Coroa portuguesa por ligações de susserania-vassalagem.

O polo interno, de acordo com Rangel (1981), havia concluído possivelmente sua evolução. A exceção das tribos indígenas ainda não aprisionadas ou exterminadas, a sociedade organizava-se no entorno das fazendas de escravos, as quais internamente eram constituídas sob a lógica do direito escravista. Deste modo, a independência representou a hegemonia da classe dos vassallos-senhores de escravos, a classe dual que esforçava-se em conciliar os interesses contraditórios advindos de sua dupla condição de barões e de senhores.

Assim, a primeira dualidade teve sua formação no polo interno representada pelo escravismo no lado interno e pelo feudalismo no lado externo. O polo externo, por sua vez, era composto pelo capitalismo mercantil no lado interno e pelo capitalismo industrial no lado externo.

Cada um desses modos de produção está dialeticamente associado aos demais, ou seja, interferindo no andamento desses e sofrendo a influência deles, sem, contudo, perder sua própria identidade. Para Rangel (1981, p.18), esta sociedade caracteriza-se pelo domínio de apenas duas classes representativas dos dois polos “[...] o rompimento das relações de produção, como fato político que é, tende a ocorrer no nível dos polos e não no dos polos (vide 1º lei da dualidade). Ora, como os polos não tem ambos a mesma idade (vide 2º lei da dualidade) é natural que o rompimento se de pelo polo mais antigo”.

O polo externo da primeira dualidade resultou da divisão que ocorreu no capitalismo mercantil português, o qual constituiu-se na forma hegemônica modeladora da sociedade colonial, representada pela classe dos comerciantes. Contudo, o autor citado nos mostra que, a única classe capaz de exercer a hegemonia era a classe dos vassallos-senhores de escravos, internamente escravistas e externamente feudais. Deste modo, como visto anteriormente, o Estado brasileiro em formação, era estruturado da seguinte forma: Sócio maior (hegemônico): a classe dos barões-senhores de escravos; Sócio menor: a classe dos comerciantes (principalmente exportadores-importadores) em estreita ligação com o capitalismo industrial estrangeiro, que constituiu o lado externo do polo externo (RANGEL, 1981).

No decorrer da primeira dualidade o papel do sócio menor era de fortalecer a economia, assumir novas posições de comando, além de ganhar coesão, homogeneidade e consciência de seus interesses. Para o sócio maior a situação era distinta, pois as contradições que deveriam conduzir a crise final do polo e da primeira dualidade

encontravam-se no feudo-fazenda de escravos e na classe vassallos-fazendeiros de escravos.

A tentativa de substituição de importações durante a fase b do primeiro Kondratieff (1815-1848) assumiu a forma específica de diversificação da atividade produtiva no interior da fazenda de escravos, onde o poder de competição da indústria capitalista do centro dinâmico chegava com menos força. A fazenda de escravos cresceu em proporção, tornando-se menos agrícola, visto que parte da mão de obra passou a ocupar-se com atividades como construção, indústria de transformação e alguns serviços.

Na fase depressiva do primeiro Kondratieff (1815-1848), perante a contração do comércio internacional, os fazendeiros utilizaram parte de suas terras para a produção de subsistência. Deste modo, a substituição de importações ganhou características da pequena produção mercantil nas oficinas de reparos, as quais multiplicaram-se nas cidades brasileiras. Esse modelo de industrialização continuou crescendo nas fases de expansão do comércio internacional (1896-1921), já que o Brasil enfrentava positivamente os estímulos do centro (MAMIGONIAN, 1999).

Durante as fases expansivas dos ciclos longos (1790-1825 e 1848-1873), os investimentos, tanto no centro como na periferia, cresciam. A ampliação da Inglaterra impunha maiores compras de matérias-primas e alimentos da periferia, que passava por momento de desenvoltura em virtude de um crescimento maior do comércio internacional em detrimento a economia.

Nas fases depressivas dos ciclos longos emanados do centro (1815-1848 e 1873-1896), as compras de matérias-primas e alimentos da periferia decresciam bem como os preços, ocorrendo contração da DIT mais do que proporcional a economia, grande ociosidade de capital-dinheiro, terras e forças de trabalho voltados a produção exportadora, provocando tendências desiguais a estagnação ou ao crescimento para dentro, pela via de substituição de importações (MAMIGONIAN, 1999, p.27).

Deve-se atentar que, no processo que originou a independência do Brasil, duas tendências econômicas contraditórias relativas à industrialização manifestaram-se: o objetivo da Coroa portuguesa em industrializar com base na experiência pombalina e a submissão do comércio importador aos interesses do capital industrial inglês, o qual conferiu as manufaturas inglesas tarifa preferencial de 15%. “Da coexistência destas duas linhas resultaram algumas iniciativas estatais e privadas, que deram origem a implantação de algumas indústrias e manufaturas, nos ramos siderúrgico, têxtil, etc., que tiveram

poucos anos de vida, pois não suportaram a concorrência dos produtos ingleses” (MAMIGONIAN, 1999, p.34).

Para a mudança do escravismo para o feudalismo efetivar-se era necessário a criação de uma massa de trabalhadores e a apropriação, pela classe dos feudais, de toda terra acessível. No Brasil, a primeira condição foi alcançada através da repressão ao tráfico de escravos pela Inglaterra e a consequente lei abolicionista brasileira, que proporcionou grande contingente de escravos livres. A lei de terras representou a segunda condição:

Ora, a absorção de todas as terras devolutas de interesse agrícola, nas terras devolutas e, como é natural, contra isso a classe dos fazendeiros, criando a condição *nulle terre sans seigneur*, abria outra solução, a saber, a conversão do escravo em servo de gleba, permitindo a dispensa da violência parcial direta, na medida em que o servo está interessado no resultado do próprio trabalho e, em consequência, é um trabalhador capaz de uma produtividade muito maior do que a do escravo - a ponto de compensar o maior custo da produção da mão de obra, a qual, agora, deve cobrir as necessidades dos membros inativos da família trabalhadora (RANGEL, 1981, p.20).

A retração da economia mundial, que incentivou a auto suficiência da fazenda de escravos no Brasil, terminou entre 1848 e 1850. Desde então, a utilização da navegação a vapor e do transporte ferroviário em nível mundial possibilitou importantes investimentos, além de incentivar a periferia a produzir mais artigos de exportação.

A urbanização após 1850 ressaltou as cidades enquanto cidades de fazendeiros, que instalaram-se nas mesmas com suas criadagens. Com exceção do café, os demais produtos de exportação mostravam queda no preço obtido no mercado, promovendo o declínio da renda monetária e o empobrecimento da aristocracia rural recentemente urbana. Desta forma, a população escrava passou a ocupar-se no mercado urbano em profissões que contribuíam para substituir importações, como pedreiros, carpinteiros, etc (MAMIGONIAN, 1999).

Assim, o papel do fazendeiro e suas relações com o resto do mundo passaram por mudanças. As antigas relações feudais decaem e a comercialização de sua própria produção, anteriormente uma atividade secundária, passa a ser a principal atividade. A fazenda tende a ser internamente feudal e externamente comercial.

Em relação aos países da América colonizados pela Espanha, Ferreira (2014) aponta que uma característica fundamental é o fato de serem mais latifundiários que escravistas, embora a escravidão existisse em alguns deles, como nos mostra Rangel (1990, p.53):

A escravidão distingue-se essencialmente do latifúndio pelo fato de, na primeira, o ‘capital’ fundamental, aquele ao qual se subordinam todos os outros capitais, ser o escravo – um bem móvel por excelência, ou ‘semovente’, como então se dizia, e, no segundo, esse ‘capital’ essencial ser o solo, protótipo da riqueza imóvel. Segue-se daí que a circulação do capital num regime caracterizado pela escravidão em geral, e, especialmente, por uma escravidão de tipo novo, isto é, igualmente capitalista, tende a ser muito mais intensa que nos países do feudalismo, mesmo que se trate de um feudalismo igualmente capitalista, como o surgido na América, na forma do latifúndio. Ora, a circulação intensa do capital cria condições propícias ao aparecimento de formas políticas unitárias, ao passo que a ausência dessa circulação conduz ao exclusivismo regional que, entre nós, encontrou expressão no federalismo.

A Argentina, desde as guerras de independência até o final do século XIX, manteve-se articulada sob a forma de Confederação de Províncias, com alto nível de autonomia, com predomínio de caráter feudal de sua estrutura econômica e social, herdada do período colonial. O aumento da capacidade de acumulação de capital na atividade pastoril foi favorecida pela industrialização inglesa, que iniciou a fase expansiva do 1º ciclo longo (1770-1821) com a caça ao gado chimarrão¹³ e a substituição pela criação nas estâncias.

As relações de produção no interior das estâncias estavam centradas em mecanismos coercitivos extra-econômicos, acumulava-se capital pela extração de rendas feudais (trabalho e produto), sendo a terra o meio de produção fundamental, com os camponeses e peões por vezes tendo instrumentos de trabalho próprios e sua pequena propriedade direcionada à produção natural. Tais características situam o peão como vassalo do estancieiro, da mesma forma que este se situa frente aos caudilhos regionais, detentores do poder político (FERREIRA, 2014, p.62).

Desse modo, os latifundiários feudais (domínio político) e os comerciantes (dinamismo econômico) dirigiram o pacto nacional de poder argentino em uma economia que era feudal internamente e capitalista externamente.

Antes de iniciar a discussão acerca da realização das atividades econômicas da primeira dualidade nas cidades de fronteira em tela, faz-se necessário abordar um acontecimento que repercutiu nas três áreas de estudo: a Guerra do Paraguai.

¹³ Trata-se do gado selvagem, que foi inicialmente criado pelos jesuítas e posteriormente passou a reproduzir-se de forma rápida, devido as condições naturais favoráveis.

2.2. A Guerra do Paraguai

Para compreender a Guerra do Paraguai é necessário entender os motivos que conduziram a mesma, bem como a conjuntura do Paraguai naquele momento. O país tornou-se independente após conflito com a Argentina, que buscava manter o Vice Reinado do Prata, unido em 1811. Com a negativa por parte do Paraguai, Buenos Aires criou entraves para o comércio externo paraguaio, pois era através do porto de Buenos Aires que ocorriam as transações.

Com o intuito de promover o desenvolvimento do país, agora isolado, o governo de Francia confiscou as terras dos grandes proprietários e passou a controlar a produção ali realizada. “[...] del 100% en el Chaco y del 98,4% en la Región Oriental. De las 16.590 leguas cuadradas en que era estimada entonces la superficie del territorio nacional, solamente 261 leguas cuadradas eran del dominio privado de sus habitantes” (PASTORE, 1972, p. 178).

Com uma visão mais progressista, mas com as mesmas características autoritárias, Carlos López sucedeu Francia e assumiu o poder em 1844. Este passou a negociar com alguns países, além de tentar aproximar-se dos vizinhos da Bacia do Prata. Essa aproximação foi bem recebida pelo governo brasileiro, que no mesmo ano tornou-se o primeiro país a reconhecer a independência do Paraguai (SALES, 2004).

Nesse momento a economia paraguaia apresentava considerável crescimento, sendo fundada em 1850 uma fábrica de canhões e armamentos, a siderurgia nacional. Tanto a fábrica como todos os serviços básicos encontravam-se sob controle do Estado (ODDONE, 2008).

No período do governo de Carlos López (1844-1862) ocorreram grandes transformações sociais e econômicas em âmbito mundial, como a expansão das relações internacionais, a consolidação da industrialização inglesa e a expansão das relações sociais capitalistas. Neste sentido, o Paraguai aprofundou suas relações comerciais com a Inglaterra e instalou algumas indústrias no país para alcançar sua independência produtiva (FIGUEREDO; FILIPPI, 2005).

Londres era responsável pela maior parte dos empréstimos realizados aos países da América Latina e pela maior parte do capital investido na infraestrutura, agricultura e mineração. Além disso, a Inglaterra era um dos mais importantes mercados para matérias-primas e produtos agrícolas. Desta forma, o estabelecimento comercial dos britânicos na

América Latina durante o século XIX, ocorria especialmente para importar e distribuir artigos têxteis, utensílios de ferro, porcelana, vidro, mobília, etc.

Foi apenas na década de 1850, após a Argentina autorizar a livre navegação no rio Paraná, que o comércio exterior do Paraguai começou a desenvolver-se. Berthell (1995) evidencia que, as exportações multiplicaram-se duas vezes na segunda metade de 1850, sendo que neste período o governo do Paraguai controlava metade do território nacional, exercendo o monopólio sobre o cultivo e exportação de erva-mate, couro e madeira. Entretanto, o principal obstáculo para a efetiva abertura da economia paraguaia era a dificuldade em realizar exportações, pois os produtos deveriam ir até Buenos Aires e a viagem até lá durava aproximadamente três meses.

Com a morte de Carlos López em 1862, Solano López assumiu o poder e deu continuidade à política interna de seus dois antecedentes. De acordo com Sales (2004), o novo presidente, influenciado pelo ministério que ocupava, passou a destinar grande parte das verbas do governo para a preparação de um exército forte, coeso e bem armado; buscou também aumentar a participação do Paraguai nas decisões e conflitos referentes à Bacia do Prata.

Neste contexto deve-se frisar que, durante a primeira metade do século XIX a história do Uruguai foi marcada pela instabilidade e alternância dos partidos Blanco e Colorado no governo. Essa instabilidade foi responsável pelo início de uma guerra civil entre os dois partidos, que perdurou de 1830 até o final da década de 1850. Com a ascensão do partido Blanco ao poder em 1861, a conjuntura política e social do Uruguai tornou-se instável, o governo criou impostos que atingiram produtores rurais do Rio Grande do Sul que possuíam propriedades no Uruguai, além de romper o Tratado de Comércio e Navegação com o Império brasileiro.

No mesmo contexto, a Argentina estabelecia medidas para unificação do Estado através de Bartolomeu Mitre combatendo os federalistas da oposição. Os governos do Brasil e Argentina, através de apoio ao partido de oposição à Berro, o Colorado, visualizaram a oportunidade de conseguir seus objetivos junto ao Uruguai.

Nesta perspectiva, Berro buscou apoio com os federalistas argentinos e com o governo paraguaio para combater os avanços colorados. Embora nunca tenha assinado um acordo, o apoio paraguaio veio de forma declarada. Com a intervenção brasileira e argentina no Uruguai, Solano López rompe suas relações e declara guerra aos dois países (SALES, 2006).

Solano López rompe relações com o Império contra quem declara guerra, invadindo o Brasil em dezembro de 1864, através da província de Mato Grosso. Contando com a garantia de que a Argentina se posicionaria neutra a respeito do conflito que se iniciara, Solano López, na tentativa de alcançar o Rio Grande do Sul, solicita à Bartolomeu Mitre autorização para passar com seu exército pela província de Corrientes. Tendo seu pedido negado por Mitre, Solano López declara guerra à Argentina, invadindo a província de Corrientes em abril de 1865 (SALES, 2006, p.6).

Contra as pretensões do governo paraguaio, Brasil, Argentina e Uruguai firmam o acordo militar conhecido como Tríplice Aliança e juntos enfrentam o Paraguai. Esse foi apenas o início de uma guerra que tomaria grandes proporções e que se estendeu até 1870, constituindo-se no maior conflito armado da América Latina. Segundo Bethell (1995), a Guerra do Paraguai fazia parte do processo de expansão global do capitalismo, onde a guerra foi consequência da integração da Bacia do Prata na economia do mundo britânico.

Durante quase um século as interpretações sobre as causas da guerra ressaltavam as disputas territoriais entre Argentina e Paraguai e entre Brasil e Paraguai, ou seja, conflitos relacionados aos direitos de livre navegação nos rios Paraguai e Paraná; aos interesses brasileiros, especialmente do Rio Grande do Sul no Uruguai; a aspiração da Argentina em consolidar sua unidade política e as ameaças do equilíbrio regional do poder inseridas pela política expansionista do Paraguai desde 1862. Bethell (1995) explicita que, desde as Guerras Napoleônicas até a deflagração da Primeira Guerra Mundial, a Inglaterra era o agente externo que dominava as questões econômicas na América Latina.

O século XIX foi para a América Latina o século inglês. E não é difícil se explicar esse fato. Em primeiro lugar, a Inglaterra tinha estado presente no momento da criação. Os fundamentos da supremacia política, comercial e financeira inglesa tinham sido firmemente lançados por ocasião da formação dos Estados independentes latino-americanos, durante as segunda e terceira décadas do século XIX. Em segundo lugar, de 1815 até 1860 ou 1870, a Grã-Bretanha exercia hegemonia global nunca desafiada e, até 1914, supremacia global um pouco menos intensa. A marinha inglesa governava os mares. Em terceiro lugar, e mais importante que tudo, a Inglaterra, a primeira nação industrial, fornecia a maior parte dos bens manufaturados e de capital para a América Latina (BETHELL, 1995, p.5).

Fernandes (2011) analisa a Guerra do Paraguai com base no segundo ciclo de Kondratieff (1843-1896), e neste sentido aponta que no ano de 1864, quando do início da Guerra, a economia mundial encontrava-se em crise, afirmando que o maior interessado em um conflito na América Latina não era o governo britânico, mas o norte - americano. Esse interesse estava relacionado com a crescente indústria bélica, atrelado as suas

pretensões geopolíticas. “Não estamos afirmando que os Estados Unidos (ou determinados setores desse Estado) tenham provocado o conflito, mas fizeram uso das constrações existentes entre os Estados platinos, na intenção de obterem vantagens econômicas e políticas no continente sul-americano” (FERNANDES, 2011, p.05). O autor aponta ainda os motivos que provocaram a Guerra do Paraguai:

- a) A crise comercial pela qual passava o Império do Brasil no início da década de sessenta do século XIX (que corroborou para a atração do capital britânico), fez do conflito um meio para se mitigar os efeitos da depressão econômica pela qual passava o Império;
- b) A Guerra do Paraguai, entre outras questões, contribuiu para a derrota de um concorrente direto do Império brasileiro. O Paraguai, que disputava com o Brasil o mercado de determinados produtos agrícolas, fato que deu maior liberdade para as ações comerciais brasileiras. Ressaltamos que, por outro lado, esse conflito beneficiou os bancos britânicos que emprestaram dinheiro a juro para os beligerantes;
- c) As disputas hegemônicas dos principais Estados da região, que vislumbravam o controle político e econômico da Bacia Platina e do continente. Por exemplo, a Confederação Argentina, sob o comando de Buenos Aires, e o Estado Paraguai tinham pretensões de fundarem confederações Bioceânicas, objetivos divergentes aos interesses do Império brasileiro, que na metade do século XIX, protagonizou uma política expansionista pelo continente, aos moldes da Coroa Portuguesa;
- d) As pretensões expansionistas norte-americanas sobre a América do Sul (preconizadas pela Doutrina Monroe), materializadas com a contribuição dos sujeitos internos do continente sul-americano, devido aos seus interesses;
- e) A consolidação da indústria bélica norte-americana, que criou um sistema tecnológico de armamentos que nenhuma nação do mundo ocidental possuía. Fato que a credenciou na venda de equipamentos militares, e que gerava margem para a participação direta dos Estados Unidos em conflitos (FERNANDES, 2011, p.07).

Com a derrota do Paraguai na guerra, o Estado autônomo paraguaio deu lugar a um Estado liberal. Essa mudança ocorreu especialmente pela importante diminuição demográfica do país, que perdeu 70% de sua população na guerra (ODDONE, 2011).

Los autores analizan los datos censales y realizan estimaciones sobre posibles omisiones, así como consideraciones comparativas con el Censo de 1846. En definitiva, el Censo de 1870 contabiliza 116.351 habitantes de los cuales 29% eran hombres y 71% mujeres. Si tomamos en cuenta que la tasa de crecimiento de la población se encontraba en ascenso en 1846 y que la tendencia del casi medio siglo transcurrido previamente a ese año orillaba el 3% anual acumulativo, bien puede afirmarse que, de no haber mediado una guerra de exterminio como la de la Triple Alianza, con esa tasa la población paraguaya habría duplicado su tamaño entre 1846 y 1870, llegando a superar los 460.000 habitantes Odone (ODONNE, 2011, p.3).

As perdas resultantes da guerra não se restringiram as demográficas, pois cerca de

160 mil quilômetros do território paraguaio foram anexados aos territórios do Brasil e da Argentina, como parte do Tratado da Tríplice Aliança. Em 1855 foi assinado o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação, contudo, o mesmo só seria executado no momento em que as partes acordassem a marcação dos limites, o que não aconteceu. De acordo com Mattos (1990), essa negociação tornou-se motivo de tensão entre os países. Com o advento da Guerra do Paraguai, as negociações entre Brasil e Paraguai foram suspensas, chegando à situação de *jure* apenas em 1872, após o desfecho da guerra, como indica o artigo 1º do Tratado de 1872:

O território do Império do Brasil divide-se com a República do Paraguay pelo álveo do rio Paraná, desde onde começam as possessões brasileiras na foz do Iguassú até o Salto Grande das Sete Quedas do mesmo rio Paraná; Do Salto Grande das Sete Quedas continua a linha divisória pelo mais alto da Serra de Maracaju até onde ela finda; Daí segue em linha reta, ou que mais se lhe aproxime, pelos terrenos mais elevados a encontrar a Serra Amambahy; Prossegue pelo mais alto desta serra até à nascente principal do rio Apa, e baixa pelo álveo deste até a sua foz na margem oriental do rio Paraguay; Todas as vertentes que correm para Norte e Leste pertencem ao Brasil e as que correm para o Sul e Oeste pertencem ao Paraguay. A Ilha do Fecho dos Morros é domínio do Brasil¹⁴.

Os governos do Paraguai, sobretudo das primeiras décadas do pós-guerra, buscaram reconstruir a economia e recompor a população através de duas políticas centrais: “[...] la inmigración para atraer colonos agrícolas europeos y americanos y la venta de tierras publicas para obtener recursos para el tesoro y promover la producción agropecuária” (ODDONE, 2011, p.7). Todavia, nenhuma delas obteve o resultado esperado, pois não ocorreram imigrações necessárias para incrementar a taxa de crescimento demográfico, tampouco foram estabelecidas as colônias agrícolas para fortalecimento da economia paraguaia.

As terras que anteriormente pertenciam ao Estado foram compradas por poucos proprietários estrangeiros que instauraram latifúndios, na maior parte dos casos, improdutivos ou extrativos, impedindo assim o desenvolvimento de uma classe agroprodutora paraguaia. Para Quintin (2003), esse foi o início da rápida estruturação da grande propriedade no Paraguai. Soma-se a isso a crescente dependência econômica do Brasil e da Argentina, a perda de sua soberania nacional, bem como o desaparecimento

¹⁴ Disponível em: http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1872/b_109/. Acesso em 15 de maio de 2014.

de uma industrialização ainda incipiente, mas que surgia estimulada pelos processos conjunturais nacionais e internacionais daquele período.

Outros acontecimentos importantes da Guerra do Paraguai e ligados ao processo de crescimento e desenvolvimento das cidades de fronteira, como a invasão de tropas paraguaias em Uruguaiana e Corumbá e a criação da Vila Militar, que posteriormente daria origem a cidade de Foz do Iguaçu, serão tratados no decorrer do capítulo.

2.3. Uruguaiana e Paso de los Libres: pecuária e comércio fluvial

A partir de 1822 a cessão de direitos sobre as terras através das sesmarias no Brasil foi extinta, entretanto era possível a posse das terras devolutas para aqueles que tinham intuito de cultivá-las. A ocupação realizada a partir desse momento era conhecida como “posse com cultura efetiva” (HERRLEIN, 2004). O autor citado afirma que, as alterações nas formas de ocupação das terras não foram suficientes para impulsionar o surgimento de pequenos e médios produtores rurais em Uruguaiana. Somente em 1850, através da Lei das Terras, é que as terras devolutas passaram a ter caráter legal, conforme especifica seu artigo 3:

- 1) as que não se achassem aplicadas a algum uso público, nacional, provincial ou municipal;
- 2) as que não se achassem no domínio particular por título legítimo, nem fossem havidas por sesmarias ou outras concessões do Governo Geral ou Provincial, não incursas em comisso por falta de cumprimento das condições de medição, confirmação e cultura;
- 3) as que não se achassem dadas por sesmarias ou outras concessões do Governo, que, apesar de incursas em comisso, fossem revalidadas por aquela lei;
- 4) as que não se achassem ocupadas por posses, que, apesar de não se fundarem em título legal, fossem legitimadas por aquela lei (BRASIL, 1964).

A aquisição das terras devolutas, por sua vez, era facilitada para os proprietários, como pode-se constatar no artigo 15 da Lei das Terras:

Art. 15. Os possuidores de terra de cultura e criação, qualquer que seja o título de sua aquisição, terão preferência na compra das terras devolutas que lhes forem contíguas, com tanto que mostrem pelo estado da sua lavoura ou criação, que tem os meios necessários para aproveitá-las (BRASIL, 1964).

Lima (1990) afirma que, a Lei de Terras, como ficou conhecida a lei nº 610, buscava estabelecer uma nova medida para controlar a apropriação das terras do Estado. As formas como as terras foram adquiridas antes da lei conduziram a alguns problemas,

sobretudo a falsificação de documentos com o propósito de sua legitimação, tanto para os sesmeiros quanto para os posseiros, ou ainda, “[...] as sesmarias de qualquer maneira invalidadas foram tornadas suscetíveis de revalidação, bem como as posses ainda não legitimamente transmitidas foram declaradas legitimáveis, desde que umas e outras preenchessem os requisitos de cultura efetiva e morada habitual” (LIMA, 1990, p. 56).

Os primeiros relatos sobre Uruguaiana foram deixados pelos viajantes franceses Arsène Isabelle e August de Saint-Hilaire, que descreveram em seus diários diversas situações que vivenciaram por ali. Isabelle (1949, p.46) explicita que, em 1830 a área caracterizava-se por:

[...] uma estação muito chuvosa que traz consternação entre os seus habitantes; as comunicações tornam-se difíceis pelas cheias dos rios; os terrenos transformam-se em pântanos; as carretas de transporte ficam atoladas ou suas imensas rodas operam dificilmente sobre o eixo de madeira, levando meses inteiros a percorrer um caminho de trinta ou quarenta léguas.

Foi na segunda metade da década de 1820 que teve início o primeiro aglomerado da povoação ribeirinha, que mais tarde tornaria-se Uruguaiana. A povoação formou-se nos arredores do Passo de Santana, local onde já existia uma guarda portuguesa e que em décadas anteriores encontrava-se o Porto de Santana Velha, utilizado para realizar a travessia dos jesuítas e indígenas (PONT, 1983). Contudo, após sofrer as consequências de uma grande enchente, atrelado a possibilidade de organização do povoamento que vinha crescendo, iniciou-se entre os políticos mais influentes da República Farroupilha, a discussão sobre o local ideal para a definitiva ocupação da nova povoação.

De acordo com Colvero (2003), o local foi escolhido em razão dos interesses financeiros dos sesmeiros da região e dos políticos farroupilhas, e em fevereiro de 1843 foi criada a Capela de Sant’ Ana do Uruguai. Três anos depois, com o fim da Revolução Farroupilha, foi assinada a lei que elevava a Capela do Uruguai a condição de vila, recebendo o nome de Uruguaiana. Seus limites, de acordo com a lei, separava-a de Alegrete. Isabelle (1949, p.51) aponta que:

É uma vila de pelo menos 2.000 habitantes, onde se manifesta, em todos os recantos, a mais viva atividade comercial. Só franceses existem mais de cem no lugar, entre eles gente de muito boa educação e irrepreensível conduta. Em Uruguaiana quase não se reconhece uma cidade brasileira, mas uma hispano-francesa, que parece apoiar -se em suas relações de vida e de comércio, mais em Buenos Aires e Montevideú, do que em Porto Alegre e Rio Grande.

O crescimento urbano da vila estava fortemente relacionado às facilidades de negócios naquela área, que de acordo com Pont (1983), eram compostos em sua maioria por sapatarias, ferrarias, armazéns, boticários, bilhares, entre outros. Nesta perspectiva é importante considerar que, muitos estrangeiros encontraram naquela vila em fase de organização, um lugar atrativo para investimentos.

Segundo Colvero e Soares (2009), juntamente com esses imigrantes veio uma parcela do capital que iria ser utilizado na estruturação econômica da fronteira oeste. Gradualmente e motivado pelo crescimento da vila, o comércio de Uruguaiana com Buenos Aires e Montevideu foi constituindo-se e fortalecendo-se. Isso se deu porque o porto de Uruguaiana era um dos melhores da Bacia do Rio Uruguai para a efetivação do comércio de mercadorias importadas dos dois países vizinhos, descartando a necessidade de realizar transações pelo mar. Naquele período a navegação fluvial mostrava-se mais segura, além dos produtos chegarem mais rapidamente ao interior do continente¹⁵.

Como mencionado anteriormente, a gênese de Uruguaiana se deu sob a influência farroupilha. Esse conflito ocorreu no período de 1835 a 1845 entre os liberais gaúchos que buscavam proclamar a província do Rio Grande do Sul em República e os conservadores a favor da manutenção do Império. Para Dorneles (2010), entre as causas iniciais da revolução estavam os altos impostos cobrados sobre o charque gaúcho e o gado em pé, enquanto o charque uruguaio era isento de taxas e impostos¹⁶.

Na Revolução Farroupilha, a participação de parcela significativa dos grandes proprietários foi importante, pois tratava-se do grupo social dominante e afeito à guerra; talvez resida nisso uma das explicações para a longa duração do conflito (DORNELES, 2010). Essa elite que se posicionava em termos políticos como liberal, exercia domínio no âmbito local e nas relações sociais estabelecidas eram evidentes os aspectos senhoriais e autoritários (FACHEL, 2002). Contudo, o grupo não conseguiu manter-se, sendo que em 1845 chegou ao fim a República do Rio Grande do Sul e a mesma voltou a integrar o território brasileiro.

Em relação ao comércio de Uruguaiana, desde a criação do posto fiscal que deu origem a vila e a cidade posteriormente, já existia a intenção de estabelecer ali uma

¹⁵ Nesse período o comércio realizado na Bacia do Prata tinha uma importância fundamental para os países ali localizados, especialmente para Brasil e Argentina. Sobre o comércio na Bacia do Prata durante os séculos XVIII e XIX, ler Junqueira (2005).

¹⁶ Para aprofundamento do assunto ler Dorneles (2010).

importante rota de comércio. Quando a vila de Uruguaiana foi transferida de lugar, ela já foi projetada com intenções de crescimento do comércio via transporte fluvial.

De acordo com Flores (1996), a vila iniciou seu comércio internacional legal nos primeiros anos de sua criação, quando já exportava mercadorias que representavam valores bastante significativos no total das exportações da província. As exportações eram compostas por produtos derivados da indústria pastoril, especialmente couro e charque e destinavam-se para o Uruguai, Argentina, Alemanha, França, Chile, Cuba, Bélgica, Inglaterra, além de estados brasileiros como Rio de Janeiro e Pernambuco.

Neste momento o Brasil aumentava sua produção de produtos exportáveis, além do crescimento da renda monetária da fazenda e da receita cambial do país, que engendrou um movimento de urbanização. “[...] participaram desta movimentação não apenas as famílias dos senhores, pela transferência da casa grande para a cidade, mas também a mão de obra escrava e semilivre, antes ocupada na casa grande rural, em atividades substitutivas de importações” (TOLMASQUIM, 1991, p.31).

Deve-se frisar que, no momento em que estava sendo definido o local para o estabelecimento da nova povoação, tanto os imperialistas quanto os farroupilhas já haviam entrado em negociação diversas vezes com os países vizinhos, a fim de demarcar as fronteiras entre os três países. Entretanto, até 1843 nenhuma demarcação de fronteira havia sido feita.

Os últimos marcos de delimitação da fronteira entre Brasil e Argentina foram fixados em 1862¹⁷. O primeiro tratado feito entre o Império Brasileiro e a Confederação Argentina ocorreu em 1856, com considerações sobre as fronteiras dos dois países, onde continham referências sobre a comercialização e a livre navegação nos rios Uruguai e Paraguai.

Nessa discussão cabe frisar que, historicamente, a fronteira tornou-se objeto constante de preocupação dos Estados em relação ao controle e ao vínculo. Não é estranho que um dos objetivos do sistema histórico de Estados nacionais, em vigor por praticamente dois séculos, foi o de incentivar a coincidência entre limite e fronteira, tendo como resultado uma convergência conceitual que em muitos casos são considerados como sinônimo na literatura (MACHADO, 2009).

¹⁷ Deve-se considerar que Uruguaiana faz fronteira com a Argentina, que na época não havia ainda se consolidado como República Argentina e era um Estado Confederado. Confederação é a união de Estados nacionais que mantêm sua autonomia em relação a outrem. A Confederação Argentina era formada pelas províncias de Entre Rios, Corrientes e Santa Fé (COLVERO, 2003).

Em seu estudo, Ferrari (2012) explicita que o principal debate sobre fronteiras encontra-se no questionamento de Gottman sobre a dúvida em relação à fronteira ser uma linha ou uma zona. Gottman (2007) considera a linha um conceito político e jurídico, enquanto zona seria um conceito geográfico. Ferrari (2014, p.17) aponta que “[...] se a fronteira é uma zona geográfica, sua noção universalmente difundida como linha que separa duas soberanias seria equivocada, pois as linhas não passam de uma abstração sem existência real exceto dentro da cartografia”. Raffestin (1993) também apoia-se na ideia de zona, pois argumenta que a fronteira constitui-se em uma zona camuflada em linha, pois cada demarcação linear muito precisa, corresponde a uma zona geográfica.

É fundamental considerar que o termo fronteira deriva do latim, fazendo referência a uma porção do território situado à frente (FERRARI, 2014). Na França, a palavra fronteira (*frontière*) surgiu no início do século XIV e a sua utilização ocorreu através dos militares que iam ao *front* para defender o território real contra possíveis invasores. Para isso eram construídas fortificações militares, que posteriormente passaram a ser chamadas de fronteira. Assim, a expressão abarca duplo sentido, o movimento de conquista e fixação de demarcação e delimitação das zonas conquistadas. A formação dos Estados nacionais no contexto da Europa colaborou para que o termo fronteira fosse reconhecido enquanto limites políticos dos Estados nacionais. Machado (1998, p. 41) argumenta que:

A origem histórica da palavra mostra que seu uso não estava associado a nenhum conceito legal e que não era um conceito essencialmente político ou intelectual. Nasceu como um fenômeno da vida social espontânea, indicando a margem do mundo habitado. Na medida em que os padrões de civilização foram se desenvolvendo acima do nível de subsistência, as fronteiras entre ecúmenos tornaram-se lugares de comunicação e, por conseguinte, adquiriram um caráter político.

Ao serem criados, os Estados nacionais já receberam um espaço dividido, visto que preexistia aos territórios uma separação espacial do trabalho e uma divisão política do território. “Com o desenvolvimento do capitalismo a divisão do mundo em territórios nacionais se sedimenta, e é com base nesta estrutura que as sociedades politicamente se enquadram” (CATAIA, 2007, p.3). Nesta perspectiva, as fronteiras tem o papel de limites demarcadores de distintos projetos sociopolíticos.

No que diz respeito aos processos de importação e exportação na área de fronteira de Uruguiana, cabe apontar que, em 1849 a cidade passou a ser a sede para a realização desses processos. Anteriormente, todas as transações de produtos que passavam por aquela região eram realizadas por Itaqui e São Borja, sendo que a partir de 1850

Uruguaiana tornou-se zona comercial, possuindo livre navegação, situação que facilitava o contrabando e reduzia os custos das mercadorias para demais cidades do interior.

O rio Uruguai foi muito utilizado também pelos comerciantes franceses, ingleses e espanhóis para o transporte de mercadorias que eram adquiridas em Uruguaiana com destino a exportação ou redistribuição para a região, como a empresa João Però & Cia, fundada em 1858 por espanhóis. Esta empresa ocupava-se da importação e venda atacadista de secos e molhados, sendo o seu capital um dos mais elevados daquela área (SOARES, 1942).

Outro acontecimento marcante para a vila de Uruguaiana diz respeito à Guerra do Paraguai. Em 1865 a vila contava com 450 residências e 2.500 habitantes (VILELA, 1984, p.85). Neste momento, a mesma foi invadida por tropas paraguaias, sendo que a ofensiva pelo Paraguai ocorreu com 7.300 homens, enquanto Uruguaiana somava 380. O resultado foi a quase destruição de Uruguaiana, que teve suas moradias, lojas e comércio queimados, seus poços artesanais obstruídos ou envenenados.

Sobre as charqueadas, Vieira e Rangel (1993, p.29) em seu estudo sobre a economia do Rio Grande do Sul, apontam:

Em 1835 funcionavam trinta e cinco charqueadas de porte, com abate de cerca de 600.000 cabeças que anualmente eram negociadas na tablada, a grande feira de gado que se realizava de 15 de dezembro a 15 de julho. Diariamente, no período, os charqueadores compravam o gado a ser abatido e transformado em charque. No intervalo de 1874-1903 foram sacrificados mais de nove milhões de cabeças nos estabelecimentos charqueadores.

As décadas de 1850 e 1860 representaram o auge dos abates e exportações do produto, contudo esse momento foi marcado também pela alta do preço dos escravos e a crescente concentração dos mesmos nas mãos de poucos charqueadores, pela perda do mercado consumidor do Sudeste para as charqueadas platinas e queda dos preços do charque. De acordo com Soares (2006), a partir da década de 1860, Argentina e Uruguai voltam sua produção para os frigoríficos estrangeiros e as charqueadas estavam praticamente ausentes de suas unidades produtivas, cabendo as charqueadas gaúchas suprir o mercado de charque que estes países abasteciam. No que diz respeito à formação socioespacial desta área, deve-se considerar as relações sociais neste período.

A charqueada foi essencialmente movida pelo braço do homem negro escravizado. Ainda não havia condições para uma classe de trabalhadores assalariados. A produção de charque exigia um trabalho intenso, pesado e prolongado. Somente baixas despesas e nenhum salário garantiriam altos lucros. As condições de trabalho em uma charqueada escravista eram duras. Prática sazonal, nos períodos em que não havia a produção de charque o escravo também trabalhava em olarias e demais lidas, e nos períodos de produção as jornadas de trabalho eram superior a 14 horas por dia. Muitas vezes o negro literalmente desfalecia de cansaço e sono sem afastar-se de suas tarefas (MAESTRI, 1989, p.45).

O autor supracitado aponta que esta realidade foi alterada a partir de 1884, quando Uruguaiana, antecipando-se a proclamação da lei Áurea (1888), anuncia a abolição da escravidão em território municipal¹⁸. Catão (2008) aponta que, as leis anti-tráfico negreiro, assim como a lei de Terras, foram fundamentais no processo de transformação dos escravos em servos.

Foi justamente na mudança da dualidade brasileira que foi assinada a lei Áurea e o fim da monarquia (1888-1889), ocorrendo a primeira mudança na dualidade, que se deu no polo interno através da passagem do escravismo para o feudalismo (lado interno) e do feudalismo para o capitalismo mercantil (lado externo), onde a fazenda se comportava como uma empresa (RANGEL, 1981).

Pesavento (1980) aponta que no final do século XIX no estado do Rio Grande do Sul existiam mais de trinta charqueadas, sendo que Uruguaiana contava com uma unidade, a charqueada Barra do Quaraí. As charqueadas fundadas no estado concentravam-se em sua maioria nos municípios da fronteira, sendo Bagé considerado o polo charqueador gaúcho. Para Soares (2006), a interiorização das charqueadas deve-se a livre navegação dos rios, a implantação das ferrovias a partir de 1887, responsáveis pela articulação do interior ao litoral, assim como pela importância que a fronteira adquiriu no circuito comercial platino.

Além das vantagens legais da localização fronteiriça, o contrabando teve papel importante no crescimento das charqueadas, principalmente no que se refere aos transportes ilícitos, práticas constantes naquela área. De acordo com Soares (2006), o transporte de gado em pé era facilitado pela existência de um considerável número de proprietários gaúchos que possuíam estâncias no Uruguai. A autora aponta que, em 1887,

¹⁸ “Ex-escravos e seus descendentes, ainda que marginalizados, compõem o contingente urbano no início do século XX, que procurara sociabilizar-se, mais intensamente nos anos 1930, e no período do Estado Novo (1937), com o nacionalismo de Vargas” (MAESTRI, 1989, p.49).

43,9% do gado uruguaio pertencia a brasileiros, e nesta perspectiva Corsetti (1983, p.103) evidencia que, no final do século XIX as charqueadas gaúchas passaram por um processo de reestruturação:

Com oscilações nítidas, as exportações de charque rio-grandense conseguem se manter em crescimento até 1868, quando se registram as maiores exportações do produto sulino. A partir de então, a tendência depressiva apresentada por este setor da economia gaúcha é claramente observável. [...] Ao longo de 21 anos, a confluência dos problemas enfrentados pelas empresas rio grandenses articula o desenrolar de um processo depressivo que vai se mostrar irreversível para o setor e conduzirá, no final do século, a reestruturação do mesmo, que passará a se organizar em novos moldes, de características então capitalistas.

Herrlein (2004) afirma que, a economia gaúcha durante o século XIX, assim como as formas originárias de uso e apropriação da terra, conduziram a formação de uma região que seguiu um caminho específico de desenvolvimento capitalista, não periférico em comparação com outras regiões.

O cercamento das terras representou o fim do que Queiroz (1977) denominou de estância patriarcal. A dinâmica e o funcionamento das estâncias estavam relacionadas com a presença do agregado, do peão e do escravo. A composição de classes é importante para a compreensão do processo de formação socioespacial dessa área de fronteira, bem como a continuidade e as mudanças que foram ocorrendo nas atividades produtivas, neste caso em específico, da pecuária.

Quando Queiroz (1977) aponta a existência de agregados nas estâncias, trata-se de um tipo de relação de trabalho onde o trabalhador, ao prestar serviços ao estancieiro, recebia uma parcela da terra para manter suas próprias atividades e subsistência, compostas de lavouras e criação de pequenos rebanhos. Nas palavras de Zarth (2002, p.172), o agregado mantinha uma relação de dependência com o proprietário, “[...] que lhe concedia o direito de morar em troca de produtos e da prestação de serviços, pelo qual poderia ser remunerado”.

Os peões, por sua vez, eram remunerados tanto através de dinheiro quanto através de produtos, só que diferentemente dos agregados, não possuíam vínculos com os proprietários, sendo na maioria das vezes trabalhos temporários. Os peões eram contratados por dia ou tarefa e permaneciam nas estâncias por alguns dias ou semanas, principalmente nos períodos de marcações, castrações, busca de animais evadidos e formação de tropas para as charqueadas (FARINATTI, 2008), enquanto os escravos

compunham a parcela daqueles trabalhadores permanentes, responsáveis por todas as tarefas relacionadas a criação de gado.

Em relação a presença de escravos na pecuária de Uruguaiana e de toda área da Campanha Gaúcha, deve-se frisar que existe pouca menção na bibliografia e em muitas vezes, a omissão de sua presença. Mesmo com o término da escravidão, muitos escravos permaneceram nas estâncias. Avé – Lallemant (1980, p. 263) coloca brevemente as relações sociais encontradas nas estâncias do Rio Grande do Sul:

Diante da porta da segunda estância estava uma índia que , quando lhe perguntei pelo caminho, pediu-me que apeasse e insistiu para que entrasse na casa. É clássica essa hospitalidade nos longínquos campos do Rio Grande. Enquanto um pequeno índio cuidava do meu cavalo, um negro punha a mesa e trazia-nos a comida, de modo que tive que gozar um pequeno repouso, tanto mais quanto a minha visita, a visita de um europeu totalmente desconhecido, pareceu notável a boa dona de casa.

A população do Rio Grande do Sul em 1872 era de 434.813 habitantes, sendo 67.022 escravos (BRASIL, 1872). Esses dados reafirmam que a mão de obra utilizada na pecuária e nas charquedas de Uruguaiana e demais cidades do Rio Grande do Sul era formada por agregados, por peões e por escravos, ou seja, a formação social de Uruguaiana era composta de elementos escravistas e feudais.

O sistema econômico de Uruguaiana alicerçado na pecuária extensiva e na grande propriedade fundiária evidenciou uma reduzida capacidade de incorporar novas áreas de produção agrícola ou industrial, capitalistas ou não (ALMEIDA, 1992). Para Tolmasquim (1991, p. 31) este período está relacionado:

Com a fase b do segundo kondratieff (1873-96), nova fase de substituições de importações, só que sem retorno expressivo ao sistema de subsistência em torno da economia da casa grande, a sede desse novo esforço foram as cidades, com a proliferação de unidades artesanais e algumas manufaturas pré-industriais. O promotor desse movimento não foram os senhores de escravos, mas sim o capital mercantil, que passava a assumir liderança da segunda dualidade, com uma dissidência da classe de senhores de escravos, a nova classe dos latifundiários feudais.

Uruguaiana foi elevada a condição de sede municipal em 06 de abril de 1874 e no ano seguinte foi criada a comarca de Uruguaiana, separando-a da comarca de São Borja (PONT, 1983). O comércio da cidade foi favorecido através da instalação da estrada de ferro, que juntamente com a navegação através do rio Uruguai, aproximou a mesma de outros centros urbanos da região do Prata. A ferrovia ligava Barra do Quaraí a Itaqui

e foi construída pela empresa inglesa *Brazil Great Southern Railway*. Esta ferrovia foi ampliada em 1907, ligando Uruguaiana a Porto Alegre.

A cidade, por sua vez, teve crescimento atrelado aos processos de importação e exportação de produtos, tendo sua importância aumentada de acordo com a demanda por produtos, bem como pelo acréscimo da população urbana, que passou a ocupar-se de atividades comerciais. As charqueadas representaram um período dinâmico para a pecuária, e juntamente com o comércio, tornaram Uruguaiana uma cidade importante no contexto nacional e internacional.

A primeira dualidade em Uruguaiana foi marcada pela intensificação da pecuária, atividade presente no município desde sua gênese. Os acontecimentos políticos e econômicos ocorridos no estado, no país e no mundo, conduziram alterações nos processos de criação do gado e no beneficiamento do charque, a exemplo da mão de obra, do mercado final, etc., no entanto, a pecuária seguiu representando a principal atividade econômica do município, mesmo com o surgimento e crescimento dos processos de importação e exportação. Já as atividades portuárias, foram responsáveis por outras mudanças, como o crescimento urbano, a diversificação do comércio e dos serviços e da própria mão de obra.

O período da primeira dualidade, portanto, representou para Uruguaiana a consolidação da pecuária enquanto atividade econômica, sendo caracterizada principalmente pelas estâncias, tendo sua dinâmica social com presença de escravidão e relações feudais no interior das propriedades.

Foi também no período de 1822-1889 que Paso de los Libres foi criada, decorrente de transformações que ocorreram na Argentina. Neste sentido, a Revolução de Maio (1810) desencadeou uma série de acontecimentos que tiveram importantes repercussões em Corrientes e Paso de los Libres. Em 1829 Juan Domingos Rosas assumiu o poder na Argentina, em um momento de enfrentamento entre unitários e federalistas, tanto em Buenos Aires como nas províncias.

La administración de Rosas fue eminentemente conservadora y centralista. Representó a la propiedad, especialmente a la gran propiedad rural, y fue tradicionalista en su política social. Rosas gobernó para una clase: la de los estancieros y saladeristas. No se planteó aumentar los gravámenes a los comerciantes y productores. Es decir, la administración protegió decididamente a la gran economía (OPERÉ, 2011,p.15).

Após seu primeiro mandato, Rosas ficou três anos fora do poder, retornando em 1835 e mantendo as mesmas características apontadas anteriormente por Operé (2011). Deve-

se considerar que Rosas era um estanciero, e diante disso defendia os interesses da classe, promovendo investimentos no setor.

Entretanto, as províncias do interior continuavam sem investimentos estatais nas áreas de infraestrutura e dependendo economicamente de Buenos Aires. “La aduana continuó siendo, en tiempos no afectados por el bloqueo, la más importante fuente de ingresos del gobierno, y su política proteccionista o librecambista, según conviniese al régimen, sacrificó en muchos casos los intereses de los productores del interior” (RIVERA, 2007, p.08).

Diante de uma série de reprovações por parte dos federalistas, que não aceitavam o autoritarismo com que Rosas conduzia seu governo, o partido organizou uma liga diplomática que buscava a participação das províncias do interior e do litoral nas rendas do porto de Buenos Aires, a livre navegação nos rios e a autonomia provincial absoluta.

Una concatenación de movimientos conspirativos y revueltas ostigatorias había empujado al régimen a una posición límite. Se produjo el bloqueo de la escuadra francesa al puerto de Buenos Aires (1838-40), así como la invasión de la margen izquierda del Uruguay por el caudillo oriental Rivera. Este había firmado un tratado de mutua defensa con las tropas correntinas por el cual el Gobernador de la provincia, Berón de Astrada, declaraba la guerra a Rosas en desacuerdo con la preponderancia que Buenos Aires ejercía sobre la libre navegación de los ríos (OPERÉ, 2001, p.20).

O bloqueio foi negativo para Buenos Aires, pois paralisou as atividades da aduana, que constituía a principal fonte de renda do governo, assim como a maior parte do tráfego comercial. Em 1845 um novo bloqueio naval ao porto de Buenos Aires ocorreu, cujas repercussões foram maiores, já que o bloqueio durou até o ano de 1848.

Em 1850 Brasil e Paraguai decidiram intervir através do rompimento oficial de relações com o governo de Buenos Aires, e no ano seguinte, os governadores das províncias de Entre Ríos e Corrientes declararam guerra contra Rosas. Nesta perspectiva, em fevereiro de 1852 ocorreu à batalha de Caseros, responsável pela saída de Rosas do poder, que de acordo com Operé (2011, p.26):

De hecho, la batalla de Caseros, en donde se decidió la suerte final del régimen, tuvo su prelude en las desavenencias surgidas entre Buenos Aires y las provincias de Entre Ríos y Corrientes. Las afinidades provenían también de la coincidencia de ciertas ideas comunes, aunque más que de ideas debiera hablarse de mentalidades: hostilidad a los cambios económicos y sociales, rechazo de las formas de vida europea, y enfrentamiento al programa liberal.

Nos anos finais da luta contra Rosas, o general Madariaga, juntamente com seus aliados que encontravam-se exilados no Brasil, retornaram para a Argentina e iniciaram

“[...] la invasión de Corrientes cruzando el Uruguay por la barra del arroyo Itapitocay, situado algo al sur de Uruguayana, y en 1 de abril de 1843 se reunieron en la banda argentina, precisamente en el Rincón de San Jorge” (OTAZÚ, p.22). Foi neste momento que ocorreu a marcha para a cidade de Corrientes e a tomada do governo provincial.

A rebelião de Corrientes contra Rosas, bem como a Farroupilha contra o Império português no Brasil, acentuaram a importância da fronteira do rio Uruguai enquanto lugar de fuga e exílio (GRIMSON, 2003). Estes conflitos prejudicaram seriamente a economia local, visto que a Argentina estava direcionando seus recursos exclusivamente para a guerra.

Com a queda de Rosas e a reorganização nacional, iniciou-se uma nova etapa política e institucional na província de Corrientes através da reativação do comércio e o desenvolvimento da pecuária. Outro processo importante foi a privatização das terras em Corrientes e em Paso de los Libres a partir da segunda metade do século XIX.

Foi neste contexto, após Madariaga retornar do Brasil e derrotar o governo de Corrientes, que o mesmo tornou-se governador da província e fundou o povoado de Paso de los Libres.

La fundación de Paso de los Libres y Uruguayana es un resultado del conjunto de los procesos económicos y políticos regionales hacia mediados del siglo XIX: el dinamismo comercial de río Uruguay, las luchas de los gobiernos locales contra los poderes centrales, sus alianzas mutuas, su expansión hacia la costa del Uruguay (GRIMSON, 2003, p.64).

Nos primeiros anos do povoado, a província de Corrientes encontrava-se afastada economicamente de Buenos Aires, fato que favoreceu o desenvolvimento do mesmo, já que todo o comércio exterior da província de Corrientes ocorria ali. Em 1862 o povoado foi elevado à condição de vila com o nome de Villa Restauración, sendo que em dois anos foi restabelecido o nome de Paso de los Libres. Nesse mesmo ano foi instalado o governo municipal; contudo a cidade alcançou sua autonomia apenas em 1934 (COELHO, 2008).

Até meados do século XIX a existência de gado na região do rio Uruguai era bastante limitada, constituindo uma pequena parte da produção da província de Corrientes (PESAVENTO, 1980). Como consequência de novos incentivos econômicos e também pelo avanço territorial que incorporou as terras baldias da província entre as décadas de 1850 e 1880, ocorreu um rápido crescimento do estoque de gado nos departamentos da região Oriental, entre eles, Paso de los Libres. Esse crescimento e desenvolvimento da pecuária correntina estava ligado ao crescimento da indústria de charqueadas no Rio

Grande do Sul e Uruguai, sendo que a venda de gado em pé tornou-se um dos mais importantes comércios da província.

Em relação à atividade terciária, foi a partir de 1850 que o comércio de Paso de los Libres passou a ter representatividade, influenciado principalmente pelos bloqueios comerciais ocorridos no rio Paraná, pela consolidação de centros de intercâmbio com Uruguiana e com o fim da guerra civil no Rio Grande do Sul. Schaller (2001, p.21) aponta que:

El comercio de Paso de los Libres se efectuaba principalmente con el Brasil. El principal rubro de exportación era el ganado en pie hacia los saladeros riograndenses. Constituía también el punto de depósito de productos brasileños, en particular yerba mate, que luego se introducían en la provincia o se remitía hacia el sur.

Coelho (2008) salienta que, um dos principais motivos da fundação de Paso de los Libres foi a localização estratégica do ponto de vista da comunicação e das relações comerciais com o Brasil. Desta forma, nas primeiras décadas após sua criação, a cidade constituiu-se em um centro comercial de contrabando, visto que era a área mais próxima para ingresso de produtos para Buenos Aires e Montevideu da fronteira Argentina/Brasil.

Logo após a fundação de Paso de los Libres, muitos europeus chegaram a cidade, fortalecendo as atividades comerciais e as funções administrativas da província. Para Pelegrinni (1974), a presença de tantos europeus na cidade estava relacionada com a intenção de povoamento dessa área do rio Uruguai, sendo intensificado a partir de 1853, quando a Argentina passou a oferecer incentivos e possibilidades econômicas aos imigrantes.

Assim, a cidade foi adquirindo importância populacional no contexto regional até final do século XIX. As transformações que os processos criatórios passaram, o desenvolvimento das charqueadas e a instalação de frigoríficos no Rio Grande do Sul, repercutiram na evolução da pecuária local, mesmo que de forma lenta e tardia. Ao final do avanço territorial no século XIX, a extensão real das propriedades não teve muita variação, visto que ampliou-se a área de criação, ocorrendo a concentração da riqueza para os grandes proprietários pecuaristas. Por outro lado, a produção agrícola era insignificante, concentrando-se em terras devolutas dos povoados e suprindo apenas as necessidades locais.

Para Schaller (2001), a segunda metade do século XIX foi um período favorável para o progresso das atividades produtivas, contudo esses avanços não poderiam ser comparados ao desenvolvimento que ocorria nas províncias do litoral, onde existiam

inúmeras ligações com os mercados europeus. Neste sentido o autor aponta que, Corrientes passou definitivamente para condição de “zona marginal”, cujos movimentos produzidos pela atividade agropecuária foram um reflexo tardio e limitado das transformações ocorridas na região pampeana. Pellegrini (1974, p.62) complementa:

Corrientes ha sufrido varia suerte de males, entre otros, su ubicación mediterránea en una falta de comunicación con el resto del país y con extranjero limítrofe, la negativa guerra del Paraguay, los males gobiernos de muchos años, que la llevaron a consolidar una economía de estancamiento y subdesarrollo. De aquí su constante emigración humana, pues hay un sobrante de energía, de mano de obra joven, desesperanzada, que no encuentra un destino acorde con las exigencias.

Através da expansão da indústria do charque no sul do Brasil e no Uruguai, ocorreu a abertura de mercado para os produtores correntinos. Assim, o crescimento das charqueadas promoveu a venda de gado na província e em pouco tempo esta se tornou a principal exportação de Corrientes, constituindo-se na segunda província criadora de gado no contexto argentino (GRIMSON, 2003).

Em Paso de los Libres ocorria apenas a criação do gado, já que os animais eram enviados para serem abatidos nas charqueadas do Brasil e do Uruguai, ou seja, além da demanda por mão de obra ser menor, as tarefas também eram reduzidas. Além disso, a mão de obra utilizada nestes trabalhos não era mão de obra negra, mas indígena. Na bibliografia não há explicitação das relações de trabalho entre os indígenas e os proprietários de terra.

Para se ter noção da dimensão da pecuária em Paso de los Libres durante a segunda metade do século XIX, a tabela 1 mostra que entre 1854 e 1895 ocorreu um acréscimo de 39%, passando de 20.647 cabeças para 149.540. É o início de uma atividade que caracterizará a economia do município.

TABELA 1 - Número de cabeças de gado em Paso de los Libres: 1854/1895

Ano	Cabeças
1854	20.647
1888	165.086
1895	149.540

Fonte: PELLEGRINI (1974, p. 156).

No que diz respeito à população de Paso de los Libres, a tabela 2 apresenta a sua evolução. Em 1841 haviam 153 habitantes no território que, em dois anos, tornaria-se o povoado de Paso de los Libres. No intervalo de 13 anos o crescimento foi intenso, visto

que a mesma passou para 3.072 habitantes e entre os anos de 1854 e 1879 a população dobrou.

TABELA 2 – Evolução da População Total de Paso de los Libres: 1841/1885

Ano	População
1841	153
1854	3.072
1857	3.925
1869	5.974
1879	7.673
1885	10.640

Fonte: PELLEGRINI (1974, p. 85)

O crescimento de Paso de los Libres ocorreu intensamente e em 1885 já contava com 10.640 habitantes. O crescimento da população acompanhou o desenvolvimento da cidade, já que esta manteve um ritmo igualmente acelerado, além disso a expansão da criação de gado demandou produtos e serviços, os quais intensificaram a dinâmica da mesma.

No intuito de facilitar o transporte de tropas e o comércio entre os distintos pontos da fronteira, teve início em 1864 a construção das linhas férreas no país. Passados 30 anos, as vias da empresa Nordeste Argentina conectaram Paso de los Libres e Monte Casero, cidade localizada a sudeste de Corrientes. Desta forma, a cidade pôde integrar-se mais facilmente a economia nacional. O ano de 1894 foi importante nesse processo, pois ocorreu a implantação de uma linha férrea ligando Paso de los Libres a Buenos Aires e por conseguinte, ao restante do país, possibilitando o desenvolvimento comercial e agropecuário do município.

O período entre 1822 e 1889 foi importante no processo de consolidação de Uruguaiana e Paso de los Libres. Ambas foram fundadas praticamente no mesmo momento e as relações econômicas entre elas estiveram presentes desde a gênese das cidades, além disso, acontecimentos como a privatização das terras e o desenvolvimento da pecuária ocorreram neste momento.

Esse período é importante também em relação às trocas comerciais, ou seja, a intensificação comercial entre a população de Paso de los Libres e de Uruguaiana. O rio pouco impedia a circulação entre brasileiros e argentinos (GRIMSON, 2003) e o comércio fronteiriço, principalmente de produtos alimentícios, ocorria diariamente. Verifica-se que o processo de integração já ocorria neste momento, o que muda com o passar do tempo são as formas que as relações ocorrem, como veremos no decorrer do trabalho.

Pode-se, inclusive, considerar que, ambas cidades estavam inseridas em formações sociais similares: condições naturais, criação de gado, propriedade privada, grandes propriedades, relações servis. As especificidades encontram-se no fato de que em Paso de los Libres não havia a transformação da carne em charque, enquanto que em Uruguaiana sim. Além disso, o gado criado no município argentino era comercializado com Uruguaiana e com cidades do Uruguai para o processamento. Tratam-se de elementos que, presentes desde a gênese de Paso de los Libres e de Uruguaiana, e intensificados no período da primeira dualidade, foram fundamentais para a estruturação da formação socioespacial desta aglomeração de fronteira.

2.4. Corumbá, Comércio Fluvial e a Gênese de Puerto Suárez

No final da década de 1830 a província de Mato Grosso possuía duas comarcas, quatro municípios ou termos: Cuiabá, Diamantino, Poconé e Mato Grosso e cada termo estava dividido em distritos, no total de 13.

Como explicitado anteriormente, o incentivo ao desenvolvimento material era direcionado aos distritos que pertenciam às regiões próximas às minas de ouro e diamante. Desta forma, apenas em 1847 o povoado de Corumbá foi incorporado ao município de Poconé, sendo desmembrado de Cuiabá. Nos primeiros anos da segunda metade do século XIX as freguesias de Corumbá, Miranda e Santa Ana do Paranaíba foram elevadas a categoria de vilas. Isso se deu motivado pelas transformações que estavam acontecendo na porção sul do território do Mato Grosso, como “[...] o crescimento e a exportação, para as províncias de Minas Gerais e São Paulo, de gado bovino proveniente do Planalto Sul, criados nas propriedades próximas a Santa Ana do Paranaíba e pela abertura da navegação no rio Paraguai” (SENA, 2010, p.156).

A ocupação das terras do Mato Grosso do Sul foi baseada no sistema de sesmarias. Desde o período colonial as peculiaridades do sistema de sesmarias proporcionavam direta ou indiretamente, o acesso a terra para grandes produtores, sendo que por muito tempo essa forma de concessão de terras garantiu poderes políticos aos sesmeiros latifundiários (BRAZIL, 2000).

Como ocorrido no Rio Grande do Sul, apesar da promulgação da Lei das Terras, bem como a proibição do tráfico de escravos, as apropriações de terra pelos grandes proprietários seguia ocorrendo através da possibilidade de reconhecimento das posses.

Para Brazil (2000), tratava-se de dificultar ou até mesmo proibir a posse da terra pelo homem livre, nacional e o emigrado, a fim de obrigá-lo a vender sua força de trabalho.

A economia pecuarista que estruturava-se no Mato Grosso do Sul constituía-se em um modelo extensivo e de baixo nível técnico, contando com força de trabalho indígena (QUEIROZ, 2009). Essas características garantiam um baixo custo de produção do gado e inseriram esta área nos circuitos econômicos nacionais. Neste sentido cabe considerar que, os povoadores advindos de Minas Gerais eram pecuaristas que já estavam integrados “[...] desde a segunda metade do século XVIII, ao abastecimento do Rio de Janeiro, e era precisamente em função desse mercado que eles agora se expandiam” (MAMIGONIAN, 1986, p. 47).

Desse modo, o sul do Mato Grosso perdeu a conotação de simples área de pastagem para associar-se, mesmo que de forma frágil e periférica, ao ambiente econômico centrado no Sudeste do Brasil, “[...] vinculação essa materializada principalmente nas remessas de gado bovino magro que, depois de engordado nas invernações mineiras, seguia para o abate nos centros consumidores” (QUEIROZ, 2009, p.35). Para o autor, essa dinâmica inicia-se com maior regularidade a partir do final da década de 1840, ou seja, no período da fase b do primeiro Kondrafieff (1815-48), quando “[...] aumentou-se a parte do produto destinado ao autoconsumo e diminuiu-se a parte exportável, tornando a economia nacional mais independente com relação as importações” (TOLMASQUIM, 1991, p.31).

Com a derrubada de Rosas do poder (1852), ocorreu a liberação da navegação no território da Argentina e diante disso, no ano seguinte, o governo brasileiro anunciou a permissão para o comércio estrangeiro mediante a criação de um posto alfandegário e um porto no rio Paraguai. Como consequência imediata começaram a refletir os efeitos sobre o até então modesto povoado de Corumbá. Destaque para os investimentos realizados pelo governo brasileiro:

Em 1858, o governo imperial determina a construção de um Arsenal de Guerra e do Trem Naval em Corumbá. Para efetivar as obras envia sessenta e sete operários [...]. Ao mesmo tempo determina [...] que sua área urbana seja traçada, [...] os edifícios públicos fossem planejados e os orçamentos para sua construção enviados ao governo imperial. A Mesa de Rendas, que funcionava em um rancho de palha, ganha um novo edifício. Os vapores de guerra da marinha são estacionados em Corumbá (GARCIA, 2001, p. 43/44).

Além de dispor de um porto alfandegário e estar geograficamente bem localizado para a atividade comercial, o povoado de Corumbá beneficiava-se da existência de um

considerável grupo consumidor em crescimento e com certo poder aquisitivo, representado, sobretudo, pela concentração de militares (QUEIROZ, 2009).

Fato importante para a vila ocorreu em 1856, quando foi liberada a navegação nos rios Paraguai e Paraná através do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre o governo brasileiro e a República do Paraguai. Diante disso, Corumbá foi eleita como porto limite para a circulação de navios estrangeiros e de maior calado (SENA, 2010).

Foi, contudo, somente após a tomada de Assunção¹⁹ em 1869, que o trânsito pelos rios do Prata até Mato Grosso pôde ser reavisto. Neste novo contexto, o comércio tornou-se o setor mais dinâmico da economia provincial, contando com novas medidas adotadas pelo governo:

Em 1866 esse governo isenta de impostos de importação o porto alfandegado de Corumbá, e em 1872 a isenção é prorrogada por mais cinco anos, vencendo somente em 1878; a concentração militar na cidade, que já era grande antes da Guerra do Paraguai, aumenta depois da guerra, com a instalação do arsenal da marinha, removido de Cuiabá (GARCIA, 2001, p. 103).

Nesta conjuntura, Corumbá teve crescimento rápido e em pouco tempo tornar-se-ia o principal entreposto do comércio da província. No ano de 1862 já possuía 36 casas edificadas, 29 em construção, 109 ranchos e 266 concessões de lotes de terra para edificações urbanas (SENA, 2010, p.157). No entanto, essas mudanças foram afetadas com o início da Guerra do Paraguai (1864-1870), ocasião em que a região foi tomada pelas tropas paraguaias. Sena (2010) aponta ainda que, conforme o recenseamento realizado em 1861 pelo Comandante do Distrito Militar do Baixo Paraguai, os números de habitantes de Corumbá (tabela 3) eram os seguintes:

¹⁹ Durante a Guerra do Paraguai, o ano de 1869 foi decisivo. O Duque de Caxias depois de tomar a cidade de Assunção, em janeiro de 1869, considerou a guerra finalizada e iniciou a dissolução dos batalhões de Voluntários da Pátria. Porém, a atitude do Duque não foi aceita pelo governo brasileiro que optou por dar continuidade à perseguição, captura ou expulsão de Solano Lopez do território paraguaio, condicionante para o fim da guerra (RODRIGUES, 2010).

TABELA 3 - Número de habitantes e nacionalidade em Corumbá: 1861

Nacionalidade	Habitantes
Brasileiros e Oficiais e Praças do Corpo de Artilharia	1.187
Franceses	26
Alemães	2
Italianos	29
Espanhóis	6
Argentinos	2
Corrientinos	4
Orientais	9
Bolivianos	3
Americanos	3
Escravos	44
Total	1.315

Fonte: Cuiabá (1864, p. 39).

De acordo com a tabela 3, destaca-se o número de estrangeiros residentes no povoado, situação atrelada à abertura da navegação no rio Paraguai. Araújo e Bicalho (2009, p.05) acrescentam que:

O primeiro surto de crescimento comercial no Pantanal Sul, ocorreu no período de 1850 – 1864, momento em que a ocupação se consolidava com o estabelecimento da propriedade privada pelos colonos que vieram do norte do Mato Grosso a partir de 1834 e subjugaram os índios ao trabalho nas fazendas. O volume de gado existente estimulou o desenvolvimento do comércio, dando início a um canal de comercialização, de gado em pé, entre os criadores pantaneiros e os invernistas mineiros e de São Paulo, que engordavam o gado e vendiam para os abatedouros paulistas e do Rio de Janeiro.

O caminho de Goiás a Cuiabá, usado desde 1736, colocou Cuiabá em uma posição singular no território do Mato Grosso até meados do século XIX, momento da abertura da navegação no rio Paraguai, e colocou Corumbá em melhor posição em relação ao conjunto regional, principalmente após o ano de 1870. Mamigonian (1986) acrescenta que, a queda na produção de ouro na região de Cuiabá não foi substituída pela extração de diamantes no distrito de Diamantino, pois a partir de 1825 esta atividade também entrou em decadência. Contudo, a província de Mato Grosso possuía outra base de sustentação: as guarnições militares em Cuiabá e no decorrer de suas fronteiras.

Outro elemento importante diz respeito à origem da economia agropecuária do Mato Grosso do Sul, destinada ao abastecimento regional e iniciada no século XVIII. Desta agropecuária, de acordo com Mamigonian (1986), teve origem uma aristocracia rural, formada pelos maiores proprietários de engenhos e fazendas de criação, que juntamente com os grandes comerciantes de Cuiabá, constituíam as classes dominantes daquela sociedade.

Neste contexto, a abertura das fazendas de criação no Mato Grosso do Sul durante o século XIX, foi responsável pelo povoamento do Pantanal, concentrando 2/3 do rebanho da província (MAMIGONIAN, 1986). Com características distintas, os grandes fazendeiros dessa região não eram financeiramente induzidos a vender toda a produção, ocasionando a expansão de forma independente do mercado, visto que além da estrutura fundiária favorável, seus gastos eram mínimos: “[...] quase nenhuma mão-de-obra, reprodução natural do gado, terras baratíssimas consistindo em imensos campos favoráveis e providos de salinas naturais ao sul e sudoeste de Cuiabá, que não exigiam nenhum gasto suplementar” (MAMIGONIAN, 1986, p.46).

O fim da Guerra do Paraguai contribuiu para a formação de novas fazendas nas porções meridionais e centrais do Pantanal. Com a presença de grandes excedentes bovinos, com a abertura da navegação fluvial e o fim da Guerra, outra atividade despontou na região, a instalação de charqueadas. Neste sentido, Corumbá recebeu pessoas de distintos lugares da província do Mato Grosso, do Brasil e também de outros países.

A internacionalização das águas do rio Paraguai até o seu porto, bem como os incentivos fiscais por parte do Governo Imperial, ao isentar de impostos todos os produtos importados e exportados num prazo de dois anos, e os esforços de particulares e do Governo Provincial, fizeram com que o local crescesse (SENA, 2012, p.80).

Santos Junior (2010) explica que, após o término da Guerra do Paraguai ocorreu um surto de desenvolvimento na região do Pantanal. O governo Imperial adotou uma série de medidas a fim de estimular a economia local, com destaque para os investimentos de capital para financiamento e recuperação das áreas atingidas pela guerra, o desenvolvimento da navegação fluvial no rio Paraguai e seus afluentes, o estímulo à imigração, a recuperação das Colônias Militares e a construção de estaleiro da Marinha do Brasil.

Assim, no final do século XIX Corumbá foi considerado o terceiro maior porto fluvial da América Latina. Neste mesmo período o povoado foi recuperado pelas atividades criatórias e agrícolas, surgindo paulatinamente novas fazendas e caracterizando-se mais pela pecuária extensiva e pela agricultura de subsistência. Correa e Brazil (1991) explicitam que, comparada às províncias onde a monocultura em larga escala se desenvolveu, como nas regiões fluminenses e paulista com a cafeicultura, a província de Mato Grosso destacou-se pela insegurança e por um processo lento de ocupação de suas terras produtivas.

As relações sociais desenvolvidas neste período em Corumbá diferem-se daquelas que ocorreram em Uruguaiana, pois em Corumbá a mão de obra utilizada era apenas indígena, não havendo relatos de mão de obra escrava negra.

Em pouco tempo Corumbá teve sua expansão urbana ampliada, reassumindo a posição de principal entreposto comercial da província de Mato Grosso. As mercadorias que chegavam da região platina e da Europa vinham em grandes navios a vapor e eram conduzidas em embarcações menores para a região norte da província. Verificou-se o crescimento populacional: 3.086 habitantes no ano de 1872, sendo 20,96% constituídos por estrangeiros (SENA, 2012).

[...] imigrantes europeus, especialmente italianos, portugueses e espanhóis, mas também franceses e alemães, aportaram em Corumbá. Em sua grande maioria, esses imigrantes trabalhadores tiveram como trajetória a experiência de circularem por cidades correntinas, argentinas, antes de tentarem a vida em Mato Grosso. Vieram, portanto, pelo estuário do Prata, beneficiados igualmente pelas passagens gratuitas para transporte de imigrantes, oferecidas conforme cota acertada com o governo Imperial brasileiro, quando da concessão de navegação às companhias (SOUZA, 2008, p.205).

O período entre 1822 e 1889 foi fundamental para o processo de expansão da cidade de Corumbá. Através da criação de gado e do porto alfandegário teve-se o aumento da população e a ampliação do comércio. Além disso, a chegada de um grande contingente militar demandou a oferta de bens e serviços, fortalecendo desta forma, a expansão do centro urbano de Corumbá, que teve neste período uma importante evolução de suas atividades produtivas, com destaque no contexto da província e também na região Sudeste do Brasil, por meio da pecuária.

A independência da Bolívia ocorreu em 1825, configurando-se em uma República eminentemente indígena, com uma população estimada de 200.000 brancos, 100.000 cholos²⁰ e 800.000 camponeses índios (KLEIN, 1991). A Bolívia enquanto país independente é resultante de dois fatos: da crise do mercúrio (consequência do bloqueio inglês de Bonaparte) e da Guerra das Republicuetas (áreas rurais) entre 1809 e 1824. Klein (1991, p.72) caracteriza esta nova conjuntura da Bolívia como “Um Estado fraco e isolado do mundo [...] um Estado em guerra perpétua com sua própria população”.

Para Caldeira (2009), a consolidação do Estado nacional boliviano foi fortemente marcado pela instabilidade política:

²⁰ Termo utilizado na Bolívia para designar a miscigenação entre mestiço e índio.

A instabilidade política latente na Bolívia, fundamentada pela ausência de aplicabilidade do constitucionalismo liberal – com ênfase no predomínio das leis, na divisão e fiscalização entre os poderes, nos controles constitucionais da autoridade e na eficácia dos pleitos eleitorais –, acabava reafirmando as práticas oligárquicas tradicionalmente difundidas pelo caudilhismo latino-americano. Por falta de interesse das próprias elites, o constitucionalismo invariavelmente nunca chegou a reger as esferas da vida política desse país, resumindo as imagens difundidas à época de Estado com instituições civis desorganizadas, não sendo capaz de garantir sequer o cumprimento de leis mínimas (CALDEIRA, 2009, p.10).

Tanto assim, que até a década de 1870 a fronteira da Bolívia com o Brasil não estava efetivamente ocupada, tampouco ocorria integração da economia nacional, a exceção da dispersa população indígena na área.

Em 1874 ocorreu uma tentativa de colonização da área onde encontra-se Puerto Suárez. Miguel Suárez Arana criou a Empresa Nacional da Bolívia, com o objetivo de colonizar a Chiquitania, uní-la ao centro do país, bem como ter acesso a rede fluvial do Prata. Foi desse modo que o mesmo chegou a Bahia de Cárceres no rio Paraguai e organizou os detalhes da futura povoação, sendo que em 1875 Suárez Arana fundou Puerto Suárez, as margens da Bahia de Cárceres. Apesar da fundação de Puerto Suárez, os demais investimentos e infraestruturas encontravam-se estacionados, como afirma Tonelli (2007, p.107):

[...] a pesar de los fatigosos esfuerzos del empresario por conseguir socios capitalistas en Buenos Aires y Rio de Janeiro, no havia obtenido recursos suficientes para llevar adelante en debidas formas los objetivos de la empresa. Las inversiones efectuadas provinieron casi exclusivamente de los derechos aduaneros percebidos en Puerto Suárez, los que resultaron exíguos para ejecutar obras de importancia. La carretera entre Santa Cruz y Puerto Suárez, cuya extension calculaba entre 575 y 600 kilometros, se habian abierto durante anos 1879 y 1880 unos 176 kilometros [...] en ló que concierne a Puerto Suárez, no habia aun muelles ni edificios para aduana, depósitos y fortin de resguardo.

Neste mesmo ano Suárez dirigiu-se a Buenos Aires no intuito de dar continuidade ao projeto de colonização. De acordo com o PPAS (2011), foram adquiridos três barcos a vapor, duas balandras e dois botes de carga, além da contratação de uma tripulação de 30 homens. Os recursos não foram o único problema enfrentado por Suárez Arana, já que o governo do Paraguai opunha-se a construção de um porto em território que considerava seu. Após várias tentativas diplomáticas o governo paraguaio:

[...] concedese el permiso solicitado para el estudio del trayecto mas conveniente para recorrer un camino correcto que partiendo de las margenes del rio Paraguay atraviase el territorio del la Republica hasta Bolívia, no pudiendo establecer ningun puerto o aduana sin la autorizacion previa del honorable congreso de la nacion (PPAS, 2011, p.67).

Os esforços de Suárez Arana em relação ao início da Colônia e aos caminhos abertos a partir dali foram novamente abandonados, desta vez diante da ocupação militar paraguaia em 1888, relacionada à disputa da região do Chaco, que anos mais tarde (1932-1935) desencadearia a Guerra do Chaco (ZOOK; ARNADE; YNSFRAN,1962).

Neste período iniciou-se, na porção oriental da Bolívia, a exploração da borracha. Para o estabelecimento e funcionamento da atividade foi necessário a abertura de algumas rotas; foram quatro: via del Amazonas (Guayaramerin – Belém do Pará), via del Pacífico (Oruro – Antofagasta), via del rio Paraguay (Puerto Suárez) e via Argentina (Yacuiba), (PPAS, 2011). A construção da rodovia comercial em direção ao Atlântico foi resultado da Guerra do Pacífico, onde o Peru ganhou, privando a saída ao mar para a Bolívia. Neste sentido, o país voltou-se para o rio Paraguai; “Vapores suecaban el rio Paraguay y el rio de la Plata transportando la goma exportada a Europa y otros productos nacionales en menor escala y la importación de manufacturas de ultramar, el comercio de esa manera se incremento cada vez mas” (HOLLWEG, 1997, p.746).

Entre 1822 e 1889 o crescimento e desenvolvimento de Corumbá e Puerto Suárez não ocorreu simultaneamente como ocorreu com Uruguaiana e Paso de los Libres. Corumbá teve crescimento rápido, principalmente em razão do porto e das atividades ali desenvolvidas, além da pecuária. Puerto Suárez teve sua fundação enquanto vila atrelado a uma série de dificuldades e problemas nacionais e que influenciaram diversos acontecimentos, como veremos a seguir.

A formação socioespacial de Corumbá foi conduzida pela pecuária, com grandes propriedades rurais e relações servis. Enquanto Corumbá entrava em outra etapa de seu crescimento urbano e de suas atividades através do comércio articulado fundamentalmente à navegação fluvial para atender seus habitantes e aos processos de distribuição para demais cidades, na Bolívia a ocupação principiava e Puerto Suárez iniciava lentamente o mesmo processo.

3. TRANSFORMAÇÕES NA DINÂMICA ECONÔMICA E SOCIAL NO BRASIL E A ARTICULAÇÃO DAS AGLOMERAÇÕES DE FRONTEIRA AO CENTRO NACIONAL ENTRE 1889 E 1930

O terceiro capítulo tem como recorte temporal o período entre 1889 e 1930. Neste momento as áreas de fronteira de Uruguaiana/Paso de los Libres e Corumbá/Puerto Suárez atingem outro estágio do crescimento populacional e desenvolvimento da pecuária, enquanto principia a ocupação na área do atual município de Foz do Iguazu e de Puerto Iguazú.

3.1. Transformações na Economia Brasileira

A transição da primeira para a segunda dualidade foi lenta, resultante do avanço das contradições que minavam o polo interno da primeira. “O polo externo desta, passaria intacto e muito amadurecido e fortalecido a segunda, visto como o estágio de desenvolvimento das forças produtivas do sistema já alcançado ainda não entrara em conflito com as relações de produção que o enquadravam” (RANGEL, 1981, p.23).

Na fase a do 2º Kondratieff, a fazenda de escravos passou por crise, no sentido de ter que transformar a massa de escravos em servos, colonos e agregados. Na contrapartida, a interiorização da intermediação mercantil que estruturou a primeira dualidade, possibilitou à classe de comerciantes inserir-se no mercado capitalista nascente. Concomitante a mudança do senhor de escravos em senhor feudal nas relações de produção interna da fazenda, o vassalo também convertia-se em comerciante, no que diz respeito as relações externas.

Emergia um elemento comum aos dois polos da dualidade, já que o capitalismo mercantil estava presente no lado interno do polo externo e igualmente no lado externo do polo interno. Assim, na segunda dualidade o polo interno era composto pelo feudalismo no lado interno e pelo capitalismo mercantil no lado externo e o polo externo contava com o capitalismo mercantil no lado interno e o capitalismo industrial (do centro dinâmico) no lado externo.

Nesta perspectiva, a classe de comerciantes estava experiente e politicamente apta a conduzir os negócios do Estado, possibilitando deste modo que, seu sócio menor, ainda imaturo politicamente, participasse da nova dinâmica que ocorria nesta dualidade.

As formas como se modificara a velha fazenda de escravos, antes de ceder o passo ao latifúndio feudal-mercantil, facilitava o encaminhamento, sob orientação do capital mercantil urbano do novo esforço de substituição de importações. Com efeito, havendo aumentado, na fase ascendente do 2º kondratieff, a receita monetária dos fazendeiros, muitos deles mudaram-se para as cidades, levando consigo uma numerosa criadagem escrava, remanescente da superdimensionada Casa Grande, que na fase b do 1º ciclo longo fora a sede do esforço principal de substituição de importações (RANGEL, 1981, p.24).

Por outro lado, no período da recessão do ciclo longo, a população escrava foi sendo liberada e introduzida no mercado urbano de trabalho. Através do desenvolvimento de atividades artesanais de transformação e construção civil foi possível diversificar a produção nacional e continuar a substituição artesanal de importações. Através da substituição de importações a pequena produção mercantil nas oficinas de reparos, trabalhadas por “negros de ganho²¹”, aumentou consideravelmente nas cidades brasileiras, surgindo inclusive algumas grandes fábricas de tecidos (MAMIGONIAN, 2000).

Essa industrialização iniciada por volta de 1880 continuou a crescer nas fases de expansão do comércio internacional (1896-1921), pois o Brasil reagia de forma positiva aos estímulos do centro, além de contar, desde o final do século XIX, com tarifas direcionadas ao atendimento das necessidades fiscais do Brasil, os quais funcionavam como barreiras protecionistas.

Neste período a dinâmica econômica nacional foi dada a partir da expansão da cafeicultura, da chegada de imigrantes, da fundação de cidades, da construção de ferrovias, etc., nos estados do sudeste e sul do país. Destaque para a continuidade da produção açucareira no Nordeste, bem como de economias regionais no extremo sul do Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, dentre outros. Foi, sobretudo, a cafeicultura, a atividade econômica mais representativa, centrada até o início do século XX nos latifúndios através da mão de obra assalariada dos imigrantes, o colonato²². Os ramos que mais se desenvolveram até as primeiras décadas do século XX no Brasil foram os de

²¹ Tratava-se dos escravos que realizavam atividades remuneradas, mas entregando a seu senhor uma quota diária do recebido. As principais atividades praticadas por eles eram: carregadores, doceiros, vendedores de rua e pequenos consertos.

²² No processo de substituição do trabalho escravo ocorreu a contratação de trabalhadores, majoritariamente de origem européia, em unidades familiares para o trabalho no café. Ao contratar os serviços do colono, o fazendeiro estava contratando o trabalho de toda família. O colonato combinava um pagamento fixo em dinheiro, uma quantia proporcional ao volume de café colhido, além da possibilidade de plantar e criar para a própria família (SILVA, 2007) .

alimentos, têxtil e vestuário. Os segmentos de tecidos de algodão, lã e juta, produção de açúcar, fósforo e cerveja, já estavam consolidados como industriais, enquanto outros mantinham características manufatureiras e artesanais, como as produções de chapéus, calçados, cigarros e charutos, móveis, banha, charque, assim como os curtumes e oficinas mecânicas e fundições.

Além do crescimento da indústria têxtil, o setor de alimentação teve importante destaque no início do século XX, apesar de alguns segmentos continuarem com características manufatureiras, tal qual os estabelecimentos produtores de banha de porco e as charqueadas, especialmente no Rio Grande do Sul. Com incentivos governamentais foram criados frigoríficos em São Paulo, que posteriormente passaram a ser controlados por capitais norte-americanos e ingleses. Além da carne, ocorreram avanços nas usinas de açúcar no Nordeste e no Rio de Janeiro²³.

Ainda nas duas primeiras décadas do século XX, São Paulo destacou-se pela aceleração do crescimento industrial e pela multiplicação das iniciativas empresariais, devido a dinâmica e numerosa pequena produção mercantil.

Este processo correspondeu à ascensão de parte dos colonos de café à condição de pequenos proprietários rurais e dos empresários industriais imigrantes (comerciantes de importação, numerosos pequenos capitalistas, etc.) à hegemonia da transição ao capitalismo moderno, paralelamente à decadência da aristocracia tradicional paulista da condição de empresários industriais e grandes proprietários rurais até então dominantes (MAMIGONIAN, 2000, p.43).

Essas alterações nas atividades produtivas do país, em especial com o processo de industrialização, se tornarão propulsoras de outro estágio do desenvolvimento nacional, com importantes mudanças nas relações econômicas e sociais nas aglomerações urbanas de fronteira.

²³ No final do século XIX a cidade do Rio de Janeiro ocupava o primeiro lugar, não apenas no setor têxtil, mas em geral. Em 1907 contribuiu com 33,1% da produção brasileira, quando todo o estado de São Paulo participou com 16,5%. Todavia, durante a primeira guerra mundial, São Paulo assumiu a liderança, ampliando significativamente com o tempo (MAMIGONIAN, 2000).

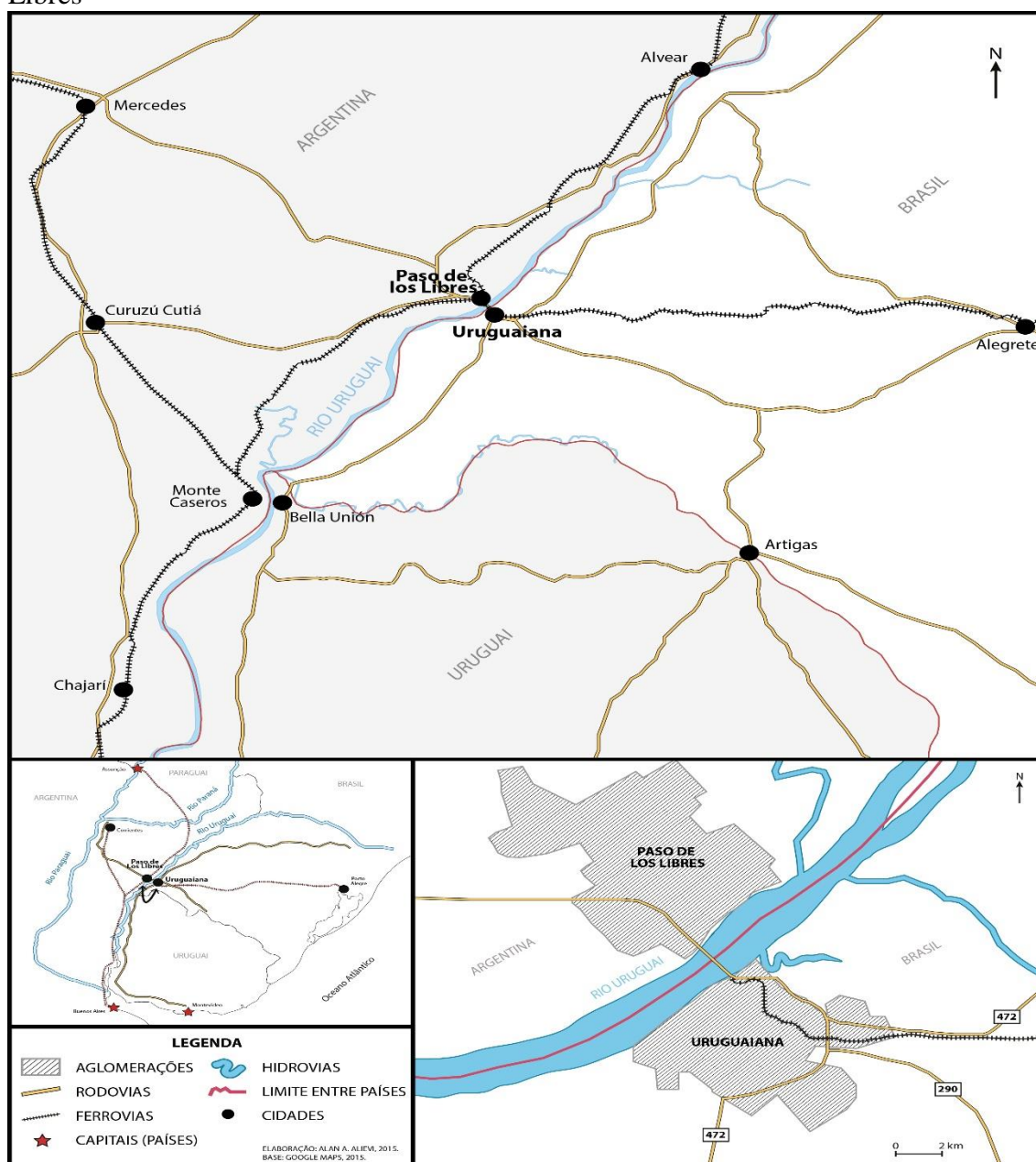
3.2. Uruguaiana e Paso de los Libres: a chegada das ferrovias

Uruguaiana destacou-se no período entre 1822 e 1889 principalmente pela pecuária e pelo comércio fluvial realizado pelo rio Uruguai. Uma década depois, Maestri (1989, p.35) mostra que:

[...] em 1901, contava com uma linha de vapores com escalas regulares nas povoações argentinas de Concepción, Monte Caseros, Libres, La Cruz, San Martin, Alvear e Santo Tomé e as cidades brasileiras de São Borja, Itaqui e Uruguaiana. Havia uma linha de navegação pelo Ibicuí, da firma Bárbara e Filhos, até Cacequi, onde se estabelecia a ligação com a capital do Estado. Além disso, numerosas lanchas navegavam permanentemente entre Uruguaiana e Paso de los Libres. A principal atividade econômica de Uruguaiana era a pecuária, mas algumas indústrias ali se desenvolveram, nasceram na cidade. As fábricas e oficinas atingiram, naquela época, o número de cento e trinta e oito [...].

Herrlein (2004) aponta que, logo a navegação foi sendo substituída pelas estradas de ferro, que eram caracterizadas como ferrovias de penetração, dirigindo-se para a fronteira do Brasil. Em 1889 foi concluído o trecho da ferrovia *Noroeste Del Uruguay*, que ligava Uruguaiana até Barra do Quaraí. Desta última foi criada pela *Brazil Great Southern* – BGS, a linha até Itaqui, ligando-as ao restante do estado do Rio Grande do Sul. O mapa 4 apresenta esta ligação ferroviária, a ligação rodoviária existente entre Uruguaiana e demais cidades brasileiras, bem como sua ligação com Paso de los Libres. No final do século XIX o preço pago pelo gado diminuiu consideravelmente, o que motivou o processo de decadência econômica da porção sul do estado. Isso se deu basicamente por dois motivos: pela concorrência do charque produzido nos países platinos, além da redução do consumo de charque. Mesmo assim, durante esse período cerca de 60% das exportações eram representadas pelos produtos da pecuária. O charque, o couro e o sebo, em conjunto, foram responsáveis “[...] por mais de 50% do montante das exportações no subperíodo de 1901-1913 e representavam cerca de 32% daquele montante no decênio 1920-1929” (CARVALHO; PEREIRA, 1998, p.103).

MAPA 4 - Ferrovias e Rodovias na aglomeração urbana de Uruguiana/Paso de los Libres



No ano de 1928, de acordo com Dias (1996), foi oficializada a medida que desnacionalizava o charque brasileiro que transitasse por países estrangeiros. Esta medida extinguiu o sistema de guias falsas, bastante comum até aquele momento, e passou a exigir o pagamento de taxas para a exportação do charque através do porto de Montevidéu. Albuquerque (2011) explicita que, anterior a esse acontecimento e atrelado a ele, os pecuaristas pampeanos, através da Revolução de 1923²⁴, mobilizaram por meio

²⁴ Movimento armado ocorrido no Rio Grande do Sul entre Assisistas e Borgistas. O primeiro grupo, constituindo a oposição, era formado pelo Partido Republicano Rio Grandense e antigos federalistas, enquanto o segundo era formado por Chimangos, sob a liderança de Augusto Borges de Medeiros, que

de força militar, a ampliação de linhas de crédito público e a extinção do imposto sobre a propriedade rural, este último instituído em 1904 pelo governo republicano de Julio de Castilhos, representando a mais importante fonte de renda do governo gaúcho entre os anos de 1915 e 1918.

A solução encontrada pelo governo do estado foi criar, em 1928, o Banco do Rio Grande do Sul, com objetivo de assumir as carteiras de crédito rural e hipotecário de acordo com as reivindicações da elite campeira. Albuquerque (2011, p.09) acrescenta que:

Com efeito, a pressão política das elites campeiras era maior nos momentos mais agudos das diversas "crises da pecuária", quando a taxa de lucro da atividade pecuarista recuava de seus patamares históricos. Esta foi a causa estrutural das revoltas políticas ocorridas no Rio Grande do Sul, e que reverberavam além dos limites estaduais, como Revolução Farroupilha (1835), Revolução Federalista (1893) e Revolução Liberal (1923), onde se matava gente quase quanto gado. Eventos que foram revolucionários apenas no nome, pois deixavam intocada a estrutura fundiária e baseavam suas reivindicações no protecionismo ou no uso de fundos públicos, como na Farroupilha quando os charqueadores pampeanos obtiveram do poder imperial uma proteção tarifária contra a produção platina, ou na Federalista quando as taxas de importação para o produto concorrente foram outra vez ampliadas.

Os charqueadores da fronteira oeste do estado foram obrigados a utilizar a infraestrutura da cidade de Rio Grande, que segundo Dias (1996), encontrava-se em péssimas condições, especialmente no que se refere às estradas, trilhos, pontes e porto.

De modo geral Herrlein (2004) aponta que, um conjunto de fatores fez com que a pecuária extensiva predominasse no Rio Grande do Sul, reforçando a distinção entre as duas regiões do estado (norte e sul). Associados a racionalidade produtiva advinda da distribuição de terras como forma de assegurar estas áreas sob o domínio português e apoiado em grandes áreas pecuaristas, a porção sul do Rio Grande do Sul assumiu as características, em grande parte, prevaletentes até os dias atuais.

Outra questão importante colocada por Mielitz (1994) diz respeito à instalação dos frigoríficos no início do século XX, situação que provocou mudanças nas áreas ocupadas pela pecuária, no entanto isso se desencadearia cinquenta anos após a efetivação de investimentos dessa natureza nos países da Bacia do Prata. Para o autor supracitado, o atraso em relação aos países platinos é atribuído a qualidade ruim do rebanho gaúcho.

governou o estado por mais de 20 anos. A revolução teve duração de 11 meses e teve origem semelhante a da Revolução Federalista (1893/1895), onde a questão fundamental era a disputa de poder. Para maiores detalhes, ler Antonacci (1981).

Sobre essa questão deve-se considerar que, em 1870 teve início os investimentos voltados ao melhoramento dos rebanhos no Rio Grande do Sul, através da importação de raças européias. Contudo, como os principais compradores de gado eram os charqueadores e os mesmos não exigiam um melhor padrão de qualidade, o aperfeiçoamento dos rebanhos não se generalizou. Assim, ao longo desse período a atividade pecuarista passou por mudanças no sentido de perder a importância até então alcançada.

Em relação ao setor secundário, a tabela 4 apresenta uma industrialização incipiente no município, visto que a mesma destinava-se ao abastecimento local. Neste período as charqueadas já haviam perdido importância, embora continuassem sendo o segundo setor mais representativo, com duas unidades e 270 trabalhadores. A indústria de vestuário constituía-se no maior setor industrial de Uruguaiana, com oito unidades e 320 trabalhadores.

TABELA 4 - Indústrias e trabalhadores em Uruguaiana: 1930

Classe	Nº de fábricas ou oficinas	Número de trabalhadores
Indústrias Têxteis	1	41
Metalurgia	1	10
Ferrarias	4	14
Funilarias	2	4
Olarias	4	29
Destilaria de petróleo	1	36
Fabricas de alimentos	2	15
Fábricas de bebidas	2	15
Charqueadas	2	270
Indústrias de vestuário	8	320
Carpintarias	3	8

Fonte: Maestri (1989).

A abertura das indústrias vestuárias está relacionada com a Primeira Guerra Mundial e a demanda por lã e seus derivados pelos países envolvidos no conflito. Neste mesmo período Uruguaiana teve acréscimo na criação de ovelhas. Na fase a do terceiro kondratieff (1896-1921) e inserido na segunda dualidade, o coeficiente de abertura da economia voltou a crescer, aumentando o intercâmbio com o exterior.

Rangel (2005) considera que, o processo de industrialização brasileira tem sua própria lógica interna, ou seja, inversa à ordem geral da industrialização em dois aspectos: baseada nas substituições de importações em tempos de crise internacional e das indústrias leves para as pesadas. Nas palavras de Rangel (2005, p.542), “[...] nossa industrialização começou por onde, pela ordem natural das coisas, deveria terminar, isto é, pelo suprimento interno de bens de consumo ou, mais precisamente, de bens finais,

abordando, escalonadamente, através de sucessivos ciclos, os suprimentos de produtos e de infra-estrutura”.

Em relação ao processo de urbanização, Coelho (2008) aponta que, em 1910 Uruguaiiana contava com 1.259 prédios e a população era estimada em 7.560 habitantes. Foi neste momento que as charqueadas perderam importância no contexto nacional e internacional e as atividades econômicas do município foram alteradas. Por outro lado, a cidade ganhou destaque por meio de suas atividades urbanas; o comércio e os serviços cresceram e diversificaram-se, fato que proporcionou a absorção de grande parte da mão de obra anteriormente ocupada nas charqueadas e atividades relacionadas.

Diante dessas alterações nas atividades econômicas de Uruguaiiana, as relações sociais também foram alteradas no sentido de que, com a decadência das charqueadas, o comércio passou a ter mais importância em relação ao período anterior. Trata-se também de uma mudança maior que ocorria em âmbito nacional, quando a classe de comerciantes ampliava sua inserção no capitalismo nacional.

Em Paso de los Libres poucas alterações ocorreram neste período. Até 1910 a economia do município girava principalmente em torno do porto e do comércio que mantinha com Uruguaiiana, bem como a pecuária. Na contrapartida, a indústria não apresentou destaque, visto que estas eram representadas por pequenas unidades e direcionadas ao abastecimento local.

A pecuária desenvolvida em Paso de los Libres constituía-se na criação do gado para envio dos animais em pé para o Brasil e demais regiões de Corrientes, não demandando grande quantidade de mão de obra.

O comércio da cidade ganhou destaque a partir da construção da linha férrea *Nordeste Argentino*, ligando Paso de los Libres a Posadas, no final do século XIX. Segundo Otazú (2003), em 1912 Paso de los Libres era caracterizada como uma cidade de “fuertes casas de comercio”, contudo o elemento que mais movimentava o comércio era o contrabando:

El comercio vive con el contingente que le preste la hermosa ciudad brasileña de Uruguayana . El intercambio de productos se hacen con actividad, aunque entorpecida frecuentemente por restricciones odiosas, que tienen por causa los abusos del contrabando, que constituyen la carcoma el comercio honrado del costa del Uruguay (OTAZÚ, 2003, p. 24).

Foi no final da década de 1920 que teve início o cultivo de arroz em Paso de los Libres. “[...] son precisamente las campañas libreñas las primeras en acoger este nuevo

cultivo gracias a sus campos nivelados e inundables y a su proximidad e mayores contactos con Brasil - el gran productor por entonces” (OTAZÚ, 2003, p.25). Dados referentes aos produtores, a produção e comercialização do arroz em Paso de los Libres, especialmente neste período, são escassos nas bibliografias disponíveis.

Esse período indicou uma diferenciação entre as economias de Uruguaiana e Paso de los Libres. Embora tenha ficado evidente uma crise na pecuária de Uruguaiana, verificou-se crescimento nas suas atividades urbanas, fato não ocorrido na mesma proporção na cidade argentina. Estas diferenças no processo de crescimento e expansão das atividades econômicas de Uruguaiana e Paso de los Libres não diminuíram as relações entre as mesmas, principalmente do ponto de vista do comércio entre brasileiros e argentinos.

Ou seja, a passagem da primeira para a segunda dualidade provocou algumas alterações em relação a condução das atividades produtivas, especialmente em Uruguaiana com o declínio das charqueadas. No entanto deve-se destacar que, não ocorreu o término de uma atividade, mas alterações importantes para o seguimento e o desenvolvimento de tais atividades, como veremos adiante. Além disso, a construção das ferrovias em um período em que a economia nacional brasileira direciona-se para um importante processo de industrialização, provoca alterações em relação ao papel de Uruguaiana no contexto tanto nacional quanto internacional, pois intensificaram-se as trocas com a Argentina, bem como com as demais cidade do Rio Grande do Sul e do Brasil.

3.3. Corumbá e Puerto Suárez: as ferrovias e o declínio do comércio fluvial

O início da segunda dualidade se manifesta de forma distinta em Corumbá, pois enquanto em Uruguaiana este período foi marcado pela decadência das charqueadas, em Corumbá ocorreu o contrário, a chegada de charqueadas uruguaianas. Isso se deu em virtude de novas restrições para a entrada de charque estrangeiro no Brasil (MAMIGONIAN, 1986). As charqueadas, juntamente com o mercado favorável, estimularam a multiplicação de outras na segunda década do século XX, especialmente no sul do estado. Em 1925 funcionavam 19 charqueadas em todo o Mato Grosso do Sul.

O crescimento da pecuária no Pantanal Sul, neste período, foi resultado da incorporação cada vez maior de novas terras. As principais propriedades destinadas à criação foram controladas por companhias estrangeiras, que tornavam mais intenso o processo de concentração fundiária. A empresa Brazil Land Cattle and Packing possuiu uma propriedade em Corumbá com 763.508 hectares e mais três propriedades em Mato Grosso. The Brazilian Meat Company possuía uma propriedade em Aquidauana com 500.000 hectares, a Fomento Argentino Sud-Americano dispôs em Corumbá de 726.077 hectares. A empresa Franco – Brasileira possuía duas propriedades no Pantanal sul, uma em Miranda com 242.456 hectares e outra em Corumbá, com 172.352 hectares. A Sud-Américaine Belge S/A possuiu em Corumbá 177.060 hectares, The Miranda Estância Company controlou em Miranda 219.506 hectares, a Sociedade Anônima Rio Branco deteve em Corumbá 549.156 hectares (ARAUJO e BICALHO, 2009, p.09).

Bertholi (2006) aponta que, se a chegada da pecuária extensiva a partir do século XVIII foi consequência direta da ociosidade de pastagens e do baixo custo da produção, a ocorrida durante a segunda dualidade, na fase expansiva do terceiro ciclo longo, indicava os aspectos de uma grande indústria pastoril.

[...] as fazendas exclusivamente pecuárias, tanto do pantanal quanto do planalto, seguiram *pari passu* a evolução das relações estabelecidas no bojo da primeira dualidade, estando assim, por este tempo, na transição entre uma economia natural para outra comercial, ainda de caráter feudal, dando pistas acerca da chegada do modo capitalista de produção sob o viés da economia de monopólio (primeiro do ouro, depois do charque), sensivelmente atrelada as políticas de Estado e fundamentada nos resquícios das relações de trabalho escravo [...] (BERTHOLI, 2006, p.77)

No início do século XX a construção da ferrovia que liga Bauru/SP a Corumbá, pela Noroeste do Brasil, provocou um reordenamento da produção pecuária, atraindo para as margens dos trilhos, os pecuaristas especializados na engorda. Para compreender como ocorreu este processo, a tabela 5 apresenta os estabelecimentos rurais existentes em Corumbá em 1920.

TABELA 5 – Estabelecimentos rurais em Corumbá: 1920

Grupos de área	Estabelecimentos
Menos de 40ha	04
Entre 41 e 100 ha	09
Entre 101 e 200 ha	08
Entre 201 e 400 ha	11
Mais de 401 ha	100
Total	132

Fonte: BRASIL (1923).

A existência de 100 estabelecimentos com área superior a 401 hectares confirma os apontamentos de Bertholi (2006) a respeito da consolidação da grande propriedade em

Corumbá; a criação de gado destinado aos mercados do Sudeste fortaleceu este panorama. Por outro lado, verifica-se que os estabelecimentos com até 40 hectares eram apenas quatro, aqueles entre 41 e 100 hectares somavam nove unidades, os estabelecimentos entre 101 e 200 hectares eram oito, enquanto 11 estabelecimentos estavam inseridos no grupo com área entre 201 e 400 hectares. Para melhor compreender a dinâmica existente nestas propriedades, a tabela 6 apresenta os dados sobre as criações.

TABELA 6 – Efetivo de animais em Corumbá: 1920

Rebanhos	Quantidade
Bovino	202.043
Equino	3.039
Assino e Muar	296
Ovino	1.051
Caprino	757
Suíno	2.374

Fonte: BRASIL (1923).

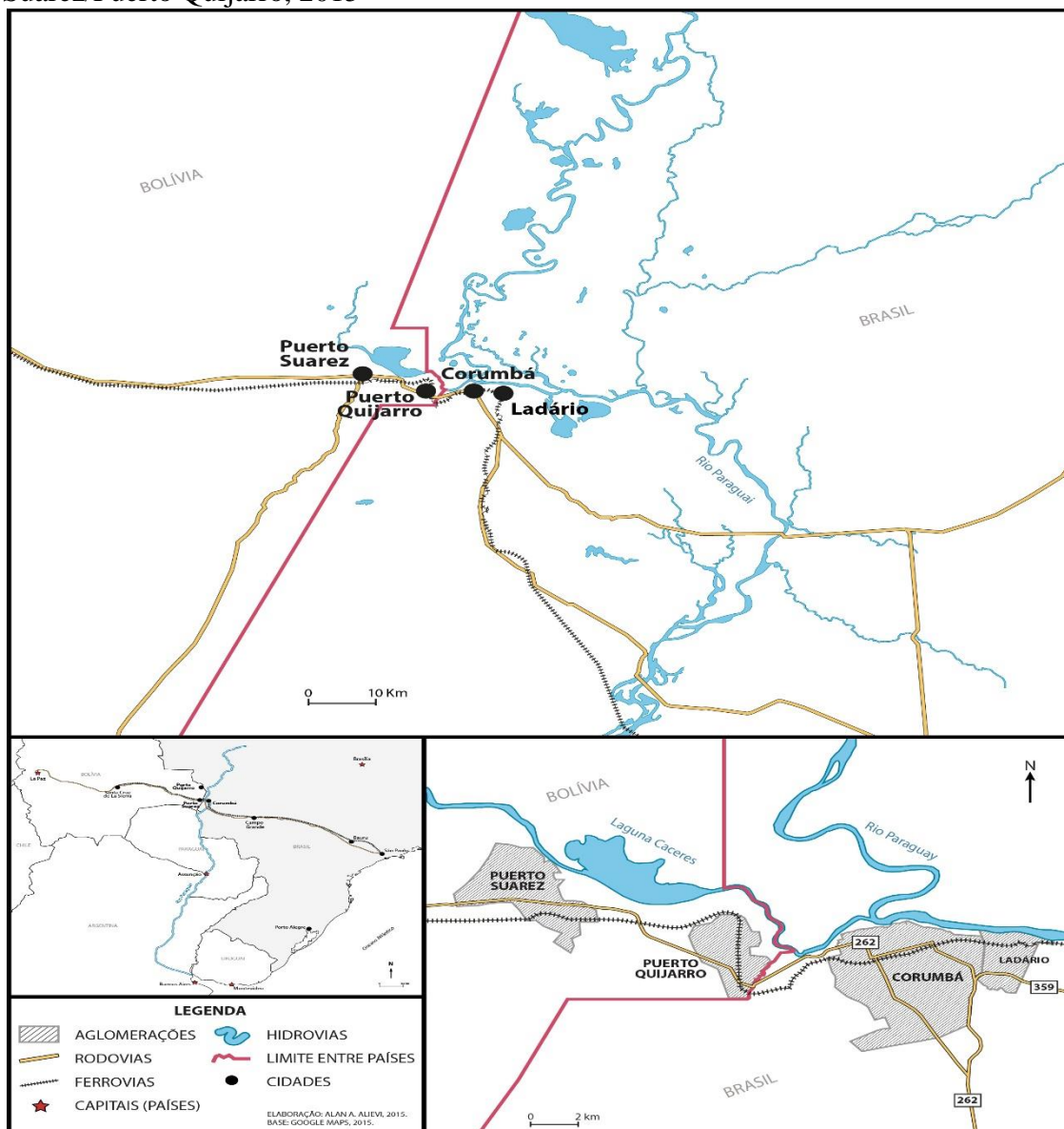
Em 1920 Corumbá já destacava-se com a criação de gado, somando 202.043 cabeças. As demais criações estavam relacionadas ao consumo da população, a exemplo dos 2.374 suínos e os 1.051 ovinos.

Em relação à implantação da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, deve-se considerar que ela foi fundamental nas alterações de eixo na articulação da região. Com a estrada de ferro, como pode-se visualizar no mapa 5, a porção sul do Pantanal passou a articular-se com o Sudeste brasileiro através da venda de bois magros, principalmente para São Paulo. Nesta discussão Araujo e Bicalho (2009, p.11) explicitam que:

Internamente, a inércia espacial dominava o comportamento da estrutura espacial pantaneira, entretanto, o centro da organização espacial interna deixa de ser a cidade de Corumbá, que entra em decadência com a mudança no sistema de transporte, e passa a ser Campo Grande, que assume as funções de entreposto comercial e centro difusor.

Inserida no período da segunda dualidade, a Primeira Guerra Mundial promoveu ampliação do mercado mundial de carne bovina, incentivando inclusive, a criação da indústria da carne congelada no Brasil, com importantes repercussões sobre as áreas criatórias de gado bovino, como no Mato Grosso do Sul:

MAPA 5 - Ferrovias e Rodovias na Aglomeração Urbana de Corumbá/Puerto Suárez/Puerto Quijarro, 2015



Mato Grosso, já estabelecido como um importante produtor de carne bovina para o mercado paulista, foi rapidamente inserido na economia nacional da época da guerra, exportando crescentes quantidades de gado em pé para os abatedouros de São Paulo e expandindo as pastagens, os abates e a necessária infra-estrutura. A guerra e o período imediatamente subsequente garantiram a definitiva participação de Mato Grosso no capitalismo nacional e internacional – uma situação da qual essa região havia desfrutado apenas de modo periférico, nas décadas anteriores (WILCOX, 1992, p. 180).

Nesta perspectiva, fatores tanto internos quanto externos causaram importantes mudanças, provocando um gradativo declínio no comércio importador e exportador a partir da década de 1920. Este declínio nas atividades portuárias do município estava

relacionado com as alterações na conjuntura internacional, provenientes da Primeira Guerra Mundial, bem como da construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. Nesta discussão, Corrêa (1999, p.128) aponta os principais motivos do declínio fluvial de Corumbá:

O corte irreversível no desenvolvimento do comércio internacional do Porto corumbaense não só decorreu desse complexo e abrangente processo de transformações no mercado mundial, como também ressentiu-se com a instalação da estação ferroviária terminal da linha São Paulo-Mato Grosso, em Porto Esperança, inaugurada em 1914.

Ou seja, a estrada de ferro provocou o desvio de fluxo dos transportes e comunicações da Bacia do Prata para o interior do país e com isso a abrangência desta área foi afetada, pois através da ferrovia as cidades platinas mais desenvolvidas perderam os vínculos com Corumbá. Desta forma, a cidade passou a relacionar-se com o interior do Brasil.

Como consequência, a partir de 1920 a população de Corumbá passou a diminuir, visto que muitos comerciantes deslocaram-se para outras cidades ou passaram a investir na pecuária. O município contava com 9.735 habitantes em 1920 (BRAZIL, 1923). Nesta mesma década o eixo econômico do Mato Grosso do Sul passou a ser Campo Grande, pois a cidade encontrava-se mais próxima dos grandes centros do Sudeste do país, acentuando a redução do comércio portuário de Corumbá e a perda de sua posição de destaque no estado. Campo Grande estabeleceu-se enquanto polo de convergência da maior parte do gado destinado aos frigoríficos paulistas (SILVA, 2010).

Corumbá não possuía agências bancárias até 1916, tendo casas comerciais como intermediárias do capital bancário. Brito (2012) afirma que, a casa comerciária de Feliciano Simon, em Corumbá, por volta de 1913, representava 25 bancos estrangeiros, entre eles: *Alemán Transatlântico*, *Crédit Franco-Portugais*, *The National City Bank of New York*, *Banca Commerciale Italiana*, *Handelsbank Amsterdam*. Contudo, em 1916 foi aberta a primeira agência do Banco do Brasil na cidade, promovendo o fechamento das ‘seções bancárias’ das casas de comércio.

Elemento importante para Corumbá neste período diz respeito ao início da extração mineral. As primeiras concessões para a extração ocorreram no final do século XIX e início do XX, entretanto não tiveram êxito. Foi a partir de 1906 que empresas estrangeiras chegam a Corumbá, com destaque para a *Compagnie d’Urucum*, empresa belga responsável pela chegada de profissionais especializados, provenientes de São Paulo, Portugal, Espanha e Itália.

A falta de condições favoráveis para a expansão da atividade foi acirrada pela concorrência do minério de ferro que vinha sendo extraído no estado de Minas Gerais. A localização favorável, juntamente com a organização de atendimento dessas empresas mineiras, impossibilitou o destaque de Corumbá neste segmento. Importante salientar que em 1918, com a diminuição da demanda através do término da Guerra, a *Compagnie d'Urucum* retirou-se de Corumbá (BRITO, 2012).

O enfraquecimento da posição de entreposto comercial de Corumbá também se soma a dificuldade de expansão da mineração, já que neste momento não foi capaz de promover uma nova dinâmica econômica para a cidade. Oliveira (1998) aponta alguns elementos responsáveis pelo declínio que a cidade passou na década de 1920: desmonte da economia portuária importadora através da chegada das ferrovias; retração da produção e circulação de mercadorias, ocasionando a maximização dos preços; dependência dos latifúndios em relação aos comerciantes; crescimento rápido das indústrias na região Sudeste do país; entre outros.

O período entre 1889 e 1930 foi marcante para Corumbá, pois se no período anterior (1822-1889) destacou-se grandemente devido a expansão da pecuária, crescimento da cidade e principalmente do comércio, o período em tela foi um momento de mudanças e perdas, a exemplo da redução populacional, da mudança do eixo econômico para Campo Grande e decadência do comércio fluvial. Apesar disso, a pecuária continuou ocupando papel de destaque para a economia de Corumbá, como veremos a seguir.

Em Puerto Suárez o final do século XIX foi um período de relativo desenvolvimento, pois era através do seu porto que os processos de exportação da borracha ocorriam. Além disso, Puerto Suárez era também o local de entrada de mercadorias procedentes de outros países e que chegavam por Corumbá. Neste sentido, as importações registradas pela aduana de Puerto Suárez no ano de 1894, quando tem início a exportação da borracha²⁵, alcançaram um valor de 65.000 Bolivianos. Neste mesmo ano, o valor dos produtos importados foi o mais alto. Entre os produtos importados, destaque para máquinas a vapor e ferramentas para agricultura (PPAS, 2011). Importante considerar que, em Puerto Suárez eram realizados apenas os processos de

²⁵ A extração da borracha na Bolívia foi intensa até a Questão do Acre (1903), quando o território do atual estado do Acre passa a pertencer ao Brasil. Para maior aprofundamento ler: Guberman (2013).

importação e exportação de produtos, a extração, criação e/ou produção ocorriam em outras áreas do país.

TABELA 7 - Direitos Aduaneiros de Puerto Suárez: 1888/1894

Ano	Importações		Exportações
	Volume (Kg)	Ingresos (Bs)	Ingresos (Bs)
1888	363.125	48.735	379
1889	414.000	60.060	688
1890	272.838	72.521	568
1893	43.079	54.799	1.898
1894	54.799	75.976	65.032

Fonte: TONELLI, 2007.

Como consequência desta dinâmica portuária advinda da borracha em Puerto Suárez, comerciantes alemães vinculados à exploração e comercialização desse e demais produtos, como a Zeller, Villinger & Cia, Stefefens, Schnack e Muller e Cia, chegaram ao município e deram um novo impulso a área. No entanto, esta dinâmica era dificultada durante seis meses ao ano, período que as estradas ficavam intransitáveis em decorrência do alagamento dos rios. Diante dessa situação, os comerciantes percorriam caminhos muito maiores, o que elevava o preço dos fretes e dos produtos (PPAS, 2011).

Os processos de exportação da borracha dinamizaram a região por alguns anos, até que em 1904 a Bolívia efetuou um tratado com o Chile para a utilização de seus portos no Pacífico. Deste modo, as exportações do país, facilitadas pelas ferrovias de Antofogasta, que ligava Oruro, Ariaca e La Paz, foram voltando-se para o Pacífico. É assim que o auge da borracha entra em um período de decadência, provocando a falência de muitas empresas do ramo, além da queda do preço da borracha, motivado principalmente pela Primeira Guerra Mundial.

A fim de amenizar esta situação, o governo boliviano decidiu manter a aduana de Puerto Suárez livre de impostos por um período de quatro anos. Esta medida não foi suficiente para manter o seu comércio, acarretando uma crise comercial na região. Em relação à saída boliviana para o Pacífico, foi acordado em 1904 entre os governos do Chile e da Bolívia, a cessão do litoral marítimo em troca de 300.000 libras esterlinas e a construção de uma linha férrea entre Arica e La Paz. Neste sentido, Wasserman (2004, p.340) explicita que:

[...] a ausência de uma saída soberana para o mar ou a falta do ‘litoral’ deixou a Bolívia em segundo plano na DIT (Divisão Internacional do Trabalho) ou duplamente dependente; por um lado, os centros hegemônicos do capitalismo e, por outro lado, os países vizinhos que pudessem prover a comercialização dos seus produtos por via marítima. Com isso, o país empobreceu muito e manteve um padrão de desenvolvimento baixo em relação aos demais países da região.

Puerto Suárez teve destaque através dos processos de importação e exportação realizados no porto, todavia o município não apresentou crescimento e desenvolvimento de outras atividades, a exemplo do comércio, pecuária e agricultura. Diferente de Corumbá, Puerto Suárez não se tornou uma cidade voltada para a criação de gado, entretanto as relações comerciais entre as cidades manteve-se neste período, intensificando-se na terceira dualidade, como veremos no próximo capítulo.

Assim, o comércio foi a base das relações entre Corumbá e Puerto Suárez no período da segunda dualidade. Apesar de Corumbá ter passado por grandes mudanças neste período, bem como Puerto Suárez ter sua economia direcionada para os processos de exportação de borracha, as duas cidades mantinham trocas comerciais, especialmente as compras realizadas por seus habitantes.

3.4. A Gênese de Foz do Iguazu e Puerto Iguazú

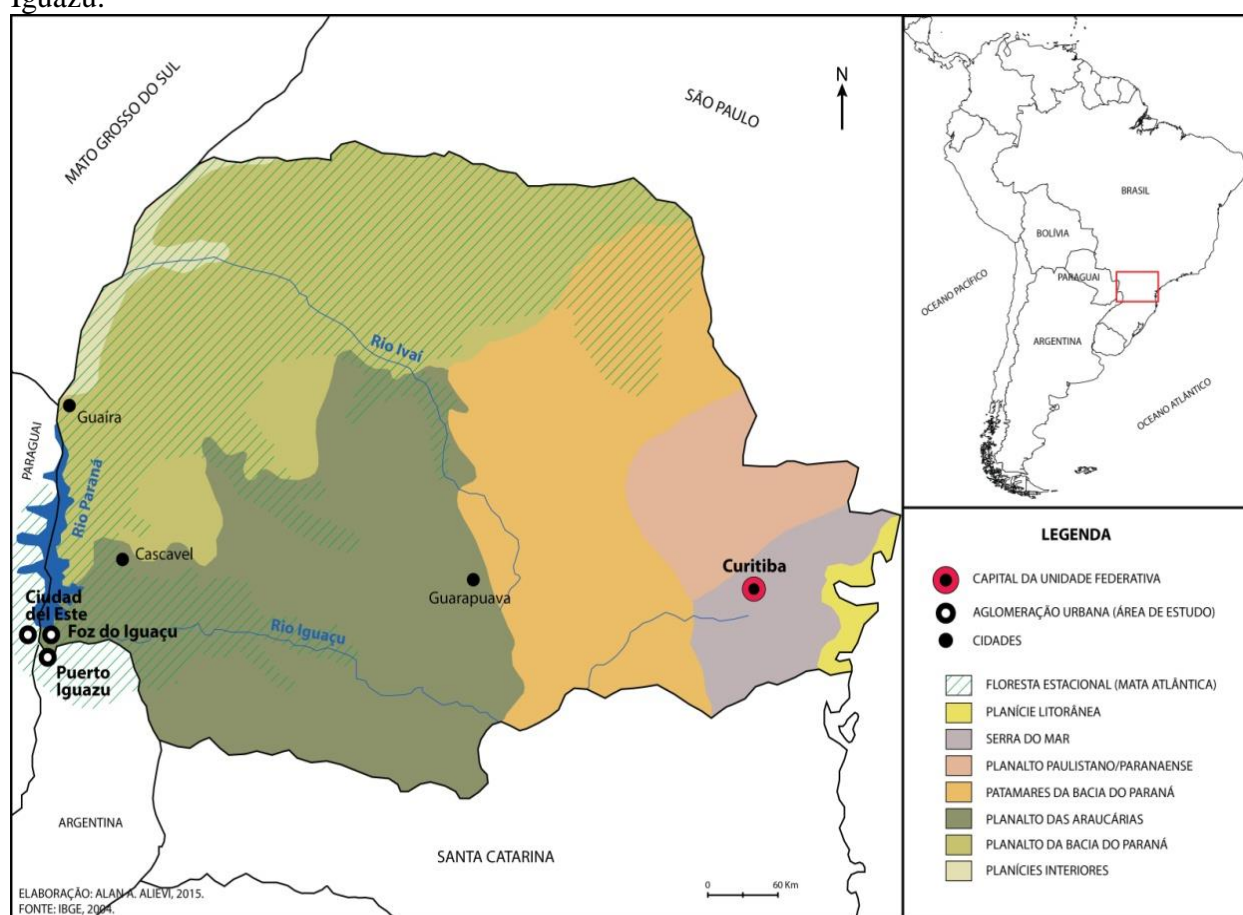
A área que atualmente compõem o território paranaense, incluindo toda a porção oeste do estado, de acordo com Tratado de Tordesilhas, pertencia à Espanha. Contudo, por volta de 1530 tiveram início as expedições portuguesas, que logo passaram a preocupar as autoridades espanholas. A alternativa encontrada para estabelecer definitivamente a bandeira espanhola era a fundação de um aglomerado urbano que servisse como polo comercial e centro para as expedições. Esse aglomerado deu origem mais tarde à cidade de Assunção, no Paraguai (COLODEL, 1992).

Todavia, sem o apoio da defesa espanhola, entre 1629 e 1632 todas as reduções jesuíticas dessa área foram destruídas e não mais reconstruídas, os sobreviventes foram para o território do Paraguai. Diante destes acontecimentos, os espanhóis abandonaram a região, deixando os portugueses livres para estabelecerem o *uti possidetis*. A presença portuguesa foi impondo-se com o passar dos anos e o Tratado de Tordesilhas perdeu a sua função inicial. A situação foi estabelecida novamente em 1750 através do Tratado de Madri, o qual confirmava diplomaticamente as novas divisões entre os domínios espanhóis e portugueses. Nesta perspectiva, o oeste do Paraná passou a pertencer a Portugal e o rio Paraná tornou-se fronteira natural com as possessões espanholas.

Com a destruição das Reduções Jesuíticas e das demais povoações espanholas no Guairá, a margem esquerda do Paraná vê-se num estado de quase completo abandono. Afinal de contas os portugueses tinham interesses nos indígenas que podiam escravizar e esses abandonaram aquela área. Assim, deserta e sem atrativos econômicos ou políticos, ficaria por mais de uma centena de anos. (COLODEL, 1992, p.15).

Do lado paraguaio, nas proximidades da área que atualmente compreende Ciudad del Este, os poucos centros de povoamento foram criados no final do século XVIII e estavam diretamente relacionados com as funções de extração e beneficiamento da erva-mate. Eram pequenos povoados, geralmente próximos aos rios, sem infraestrutura e constituídos basicamente por homens (ODDONE, 2011). Deve-se considerar que esta área de fronteira é composta pela Mata Atlântica e pelo planalto das Araucárias, como mostra o mapa 6. Esses elementos foram fundamentais nas atividades econômicas desenvolvidas nesta área, como veremos adiante.

MAPA 6 - Aspectos das Condições Físicas de Foz do Iguaçu, Ciudad del Este e Puerto Iguazú.



Já em relação à área de Puerto Iguazú, especificamente na confluência dos rios Iguaçu e Paraná, foi fundada pelos jesuítas em 1626 a redução de Santa Maria del Iguazú. De acordo com Belgrano (1996, p.24), “En su maximo apogeo se puede contar com más de 100 (8.600 personas) casas comunales construídas de adobe y techo de paja [...]”. Este povoado foi rapidamente transferido para as margens do rio Uruguai a partir de 1633, já que os jesuítas temiam um novo ataque dos bandeirantes. De acordo com Rau (2008), as

atividades vinculadas à erva-mate constituíram uma das principais bases econômicas para o assentamento de conquistadores espanhóis da Companhia de Jesus durante o período colonial.

Apesar destas formas de ocupação na área pertencente as três cidades que constituem a fronteira em tela, tratavam-se de ocupações momentâneas, que não concretizaram povoados efetivos, ou seja, durante o período colonial esta área não foi dinâmica em relação a atividades produtivas e criação de povoados e vilas.

Foi durante a segunda dualidade que a Colônia Militar de Foz do Iguaçu foi criada, contudo antes de sua fundação e através do acordo de livre navegação entre Brasil e Argentina, assinado em 1850, começou a exploração de erva-mate e madeira, anteriormente realizada apenas no norte da Argentina. “[...] a partir de 1881, são detectadas as primeiras penetrações dessa frente extrativa no extremo oeste do Paraná [...]” (WACHOWICZ, 1982, P. 45). Isso se dava através da aquisição de propriedades ou da obtenção de concessão do governo paranaense a preços baixíssimos ou mesmo sem documentação alguma.

No final do século XIX estava implantado no oeste do Paraná o sistema de Obrages²⁶, caracterizado pela exploração da erva-mate e da madeira existentes nas matas. As obrages eram de capital argentino e inglês e utilizavam mão de obra paraguaia de origem indígena, em regime de escravidão.

A Guerra do Paraguai impôs a criação de uma Colônia Militar no extremo oeste do Paraná como recurso para o controle do território. De acordo com Lopes (2002), o Ministério da Guerra entendia que esta região possuía valor estratégico e não deveria ficar desguarnecida, entretanto a fundação da Colônia ficou no papel até o ano de 1888, quando iniciou-se a organização da mesma.

Quando da chegada da expedição militar em Foz do Iguaçu, a população existente na área era de 324 habitantes, sendo composta predominantemente por argentinos e paraguaios e apenas nove brasileiros, que viviam da exploração de madeira (WACHOWICZ, 2001). O espaço territorial destinado para a Colônia foi de 112.500 hectares, tendo como marco de referência: 25 quilômetros no sentido Leste-Oeste a 40

²⁶ Formadas por um grupo de comerciantes estrangeiros, esses ocupavam as margens dos rios, especialmente dos rios Paraná e Iguaçu, em acampamentos temporários para a exploração e comercialização de madeira e erva-mate. “A obrage só despertava interesse enquanto tivesse lucratividade. Quando suas reservas vegetais se esgotavam, as obrages eram de pronto abandonadas”. COLODEL (1988, p.24).

quilômetros no Rio Paraná, contados desde a foz do rio Iguazu no sentido Norte-Sul. Colodel (1992, p.22) aponta que a Colônia:

Estava como que de costas para o restante do território paranaense e de frente para os vizinhos platinos. E foram eles que passaram a monopolizar a vida social e econômica da margem esquerda do rio Paraná – de Guaíra a Foz do Iguazu. É óbvio e compreensível que os comerciantes platinos não tivessem nenhum interesse que a Colônia Militar prosperasse e que atraísse para sua órbita levas de novos moradores. Em vez de contribuir para o progresso da Colônia, esses comerciantes procuraram obstaculizá-lo.

Em 1892 o Ministério da Guerra deixou a Colônia Militar, encarregando-se apenas dos trabalhos de conservação da estrada entre Guarapuava e Foz do Iguazu. A saída da Comissão Estratégica acentuou as dificuldades no sentido de estabelecer ali um centro agrícola e pastoril. Na realidade nada disso aconteceu, visto que as poucas famílias que ali viviam foram abandonando a atividade agropecuária e voltando-se para a extração da erva-mate e da madeira nativa (CONTE, 2012).

Em 1905 a população era de aproximadamente 1.000 habitantes. Embora tenha aumentado o número de habitantes, a área continuava isolada do país, pois as relações mantidas pela sua população ocorriam com Posadas, na Argentina. Neste sentido, os colonos que ganhavam lotes de terras nos domínios da colônia eram obrigados a produzir alimentos para subsistência. “Os que abandonaram a colônia passaram a explorar a erva-mate e cortar madeiras. Com o tempo, deixaram seus lotes e foram pregar as terras e matas do governo. Os próprios oficiais para lá destacados consideravam-se desterrados” (WACHOWICZ, 2001, p. 232). Esta primeira tentativa de colonizar a área de Foz do Iguazu aponta para a introdução da pequena propriedade, mesmo que não efetivada neste momento. Em 1914 a localidade foi declarada Município de Vila Iguazu.

Revestia-se, pois, de heroísmo empreender viagem através do sertão, via Guarapuava, percorrendo ‘ínvios caminhos’, assinalados por picadas que rompiam a espessa e misteriosa mata, num percurso de léguas e léguas de extensão, isolando-se do resto do mundo civilizado; até alcançar a clareira iguaçuense (SCHIMMELPHENG, 1991, p.58).

Colodel (1992) explicita que, para chegar a Foz do Iguazu por terra, a saída deveria ser de Curitiba com destino a Ponta Grossa por ferrovia; de Ponta Grossa, através de estradas de rodagem em péssimas condições, seguir até Guarapuava e por fim, de Guarapuava até Foz do Iguazu não existia outra opção a não ser a picada aberta pela Comissão Estratégica, que recebeu algumas melhorias apenas em 1920.

Com a conclusão da Estrada de ferro São Paulo – Rio Grande, a ligação entre Curitiba e Ponta Grossa passou a ser realizada através da Estrada de Ferro do Paraná. Por esta ferrovia podia-se chegar até Paso de los Libres e de lá até Posadas, na Argentina, onde, de vapor, chegava-se a Foz do Iguaçu (COLODEL, 1992, p.26).

A viagem fluvial, por sua vez, partia de Montevidéu com escalas em Buenos Aires, Rosário, Corrientes e Posadas. De Posadas em direção ao oeste paranaense, três empresas argentinas e paraguaias controlavam o transporte de passageiros e cargas. A *Compañia Mercantil y de Transporte Domingos Barthe*, com dois vapores, realizava a viagem nos dias 10, 20 e 30 de cada mês, a empresa *Nuñez Gibaja Martinez y Co*, proprietária de dois vapores, partia nos dias 4,14 e 24 de cada mês e a empresa *Juan B. Molla*, proprietária de um vapor, saía nos dias 8,18 e 28 (COLODEL,1992). Todos os vapores paravam em Foz do Iguaçu e em Puerto Aguirre (atual Puerto Iguazú), na margem argentina.

Com a diminuição dos ervais na Argentina e no Paraguai, atrelado a expansão de mercados, teve início a exploração da erva-mate nas áreas brasileiras próximas de suas fronteiras, através de concessões emitidas pelo governo brasileiro naquele período. Esta situação proporcionou condições de organização e crescimento de empresas direcionadas a exploração de recursos naturais nas fronteiras brasileiras. Uma dessas empresas foi a Mate Laranjeira (GREGORY, 2011).

A empresa iniciou a exploração da erva-mate no Mato Grosso do Sul em 1880, motivada pelos conflitos entre Paraguai e Argentina e a consequente diminuição de exportação de erva-mate no Paraguai. Embora o início das explorações tenha ocorrido ainda na primeira dualidade, foi na segunda que a empresa ganhou destaque e ampliou sua área de atuação. Neste sentido verifica-se que, a produção matogrossense foi sendo expandida, em 1891 foram 1.200 toneladas e em 1892, 1.800 toneladas (MAMIGONIAN, 1986).

A década de 1890 foi positiva para a Mate Laranjeira, que além da ampliação da concessão, construiu um porto (Porto Murinho) destinado especificamente para a exportação do produto pelo rio Paraguai. Beneficiando-se das dificuldades que os estados do Paraná e Santa Catarina encontravam em comercializar a erva-mate, a empresa alcançou a produção de 3 a 4 mil toneladas anuais no final da década, o que equivalia a 10% das exportações brasileiras. De acordo com Mamigonian (1986), com a dissolução do Banco Rio & Mato Grosso em 1902, a Companhia fundiu-se com a casa importadora Francisco Mendes & Cia, de Buenos Aires.

Desde o início a exploração dos ervais assumiu um caráter monopolista, até 1916 “[...] quando a Mate Laranjeira exercia seu domínio sobre uma área de aproximadamente 4 milhões de hectares. E foi monopolista na medida em que os moradores que viviam daquela atividade foram proibidos de exercê-la” (BIANCHINI, 2000, p.239).

Áreas de terras no Paraná passaram a ser incorporadas aos domínios da Mate Laranjeira, sendo que as concessões que tiveram início no Mato Grosso do Sul avançaram em direção ao Salto das Sete Quedas. A companhia comprometia-se a abrir portos no rio Paraná, abrir estradas internas e construir uma ferrovia de 50 quilômetros (depois ampliada) no Paraná. Desta forma, os empreendimentos da Mate Laranjeira estabeleceram-se nos estados do Mato Grosso do Sul e do Paraná²⁷.

Gregory (2011) aponta ainda que, Guaíra tornou-se o porto receptor de origem e de destino da produção de erva-mate, que majoritariamente seguia para os mercados platinos. No rio Paraná transitavam as embarcações da empresa, onde foi construída a linha férrea para evitar o Salto das Sete Quedas, a jusante do qual, no Porto Mendes, ocorria a baldeação dos produtos para navios que navegavam mais facilmente no rio Paraná, ou ainda, em alguns casos, levavam a Posadas, que através da ferrovia, a erva-mate era transportada até Buenos Aires, onde seria beneficiada. O escoamento destes produtos via rio Paraná foi durante longo período controlado por argentinos. A dificuldade de acesso, juntamente com a exploração de erva-mate e madeira que ocorria por toda a extensão do município, bem como na região oeste do Paraná, condicionou a existência de grandes latifúndios, como mostra a tabela 8.

As empresas citadas na tabela 8 e que adquiriram as concessões, tinham o objetivo de explorar madeira e erva-mate ou colonizar as terras. No oeste paranaense grandes áreas de terras foram adquiridas a baixos preços e sobre elas assentaram-se legalmente as obras; as principais foram concedidas a Waldemar Matte, Miguel Matte, à Companhia São Paulo – Rio Grande; Petry, Meyer B. Azambuja, Domingos Barthe, Nuñez y Gibajia, Companhia Maderas Alto Paraná, Companhia Mate Laranjeira e a Julio Tomás Alica (COLODEL, 1992, p.30). Importante considerar que até o ano de 1940 existiam no oeste paranaense apenas 387 propriedades, ou seja, até este momento a grande propriedade predominava nesta região (WACHOWICZ, 1982).

²⁷ Importante destacar que a atuação da Mate Laranjeira no Mato Grosso do Sul não abrangeu a área do município de Corumbá.

TABELA 8 - Concessões de terras e direito à exploração na região oeste do Paraná: até 1930

Empresa	Ano da concessão	Área (ha)	Direito
Domingos Barthe	1901	50.000	Exploração de erva mate e exploração de madeiras
Nunes e Gibaja	1905	53.973	Exploração de erva mate e exploração de madeiras
Compañia de maderas del Alto Paraná	1907	251.000	Exploração de erva mate e exploração de madeiras
Petry, Meyer e Azambuja	1912, 1916, 1920	246.100	Compras de terras, exploração e colonização de terras.
Jorge Schimelfeng	1905	-	Colonização e fundação de povoamento em Foz do Iguaçu
Miguel Matte	1918	-	Direito de construção de ferrovia para escoar a produção de erva mate e controle de porto.
Alica	?	1000	Controle de porto, além dos direitos de explorar ervais fora de sua propriedade.

Fonte: Colodel (1988), Wachowicz (1982).

Esse sistema utilizado para a exploração da madeira e da erva-mate só foi possível porque até a década de 1920 a área apresentava uma situação de inexistência de meios de comunicação que ligassem a mesma ao restante do estado. Entretanto, a passagem inesperada da Coluna Prestes²⁸ em 1924 e 1925, desarticulou as relações econômicas e de poder implantadas pelos obrageros. Em seus combates contra as forças legalistas comandadas pelo general Cândido Rondon, o grupo tomou a cidade de Guaíra e logo chegou a Foz do Iguaçu.

O contingente revolucionário contava com aproximadamente três mil homens, contra dez mil soldados das forças governamentais. Em 28 de outubro, quando a Coluna Paulista encontrava-se reunida no oeste do Paraná, ocorreu o levante comandado por Luis Carlos Prestes no Rio Grande do Sul. Entretanto, a tropa gaúcha foi derrotada e perseguida, sendo obrigada a dirigir-se ao Paraná. Após permanecerem cerca de oito meses, as tropas deixam o oeste paranaense. No período em que as tropas estiveram em Foz do Iguaçu, penetraram nas obrages e libertaram os mensus²⁹ que encontraram trabalhando.

A permanência da Coluna, segundo Colodel (1992), paralisou, desarticulou e destruiu as atividades das obrages na região. A partir desse momento algumas obrages finalizaram as suas atividades econômicas. Outra ação que colaborou no enfraquecimento

²⁸ Foi um movimento liderado por militares opositores a República e às classes dominantes. Teve início em 1924 no Rio de Janeiro (PRESTES, 1997).

²⁹ Trabalhadores trazidos do Paraguai e Argentina. Mensus vem do espanhol e refere-se a mensalistas. Tratava-se de um regime de trabalho escravo, onde os mesmos viviam permanentemente endividados perante o empregador (COLODEL, 1988).

das obras veio do governo argentino, que com o intuito de libertar-se das pesadas importações da erva-mate realizadas no Brasil, passou a estimular e a financiar proprietários de terras e ervateiros do território de Misiones a plantarem seus futuros ervais (CONTE, 2012).

O período da segunda dualidade marca o início da estruturação de Foz do Iguaçu. Desde a gênese desta, através da fundação da Colônia Militar, o processo de povoamento foi árduo, por se tratar de uma área de difícil acesso e de relações restritas com demais áreas do país. Deste modo, verifica-se que neste recorte temporal o local pouco se desenvolveu, já que a única atividade econômica realizada era a exploração de madeira e erva-mate.

Em relação à área próxima a atual cidade de Puerto Iguazú, foi no final do século XIX que empresários tomaram conhecimento da existência dos recursos naturais – erva-mate e madeira, nas margens dos rios da Bacia do Prata e iniciaram a denominada ‘frente extrativista’ (ARANHARDT, 2010). Foi nessa frente que ocuparam a área de confluência do Paraguai, Argentina e Brasil, com limites definidos pelos rios Paraná, Iguaçu, San Antonio Guazú (Chopim), Pepirí Guazú (Chapecó) e Uruguai.

Transitavam pelos rios com embarcações a vapor, transportando mercadorias, trabalhadores, ferramentas e mulas. “La accesibilidad más fluida se dio a través del río Paraná y con mayor dificultad por el río Uruguay. Ello no fue inconveniente para acceder a precarios puertos localizados sobre las márgenes respectivas e iniciar el proceso de apropiación de los recursos naturales y mensura de las parcelas” (ARANHARDT, 2010, p.2). Assim, a partir dos rios Paraná e Uruguai, iniciou-se a exploração pelas obras da madeira e da erva-mate nativa. A paisagem das margens dos rios foi transformada lentamente por meio da instalação de acampamentos, vivendas precárias e transitórias.

A colonização de Misiones (província a qual Puerto Iguazú faz parte) também teve função militar de demarcação de limites com os países vizinhos, bem como da expansão da fronteira agrícola do país. O processo de colonização ervateira encontrava-se vinculado com a configuração do território nacional por meio do estabelecimento de colônias agrícolas. “La intervención y planificación estatal resultan en pequeñas unidades yerbateras de explotaciones familiares con escaso capital y el uso de técnicas rudimentarias que enfrentaron a un aparato comercializador fuertemente concentrado” (RODRIGUEZ; BLACHA, 2013, p.14).

As fronteiras de Misiones resultaram de processos decorrentes da Guerra do Paraguai, que definiu os novos limites com os países vizinhos. Esta questão estava

relacionada com a posse dos territórios próximos aos rios San Antonio e Pepirí Guazú, especialmente na área das antigas missões jesuíticas. O litígio foi submetido à decisão do presidente dos Estados Unidos, Grover Cleveland, que no ano de 1895 favoreceu o Brasil, enquanto Misiones perdeu 1.200 léguas de terras. De acordo com Urquiza (2008, p.18):

El conflicto de límites con el Brasil, que afectaba directamente a Misiones, fue resuelto por el Laudo Cleveland dictado en 1895. La Provincia perdió una superficie de tamaño similar a la que tiene actualmente su territorio, correspondía a un espacio con valiosos recursos naturales conocido con “*la zona de los pinares*” y abarcaba un total de 30.200 km cuadrados.

O território de Misiones teve o rio Aguapey como limite a oeste desde a sua foz no rio Uruguai até o rio Paraná. Em relação ao número de habitantes desta área, Aranhardath (2010) explicita que, a localização fronteiriça com o Brasil e Paraguai dificultava estabelecer com precisão o número de habitantes durante o século XIX, principalmente após perder parte de seu território para o Brasil.

Entre os anos de 1882 e 1897, o território de Misiones era considerado de difícil organização político administrativa, devido principalmente a falta de infraestrutura, além da dificuldade na acessibilidade. Os obstáculos existentes na navegação fluvial no território de Misiones, atrelado a condição fronteiriça, motivou a extensão das obras da ferrovia Nordeste até Misiones, sendo inaugurado no ano de 1894 o trecho Paso de los Libres – Santo Tomé. A chegada da linha férrea favoreceu a colonização deste espaço, a construção de pontes sobre os rios Zaimán e Las Tunas, bem como a construção do caminho a Iguazú.

A partir de 1897 teve início o processo de povoamento sistemático pelos colonos europeus na província de Misiones. A colonização oficial promovida pelo governo nacional seguiu por muitos anos, sendo que entre os anos de 1918 e 1920 foi implementada a colonização privada ao longo do rio Paraná, fato que promoveu a criação dos povoados de Montecarlo, Eldorado, Puerto Rico, San Alberto, Capioví, etc. Com o contínuo povoamento iniciou-se também a atividade produtiva intensiva, que num primeiro momento foi caracterizada pela extração de madeira e erva-mate nativos. Posteriormente se deu a diversificação agrícola com o arroz, citrus, tung, tabaco, cana de açúcar, essências, etc. (ZOUVI, 2013).

No que diz respeito à Puerto Iguazú é importante destacar que a sua fundação, seu crescimento e desenvolvimento esteve ligado aos acontecimentos que envolviam as Cataratas do Iguaçu. Nesta perspectiva, em 1900 foi realizada a primeira excursão

turística nas Cataratas do Iguazu, partindo de Buenos Aires. Nessa excursão estava presente Victoria Aguirre, que foi a responsável pelos investimentos iniciais de infraestrutura de acesso as Cataratas. Foi em sua homenagem que no ano seguinte foi criada a Vila de Puerto Aguirre (VILLALBA, 2010). Uma década depois foi fundada a prefeitura naval de Iguazú, entretanto foi somente em 1928 que “[...] el gobierno nacional compró a la sucesión de Domingo Ayarragaray las 75.000 hectareas de tierras con destino a un Parque Nacional y una Colônia Militar” (VILLALBA, 2010, p.16).

Embora a província de Misiones tenha crescido e se desenvolvido no período da segunda dualidade, Puerto Iguazú teve apenas a sua fundação enquanto vila, ou seja, é a partir da terceira dualidade que o município de fato cresce e passa, mesmo que lentamente, por um processo de desenvolvimento. Da mesma forma ocorre com Ciudad del Este no Paraguai, que tem a sua fundação no período da terceira dualidade, como veremos no próximo capítulo.

Deste modo, Foz do Iguazu manteve suas relações econômicas diretamente com Posadas, a capital da província de Misiones, pois era a cidade com maiores possibilidades de comércio na área. Com as dificuldades de ocupação e estruturação de Foz do Iguazu e a lenta povoação de Puerto Iguazú, as relações de trocas e fluxos entre as cidades desta aglomeração de fronteira efetivaram-se a partir da década de 1960 e intensificaram-se com a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Portanto, nessa dualidade ainda não houve efetivamente maiores articulações entre esta área com o Paraná e com o Brasil, visto que as atividades realizadas nas Obrages com a extração de erva-mate e madeira tinham como destino a Argentina.

4. A INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA E A DINÂMICA DAS AGLOMERAÇÕES URBANAS DE FRONTEIRA

O quarto capítulo tem como recorte temporal o período entre 1930 e 1980, que não corresponde efetivamente a terceira dualidade, visto a imprecisão em relação ao término desta e o possível início da quarta dualidade³⁰. Neste período o processo de substituição industrial de importações frente à contração das exportações fez com que o Brasil deixasse de ser apenas um exportador de produtos agrícolas para tornar-se um país industrializado. Importantes mudanças ocorreram em Uruguaiana/Paso de los Libres e em Corumbá/Puerto Suárez. Foz do Iguaçu participa ativamente deste processo a partir de 1970. Este capítulo tratará ainda da fronteira oeste brasileira na perspectiva do governo e dos acordos e tratados realizados entre Brasil, Argentina, Bolívia e Paraguai.

4.1. Os Processos de Modernização da Economia Brasileira

A passagem da fase b do 3º ciclo longo foi motivada especialmente pela grande depressão mundial³¹, assim como pela Segunda Guerra Mundial. Isso se deu através da intermediação do capitalismo mercantil interno, onde o capitalismo industrial do centro dinâmico apresenta-se enquanto mercado para produtos de exportação e fonte de importação para o Brasil. Entretanto, novamente a economia, nas condições do longo estancamento do comércio exterior e sem condições para importar, foi induzido pelo Estado a realizar um processo de substituição industrial de importações, a expandir as forças produtivas e suas relações sociais.

Diante desses acontecimentos inicia-se a terceira dualidade brasileira, onde o polo externo é composto pelo capitalismo industrial, anteriormente presente do lado externo e agora vigente do lado interno, em substituição ao capitalismo mercantil.

Com efeito, cada passo da novel indústria levava-a a chocar-se com a indústria metropolitana, que devia ceder uma fatia do mercado brasileiro. Segue-se que o aparecimento do capitalismo industrial no lado interno do polo implicava em sua exclusão do lado externo e, para recompor a dualidade, seria mister a sua substituição por outra forma (superior). Assim, o lugar antes ocupado pelo capitalismo industrial cêntrico foi ocupado paulatinamente pelo capitalismo financeiro (RANGEL, 1991, p.26).

³⁰ Esta discussão será aprofundada adiante.

³¹ Crise econômica desencadeada a partir de 1929 quando ocorreu a quebra da bolsa de valores de Nova Iorque, representando a crise geral do capitalismo. Ler: Rangel (1992), Díaz-Alejandro (1980).

No início da terceira dualidade o capitalismo financeiro europeu, especialmente o inglês, o qual o Brasil orientava-se desde antes da abertura dos portos, não tinha atingido o nível superior de desenvolvimento, já que sua política seguia projetando o suprimento de matérias-primas e produtos agrícolas para a Europa, preservando o mercado brasileiro para produtos industriais metropolitanos. Na contrapartida, o capital financeiro norte-americano, que não era fornecedor tradicional de produtos industriais ao Brasil, mas que contava com uma diversificada e vasta produção primária na Europa, surge como uma nova possibilidade.

Assim, a terceira dualidade traz, além da mudança de hegemonia no plano interno, a transição de hegemonia no plano externo através da substituição do poder inglês pelo norte-americano. A terceira dualidade, portanto, é composta da seguinte maneira: no polo interno, o lado interno é formado pelo feudalismo e o lado externo pelo capitalismo mercantil, o polo externo conta com o capitalismo industrial no lado interno e com o capitalismo financeiro no lado externo.

A criação de novas indústrias se deu com base na economia nacional preexiste, ou seja, “[...] a produção industrial era ainda uma exceção, muito particularmente no que diz respeito aos bens de produção. Ora, a produção industrial de equipamentos e outros bens de produção estava ainda em um futuro imprevisível” (RANGEL, 1991, p.28). Deste modo foi possível o surgimento de uma industrialização setorialmente escalonada, que produzia seu próprio ciclo. Rangel (1991) nos mostra que não se tratava do ciclo longo, inerente ao centro dinâmico mundial, mas ciclos médios do grupo dos ciclos de Juglar, aparentemente ligado à fase de construção do capitalismo industrial.

Periodicamente no cenário da terceira dualidade a economia passa por períodos decenais, como os dos ciclos de Juglar, o qual, após uma fase ascendente entrar em crise, induz alterações institucionais, a saber: fisco, câmbio, acesso a novas tecnologias, direito do trabalho e no aparelho de intermediação financeiro. Estas alterações movem novas atividades econômicas ainda não modernizadas.

Outra característica da terceira dualidade reside no fato de que, mesmo tendo início na fase recessiva do ciclo longo, a substituição industrial de importações não cessou com a passagem para a fase ascendente do 4º Kondratieff. Neste sentido, a industrialização iniciada com a substituição de importações das atividades supridoras de bens de consumo não duráveis, evoluiu para a produção industrial de bens duráveis de consumo, de bens de investimentos e de insumos básicos.

A industrialização manteve o processo de recuperação das economias do centro dinâmico do pós-guerra e conseqüentemente “[...] tanto a produção primária mineral, como a produção agrícola estão assumindo feição francamente industrial” (RANGEL, 2005, p. 699). Este período é muito importante no sentido das grandes transformações ocorridas na economia e na sociedade brasileira. Suzigan (1984) explicita que, o desenvolvimento do setor industrial brasileiro teve início de forma simples através do café para exportação, passando por um período de rápida industrialização através da substituição de importações entre as décadas de 1930 e 1950, até alcançar o setor industrial integrado das décadas de 1970 e 1980. O novo pacto de poder criado em 1930 acelerou o processo de substituição de importações:

1) usando seletivamente os recursos cambiais, como já se sublinhou, 2) retirando as barreiras fiscais internas entre as unidades estaduais, 3) financiando a produção por intermédio do Banco do Brasil, colocado sob a direção dos industriais, como na ampliação das empresas Klabin (papel), Pignatari (cobre) etc., 4) instituindo reservas de mercado, como no exemplo do carvão, obrigando o uso obrigatório de 10% (1931) e depois de 20% (1937) do produto nacional sobre o total consumido por cada usuário brasileiro, etc (MAMIGONIAN, 2000, p.45).

Na década de 1930 a redução da economia de exportação deu origem a políticas que favoreciam a renda nominal, aumentando a proteção ao mercado interno, tanto pela mudança dos preços relativos quanto pela imposição de controles quantitativos das importações. Com isso a produção para o mercado interno (industrialização por substituição de importações e produção agrícola) tornou-se o cerne do desenvolvimento, com crescimento do setor industrial de 11,2% anuais entre 1933 e 1939 (VILLELA; SUZIGAN, 1973, p.211).

A grande depressão de 1929, e suas conseqüências negativas sobre as economias centrais, contraditoriamente, possibilitaram uma intensificação da atividade econômica interna, diversificando a atividade industrial e expandindo específicas bases estruturais, reforçando o processo de substituição de importações em curso, contextualizada num efetivo incremento da urbanização. Transmudasse, nestes termos, o fator de determinação dinâmica da economia brasileira cujo principal multiplicador interno da renda passa a ser o investimento produtivo, ao invés das exportações, como no período anterior (FERREIRA, 2005, p.33).

O desdobramento dessas ações seguiu no sentido de superar o modelo primário exportador vigente. Intensificava-se a ampliação da taxa de acumulação através do aprofundamento da divisão social do trabalho com predominância urbana, ao mesmo tempo em que se redefinia a hegemonia no pacto de poder através da emergência burgues-

industrial, mesmo que de forma incipiente. Durante a década de 1930 começava a expandir nas cidades contingentes de assalariados urbanos, intensificado nas áreas onde a divisão social do trabalho era mais complexa, especialmente nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Nesse período foi criado o programa Marcha para Oeste, com o intuito de ocupar o interior do país, que será discutido com mais aprofundamento no decorrer do capítulo.

As políticas elaboradas³² nesse período foram voltadas para o fortalecimento do mercado interno por meio de uma aceleração do processo de substituição industrial de importações, através da adoção de duas medidas principais: a sustentação dos preços dos produtos primários e a elevação dos preços dos produtos importados. Deste modo, verifica-se neste período o início do processo de diversificação da industrialização brasileira e o aprofundamento da divisão territorial do trabalho.

O comportamento da indústria perante a crise mundial, dada a capacidade ociosa em alguns setores, foi dinâmico, inclusive consolidou-se nos anos seguintes aos estímulos da conjuntura e governamentais. A produção de carvão mineral aumentou 27% entre 1930 e 1931, a de algodão aumentou 30% e a de cimento 95%.

Mamigonian (2000) chama atenção para a importância da política trabalhista no contexto da industrialização brasileira, enfatizando que a mesma foi capaz de enfraquecer as organizações operárias combativas e instituir sindicatos atrelados ao Estado. O autor frisa ainda que, enquanto na Argentina, mesmo após a crise mundial, a industrialização passou por pressões tanto dos agroexportadores quanto das organizações operárias

³² Desde o início de 1930 o governo implementou a política de criação de órgãos estatais direcionados a setores específicos da economia. Entre as instituições estão: o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, em 1930; o Departamento Nacional do Trabalho e o Instituto do Açúcar e do Alcool em 1933; o Conselho Federal do Comércio Exterior, o Plano Geral de Viação Nacional e a Comissão de Similares em 1934; o Conselho Técnico de Economia e Finanças e a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil, em 1937 (FONSECA, 2003). A partir do Estado Novo a política de criação de órgãos, conselhos e institutos intensificou-se. Entre 1938 e 1945 foram criados o Conselho Nacional do Petróleo, o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), o Instituto Nacional do Mate e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Plano de Obras Públicas e Aparelhamento de Defesa, o Conselho de Águas e Energia, a Comissão de Defesa Nacional, o Instituto Nacional do Sal, a Fábrica Nacional de Motores, a Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional, a Companhia Siderúrgica Nacional, o Instituto Nacional do Pinho, a Comissão de Combustíveis e Lubrificantes e o Conselho Nacional de Ferrovias, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), o Banco de Crédito da Borracha, a Comissão do Vale do Rio Doce, a Leis do Trabalho (CLT), a Companhia Nacional de Álcalis, a Comissão de Financiamento da Produção, a Coordenação de Mobilização Econômica, Fundação Brasil Central, Siderúrgica Social da Indústria (SESI), o Plano Nacional de Obras e Equipamentos, o Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial, o Serviço Nacional do Trigo, a Comissão de Planejamento Econômico e a Superintendência da Moeda do Crédito.

combativas, no Brasil a revolução de 1930 foi capaz de superar essas pressões limitantes à acumulação industrial.

Em consonância com os ciclos de Kondratieff, desenvolviam-se os ciclos internos no Brasil, conhecidos como Ciclos Juglarianos. Os ciclos de Juglar brasileiros surgiram com a industrialização, substituindo importações em cada setor da economia. Tolmasquim (1991) explicita que, de certa maneira o ciclo breve modula o ciclo longo, somando-se a ele, ora atenuando, ora acentuando o seu efeito. O ciclo Juglar possui duração média de dez anos, geralmente com os primeiros anos da década depressivos e os seguintes ascendentes. Rangel (1998, p.165) acrescenta:

A Terceira Dualidade engendrava um fato novo, numa economia periférica, isto é, produzia seu próprio ciclo, coisa antes prerrogativa dos países industrializados integrados no centro dinâmico. Não se tratava, por certo, do ciclo longo, que é inerente ao centro dinâmico mundial, como reflexo que é dos processos de gestação e propagação de tecnologia nova, mas de ciclos médios, aparentemente da família do ciclo de Juglar, aparentemente inerentes à fase de construção do capitalismo industrial.

Silveira (2007) aponta que, o período do governo de Getúlio Vargas foi o mais importante para a expansão e consolidação do capitalismo no Brasil, concretizado pelo fortalecimento da indústria nacional e iniciando o que tem sido denominado de nacional desenvolvimentismo.

Com a Segunda Guerra Mundial ocorreu uma desaceleração do crescimento da economia brasileira. Isso deve-se a dependência externa do país em relação a necessidade de bens de capital, cuja produção interna ainda era incipiente. Contudo, as exportações brasileiras aumentaram neste período, não apenas de café, mas de produtos minerais e manufaturados, especialmente da indústria têxtil. Na década seguinte à Guerra, o crescimento real do produto interno era de 7,3% ao ano, contra 4,9% ao ano entre 1940-45 (FERREIRA, 2005).

Nesse período foram realizados importantes investimentos governamentais em infraestrutura e indústrias de base, a exemplo da construção da Usina de Volta Redonda em 1941, da fundação da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF) e investimentos na Amazônia através da promoção da borracha. De modo geral, no decênio pós Segunda Guerra Mundial ocorreu uma forte expansão industrial com o fortalecimento de indústrias leves de consumo e com o início da instalação de indústrias de bens de consumo mais complexas, como a de eletrodomésticos.

No período entre 1945 e 1955 a produção industrial teve crescimento médio anual de 9,3%. Essa expansão foi viabilizada em detrimento de seu reequipamento, possibilitado pela reabertura das importações. Entretanto, esta modernização concentrou-se em São Paulo.

Em 1955 já se notava maior avanço na estrutura industrial: a participação dos bens de consumo não durável caíra de 75% para 55%; a de bens intermediários já se aproximava dos 35% e a dos setores mais complexos (bens de capital e de consumo durável) em torno de 10%. A indústria já participava com cerca de um quarto no PIB e a agricultura outro tanto. Tomado todo o período 1929-1955, observa-se que a agricultura crescera a uma taxa superior à demográfica enquanto a do produto industrial teve média anual de 7,3%, mais elevada, portanto, do que a observada no período 1900- 1929 que fora de 5,6%. No período de 1945 a 1955, a urbanização seria acelerada e a taxa de incremento demográfico subiria para 2,8% ao ano. Industrialização e urbanização geravam enormes pressões sobre a agricultura, empurrando suas fronteiras, desbravando estados como o Paraná e dando continuidade à marcha para o oeste (FERREIRA, 2005, p. 57).

No governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) ocorreu sequência do desenvolvimento brasileiro. Nesse momento o processo de substituição de importações concentrou-se especialmente na produção de bens duráveis. Ocorreu a implantação de setores industriais tecnologicamente avançados, como os setores de material de transporte, eletroeletrônica e mecânica, os quais foram responsáveis pelo crescimento dinâmico a partir de 1967. Importante considerar que o governo de JK apoiou-se nas concepções desenvolvimentistas de Vargas, contudo apresentando um plano de desenvolvimento que contava com a participação do capital internacional.

O plano de desenvolvimento global, denominado Programa de Metas, encerrava uma perspectiva de crescimento econômico acelerado, baseando-se na premissa de que a eliminação dos pontos de estrangulamento que asfixiavam a economia só poderia ser conseguida dotando-se os setores estratégicos de níveis mínimos de produção, necessários à satisfação do consumo interno. O Programa constituiu-se de 31 metas, distribuídas em seis grandes grupos, quais sejam: energia, transporte, alimentação, indústrias básicas, educação e, ainda, como meta especial a construção de Brasília. Constata -se que o Programa de Metas atingiu, em grande medida, os seus objetivos na sua proposta de estabelecer um crescimento acelerado, embora, tenha se assistido, à época, a uma grande pressão inflacionária decorrente, essencialmente, do progressivo déficit da União, o qual vinha sendo financiado pela simples emissão monetária (FERREIRA, 2005, p.57).

No governo militar, a partir de 1964, foi implantado um programa de intervenção política e econômica centralizador, de caráter estabilizador, ao mesmo tempo em que efetuava reformas estruturais tributárias e de créditos. Destaque para o período de

1968/1973, conhecido como milagre brasileiro, momento de crescimento econômico e redução das taxas de inflação. A produção industrial em 1967 obteve crescimento de 3,2%, saltando para 15,2% em 1968 e atingindo em 1973, 16,2% de crescimento (RANGEL, 2005, p. 712).

A política econômica executada a partir de 1964 estava orientada para a modernização do sistema econômico no Brasil, fortalecendo as relações econômicas e as instituições, garantindo desta forma “[...] o seu funcionamento, sem os riscos das tensões geradas e agravadas com as transformações estruturais, que se tornaram urgentes ou se impunham” (IANNI, 1975, p.67), abrangendo todas as esferas do país.

Na medida em que ocorria esse processo de crescimento econômico no país, onde o Estado incentivava novos e contínuos investimentos no setor agrícola e industrial, buscava-se cada vez mais recursos externos no intuito de desenvolver também os outros setores como, por exemplo, o setor energético. É no contexto do milagre econômico que o governo volta-se para a produção de energia elétrica, recuperando antigos projetos e realizando acordos internacionais para a concretização de novos.

A eletricidade aparece com destaque nas diretrizes de execução do planejamento nacional³³. É o que se vislumbra no I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND 1970-1974), o qual constava no seu elenco de realizações para o período a:

[...] VIII – Efetivação de um certo número de grandes programas de investimentos, cada um deles de valor superior ao equivalente a um bilhão de dólares, em cinco anos, em consonância com o propósito de consolidar a infra-estrutura econômica e as indústrias básicas (BRASIL, 1971, p.8).

Entretanto, foi no II PND, ainda durante o período militar, impulsionado pela primeira crise do petróleo, que ocorreu de forma mais explícita a preocupação do governo em relação à produção de energia:

³³ Fato mencionado já no governo de Getúlio Vargas através da Constituição de 1934; apontado posteriormente também através do Plano SALTE, no governo de Eurico Gaspar Dutra; no Plano de Reparcelamento Econômico, em 1951 com Getúlio Vargas (em sua segunda gestão); no governo de Juscelino Kubitschek com o seu Plano de Metas e durante todo o período ditatorial (1964-1985) através de diversos programas.

I - O Brasil deverá ajustar a sua estrutura econômica à situação de escassez de petróleo, e ao novo estágio de sua evolução industrial. Tal mudança implica em grande ênfase nas Indústrias Básicas, notadamente o setor de Bens de Capital e o de Eletrônica Pesada, assim como o campo dos Insumos Básicos, a fim de substituir importações e, se possível, abrir novas frentes de exportação.

[...] III - A Política de Energia, num País que importa mais de dois terços do petróleo consumido (respondendo este por 48% da energia utilizada), passa a ser peça decisiva da estratégia nacional. O Brasil deve, no longo prazo, atender internamente ao essencial de suas necessidades de energia (BRASIL, 1974, p.16).

O Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento foi publicado em meados da década de 1970, constituindo o programa básico do governo para o período entre 1974 e 1979. Para Batista (1987, p.66):

Trata-se de um período bastante interessante, já que coincide do ponto de vista da economia mundial, com um período marcado por grandes incertezas associado ao ajustamento da economia mundial ao primeiro choque do petróleo, e ao colapso definitivo de Bretton Woods, com a generalização do regime de taxas de câmbio flutuantes nas economias avançadas. Do ponto de vista interno, ele coincide com a desaceleração do crescimento econômico vis a vis do período do milagre.

Para efetivar os objetivos elaborados no II PND, o governo teria as empresas estatais como principais agentes de sua execução. O plano buscava ajustar a economia ao choque provocado pela crise internacional e também ao novo patamar alcançado pela indústria no período do milagre econômico. Com o choque do petróleo, com a mudança política e com o II PND, o governo acelerou o processo de crescimento econômico.

Nesse período surgem os grandes projetos de investimentos hidrelétricos – Tucuruí e Itaipu – que estavam relacionados com a política de substituição de bens de capital e ao desenvolvimento de empresas (LIMA, 2004). O projeto Itaipu previa a construção da maior usina hidrelétrica do mundo, com o aproveitamento do grande potencial energético do Rio Paraná³⁴. Estabeleceu-se, do ponto de vista técnico e de critérios políticos, que a usina deveria localizar-se na cidade de Foz do Iguaçu, na divisa com o Paraguai.

Catta (2009) afirma que, o governo brasileiro procurava, a partir da área onde seria localizada Itaipu, criar um macro-polo de intensa radiação de povoamento, de trabalho e elevação de padrão de vida, modernizando as estruturas produtivas, reorganizando o

³⁴ Para o aprofundamento sobre os estudos realizados acerca do aproveitamento energético do Rio Paraná, ver Pereira (1974).

espaço para atender o setor do turismo, dar dinamicidade à economia da fronteira e principalmente, abrir as portas dos países da América do Sul para os produtos brasileiros. Neste sentido, todas as expectativas estavam direcionadas para a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu.

O empreendimento, que estava projetado para produzir 12.600.000 KW no momento da abertura definitiva das comportas no ano de 1992 e que já havia alcançado em 1990 cerca de 90% de sua capacidade instalada, seria inteiramente custeado pelo governo brasileiro, envolvendo no projeto até 80% de empresas brasileiras para a realização das obras (ITAIPU, 1990, p.13). Para adquirir o capital necessário, o Estado realizou empréstimos internacionais.

Em 1974 foi criada a entidade Itaipu Binacional, no ano seguinte dado início às obras e em 1978 foi aberto o canal de desvio do rio Paraná. Para a concretização da obra, uma área de 1.350 quilômetros quadrados entre Brasil e Paraguai ficou submersa. Isso significa que um grande contingente de pessoas foi desapropriado de suas terras: estima-se uma média de 40.000 moradores expropriados, somente no lado brasileiro (RIBEIRO, 2002). Em 1984 teve início o funcionamento das primeiras turbinas de Itaipu. A obra, iniciada em 1974, somente foi completada em 21 de maio de 2007, com o início das atividades das últimas duas, das vinte turbinas instaladas, as quais ampliaram a capacidade máxima de produção de eletricidade para 14 mil MW, ou seja, o equivalente nos dias atuais, a 25% da produção brasileira ou 33% da produção do Centro-Sul do Brasil. Itaipu é também responsável pela geração de cerca de 95% da eletricidade consumida no Paraguai.

Todo o processo, que ocorreu desde a decisão de construção de Itaipu em uma área de fronteira, que até aquele momento constituía-se em uma área sem destaque econômico e com uma população restrita, fez com que novas perspectivas fossem esperadas, como nos mostra o estudo realizado pelo Ipardes (1997, p.282):

[...] é preciso lembrar, finalmente, que pelas implicações geopolíticas envolvidas, toda a problemática depende da postura que venha a ser assumida diante deste problema concreto e real. Problema esse que, apesar de todas as dificuldades, é singular e original, não apenas por causa de Itaipu, mas sim pela inserção de Itaipu em uma região de crescimento vertiginoso, cujas potencialidades não foram ainda devidamente avaliadas, que apesar de todas as deficiências e dificuldades, vem revelando uma dinamicidade vigorosa. É desta inserção que se caracteriza um problema concreto de desenvolvimento regional-urbano, oportunidade única que se oferece como desafio, constituindo-se em um teste fatalmente rico em experiência, sobre a viabilidade real de integração dos objetos nacionais/estaduais/regionais/locais.

Nesse sentido a construção de Itaipu, de um lado supriria as necessidades de energia para o abastecimento do parque industrial crescente no Sul e Sudeste e de outro, como a usina seria construída por uma empresa brasileira e paraguaia, em uma área de fronteira entre três países, consolidaria a presença do Brasil na região. Demais informações sobre a influência de Itaipu nas cidades desta aglomeração urbana serão discutidas no decorrer do trabalho.

Para iniciar a discussão acerca da dinâmica das cidades componentes das fronteiras estudadas nesta pesquisa, primeiramente serão abordados alguns elementos fundamentais a respeito do conceito de fronteira, que permitirão uma maior assimilação com os acontecimentos da terceira dualidade.

4.2. O Governo Brasileiro, Fronteira e a Marcha para Oeste

A legislação nacional voltada para as áreas de fronteira é densa, já que são consideradas estratégicas para o país. No final do século XIX a faixa de fronteira foi definida pela primeira vez enquanto área geográfica com regime jurídico particular, pela lei 601 de 1890 (NUNES, 2013). De acordo com esta lei, a utilização e propriedade de terras na extensão da faixa da fronteira estava sujeita a condições distintas das outras partes do território, pois esta faixa de terras estendia-se ao longo dos limites do território nacional e poderia ser concedida gratuitamente. Em 1891 a Constituição estabelecia que todas as terras devolutas localizadas nos respectivos territórios pertenciam ao Estado, competindo a União somente a porção do território que fosse indispensável para defesa das fronteiras, fortificações, construções militares e estradas de ferro federais.

Nessa discussão é fundamental compreender que “[...] a identificação entre limite e fronteira internacional decorre provavelmente da mobilidade e da imprecisão

cartográfica que na maior parte do tempo acompanharam o desenvolvimento das sociedades” (MARTINS, 1997, p.47). A partir daí as demarcações lineares manifestadas através de uma realidade política territorial distinta estaria ligada a noção de fronteira. Desta forma concorda-se com Ferrari (2014, p.19):

Por demarcação linear entende-se a fixação da linha limite com a implantação de marcos sobre o terreno, permitindo identificar o fim ou começo de um domínio político territorial, passando o limite a compreender a linha de controle legal de um Estado-nação, ao passo que a fronteira é tida como zona geográfica entre dois sistemas estatais diferenciados.

O limite político territorial define o campo de atuação que aparelha a atuação do poder para governar, controlar e restringir determinadas ações sociais no espaço definido. Nesta situação, “[...] o mapa é instrumento de apoio para estabelecer o limite, isto é, a delimitação se apóia antes de tudo na materialidade cartográfica” (FERRARI, 2014, p.20). O limite não é perceptível fora do mapa, mas é justificado pelo marco de fronteira denotando a linha, à medida que a fronteira é uma zona geográfica, um espaço que possivelmente poderá estabelecer relações que excedam o limite.

As diferenças entre fronteira e limite são precisas. A fronteira equivale a forças centrífugas que apontam uma direção para fora e os limites estão orientados para dentro, forças centrípetas. Ao passo que a fronteira pode ser um elemento de integração, o limite constitui-se em elemento de separação (MACHADO, 1998, p.42).

Se é certo que a determinação e defesa dos limites de uma possessão ou de um Estado se encontram no domínio da alta política ou da alta diplomacia, as fronteiras pertencem ao domínio dos povos. Enquanto o limite jurídico do território é uma abstração, gerada e sustentada pela ação institucional no sentido de controle efetivo do Estado territorial, portanto, um instrumento de separação entre unidades políticas soberanas, a fronteira é lugar de comunicação e troca. Os povos podem se expandir para além do limite jurídico do Estado, desafiar a lei territorial de cada Estado limítrofe e às vezes criar uma situação de fato, potencialmente conflituosa, obrigando a revisão dos acordos diplomáticos (MACHADO, 2000, p.10).

Embora o conceito de fronteira muitas vezes esteja associado ao limite político territorial, os termos limite e fronteira não mantêm o mesmo sentido, uma vez que, como qualquer outro conceito, o de fronteira também passou por alterações e inseriu novos elementos no decorrer do tempo. Isso se deu pelo próprio desenvolvimento das sociedades, pelo avanço das técnicas de produção, além das mudanças de ordem política, econômica e cultural.

Em relação à faixa de fronteira, esta foi sendo ampliada nas Constituições do Brasil. Na constituinte de 1930 a delimitação da faixa passou para 100 Km, sendo que nenhuma concessão poderia ser feita no sentido de disponibilizar terras nas áreas das fronteiras para atividades produtivas. Já a concessão de terras na faixa de fronteira a fim de implantação de infraestruturas, poderia ocorrer sem audiência prévia do Conselho Superior de Segurança Nacional (CSSN).

A Constituição de 1934 foi apresentada sem mudanças no que concerne a função da faixa de fronteira (NUNES, 2013). A alteração mais significativa na Constituição foi em 1937 no governo de Getúlio Vargas, com ampliação da extensão para 150 km de faixa de fronteira. No ano de 1939 foi criada a Comissão Especial de Revisão da Concessão de Terras, a qual tornou-se responsável pela realização de estudos e emissão de pareceres sobre a instalação de empresas e das atividades desenvolvidas, além da implantação de vias de transporte e redes de comunicação.

Segundo Andersen (1997), os princípios geopolíticos que fundamentaram os programas do governo de Vargas foram três: o primeiro deles foi a ampliação da faixa de fronteira (zona de segurança ao longo das fronteiras do Brasil), constituída em uma faixa interna de 150 Km de largura paralela a linha divisória terrestre do território nacional. Nesta área era proibida a aquisição de imóveis por estrangeiros.

O segundo foi a criação de territórios federais em áreas de fronteira com o objetivo de defesa da soberania nacional, em 1944. Criou-se o território do Amapá, desmembrado do estado do Pará; o território do Rio Branco (atualmente o estado do Acre), desmembrado do estado do Amazonas; o território de Rondônia, desmembrado do Amazonas e Mato Grosso; o território de Ponta Porã, desmembrado do Mato Grosso (atual Mato Grosso do Sul) e o território do Iguazu, desmembrado do Paraná e Santa Catarina.

O terceiro princípio foi a ocupação da fronteira continental sulista e os vazios demográficos internos através de um processo conhecido como Marcha para Oeste. Agricultores da região sul, especialmente os gaúchos, eram estimulados a migrarem para o oeste de Santa Catarina e Paraná, ocupando as áreas de fronteira do Brasil com a Argentina e o Paraguai. Além disso, durante o Governo Vargas foi aprovada a lei de Segurança Nacional (30/03/1935), que entre outros aspectos, referia-se a proteção de fronteiras.

Para Linhares e Teixeira da Silva (1999), a política de Vargas estava relacionada com questões de urbanização e industrialização. Buscava-se o abastecimento das cidades

e o suprimento das demandas de matéria-prima, situação que inclinava a reorientação da agricultura do mercado externo para o interno.

A intervenção estatal buscava, entre outros fatores, incentivar a mobilidade da fronteira econômica com o objetivo de incorporar amplos espaços vazios do país ao processo produtivo; reunir diversos núcleos demográficos isolados, povoando racionalmente o país, assumindo uma ideologia da fronteira ou do bandeirantismo, aspecto central nas estratégias governamentais (BESKOW, 2007, p.2).

É no decorrer do Estado Novo (1937-1945) que as ideias de integração nacional são reunidas a fim de compor o projeto Marcha para Oeste. O projeto tinha por objetivo a ocupação dos espaços vazios do oeste, visando a disseminação da pequena propriedade através da destinação de terras públicas. Silva (1997) explica que essas áreas não encontravam-se totalmente vazias, pois estavam ocupadas por usinas de açúcar, plantações de erva-mate, fazendas de gado, áreas de garimpo, entre outros. Para a autora, isto reforça a ideia de que a ocupação de terras devolutas continuava a ocorrer, apesar dos inúmeros decretos que proibiam a usucapião nas terras públicas.

Soma-se a isso a busca pela organização dos territórios, garantindo assim, além da segurança e efetiva posse, a exploração produtiva de áreas fronteiriças (GREGORY, 2002). Através do programa ocorreu a construção de hospitais, a expansão ferroviária em alguns estados, a expansão rodoviária, a construção de estrada (atual BR 277) ligando Foz do Iguaçu ao litoral, entre outras.

Com o início do governo militar em 1964, nota-se o aprofundamento de uma política estatal com vistas a novas estratégias no sentido de preservar a fronteira nacional. Embora tais estratégias para defesa das fronteiras não fossem divulgadas publicamente, ganharam visibilidade com as propostas que passaram a ser conhecidas como geopolíticas, com destaque para aquelas defendidas por Golbery de Couto e Silva (1981).

O Brasil faz fronteira com dez países e a sua faixa de fronteira (150 quilômetros de largura) ocupa 27% do território nacional em 11 estados. No decorrer desta faixa existem 588 municípios e destes, 29 são considerados aglomerações internacionais.

A partir da abordagem sobre fronteira e dos principais elementos que marcaram a legislação brasileira sobre a fronteira oeste do país, a seguir serão tratados os acordos realizados entre o Brasil, a Argentina, o Paraguai e a Bolívia. Os acordos celebrados principalmente após a década de 1930, possibilitam maior entendimento de processos econômicos, políticos e sociais ocorridos nas áreas de fronteira.

4.2.1. Os acordos entre Brasil, Argentina, Paraguai e Bolívia

Na história da América do Sul ocorreram algumas implementações de experiências de integração regional que antecederam e contribuíram para a efetivação do Mercosul³⁵, desde a Conferência Pan-Americana de Washington em 1889, passando pela criação da CEPAL em 1948, pela constituição da ALALC em 1960, da ALADI em 1980, até o Tratado de Assunção em 1991. Esses antecedentes à criação de um Mercado Comum, apesar de não alcançarem o sucesso almejado, foram fundamentais para o amadurecimento de relações e negociações entre os países membros.

Para compreender esse processo cabe mencionar que, a Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) e o Comitê do Comércio da Cepal (CCC), criados em 1948, buscavam o estabelecimento do conceito de cooperação regional por meio de um sistema de preferências comerciais. Desse modo, em 1960 firmou-se o Tratado de Montevideu para a criação da Alalc, buscando aceleração do desenvolvimento econômico da América Latina através de uma complementação progressiva e da integração do Brasil, Argentina, Chile, México, Paraguai, Peru e Uruguai.

Segundo Schweig (2009, p.5), a Alalc tinha o intuito de formar um mercado comum, de industrializar e diversificar a economia da América do Sul. Os princípios defendidos eram “[...] (1) eliminação gradual das barreiras alfandegárias em 12 anos; (2) reciprocidade-nenhuma das partes contratantes poderia desfrutar benefícios superiores para aqueles a quem outorga; (3) todas as vantagens que um contratante concede a outro país, se estenderão automaticamente às outras partes contratantes”. Entre os anos de 1961 e 1967 ocorreu a adesão de mais quatro países: Colômbia, Equador, Venezuela e Bolívia. Em sua época foi considerado um marco na diplomacia da América do Sul, pelo fato de constituir-se no primeiro esboço de integração econômica que favoreceu países não europeus.

Caclak (2012) explicita que, o principal motivo para a formação da Alalc baseou-se na necessidade dos países sul-americanos sustentarem suas transações comerciais comuns. Mesmo que majoritariamente constituídas por produtos primários, perpetuava certa tranquilidade por não agravar as perdas na área do dólar. Entretanto, após o crescimento das transações intrarregionais de 9,2% do total do comércio em 1950 para

³⁵ Esta discussão aborda os tratados e acordos mais importantes entre os países em tela e que atendem aos objetivos específicos deste trabalho.

12,2% em 1963, os países da América do Sul visualizaram condições possíveis para o crescimento exponencial de seu mercado mútuo.

Os Estados Unidos, que só apoiavam retoricamente a associação, temiam que o crescimento das transações comerciais na América do Sul encarecesse as matérias-primas por eles importadas e reduzisse a necessidade das vendas de seus produtos para a região; o FMI se posicionava contra as trocas comerciais que não envolvessem divisas e que prejudicassem a livre circulação monetária imposta ao mundo em *Bretton Woods*. Não admitia a prática de créditos automáticos e de um sistema regional de compensação que não se realizasse em moedas livremente conversíveis; o Gatt, por sua vez, denunciava que estava se criando um sistema de discriminação proibida entre seus países membros, pois acreditava que não se chegaria à zona de livre comércio (CACLAK, 2012, p.47).

Assim, a Alalc teve um desenvolvimento satisfatório apenas nos primeiros três anos. Em relação aos acordos entre os países onde estão as aglomerações aqui abordadas, o quadro 4 apresenta os principais elementos que os caracterizaram.

QUADRO 4 - Principais Acordos entre Brasil, Paraguai, Argentina e Bolívia: 1930-1980

Ano	Países	Características
1958	Brasil-Argentina	Grupo de Cooperação Industrial Brasil-Argentina: estimular o intercâmbio de bens manufaturados entre os países.
1941	Brasil-Paraguai	Intercambio Técnico: construção e exploração da Estrada de Ferro de Concepción a Pedro Juan Caballero; estabelecimento em Santos de um entreposto de depósito franco para as mercadorias exportadas ou importadas pelo Paraguai; concessão de créditos recíprocos destinados a facilitar o intercâmbio comercial; criação de uma comissão mista incumbida de preparar as bases de um tratado de comércio e navegação; e o de intercâmbio cultural.
1957	Brasil-Paraguai	Construção e pavimentação de estradas entre a fronteira brasileira e as cidades paraguaias; construção da usina de Acaray; construção da Ponte da Amizade e a construção do Colégio Experimental Paraguai-Brasil, entre outros convênios.
1966	Brasil-Paraguai	Ata do Iguazu: marco inicial que daria origem ao Tratado de Itaipu.
1938	Brasil-Bolívia	Construção da ferrovia Corumbá – Santa Cruz de la Sierra: escoamento da produção exportável do petróleo boliviano pelo território do Brasil.
1958	Brasil-Bolívia	Acordos de Roboré: exploração de petróleo e gás.
1970	Brasil-Bolívia	Acordos de Cochabamba: Brasil comprometia-se a construir o gasoduto Brasil – Bolívia (projeto realizado apenas na década de 1990); uma usina petroquímica; uma usina siderúrgica para a jazida de Mutum e uma conexão ferroviária entre Santa Cruz e Cochabamba.
1972	Brasil-Bolívia	Declaração conjunta que referia-se à compra de 1.220 barris/dia de petróleo da Bolívia, projetos de cooperação científica e técnica para uso industrial do gás natural e estudos sobre a importação do gás liquefeito do petróleo, bem como, o setor de comunicações constituía-se no assunto de maior importância nas discussões entre os dois países

Sobre as aproximações entre Brasil e Argentina deve-se apontar que, até final da década de 1970 estas ocorreram de forma irregular. A neutralidade argentina na Segunda

Guerra Mundial³⁶, seguida por governos conservadores e pelo Grupo de Oficiais Unidos (GOU), retoma a posição adotada na Primeira Guerra, isolando o país no continente.

As questões que mais afetaram a pauta diplomática das chancelarias brasileira e argentina durante as décadas de 1960 e 1970 foram os recursos hídricos da Bacia do Prata³⁷. Esses tornaram-se o principal motivo das discussões entre os dois países, não excluindo o Paraguai, que mantinha como característica diplomática a política de relações tanto com a Argentina quanto com o Brasil. Essa política pode ser observada nos episódios da construção das Usinas de Itaipu em parceria com o Brasil e da Usina de Corpus com a Argentina (BELO, 2009).

No começo da década de 1960 o Brasil deu início aos estudos para o aproveitamento hidrelétrico do Rio Paraná, especificamente no trecho contíguo entre Brasil e Paraguai. Os estudos sugeriam o desvio das águas do rio a partir de Guaíra, seguindo por 60 Km. Todavia, essa área já era motivo de descontentamento por parte dos paraguaios, que desde o Tratado de Limites de 1872, não aceitavam a demarcação da fronteira definida. Assim, a iniciativa brasileira de usar exclusivamente o rio parecia atentar contra sua soberania (PEREIRA, 1974). A questão foi amenizada quando da divulgação de que 50% da participação da usina seria disposta ao Paraguai.

Todo este processo diplomático, que estendeu-se de 1962 a 1966, era visto pelo governo argentino com preocupação, já que o país estaria a jusante da obra, além de possuir grandes interesses no potencial hidrelétrico do rio Paraná. Diante disso e atrelado ao fato de que a Argentina perderia seu potencial energético do rio Paraná com a construção de Itaipu, o governo argentino propôs aos países platinos a criação de vínculos para a integração física da Bacia do Prata e o aproveitamento de seus recursos naturais, com o argumento de um desenvolvimento regional.

Em 1966 foi assinada a Ata do Iguazu por Brasil e Paraguai, considerado o marco inicial que daria origem ao Tratado de Itaipu. Na ata destacam-se a proclamação da disposição de os governos procederem, em comum acordo, ao levantamento e estudo das possibilidades econômicas, em especial os recursos hidráulicos pertencentes aos dois

³⁶ Durante as Conferências Pan-americanas de Panamá (1939) e Havana (1940), a Argentina apresentou intenções de integração econômica, contudo tais intenções não sobreviveriam a rivalidade e tensão bilateral em torno da Segunda Guerra. A Argentina entendia o alinhamento do Brasil neste momento como forma de obter benefícios econômicos e estratégicos dos Estados Unidos.

³⁷ A Bacia do Prata possui uma área de 3,1 milhões de Km², o que equivale a 17% da superfície da América do Sul e a segunda maior bacia do continente (CIC, 2004). Este sistema hidrográfico ocupa territórios da Argentina, Bolívia, Paraguai, Brasil e Uruguai (ANA, 2001).

países do Salto de Sete Quedas, o estabelecimento de que a energia elétrica produzida seria dividida em partes iguais, além de estudar os problemas comuns a fim de promover o pleno aproveitamento dos recursos naturais da região e o seu desenvolvimento econômico.

A origem das desavenças com a Argentina encontra-se no item IV da Ata do Iguaçu, que afasta qualquer participação daquele país no projeto, além da possibilidade de usufruir da energia que seria produzida pela usina. Sem uma cooperação com a Argentina ficaria inviável obter o aproveitamento completo do potencial existente (PEREIRA, 1974). “Assim, o episódio de Itaipu se estende por um longo período, e concomitante ao amadurecimento do projeto de Itaipu, o Estado argentino buscava alternativas para inviabilizá-lo, travando verdadeira luta diplomática entre as chancelarias argentina e brasileira [...]” (BELO, 2009, p.155).

Após várias tentativas do governo argentino em inviabilizar a construção de Itaipu, os ministros das relações exteriores dos dois países chegaram a um acordo acerca da soberania estatal e sua limitação na exploração e desenvolvimento de recursos naturais, não tratando de forma explícita do aproveitamento de águas internacionais, tampouco dos aproveitamentos na Bacia do Prata (BETIOL, 1983). Em 1973 Brasil e Paraguai assinam o Tratado de Itaipu³⁸.

Sobre a relação do Brasil com o Paraguai é importante considerar que, com o término da Guerra do Paraguai as relações deixaram de existir. A reaproximação ocorreu apenas em 1941 com a visita de Getúlio Vargas em Assunção.

En su visita de 1941, Getúlio Vargas dejó sentada la definitiva intención de un acercamiento del Brasil al Paraguay. En aquella ocasión firmó varios acuerdos y convenios comerciales y culturales. Pero sobre todo hizo con que el Paraguay comenzara a mirar más hacia el Este que hacia el Sur. El Correo Aéreo Militar Brasileño abrió su ruta semanal hacia Asunción y se incrementó en forma notable el intercambio de becarios, funcionarios, técnicos, diplomáticos y militares (FARINA, 2003, p. 56).

Nesse mesmo ano foi firmado o Intercâmbio Técnico dos dois países, que teve como principais elementos a construção e exploração da Estrada de Ferro de Concepción a Pedro Juan Caballero; o estabelecimento em Santos de um entreposto de depósito franco para as mercadorias exportadas ou importadas pelo Paraguai; a concessão de créditos recíprocos destinados a facilitar o intercâmbio comercial; a criação de uma comissão

³⁸ A construção de Itaipu e os processos relacionados a ela, como aumento da população, crescimento e desenvolvimento de atividades terciárias, entre outros, será discutido detalhadamente no decorrer deste trabalho.

mista incumbida de preparar as bases de um tratado de comércio e navegação e o de intercâmbio cultural (FARINA, 2003).

Com a ascensão de Alfredo Strossner a presidência do Paraguai em 1954 iniciou-se um período de maior cooperação com o Brasil em detrimento da Argentina (COSTA, 2009). Neste sentido, uma maior aproximação com o Brasil, além de representar uma ampliação do mercado externo paraguaio, também sustentava uma via alternativa de escoamento dos produtos paraguaios para além do continente por meio dos portos brasileiros. Os acordos tiveram continuidade através do aproveitamento hidrelétrico do Monday e do Acaray (Paraguai), da instalação de estradas no território paraguaio, do uso do porto de Paranaguá, da inauguração da Ponte da Amizade em 1965 e do fornecimento de armas e apoios técnico e militar.

Em 1963, com o apoio dos Estados Unidos e através do programa *Alianza para el Progreso*, o Paraguai ampliou a ocupação das terras do país. Em vista disso foi criado o *Instituto de Bienestar Rural* (IBR) e o Estatuto Agrário. A partir desses mecanismos, a migração interna em direção aos espaços rurais pouco povoados foi facilitada. Além disso, em 1967 o governo Strossner anulou a lei que proibia a compra de terra por estrangeiros, propiciando o início de intensas correntes imigratórias, sobretudo vindas do Brasil.

Para o Brasil, a emigração para o país vizinho constituía-se em um elemento positivo, já que era uma maneira de diminuir os conflitos internos existentes no campo. Além disso, estes representavam uma importante resposta aos interesses brasileiros na ocupação das fronteiras. Segundo Sprandel (1992, p.122):

Em 1952, o general Golbery do Couto e Silva, do Exército Brasileiro, defende uma manobra geopolítica para a integração do território nacional, que consistia em ligar o nordeste e o sul ao núcleo central do país. Paraguai e Bolívia são apresentados como prisioneiros geopolíticos da Argentina, e aquelas regiões de fronteira são caracterizadas como indisfarçáveis zonas de fricção externas onde podem vir a contender, quer queiram quer não, os interesses brasileiros e argentinos.

No decorrer da década de 1970 ocorreu uma segunda marcha de emigração brasileira para o leste paraguaio. Além da possibilidade de acesso a terra, muitos saíram do Brasil (principalmente do Sul), onde já possuíam pequenas propriedades, para tornarem-se grandes agricultores no Paraguai, motivados pelo preço da terra, mais baixo comparativo ao Brasil.

No que diz respeito aos acordos efetuados entre Brasil e Bolívia deve-se frisar que, em 1939, a partir do processo de nacionalização de ativos estrangeiros, Santa Cruz de la Sierra apresenta-se como promessa de ganhos econômicos para investidores. De acordo com Souza (2004), Brasil e Bolívia, desde o final da década de 1920, passaram a articular-se no sentido de uma diplomacia regulada por critérios econômicos com tendências a cooperação. Esses entendimentos envolviam o petróleo e a resolução de problemas de infraestrutura.

Na década de 1940 a Bolívia passou a atentar-se com a ocupação e valorização da porção oriental do seu território, com propósito de resolver suas desarticulações territoriais, bem como tentar afrouxar os efeitos concentradores das atividades relacionadas à mineração sobre a economia.

O objetivo principal almejado pelo novo planejamento territorial e a geopolítica prática boliviana era a criação de um eixo de ocupação em sentido leste-oeste. Esse projeto se baseava na teoria dos corredores econômicos, do qual La Paz, Cochabamba e Santa Cruz de la Sierra seriam pólos de desenvolvimento econômico (FERNANDES, 2013, p.17).

A construção da ferrovia Corumbá – Santa Cruz de la Sierra foi concluída em 1955. O trecho tinha uma extensão de 680 quilômetros e o terminal de Corumbá ligava a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil até a cidade de Bauru-SP, seguindo até o porto de Santos, situação que possibilitava o escoamento da produção exportável do petróleo boliviano pelo território do Brasil.

Entretanto, com a alegação de que após 17 anos a área continuava sendo inexplorada e que a Bolívia necessitava da exploração do petróleo, o governo boliviano apresentou ao governo brasileiro um documento conhecido como *Memorandum Estensoro*. O documento apontava que era falso o argumento de que a ferrovia poderia viabilizar o transporte do petróleo de maneira econômica e que os negociadores desconheciam as características da indústria petrolífera boliviana. Os principais elementos da proposta da Bolívia eram:

[...] a) a eliminação da garantia pelo investimento brasileiro na ferrovia Corumbá-Santa Cruz de la Sierra, conforme previsto em 1938; b) a abertura para exploração de petróleo para capitais de qualquer proveniência da área anteriormente cedida ao Brasil como garantia; c) o pagamento da dívida com o Brasil proveniente da construção da ferrovia com o capital recolhido pelo governo boliviano junto às companhias estrangeiras que explorassem o petróleo (LISBOA, 2011, p. 53).

Essa iniciativa da Bolívia está relacionada com a adaptação do contexto do setor petrolífero do país ao código do Petróleo de 1955, conhecido como Código *Davenport*, que possibilitava investimentos de capitais externos e concessões para explorar petróleo, oferecendo vantagens às empresas estrangeiras que investissem no país. Após o esfriamento da relação bilateral em 1955, os países retornaram a discussão do tema em 1958, todavia o assunto passou a ser o gás natural (LISBOA, 2011).

Em 1958 foram assinados os acordos de Roboré, que eram atualizações do tratado de 1938 e abordavam a exploração de petróleo e gás. A Bolívia exigiu somente que a exploração fosse realizada por empresas brasileiras. Ali iniciava-se uma parceria energética que perduraria até o século XXI. A área de exploração foi dividida entre a *Yacimientos Petroliferos Fiscales Bolivianos* (YPFB) e a Petrobras. Além disso, o Brasil se responsabilizaria pela construção da infraestrutura para a exploração e transporte dos hidrocarbonetos, e para isso, o Brasil receberia petróleo cru e gás como pagamento. A YPFB deveria firmar acordos com empresas brasileiras indicadas pelo governo para a comercialização dos derivados do petróleo.

No final da década de 1960 e início de 1970 importantes mudanças se deram no desenvolvimento das relações entre Brasil e Bolívia. Os acordos assinados nesse período indicavam o retorno de temas como a energia, sob o interesse de compra e venda do gás boliviano, a comunicação por meio da construção de uma rodovia entre Corumbá e Santa Cruz de la Sierra e questões voltadas as fronteiras. Além disso, existiam ações por parte do governo brasileiro que davam:

[...] continuidade à expansão das fronteiras agrícolas do Centro-Oeste. A Bolívia era o vizinho onde se encontrava a maior faixa de fronteiras que deveriam receber atenção do governo militar brasileiro. E era para onde se dirigia a maioria dos projetos assinados entre os dois países (SOUZA, 2004, p.97).

Em 1972 Brasil e Bolívia assinaram uma declaração conjunta que referia-se à compra de 1.220 barris/dia de petróleo da Bolívia, projetos de cooperação científica e técnica para uso industrial do gás natural e estudos sobre a importação do gás liquefeito do petróleo, além do setor de comunicações, que constituía-se no assunto de maior importância nas discussões entre os dois países.

O governo brasileiro construiu a ligação rodoviária conectando a Plataforma Central de Reserva brasileira a Corumbá no Mato Grosso do Sul, permitindo assim a ligação até Santa Cruz de La Sierra. Posteriormente o governo boliviano construiu a auto-estrada ligando Santa Cruz à Cochabamba, o que dava acesso do Porto de Santos até os portos chilenos do Pacífico. Em relação à conexão ferroviária, o governo brasileiro em 1957, terminou a obra da Ferrovia Noroeste ligando Bauru a Corumbá na divisa da Bolívia. Além disso, com os recursos previstos no Tratado de Petrópolis, os governos brasileiro e boliviano decidiram investir na construção da ferrovia ligando Corumbá a Santa Cruz de La Sierra (PFRIMER, 2011, p.137).

Neste processo, o governo brasileiro apoiou Hugo Banzer em 1970, posteriormente assinando os Acordos de Cochabamba, onde o Brasil comprometia-se a construir o gasoduto Brasil – Bolívia (projeto realizado apenas na década de 1990); uma usina petroquímica; uma usina siderúrgica para a jazida de Mutum e uma conexão ferroviária entre Santa Cruz e Cochabamba. O mercado consumidor via Corumbá é resultado de inúmeros acordos internacionais entre os governos de ambos os países. Consequente a estes incentivos e a aproximação entre Bolívia e Brasil:

[...] as empresas atacadistas de Corumbá alcançaram significativo crescimento (expansão do número de empresas e volume de cargas), até meados dos anos 80. Desde a chegada dos trilhos da Noroeste à cidade, duas zonas atacadistas se firmaram. Ainda nos anos 50, a primeira delas se instalou na região próxima à estação da NOB [ferrovia Noroeste do Brasil], aproveitando a facilidade do contato com a ferrovia. Já nos anos 70, apareceu uma segunda zona atacadista na estrada que liga Corumbá à fronteira com a Bolívia, acompanhando o processo de implantação da rodovia Campo Grande - Corumbá, bem como a franca ascensão do transporte rodoviário no comércio entre o Município e as regiões fornecedoras do Sul/Sudeste (BRITO et al., 1997, p.09).

Se o século XIX foi marcado pela consolidação do Estado-nação e pela definição de fronteiras, fundamentais para a expansão capitalista, o período pós-Segunda Guerra Mundial caracterizou-se pelos movimentos de adesão de países sob a forma de comunidades econômicas. Mantidas as fronteiras, elegem-se medidas tarifárias de integração. Assim, desde então a integração foi concebida como articulação econômica, como cooperação comercial entre nações com determinada proximidade espacial e com certa afinidade cultural e política (SHAFFER, 1991).

Se a integração defendida pós-Segunda Guerra Mundial baseava-se na busca de cooperação comercial decidida ao nível dos governos centrais, os discursos posteriores, mesmo considerando algumas linhas tradicionais, apontam o entendimento de uma integração que ocorreria em dois níveis: um supranacional e um local. No primeiro nível, de caráter supranacional, responsável pelo direcionamento das políticas a serem

desenvolvidas, considera o envolvimento do país na dinâmica da economia mundial. No segundo nível, o local, se dá o direcionamento das iniciativas voltadas à integração de fronteiras e áreas circunvizinhas (SHAFFER, 1991).

Em relação à integração enquanto caminho para o crescimento, a integração fronteiriça é considerada uma variante que merece atenção no sentido de que, as desigualdades entre economias nacionais próximas, com atração de recursos, especialmente humanos, de um país em relação a outro, pode transformar-se em uma situação não esperada da integração em âmbito local.

Nesta discussão Oliveira (2009) explicita que, o espectro conjuntural que está presente e que atinge todos os lugares na fronteira é mais intenso e imediato, tendo constantes mudanças nas oscilações políticas e na economia de cada país:

Todas as vezes que muda a correlação cambial (geralmente entre a moeda local e o dólar americano), significativamente muda também o sentido dos fluxos de trocas mercantis na fronteira; qualquer mudança na postura política de governos em relação ao estado vizinho, imediatamente, na fronteira, se ordena manifestações em função desta postura. Ou seja, essa lógica possui, como princípio, a oscilação e a condição pendular dos investimentos (OLIVEIRA, 2009, p. 22).

As proporções são maiores quando essa situação desencadeia na fronteira processos atrativos de inserção industrial e novas ofertas de serviços e comércio. No caso da inserção industrial, que muitas vezes é atraída por vantagens comparativas como o comércio de reexportação, afeta o cotidiano e a produção das fronteiras. Além disso, interferem as formas ilícitas do narcotráfico e demais formas de contrabando.

Wong-González (2002) estabelece alguns pressupostos em seu estudo sobre a integração de fronteira, afirmando que essa conhece duas formas de integração econômica: uma de caráter funcional e outra de caráter formal. Estas formas de integração geralmente complementam-se e possuem elementos distintos. A integração funcional pode ser caracterizada como resultado das forças do mercado e entendidas pelas articulações.

Estas regiones economicas transnacionales, de corte funcional, se constituyen a partir de la acción de grupos y cámaras empresariales, asociaciones comunitarias y gobiernos locales, donde se desarrollan iniciativas y acciones para incrementar flujos comerciales, localización, la planeación del transporte y cruces transfronterizos, entre otras. (WONG-GONZÁLES, 2001, p.152).

Além disso, constituem formas de integração funcional o comércio, os serviços e a produção industrial de vizinhança, os empréstimos de máquinas e equipamentos na

agricultura e as manifestações efetivadas entre unidades de administração local não tratados em acordos jurídicos.

Oliveira (2005) aponta que, deve-se considerar que a riqueza da funcionalidade regional conduz um conjunto de outras atividades não lícitas. As possibilidades provocadas pela dinâmica das articulações econômicas e sociais não formais oportunizam a articulação, penetração e consolidação de atividades relacionadas ao contrabando.

A integração formal, por sua vez, pode ser compreendida como processos legais através de acordos bilaterais, importações e exportações aduaneiras, estabelecimento de entidades supranacionais, intercâmbios estudantis, programas de controle sanitário entre países, entre outros (OLIVEIRA, 2005).

A partir disso verifica-se que, a integração formal, em muitos casos, impede o excesso de relações e circulações funcionais, pois exige um aparato institucional que às vezes atua enquanto repressor sobre a sociedade, inibindo que complementaridades estabeleçam em redes transfronteiriças. Em outras palavras, Oliveira (2005, p.385) afirma:

[...] enquanto perspectivas: a população e a economia fronteiriça clamam pela ampliação da integração funcional; enquanto, o Estado tentará, por todos os meios, instituir regras que limitem a funcionalidade e amplie a integração formal. Na realidade, a relação entre estas duas lógicas é conflitiva, todavia, muito mais na aparência do que na essência - uma sempre recorre à outra para consecução dos seus desígnios. E, por assim ser, a dinâmica territorial e a 'paz' na fronteira serão demarcadas pela atuação proveniente de ações convergentes entre o formal e o funcional [...].

A fronteira internacional possui dinâmicas distintas em relação às demais regiões do território nacional. São áreas onde os indivíduos trocam bens e produtos que em muitos casos são diferenciados daquelas realizadas pela soberania de seu Estado (OLIVEIRA, 2009). Em relação às fronteiras latino-americanas, Oliveira et al (2004) apontam que, a condição multiforme do território fronteiriço faz com que as organizações econômicas elaborem modelos próprios de troca, cada vez mais porosos na circulação de serviços, bens e pessoas. Por um lado as organizações econômicas conduzem a população a vivenciar diversas interações, o que gera e intensifica as relações horizontais. Por outro lado, as mesmas condições permitem que as organizações políticas sigam no mesmo caminho, contudo sem ideia de interação.

Diante disso deve-se compreender que, existe uma distinção entre os conceitos de região fronteiriça, cidades de fronteira e aglomerações de fronteira. Segundo Oliveira (2004, p.90), entende-se a fronteira em seu aspecto material como uma região separada

por limites político administrativos entre países, mas também uma construção social simbólica de limite, que reporta à perspectiva simultânea de cruzar ou ser impedido. Neste sentido, as cidades de fronteira e as aglomerações de fronteira são “[...] a materialização destas relações em contínua transformação, expressando-se em configurações urbanas aglomeradas, ou simplesmente próximas, entre ocupações de países vizinhos”. Assim, entende-se por aglomeração urbana de fronteira, áreas de ocupação contínua ou próxima, decorrente da expansão urbana de cidades vizinhas, mesmo que separadas por cursos de água e que perpassam e conectam territórios de mais de um país, como será discutido adiante.

4.3. Uruguaiana e Paso de los Libres: a inserção da rizicultura

As mudanças implantadas durante os primeiros anos do Governo Vargas alteraram profundamente a dinâmica de acumulação da economia nacional, criando as bases para a substituição do antigo modelo agroexportador por um novo modelo, centrado no capital industrial. Neste sentido, cabe apontar a existência de uma destilaria de petróleo em Uruguaiana neste período. A construção da refinaria Ipiranga deu início a uma importante etapa na economia nacional, representando uma tentativa de suprir o mercado de gasolina e diesel do Rio Grande do Sul.

A refinaria foi criada por um grupo de empresários brasileiros, uruguaios e argentinos, cujo petróleo era trazido do Equador ao porto de Buenos Aires, de onde seguia para Paso de los Libres³⁹. A empresa chegou a contar com mais de 200 funcionários e a produzir 400 barris diários de gasolina. Apesar disso, logo no início de suas atividades o governo argentino proibiu por decreto a ‘reexportação’ de petróleo por seu território. Diante dessa situação, ainda em 1937, a destilaria foi transferida para a cidade litorânea de Rio Grande, onde os processos de importação poderiam ser mais facilmente realizados.

Aspecto fundamental para a economia de Uruguaiana diz respeito a introdução da rizicultura em suas terras. O ano de 1943 é marco neste processo, visto que o Instituto Riograndense do Arroz⁴⁰(IRGA) comprou a primeira fração de terras no município para

³⁹ Revista Ipiranga. Edição especial – setembro de 1987, Ipiranga 50 anos, 1937/1987.

⁴⁰ O IRGA teve início a partir do Sindicato Arrozeiro do Rio Grande do Sul, que transformou o sindicato no Instituto do Arroz do Rio Grande em 1930. Seu principal objetivo era a defesa dos segmentos da rizicultura, o desenvolvimento de pesquisa e assistências técnicas aos produtores. Em 1940 o IRGA tornou-se entidade pública com a finalidade de incentivar, coordenar e superintender a defesa da produção, da indústria e do comércio do arroz produzido no estado. Disponível em: <http://www.irga.rs.gov.br/>

a instalação de uma colônia de produtores de arroz (colônia rizícola nº 2), com o objetivo de difundir o plantio do cereal no estado. De acordo com a tabela 9, de 1944 a 1947, o município já cultivava mais de 3.500 hectares de arroz e uma média de 10.000 toneladas. Com a conclusão da barragem Sanchuri⁴¹ pelo IRGA em 1946, a produção de arroz apresentou crescimento.

TABELA 9 - Área cultivada e quantidade de grãos produzida em Uruguaiiana: 1944/1947

Anos	Arroz em casca		Milho		Trigo	
	Área cultivada	Produção (ton)	Área cultivada	Produção (ton)	Área cultivada	Produção (ton)
1944	3.774	12.169	1.603	1.443	50	25
1945	4.380	8.943	1.600	1.248	65	58.50
1946	3.742	10.103	1.670	701	74	37
1947	3.474	9.401	1.680	1.440	70	46.25

Fonte: Uruguaiiana (1972).

A tabela mostra ainda os números relacionados à produção de milho e trigo, que mantiveram a mesma média em área cultivada entre 1944 e 1947 e teve consideráveis perdas a partir da inserção da rizicultura, que tornou-se a principal produção agrícola do município.

A tabela 10 apresenta dados sobre a pecuária existente no município de Uruguaiiana e no estado do Rio Grande do Sul. Com importante destaque, o rebanho bovino aparece com 340.080 cabeças em 1940, seguido do rebanho equino, com 27.153. Contudo, o maior destaque neste momento são os ovinos, com 575.571 cabeças recenseadas. O considerável rebanho ovino está relacionado com a demanda de lã, que teve crescimento a partir da Primeira Guerra Mundial.

TABELA 10 - Pecuária em Uruguaiiana e Rio Grande do Sul: 1940

Gado recenseado (cabeças) 1940		
Especificação	Uruguaiiana	Rio Grande do Sul
Bovino	340.080	7.460.705
Equino	27.153	964.677
Asinino e mular	1.693	124.482
Suino	2.965	3.168.860
Ovino	575.571	5.190.821
Caprino	368	72.355
Aves	33.333	7.954.775

Fonte: IBGE. Sinopse estatística do município de Uruguaiiana. Rio de Janeiro, 1950.

No período da terceira dualidade, quando a industrialização brasileira foi impulsionada, Uruguaiiana era caracterizada pela divisão em duas áreas. Na parcela sul do município manteve-se a criação bovina de corte e ovina para obtenção de lã, enquanto

⁴¹ A barragem foi construída pelo IRGA com o represamento do arroio Sanchuri, afluente do rio Uruguai, para o desenvolvimento da rizicultura naquela área. A área inundada é de aproximadamente 2.711 hectares, sendo uma das maiores barragens do Rio Grande do Sul destinada a irrigação.

ao norte, nas margens do rio Uruguai, o IRGA promoveu, em 1948, o assentamento de 120 famílias de colonos sem terras. Cada família assentada recebeu 17 hectares de terra (DIAS, 1997). A partir desse momento o arroz passou a ser a mais importante atividade agrícola de Uruguaiana.

Chelotti e Bezzi (2011) apontam que, a Segunda Guerra Mundial favoreceu o fortalecimento da rizicultura nacional. Neste sentido, a combinação de fatores como o crescimento do mercado interno e a crescente urbanização, associada as condições de mercados externos importadores de alimentos em função da Guerra, foram os responsáveis pelo crescimento da produção de arroz no Rio Grande do Sul e especialmente em Uruguaiana.

Verifica-se então, a consolidação de uma agricultura voltada para o mercado interno que crescia em função de um mercado externo que necessitava uma grande demanda de gêneros alimentícios, onde este momento vivido pelo espaço agrário gaúcho é de suma importância, pois o Rio Grande do Sul tornava-se abastecedor de grande parcela de gêneros alimentícios, especialmente o arroz. A evolução favorável das exportações de produtos agropecuários e agroindustrializados do Rio Grande do Sul destinados ao mercado interno estava estreitamente associada ao notável desempenho da economia agroexportadora na década de vinte e a retomada do crescimento industrial na década de trinta, sustentada em altas taxas de expansão dos produtos agrícolas. Este processo foi responsável pela expansão do mercado nacional consumidor de alimentos, aprofundando assim a divisão nacional do trabalho (CHELOTTI, BEZZI, 2001, p.54).

Após a segunda metade do século XX, especialmente a partir da década de 1960 e intensamente na década de 1970, verifica-se o avanço na introdução de novas técnicas nas atividades agropecuárias gaúchas. Isso se deu principalmente pela política de crédito subsidiado, e em Uruguaiana foi importante porque ocorreu no momento em que se dava a introdução e a expansão da rizicultura. Para melhor compreender a estrutura dimensional dos estabelecimentos rurais de Uruguaiana, a tabela 11 apresenta os dados.

A formação socioespacial da área onde se insere Uruguaiana, dominada pela grande propriedade, foi reforçada através da análise dos dados da tabela. Em 1950 existia o predomínio em número de estabelecimentos e área das grandes propriedades, visto que estas somavam 579.358 hectares. Embora os estabelecimentos de até 500 hectares, juntos, compusessem um número maior de estabelecimentos (607), a área ocupada por elas era de apenas 82.394 hectares.

TABELA 11- Estrutura dimensional dos estabelecimentos rurais de Uruguaiiana: 1950/1975

Grupos de área	1950		1960		1970		1975	
	Estab.	Área (ha)	Estab.	Área (ha)	Estab.	Área (ha)	Estab.	Área (ha)
Até 49 ha	237	5.678	328	6.171	459	8.358	491	8.203
50 a 100 ha	96	7.472	151	11.838	196	14.264	190	14.580
101 a 500 ha	274	69.244	268	64.105	392	97.880	370	91.521
Acima de 501 ha	309	579.358	297	544.403	309	525.211	348	533.977

Fonte: IBGE, Censo agropecuários 1950,1960, 1970 e 1975.

No censo de 1960 poucas alterações: pequeno acréscimo de número e área para estabelecimentos com até 49 hectares. Essa constatação está relacionada com o assentamento das colônias agrícolas pelo IRGA durante o final da década de 1940 e início de 1950. Os estabelecimentos com área entre 50 e 100 hectares tiveram acréscimo em número e área em relação a 1950, aqueles entre 101 e 500 hectares e os maiores de 501 hectares tiveram pequeno decréscimo. Os dados de 1970 e 1975 afirmam o incremento dos pequenos estabelecimentos em número e área, totalizando 491 estabelecimentos em 1975, os 348 estabelecimentos com área superior a 501 hectares continuaram ocupando a maior parcela de terras do município.

O processo de modernização da agricultura não alterou a estrutura fundiária em Uruguaiiana, mesmo com o crescimento de estabelecimentos com área inferior a 100 ha. “A grande transformação introduzida pelo processo de modernização nessas áreas foi o desenvolvimento da lavoura capitalista do arroz irrigado, que começou a ser desenvolvida em parceria com a pecuária extensiva” (CHELOTTI, 2011, p.38).

Deve-se considerar também que, os novos caminhos do desenvolvimento da economia capitalista, especialmente após 1960, reverteram o modelo de produção regional, intensificando os segmentos urbano-industriais no nordeste do estado. Desta forma, o norte, representativamente minifundiário e de colonização ítalo-germânica, passou a atrair mais a aplicação de capitais do que o sul do estado, latifundiário pastoril de colonização luso-brasileira.

[...] as áreas florestais inicialmente desprezadas pela pecuária extensiva, tornaram-se territórios da reprodução camponesa para os imigrantes recém reterritorializados no Rio Grande do Sul. As colônias alemãs e italianas imprimiriam no espaço agrário gaúcho uma nova racionalidade em relação à exploração da terra, pautada na policultura e na pequena propriedade familiar. Áreas de floresta atlântica transformaram-se em territórios camponeses por meio de projetos de colonização estatal e também privados. Em menos de um século, o eixo econômico gaúcho foi invertido e deslocou-se da região latifundiária para regiões alicerçadas na pequena propriedade familiar (CHELOTTI, 2011, p.50).

A tabela 12 permite verificar que, de 1950 a 1975, a pastagem ocupou a maior parcela de terras, com pequeno decréscimo de 9,47% no período. A lavoura temporária, por outro lado, teve expansão crescente e vinculada predominantemente a rizicultura. Em parte, essa expansão pode ser resultado do recrudescimento daqueles ocupados com pastagens, haja vista que a área com matas/florestas permaneceram estáveis e a redução das terras em culturas não atinge patamar para a expansão ocorrida. Contudo, as lavouras temporárias ocuparam em 1975 apenas 6,9% das terras municipais.

TABELA 12 - Uso da Terra em Uruguaiana: 1950/1975

Atividade	1950	1960	1970	1975
	Área (ha)	Área (ha)	Área (ha)	Área (ha)
Lavoura temporária	7.601	19.072	21.340	42.884
Lavoura permanente	536	3.766	710	495
Pastagem	617.250	536.280	587.729	558.745
Matas e florestas	20.378	25.492	20.382	19.886
Terras incultas	9.839	6.744	4.975	3.206
Total	655.604	591.354	635.136	625.216

Fonte: Censo Agrícola, IBGE, 1950, 1960, 1970 e 1975.

A tabela 13 apresenta os produtos cultivados em Uruguaiana entre 1950 e 1975. O arroz é o principal produto agrícola em área e quantidade, com evolução crescente até 1975. A quantidade colhida em 1975 aumentou praticamente cinco vezes em relação a 1950, enquanto a área destinada ao plantio cresceu 679%. Isso se deu pela modernização das práticas agrícolas, que teve início na década de 1950 e destacou-se ao longo de 1960 e 1970, ampliando a produtividade por hectare.

A existência de recursos naturais favoráveis para o cultivo do arroz irrigado, de produtividade por área mais elevada em relação ao arroz de sequeiro, atrelado à ocorrência de extensos vales e baixadas planas e úmidas, banhadas por mananciais de água caudalosos, foram essenciais para a implantação e desenvolvimento de uma rizicultura irrigada e mecanizada.

O arroz cultivado em Uruguaiiana neste período saía ainda em casca para ser beneficiado em outros municípios do Rio Grande do Sul e de São Paulo. O destino era o mercado interno, especialmente a região sudeste do país (CHELOTTI, 2001).

TABELA 13 - Principais produtos agrícolas cultivados em Uruguaiiana: 1950/1975

Principais Culturas	1950		1960		1970		1975	
	Quant. (t)	Área (ha)	Quant. (t)	Área (ha)	Quant. (t)	Área (ha)	Quant. (t)	Área (ha)
Arroz	18.892	5.015	26.421	8.833	73.440	17.788	138.981	34.060
Milho	219	358	337	581	226	305	89	71
Trigo	153	327	4.297	4.651	1.374	1.276	2.316	2.517
Soja					37	64	2.258	2.226

Fonte: Censo Agrícola, IBGE, 1950, 1960, 1970 e 1975.

Os demais produtos como milho, soja e trigo, tiveram pouca representatividade no município. O trigo obteve produção maior em 1960, com 4.297 toneladas colhidas de 4.651 hectares, em 1970 teve queda de 31,97%. A soja aparece com apenas 37 toneladas colhidas.

Quanto a agropecuária desenvolvida em Paso de los Libres, destaque para a rizicultura. Na realidade o arroz é a produção de maior relevância na província de Corrientes, que é considerada a maior produtora de arroz do país, tendo mais da metade de seu território cultivado. Sobre as características físicas de Corrientes, Bogado, Sosa e Rujana (2001, p.02) apontam que:

O Sector al Sur del Río Miriñay es dominado por vegetación herbácea y sin árboles, con formación de un bosque abierto en su sector occidental. En esta subunidad se encuentran dos ciudades que polarizan el espacio: Mercedes y Curuzú Cuatiá, y otras dos localidades importantes sobre el río Uruguay: Paso de los Libres y Monte Caseros. Existen numerosas represas pequeñas que actúan como aguadas para la ganadería y en algunos casos para riego por gravedad, dado que los cultivos de arroz se pueden desarrollar en las planicies fluviales.

Apesar disso, dados sobre número de estabelecimentos e produção, tanto em relação a agricultura quanto a pecuária de Paso de los Libres, não foram encontrados, nem na bibliografia disponível nem nos órgãos visitados durante as visitas de campo.

Sobre a atividade pecuária de Uruguaiiana, a tabela 14 mostra que, de 1950 a 1975 o número de estabelecimentos e cabeças de bovinos foi ampliada (embora com redução em 1960), com acréscimo de 15,4%. Chama a atenção o aumento do número de estabelecimentos, com expansão de 41,9% no período. Isso indica que a atividade também foi ampliada em médios estabelecimentos, já que os pequenos são predominantemente ligados às lavouras temporárias.

Destaque também para a criação ovina, que em três décadas cresceu 23,99% em número de cabeças e 57,7% em estabelecimentos. Esse crescimento significativo está relacionado com a produção de lã, atividade que insere Uruguaiana no mercado internacional através da exportação do produto.

TABELA 14 - Atividade pecuária de Uruguaiana: 1950 /1975

	1950		1960		1970		1975	
	Estab	Cabeças	Estab	Cabeças	Estab	Cabeças	Estab	Cabeças
Bovinos	830	337.547	955	309.068	1.181	364.029	1.178	389.538
Equinos /muares	707	20.459	937	20.054	1.223	19.129	1.115	18.908
Ovinos	666	778.380	730	1.117.305	1.015	1.406.669	994	1.271.501
Suínos	336	2.085	498	12.591	362	2.765	496	4.420
Aves	691	25.212	792	31.230	828	43.131	875	43.600

Fonte: Censo Agrícola, IBGE, 1950, 1960, 1970 e 1975.

Até a década de 1970 a maior parte da carne produzida em Uruguaiana era destinada aos frigoríficos de Santana do Livramento e de Rosário do Sul/RS, os quais realizavam a exportação do produto congelado. Foi criado em 1966, em Uruguaiana, o frigorífico da Cooperativa da Fronteira Oeste, que realizava o abate para consumo local e regional (RODRIGUES, 2005).

Desenvolvida de forma extensiva e com relações de produção centenárias, a Campanha Gaúcha consolidou-se como a principal área de pecuária de corte do Rio Grande do Sul, mas sem que houvessem alterações técnicas, nem nas relações de produção vigentes no campo até a década de 1970.

As figuras clássicas do estancieiro e do peão gaúcho pouco se modificaram no decorrer dos últimos 300 anos [...] Até hoje, o criador gaúcho em quase nada alterou a paisagem natural [...] O gado das raças inglesas criado na Campanha alcança, em média, um peso muito superior ao do Brasil tropical [...] Não se deve concluir daí, apressadamente, que sistemas pastoris intensivos tenham sido adotados na Campanha. Perdura ainda o pastoreio permanente em pastos brutos, muitas vezes misturados os bovinos com carneiros. O pessoal empregado numa estância reflete bem como são extensivas as técnicas: 1 a 2 peões cuidam o gado de uma fazenda de criação com 1.000 hectares! (VALVERDE, 1985, p. 209).

Diante disso, a modernização da agricultura brasileira, que foi sendo construída lentamente até 1960, passou a ser intensificada. Para Brum (1988, p.31), os principais motivos para esta realização foram:

- a) elevação da produtividade do trabalho visando o aumento do lucro;
- b) redução dos custos unitários de produção para vencer a concorrência;
- c) necessidade de superar os conflitos entre capital e o latifúndio, visto que a modernização levantou a questão da renda da terra; d) possibilitar a implantação do complexo agroindustrial no país.

Neste período ocorreu também o incentivo governamental através do crédito rural. Para Martine e Beskow (1987), o conjunto de políticas e programas públicos atuaram no sentido de incentivar a concentração fundiária, além de beneficiar atividades e áreas específicas em detrimento das demais. Soma-se a isso a política de extensão e assistência através da criação de Empresas Brasileiras de Assistência Técnica e Extensão Rural, como a Embrater e a Emater, que concentraram-se nas áreas e nos produtos de resposta mais rápida aos incentivos.

Através do crescimento da industrialização e da urbanização no Brasil, a modernização da agricultura tornou-se necessária para a produção de alimentos e produtos para abastecimento interno e para exportação (TEIXEIRA, 2005). Neste sentido, a década de 1970 representou maior desenvolvimento do setor agrário, visto que a política de créditos facilitados, iniciada na segunda metade de 1960, foi impulsionada e esteve ligada ao desenvolvimento urbano e industrial daquele momento. Foi também a partir de 1970 que as agroindústrias e os complexos agroindustriais cresceram e modernizaram-se. Segundo Müller (1989, p.45), o complexo agroindustrial pode ser definido como:

[...] um conjunto formado pela sucessão de atividades vinculadas à produção e transformação de produtos agropecuários e florestais. Atividades tais como: a geração destes produtos, seu beneficiamento/transformação e a produção de bens de capital e de insumos industriais para as atividades agrícolas; ainda: a coleta, a armazenagem, o transporte, a distribuição dos produtos industriais e agrícolas; e ainda mais: o financiamento, a pesquisa e a tecnologia e a assistência técnica.

Esse amplo processo se realizou diferentemente em termos regionais. Tanto assim que em Uruguaiana as terras continuaram concentradas, a pecuária não foi atingida pelas técnicas modernas de inseminação artificial, melhoramento genético de animais, etc. Por outro lado, a rizicultura foi beneficiada por essas mudanças, especialmente pelas possibilidades de investimentos proporcionadas pelos créditos agrícolas governamentais, pelas pesquisas realizadas pelo Irga e pela Embrapa, entre outros.

Na discussão acerca das atividades econômicas do município é fundamental caracterizar suas atividades secundárias e terciárias. A tabela 15 apresenta dados desses setores. Como apontado, desde a gênese de Uruguaiana, a atividade industrial não constituiu-se no cerne de sua economia e no decorrer de seu desenvolvimento não obteve destaque. Nesta perspectiva, verifica-se que em 1950 o município contava com 48 indústrias e 778 empregados.

TABELA 15 - Indústria, comércio e serviços em Uruguaiana: 1950/1975

	1950		1960		1970		1975	
	Estab	Trab	Estab	Trab	Estab	Trab	Estab	Trab
Comércio	364	1.127	423	1.427	881	2.600	822	2.690
Varejista	339	879	411	1.225	821	2.035	763	2.263
Atacadista	25	248	12	202	60	565	59	247
Serviços	181	521	172	454	283	596	650	1.505
Alojamento e Alimentação	81	239	125	278	131	394	173	449
Reparação e confecção	100	282	47	176	152	202	260	489
Serviços pessoais					219	279		
Serviços comerciais					69	183		
Diversões, radiodifusão, e televisão e promoção de espetáculos artísticos					12	104	25	121
Higiene Pessoal	44	63					79	104
Diversos							27	77
Indústria	48	778	56	662	109	647	99	1.081
Minerais não metálicos			6		16	89	19	126
Extração de minerais					1		1	
Madeira			4		4	12	2	
Couro, peles e produtos similares			3		3		2	
Química			1		1			
Produtos medicinais			2		1		2	
Material elétrico e de comunicações					2			
Material de transporte					2		2	
Produtos de perfumaria, sabão e velas			1		19	93		
Metalúrgica e mecânica							15	135
Vestuários e calçados			1		1		2	
Mobiliário								
Produtos alimentares			31		53	463	41	663
Bebidas			1		1			
Editora e gráfica			5		3	39	4	71
Borracha							1	
Diversas			1		2		1	

Fonte: Censos Comercial, de Serviços e Industrial, IBGE, 1950,1960,1970 e 1975.

Na década seguinte oito novas indústrias foram criadas, com destaque para a indústria alimentícia, com 31 estabelecimentos, entretanto o número de empregados diminuiu. A indústria alimentícia destacou-se também na década de 1970, com 53 unidades, seguida pelo ramo de perfumaria, sabão e velas com 19 estabelecimentos, as de minerais não metálicos apresentaram 16 unidades, enquanto as de metalurgia e mecânica eram 15 estabelecimentos e 135 trabalhadores. Em 1975 Uruguaiana contava com 99 indústrias, dez a menos que em 1970, no entanto o número de trabalhadores praticamente dobrou (1.081).

Embora o número de estabelecimentos tenha apresentado crescimento ao longo de três décadas, tratam-se de pequenas indústrias locais voltadas ao beneficiamento de produtos ali produzidos e com mercado regional. Na contrapartida, o crescimento do

comércio e dos serviços foi mais intenso. Os dados apontam que, entre 1950 e 1975 o comércio teve crescimento de 138% para trabalhadores e 125% para estabelecimentos, com destaque para o varejista, enquanto o atacadista teve pequena participação. Os serviços também tiveram crescimento positivo de 188% para trabalhadores e 259% para estabelecimentos.

Até a década de 1960 a fronteira constituía-se em importante local de comércio, destacado pela facilidade de acesso entre Uruguaiana e Paso de los Libres e a possibilidade de compra em ambas.

El café, la cachaca y el cacao faltaban en la Argentina, mientras la harina de trigo , el aceite e outros productos se necesitaban em el Brasil. Sin embargo, en la medida en que abanzaban las politicas de substitucion de importaciones, asi como el gran comercio internacional, la falta de productos dejaba de ser el principal incentivo. Los grandes movimientos comerciales en una y otra direccion se vincularian , sobre todo, a la relacion entre los tipos de cambio , y los impuestos , que establecian diferencias en los precios de los productos mas o menos importantes (GRIMSON, 2003, p.116).

Entretanto, as relações e os interesses comerciais e políticos entre Brasil e Argentina passaram por mudanças a partir de então. “Se inicio en la percepcion de los pobladores locales (da frontera), un cambio relacionado con procesos estructurales. En términos comparativos, la Argentina comenzaba a estancarze mientras Brasil conseguia, con crises diversas, avanzar en términos industriales” (GRIMSON, 2003, p.117). Os habitantes perceberam que a produção brasileira estava sendo alterada e que os produtos que anteriormente existiam apenas Paso de los Libres eram facilmente encontrados em Uruguaiana, fortalecendo desta forma o comércio do lado brasileiro, embora produtos típicos da Argentina, como azeite de oliva, vinhos, doces, entre outros, continuavam a ser procurados e comercializados. No que diz respeito à evolução urbana de Uruguaiana, a tabela 16 mostra seu crescimento populacional entre 1950 e 1970.

Em 1950 Uruguaiana contava com 48.773 habitantes, dos quais 68,32% eram urbanos. Essa distribuição acentuou-se ainda mais, visto que em 1960 a população rural era de apenas 21,86% e em 1970, 17,78% da população era rural.

TABELA 16 - População de Uruguaiana: 1950/1970

1950			1960			1970		
Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
33.326	15.447	48.773	50.945	12.139	62.634	63.346	11.267	74.613

Fonte: Censo Demográfico, IBGE, 1950,1960 e 1970.

Em relação à dinâmica da cidade argentina de Paso de los Libres, é fundamental compreender que o comércio é elemento importante no seu processo de desenvolvimento. Grimson (2003) relata que, Paso de los Libres e Uruguaiana não apenas cresceram, mas também transformaram-se apoiadas nesta atividade. O comércio entre ambas as cidades sempre existiu, destacando que, com a construção da ponte internacional, teve início outras formas de comercialização de mercadorias entre os países. Destaque para a farinha de trigo, que era comprada por mulheres brasileiras em Paso de los Libres e revendida em Uruguaiana por um valor quase dez vezes maior.

Dorfmann e Rosés (2005) explicitam que, a fronteira é uma característica de qualquer objeto ou fenômeno, cuja existência possua extensão e fim. O fim ou fronteira diz respeito ao contato, caso exista um objeto ou fenômeno de semelhante natureza adjacente ao primeiro. Em relação aos Estados-nação, a fronteira é considerada enquanto fronteira internacional. Desse modo, “Fronteira é o espaço onde se entrelaçam as influências dos estados em contato. Atividades econômicas, sociais e culturais aí se encontram, criando práticas compartilhadas que podem construir uma identidade fronteiriça” (DORFMANN; ROSES, 2005, p.195).

A linha que separa um Estado de outro, a faixa que divide uma cultura de outra, conspira contra a organização compacta e isofórmica de território (OLIVEIRA, 2005). Inserido nesta discussão, Grimson (2000, p.9) explicita que, a “frontera fue y es simultáneamente un objeto/concepto y un concepto/metáfora. De una parte parece haber fronteras físicas, territoriales; de la otra, fronteras culturales, simbólicas”. Essa postura contraditória de ser concreta e abstrata, física e metafísica ao mesmo tempo é o axial que afirma a transposição dos limites necessários a legalidade.

Enquanto as leis no Estado-Nação funcionam de forma horizontal onde todos, sem distinção, estão sob sua égide e suas imposições, na fronteira, existe um escopo legal dividido em *duas* partes. Dista muito de ser um espaço isonômico. São duas legislações que se impõem (ou se contrapõem): de forma *horizontal* para um lado e *vertical* para o outro, e vice-versa. É como se o indivíduo fronteiriço vivesse em dois estados (sólido e gasoso), cuja necessidade imperativa é se adaptar (OLIVEIRA, 2005, p. 179).

Em relação aos processos de importação e exportação de produtos, Otazú (2003) destaca a década de 1930. Entre os artigos de exportação de Paso de los Libres estavam a farinha de trigo, combustíveis, artigos de armazém, sal, batatas, e como produto mais importado, a madeira e em menor volume café e farinha de mandioca; tais produtos vinham de Buenos Aires e Corrientes. “Las jangadas de cedro y pino arribadas al puerto de libres entre los años de 1933 y 1936 alcanzaron las 5.492 toneladas en aquel año y 7.422 en el ultimo” (OTAZÚ, 2003, p.26). Esse fluxo de exportação e importação passou a gerar maior movimentação econômica nas duas cidades fronteiriças (COELHO, 2008).

De acordo com Coelho (2008), em 1937 foi criado o Banco Popular de Paso de los Libres e construído o quartel de regimento de cavalaria.

[...] percebe-se que os equipamentos dessa pequena cidade foram aumentando ou sendo reformulados. Em decorrência, a cidade foi conquistando maior expressão na sua região. Percebe-se também o incremento na importância militar que a cidade obteve pela quantidade de quartéis e áreas militares nela existentes (COELHO, 2008, p.99).

Isso mostra que a cidade argentina, aos poucos e em ritmo mais lento do que a cidade de Uruguaiana, foi crescendo.

El incremento que cuadruplicó la población en los cuarenta años que median entre fines del siglo y 1934, fue acompañado naturalmente por una expansión generalizada, con manifestaciones en todos los ordenes de actividades ortogándole una fisionimía urbana mas acabada. La conjunción de estos factores de progreso habia dado nuevas dimensiones al pueblo, que estaba llegando a los bordes de aquella ‘lomita arenosa’ que albergo su gérmen inicial. Las 200 manzanas de su planta urbana y las 1.100 casas de material que contenía, atestiguaban la expansión alcanzada em 1937. Eran los indícios de una vida e una paisaje urbana que diferia largamente de aquell ‘vilorio’ del principios del siglo (OTAZÚ, 2003, p.31).

Marco fundamental nesse processo de desenvolvimento está ligado à construção da ponte internacional entre Paso de los Libres e Uruguaiana, cujos estudos e atividades preparatórias foram iniciados em 1933, sob o governo de Vargas.

Na perspectiva militar, a construção da ponte constituía uma ameaça para o Brasil, razão pela qual as negociações realizaram-se lentamente. Por outro lado, “[...] no segmento civil do governo, particularmente no Itamarati, a obra seria considerada altamente benéfica em seu aspecto político, especialmente no favorecimento de relações diplomáticas e comerciais do Brasil com a Argentina que tal projeto propiciaria” (DÁVILA, 1994, p.105). Diferentemente do que se passava no Brasil, a presidência da

Argentina esforçou-se para acelerar os processos para que a ponte fosse construída antes de 1938. No entanto, o início da Segunda Guerra Mundial adiou o projeto:

[...] en la medida en que Argentina quedaba aislada en el contexto americano por su insistencia en la neutralidad y Brasil aparecia articulado con Estados Unidos , el equilibrio del a cuenca del plata había cambiado. Si en los años treinta las dificultades burocráticas y diplomáticas que retardaban la obra provenían del Brasil, a principios del años cuarenta la Argentina era la que parecia interesada en postergar la construcción del puente.

A aprovação e execução do projeto da ponte foram efetuadas em 1941, tendo início em 1943 a construção da mesma. A localização da ponte, por razões topográficas, ficou mais próxima da cidade de Uruguaiana, sendo concluída em 1945 e aberta ao tráfego em uma inauguração extra oficial, visto que o presidente Getúlio Vargas havia sido deposto do poder, além disso “[...] la relación diplomática entre los dos países se encontraba en un punto de fuerte tension” (GRIMSON, 2003, p.94) . Em virtude destas questões, a ponte foi oficialmente inaugurada em 1947.

Os dados populacionais ajudam a compreender o processo de crescimento de Paso de los Libres. De acordo com a tabela 17, verifica-se que:

La evolución de las cifras demográficas durante las primeiras décadas del siglo indica un sostenido crecimiento del medio urbano y cierto estacamiento de las campañas, que continua con algunos altibajos, hasta la actualidad. Los datos de los censos nacionales y de las estadísticas provinciales de la época, permitén intentar una interpretación del proceso poblacional (OTAZÚ, FERNANDEZ, 2003, p.40).

TABELA 17- Evolução da população de Paso de los Libres: 1914/1960

Ano	Pop. total	Pop. urbana	Pop. rural
1914	14.001	6.077	7.924
1926	17.656	-----	-----
1934	22.401	12.844	9.557
1947	25.729	11.665	14.064
1960	23.593	15.085	8.509

Fonte: COELHO (2008, p.95)

Entre os anos de 1914 e 1947 a população teve importante incremento, relacionado principalmente com o desenvolvimento do comércio. Nesta perspectiva Grimson (2003, p. 98) explicita que, “Paso de los Libres tuvo uno de los incrementos poblacionales mas significativos de la provincia de Corrientes. La poblacion urbana, que en 1914 era de 6.077 alcanzó los 11.665 en 1947”. Neste período a população duplicou, o que provavelmente não aconteceu em nenhuma outra cidade dessa província argentina (COELHO, 2008).

Entrento, a população diminuiu após 1947, situação que para Adiala (2006), vincula-se ao fato de a ponte internacional não representar estímulo ao desenvolvimento urbano, diferente do lado brasileiro. Isso pode ser entendido pelo fato de ter ocorrido remanejamento das forças militares estabelecidas em Paso de los Libres:

A função defensiva da cidade fortalecida no período da ditadura era importante para o ministério do interior argentino, que instituiu na cidade a chamada força de proteção fronteira, transformada hoje na polícia de fronteira. Houve o esvaziamento dos quartéis locais quando ocorreu a crise na Argentina, estimulando o processo de redução do contingente e redirecionamento do pessoal (ADIALA, 2006, p.95).

Na Argentina, o ano de 1946 foi marcado pela queda do governo militar e as consecutivas eleições vencidas por Perón, enquanto os militares perderam grande parte do seu poder. Ocorria ainda uma crise econômica e política no país, induzindo o governo a reduzir seu contingente militar. Nestas condições, Paso de los Libres teve expressivas perdas econômicas.

Novas dinâmicas foram ocorrendo na cidade argentina, como a criação de uma área comercial localizada muito próxima da ponte. Ali existiam armazéns, açougues e todo tipo de comércio destinado a atender especialmente a demanda brasileira. Esse local ficou popularmente conhecido com buraco, pois encontrava-se em um local de inundações.

Atrelado ao rápido crescimento comercial desta área relativamente separada da cidade, iniciaram-se os controles comerciais e de trânsito de pessoas. “Las autoridades argentinas, argumentando riesgo de desabastecimiento, comenza a aplicar limites a las cantidades que los ciudadanos brasileños podian comprar y llevar fuera del territorio nacional. La aduana argentina ejercia controles en el puente sobre que los brasileños llevaban a su pais” (GRIMSON, 2003, p.96).

O comércio persistiu, e em Uruguiana os galpões e casarões próximos a ponte foram sendo transformados em depósitos de farinha, que era transportada em pequenas quantidades e ali embalada e enviada para várias regiões do país. Todavia, em 1951, diante da possibilidade de desabastecimento de alimentos, o governo de Perón proibiu a compra de alimentos pelos países vizinhos.

El comercio de Favila – Figueira (buraco) era la segunda firma en importancia en Libres. Cuando se dispuso el cierre de la frontera, tenia seiscientos vagones de mercaderia para engresar en sus galpones y vender a las farinheiras. La frontera cerro y se acabaron los clientes, pero la mercaderia continuo llegando por contratos previos. Con el correr dos meses, los comerciantes empezaron a cerrar, en aquel contexto, no encontraron vias de accion social y politica para revertir las medidas (GRIMSON, 2003, p.103).

Em 1954 foi decretada medida que autorizava importações e exportações entre Paso de los Libres e Uruguaiana. O ponto principal anunciava a permissão para que brasileiros pudessem realizar compras na Argentina. “[...] la aduana de Paso de los Libres, a solicitud de intendente de Uruguayana, podrá autorizar la salida de los abastecimientos mencionados hasta um maximo equivalente al 20%” (GRIMSON, 2003, P.103). Essa medida causou dificuldades no comércio de Uruguaiana, e neste sentido o autor citado aponta que, a persistência no controle aduaneiro argentino não foi casual, mas um resultado geopolítico do Estado nacional argentino.

Trata-se da hipótese de conflito armado entre Argentina e Brasil, que durante as décadas de 1960 e 1970 permaneceu forte nas discussões das elites militares de ambos os países. Com governo militar nos dois países e com a promoção do nacionalismo, entre outros aspectos, acentuava-se o entendimento da fronteira enquanto área de perigo, onde deveria ser fortalecida a presença nacional.

Neste sentido, a elite militar e diplomática argentina, no início da década de 1970, nota que o Brasil havia vencido a histórica disputa pela hegemonia da região. “Sin embargo, en la vision dominante de la epoca, esse triunfo no se concebía como definitivo, sino que exigía ser revertido para reinstaurar-al menos- una lógica de paridad. Esa igualdad era constantemente frustrada al comparar datos demográficos y económicos” (GRIMSON, 2003, p.111).

Essa dinâmica representada pelo setor comercial não se dava na mesma intensidade em relação à industrialização. O setor secundário, desde o pós Segunda Guerra Mundial, é praticamente inexistente em Paso de los Libres, em consequência da grande centralização de poder que existe na Argentina.

[...] las marcadas desigualdades que presentan las provincias del país en su estructura económica se reflejan en sus estructuras ocupacionales, donde la falta de un sector industrial desarrollado, donde la mayor parte de la población se dedica a las actividades del sector primario, en las zonas rurales, y al sector terciario, en las ciudades, donde el empleo público es la principal fuente de trabajo, porque no hay alternativas económicas, con el consiguiente achicamiento del Estado, con graves consecuencias sociales, ocupando una proporción muy elevada de la población activa (OTAZÚ, 2003, p.60).

As provincias localizadas no nordeste da Argentina, entre elas Corrientes, estiveram ao longo da história relativamente pouco articuladas à dinâmica da economia nacional (OLIVEIRA; BARCELOS, 1988). O processo de industrialização no país concentrou-se no entorno de Buenos Aires, fato que caracteriza a Argentina, ainda hoje, por consideráveis desigualdades regionais. Neste sentido, Corrientes tem sua economia alicerçada na produção primária e atividades terciárias.

A região sul do Brasil, que limita-se com as provincias argentinas de Corrientes e Misiones, apresenta um dinamismo maior, resultante do potencial demográfico e econômico que não ocorre da mesma forma e intensidade no lado argentino. “Isto se justifica por uma fraca ocupação produtiva do solo e uma população distribuída de forma irregular com predomínio de cidades menores” (OLIVEIRA; BARCELOS, 1988, p.235).

As atividades econômicas desenvolvidas em Paso de los Libres tiveram momentos de crescimento e de perdas. Com o enfraquecimento da hipótese de conflito armado entre Brasil e Argentina e com o início do discurso de integração regional, Paso de los Libres sofreu consequências econômicas que acentuaram o quadro de crise da cidade, pois o esvaziamento dos quartéis estimulou a redução de contingente e redirecionamento do pessoal (ADIALA, 2006). Deste modo, verifica-se que entre os anos de 1947 e 1970 ocorreu diminuição da população total, que contava com 25.729 habitantes em 1947 e 24.996 em 1970, enquanto a população urbana teve crescimento positivo.

A década de 1960 foi marcada na Argentina pelo reforço da concentração de capital no centro do país, bem como pela ausência de investimentos nas provincias do interior. Além disso, este período foi marcado por uma crise econômica e política, que em Paso de los Libres foi acentuado pelo decréscimo populacional.

Tanto a agricultura quanto a pecuária eram atividades desenvolvidas em Paso de los Libres no período aqui considerado, em proporção menor que seu vizinho brasileiro e com mercado consumidor restrito. A modernização da agricultura no Brasil foi favorável para o desenvolvimento da rizicultura em Uruguaiana, e através de subsídios e

créditos, expandiu a cultura, diversificando as atividades agropecuárias do mesmo, anteriormente concentrada na pecuária. Esta, por sua vez, não foi atingida pelos processos de modernização, tampouco pelo processo de industrialização brasileira, intensificado no governo Vargas, visto que manteve as características de criação do gado e de relações sociais praticadas há décadas.

Deste modo, as relações entre Uruguaiana e Paso de los Libres foram intensificadas durante a terceira dualidade, principalmente no que diz respeito ao comércio. Tanto o comércio de Uruguaiana como o de Paso de los Libres expandiram-se, assim como os fluxos de habitantes dessa fronteira. A diversificação de produtos e a construção da Ponte Internacional tornaram essa área de fronteira mais dinâmica no sentido das trocas comerciais. Por outro lado, as disparidades foram acentuadas e enquanto a população de Uruguaiana dobrou em duas décadas, a população de Paso de los Libres diminuiu, além das suas atividades econômicas não acompanharem o crescimento daquelas desenvolvidas na cidade brasileira.

4.4. Corumbá, Puerto Suárez e Puerto Quijarro: industrialização e novas articulações entre as cidades

A região do Pantanal matogrossense, atingida pelo processo de industrialização brasileira a partir de 1930, passou a realizar o escoamento de sua produção via transporte ferroviário, reduzindo fortemente o transporte fluvial.

Atraídos pelos baixos preços das terras, além das possibilidades advindas da agricultura e atividades comerciais, paulistas, nordestinos, catarinenses, paranaenses e principalmente gaúchos, produziram uma lenta alteração estrutural no Mato Grosso do Sul. Neste sentido, a conclusão e ampliação da ferrovia Noroeste, constituiu elemento significativo ao fortalecimento do projeto colonizador e criou novas possibilidades de comunicação com os demais estados, além dos países vizinhos. Trubiliano e Martins Junior (2007, p.43) afirmam que:

De fato, a construção da Ferrovia Noroeste do Brasil pode ser destacada como fator decisivo da consolidação econômica e demográfica do sul de Mato Grosso. Articulando essa região com São Paulo, a NOB impulsionou fortemente o fluxo migratório, permitindo a implantação de um importante pólo agro-pecuário e de industrialização de seus derivados, assim como o surgimento de vários municípios ao longo de seu traçado e o aumento gradativo da importância de Campo Grande, tendo como impactos mais visíveis de todo esse processo de transformações, a sua consolidação em uma área de atração de investimentos e de contingentes populacionais provenientes das mais diversas regiões do Brasil, bem como, dos países vizinhos.

O minério de ferro e manganês do maciço de Urucum, localizado nas imediações de Corumbá, foram descobertos no final do século XIX e sua exploração ocorreu esporadicamente nos períodos da Primeira e da Segunda Guerra Mundial. Durante a Segunda Guerra Mundial a exploração mineral era feita pela empresa brasileira Sobramil em consórcio com a Meridional, empresa de capital norte-americano. O início da industrialização na cidade de Corumbá ocorreu na década de 1940 e estava associada à implantação de siderurgia pelo Grupo Chamma. Neste sentido Oliveira (1998, p.44) argumenta:

Ampliou-se a necessidade de profissionais liberais, de atividades sociais e de prestação de serviços. Isso é, o volume de capitais (fixos e variáveis) investidos na Sobramil, passou a se sobrepor, em cadeia, as tendências multiplicadoras de re-alocação de capitais. O que, por sua vez, requeria a imbricação de composição inéditas com novos produtos, novos métodos de produção, novas fontes de matérias, novos tipos de organização e, como efeito, novos mercados.

Após a Segunda Guerra Mundial a Companhia Meridional de Mineração, subsidiária da empresa norte-americana *United States Steel Corporation*, associou-se a Sobramil, cujo projeto não teve sequência devido as reservas encontrarem-se em área de fronteira, ficando proibida a participação estrangeira (LAMOSO, 2011). Apesar da atuação da Sobramil e de sua exploração mineral, esta atividade ganha destaque e mercado a partir da década de 1990 com a chegada da Vale.

Brito (2011) aponta que, Corumbá chegou a ser considerado o maior parque industrial do Mato Grosso do Sul, atraindo investimentos de outras regiões do país, a exemplo da fábrica de cimento do Grupo Itaú de Minas Gerais, em 1950. Este período é caracterizado pela expansão da industrialização nacional, correspondendo também a fase a do quarto ciclo de Kondratieff.

Inserido nesta discussão Oliveira (1998) explicita que, dois fatores foram motivadores ao impulso expansionista de Corumbá no período entre guerras.

Primeiramente a recuperação da economia mundial em relação à fase de expansão do capitalismo (fase a do quarto ciclo longo) e o advento da siderurgia. De acordo com o autor, as riquezas minerais e a chegada da seca no Pantanal repercutiram positivamente na região através da chegada da Siderurgia Chamma, da indústria de cimento Itaú, além da instalação de curtumes, fábricas de bebidas, marmoraria e mineração. “Esses empreendimentos foram responsáveis por um crescimento populacional superior a 150%, entre os anos 50-70” (OLIVEIRA, 1998, p.85).

Em relação à agropecuária, a tabela 18 apresenta a estrutura dimensional dos estabelecimentos rurais de Corumbá entre 1950 e 1975. Os estabelecimentos com até 100 hectares tiveram evolução positiva, com crescimento em número e área no período considerado. No entanto, representavam apenas 34,3% do total de estabelecimentos e 0,15% da área total do município. Aqueles com área entre 101 e 500 hectares também apresentaram expansão entre 1950 e 1975, mas sua participação no total foi de 10,7% para estabelecimentos e 0,54% da área total. Os estabelecimentos com mais de 501 hectares são os predominantes, e também tiveram crescimento até 1970 em termos de número, com redução em 1975, mas a área ocupada pelos mesmos foi crescente, salvo entre 1970 e 1975, com pequena redução. Isso mostra a continuidade da concentração de terras, não alteradas desde a gênese da ocupação das terras e da pecuária bovina.

TABELA 18 - Estrutura dimensional dos estabelecimentos rurais de Corumbá: 1950/1975

Grupos de área	1950		1960		1970		1975	
	Estab	Área (ha)	Estab	Área (ha)	Estab	Área (ha)	Estab	Área (ha)
Até 49 ha	39	312	70	615	671	8.560	354	3.426
50 a 100 ha	7	584	23	1.336	73	4.295	72	4.742
101 a 500 ha	33	8.326	81	24.188	261	64.227	133	29.921
Acima de 501 ha	305	3.945.395	558	4.645.923	816	5.656.211	682	5.309.101
Total	384	3.954.617	732	4.672.062	1.821	5.733.293	1.241	5.476.190

Fonte: Censo Agropecuário, IBGE, 1950,1960, 1970 e 1975.

Neste sentido cabe considerar que, no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), o centro oeste passou por outra fase de sua incorporação à dinâmica brasileira. O processo de ocupação, caracterizado pela pecuária extensiva, foi transformado a partir do Plano de Metas, dando lugar a novas frentes de agricultura comercial, bovinocultura

tecnificada e frentes especulativas⁴². A tabela 19 apresenta a utilização da terra em Corumbá, denotando o domínio do uso das pastagens.

TABELA 19 - Uso da Terra em Corumbá: 1950/1975

Atividade	1950	1960	1970	1975
	Área (ha)	Área (ha)	Área (ha)	Área (ha)
Lavoura temporária	607	1.450	9.552	1.825
Lavoura permanente	140	516	4.328	436
Pastagem	2.573.289	3.472.229	4.736.919	4.063.292
Matas e florestas	1.074.849	783.657	570.737	848.696
Terras incultas	96.817	282.402	58.818	109.440
Total	3.745.702	4.540.254	5.380.354	5.023.689

Fonte: Censo Agrícola, IBGE, 1950, 1960, 1970 e 1975.

Se na década de 1950 existiam 372 propriedades dedicadas à criação de gado, em 1970 estas já totalizavam 1.582, com o aumento de 449,95% no número de cabeças criadas⁴³, conforme tabela 20. Destaque também para a criação de ovelhas, que em duas décadas teve um crescimento de 773,81%. A criação de suínos e aves teve expansão.

TABELA 20 - Atividade pecuária de Corumbá: 1950/1975

Atividades Pecuárias	1950		1960		1970		1975	
	Estab	Cabeças	Estab	Cabeças	Estab	Cabeças	Estab	Cabeças
Bovinos	372	568.576	710	1.075.622	1.582	2.558.327	1.014	1.999.254
Equinos/muares	334	14.638	704	54.559	1.836	55.756	1.268	34.943
Ovinos	63	4.929	170	12.521	534	38.141	205	14.975
Suínos	204	4.961	320	11.058	96	1.808	695	17.038
Aves	259	17.898	518	48.627	1.366	90.412	998	68.806

Fonte: Censo Agrícola, IBGE, 1950, 1960, 1970 e 1975.

A agricultura não ocupa posição importante no âmbito econômico do município, vinculado a um conjunto de fatores como: a fertilidade do solo, os ciclos de inundação variáveis em intensidade e duração, aspectos culturais, históricos e tradicionais típicos das áreas de pecuária extensiva, aliados a conceitos falsos de inexistência de infraestrutura de comercialização (EMBRAPA, 1981). Tanto assim que, os principais produtos agrícolas entre 1950 e 1975 foram o arroz e o milho. Na última data a quantidade colhida foi de 64 e 318 toneladas de arroz e milho, respectivamente. A parte estas duas culturas, a agricultura de Corumbá pouco representou no contexto produtivo do estado.

⁴² Importante considerar que a partir da década de 1930, sob o governo de Getúlio Vargas, acentuou-se a criação de colônias agrícolas no Centro Oeste do Brasil, incrementando a população desta área. No entanto, é a partir de 1970 que infraestruturas de transporte, assim como as mudanças no agronegócio passam a atingir mais profundamente a região (TEIXEIRA, HESPANHOL, 2005).

⁴³ O gado criado em Corumbá permanecia no município apenas na fase de cria. Era transportado em pé para outros municípios do estado para recria, o abate também ocorria em frigoríficos fora do município, inclusive no interior de São Paulo.

No que diz respeito a atividade industrial, importante ressaltar que, em 1953 foi criado em Corumbá o Moinho Mato-grossense, em 1959 a tecelagem Mato-grossense, a fiação Mato-grossense e o curtume Mato-grossense. Estas indústrias utilizaram concomitantemente os transportes hidroviário e ferroviário. No entanto, a partir da segunda metade da década de 1970, a maior parte destas indústrias deixou de funcionar (SILVA, 2012). A tabela 21 apresenta dados a respeito da indústria, comércio e serviços em Corumbá entre 1950 e 1975.

Como mencionado, o processo de industrialização em Corumbá teve início no final da década de 1940 e neste sentido, o censo de 1950 apresenta a existência de 49 indústrias e 720 trabalhadores.

TABELA 21- Indústria, comércio e serviços em Corumbá: 1950/1975

	1950		1960		1970		1975	
	Estab	Trab	Estab	Trab	Estab	Trab	Estab	Trab
Comércio	219	589	226	680	889	2.222	753	2.239
Varejista	197	454	209	579	866	2.100	719	2.085
Atacadista	22	135	17	101	23	122	34	154
Serviços	33	125	37	139	69	210	98	402
Alojamento e Alimentação	21	94	25	69	35	64	51	164
Reparação e confecção	11	27	12	70	12	54	19	91
Serviços pessoais					13	65	15	88
Serviços comerciais					7	18	8	30
Diversões, radiodifusão, TV, promoção de espetáculos artísticos					2	9	5	18
Higiene Pessoal	1	4					2	11
Indústria	49	720	77	1.320	125	1.315	95	991
Minerais não metálicos			14		19	518	20	271
Extração de minerais			10		29	299	10	95
Madeira			8		6	37	10	52
Couro, peles e produtos similares			3		1			
Química							2	
Material elétrico e de comunicações					4	9		
Material de transporte			1		11	68	6	72
Produtos de perfumaria, sabão e velas			5		2		1	
Metalúrgica e mecânica			4		8	36	6	168
Vestuários e calçados			7		10	31	2	
Mobiliário							5	16
Produtos alimentares			17		28	146	26	187
Bebidas			3		1		1	
Editora e gráfica			5		5	48	5	36
Diversas			1		1			

Fonte: IBGE. Censos Comercial, Industrial e de Serviços. 1950,1960,1970 e 1975.

Em 1960 ocorreu o enfraquecimento da dinâmica econômica de Corumbá, motivado, sobretudo, pelo crescimento e modernização da indústria no centro dinâmico da economia brasileira, expansão e melhorias das condições de transporte fora e dentro do estado, baixa do preço dos minérios de ferro e manganês no mercado internacional,

fortalecimento e dinamismo da condição regional de Campo Grande (OLIVEIRA, 1998). Apesar destes condicionantes, em 1960 Corumbá contava com 77 indústrias e 1.320 trabalhadores. Destaque para extração mineral e minerais não metálicos. Peres (2009, p.98) acrescenta que:

Os fatores de ordem interna foram decorrentes das imposições geográficas dos ciclos de cheias e secas do Pantanal. As condições do regime da seca dificultavam o acesso às fazendas e esvaziavam o abastecimento da cidade de produtos da economia natural. Consequentemente houve uma desmotivação para a permanência da estrutura de navegação. A seca e persistência de estruturas arcaicas no núcleo das fazendas pantaneiras contribuíram para manutenção de um latifúndio com baixa produtividade, que não sustentava a transferência de renda para o setor urbano, reforçando o poder oligárquico.

Mesmo que os fazendeiros não transferissem renda às atividades urbanas, o parque industrial que existia em Corumbá era o mais importante no estado em relação à geração de riqueza e força de trabalho, representando 29% do produto industrial e 24% da mão de obra do estado em 1960 (PERES, 2009). Esse setor foi dinamizado, em parte pelo reinvestimento de capital de origem urbana, tanto local como nacional. Em 1970 o município contava com 125 indústrias e 1.315 trabalhadores e em 1975 eram 95 unidades industriais e 991 trabalhadores, concentrados na extração de minerais e nas áreas alimentícias, metalurgia e mecânica.

A tabela 22 apresenta ainda dados referentes aos estabelecimentos comerciais do município. Verifica-se expansão no período, mas com destaque entre 1960 e 1970, que saltou de 226 para 889 estabelecimentos e de 680 para 2.222 trabalhadores. Esse crescimento, sobretudo do varejista, se deve ao aumento da população total e urbana, e pelo fato de Corumbá ser responsável pelo atendimento de demandas da Bolívia.

Em relação aos estabelecimentos prestadores de serviços, também ocorreu um acréscimo considerável, mas em termos temporais foi entre 1970 e 1975, com aumento de 91% para trabalhadores.

Sobre a importância do comércio em Corumbá, Peres (2012) evidência que, em meados dos anos 1950 teve início uma nova fase para a economia da cidade. Trata-se da ligação ferroviária entre Brasil e Bolívia, que trouxe novas demandas, principalmente do lado boliviano, tornando Corumbá um centro distribuidor de mercadorias, escoando a produção, sobretudo a paulista, que chegava via Nordeste do Brasil (PERES, 2012).

Apesar de Campo Grande representar o centro dinâmico do Mato Grosso do Sul e de suas ligações com o sudeste do Brasil, Corumbá retomou a intensidade de suas

atividades por meio da ferrovia com destino a Bolívia. “Além de uma nova etapa para a dinâmica econômica corumbaense, a estrada de ferro entre Brasil e Bolívia representou a extensão das relações comerciais do sudeste brasileiro ao oriente boliviano, antes um espaço desarticulado e desagregado da economia nacional” (PERES, 2012, p.64).

Arelado à expansão da pecuária e do comércio em Corumbá, ocorreu o crescimento de sua população. A tabela 22 mostra que, em 1950 o município contava com uma população de 38.734 habitantes, sendo sua maioria (62,82%) urbana.

TABELA 22 - Evolução da População urbana e rural de Corumbá: 1950/1970

Ano	Pop. Total	Pop. Urbana	Pop. Rural
1950	38.734	24.336	14.398
1960	59.556	38.841	20.715
1970	81.887	51.146	30.741

Fonte: FIBGE, 1940, 1950, 1960, 1970.

Nas décadas seguintes a população de Corumbá seguiu crescendo, com registro de 81.887 habitantes em 1970. Um novo momento para Corumbá foi efetivado com a construção de rodovias ligando o Mato Grosso do Sul ao sudeste do Brasil, com destaque para o trecho entre Corumbá e Campo Grande, construído na década de 1970. “Apesar da inserção dessa nova modalidade de transporte no interior do Pantanal, periodicamente as estradas ficavam submersas devido ao regime das águas” (MANETTA, 2009, p. 36).

A intensificação das relações comerciais entre Brasil e Bolívia tornou-se possível pelo processo de exportação de bens brasileiros, bem como pela presença de consumidores bolivianos fronteiriços (BRITO, 2012). O acréscimo na circulação de mercadorias importadas e exportadas por Corumbá entre 1969 e 1970, colocou-a no posto de primeiro lugar em relação a arrecadação estadual, superando Campo Grande enquanto centro econômico.

O período da terceira dualidade em Corumbá foi dinâmico, com destaque para a mineração, que ampliou as relações econômicas do município, mesmo que por curto período. O comércio e os serviços também destacaram-se, especialmente com a Bolívia, enquanto a pecuária manteve suas características do período anterior.

Sobre o desenvolvimento de Puerto Suárez durante a terceira dualidade brasileira, um marco importante diz respeito à ferrovia, que se colocou para a Bolívia como uma grande possibilidade de desenvolvimento, principalmente após a decadência da borracha. As possibilidades de chegar a Puerto Suárez eram precárias e agravaram-se após o período da exploração da borracha. Desta forma, a partir de 1929 o exército iniciou obras de melhoramento desta via.

A construção dessa linha férrea proporcionou o desenvolvimento da província de German Busch, onde se encontram os municípios de Puerto Suárez e de Puerto Quijarro, o segundo fundado posteriormente. Foi a partir da construção da linha que novas povoações na região foram criadas. A ideia de construção de uma linha férrea no oriente boliviano foi apresentada em 1921 pelo governo brasileiro, que pretendia estender a linha da empresa Noroeste até a cidade de Santa Cruz de la Sierra. Contudo, o governo boliviano não concordou, pois queria a construção de outra linha, ligando San José a Sucre. Este projeto foi retomado apenas em 1938, após German Bush assumir o governo boliviano.

El tratado es legalmente constituído en 25 de febrero de 1938. Entre las causulas estipuladas se tenia el millon de libras esterlinas pendientes como saldo del tratado de Petrópolis, que seria utilizado en la construcción del ferrocarril. Brasil adelantaria los recursos necesarios para concluir la obra, financiamiento que seria reembolsado por Bolívia en dinero o en petroleo crudo (PPAS, 2011, p.79).

Os trabalhos tiveram início neste mesmo ano, com a constituição de uma comissão mista, conhecida como Comixta, integrada por engenheiros e funcionários dos dois países e com sede em Corumbá. A construção da ferrovia em território boliviano teve início em 1940. “[...] algunos hechos que fueron formando la historia de eses pueblos del sureste, por ejemplo la primera estacion ferroviaria construída fue la estacion Quijarro, que luego daria vida a uno de los pueblos mas importantes de la region fronteriza: Puerto Quijarro [...]” (PPAS, 2011, p.82).

A formação de Puerto Quijarro teve início neste momento, a partir da construção da primeira etapa da ferrovia em território boliviano e a inauguração da primeira estação, chamada de Quijarro em homenagem a um dos idealizadores do projeto.

Apesar do crescimento advindo da ferrovia, com o fechamento da Bahia de Cáceres⁴⁴ em 1936, o desenvolvimento de Puerto Suárez estagnou. Isso se deu pela inviabilidade da navegação comercial pela Bahia, fato que consolidou Corumbá enquanto principal porto comercial da região (ÂNGULO, 2006). Soma-se a este processo de decadência econômica, a obstrução do canal de Tuyuyú, alimentador da lagoa de Cáceres, em 1940 (PPAS, 2011).

Foi na década de 1950, com a chegada da Ferrovia Oriente S.A, que a ocupação desta área efetivou-se, especialmente porque a estação de Puerto Suárez passou a ser a única saída boliviana para o mar. Com a conexão da Ferrovia Oriente com a ferrovia

⁴⁴ Bahia do rio Paraguai, por onde Puerto Suárez realizava o escoamento de produtos.

brasileira Noroeste, as cidades de Corumbá e Puerto Suárez tornaram-se o principal caminho entre Brasil e Bolívia.

Por outro lado Max (2008) explicita que, a construção da ferrovia atingiu diretamente os poucos produtores agrícolas e a população da região, já que intensificou a importação de produtos agrícolas tanto do Brasil quanto de Santa Cruz de la Sierra, provocando a decadência da agricultura local. Assim, “Entende-se que, com a crise desse segmento, aliada ao pouco dinamismo da região, favorece o recrutamento de ex-produtores e de indígenas para o trabalho diversificado do comércio ilegal de drogas – mais especificamente do tráfico internacional de cocaína [...]” (MAX, 2008, p.46).

Com as facilidades de acesso possibilitadas pela ferrovia, em 1950 o Brasil tornou-se o principal fornecedor de mercadorias para o oriente boliviano, que permitiu estabelecer em Corumbá um setor comercial especializado na exportação para a Bolívia. Além disso, foram reorganizados os principais entrepostos comerciais de produtos oriundos de São Paulo e comercializados no oeste do Brasil, no norte do Paraguai e no leste da Bolívia (MANETTA, 2009).

No contexto nacional é importante considerar que, a Bolívia inicia a década de 1950 com uma estrutura social e econômica herdada do período colonial. No âmbito econômico, o país concentrava suas atividades produtivas na extração e exportação de prata e de estanho. A agricultura é incipiente e não atende a demanda interna. A indústria, por sua vez, é praticamente inexistente, restringindo-se a determinadas atividades tipicamente artesanais. Em relação aos transportes e comunicações, Salinas (1979) evidência que estes encontram-se apenas nas áreas de exploração mineral, “[...] conformándose así un modelo de desarrollo orientado hacia los mercados internacionales y que dio lugar a un elevado grado de concentración de la población en una pequeña extensión del territorio” (SALINAS, 1979, p.4).

Sobre a mineração o autor afirma que, esta não conseguiu dinamizar a economia do país e especialmente de Puerto Suárez, devido ao elevado investimento, ao escasso número de pessoas ocupadas diretamente, a limitada demanda de insumos nacionais e aos insignificantes processos de transformação dos minerais extraídos antes de serem exportados.

Pertencente ao território de German Busch e nas proximidades de Puerto Suárez, Mutún é uma das jazidas de ferro e manganês mais importantes do mundo. Sua reserva ultrapassa os 40.000 milhões de toneladas de ferro, principalmente em forma de

hematina, magnetita, siderita e mineral de magnésio, representando 70% da reserva mundial. Encontra-se junto ao maciço de Urucúm no Brasil.

As jazidas de ferro e manganês foram descobertas em 1848 e entraram nos projetos de desenvolvimento nacional a partir de 1904. Em 1956 a COMIBOL - Corporação Minera da Bolívia, realizou estudos para a exploração e em 1981 o governo declarou o maciço de Mutún como prioridade nacional de desenvolvimento da indústria siderúrgica. “Sin embargo, la falta de tecnología moderna, en especial energía para la explotación, transporte y embarque de mineral, causaron el cese de actividades en esa región” (FORNILLO, 2009, p.25).

No período entre 1950 e 1976, a agricultura e a mineração – os setores mais importantes da economia boliviana, sofreram uma perda considerável no que diz respeito à participação no PIB do país. Nas décadas de 1950 e 1960 foram registradas taxas negativas de crescimento (-0,02% para a agricultura e -4,44% para o setor da mineração). Em meados da década de 1970 ambos os setores iniciam lentamente sua recuperação. “Tanto el sector agrícola como el minero (incluida la actividad petrolera) se expanden durante 1960-1976, haciéndolo este último mucho más rápidamente (2,68% y 5,42%, respectivamente), en parte debido al impulso que adquiere la explotación del petróleo y en parte debido también a mejoras en los precios del estaño” (SALINAS, 1979, p.8).

Discutimos a economia da Bolívia de uma forma geral e com base na escassa bibliografia encontrada para este recorte temporal. Sobre Puerto Suárez praticamente não existem estudos que abarquem o período da terceira dualidade brasileira, visto que no final da década de 1960 Puerto Suárez contava com menos de 2.000 habitantes e nenhuma atividade produtiva considerável (SILVA, 2012).

Puerto Quijarro, por sua vez, foi ocupada a partir da construção da ferrovia em meados da década de 1970, tornando-se município apenas em 1991. Neste sentido, Oliveira (1998) aponta que a formação e dinâmica desta fronteira começou a ser conformada a partir da segunda metade da década de 1970.

A relação entre Corumbá e Puerto Suárez durante este período foi intensificada no âmbito comercial. A construção da ferrovia entre as cidades proporcionou uma importância estratégica para Corumbá, no sentido de tornar-se o principal entreposto comercial com destino a Bolívia, especialmente porque Puerto Suárez ficou impossibilitada de realizar os processos de importação e exportação pela Bahia de Cáceres. Se por um lado a relação de Corumbá com o restante do Mato Grosso do Sul e

do Brasil sofreu impactos negativos, a relação com Puerto Suárez e com a Bolívia ganhou importância fundamental.

4.5. Foz do Iguaçu, Ciudad del Este e Puerto Iguazú: consolidação da área de fronteira

No primeiro governo de Getúlio Vargas foi anunciado um conjunto de medidas que objetivavam reforçar a brasilidade da população das fronteiras. Dentre as medidas constava a Marcha para o Oeste, e Foz do Iguaçu foi a primeira cidade a ser atingida pela mesma. O uso da língua portuguesa foi imposta em todas as repartições públicas e comerciais, bem como a moeda brasileira deveria reger as transações comerciais.

Além disso, em 1942, através do Decreto Lei nº 5.812, juntamente com os territórios federais do Amapá, Rio Branco, Guaporé e Ponta Porã, foi criado o Território Nacional do Iguaçu. O território apresentava limites nacionais com o Território de Ponta Porã e com os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Durante oito meses a capital do Território do Iguaçu foi Foz do Iguaçu e posteriormente transferida para a cidade de Laranjeiras. De acordo com Lopes (2002, p. 61), as questões que se pretendia solucionar com os Territórios era:

[...] grandes distâncias do centro do poder econômico do país; a grande dificuldade de comunicação; a baixa densidade demográfica; a desnacionalização da região refletida na ocupação por empresas e trabalhadores estrangeiros; abandono, por parte dos governos anteriores, entre outros.

Em 1943 o Território Federal do Iguaçu contava com 96.854 habitantes, dos quais 93,29 % residiam na área rural e 6,71% na área urbana (LOPES, 2002). Avanços foram realizados com a criação do Território, com destaque para aqueles ligados à área da educação, saúde, saneamento e comunicação. Entretanto, o Território ainda estava dando os primeiros passos quando foi extinto, em 1945.

O projeto Marcha para Oeste alcançou Foz do Iguaçu e todo o oeste do Paraná, sendo composto por um conjunto de ações governamentais, como a implantação de colônias agrícolas, abertura de novas estradas, obras de saneamento, construção de escolas e hospitais, etc. Essa política expansionista almejava a integração nacional, garantindo desta forma “[...] além da ocupação e efetiva posse, a exploração de imensas regiões fronteiriças praticamente devolutas, em prol da organização administrativa, do desenvolvimento socioeconômico e da ocupação de espaços até então considerados

vazios, do ponto de vista demográfico” (LOPES, 2002, p.68). A efetiva ocupação do território nas fronteiras abertas resolveria outro entrave: o aumento da produção de excedentes agrícolas para o abastecimento do mercado nacional em expansão.

Entre as realizações do projeto, consta a criação do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), em 1938, que no estado do Paraná tinha o objetivo de construir a estrada entre Ponta Grossa e Foz do Iguaçu, passando por Cascavel, atualmente a BR 277.

Para a efetivação da colonização e a inserção produtiva da região à economia, o estado se articulou com companhias colonizadoras particulares, definindo critérios para o empreendimento. Dentre eles estava a organização fundiária, estruturada a partir de pequenos estabelecimentos. A maior parte dos migrantes era proveniente dos estados sulinos⁴⁵ e estavam vinculados às atividades agrícolas, na condição de proprietários, com o objetivo de expandir suas áreas de terras.

No início do processo de colonização, estabelecido por empresas particulares na década de 1940, Foz do Iguaçu constituía-se no único município do oeste paranaense, mas existiam dez pequenos povoados. Os povoados neste período eram constituídos por poucas famílias, que em geral exploravam madeira e erva-mate e praticavam agricultura para subsistência. Além da agricultura, o sistema produtivo da região oeste do Paraná encontrava-se estruturado em outras duas frentes: a prática da pecuária bovina e a exploração mais elaborada da madeira, que utilizava mão de obra assalariada, tanto na extração quanto no comércio. Gregory (2002, p.13) explicita que:

A ocupação do oeste do Paraná e seu desenvolvimento a partir de 1940, estiveram atrelados a lógica nacional e internacional. A lógica nacional residia em ocupar áreas fronteiriças, expandir a fronteira agrícola brasileira, fornecer gêneros alimentícios para a população que estava se urbanizando devido à industrialização do país e madeiras para a construção civil. Do ponto de vista da lógica internacional, a exportação de madeira atendia parte da demanda necessária para a reconstrução da Europa, destruída da guerra.

⁴⁵ Zaar (2001, p.10) complementa ao afirmar que: “A migração era realizada em grupos, geralmente formados por familiares, amigos e vizinhos, também trabalhadores agrícolas, que adquiriam lotes numa mesma área. Este tipo de migração era estimulado pela empresa colonizadora, uma vez que as condições de infraestrutura eram bastante precárias. A ajuda entre as famílias que migravam era imprescindível para a derrubada da mata subtropical, para a construção das casas e dos galpões, e também para o preparo da terra e cultivo de produtos agrícolas de subsistência”.

Na década de 1950 a dinâmica dessa fronteira passou por alterações relacionadas com os brasiguaios⁴⁶, visto que grande parte dos brasileiros que se direcionaram ao Paraguai procedeu do próprio estado do Paraná. As primeiras entradas em massa de brasileiros em território paraguaio aconteceram em 1954 e em sua maioria eram compostas por grandes proprietários de terras.

Zaar (2001), em seu estudo sobre o processo de migração de brasileiros ao Paraguai, aponta que o Estado brasileiro entendia esse processo como uma forma de diminuir as tensões internas que existiam na área rural ou também com objetivos geopolíticos. Salienta ainda que, “[...] o apoio entre os dois governos autoritários nunca foi tão forte como neste período, e este grupo de migrantes representa um exemplo de identidade cultural que, ao superar os limites de um Estado, consegue manter seu idioma e tradições frente à sociedade que o acolhe⁴⁷” (ZAAR, 2001, p.12).

Durante a década de 1960 ocorreram importantes transformações na cidade de Foz do Iguaçu. Em 1965 foi inaugurada a Ponte Internacional da Amizade, facilitando o acesso entre Brasil e Paraguai e principalmente o acesso do Paraguai para o mar. Através dessa ponte iniciaram-se as exportações de mercadorias brasileiras para o país vizinho. A pavimentação e inauguração da BR-277, em 1969, soma-se a este processo. Destacam-se também a atividade turística e principalmente a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, que transformou a funcionalidade e a dinâmica existente nesta cidade.

A partir da ocupação da área de Foz do Iguaçu, as atividades de maior destaque foram, durante três décadas, a extração e comercialização da madeira e da erva-mate. Um dos objetivos principais da fundação da Colônia Militar foi o estabelecimento de áreas de produção de gêneros alimentícios, objetivo não alcançado pelo destaque e rendimento que a extração de recursos naturais proporcionava àquela população.

⁴⁶ Brasiguaios são brasileiros estabelecidos no Paraguai em áreas fronteiriças com o Brasil. A denominação tem origem na junção das palavras brasileiro e paraguaio.

⁴⁷ “Com a visita do Presidente Vargas a Assunção em 1941, começou um processo de aproximação entre o Brasil e o Paraguai que mudaria o padrão de relações até então reinante na região. Além de uma série de acordos sobre intercâmbios comerciais, técnicos e culturais, naquele mesmo ano foram concedidas facilidades portuárias ao governo paraguaio no porto de Santos. Em 1955, a Comissão Mista Paraguaio-Brasileira começou a construção da rodovia entre Coronel Oviedo (PY) até a margem do Rio Paraná à altura de Foz de Iguaçu. Em 1956, foram concedidas facilidades portuárias no porto de Paranaguá. Em 1965, foi inaugurada definitivamente – pois já tinha sido inaugurada alguns anos antes, ainda sem terminar – a Ponte da Amizade, unindo Puerto Presidente Stroessner e Foz do Iguaçu; ponte construída e financiada pelo governo brasileiro. Em 1969, se inaugurou a rodovia BR-277, que une Foz de Iguaçu a Curitiba, completando-se o corredor que ligava o centro de Paraguai com a costa brasileira” (RABOSSI, 2004, p.17).

Na década de 1930 verifica-se o cultivo de milho, feijão, mandioca, banana, cana de açúcar e café em pequena escala, além da criação de gado e suínos para a manutenção da população. Considerando que a efetiva ocupação do extremo oeste paranaense se deu através do Projeto Marcha para Oeste com a atuação das colonizadoras, foi a partir deste momento que as atividades agropecuárias daquela região iniciaram-se de modo mais efetivo.

Nesta perspectiva deve-se considerar que, no período da coleta de dados do censo agrícola de 1950, a área oeste estava dividida em Foz do Iguaçu e Guarapuava, ou seja, mesmo com a criação de novos povoados, naquele momento os mesmos ainda estavam na área de Foz do Iguaçu. No censo de 1960 o município de Foz do Iguaçu já não era o único, fato que possibilita melhor entendimento dos dados. Outro ponto fundamental é considerar que o território de Foz do Iguaçu passou por uma série de desmembramentos até o final da década de 1960. A tabela 23 apresenta a estrutura dimensional dos estabelecimentos rurais de Foz do Iguaçu.

TABELA 23 - Estrutura dimensional dos estabelecimentos rurais de Foz do Iguaçu: 1950/ 1975

Grupos de área	1950		1960		1970		1975	
	Estab.	Área (ha)	Estab.	Área (ha)	Estab.	Área (ha)	Estab.	Área (ha)
Até 49 ha	191	5.219	1.120	21.116	1.371	23.337	1.540	10.566
50 a 100 ha	105	8.043	231	14.287	105	7.427	201	11.362
101 a 500 ha	84	15.472	139	21.756	69	12.872	50	9.047
mais de 501 ha	07	5.321	09	29.130	06	15.060	05	11.233
Total	387	34.055	1.507	86.289	1.551	58.696	1.796	42.208

Fonte: Censo Agrícola, IBGE, 1950, 1960, 1970 e 1975.

Em 1950 os estabelecimentos com até 49 ha eram numericamente predominantes, representando 49,35% do total e a área representava apenas 15,32%. Aqueles entre 50 e 100 ha representavam 27,13% do total dos estabelecimentos e 23,61% do total das terras. Ambos os estratos, no entanto, somavam 76,48% dos estabelecimentos e 38,94% da área total. São os estabelecimentos entre 101 e 500 ha que representavam 45,43% do total das terras e 21,7% dos estabelecimentos. Os grandes estabelecimentos, acima de 501 ha, representavam 15,62% da área e 1,80% do total numérico.

Em 1960 a primeira observação diz respeito ao aumento do número de estabelecimentos e da área ocupada em razão da continuidade de loteamentos rurais. Verifica-se que a área total aumentou de 34.055 para 86.289 ha em relação a 1950, face à ocupação de terras, antes recobertas por florestas. No entanto, em 1960 a estrutura

dimensional das propriedades continuava com características similares à década anterior, pois o número de estabelecimentos com área inferior a 49 ha representava 74,60% do total, perfazendo uma área de 24,47% do total de terras.

Em 1970 a área ocupada foi reduzida, sendo representada por 58.696 ha. Neste período ocorreu desmembramentos de alguns povoados e distritos que estavam localizados no município de Foz do Iguaçu. Deste modo, em 1970 os estabelecimentos com até 49 ha representavam 88,39% do total, com 39,75% da área total. Os estabelecimentos com área entre 50 e 100 ha representavam 6,76% e 12,65% do total de terras, juntos perfaziam 52,4% do total de terras. Já os estabelecimentos entre 101 e 500 ha totalizavam 4,44% e 21,92% da área, enquanto aqueles acima de 501 ha representavam 0,3% dos estabelecimentos e de 25,65% da área total.

Em 1975 o município teve redução da área de seus estabelecimentos rurais, já que perdeu 16.488 hectares. Os estabelecimentos de até 49 ha, embora tenham aumentado numericamente (1.540), teve redução de área ocupada. A área dos estabelecimentos dos estratos acima de 50 ha foi reduzida. Através desses dados afirma-se a pequena propriedade enquanto formação socioespacial de Foz do Iguaçu.

Na tabela 24, com o uso da terra em Foz do Iguaçu, nota-se que a maior parte das terras estava ocupada por matas em 1950, compreendendo 56,33% do total; permitindo que se entenda ainda a expressividade da extração da madeira e até certo ponto, da erva-mate.

TABELA 24 - Uso da Terra em Foz do Iguaçu: 1950/1975

Atividade	1950	1960	1970	1975
	Área (ha)	Área (ha)	Área (ha)	Área (ha)
Lavoura temporária	4.052	9.376	13.135	25.615
Lavoura permanente	158	5.199	740	406
Pastagem	4.148	8.518	15.284	11.023
Matas naturais	57.909	23.538	18.912	16.884
Terras incultas	6.301	2.425	2.092	1.993
Total	72.568	49.056	50.163	55.921

Fonte: Censo Agrícola, IBGE, 1950, 1960, 1970 e 1975.

A área ocupada por atividades agropecuárias (8.358 ha) representava 11,51% do total em 1950. Em 1960 observa-se a redução da área total comparativa a 1950, em razão da continuidade dos desmembramentos municipais. Outro elemento importante é a redução, em relação a 1950, da área ocupada por matas e terras incultas. Na contrapartida, a área ocupada pela lavoura temporária e permanente foi ampliada de modo significativo. Se excetuarmos do total das terras de uso agropecuário aqueles ocupados pelas matas, as

lavouras temporárias representavam 36,74%, as lavouras permanentes 20,37% e as pastagens 33,38%.

Em 1970 a área total permaneceu estável, mas continuou a redução de áreas ocupadas por matas, enquanto a área de lavoura permanente foi fortemente reduzida; as áreas de lavoura temporária e de pastagens foram as de maior incremento, representando, exceto a área de matas – 42% e 48,90%, respectivamente. Em 1975 apenas a área das lavouras temporárias apresentou crescimento.

Sobre os produtos agrícolas cultivados em Foz do Iguaçu, os dados da tabela 25 mostram que os produtos com mais importância foram o milho e o feijão, com 13.108 toneladas e 1.296 toneladas colhidas em 1970, respectivamente.

TABELA 25 - Principais produtos agrícolas cultivados em Foz do Iguaçu: 1950/1975

Principais Culturas	1950		1960		1970		1975	
	Quant (t)	Área (ha)	Quant (t)	Área (ha)	Quant. (t)	Área (ha)	Quant. (t)	Área (ha)
Arroz	275	239	1680	999	805	743	2.033	1.322
Cana-de- açúcar	1.549	51	82	--	431	23	10	0
Feijão	247	283	2.039	2200	1.296	1.961	855	1.377
Milho	4.453	2.570	10.155	5.099	13.108	6.844	9.057	5.257
Trigo	58	111	282	261	230	280	3.016	4.633

Fonte: Censo Agrícola, IBGE, 1950, 1960, 1970 e 1975 .

A pecuária, entre 1950 e 1975, embora tenha apresentado aumento no efetivo, conforme tabela 26, não é uma atividade de destaque no município. A pouca infraestrutura para transporte de mercadorias implicava aumento nos custos, na compra de insumos e na distribuição e comercialização dos produtos agropecuários, soma-se a isso a ausência de demanda regional, visto que as cidades e vilas eram poucas, distantes uma das outras e com população reduzida.

TABELA 26 - Atividade pecuária de Foz do Iguaçu: 1950/1975

Atividades Pecuárias	1950		1960		1970		1975	
	Estab.	Cabeças	Estab.	Cabeças	Estab.	Cabeças	Estab.	Cabeças
Bovinos	295	4.960	1.085	14.207	1.951	21.802	1.028	21.957
Equinos/muare	224	845	795	1.507	556	1.025	368	618
Ovinos	34	571	44	384	27	383	15	206
Suínos	348	14.122	1.353	29.653	1.216	22.644	1.247	21.530
Aves	369	25.427	1.965	108.058	1.489	117.905	1.592	106.829

Fonte: Censo Agrícola, IBGE, 1950, 1960 , 1970 e 1975.

A partir de 1950, quando a ocupação já estava avançada, a agropecuária era realizada predominantemente por pequenos estabelecimentos, que vendiam sua produção excedente no centro urbano do município. Esta situação foi sendo alterada com o passar dos anos, tendo em vista que, atrelado ao processo de desmembramentos municipais, a

área destinada às atividades agropecuárias cresceu, mas não na mesma proporção das demais áreas do estado. Desta forma, as atividades agropecuárias permaneceram com as mesmas características das décadas anteriores (CONTE, 2012).

As atividades urbanas só atingiram maior complexidade a partir do final da década de 1950. A tabela 27 apresenta a evolução da população entre 1950 e 1970, onde Foz do Iguaçu contava com uma população total de 16.420 habitantes, dos quais 20,70% era população urbana (IBGE, 1950). Em 1960 a população total era de 28.080 habitantes e a urbana representava apenas 13,63%.

TABELA 27 - População de Foz do Iguaçu: 1950/1970

Ano	Pop. total	Pop. urbana	Pop. rural
1950	16.420	3.400	13.020
1960	28.080	3.830	24.250
1970	33.970	20.150	13.820

Fonte: Censo Demográfico, IBGE 1950 e 1960 e 1970.

Verifica-se que ocorreu crescimento populacional entre 1950 e 1960 (71%), revelando a dinâmica da ocupação das terras através dos loteamentos rurais. Em 1970 verificam-se alterações: a população total continuou crescendo, mas entre 1960 e 1970 foi da ordem de 20,95%. A população urbana passou a ser de 59,31% do total, com inversão da distribuição da mesma.

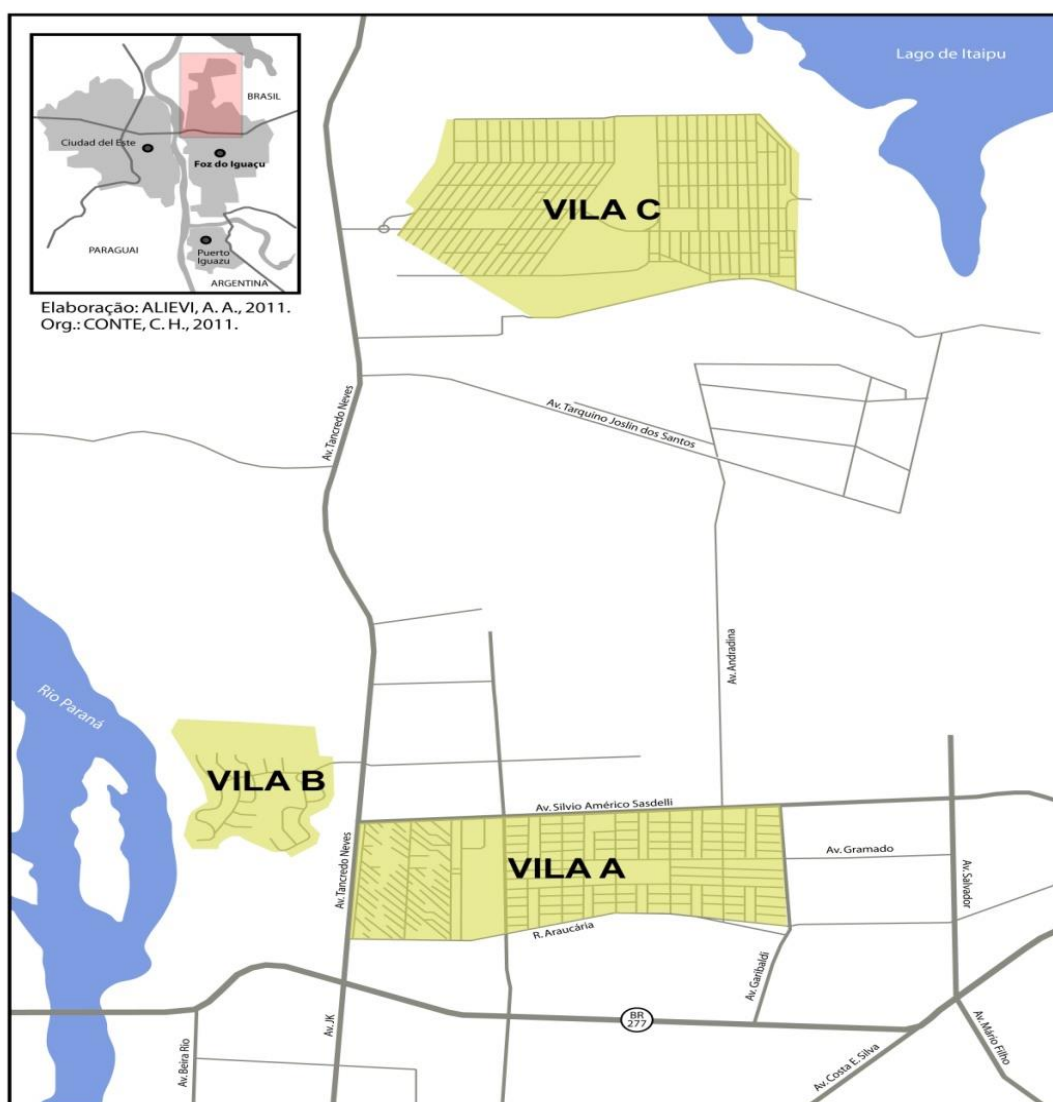
Até 1960 a cidade de Foz do Iguaçu correspondia a um pequeno núcleo urbano, cuja dinâmica de atividades estava articulada ao atendimento das demandas rurais, seja da população ou da produção. Com o início da construção da usina hidrelétrica de Itaipu na década de 1970, muitas transformações ocorreram nas cidades desta aglomeração de fronteira, a começar pelo grande número de pessoas que deslocaram-se para Foz do Iguaçu e Ciudad del Este em busca de oportunidades de trabalho e melhores condições de vida. Sotuyo (1998) aponta que, do total das pessoas que vieram, 25% a 30% permaneceram na cidade sem conseguir emprego. A grande migração, muito além da esperada, não permitiu uma preparação adequada na oferta de equipamentos sociais e de infraestrutura básica capazes de atender a todo este contingente, ocorrendo uma transformação do espaço urbano de Foz do Iguaçu.

Em 1970 a cidade possuía uma densidade demográfica de 38,69 habitantes por km², sendo que grande parte da população já se encontrava na área urbana, ou seja, 20.150 de 33.970 habitantes (FOZ DO IGUAÇU, 1992). Na contrapartida, no ano de 1980, cinco anos após o início da construção de Itaipu, a população passou a ser de 136.320 pessoas,

sendo que destes, 101.330 viviam na área urbana, cuja densidade demográfica saltou para 216,38 hab./km².

Com previsão de duas décadas para a construção de Itaipu, foram construídas vilas residenciais destinadas à moradia de seus funcionários, além de toda a infraestrutura necessária, como educação, saúde, etc. Até 1978 foram construídos três conjuntos residenciais (mapa 7), totalizando 5.215 casas, sendo os mesmos divididos e posteriormente distribuídos de acordo com as funções laborais exercidas na obra, mostrando também uma segregação social, que marcou tanto a convivência quanto os relacionamentos interpessoais, explicitando as diferenças sociais (CONTE, 2012).

MAPA 7 - Localização das Vilas A, B e C de Itaipu em Foz do Iguaçu



As vilas foram construídas ao norte da malha urbana de Foz do Iguaçu, entre o canteiro de obras e o centro da cidade, contando com um hospital, dois clubes sociais e desportivos, uma escola para atender 10.500 alunos, desde a pré-escola até o segundo grau, com vigilância 24 horas por dia (ITAIPU, 1980).

As relações humanas que se estabeleceram desde o início da construção de Itaipu giraram em torno de um grande distanciamento entre os empregados da usina e os moradores da cidade. Estas relações apoiaram-se sempre no poder político, nas influências de classes e no 'status'. Os recém chegados não se identificaram com os moradores de Foz do Iguaçu e a cidade também não os tratou com se fizessem parte dela. A idéia de que a expansão ocorreria somente até o auge da obra, acontecendo um enorme fluxo populacional, como o que geralmente aconteceu nas grandes obras de engenharia do Brasil, ajudou a manter estes dois segmentos da população afastados. [...] Itaipu criou as vilas com o propósito de alojar a mão de obra contratada, cuja infraestrutura, organização e funcionalidade transpareceram para a população local como forma de poder e distanciamento (SOTUYO, 1998, p.18).

Além disso, de acordo com o IparDES (1977, p.227), no período do início da construção da usina, em apenas três anos a administração pública forneceu 553 alvarás para construção de moradias, sendo que entre os anos de 1969 e 1973 este número não passou de 332. Esse também foi o momento da expansão do número de estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços para atender as demandas do aumento populacional que ocorria em toda a área de fronteira. Entre 1974 e 1976 a Prefeitura de Foz do Iguaçu liberou 124 alvarás para construções destinadas ao comércio e serviços, contra 97 liberados nos cinco anos anteriores (IPARDES, 1977, p.225). A próxima tabela apresenta os dados referentes a indústria, comércio e serviço de Foz do Iguaçu entre 1950 e 1975.

Entre 1950 e 1975 as atividades comerciais varejistas e atacadistas apresentaram crescimento em número de estabelecimentos e trabalhadores. O mesmo se verifica com as atividades prestadoras de serviços. Foi exatamente na década de 1960, o primeiro momento de expansão vinculada a dinâmica econômica local e regional de atendimento a demanda de famílias e produção. Entre 1970 e 1975 continuava a aumentar, agora com o início das atividades ligadas a construção de Itaipu.

TABELA 28 - Estabelecimentos comerciais, industriais e de serviços em Foz do Iguaçu: 1950/1975

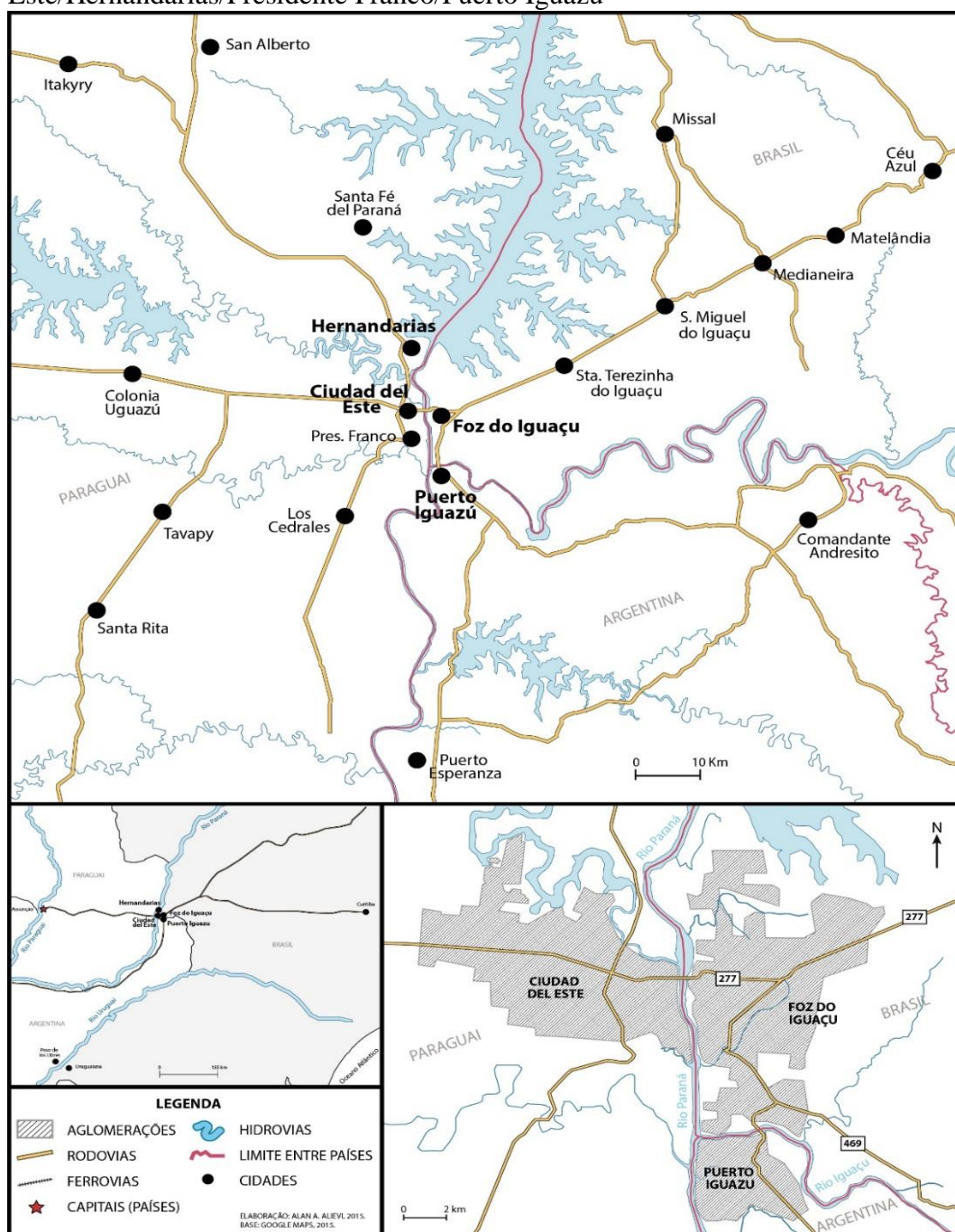
	1950		1960		1970		1975	
	Estab	Trab	Estab	Trab	Estab	Trab	Estab	Trab
Comércio	68	272	129	454	281	948	334	1.685
Varejista	64	140	120	386	246	644	283	1.373
Atacadista	04	132	09	68	35	304	51	312
Serviços	31	82	76	233	175	792	223	939
Alojamento e Alimentação	28	70	70	213	150	678	189	803
Reparação e confecção			01	03	05	14	07	16
Serviços pessoais			04	12	06	37	08	49
Serviços comerciais					06	14	09	26
Diversões, radiodifusão, e televisão e promoção de espetáculos artísticos					07	32	09	45
Higiene Pessoal	03	12	01	05	01	04	01	06
Indústria	26	367	10	45	60	315	85	952
Minerais não metálicos	---	---	---	---	14	94	17	251
Extração de minerais	05	75	---	---	01		01	
Madeira	20	285	04	27	23	89	22	452
Material elétrico e de comunicações	---	---	---	---	02		02	
Metalúrgica e mecânica	---	---	02	10	05	24	06	49
Mobiliário	---	---	01	03	06	50	04	26
Produtos alimentares	02	07	03	05	06	50	24	104
Editora e gráfica	---	---	---	---	03	08	03	21
Borracha	---	---	---	---	---	---	01	
Vestuário	---	---	---	---	---	---	02	

Fonte: Censo Econômico IBGE 1950, Censos Comercial e de Serviços, IBGE, 1960 e Censo Comercial, IBGE, 1970 e 1975.

Em relação à atividade industrial, verifica-se que em 1950 Foz do Iguaçu contava com 27 estabelecimentos industriais, dos quais a maioria era do ramo madeireiro, ocupando 285 trabalhadores. Em 1960 nota-se redução dos estabelecimentos, enquanto que em 1970 e 1975 ocorre relativo crescimento. Embora tenha ocorrido incremento industrial em Foz do Iguaçu entre as décadas de 1950 e 1970, os dados apontam para a ausência de um amplo e diversificado setor industrial em comparação com outros municípios do estado.

O serviço de transportes, de fundamental importância para o fluxo de pessoas e mercadorias, acontecia por meio das rodovias, dos rios navegáveis e também através do serviço regular de aviação comercial até o final da década de 1960. Em relação ao transporte rodoviário, a BR-277, concluída em 1969, constituía o principal acesso entre Foz do Iguaçu e Curitiba, como apresenta o mapa 8.

MAPA 8 - Rodovias na Aglomeração Urbana de Foz do Iguaçu/Ciudad del Este/Hernandarias/Presidente Franco/Puerto Iguazú



O turismo teve início junto ao processo de ocupação do município, mas de forma bastante tímida no início e desenvolvendo-se com o passar dos anos. Em 1960 a cidade contava com 50 hotéis e 20 restaurantes, denotando relativo desenvolvimento das infraestruturas destinadas ao turismo (SINOPSE, 1972).

Foi durante a terceira dualidade que Foz do Iguaçu foi estruturada. Diferente de Uruguaiana e Corumbá, esta área passou muito tempo com restrita ocupação e desenvolvimento tardio.

Em Foz do Iguaçu também não ocorreu o desenvolvimento em relação a pecuária e a agricultura, sendo apenas uma consequência dos processos de colonização, efetivados a partir da década de 1940. Após todos os processos de desmembramentos e perdas territoriais, verificou-se o direcionamento para o setor terciário. A construção da usina hidrelétrica de Itaipu e os investimentos na área de turismo acentuaram essa capacidade, como veremos adiante.

No que diz respeito ao processo de povoamento do departamento de Alto Paraná, onde está inserida Ciudad del Este, deve-se considerar que ainda no período anterior a independência, Carlos López tentou efetivar a colonização desta área, porém não obteve êxito. Esta parte do território paraguaio, devido a suas grandes extensões de mata, tornou-se refúgio para os grupos indígenas guaranis que haviam se dispersado das reduções jesuíticas. Com o término da Guerra do Paraguai, a maior parte das terras foi vendida para empresas, que deram início a exploração extensiva das matas e ervais, sem, no entanto, fundar centros de povoamento.

Até meados do século XX esse território era ocupado pelos grandes latifúndios madeireiros e ervateiros apenas com centros administrativos dessas empresas, como Itakyry e Takurupucú, pequeno porto sobre Acaray nas proximidades da atual cidade de Hernandarias (KRETSCHMER, 2011).

Soler (2007) salienta que, o processo de ocupação desta área não foi alterado até meados da década de 1950, já que a população estava concentrada em Assunção, nas cidades portuárias como Concepción e nas proximidades da ferrovia *Railway Central Paraguay*.

Hasta los próximos 50 años del siglo XX, el sistema productivo de la gran propiedad quedó conformado por empresas de enclave extractivo – yerba mate, madera y tanino - y el latifundio ganadero, mientras las comunidades campesinas siguieron ocupando tierras sin título de propiedad, al amparo del Estado, sustentándose en la producción de subsistencia, en el abastecimiento del mercado interno y en el aporte de mano de obra (SOLER, 2007, p.8).

Quando da fundação do Departamento de Alto Paraná, em 1945, não existiam ações governamentais voltadas para o desenvolvimento dessa área de fronteira, visto que, até metade do século XX a divisão política administrativa interna limitava-se ao entorno da capital e sua área de influência. Desta forma, a maior parte do território nacional encontrava-se sem povoamento, exceto os aldeamentos indígenas. Até 1945 o atual território do departamento de Alto Paraná era dividido entre San Pedro e Itaipu, sendo

que o próprio Departamento foi criado neste mesmo ano. Foi especialmente a partir do programa Marcha el Este, na década de 1960, que a efetiva colonização se deu nesta área.

Para compreender a atual dinâmica comercial de Ciudad del Este é importante atentar para o fato de que, a partir do plano de estabilização, acordado com o Fundo Monetário Internacional em 1956, o governo do Paraguai eliminou as tarifas externas de exportação, diminuiu os impostos para as importações e em nenhum momento implementou uma política de desenvolvimento industrial baseada em um modelo de substituição de importações. Brasil e Argentina, ao contrário, implementaram a substituição de importações e estabeleceram altos impostos, ou em alguns casos, proibiram a importação de produtos cujas indústrias pretendia-se incentivar.

Os elementos da política econômica paraguaia, desde a chegada de Stroessner ao poder, assumiram um caráter específico no caso de Puerto Presidente Stroessner, atual Ciudad del Este, que foi fundada no local onde se encontrariam as rotas que estavam em processo de construção e que ligariam o centro do Paraguai e a costa brasileira.

Em 1955 uma comissão mista entre Paraguai e Brasil deu início à construção da rodovia entre Coronel Oviedo (PY) e as margens do rio Paraná, próximo a Foz do Iguçu, e em 1956 foi firmado o convênio para a construção da Ponte da Amizade. Deste modo, a fundação de Ciudad del Este foi realizada com a intenção de receber a rodovia e a ponte.

Deve-se frisar que, Ciudad del Este teve sua fundação no ano de 1957 com o nome de Puerto Presidente Stroessner, nome do então presidente do país. Rabossi (2004) considera que sua fundação não tratava-se de um evento isolado, mas parte de um processo mais amplo, como mencionando anteriormente. Neste sentido, Sanches (1958, p.47-48), embaixador paraguaio no Brasil, explicita:

As relações entre o Brasil e o Paraguai são ótimas. A partir dos dois últimos anos, delinearão-se os problemas de grande transcendência que caminham a passo acelerado e começam a ser uma bela realidade. Estrada de rodagem de Asunción ao mar, seguindo por Coronel Oviedo e Foz do Iguaçu até chegar a Paranaguá. Ponte Internacional sobre o rio Paraná para facilitar o transporte pela referida estrada. Pôrto franco para o Paraguai em Paranaguá e para Brasil em Concepción. Utilização para os dois países da energia hidráulica dos rios Acaray e Monday. Tratado Geral do Comércio e Inversões. Estrada de Concepción a Ponta Porá. Colégio experimental de Itapytupunã. E um tratado de intercâmbio cultural para a visita recíproca de professores, escritores, cientistas e artistas e para a concessão de bolsas de estudo. Partindo de Coronel Oviedo, as máquinas já estão rompendo a floresta virgem em sua marcha para o Este. Com essa estrada ficará expedida a antiga rota de Alvar Núñez. O Paraguai abrirá uma janela sobre o mar e, depois de quatro séculos, respirará com dois pulmões. Essa estrada, que estabelecerá entre os dois povos uma confortadora corrente de intercâmbio econômico, turístico e cultural, consolidará vigorosamente a tradicional e leal amizade existente entre o Brasil e o Paraguai.

No início da década de 1960, considerando as possibilidades advindas da construção da Ponte da Amizade, alguns comerciantes direcionaram-se para Foz do Iguaçu com a intenção de investir no mercado paraguaio (RABOSSI, 2004). Eram imigrantes libaneses, alguns recém chegados ao Brasil, outros já estabelecidos no interior do Paraná e em São Paulo. Contavam com a facilidade de estabelecimento pelo apoio de conhecidos no local, fato que transformou esta fronteira em polo de atração de imigrantes libaneses e demais países do Oriente Médio, depois que os conflitos naquela área intensificaram-se.

Assim, após a fundação de Ciudad del Este, principalmente depois da inauguração da Ponte Internacional da Amizade, duas atividades destacaram-se e passaram a atrair brasileiros e argentinos: o comércio de artigos importados e o cassino (proibido no Brasil). Rabossi (2004) salienta que, até a década de 1980 o perfil daqueles que faziam compras em Ciudad del Este era de compristas de consumo, ou seja, sem fins de revenda.

Ciudad del Este logo se transformou em um local de importações e exportações do Paraguai. Neste sentido, cada cidade desta fronteira foi consolidando-se pelo grande fluxo de produtos. Foz do Iguaçu especializou-se nas exportações de mercadorias brasileiras para o Paraguai, sendo que nas proximidades da ponte da Amizade foram abertas várias casas importadoras⁴⁸, enquanto que em Ciudad del Este foram criadas as primeiras lojas de produtos importados de diversas partes do mundo e o fluxo de

⁴⁸ Especialmente a partir da década de 1980.

mercadorias importadas configurou-se no cerne das políticas econômicas nacionais do Paraguai.

A primeira concessão de uma zona franca em Ciudad del Este data de 1960 e se deu através de um convênio estabelecido entre a Comissão de Administração da cidade e a *Foreign Markets Trading Corporation*. Aos poucos foi sendo definido um sistema baseado em concessões de importadoras, favorecendo aquelas que direcionavam as vendas para turistas. Nesta discussão deve-se atentar que, após a Guerra do Chaco a economia paraguaia vivenciou um grande período de estagnação:

Entre 1939 y 1969 la economía paraguaya fue una de las dos o três economías de América Latina con menor dinamismo: el producto per cápita se estancó casi completamente y solo creció un 3% en esse lapso. Esta circunstancia se dio en un contexto económico mundial que registró las mayores tasas de expansión y crecimiento tanto em los países industrializados como en la mayor parte de los países latinoamericanos. Paraguay permaneció ausente de este fenómeno general (VILLALOBOS, 1992, p.13).

No entanto Figueredo e Filippi (2005) afirmam que, após este grande período de estagnação econômica, na década de 1970 registrou-se crescimento sem precedentes, igualando-se com o crescimento econômico das nações vizinhas, todas estimuladas por políticas nacionalistas.

Além disso, Stroessner buscou maior independência diante da histórica influência argentina, sobretudo, na economia. Deste modo, sua guinada para o leste do país transformou-se numa forma de assegurar uma via alternativa de comércio exterior através dos portos brasileiros e com o seu importante mercado, situação que efetivou-se com a inauguração da Ponte da Amizade em 1965. Contudo, segundo Silva (2005), foi com o asfaltamento da rodovia Assunção – Ciudad del Este e com a construção de Itaipu e da conseqüente infraestrutura criada, que as relações internacionais do país foram ampliadas.

No que diz respeito à concessão e utilização de terras, em 1963 foram incorporadas extensas áreas florestais ao programa de colonização *Marcha hacia el Este*, baseado no programa Marcha para Oeste, do governo brasileiro. As autoridades paraguaias acreditavam que a incorporação de agricultores brasileiros aumentaria as áreas de lavouras. Por outro lado, as carências de recursos e infraestrutura eram grandes, fato que impossibilitava atender as demandas internas.

A solução seria o aproveitamento das grandes áreas de terras férteis e de baixíssima densidade demográfica existentes na região oriental e a possibilidade de sua ocupação. Essas áreas se converteriam num modo efetivo de minimizar as pressões fundiárias e sociais na região central do país e também num meio de modernização da agricultura, através da introdução de modernas tecnologias pelos agricultores e colonos brasileiros, vindos sobretudo dos estados do Sul e do Sudeste. (SILVA, 2005, p.169-170).

Em duas décadas ocorreu um considerável incremento populacional nos Departamentos de Alto Paraná, Caaguazú e Canandeyú, quando a população passou de 333.000 em 1962 (18% do total nacional) para 890.000 em 1982 (29,45%) (SILVA, 2005, p.173). Esses dados são importantes no sentido de que, no início da década de 1960, 61% da população do Paraguai vivia em apenas 7% do território nacional, concentrando-se num entorno de 140 Km da capital. Silva (2005) afirma ainda que, neste mesmo período, 50% das pequenas propriedades ocupavam apenas 2,6% de terras, com pouca produtividade. Assim, os agricultores paraguaios que deixaram a região central, sem dispor de condições para adquirir seus lotes, mesmo que amparados pelo IBR, não tinham condições efetivas para estabelecer-se e explorar as terras disponíveis.

[...] poucas opções realmente restavam para os camponeses paraguaios que se estabeleceram na região. Muitos acabaram expulsos de suas posses, engrossando o grande contingente de mão-de-obra barata utilizada na abertura das fazendas e na exploração da madeira. Àqueles que se mantiveram em seus minifúndios, restou-lhes uma agricultura tradicional de insuficiente produtividade e baixos preços de mercado, o que lhes impunha, por vezes, a venda daquela parcela e a busca de novas fronteiras (SILVA, 2005, p.174).

Deve-se frisar que, a análise acerca dos dados referentes à produção agropecuária, industrial e comercial de Ciudad del Este não foi realizada neste recorte temporal pelo fato de ser uma cidade fundada no final da década de 1950 e não possuir dados.

Pertencem a esta aglomeração urbana de fronteira outros dois municípios paraguaios: Hernandarias e Presidente Franco. Hernandarias foi desmembrada e instituída como município em 1980; no entanto, até o início da construção de Itaipu contava com uma população de menos de 3 mil habitantes (SOUZA, 2002). Distante 14 quilômetros de Ciudad del Este, Hernandarias esteve, desde sua criação, economicamente ligada a Ciudad del Este, principalmente com o início das obras de Itaipu e com a chegada dos trabalhadores.

Presidente Franco era um antigo porto, por onde parte da madeira e erva-mate era enviada para a Argentina durante o final do século XIX e início do século XX. Sua criação enquanto município ocorreu em 1979 e também está relacionada com o início das obras

de Itaipu. Ambos mantem fortes relações com Ciudad del Este, especialmente em relação a trabalho, estudo, comércio e serviços, consituindo-se em cidades dormitório.

A respeito da cidade argentina de Puerto Iguazú deve-se frisar que, o desenvolvimento desta ocorreu de forma lenta, pois a parte os limitados serviços turísticos, o município pouco produzia e a única indústria existente foi criada em 1950 e estava relacionada com a extração e beneficiamento de madeira. De acordo com Villalba (2010, p.20), em 1947 Puerto Iguazú contava com 478 habitantes.

Mananal e Arzeno (2005), em seu estudo sobre a área rural de Misiones, explicitam que, o Nordeste da província, onde encontra-se Puerto Iguazú, não participou da proposta de uma colonização ordenada, como ocorreu em outras partes da província. Os autores afirmam ainda que, até pouco tempo sua economia girava apenas em torno das madeiras existentes nas suas matas.

La expansión de la agricultura es relativamente reciente (en comparación con otras zonas) y tanto la forestación (encarada por grandes empresas) como el tabaco (a cargo de pequeños productores familiares) han venido avanzando desde la década de 1980 pero se expandieron en las siguientes. El Estado no ha tenido presencia en cuanto a la creación de infraestructura básica y ampliación de los servicios públicos, en comparación con otras áreas de la provincia (MANANAL; ARZENO, 2005, p.7).

No final da década de 1940 teve fim a colonização organizada em terras públicas e privadas na província de Misiones, a partir da qual a fronteira agrícola deslocou-se através de ocupações espontâneas, atingindo as proximidades de Puerto Iguazú. “En general, la ocupación espontánea ha sido encarada por pequeños productores sin capital que aprovechan la facilidad de acceso a tierras fiscales y privadas para, generalmente, integrarse al complejo tabacalero” (MANANAL; ARZENO, 2005, p.9) .

É a partir desse processo que surge em Misiones a categoria de ‘ocupante’, referindo-se a um tipo de pequeno produtor familiar “con el componente de clandestinidad, asociado a condiciones de precariedad de la tenencia de la tierra, al cultivo de anuales y, en general, a situaciones de transitoriedad y pobreza” (SCHIAVONI,1993, p.36). Com base nos dados do departamento de Iguazú e nas análises de Mananal e Arzeno (2005), constata-se que Puerto Iguazú manteve-se excluída do eixo de desenvolvimento agropecuário de Misiones.

No contexto desta fronteira, Puerto Iguazú foi o município que mais demorou a alcançar outro patamar de desenvolvimento econômico. Em relação ao processo de urbanização, os lotes urbanos começaram a ser vendidos apenas em 1948. Foi um

processo bastante lento, pois as pessoas não encontravam atrativos para viver neste local. Foi a partir da década de 1970, com a construção da Usina de Itaipu, que a cidade de Puerto Iguazú teve crescimento de sua população, alcançando 3.001 habitantes (MANANAL; AREZENO, 2005). Cáceres (2010) aponta que, foi a partir de 1978, com o reordenamento interno apresentado no Plano de Desenvolvimento Turístico de Puerto Iguazú, que de fato o município passou a buscar seu desenvolvimento econômico.

O período em tela, nessa fronteira, foi marcado pelo crescimento e desenvolvimento das atividades urbanas de Foz do Iguaçu, pelo início da organização de Ciudad del Este, pelo lento crescimento de Puerto Iguazú, pela criação de dois municípios: Hernandaria e Presidente Franco, o que instensificou a urbanização nessa fronteira e a formação da aglomeração urbana. Na realidade nota-se que Foz do Iguaçu foi essencial para o início das atividades em Ciudad del Este a partir da década de 1960, contudo não influenciou a cidade argentina.

Assim, ao longo do período as relações entre os núcleos urbanos desta aglomeração de fronteira apresentaram relativa pequena integração, tendo em vista que, até a década de 1950 estavam envolvidas no processo de ocupação de terras no Paraguai, Argentina e Brasil. As relações econômicas ocorreram, inicialmente, a partir da comercialização da madeira e erva-mate e mantiveram pouca dinâmica até o início da construção da Usina de Itaipu, na década de 1970. Tendo em vista que foi a partir da década de 1980 que Itaipu dinamiza esta aglomeração urbana, não foi possível notar os efeitos da dualidade nesta área.

Questão importante para o prosseguimento do trabalho, está relacionada com o fato de não mais manter as dualidades enquanto periodização. Em outros termos, o capítulo a seguir terá como recorte temporal o período entre 1980 e 2015.

Isso se deu pelo fato de tratar-se de uma discussão ainda presente. De um lado se tem um grupo de estudiosos entendendo a permanência da terceira dualidade, e de outro, grupo entendendo o início da quarta dualidade. Falar nesse momento, que a quarta dualidade já começou é temerário, mediante as intensas mudanças e incertezas que a economia e a política brasileira vem passando, especialmente a partir de 2015.

Para melhor compreender essa questão deve-se considerar que, a década de 1970 condizia com a fase descendente do quarto ciclo de Kondratieff e é a partir daí que Rangel (1981) retoma a discussão já iniciada em 1962, quando a quarta dualidade passou a ser pensada em termos de história corrente. O motivo da crise de então era o esgotamento das virtudes criadas pela terceira dualidade e a combinação de dois movimentos cíclicos:

o juglariano, resultado do processo industrial de substituição de importações e o Kondratieff, criado pelo movimento das economias centrais.

Rangel (1981) explicita que, a crise do comércio exterior manifestava-se neste momento por um grande endividamento externo. Para alterar esta situação seria necessário um intenso esforço de substituição de importações, orientado para o Departamento I da economia, onde encontram-se os bens de capital. Em sua análise, o autor mostrava a ausência de um aparelho de intermediação financeiro que possibilitasse a formação de capital. Sem um adequado aparelho de intermediação financeiro e sem uma atualização de enquadramento jurídico das unidades produtivas investidoras, não seria possível garantir a ampla utilização para o potencial produtivo já existente no Departamento I.

Em outras palavras, o país continuaria a importar diversos produtos, os quais já possuía condições de produzir. Rangel (1981) dá sequência a esta discussão mostrando que, era inevitável uma mudança no sentido das possibilidades de queda do preço da terra. Para o autor (1981, p.34), com a queda do preço da terra, boa parte do desemprego urbano seria reabsorvido:

[...] como as diferenças das duas partes de que se compõe o latifúndio, vale dizer, a classe hegemônica da terceira dualidade, se tornaram evidentes. Uma dissidência do velho latifúndio feudal - proprietários capitalistas por motivos especulativos, de vastas glebas ociosas - procurará desfazer-se de suas terras excedentes, precipitando com isso a queda do preço do fator, o qual, tornando-se acessível a pequenos adquirentes, destruirá o monopólio latifundiário da terra, sem o qual, nenhum feudalismo será possível.

Nesta perspectiva, a terceira dualidade teria chegado ao fim, sendo a quarta dualidade composta da seguinte maneira: o polo interno seria formado pelos semi salarizados (boias frias, etc) no lado interno e pelos semicapitalistas rurais no lado externo, enquanto o polo externo seria formado pelo capitalismo industrial no lado interno e pelo capitalismo financeiro (centro dinâmico) no lado externo.

O sócio maior nesta dualidade é formado pela burguesia industrial, representando o polo externo, enquanto o polo interno é representado pela nova burguesia rural, na condição de sócio menor. A passagem para a quarta dualidade, segundo Rangel (1981), deve implicar na alteração das posições de hegemonia dos “sócios” da dualidade anterior. Este processo irá ocorrer quando o velho sócio hegemônico assumir a posição de sócio menor da nova, ao mesmo tempo em que o velho sócio menor passa para a posição de sócio hegemônico.

Assim, da terceira para a quarta dualidade, o latifúndio feudal avança na forma de empresa rural, “ [...] um avanço social, político e econômico, de relevância que dificilmente poderá ser superestimada, mas que não impede que o velho sócio hegemônico reapareça como sócio subalterno, sob o comando de nova classe, isto é, do capitalismo industrial, antigo sócio menor, investido agora de funções hegemônicas” (RANGEL 1981, p.35) .

Verifica-se então a aproximação dos dois polos, referente aos respectivos modos de produção, apontando o término do fenômeno da dualidade. Entretanto, ao mesmo tempo em que Rangel (1981, p.31) colocava o término da terceira dualidade, o autor questionava o início da quarta:

A quarta dualidade está, obviamente, no futuro. Não obstante, sob certo ponto de vista, ela é tão atual como se já estivesse acontecido. Está presente na crise que atravessa a sociedade brasileira, que é, pelo que tem de próprio, de endógeno, a crise da terceira dualidade, a qual tem a probabilidade de desembocar na quarta. E, pelo que tem de exógeno, o que há de mais característico é a já muito plausível entrada na fase ‘b’ do quarto ciclo de Kondratieff. Se for mister datar esta transição e assinalá-la por um fato marcante, indicariamos o ano de 1973 e a crise do petróleo. Basta comparar as taxas de variação da produção industrial nos principais países integrantes do centro dinâmico, nos septênios 1967-1974 e 1973-1980.

Guimarães (1994) explicita que, a crise terminal da terceira dualidade, que é o início da privatização dos serviços públicos, já possui todas as suas pré condições alinhadas, e tão logo, a quarta dualidade será instaurada. Já na análise de Bresser Pereira (2006), a quarta dualidade definiria-se a partir de 1973 (a primeira crise do petróleo), onde o sócio maior seria a burguesia industrial e o menor os capitalistas financeiros. Chama a atenção para o fato de que, os empresários industriais já haviam tornado-se sócios maiores um pouco antes, entre 1930 e 1950. Na contrapartida, o seu período enquanto sócio maior foi bem menor do que Rangel e demais estudiosos previram, pois a partir de 1990 se deu a interrupção da revolução nacional, que desde 1930 vinha transferindo para o Brasil as decisões sobre o interesse nacional.

A partir daí, a dependência externa cresceu volumosamente, devido ao recurso de crescimento com poupança externa e ao endividamento externo, sem precedentes, sucedido nos anos de 1970 e repetido na década de 1990. Deste modo, “[...] Fragilizado pela crise, o setor real da economia, ao invés de se associar ao setor financeiro, como acontece nos países desenvolvidos, a ele se subordinou, ao mesmo tempo em que este se

submetia aos rentistas locais e aos interesses dos países ricos” (BRESSER PEREIRA, 2006, p.05).

Outra análise importante sobre a quarta dualidade foi feita por Espíndola e Bastos (2004). Os autores enfatizam que esta tenderia a concretizar logo que a burguesia industrial, agroindustrial e a classe trabalhadora rural e urbana, buscasse a retomada do crescimento econômico, tal qual ocorrido durante o Milagre (1968-73) e II PND (1974-79), o que não ocorreu.

Neste sentido Dantas e Jabbour (2016) apontam que, a crise de financiamento da economia durante a década de 1980 demandava mudanças no papel do Estado, bem como a tomada do leme do investimento pela iniciativa privada. A função de institucionalização de um aparelho de intermediação financeiro nacional, as concessões de serviços públicos a empresas privadas nacionais e regulação estatal do comércio exterior, seria o passo seguinte a consolidação do capitalismo nacional brasileiro, no sentido da internalização do centro dinâmico da economia internacional. Para os autores, estes elementos indicariam a inauguração da quarta dualidade no ano de 2003, cujos desdobramentos seguintes poderão dizer se esta mudança terá seguimento ou não e acrescentam que, existem três variáveis fundamentais para o entendimento do rumo apontado por Rangel ao Brasil e os elementos da quarta dualidade:

1) A dialética da capacidade ociosa; 2) A funcionalidade da formação de um sistema nacional de intermediação financeira; 3) mudanças institucionais operativas à institucionalização da reserva nacional de mercado; 4) ativo papel do setor privado nacional e das próprias multinacionais instaladas no país ao passo seguinte do processo de substituição de importações e 5) intervenção estatal nos mecanismos de comércio exterior (DANTAS; JABBOUR, 2016, p.46).

No entanto, a revisão do papel do Estado na economia, a exemplo da racionalização e descentralização do gasto e as privatizações predatórias de empresas públicas, ocorreram no caminho contrário ao proposto por Rangel. Soma-se a isso a desregulamentação financeira e o consequente aumento do endividamento interno e externo, a subordinação das cadeias produtivas nacionais à lógica de acumulação financeirizada, entre outros.

Dantas e Jabbour (2016) explicitam ainda que, existe uma base para definir a década de 2000 como parte de uma possível transição brasileira para a quarta dualidade, visto a superação do neoliberalismo (no sentido eleitoral) e a retomada de uma estratégia nacional renovada. Os autores apontam a demanda chinesa como um dos responsáveis pela ascensão de governos nacionalistas e populares na América do Sul e especialmente

no Brasil, com quatro vitórias eleitorais seguidas. Na contramão da política externa anterior, alinhada aos interesses do imperialismo, seguiu-se no caminho na inviabilização da Área de Livre Comércio das Américas – ALCA, na retomada do Mercosul, bem como a criação da Unasul e da Celac, ampliando a presença na África, na OMC e sendo membro do BRICS.

Contudo, esta dinâmica foi interrompida em 2016, com o golpe através do *impeachment* da presidenta Dilma; e, se até esse momento não havia ocorrido alteração no pacto de poder, mesmo tendo governado mediante acordos com diferentes frações da classe dominante, não houve rupturas com a dualidade da economia brasileira. Diante das incertezas postas na política nacional após o golpe e contando com a quebra no pacto de poder a partir disso, análises mais acuradas são difíceis de serem realizadas, pois trata-se de um momento de profunda incerteza para a sociedade brasileira.

Deste modo, o próximo capítulo tem como recorte o período entre 1980 e 2015 e está relacionado com o entendimento das diversas dinâmicas sociais e econômicas que ocorrem nas aglomerações urbanas de fronteira.

5. DINÂMICA DAS AGLOMERAÇÕES URBANAS DE FRONTEIRA: 1980-2015

Foi a partir do início dos anos de 1980 que a crise se manifestou com intensidade na econômica nacional brasileira, embora na escala mundial tenha sido principiada a partir dos choques no preço do petróleo em 1973, com fases melhores e outras muito críticas, mas sem elementos ainda para que se possa considerar o fim dessa longa fase depressiva na economia mundial e brasileira. Assim, o quinto capítulo discute o desenvolvimento nacional entre 1980 e 2015, abordando as atividades econômicas, as relações, as trocas e os deslocamentos entre as cidades pertencentes a cada uma das aglomerações urbanas de fronteira. Trata-se de um período em que, o setor terciário é fortalecido nas três aglomerações urbanas de fronteira, que ocorre a ampliação dos agronegócios nas aglomerações de Uruguaiana e Corumbá e do turismo em Foz do Iguaçu e Corumbá.

5.1. O período 1980-2002

Como discutido no capítulo anterior, o período entre 1968 e 1973, conhecido como milagre brasileiro, foi um momento de grande dinamismo e crescimento econômico, com taxas anuais acima de 11%. O regime militar, neste contexto, aproveitou a conjuntura favorável para a aplicação de importantes somas de recursos em forma de investimentos diretos e de empréstimos bancários. A estratégia do crescimento com endividamento ocasionou resultados favoráveis, a exemplo da modernização do parque industrial através da introdução de novas tecnologias, de estímulos para a modernização da agricultura, da consolidação do mercado de trabalho urbano, etc.

No entanto, com a política econômica recessiva do início da década de 1980, a indústria de transformação reduziu seu ritmo de crescimento, dando início a um período de estagnação no país. A década de 1980 apresentou mudanças significativas de ordem econômica, política, social, demográfica; o PIB do país teve crescimento pífio neste período, permanecendo nos níveis iniciais da década já considerada perdida (EGLER, 1991). A contração da atividade econômica impediu a continuidade do período de crescimento e o processo de desenvolvimento econômico do Brasil, de acordo com Dantas e Jabbour (2016, p.35):

[...] seguiu os parâmetros cíclicos de seus congêneres do centro dinâmico, numa trajetória lógica de ganhos de musculatura nas indústrias de tipo nascente, seguidas das cadeias supridoras de equipamento e material de construção, implantação de cadeias em indústria mecânica pesada e comunicação entre os setores de bens de produção e de consumo ocorrendo pelo elo da indústria química; desembocando em grandes plantas industriais de bens de consumo duráveis. Um processo de industrialização assentada no binômio Departamento 1 de tipo artesanal/Departamento 2 à implantação, no final da década de 1970 do Departamento 1 Novo (indústria mecânica pesada).

As relações de troca do Brasil com demais países, que haviam alcançado seu ponto máximo em 1977, passam a cair. Atrelado a isto, os preços das exportações de *commodities* caíram 26% de 1980 a 1982 (PELÀEZ, 1986). O autor salienta que, o problema não encontrava-se apenas no petróleo, pois excluindo este produto, as exportações brasileiras caíram 31% no mesmo período.

Além disso, os recursos externos que fluíam facilmente para serem aplicados no Brasil e na América Latina até 1982, passaram a sinalizar inversamente. Isso de seu porque as economias dos países da América Latina tornaram-se exportadoras líquidas de capitais e a dívida externa tornou-se um peso para suas economias. Soma-se a isso o fato de que, as políticas de ajustamento, impostas pelos credores, recaíram ainda mais sobre a população pobre (SANTAGADA, 1990).

Para Bresser Pereira (1988), a crise enfrentada pelo país durante a década de 1980 foi a crise mais grave da história de seu desenvolvimento capitalista, visto que, a economia não havia parado de crescer desde a década de 1940, com o desenvolvimento da cultura do café. O autor (1988, p.23) discorre ainda sobre a taxa de inflação e apresenta os dados de seu crescimento:

Na década de 1970, por exemplo, o crescimento foi possível com uma taxa de inflação média (IGP) de 32,6% ao ano, uma taxa moderada, portanto. Já em 1980, entretanto, a inflação sobe para cerca de 100%; em 1983 para a casa dos 200% e, finalmente, depois do interregno do Cruzado, vai a quase 400% em 1987, e, em 1988, está próxima de 1.000%.

A década de 1980 iniciou-se com maior endividamento externo, avanço do capital multinacional no país, maior desigualdade social, com destaque para a piora na distribuição de renda e concentração da propriedade rural, além do descontrole da inflação e da queda de investimentos. Assim, a crise da dívida externa, desapontada no início da

década de 1980, suscitou importantes consequências para a economia do Brasil, especialmente as de natureza cambial.

[...] a interrupção do fluxo voluntário de empréstimos em moeda provocou o estrangulamento cambial do país e impôs um dramático esforço de ajustamento do setor externo. A recessão do início dos anos oitenta - a primeira em todo o período do pós-guerra - resultou, como é sabido, da dimensão cambial da crise da dívida e da busca de saldos positivos no comércio exterior. A partir de então, a economia brasileira ingressou numa nova fase cujas características fundamentais foram a geração de significativos saldos comerciais, a semi-estagnação e uma profunda instabilidade macroeconômica (CRUZ, 1994, p.73).

Cruz (1994) explicita que, os recursos do exterior tornaram-se fonte complementar de recursos, aptos a conceder elasticidade para as fases de expansão acelerada da formação de capital fixo. Os empréstimos em moeda realizaram um papel importante, visto sua relação com a expansão da década de 1970 e ao conjunto de inversões deslanchadas pelo Estado na segunda metade da mesma década. Neste sentido, os investimentos diretos realizados pelas empresas de capital estrangeiro no Brasil, contrariamente ao que vinha ocorrendo em outros países, tiveram uma queda de 50% em 1980 (CRUZ, 1994).

Na realidade, o impacto financeiro da interrupção dos fluxos de empréstimos externos ocorreu especialmente sobre o setor público, tanto sobre as autoridades monetárias, as quais haviam adquirido considerável parcela dos compromissos em moeda estrangeira, assumidos pelo setor privado quanto sobre as empresas estatais, que além de terem recorrido ao mercado europeu para o financiamento de suas inversões, foram utilizadas enquanto instrumento de administração do balanço de pagamentos no período que seguiu os choques externos.

Desta forma, a redução dos investimentos das estatais alcançou os segmentos de insumos básicos, como a mineração, metalurgia e química e os de infraestrutura, como os transportes, energia e comunicação, ocasionando a deterioração dos serviços ligados a infraestrutura e a geração de estrangulamentos potenciais em indústrias de insumos.

Outro grande problema enfrentado pelo governo brasileiro estava no fato de que os preços internacionais haviam forçado a eliminação gradual dos subsídios fiscais e de crédito às exportações, mas, dada a necessidade de dar continuidade à rápida expansão das exportações, o governo se viu obrigado a aumentar a taxa e/ou a frequência das minidesvalorizações do cruzeiro, que se tornara supervalorizado – isto é, a taxa de desvalorização estava defasada em relação à taxa de inflação. Devido ao programa de incentivo às exportações promovidas pelo governo da época, a eliminação dos incentivos fiscais e o crédito subsidiado para os exportadores exigiram que se procedesse a uma desvalorização progressiva como medida compensatória (CRUZ, 1994, p.78).

Na segunda metade de 1980 foram tomadas medidas em busca da estabilização monetária, tais como o fim da indexação (política de ajuste de salários e contratos de acordo com a inflação) e o congelamento dos preços. Além disso, o governo suspendeu o pagamento dos juros da dívida externa até que fosse realizado um acordo de reescalonamento com os credores. Estas medidas, no entanto, não foram suficientes.

Perante esta situação, foram adotados alguns planos econômicos, os quais novamente não contribuíram, e em alguns casos, pioraram a situação. Entre estes planos, destaque para o Plano Cruzado, lançado em 1986 pelo governo Sarney e que tinha como principais medidas o congelamento de preços de bens e serviços, congelamento da taxa de câmbio por um ano, reforma monetária, desindexação da economia, congelamento dos salários, entre outros. Segundo Sandroni (2005), o plano fracassou por conta do desequilíbrio dos preços relativos da economia. Como o congelamento não possibilitou que os preços sujeitos a sazonalidade fossem ajustados, deu-se o desequilíbrio, ocasionando o desabastecimento de bens.

Na sequência do Plano Cruzado foi lançado o Plano Bresser, pelo então ministro da fazenda Luiz Carlos Bresser Pereira. O Plano tinha por objetivo promover um choque deflacionário na economia, buscando evitar os erros do Plano Cruzado. As medidas tomadas consistiam no aumento tributário, na eliminação do subsídio do trigo e no adiamento de obras de grande porte já planejadas. Além disso, foram retomadas as negociações com o FMI e a suspensão da moratória. “Ao final, Bresser chegou a conclusão de que qualquer solução duradoura para os problemas econômicos do país passaria pelo enfrentamento da dívida externa, e passou a defender um endurecimento com bancos internacionais, a começar pela extinção do comitê que negociava pelos credores”(SOUZA, 2007 p. 187).

O Plano Verão, por sua vez, foi lançado pelo governo Sarney em 1989. O plano modificava o índice de rendimento da poupança, além de promover o congelamento dos

preços e salários e a criação de uma nova moeda, o Cruzado Novo, que inicialmente foi atrelado em paridade com o dólar. Como ocorrido no Plano Bresser, o Plano Verão causou grandes desajustes as cadernetas de poupança, onde as perdas chegaram a 20,37% (SOUZA, 2007). Assim, observa-se que nenhum dos planos criados durante a década de 1980 alcançou os objetivos esperados.

É importante destacar que, a Constituição de 1988 intensificou a questão do desequilíbrio das contas públicas ao transferir parte das receitas fiscais da esfera federal para estados e municípios, sem a contrapartida de, na mesma medida, redistribuir os gastos. Em relação a indústria, este período foi marcado pelo esgotamento do processo de industrialização através da substituição das importações, onde o Estado constituía-se no principal eixo para a implantação de um parque industrial diversificado. A taxa média anual de crescimento da indústria de transformação foi de apenas 1,5%, onde os investimentos caíram para 17,6%, com um crescimento de 3% do PIB.

Ademais, os déficits públicos crescentes, somado a dificuldade do Estado em assegurar a estabilidade e o fornecimento de serviços básicos como educação, saúde e segurança, engendraram durante a década de 1980 um processo de redefinição do papel do Estado.

No conjunto de mudanças ocorridas na década de 1980, destaque também para o crescimento da pauperização, bem como do desemprego (NUNES, 1986). A crise brasileira do final da década de 1980 anunciava o término do modelo desenvolvimentista, que prevaleceu no país por mais de 40 anos. Encerrava-se não apenas o período militar, mas também o ciclo econômico da substituição de importações e de inserção da indústria de duráveis e de bens de capital⁴⁹.

Desde o final do governo Sarney teve início um processo de liberalização financeira e comercial, o qual seria intensamente ampliado nos governos seguintes. Durante o governo Collor ocorreu o início da reformulação dos fundamentos da política econômica brasileira através da adoção de elementos de concepção neoliberal. Mantega (2001) explica que, este princípio não era novidade na América Latina e que o Brasil foi um dos últimos países a adotá-lo. Antes mesmo do Consenso de Washington⁵⁰, os ajustes

⁴⁹ Lesbaupin e Mineiro (2002) na sua discussão sobre o desmonte da nação, apontam que o Brasil foi um dos países mais dinâmicos do mundo entre 1900 e 1980, com crescimento médio de 5,7% ao ano, caindo 1,6% na década de 1980 e 1,8% na década de 1990.

⁵⁰ Os objetivos básicos das propostas do Consenso de Washington eram, “por um lado, a drástica redução do Estado e a corrosão do conceito de Nação; por outro, o máximo de abertura à importação de bens e serviços e à entrada de capitais de risco. Tudo em nome de um grande princípio: o da soberania absoluta do mercado auto-regulável nas relações econômicas tanto internas quanto externas.” (Batista, 1994, p. 27)

liberais, com o desmantelamento do Estado desenvolvimentista e a abertura econômica, já faziam-se presentes na Argentina e no Chile.

O movimento mundial nos anos 1990 é o da globalização financeira e nessa nova ordem é o capital internacional de curto prazo, que se move em função da arbitragem e da especulação, quem dita não só as regras internacionais, mas as nacionais também. Os governos nacionais perderam o controle sobre suas políticas monetária e cambial, e a política fiscal está atrelada a um ajuste fiscal. A ideologia dessa ordem é o neoliberalismo, que defende o livre mercado e as políticas de ajuste ortodoxas e neoclássicas (VAZQUEZI et al, 2004, p.147).

Estes princípios foram discutidos no Consenso de Washington, quando foi definida a necessidade do estabelecimento de regras no sentido de agilizar programas de estabilização e reformas para seguir um plano único de ajustamento das economias periféricas, aprovado pelo FMI e pelo BIRD. A abertura financeira promoveu a continuidade de financiamento interno, concentrando-se em capital de curto prazo e acarretando posteriormente a desnacionalização do sistema bancário nacional.

A economia do país passou a conviver com problemas econômicos crônicos, tais como o descontrole inflacionário, que estagnava e desestabilizava qualquer tentativa de crescimento econômico. A taxa anual de inflação quadruplicou entre 1985 e 1988, atingindo 81% no mês em março de 1990 (BAER, 1996). Esta situação estendeu-se até 1994, quando da implantação do Plano Real, que conseguiu controlar forçosamente a inflação, com elevado ônus para a economia, como veremos adiante.

No governo Collor duas medidas de grande impacto foram introduzidas na economia brasileira, o programa de privatização e a alteração da estratégia de comércio exterior através da liberação das importações. O programa de privatização foi ampliado a partir de 1995, com o intuito de acabar com os monopólios do setor público na área de infraestrutura e a iniciativa dos governos estaduais de agilizar seus próprios programas de privatização (CAMARGOS, 2002).

A abertura econômica iniciada no governo Collor ocasionou fortes impactos sobre a lógica de formação de preços na economia, tanto em relação a capacidade dos empresários em repassar os aumentos de custo para os preços quanto no poder dos sindicatos em suas pretensões salariais. Nesta discussão Vasconcelos et al (1999) nos mostram que, entre 1988 e 1997 as exportações brasileiras passaram de U\$ 33,8 bilhões para U\$ 53 bilhões, enquanto as importações, no mesmo período, quadruplicaram, alcançando U\$ 61,3 bilhões, com crescimento médio de 15,4% ao ano. Essa mudança no

padrão de crescimento conduziu a uma inversão no sinal do saldo da balança comercial, aumentando a dependência ao capital estrangeiro⁵¹.

A essência desta profunda mudança foi a associação da abertura comercial com o programa de desregulamentação, o de privatização e a abertura do setor financeiro. O programa de privatização lançado pelo governo Collor envolvia especialmente empresas do setor petroquímico e siderúrgico. As privatizações tiveram início no final de 1991, com a privatização de cinco estatais. Neste primeiro momento a participação estrangeira foi limitada a 40% do capital, com direito a voto e com desconto máximo para a conversão de dívidas, fixado em 25%. Até a destituição de Collor, várias empresas foram privatizadas, com uma receita de U\$ 3,5 bilhões⁵².

Apesar da busca em alcançar as metas de um programa de ajuste liberal através de cortes de gastos públicos, diminuição do Estado, aumento de receitas, desregulamentação da economia e outros elementos impostos pelo Consenso de Washington, o enfraquecimento político de seu governo impossibilitou a rápida implantação do programa de liberalização. Contudo, com o governo Itamar Franco, o Programa Nacional de Desestatização foi retomado.

De acordo com Camargos (2002), considerando as singularidades da inflação brasileira⁵³, nenhum dos planos aplicados até então haviam alcançado resultado a médio-longo prazo. Apens um plano de ajuste, diferente desses e com base na desindexação da economia, poderia solucionar de forma satisfatória a situação da crise inflacionária.

Ao contrário dos planos de estabilização econômica anteriores, o Plano Real não foi implantado abruptamente, como um choque na economia, mas de forma gradual e

⁵¹ Este panorama se explica através da eliminação da proibição de importações, com corte da reserva de mercado em informática e demais setores, da remoção de incentivos as exportações e da redução de tarifas realizadas no governo Collor .

⁵² Das 68 empresas incluídas no programa de privatização, 17 foram efetivamente privatizadas no governo Collor, a saber: Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A – USIMINAS, Usiminas Mecânica S.A – USUMEC, Companhia Eletromecânica – CELMA, Mafersa S.A, Companhia Siderúrgica do Nordeste – COSINOR, Cosinor Distribuidora S.A – COSINOR DIST, Serviço de Navegação da Bacia do Prata – SNBP, Aços Finos Piratini S.A – APF, Petroflex Indústria e Comércio S.A- PETROFLEX, Companhia Petroquímica do Sul – COPEL, Álcalis do Rio Grande do Norte – ALCANORTE, Companhia Nacional de Álcalis – CNA, Companhia Siderúrgica de Tubarão – CST, Fertilizantes Fosfatados S.A – FÓSFÓRICO, Góias Fertilizantes S.A – GÓIASFÉRTIL, Acesita Energética S.A – ACESITA, Acesita Energética S.A – ENERGÉTICA, Forjas Acesita S.A – FASA (ALMEIDA, 2010). Para tais privatizações eram concedidos financiamentos através do BNDES para as empresas estrangeiras.

⁵³ Rangel (1985) explicita que, desde 1930 ou na fase recessiva do primeiro ciclo endógeno, que a economia brasileira não registrava uma queda absoluta do índice dos preços. Desde então, a inflação tornou-se companheira inseparável, tanto nas fases a como nas fases b dos ciclos, mesmo que nas fases ascendentes a taxa média de inflação decline e nas fases recessivas se intensifique. “Nem sempre foi assim [...] a inflação era fenômeno ligado ao superaquecimento da economia, integrava a síndrome das fases a, especialmente ao final destas” (RANGEL, 1985, p.12).

planejada. Primeiramente o Plano serviu como ajuste fiscal emergencial de preparação da economia, e na sequência, a criação de um mecanismo de indexação progressivo, cujo indexador era a Unidade Real de Valor (URV), que encontrava-se vinculado ao dólar em nível de paridade, cuja cotação na moeda em vigor (Cruzeiros Reais) subia diariamente.

Em sua concepção, o Plano Real fundamentava-se em três pilares: política cambial sobrevalorizada, política de juros elevados, visando atrair financiamentos para o balanço de pagamentos via recursos e política de privatização.

Implicitamente, pode-se dizer que uma das âncoras do Plano Real foi a abertura econômica, que promoveu uma reestruturação industrial e possibilitou por um lado, um avanço da economia brasileira no sentido de integrar-se ao mercado externo, e em certa medida, uma relativa modernização em alguns setores produtivos nacionais (os que sobreviveram). Mas por outro lado, o país pagou um preço elevado, como a extinção de alguns setores que não apresentavam níveis de competência gerencial e produtiva nos padrões internacionais, os quais passaram a ser dominados pelo capital estrangeiro, além da dependência crescente de investimentos produtivos, bem como especulativos externos (CAMARGOS, 2002, p.07).

A lógica macroeconômica da estabilidade monetária realizada a partir do Plano Real possui vários aspectos. Para Benjamin (1998, p.40):

[...] uma vez adotadas a sobrevalorização do câmbio e a abertura comercial, o país não pode parar de captar vultosos recursos no exterior para equilibrar o balanço de pagamentos. Para isso, precisa garantir alta rentabilidade ao capital especulativo, oferecendo-se a pagar juros muito superiores aos vigentes no mercado internacional.

Grasel (2002) acrescenta que, o plano tinha por objetivo único o combate a inflação ou o restabelecimento da estabilidade monetária, o que difere da ideia de buscar a estabilidade econômica, mesmo que a estabilidade monetária seja fundamental para alcançá-la. Outro efeito está relacionado ao grande aumento das taxas de desemprego, ligadas as políticas econômicas restritivas. Além disso, acentuou-se a precarização do trabalho, visto que os trabalhadores perderam direitos adquiridos em 1943 com a CLT, durante o governo de Getúlio Vargas.

Em relação ao programa brasileiro de privatizações, este consistiu-se em um dos maiores do mundo⁵⁴. A desativação do setor produtivo estatal e a quebra dos monopólios

⁵⁴ O processo de privatização das empresas estatais já vendeu 76% do patrimônio público. Restam a Petrobras, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, os Correios e algumas outras menores. No entanto, esta venda pouco serviu para abater a dívida pública. “A venda das estatais até abril de 2002 rendeu R\$ 87,2 bilhões e, além disso, o governo transferiu dívidas no valor de R\$18,2 bilhões, perfazendo um total de R\$ 105,3 bilhões”(LESBAUPIN; MINEIRO, 2002, p.38)

no setor de serviços também não ocorreu em outros países de maneira tão drástica como no Brasil durante o governo FHC . De acordo com Mantega (2001), nos outros países, setores como telefonia ou energia elétrica foram desestatizados mediante restrições a participação de capital externo ou por via de fragmentação das ações, fato que reduz o poder de monopólio das empresas.

A política econômica referente ao setor externo tornou-se um fator central da política do governo, já que a política de estabilização foi apontada como o aspecto mais importante a curto prazo. Através do BNDES o governo favoreceu as empresas compradoras com empréstimos a juros subsidiados, assumindo também considerável parte das dívidas das estatais e o pagamento das indenizações e direitos trabalhistas dos funcionários demitidos. “A inutilidade da privatização para a redução do déficit público se confirma quando se olham os valores das dívidas: tanto a dívida externa como a dívida interna cresceram assustadoramente. Um dos argumentos que justificavam a privatização - reduzir o déficit público - portanto, não se confirmou” (LESBAUPIN; MINEIRO, 2002, p.37). Apesar do montante de investimentos diretos no Brasil, não ocorreram grandes mudanças na taxa de investimento, que passou de 15,2% em 1991 para 17,2% em 1999 (GENNAR, 2001).

Após as crises mexicana (1994), asiática (1997) e russa (1998), o governo brasileiro buscou seguir seu programa de abertura e estabilização, mas para isso teve que aumentar ainda mais a taxa de juros, no intuito de conter a demanda nacional, que pressionava as transações correntes para não permitir a fuga de capital externo, necessário para o financiamento de pagamentos e para a contenção da inflação. O governo, após negociação com o FMI, realizou uma maxdesvalorização cambial, em virtude da grande perda de reservas internacionais. Vazquezi et al (2004) apontam a existência de dois limites dos programas macroeconômicos impostos à política social neste contexto. Primeiro: tratam-se de programas excludentes, pois a estagnação faz aumentar o desemprego, bem como a informalidade no mercado de trabalho. Segundo: os ajustes macroeconômicos derrubam as bases financeiras e institucionais do Estado, reduzindo a margem de manobra das políticas sociais.

Dentre os setores fortemente afetados no governo FHC está o social. A cada ajuste econômico, a primeira área a ser atingida era esta. Entre os anos de 1995 e 2001 os investimentos na saúde caíram de 4,8% para 3,9%, na educação caíram de 3% para 2%. Lesbaupin e Mineiro (2002, p.75) sintetizam o governo FHC da seguinte maneira:

Trata-se de um estado altamente intervencionista: legislador, julgador executivo. Legislativo e judiciário ao mesmo tempo – forçando a que as medidas de justiça sejam avaliadas pelo seu impacto sobre a economia, controlador da pauta da mídia e que pressiona, através de meios questionáveis, parlamentares e meios de comunicação. Estado que controla rigidamente as rédeas da economia, determinando juros altos (durante muito tempo, os mais altos do mundo), abrindo a economia (abertura comercial, abertura financeira), direcionando o processo de privatização (organização de consórcios compradores, empréstimo de recursos públicos em condições vantajosas para empresas privadas). Estado centralizador: que retira 20% da arrecadação tributária (através da DRU – desvinculação de receitas da união) – prejudicando estados, municípios e serviços públicos – e centraliza estes recursos no nível federal, sem precisar dar conta destes gastos ao congresso. Estado interventor: que deixa todos os preços serem regulados pelo mercado.

A eleição de Lula, e anteriormente de Hugo Chávez na Venezuela, mostravam o início de uma reversão dos modelos econômicos dominantes na América Latina, motivado, entre outros aspectos, pelo fato de que, o almejado equilíbrio fiscal e as políticas baseadas no Consenso de Washington haviam colaborado para uma crise econômica, social e política em diversos países.

Nesta perspectiva, o Brasil passou por um considerável ataque especulativo no decorrer da campanha presidencial de 2002. Ocorreu grande depreciação do real, elevação excessiva do prêmio de risco pago pelos títulos públicos do Brasil e redução da entrada líquida de capitais externos na economia. Essa investida se deu em um panorama de alta vulnerabilidade macroeconômica, uma vez que em 2002 a dívida líquida do setor público era alta e indexada ou a taxa de câmbio ou a taxa básica de juros (SELIC) e o país não tinha reservas internacionais, pois de US\$ 38 bilhões disponíveis no Banco Central, US\$ 21 bilhões representavam empréstimo do governo ao FMI. Atrelado a isso, a depreciação do real ocasionou uma elevação da inflação de 7,7% em 2001 para 12,5% em 2002 (BARBOSA, 2013).

Trata-se de um período marcante para a economia brasileira, pois foi fortemente atingido do ponto de vista da redução do ritmo de crescimento e estagnação, impedindo a continuidade do desenvolvimento econômico iniciado na década de 1930. A volta do crescimento econômico, além da atenção governamental para elementos sociais, passaram a ser considerados a partir de 2003.

5.2. Ciclo Virtuoso de Desenvolvimento: 2003-2014

A política econômica a partir do governo Lula possibilitou que o Brasil se tornasse um país mais estável e menos desigual. Isso porque foram as decisões tomadas neste governo que recuperaram a estabilidade macroeconômica após o ataque especulativo de 2002, além de possibilitar que os ganhos de renda, advindos do cenário internacional favorável, pudessem ser transferidos para grande parte da população brasileira através de crescimento assentado na expansão do mercado interno até 2008 (BARBOSA, 2013).

Nesta discussão Da Rosa Martins (2008) argumenta que, a prioridade do governo Lula foi a contenção dos desequilíbrios macroeconômicos gerados durante o governo de FHC, especialmente a dívida pública e os déficits em conta corrente, bem como os desequilíbrios sociais. Para tanto, deu seguimento as políticas iniciadas no final do governo FHC, a exemplo da contenção dos gastos públicos e a ampliação do superávit primário e o estabelecimento do câmbio flutuante. Atrelado a isso, o governo preservou o controle das taxas de juros, substancialmente apreciadas, como principal elemento de controle da inflação. Na contrapartida rompeu políticas, como as direcionadas a privatização, estimulando inclusive, as licitações por meio das parcerias público-privadas, com a ampliação do papel do BNDES no fomento da industrialização.

A prioridade inicial do governo Lula foi retomar a estabilidade monetária e fiscal. Em 2003 foram adotadas medidas restritivas, como a elevação da taxa Selic, a fim de combater a elevação da inflação e a depreciação da taxa de câmbio. No âmbito fiscal, o governo elevou sua meta de resultado primário na tentativa de conter o crescimento da dívida pública e de diminuir o risco de insolvência do país. Juntas, estas medidas impactaram positivamente nas expectativas de mercado sobre a evolução da economia, permitindo uma redução da taxa de câmbio e do Prêmio Risco do Brasil⁵⁵.

Por outro lado estas ações restritivas impactaram negativamente sobre o nível de atividade econômica, contribuindo para a desaceleração do crescimento do PIB (2,7% em 2002 para 1,1% em 2003). Em 2004, entretanto, a situação macroeconômica começou a recuperar-se, com crescimento do PIB em 5,7%, alavancado pelo aumento no saldo

⁵⁵ Ele é definido e calculado pela simples diferença entre duas taxas de juros: a do país, e a dos títulos do governo americano (na mesma moeda), usada como taxa-padrão. “[...] é exclusivamente produzido pelo temor de um calote (explícito ou implícito) da dívida pública; [...] é uma variável fora do controle do governo, e que só pode ser reduzido por um comportamento “responsável”; e a terceira, de que seu nível elevado e seu aumento recente são devidos exclusivamente às incertezas eleitorais e, em particular, à ascensão nas pesquisas de Luis Inácio Lula da Silva” (DE TOLEDO; CIRNE, 2002, p. 139).

comercial através das exportações brasileiras e pelo aumento do consumo e do investimento interno. A taxa de desemprego baixou, chegando a 7,6% no final de 2004.

A expansão da economia em 2004 também foi ajudada pela redução da taxa básica de juros, iniciada em 2003 e pela expansão do volume de crédito, iniciando o que se tornaria uma marca da política econômica dos últimos dez anos. Do lado fiscal, o resultado primário do setor público continuou elevado e, com a apreciação cambial, contribuiu para uma nova queda na dívida líquida do setor público em relação ao PIB. Assim, depois da instabilidade macroeconômica de 2002 e do ajuste monetário e fiscal de 2003, a economia brasileira parecia ter finalmente decolado em 2004, com um crescimento provocado pelo investimento e pelas exportações e uma substancial melhora nos indicadores fiscais do país (BARBOSA, 2013, p.71).

Em relação a melhora do desempenho interno da economia cabe apontar que, as exportações brasileiras praticamente dobraram em três anos, passando de U\$ 60 bilhões em 2002 para U\$ 118 bilhões em 2005, enquanto as importações subiram de U\$ 47 bilhões para U\$ 74 bilhões. O cenário internacional também colaborou devido a aceleração do crescimento mundial, motivado especialmente pela China.

Em 2004 o governo Lula criou o Ministério do Desenvolvimento Social e do Combate a Fome, centralizando os programas sociais. Desta forma, os programas de transferência de renda em vigor, como o Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e o Auxílio Gás, foram unificados em um único programa, o Bolsa Família.

O Bolsa Família é dirigido às famílias em situação de extrema pobreza, com renda mensal *per capita* de até R\$ 50,00 ou a famílias pobres e extremamente pobres com crianças e jovens entre zero e dezesseis anos incompletos, com renda mensal *per capita* até R\$ 100,00. A primeira situação gera um benefício de R\$ 50,00 mensais, independentemente da composição e do número de membros da família. A segunda situação permite receber um benefício mínimo de R\$ 15,00 e máximo de R\$ 45,00 (correspondente a 3 crianças em idade escolar; o recebimento exige comprovação de frequência mínima). As famílias em situação de extrema pobreza podem acumular dois tipos de benefício, chegando a receber até o máximo de R\$ 95,00 (MARQUES; MENDES, 2006, p.15).

No final de 2004 o programa estava implantado em 99,50% dos municípios brasileiros, atingindo 6.571.842 famílias e com um gasto anual de R\$ 5,3 bilhões.

No segundo mandato de Lula verificou-se certa flexibilização da política econômica, através da adoção de medidas direcionadas a ampliação do crédito ao consumidor e ao mutuário, do aumento real no salário mínimo, da adoção de programas de transferência de renda direta, da criação do programa de Aceleração do Crescimento

(PAC) , da ampliação da atuação do BNDES para o estímulo ao investimento público e privado e das medidas anticíclicas de combate a crise internacional a partir de 2009, como veremos (TEIXEIRA; PINTO, 2005).

Entre 2003 e 2010 o consumo das famílias e os investimentos públicos e privados cresceram 4,5% e 7,5% ao ano, respectivamente. A partir de 2006 e no decorrer do segundo mandato do governo Lula, soma-se aos fatores externos, a notável expansão do mercado interno, resultado de certa flexibilização da orientação contracionista da política econômica. Tal flexibilização, atrelada aos benefícios externos, expandiu a economia sustentada pelos investimentos e o consumo da população.

Sobre o programa de Aceleração do Crescimento (PAC), este constitui-se em um conjunto de investimentos prioritários na área de infraestrutura econômica e social, com vistas a elevação da taxa de investimento da economia⁵⁶. A estratégia do governo foi apoiar a formação de capital por parte do setor privado, e ao mesmo tempo aumentar o investimento público em infraestrutura. Além disso, o programa inseriu um conjunto de desonerações tributárias para o incentivo de investimento privado e o desenvolvimento do mercado de consumo de massa no país, com redução da taxa de juros. O programa foi responsável também pela criação de um regime especial para micro e pequenas empresas, o Simples Nacional⁵⁷.

No conjunto de programas sociais, encontra-se o programa de investimento habitacional, o Programa Minha Casa Minha Vida, com vias a ampliação de acesso a moradia para a população de baixa renda. O programa, sob a ótica macroeconômica, buscou estimular o crescimento de um setor pouco intensivo em importações enquanto mecanismo de geração de emprego e renda. Sob a ótica social, o programa procurou ampliar a rede de proteção e inclusão social por meio do acesso de subsídio a moradia para a população mais pobre⁵⁸. Fresca (2015, p. 50) salienta que:

⁵⁶ O PAC também contém um amplo programa de investimentos em energia, com destaque para o aumento dos investimentos da Petrobras na exploração e produção de petróleo na plataforma continental brasileira, na denominada camada do pré-sal (BARBOSA, 2013, p.75). Sobre o PAC e o Pré-sal, ler: Schutte (2012); Gueiros (2011).

⁵⁷ Este regime é formado pela combinação de tributos municipais, estaduais e federais numa alíquota única sobre o faturamento. “ O Simples Nacional representou uma simplificação e desoneração tributária para pequenos negócios, que respondem pela maior parte dos empregos da economia brasileira” (BARBOSA, 2013, p.79).

⁵⁸ Ler Damico (2011) para detalhamento e aprofundamento sobre o Programa Minha Casa Minha Vida.

Este contexto geral permitiu maior segmentação nos estratos de renda das famílias brasileiras a partir de 2003, mediante políticas econômicas implantadas a partir do governo Lula. Isso tem articulação com o potencial de consumo das famílias, que passaram a vislumbrar a possibilidade de aquisição da casa própria. Ao mesmo tempo, políticas de distribuição de renda a partir de ações keynesianas do governo Lula, implicaram em maior complexidade da divisão social do trabalho e estratos de renda. Neste sentido, abriu-se enorme variedade de consumidores para a mercadoria habitação, diferenciada em termos de área, localização e qualidade construtiva.

A educação também foi um elemento importante da política social do governo Lula, com destaque para a ampliação do acesso a educação superior. A primeira ação foi a criação do Programa Universidade para Todos (Prouni)⁵⁹, com a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em instituições privadas de ensino superior.

A aceleração do crescimento econômico começou a passar por dificuldades em 2008. Isso se deu em virtude da redução das taxas de juros por parte dos Estados Unidos, além da pressão de demanda oriunda do rápido crescimento da China e da elevação dos preços internacionais das *commodities*. Como reflexo da valorização do real em 2007, as importações cresceram mais do que as exportações, tendo como resultado a diminuição dos superávits comerciais, alcançando US\$20 bilhões em 2010.

A crise internacional impactou no Brasil através da contração repentina e substancial da oferta de crédito, uma insegurança acerca da solvência de alguns grupos exportadores. Com o acirramento da crise e com a diminuição de crédito, os bancos nacionais reagiram com uma contração da sua oferta interna de crédito. Além disso, no período de grande apreciação do real (2007 e primeiro semestre de 2008), muitas empresas brasileiras utilizaram o acesso a receitas em moeda estrangeira para montar operações especulativas de aposta na apreciação do real. Quando da quebra do banco *Lehman Brothers* e do aumento da taxa de câmbio, algumas destas empresas sofreram importantes perdas patrimoniais.

Esses dois movimentos geraram perdas patrimoniais para o setor privado brasileiro, que, por sua vez, respondeu à crise com o adiamento ou mesmo cancelamento de investimentos no final de 2008 e início de 2009. Para completar o quadro, o clima generalizado de incerteza econômica e o impacto recessivo da depreciação cambial sobre o poder de compra das famílias brasileiras também resultou numa desaceleração do crescimento do consumo privado (BARBOSA, 2013, p.80).

⁵⁹ Além do Prouni, o governo criou o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), com objetivo de ampliação ao acesso e a permanência nas instituições federais, através do aumento de vagas nos cursos de graduação, a ampliação de oferta de cursos noturnos, promoção de inovações pedagógicas e o combate a evasão.

Na perspectiva da crise internacional, o governo Lula criou uma política de combate aos efeitos da crise, composto por cinco grupos de medidas: o aumento da liquidez e redução da taxa Selic, a manutenção da rede de proteção social e dos programas de investimentos públicos, as desonerações tributárias temporárias e permanentes, o aumento da oferta de crédito através dos bancos públicos e o aumento do investimento público em habitação (BARBOSA, 2013). “ Além da expansão do crédito pelos bancos públicos durante a crise de 2008, outras medidas foram adotadas pelo governo, tais como, reduções das alíquotas do IR e do IPI sobre carros novos, material de construção e eletrodomésticos, do IOF nas operações de crédito das pessoas físicas e da COFINS sobre motos” (TEIXEIRA; PINTO, 2005, p. 930).

Depois da absorção inicial das perdas patrimoniais criadas pela crise de 2008, a alta liquidez produzida pelos bancos centrais dos Estados Unidos, Japão e Europa na economia mundial, gerou um ambiente favorável para o aumento no preço das *commodities*, especialmente em virtude da recuperação da demanda chinesa por insumos básicos.

Matosso (2013) explicita que, o Brasil foi um dos últimos países a entrar na primeira fase da crise internacional e um dos primeiros a deixá-la. Isso se deu pela menor vulnerabilidade externa, a solidez das contas públicas. Assim, em 2010 o Brasil já apresentava um acentuado crescimento no PIB (7,5%), contudo, esse processo exigia o combate a inflação, redução dos juros, enfrentamento da valorização cambial e a elevação da taxa de investimento.

As consequências da retomada do crescimento foram sentidas no mercado de trabalho. No início de 2003 a taxa de desemprego, que era de 11,3%, passou para 6,1% em outubro de 2010, constituindo-se no menor registro da série histórica. Além disso, o crescimento provocou a redução da informalidade e a elevação do rendimento médio real.

Importante destacar que, os resultados macroeconômicos dos dois mandatos do governo Lula foram superiores aos do governo anterior. Neste sentido, Teixeira e Pinto (2005) apontam que, entre 2003 e 2010, o país viveu o maior ciclo de crescimento das últimas três décadas, o PIB cresceu 4,1% ao ano e as contas externas da economia brasileira apresentaram resultados positivos no que diz respeito aos superávits do balanço de pagamentos. Diante disso, o governo pôde saldar os empréstimos realizados com o FMI, reduzir a dívida pública externa e acumular reservas.

O governo Dilma iniciou o ano de 2011 dando seguimento às ações restritivas iniciadas durante o governo Lula. Em relação a questão monetária, o Banco Central

retomou a elevação da taxa Selic, prosseguindo até julho daquele ano, quando a taxa básica de juros alcançou 12,5% ao ano. Sobre a questão fiscal, o governo realizou um grande contingenciamento de seus gastos, aumentando seu resultado primário no decorrer de 2011. “A estratégia dessas duas medidas foi combater a inflação e promover um ‘pouso suave’ (soft landing) da economia brasileira para um ritmo de crescimento entre 4% e 5% ao ano” (GENTILI; OLIVEIRA, 2013, p. 86).

Após os estímulos empregados em 2009 e 2010, retomou-se uma política macroeconômica menos expansiva, sem entretanto, deixar as conquistas sociais alcançadas até então. Desta forma, o impulso de elevação no resultado primário foi seguido da continuidade da política do salário mínimo e da ampliação da rede de proteção social e combate a pobreza.

Os dois primeiros anos do governo Dilma foram marcados por um conjunto de reformas na atuação do Estado e no funcionamento da economia. No que diz respeito a política social, o governo ampliou sua atuação no combate a pobreza com o aumento do valor de transferências de renda para famílias com crianças e adolescentes. Além disso, teve início um programa de incentivo ao ensino técnico e a qualificação de mão de obra, o Pronatec, mediante a ampliação de bolsas de estudo e auxílio aos estudantes.

Em relação ao funcionalismo, o governo integralizou a reforma da previdência do setor público, iniciado no governo Lula através da criação do Fundo de Previdência Complementar para os Servidores Públicos Federais. E na área do investimento foi iniciado um amplo programa de concessões de infraestrutura, com o objetivo de reduzir custos e aumentar a competitividade do país. Esta medida ampliou as concessões de rodovias e ferrovias previstas pelo Pac, além de portos e aeroportos.

O governo buscou alavancar políticas destinadas a reforma de órgãos governamentais através do estímulo a formação de coalizões. Entre estes, Pires (2015) aponta o G-20 na perspectiva da delimitação de políticas comerciais na Organização Mundial de Comércio, o Grupo IBAS (Brasil, Índia e África do Sul) no âmbito de cooperação na área de políticas públicas, o BASIC (Brasil, África do Sul, Índia e China) a respeito dos debates que envolvem mudanças climáticas e os BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul⁶⁰), com atuação que envolve a coordenação de esforços para

⁶⁰ A institucionalização do BRICS ocorreu em 2007, em grande medida por esforços do governo brasileiro, representando mais do que apenas boas opções para investidores internacionais. Trata-se de países que possuem, juntos, 40% da população mundial e um PIB cumulativo em torno de 26% do mundial, e que tem trabalhado no sentido da inserção internacional dos países membros na promoção dos interesses dos países.

a reforma das instituições financeiras, a exemplo do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional.

Sobre os BRICS é importante destacar que, durante as cinco primeiras cúpulas, entre 2009 e 2013, ficou evidente a preocupação com a recuperação da economia mundial, a questão da democratização das instituições financeiras, a defesa da autodeterminação dos Estados e a não intervenção em assuntos internos aos países a cooperação entre os países membros do grupo e outros países em desenvolvimento.

Especificamente no comunicado de eThekweni (Durban, África do Sul), em março de 2013, dois aspectos chamaram atenção: (a) a perspectiva de institucionalização dos BRICS, no sentido de dar organicidade à ação; (b) a possibilidade de criação de um banco de fomento conjunto para auxiliar o desenvolvimento dos países membros e também de outros países em desenvolvimento (PIRES, 2015, p. 91).

Além disso, a diplomacia brasileira nos governos Lula e Dilma aprofundaram a integração regional através do Mercosul⁶¹, da Unasul e da Conferência de Estados Latino Americanos e Caribenhos (CELAC). Pires (2015) destaca ainda o papel exercido pelo Brasil através do BNDES na criação de uma infraestrutura comum na América do Sul, através de várias empresas brasileiras de engenharia pesada, como a Odebrecht, Camargo Correa e OAS, com ações coordenadas pela Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA).

Os desdobramentos da crise afetam até hoje a economia brasileira e neste sentido, destaque para a retração do comércio, para a diminuição do crédito e para a saída de capitais, acarretando a desvalorização da moeda. Apesar do crescimento a taxas elevadas no final do governo Lula, um conjunto de problemas surgiram:

[...] deterioração das contas externas, valorização da moeda, taxas de juros elevadas, perda de terreno do setor industrial, reprimarização das exportações, gargalos importantes na infraestrutura, perda de competitividade no setor industrial e taxa de investimento insuficiente para sustentar o crescimento (CORSI, 2015, p. 95).

Tais medidas resultaram na retração do PIB em 2011 e 2012. Corsi (2015) explicita que, o fracasso da política econômica em relação a retomada de taxas mais sólidas de crescimento é resultado do cenário internacional adverso, dos efeitos defasados das medidas restritivas adotadas até 2011, da piora das expectativas dos empresários, da dificuldade do Estado em realizar os investimentos em infraestrutura e, especialmente, a

Atrelado a isso, ocorre o fortalecimento de relações intrabloco através de mecanismos de cooperação e investimentos empresariais diretos (CERVO, 2012).

⁶¹ O desenvolvimento e andamento do Mercosul será discutido no decorrer deste trabalho.

combinação de juros altos e câmbio apreciado, que impossibilitou o investimento do setor industrial e direcionou parte do crescimento da demanda para o exterior.

O baixo nível dos investimentos é o principal motivo para as dificuldades no crescimento da economia brasileira (CORSI, 2015). O crescimento fundado na ampliação do consumo não consegue manter a expansão da economia a taxas elevadas, visto que, o endividamento da população apresenta limites, atrelado ao desequilíbrio das contas externas.

Diante da queda de popularidade e das pressões de diferentes setores das classes dominantes e do capital financeiro global, o governo Dilma recuou. O Banco Central acelerou o processo de majoração dos juros iniciado em abril de 2013, advogando a necessidade de fazê-lo para conter a inflação dentro da meta, apesar das taxas internacionais continuarem bastante baixas. A taxa básica de juros subiu de 7,25% em março de 2013 para os atuais 11,75%. De maneira defasada no tempo, essa medida, vem contribuindo para a desaceleração da economia, ao que se soma o contexto internacional instável e as incertezas quanto as políticas do novo mandato de Dilma (CORSI, 2015, p.100).

Deste modo, a tímida retomada do crescimento iniciada em 2013 e resultado parcial das medidas expansivas adotadas desde 2011, foi contida. O cenário de crescente vulnerabilidade externa, atrelado ao baixo crescimento econômico, a queda no ritmo de crescimento no setor industrial, a insistência das pressões inflacionárias, entre outros aspectos, foram de difícil solução para o governo Dilma.

Contri (2014) explicita que, as baixas taxas de crescimento mundial, especialmente as dos países centrais, bem como a desaceleração da China e da Índia, tornaram-se fator limitador do crescimento em volume das exportações brasileiras. Na contrapartida, as importações apresentaram taxas elevadas de crescimento, exceto em 2012, fazendo com que o setor externo tenha uma contribuição líquida negativa para a variação do PIB. O governo federal implantou medidas para alterar essa situação, mediante desoneração da folha de pagamentos de alguns setores exportadores, contudo foram incapazes de aumentar as exportações.

Reverter esse quadro não será obra de políticas de curto prazo e está além da capacidade das políticas fiscal e monetária. Um reposicionamento da taxa de câmbio, que já tem sido feito no governo Dilma, deverá trazer benefícios para a competitividade nacional, mas tal medida deverá ser feita gradualmente, em função de seus impactos sobre a inflação (CONTRI, 2014, p. 13).

Outro elemento que contribuiu para esta situação foi o esforço do governo em manter a inflação acima da meta. Soma-se a isso o fato de que, a partir do segundo

semestre de 2012 a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), ter aumentado. Contri (2014) acrescenta que, a principal mudança estrutural com efeito direto sobre a inflação encontra-se no mercado de trabalho, pois pela primeira vez na sua história, o Brasil contou com taxas de desemprego tão baixas como deste governo.

Ainda em relação as principais mudanças ocorridas a partir dos anos de 1980, tem-se a integração sul-americana, com destaque para o Mercosul. Fundamental aqui considerá-lo, tendo em vista a importância que assume para as aglomerações urbanas de Foz do Iguaçu e Uruguiana.

Em março de 1991 foi assinado o Tratado de Assunção e efetivada a constituição do Mercado Comum do Sul, oficialmente chamado de Mercosul. Com a assinatura do Protocolo de Ouro Preto em 1994, definiu-se também os elementos da União Aduaneira e o estabelecimento da Tarifa Externa Comum (TEC)⁶². A criação do Mercosul se deu em um momento em que a maior parte dos países componentes buscava combater as altas taxas de inflação e a estagnação econômica que marcou a década de 1980.

O Brasil e a Argentina, em especial, foram marcados pela hiperinflação nos anos de 1989 e 1990, com a Argentina alcançando quase 5000% de taxa anual em 1989 e 1300% de inflação acumulada nos preços ao consumidor no ano seguinte. No início de 1991 se deu a aplicação da conversibilidade, com a dolarização da economia argentina na paridade de 1 peso = 1 dólar. Esta medida transformou a economia do país, levando a uma rápida convergência da inflação, visto que em 1993 a Argentina apresentou inflação anual de 7,4% (BAUMANN, 2006)⁶³.

As economias do Paraguai e do Uruguai, por sua vez, foram impactadas pelos resultados da estabilização ocorrida no Brasil e na Argentina. O nível de atividade, os fluxos de capitais, bem como as pressões de preços, variavam de acordo com o fracasso ou sucesso dos planos dos países vizinhos, refletidos nas variações do poder de compra das exportações e na evolução da taxa de câmbio bilateral.

⁶² “O primeiro, composto de bens de capital (900 itens tarifários), foi fixado em 14% (moeda), inferior em 6 pontos percentuais (p. p.) à tarifa brasileira e superior às da Argentina e do Paraguai, ambos com 0%, e à do Uruguai, com 10%, e às de produtos de informática e telecomunicações (200 itens tarifários) em 16%, contra uma taxa de 35% e 40%, no Brasil, com tarifas idênticas às de bens de capital nos demais países sócios. Para evitar os custos de uma mudança instantânea na tarifa destes bens, foi fixado um programa de convergência linear e automática: para a Argentina e o Brasil, até 2000 para bens de capital e 2005 para bens de informática e telecomunicações, e para o Uruguai e o Paraguai, até 2006 para ambos os bens” (KUME; PIANI, 2011, p.18).

⁶³ A discussão sobre a economia brasileira deste período foi realizada no item anterior.

Neste sentido cabe apontar que, em 1990 o Paraguai contava com uma inflação de 44% e o Uruguai de 129%. Ao contrário do Brasil e da Argentina, estes países não utilizaram mecanismos heterodoxos, optando pela política monetária tradicional e políticas cambiais com distintos graus de intervenção para orientar os preços nas suas economias.

Para Arturi (2013), a formação inicial do Mercosul caracteriza-se como um produto híbrido dos processos de integração da década de 1980 entre Brasil e Argentina, que tentavam ainda proteger o modelo de substituição de importações como “regionalismo aberto”, promovido pelos mesmos países na década de 1990, sob a inspiração neoliberal do Consenso de Washington⁶⁴. Diante disso, o Mercosul constituiu uma união aduaneira incompleta, base de um bloco regional de caráter intergovernamental, com predominância do executivo, sem instituições de fato supranacionais e limitado inicialmente, a área econômica (ARTURI, 2013).

Foi, a partir 1999, com a desvalorização do real e suas consequências nos demais países, que a coordenação macroeconômica do Mercosul passou a efetivar-se. Isso ocorreu com o estabelecimento de metas para a solvência fiscal e para a estabilidade monetária.

Após as crises argentina e uruguaia em 2002 a trajetória macroeconômica dos países do Mercosul passou a seguir os bons ventos da economia mundial, facilitando o ajuste em suas contas externas. A taxa de inflação retornou rapidamente aos níveis de um dígito e a expansão da dívida pública vem sendo controlada. No entanto, a convergência macroeconômica, como outros temas no Mercosul, é uma meta de longo prazo (BAUMANN, 2006, p.8).

O autor aponta ainda que, entre os anos de 1990 e 2005, aumentaram expressivamente as relações econômicas dos quatro países membros do Mercosul com o restante do mundo. O valor exportado duplicou na Argentina, e no Uruguai e no Brasil cresceu quatro vezes, apenas no Paraguai não foi registrado crescimento de exportação neste período⁶⁵. Apesar deste visível crescimento, o Mercosul é um dos blocos de países com coeficiente de abertura mais baixo. Seu coeficiente de abertura (exportações e

⁶⁴ O processo de aproximação dos países do Cone Sul condisse com a redemocratização de suas sociedades. “[...] se por um lado é possível concluir que houve ganho em termos de estabilidade democrática, ao mesmo tempo as turbulências políticas localizadas foram certamente um complicador adicional para a convergência desejável, por exemplo, para as políticas macroeconômicas” (BAUMANN, 2006, p.2).

⁶⁵ Arturi (2013) chama atenção para a diminuição da importância do Mercosul para a econômica brasileira, visto que os países do bloco eram responsáveis por 17% do comércio exterior do Brasil em 1998, contra 9% em 2010.

importações em relação ao PIB) não passa de 20%, enquanto em outros blocos regionais chega a superar os 40%.

Em 2005 foi realizado um acordo para a adoção de um mecanismo de adaptação competitiva (MAC), que agiria como um instrumento de regulação do comércio, servindo de proteção a determinados setores sensíveis, caso um surto de exportações de um outro país estivesse prejudicando. A passagem de mercados nacionais para um mercado único regional altera a qualidade das relações entre os Estados membros e entre suas sociedades, bem como o peso dos diferentes agentes produtivos e a localização de suas atividades; essas modificações e deslocamentos acarretam mudanças nas políticas nacionais.

Os países membros do Mercosul apresentam grandes assimetrias estruturais. Juntos, Paraguai e Uruguai, representavam em 2008 menos de 4% da população e menos de 3% do PIB do bloco. O Brasil, por sua vez, representava cerca de 80% da população e 75% do PIB. De acordo com Souza et al (2010), estas assimetrias determinam, em partes, a capacidade dos Estados membros beneficiarem-se da maior integração econômica.

A maior diversidade da economia brasileira em relação aos demais países fazem com que a tarifa externa comum do bloco contemple a estrutura tarifária e os interesses comerciais do Brasil. Os ajustes realizados pelo Uruguai e Paraguai para a fixação da TEC, envolvem aumento de tarifas e dos custos de grande parte das importações desses países, já que a produção do Brasil e da Argentina não são suficientes em alguns setores para atender a demanda de todo o bloco. Na contrapartida, em razão de sua maior economia, população e influência na agenda política internacional, o Brasil sequer aceitou a criação de instituições ou normas supranacionais que diminuíssem sua autonomia.

A ausência da supranacionalidade é agravada pela incapacidade ou indisposição desses países de internalizarem as regras por eles acordadas. De acordo com a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, das 120 decisões do Conselho do Mercado Comum (CMC), somente 36 (o que corresponde a 30%) foram aprovadas nos legislativos dos quatro países (SOUZA et al, 2010, p.19).

As assimetrias políticas criam externalidades negativas, as quais podem induzir retrocessos no processo de integração. Isso agrava-se, pois na sua criação, o Mercosul evitou adotar políticas com objetivo de reduzir as desigualdades entre os países. Souza et al (2010) explicam que, a não adoção do princípio de tratado especial e diferenciado pelo Mercosul, é consequência do fato de que, o bloco surgiu de um acordo bilateral entre Brasil e Argentina.

Desde sua constituição, o Mercosul vem traçando sua política comercial com demais parceiros. Entre estes, um acordo em busca de uma formação de zona de livre comércio com a União Européia, foi assinado em 1995. Castilho (2001) evidencia que, o comércio entre as duas regiões é muito importante para o Mercosul, pois a União Européia é seu principal parceiro comercial. Contudo, o inverso não ocorre da mesma forma, já que o peso do Mercosul no mercado europeu é reduzido.

Um dos motivos desta disparidade encontra-se na Política Comercial Comum (PCC) e na estrutura de proteção européia. Esta política é bastante discriminatória em relação aos parceiros comerciais e aos produtos, os quais devem seguir a “hierarquia de preferências” européia⁶⁶. Em um contexto político internacional em transformação, a existência de governos que tem afinidades não tem sido o bastante para o aprofundamento de políticas de integração. As lideranças políticas da América Latina, segundo Vigevani e Ramanzini (2010), tem buscado maior autonomia na atuação internacional de seus países.

Neste sentido observa-se que, a partir da década de 1990 ocorre o fortalecimento do paradigma universalista da política externa brasileira, que relaciona-se com o entendimento da abertura do sistema internacional para a projeção internacional do país. Isso é evidente através da intensa participação em distintas instâncias internacionais, como nas missões de paz, organizadas pelas Nações Unidas, na articulação de coalizões multilaterais, como no grupo Índia, Brasil e África do Sul (IBSA) e no BRICS.

O Mercosul, em nenhum momento deixou de ser considerado, mas foram poucas as políticas voltadas ao fortalecimento do bloco com base no que seria a inserção brasileira conjuntamente com seus parceiros da união alfandegária. Grande parte dos esforços em relação ao bloco diz respeito a superação das dificuldades e sempre de forma pontual.

A partir de 2003, com o governo Lula, nota-se uma certa inclinação, especialmente por parte do Brasil, em relação ao tratamento das assimetrias existentes no Mercosul. A partida foi dada com a criação do Fundo para Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM). Trata-se de um mecanismo voltado a diminuição de assimetrias entre os países integrantes do bloco. O Focem tem como seus maiores contribuintes os países com economias mais fortes, e como beneficiários, as menores economias.

⁶⁶ Para aprofundamento na relação entre o Mercosul e a União Européia, ler: VALLE, V. M. O peso das relações inter-regionais com a União Européia em relação a outras alternativas de política externa do Mercosul. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 1, 2005.

As fontes de financiamento do FOCEM são, essencialmente, duas: as contribuições dos Estados-membros; e as contribuições de países terceiros ou organismos internacionais. Foram estabelecidas cotas de contribuição e recebimento de acordo com a série histórica do PIB de cada país. Dessa forma, o montante de cem milhões de dólares anuais deve ser aportado pelos quatro Estados-membros de acordo com as seguintes porcentagens: 1) Argentina – 27%, 2) Brasil – 70%, 3) Paraguai – 1%, 4) Uruguai – 2%. Obedecendo à mesma lógica definida pela série histórica do PIB dos Estados-membros, as cotas de recebimento foram definidas desta forma: 1) Argentina – 10%, 2) Brasil – 10%, 3) Paraguai – 48 %, 4) Uruguai – 32% (TESSARI, 2012, p.125).

As iniciativas direcionadas para a redução das assimetrias estruturais intrabloco não restringiram-se ao Focem. Outras ações complementares foram instituídas, a exemplo do Fundo Mercosul de Garantia para Micro, Pequenas e Médias Empresas e o Fundo da Agricultura Familiar do Mercosul (MARTINS; SILVA, 2011) .

Vigevani e Ramanzini (2010) explicitam que, houveram alguns esforços dos presidentes Nestor e Cristina Kirchner e de Lula no sentido de favorecer investimentos de empresas estatais ou com financiamento do BID e BNDES que priorizassem as cadeias produtivas. Um deles foi a realização do acordo para a criação do Sistema de Pagamentos em Moeda Local (SML), vigente a partir de 2008, mas que, com a crise financeira internacional, ao desvalorizar de forma desigual o peso e o real, desestabilizou a concretização desse sistema.

A partir de 2007 o governo brasileiro passou a oferecer aos países vizinhos fundos compensatórios, a fim de minimizar as assimetrias estruturais, perdão de dívida, investimentos, especialmente da Petrobras, e financiamento através do BNDES, entre outros. Barbosa (2008) salienta que, a partir deste momento a política externa brasileira passou a dar mais ênfase ao relacionamento bilateral, através de cooperação em diversas áreas, deixando para um segundo plano os esforços de integração regional. A autora (2008, p.15) aponta alguns motivos para esta interação do Brasil com os países vizinhos:

A diversificação dos interesses brasileiros e a crescente presença de brasileiros e empresas nacionais nesses países criam desafios novos para os formuladores da política para a América do Sul; os mecanismos institucionais existentes, inclusive os criados pelo Mercosul nos anos 1990, mostram-se pouco adequados para atender aos interesses do Brasil; temas não-comerciais e não-econômicos passaram a ter maior prioridade na agenda; a maior aproximação entre os países da região e a necessidade do melhor aproveitamento dos seus recursos naturais determinaram a criação de uma nova agenda onde infra-estrutura e energia passaram a ter alta prioridade; defesa e segurança tornaram-se uma preocupação em virtude dos crimes transnacionais, como contrabando de armas e tráfico de drogas, e do surto de compra de armamentos por países da região. A instalação de bases militares da Venezuela na Bolívia é, por exemplo, um foco de atenção das Forças Armadas do Brasil.

A criação de importantes fundos para o desenvolvimento, para a integração econômica e para a redução das assimetrias, como os já citados FOCEM e BNDES, bem como IIRSA, o acordo entre o Mercosul e a Comunidade Andina em 2004 e a incorporação da Venezuela como membro associado em 2006 e permanente a partir de 2012, acentuou estas relações⁶⁷. Além disso, novas instituições de integração foram criadas, como a União das Nações Sul Americanas (UNASUL) em 2007, sob estímulo do Brasil e que teve como antecessor a Comunidade Sul Americana de Nações (CASA), criada em 2004.

Arturi (2013) salienta que, a constituição do Mercosul enquanto bloco de integração regional mais abrangente e profundo, necessita, além da ampliação das relações econômicas entre seus membros e com outras áreas, a criação e o fortalecimento de instituições efetivamente supranacionais. Acrescenta ainda que, o Parlamento do Mercosul (Parlasul) não possui poderes legislativos, nem participa ativamente no processo decisivo do bloco.

Foi através da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul Americana (IIRSA) em 2000, que algumas demandas antigas por transporte foram realizadas. Essa iniciativa regionalizou o continente através de 10 Eixos de Integração e Desenvolvimento (EIS), são eles: Andino, Andino do Sul, Capricórnio, Hidrovia Paraguai-Paraná, Amazonas, Escudo Guianês, do Sul, Interoceânico Central, Peru-Brasil-Bolívia e Mercosul-Chile (SOUZA, 2015).

⁶⁷ Além dos países membros do Mercosul, Chile, Peru, Colômbia, Equador, Suriname e Bolívia tornaram-se países associados ao bloco.

Entre as principais cidades destacam-se, no caso argentino, a Cidade Autônoma de Buenos Aires (CABA), Córdoba/CB e Mendoza/MZ; no Brasil, toda a Região Sul e parte da Região Sudeste com as capitais Porto Alegre/RS, Florianópolis/SC, Curitiba/PR, São Paulo/SP e Belo Horizonte/MG; no Paraguai, a Região Oriental; no Chile, quase a totalidade do país e no Uruguai todo o país. Consequentemente, devido à dinâmica econômica existente nessa área, ocorre a concentração dos principais portos de cada país, como, no caso brasileiro, os portos de Santos, além do porto de Paranaguá, São Francisco e Porto Alegre; no caso argentino, os portos de Corrientes, Diamante, San Lourenzo e Quequén; no Paraguai, o porto de Assunção; no Uruguai, o porto de Montevideu e no Chile, o porto de Valparaíso e Coquimbo (SOUZA, 2015, p.23).

Essa área conta com uma concentração de rotas de exportação de mercadorias, com a existência de postos aduaneiros de fronteira. No Brasil: Foz do Iguaçu, Dionísio Cerqueira e Uruguaiana; na Argentina: San Javier, Paso de los Libres, Puerto Unzué, Agua Negra, Picas Negra, Cristo Redentor; no Paraguai: Ciudad del Este; no Uruguai: Chuy, Santana, Río Branco e no Chile: Agua Negra, Cristo Redentor e Pehuenche. Diante disso, em 2004 foi eleito um grupo formado por 31 obras que constituíram a Agenda de Implementação Concensuada (AIC) para o período de 2005 a 2010, sendo ampliada em 2011 com o nome Agenda de Projetos Prioritários (API), com obras definidas para o período de 2011 a 2016⁶⁸.

Diante desses apontamentos nota-se que, o Mercosul passou por uma série de problemas em relação a sua estruturação e desenvolvimento, especialmente até 2002. Com o início de governos nacionalistas nos países membros, houve melhoria do ponto de vista da integração e de projetos voltados para o crescimento das relações intrabloco, o que fortaleceu o relacionamento com os governos dos países fronteiriços ao Brasil, com destaque para aqueles das aglomerações urbanas de fronteira de Foz do Iguaçu e Uruguaiana, que através de suas estações aduaneiras, puderam intensificar os fluxos comerciais, como veremos a seguir. A partir de 2015, diante dos acontecimentos políticos,

⁶⁸ Entre os projetos no Brasil, destaca-se a ampliação e duplicação da BR 101, entre o município de Palhoça/SC e Osório/RS, além da restauração de pontes, construção de túneis, viadutos, passagens interiores e passarelas. A construção da segunda ponte internacional sobre o rio Jaguarão, ligando a BR 116 e a rota 26 UR também compõem este projeto. O objetivo é viabilizar um plano de ordenamento territorial para as cidades de fronteira de Jaguarão/BR e Rio Branco/UR. Na Argentina está programada a duplicação da Rota 14 para facilitar a circulação entre as cidades de Uruguaiana/BR e Paso de los Libres/AR, Frey Bento/UR e Gualedaychú/AR. Destaque também para o projeto Gasoduto do Nordeste Argentino (GNEA), que deverá percorrer 1.500 Km, passando pelas províncias de Salta, Formosa, Chaco, Misiones, Corrientes, Santa Fé e Entre Rios, permitindo a interconexão das reservas de gás do norte argentino e da Bolívia com o Sistema Nacional Inerconectado de Gases Troncales de Argentina (SOUZA, 2015).

não há como tecer análises sobre o futuro do Mercosul, difícil inclusive de discutir a continuidade do bloco.

O período entre 1980 e 2015 foi intenso no sentido das mudanças que ocorreram na política brasileira, da alteração de governos neoliberais para governos nacionalistas, especialmente em relação a atenção dada as fronteiras e as integrações, mesmo que de forma inicial e tardia (se considerar o tempo de existência de acordos, projetos e especialmente do Mercosul). Os últimos acontecimentos de ordem política, como o retorno de governos neoliberais no Paraguai e na Argentina, assim como o golpe no Brasil e a volta de um governo neoliberal após 13 anos de políticas nacionalistas, apresenta um cenário de incerteza do ponto de vista das perspectivas, tanto políticas, sociais, econômicas, jurídicas e culturais no Brasil, nos países do Mercosul e nas aglomerações urbanas de fronteira.

Este período também foi importante para o aprimoramento de atividades desenvolvidas nas cidades das aglomerações de fronteira, por isso a seguir trataremos tais atividades, a começar pelos agronegócios e seus desdobramentos nas áreas em tela.

5.3. Os Agronegócios e sua realização nos Municípios das Aglomerações Urbanas de Fronteira

Ao iniciar a discussão sobre o agronegócio, é necessário lembrar que, a crise da economia mundial, iniciada na fase b do 4º Kondratieff a partir da década de 1970, estimulou a necessidade de uma reestruturação técnico produtiva.

Essa reestruturação visa a redução do uso de tecnologias vinculadas as formas de produção baseada no modelo fordista. As alterações passam pela incorporação de novas tecnologias de produção e produto e novos métodos organizativos. A modificação no padrão técnico-produtivo-organizacional, tornou-se possível através da introdução de novas tecnologias com base na microeletrônica, que manifesta-se na robótica, na automação integrada por computadores, nas técnicas de desenho e engenharia. Essas novas tecnologias substituem a produção rígida pela forma de produzir mais flexível (ESPÍNDOLA, 2015, p.2).

A expansão dos agronegócios brasileiros nos últimos cinquenta anos provocou grandes alterações na estrutura de mercado e na introdução da agropecuária no complexo produtivo da agricultura. A análise produtivista desse processo leva ao erro de considerá-lo apenas sob a ótica da relação mais próxima entre agricultura e indústria, com a crescente intersecção produtiva implantada pelo processo de industrialização advinda da Segunda Revolução Industrial. “Em economias continentais como a brasileira, exigente

em irradiar esse processo por largo espaço territorial, essa transformação conforma-se como um autêntico processo de agroindustrialização” (GONÇALVEZ, 2005, p.7).

A agropecuária se estabelece enquanto um elo da produção de riqueza, multiplicada por setores emancipados do antigo complexo rural, para constituir estratégicos setores da agroindústria de insumos e máquinas, das agroindústrias processadoras e das agroindústrias de alimentos e vestuários.

Gonçalves (2005) evidencia que, a sobrevivência do agropecuarista o induz a trabalhar com um único produto, anulando sua autosuficiência e distanciando o agente produtivo do consumidor. O elemento mais profundo desta mudança é que torna o agropecuarista capitalista, encontra-se no fato de que, sua ação produtiva exige, além da terra e do trabalho, o dinheiro para a compra de maquinário, dos insumos e do trabalho dos empregados, portanto, o crédito torna-se fator indispensável.

Anteriormente apontamos que Rangel (1981) falava da necessidade de um aparelho de intermediação para a expansão do Departamento I. Gonçalves (2005) mostra que, a agropecuária moderna tornou-se o setor em que isso é mais amplo, pois a agropecuária moderna pode ser realizada com menos terra e menos trabalho, entretanto com muito mais capital, inserindo-se na lógica da expansão da reprodução ampliada do capital, ou seja, a “[...] lógica de reprodução ampliada do capital é lastreada na ação tipicamente capitalista de aplicar dinheiro (D) na produção de mercadorias (M) para obter mais dinheiro (D’)” (GONÇALVES, 2005, p. 8).

Diante disso, o complexo de agronegócios da agricultura pode ser considerado uma estrutura de segmentos setoriais, onde a produção biológica passa a ser caminho estratégico para a combinação de insumos e instrumentos criados fora do campo e a ser fornecedora de bens intermediários para estruturas de agregação de valor, envolvendo empreendimentos em cadeias que, tem início nas indústrias de insumos e maquinaria e se finalizam nas estruturas de varejo.

Neste contexto, verifica-se o aumento das formas de venda antecipada de safras, de operações lastreadas em instituições de administração de risco, como as Bolsas de Mercadorias e de outros mecanismos de contratualização, que representam um caminho no sentido de gerenciamento da disparidade de poder de mercado, interna as cadeias de produção dos agronegócios.

Mais ainda, porque os ajustes acabam se produzindo no campo, onde se localiza o elo tomador de preços. Isso porque a grande empresa da agroindústria de processamento enfrenta a solidificação de duas estruturas empresariais de mesma ou ainda maior magnitude de concentração do capital, que são os oligopsônios representados pelas *'trading companies'* atuantes no comércio exterior – que também atuam comprando diretamente dos agropecuaristas para produtos não processados – e pelas grandes redes de supermercados. Dado que ambos oligopsônios têm imenso poder de mercado e conseqüentemente de formar preços, na execução de sua governança sobre o processo, quando submetidos a pressões que comprometam suas margens, adotam estratégias de repassar o ajuste para os elos à montante das cadeias de produção (GONÇALVEZ, 2005, p.12).

Para o autor, esta situação pode comprometer a competitividade setorial. Deste modo, a criação e fortalecimento dos mecanismos de gerenciamento de riscos, na perspectiva institucional, tal como as operações em bolsas de mercadorias, como as câmaras setoriais e os contratos bilaterais, constituem caminho alternativo.

Neste conjunto observa-se a ampliação dos serviços para agropecuária, de preparação e logística, que representam a incorporação de utilidades de beneficiamento, transporte, acesso e armazenagem do produto agrícola. Além disso, ocorre o crescimento e o desenvolvimento dos serviços associados às cadeias de produção da agricultura, a exemplo da assistência técnica e manutenção especializada de equipamentos rurais, agroindustriais, laboratoriais e de informática.

Arelado a exigência de profissionalização gerencial dos estabelecimentos, ocorre o avanço dos serviços de assistência técnica especializada em planejamento e gestão de empreendimentos, de tributação e contabilidade e de gestão financeira. Os serviços agropecuários transacionais e de distribuição também tem evoluído; nestes serviços estão incluídas as estruturas de intermediação, representadas pelos compradores, pela estrutura do comércio atacadista e pelos equipamentos varejistas na distribuição final. Estas são representadas pelas transações em cadeia, que encaminham os produtos da propriedade ao mercado, abrangendo a organização transacional do fluxo produção/consumo, onde destaca-se o poder de mercado das redes de supermercados na definição de critérios da constituição de preços.

Atua da mesma forma as *trading companies*, ou seja, as grandes empresas exportadoras, que destacam-se pela grande capacidade financeira e de gerenciamento de risco. Nesta perspectiva, Frederico (2011) destaca os serviços agropecuários de assessoria, as transações pela exigência de serviços profissionais de elevado conhecimento e de alta credibilidade. Trata-se das corretoras especializadas, essenciais

no novo modelo do capital financeiro e que atuam como facilitadoras de negócios nos muitos mercados da agropecuária.

As assessorias de comércio exterior (exportação e importação), os lobistas e grupos de pressão, atuam nos espaços de tomada de decisões estratégicas, a exemplo das políticas públicas. E por fim, os serviços financeiros da agropecuária, através das corretoras, que negociam nas bolsas de mercadorias, bem como nas empresas de gestão financeira e de acompanhamento de agromercados.

Essa maior interdependência, desde logo, implicou numa radical mudança no perfil do Estado Nacional. Na visão vigente, na construção desse processo tinha-se a prevalência do Estado Desenvolvimentista que atuava não apenas como produtor direto, em especial na eliminação dos constrangimentos básicos representados por insumos, energia e transportes, mas também no financiamento do desenvolvimento com base em fundos públicos normalmente aplicados a taxas favorecidas. Esse padrão de intervenção estatal está sendo substituído pela ação do Estado da Regulação, onde as ações governamentais de política institucional não apenas estabelecem normas e procedimentos que regem os parâmetros da atividade econômica como, principalmente, estruturam o desenvolvimento de mecanismos de mobilização de recursos para financiamento da produção com base no mercado financeiro (GONÇALVEZ, 2005, p.19).

Diante disso Fresca (2016) mostra que, a financeirização teve início na década de 1960 a partir da oferta de crédito subsidiado pelo Estado. A partir da década de 1980 ocorreu o esgotamento dessa forma de financiamento, haja vista as políticas macroeconômicas do período, passando então para inserção da agricultura na lógica do sistema financeiro, primeiramente para a obtenção de crédito barato e depois para demais movimentações financeiras. Surgiram outros meios de venda antecipada e crescimento de mercado futuro, inserindo esses na lógica do desenvolvimento capitalista de forma estável e consistente (FRESCA, 2016).

É neste processo iniciado na década de 1980 que, parte da agropecuária tem obtido financiamento para suas atividades, tal como custeio, capital de giro das agroindústrias e parcela de investimentos. Destaque para o crédito rural, que desde 2003 destaca-se pela grande expansão, totalizando R\$3.158 bilhões em 2003 e R\$16.359 bilhões em 2012. Dentre os programas de financiamento rural consta o sistema financeiro através da Cédula do Produto Rural-CPR, da Letra de Crédito do Agronegócio-LCA e do Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio-CDCA.

A Cédula do Produto Rural foi criada em 1994 para a obtenção de crédito rural sem a participação do Estado; alterações na legislação ocorreram em 2001, e em 2004 novas regulamentações sobre a financeirização da agropecuária no Brasil foram criadas. Trata-se da criação do Certificado de Depósito Agropecuário-CDA, do Warrant Agropecuário – WA, do Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio-CDCA, da Letra de Crédito do Agronegócio-CRA, entre outras.

O CDA é título de crédito representativo de promessa de entrega de produtos, derivados, subprodutos e resíduos de valor econômico agropecuários. O WA representa título de crédito representativo de promessa de pagamento em dinheiro, o qual confere direito de penhor sobre o CDA correspondente, bem como sobre o produto nele descrito (BRASIL, 2004). Já o CDCA, LCA, LCR:

[...] são vinculados a direitos creditórios originários de negócios realizados entre produtores rurais, ou suas cooperativas, e terceiros, inclusive financiamentos ou empréstimos, relacionados com a produção, comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos ou insumos agropecuários ou de máquinas e implementos utilizados na atividade agropecuária (BRASIL, 2004, n. p.).

Inserido neste contexto recente, a CPR foi o primeiro modo de obter crédito sem a participação do Estado. Trata-se de um instrumento de financiamento da produção e da comercialização da produção, expedida por produtores rurais, suas associações e cooperativas de produção, ou seja, “[...] é um tipo de contrato em que o produtor recebe antecipadamente dado valor correspondente a certa quantidade de produto a ser entregue na safra, por determinada taxa de juro. Nesse caso trata-se da CPR física” (FRESCA, 2016, p.18).

Estabelecida em 2001, há também a modalidade financeira onde ocorre o mesmo processo, diferenciado apenas em relação a liquidação do título, que é feita em dinheiro e não em produtos. A autora (2016) aponta também, o CRP Pignoratícia, instituído em 1967 e componente do sistema oficial de crédito concedido pelo Estado, aplicada a hipoteca e ao penhor e associada a uma taxa de juros e/ou indexador de reajuste monetário. Além destes, existem outros títulos ligados aos agronegócios e que possibilitam a obtenção de crédito para atividades na Bolsa Brasileira de Mercadorias.

As bolsas de mercadorias, por sua vez, surgiram no século XIX e assumiram um papel estratégico no mercado, tal qual as instituições bancárias no processo de financeirização da riqueza. A partir da década de 1980 foram criados novos mecanismos

de financiamento da produção para o mercado, lastreados diretamente entre compradores e fornecedores da agropecuária. Já na metade da década de 1990, destaque para as formas de venda antecipada e o crescimento do mercado futuro. Para Gonçalves (2005), tratam-se das opções mais estáveis para o desenvolvimento capitalista e para a sustentabilidade estrutural, pois as operações no mercado financeiro por meio da inserção de títulos na Bolsa de Mercadorias operam não somente enquanto gestão de risco, mas enquanto parâmetro para vários contratos de venda antecipada. O financiamento da produção, ligado a redução de risco de preços, gera uma estabilidade para a durabilidade de investimentos em inovação.

Em relação ao crescimento das exportações de *commodities* no Brasil, este explica-se pela valorização nas cotações, que teve início em 2000, atingindo recordes em 2011, a exemplo dos preços dos minérios, com crescimento de 150%. Contudo, os preços dos outros produtos não aumentaram mais que 44%. Produtos como o suco de laranja, couro, carne bovina, suína e de frango, foram isentos da combinação entre elevação de preços e o aumento do *quantum* exportado. Apenas a carne bovina e de frango tiveram crescimento na quantidade de 333% e 294%, respectivamente.

Em 2012 a carne bovina participou com U\$ 5,9 bilhões das exportações totais do agronegócio (ESPÍNDOLA, 2013). O autor aponta que, o desempenho exportador dessa cadeia produtiva está relacionado a outros elementos, com destaque para o melhoramento genético⁶⁹, a melhoria das pastagens, manejo, sanidade e confinamentos, ao processo de inovação em cortes especiais, a crise da aftosa e da vaca louca na Europa e nos Estados Unidos, aos focos de gripe aviária na Ásia, a redução de oferta mundial de frango por parte da China e dos Estados Unidos, a estabilização da União Européia no mercado mundial, a conquista de novos mercados e a consolidação em mercados tradicionais (Estados Unidos e Europa).

No início da década de 1960 foram colhidas no Brasil 17,2 milhões de toneladas de grãos em 22 milhões de hectares; em 2012 a produção saltou para 162,8 milhões de toneladas em 50,8 milhões de hectares. O crescimento foi de 783 toneladas por hectare para 3.240 toneladas por hectare, ou seja, 4,1 vezes. Entre os anos de 1970 e 2013 a

⁶⁹ O desenvolvimento tecnológico nas agroindústrias de carnes, depende do melhoramento genético dos animais, que por sua vez, utiliza-se de duas ferramentas. A primeira diz respeito a seleção dos animais de uma geração que serão pais da geração seguinte e a segunda trata-se do cruzamento de indivíduos pertencentes a raças ou espécies diferentes (ESPÍNDOLA, 2012). Sobre as técnicas utilizadas, destaque para a Inseminação Artificial e Transferência de Embriões, a micromanipulação e produção in vitro de embriões.

produção de carne bovina aumentou de 1,8 milhões de toneladas para 9,5 milhões (CONAB, 2014).

Nesta perspectiva, o Brasil detém 81% do total das exportações mundiais de suco de laranja, 36% da carne de frango, 33% de açúcar, 30% de café, 18% de carne bovina, 32% de farelo de soja, 28% de óleo de soja e 8,5% de carne suína. Para Espíndola (2014, p.5), os motivos para o crescimento da produção brasileira de gêneros alimentícios, especialmente os direcionados ao mercado externo, estão relacionados aos seguintes fatores:

(1) do crescimento populacional estimado em 7,8 milhões de pessoas em 2.025; (2) do crescimento do processo de urbanização (projeções da ONU, indicam que, em 2025, 61% da população mundial concentrar-se-á na urbe); (3) da recuperação da economia americana; (4) da continuidade do programa de biocombustível dos EUA; e (5) da continuidade da mudança do padrão de consumo mundial (produtos processados, porcionados, orgânicos, entre outros).

Diante disso verifica-se que, a agropecuária teve crescimento de 6,5% em 2010, ocupando o segundo lugar dos setores que mais cresceram no país; em valores o PIB brasileiro totalizou R\$ 3.675 trilhões e o PIB da agropecuária R\$180,8 bilhões (IBGE, 2011). Trata-se do resultado de um processo intensificado a partir de 2003 com o governo Lula; no entanto, anterior a esse período e especialmente ao longo da década de 1980, a política de crédito rural passou por mudanças significativas, tornando-se restrito após duas décadas de grande disponibilidade.

Como visto, neste período as novas alternativas para financiamento da agropecuária vieram do sistema financeiro privado, como a Cédula de Produtor Rural, por exemplo. Entre 1987 e 1995 a taxa de crescimento da produção agrícola no Brasil foi praticamente nula. É partir de 2003 que o agronegócio brasileiro entre em nova fase, quando torna-se um dos maiores países produtores e exportadores de alimentos. Isso se deu, entre outros motivos, pelo aumento no volume de crédito, que cresceu cinco vezes: dos R\$27,6 bilhões da safra 2002/2003 para R\$ 156,6 bilhões na de 2014/2015 (BRASIL, 2015). Atrelado ao aumento na oferta de crédito, teve redução das taxas de juros e melhoria nas condições de acesso ao crédito e ao seguro rural. Sobre as exportações, em 2013 o setor agropecuário foi responsável por 41,28%, desse montante, 22,9% teve como destino a China.

Esses dados mostram que, foi a partir do governo Lula, com a estabilização da economia e abertura comercial, que os setores exportadores foram favorecidos, especialmente o agronegócio. Diante destes apontamentos e considerando que, o

agronegócio tem destaque nas aglomerações de fronteira de Uruguaiana e Corumbá, e que também passaram por essas fases do agronegócio brasileiro, a seguir discutiremos o desenvolvimento desta atividade nas mesmas.

5.3.1. Agronegócios nas Aglomerações Urbanas de Fronteira

A discussão realizada até o presente momento precisa ser especificada nas aglomerações de fronteira para o entendimento de como a formação socioespacial se realiza nessa escala. Para tanto, serão abordadas primeiramente as atividades ligadas aos agronegócios em Uruguaiana e Paso de los Libres.

Em Uruguaiana verifica-se que, a estrutura dimensional dos estabelecimentos foi pouco alterada a partir de 1970, tanto que a tabela 29 mostra forte concentração da propriedade da terra, pois em 1980 os pequenos estabelecimentos (com até 100 hectares) representavam 43,5% do total numérico e apenas 3% das terras ocupadas. Na contrapartida, os grandes estabelecimentos, com mais de 500 hectares, perfizeram 24% do número total e 79,58% do total de terras. Em 1996 e 2006 a situação era relativamente similar, pois os pequenos estabelecimentos alcançaram 48% do total numérico e 4,1% da área total. Os grandes estabelecimentos representaram 18% do total numérico e 77,7% da área total. Em 1996 (IBGE,1996) ocorreu aumento das terras ocupadas pelos estabelecimentos com até 100 hectares, isso se deu pelos assentamentos.

TABELA 29 - Estrutura dimensional dos estabelecimentos rurais de Uruguaiana:1980/2006⁷⁰

Grupos de área (ha)	1980		Grupos de área (ha)	1996		Grupos de área (ha)	2006	
	Estab	Área		Estab	Área		Estab	Área
Até 49	434	7.654	Até 99	438	9.226	Até 49	540	12.794
50 a 100	160	11.674	100 a 500	416	18.014	50 a 100	261	16.248
101 a 500	439	111.587	Acima de 501	365	599.877	101 a 500	575	127.323
+ de 501	332	510.319				Acima de 501	301	545.609
Total	1.365	641.234	Total	1.219	627.117	Total	1.667	701.974

Fonte: IBGE, Censo Agrícola (1980, 1996, 2006), Sistema Nacional de Cadastro Rural (1997).

Chelotti (2011, p.38) evidência que, sobre as áreas com predomínio de grandes propriedades rurais na Campanha, o processo de modernização não foi capaz de mudar a estrutura fundiária, aliás, concentrou ainda mais. “A grande transformação introduzida pelo processo de modernização nessas áreas foi o desenvolvimento da lavoura capitalista do arroz irrigado, que começou a ser desenvolvida em parceria com a pecuária extensiva”.

Na Argentina, os censos agropecuários foram realizados nos anos de 1988, 2002 e 2008, sendo este último realizado de forma incompleta em algumas províncias, como Corrientes e Misiones, justificando a opção por não utilizar tais dados (CNA, 2008). A tabela 30 apresenta os dados referentes a estrutura dimensional dos estabelecimentos rurais de Paso de los Libres em 1988 e 2002.

TABELA 30 - Estrutura dimensional dos estabelecimentos rurais de Paso de los Libres: 1988 e 2002

Grupo de área (ha)	1988		2002	
	Estab	Área	Estab	Área
Até 49	203	3.366	194	3.546
50 a 100	22	2.113	38	2.865
101 a 500	65	17.561	78	21.307
Acima de 501	101	388.264	118	410.323
Total	391	409.191	428	438.041

Fonte: INDEC, Censos agropecuários (1988, 2002).

⁷⁰ Em 2006 algumas mudanças ocorreram na estrutura dimensional dos estabelecimentos rurais de Uruguaiana, e nesta perspectiva é importante considerar que, em 1997 o distrito de Barra do Quairai foi desmembrado de Uruguaiana, tornando-se município, ou seja, algumas alterações em relação a área e quantidade de estabelecimentos rurais está relacionado com esta questão.

Poucas alterações ocorreram entre 1988 e 2002 em Paso de los Libres, notando-se que, numericamente, os estabelecimentos com até 100 hectares predominam sobre o total nas duas datas; em termos de área representaram 1,33% e 1,46% em 1988 e 2002. Os grandes estabelecimentos representavam em números: 25,83% e 27,57% dos estabelecimentos em 1988 e 2002, enquanto a área ocupada por esses era de 94,86% do total em 1988 e de 93,60% em 2002, ou seja, ocorre forte concentração de terras em Paso de los Libres.

A tabela 31 apresenta o uso da terra em Uruguaiana entre 1980 e 2006. A pastagem, elemento fundamental para o desenvolvimento da pecuária, perdeu 14,35% de área entre 1980 e 2006, mesmo assim, correspondeu a 79,47% da área total em 2006. Esta diminuição da área de pastagem está relacionada com as técnicas utilizadas na pecuária, especialmente a partir da década de 1990, bem como o desmembramento de Barra do Quarai do território de Uruguaiana. A área de lavoura temporária manteve-se estável, com relativo aumento em 1996 e correspondendo a 15,89% da área total em 2006; a lavoura permanente pouco representa nas atividades agropecuárias do município.

TABELA 31 - Uso da Terra em Uruguaiana:1980/2006

Atividade	1980	1996	2006
	Área (ha)	Área (ha)	Área (ha)
Lavoura temporária	72.907	95.378	79.741
Lavoura permanente	416	710	166
Pastagem	507.988	428.955	395.085
Matas e florestas	20.352	23.894	18.497
Terras incultas	2.658	1.143	3.661
Total	604.321	550.080	497.150

Fonte: IBGE, Censo Agrícola (1980, 1996, 2006), Sistema Nacional de Cadastro Rural (1997).

Em Paso de los Libres a área de pastagem corresponde a 86,25% da área total, fato que evidencia a importância da pecuária para o município, enquanto a área destinada a lavoura temporária perdeu 414 hectares entre 1988 e 2002, totalizando 7.812 hectares em 2002. A lavoura permanente, assim como em Uruguaiana, tem pouca representatividade.

TABELA 32 - Uso da Terra em Paso de los Libres:1988/2002

Atividade	1988	2002
	Área (ha)	Área (ha)
Lavoura temporária	8.226	7.812
Lavoura permanente	187	215
Pastagem	355.831	367.775
Matas e florestas	33.691	31.787
Terras incultas	16.378	18.797
Total	414.313	426.386

Fonte: INDEC, Censos agropecuários (1988,2002).

Para melhor compreender o uso das terras em Uruguaiana, a tabela 33 apresenta dados da produção agrícola. O arroz destaca-se entre os produtos cultivados, com crescimento de 58,9% entre 1980 e 2006, quando registrou 590.329 toneladas colhidas de 71.124 hectares. A área utilizada, por sua vez, aumentou 15.352 hectares nesse mesmo período⁷¹. Já a safra de 2015/2016, rendeu 695.044 toneladas de uma área de 83.030 hectares (IRGA, 2016). Neste sentido, um elemento importante para compreender a estrutura fundiária do município, diz respeito a dimensão das propriedades produtoras de arroz. Segundo o Iriga (2016), na safra de 2015/2016, dos 258 estabelecimentos que cultivaram arroz, 150 possuíam área superior a 200 hectares⁷².

TABELA 33 - Produtos agrícolas cultivados em Uruguaiana: 1980/2006

Principais Culturas	1980		1996		2006	
	Quant. (t)	Área (ha)	Quant. (t)	Área (ha)	Quant. (t)	Área (ha)
Arroz	242.678	55.772	389.331	60.987	590.329	71.124
Milho	79	148	102	177	225	250
Trigo	1.678	2.184	936	1447	255	150
Soja	7.650	8.474	4.669	5023	480	600

Fonte: IBGE, Censo Agrícola (1980, 1996, 2006), Sistema Nacional de Cadastro Rural (1997).

As demais culturas pouco representaram no conjunto da produção agrícola de Uruguaiana, já que a soja, que contou com uma produção de 7.650 toneladas em 1980, passou para uma produção de 480 toneladas em 2006.

Um dos motivos que afetam a cadeia produtiva do arroz irrigado do Rio Grande do Sul é a concorrência de países membros do Mercosul, pois a Argentina e o Uruguai são importantes produtores de arroz irrigado⁷³, sendo grande parte destes produtores brasileiros. Em entrevista, o presidente da Associação de Arrozeiros de Uruguaiana (2016), apontou que esses brasileiros estão produzindo nas cidades de Mercedes na Argentina e em Bella Unión no Uruguai. Além disso, produtores brasileiros estão direcionando-se também para o Paraguai; trata-se de um fenômeno recente, mas que já conta com uma área de aproximadamente 140 mil hectares cultivados, especialmente nas cidades de San Inacio, San Juan Batista e Formosa.

⁷¹ Segundo o IRGA (2016), a área cultivada pode ser alterada (aumentar ou diminuir) de acordo com a disponibilidade de água nas represas.

⁷² A divisão completa por grupo de áreas é: 23 estabelecimentos de até 50 hectares, 19 estabelecimentos com área entre 51 e 100 hectares, 66 com área entre 101 e 200 hectares e 150 com área superior a 200 hectares.

⁷³ Apesar desta atividade ter enfrentado algumas crises, especialmente aquelas relacionadas a quebra de safra e a concorrência com o arroz importado, a área produtiva destinada para este cultivo apresentou crescimento ao longo do tempo.

Estes brasileiros partiram em busca das políticas de incentivo e acesso a terra mais barata e com custo de produção inferior daquelas do Rio Grande do Sul. Soma-se a isso, o crescente incentivo a pesquisa do arroz de sequeiro ou arroz de terras altas⁷⁴ nos estados do Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Maranhão, que tem aumentado a competitividade do produto gaúcho.

Brum e Bezzi (2009) apontam que, a rizicultura desenvolvida no Rio Grande do Sul foi incentivada por políticas governamentais e deste modo, a expansão da atividade esteve alicerçada no incentivo de órgãos como o Incra, a Emater e a Embrapa, bem como do governo do estado por meio das Secretarias Municipais de Agricultura. O acesso a políticas de crédito e financiamento foi um dos elementos principais da expansão da agricultura em áreas tradicionais da pecuária. Atrelado a isso tem-se o fato de que, Uruguaiana apresenta uma boa potencialidade de produção, devido ao tipo de solo, de média fertilidade natural e com ótima resposta a utilização de fertilizantes químicos, possuindo também baixa capacidade de infiltração de água, elemento fundamental para a garantia de seu uso e manejo, contando com grande número de mananciais, arroios e rios.

Como apontado anteriormente, as lavouras de arroz são cultivadas majoritariamente nas grandes propriedades, contudo, ocorre considerável número de arrendamentos. O IRGA (2016) aponta que, dos 550 produtores de arroz de Uruguaiana, 340 são arrendatários. O arrendamento na produção de arroz é geralmente acordado em número de sacas de arroz⁷⁵, podendo o acerto ser feito em seu valor ou sobre sua produtividade. Existe também o arrendamento de água, sendo este um dos principais fatores no custo da produção do arroz irrigado⁷⁶.

Em relação ao beneficiamento, Portela (2007) evidência que, os municípios que mais industrializam o arroz na região da Campanha são Itaqui e São Borja. Entretanto, compram arroz de outras áreas, Itaqui contava em 2006 com um déficit de matéria prima de aproximadamente 2 milhões de sacas de 50 quilos e São Borja com um déficit de 3 milhões de sacas. Mesmo não contando com indústrias, em Uruguaiana estão instalados os escritórios das principais marcas, como a Camil, Josepar, Tio João, Ceolin, Prato fino, Namorado, Zaeli e Pilleco. De acordo com o presidente da Associação dos Arrozeiros

⁷⁴ O arroz de sequeiro ou também conhecido como arroz de terras altas, é cultivado em terras altas, como o próprio nome diz. No Brasil ele tem sido cultivado em áreas de pastagens degradadas, já que tem tolerância a solos ácidos, sendo utilizado inclusive para a sua recuperação. Além disso, é cultivado em rotação de culturas (EMBRAPA, 2004).

⁷⁵ Em 2016 o valor do saco de 50 quilos de arroz é de R\$ 40,00 (IRGA, 2016).

⁷⁶ De acordo com o presidente da Associação dos Arrozeiros de Uruguaiana, grande parte dos produtores de arroz possuem açudes em seus estabelecimentos para a irrigação do arroz.

(2016), todo o arroz produzido em Uruguaiiana sai do município em casca e é beneficiado em outros locais.

Além disso, na Campanha gaúcha estão presentes quatro cooperativas de arroz, cuja participação destas na produção é de apenas 15,06% do total colhido na região, com destaque para a Cooperativa Agroindustrial Alegrete, com participação de 7,5% no total regional. “Atualmente as cooperativas conservam apenas a atividade de recolhimento do arroz junto aos produtores associados, assumindo um papel de meras armazenadoras e repassadoras do produto para as demais companhias. Esta característica reducionista de seu papel econômico também é encontrada nas cooperativas de soja e trigo” (PORTELA, 2007, p.11).

Importante destacar a presença da Bolsa de Mercadorias em Uruguaiiana. Trata-se de uma plataforma eletrônica de comercialização de produtos agrícolas para ofertas públicas de arroz. Em Uruguaiiana isso ocorre diretamente com produtores rurais, cooperativas, cerealistas e outros interessados, com objetivo de fomentar negócios com arroz em casca através de leilões de produções anuais⁷⁷ (MARQUES et al, 2006). Esta comercialização pode ser realizada após o credenciamento de uma corretora da Bolsa Brasileira de Mercadorias.

As corretoras de mercadorias associadas à Bolsa são especializadas na comercialização de produtos agrícolas e estão estabelecidas nas áreas onde a comercialização desses produtos é mais intensa. A Bolsa conta também com corretoras especializadas em licitações públicas para compra e contratação de bens e serviços, como os leilões realizados pela CONAB, direcionados a venda de estoques públicos e estratégicos de milho, arroz, café, feijão, sorgo, sisal, trigo e dos instrumentos de apoio à comercialização do Governo Federal da Política Agrícola Brasileira, como o Prêmio de Escoamento pago ao Produtor Rural – PEPRO e o Prêmio de Escoamento de Produto e de Venda e Contratos e opções de Venda, além de contratação de serviços de transporte para o deslocamento dos produtos (BBM, 2016).

Em entrevista realizada com o presidente da Associação dos Arrozeiros de Uruguaiiana (2016), a comercialização do arroz através dos leilões da Bolsa de Mercadorias não tem muito destaque, fazendo com que as poucas transações comerciais

⁷⁷ Entre os objetivos da Bolsa de Mercadorias, estão: “[...] desenvolver e prover o funcionamento de sistemas para negociação de mercadorias, bens, serviços e títulos, nas modalidades a vista, a prazo e a termo, viabilizando a formação de grande mercado nacional para commodities agropecuárias, com mecanismos modernos de formação de preços e sistema organizado de comercialização” (MARQUES et al, 2006, p.38).

entre produtores de Uruguaiiana e a bolsa, ocorram por meio da Bolsa de Mercadorias de Porto Alegre. A justificativa é de que, tratam-se de produtores que tradicionalmente vendem seus produtos direto para as indústrias e que não adequaram-se ao processo de venda através da bolsa. No entanto, deve-se considerar que este é um serviço relativamente novo do ponto de vista de opção de venda do arroz e por isso, possivelmente existam mais produtores utilizando a Bolsa de Mercadorias para efetuar a venda das produções, mas sem conhecimento da Associação dos Arrozeiros de Uruguaiiana, visto que parte dos produtores do município não participam da mesma. Neste contexto é importante apontar que, o PIB de Uruguaiiana em 2014 foi de R\$ 2.295.349, onde 24% veio do arroz.

Um elemento fundamental no processo de produção do arroz diz respeito as relações sociais, que em Uruguaiiana ocorrem por assalariamento e por contratação temporária. De acordo com o IRGA (2009), para cada 30 hectares cultivados, um posto de trabalho é criado⁷⁸. O presidente da Associação dos Arrozeiros (2016), em entrevista, salienta que, a maior parte dos estabelecimentos contrata pessoal para trabalho temporário no período das safras, contudo, os mesmos mantem alguns trabalhadores e suas famílias no próprio estabelecimento, e além do salário, recebem moradia e participação na produção⁷⁹.

A produção agrícola de Paso de los Libres é basicamente o arroz, pois além deste foi contabilizada a produção de milho, que em 2002 totalizou 1,6 tonelada de um hectare cultivado (INDEC, 2002). Em relação ao arroz, em 1988 foram colhidas 20.878 toneladas de 9.334 hectares, apresentando queda em 2002, quando foram colhidas 19.965 toneladas de 7.810 hectares.

A partir da década de 1990 observa-se na área dos rios Uruguai e Corrientes, tradicionalmente pecuarista, um incremento da produção de arroz, especialmente na província de Mercedes.

Si comparamos los períodos que van desde el inicio del cultivo en los años 30 hasta los años 80 con el comienzo de la década de los años 90 en adelante, en esta zona, los productores se vieron obligados a incursionar paulatinamente en las nuevas tecnologías con la consecuente reestructuración en la organización laboral a riesgo de desaparecer (RAMOS, 2008, p.125).

⁷⁸ Em 2006, de acordo com o Censo Agropecuário, eram 3.757 empregados permanentes e 489 temporários.

⁷⁹ O salário dos trabalhadores fixos (que residem nos estabelecimentos) é de aproximadamente R\$ 1.800,00. Além do salário, recebem toda a infraestrutura, e alguns também possuem a participação na produção, que segundo o presidente da Associação dos Arrozeiros (2016), pode chegar a 400 sacas de arroz por safra.

As inovações tecnológicas são a principal razão para a expansão desta atividade, especialmente o sistema de irrigação por barragens, cujos produtores combinaram a criação de gado com a agricultura.

Entre los años 80 y 90 se puede observar una serie de cambios que alteran la estructura productiva regional y que comienzan a reconfigurar el Complejo Agroindustrial arrocerero correntino. Se reconoce la presencia de actores y capitales tradicionalmente ajenos al mismo, provenientes de otros sectores de la economía externos a las provincias arroceras y también de origen extranjero. Esto es notorio tanto en la etapa primaria como en el resto de las etapas. A la vez, de acuerdo con los datos censales en la Provincia de Corrientes, se constata la pérdida de relevancia en el cai tanto de la agroindustria cooperativa como de los productores de menores recursos, a lo que se suma el debilitamiento del poder de regulación del Estado Nacional” (RAMOS, 2008, p.130).

De acordo com Stangaferro (2016), as empresas arrozeiras fecharam quase todas, pois com a ida de produtores brasileiros, especialmente para Mercedes⁸⁰, os processos de produção e comercialização do arroz foram direcionados para outras cidades, onde a produção e beneficiamento do arroz intensificava-se. Stangaferro (2016) aponta ainda que, nunca houve uma organização entre os produtores de arroz de Paso de los Libres, seja através de associações ou cooperativas. Assim, diante do incremento da produção de arroz em outros municípios de Corrientes, atrelado a intensificação da migração de brasileiros para Mercedes, os produtores de Paso de los Libres paulatinamente foram deixando o arroz para dedicar-se especialmente a criação de gado. No que diz respeito as relações na produção do arroz:

La mano de obra es un elemento distintivo al de otros tipos de explotaciones, ya que su uso es íntegramente asalariado, quedando para el propietario o arrendatario el trabajo directo. El peón arrocerero requiere una mayor capacitación que la necesaria para otros cultivos puesto que este posee una serie de características propias que lo hacen más complejo. Por ejemplo, en la producción de arroz es necesario sistematizar y nivelar el terreno, para posteriormente construir canales de riego y bordes de contención (taipas), lo cual implica que para su realización es fundamental poseer personal calificado o experimentado (TANZI E BISSIO, 1995, p. 11).

A pecuária, assim como a rizicultura, é uma atividade importante para o município de Uruguaiana. De acordo com a tabela 34, os rebanhos mais importantes são bovinos e ovinos, sendo que a criação de ovinos apresentou diminuição significativa no

⁸⁰ Muitos arrozeiros de Uruguaiana e demais cidades da Campanha direcionaram-se para cidades da Argentina, Paraguai e Uruguai para produzir arroz, especialmente a partir da década de 1990 e com objetivo de expandir suas produções.

período analisado, passando de mais de um milhão de cabeças em 1980, para 170.159 em 2006. A ovinocultura ganhou destaque pela demanda internacional de lã, especialmente nos mercados europeus. Diante deste crescimento, em 1942 foi criada a Associação Rio-grandense de Criadores de Ovinos, que posteriormente tornou-se a Associação Brasileira de Criadores de Ovinos, encarregada por programas de melhoramento genético dos animais.

O estado do Rio Grande do Sul chegou a contar com mais de 50% do número de cabeças de ovinos no país, entretanto, no início da década de 1990 ocorreu grande queda no mercado de lã, ocasionando o fechamento de importantes cooperativas de produtores de lã.

TABELA 34 - Atividade pecuária de Uruguaiana: 1980/2006

	1980		1996		2006	
	Estab	Cabeças	Estab	Cabeças	Estab	Cabeças
Bovinos	1.071	415.781	799	399.527	557	368.646
Equinos /muares	995	19.509	701	15.564	497	13.301
Ovinos	881	1.041.040	516	774.002	364	170.159
Suínos	398	5.382	241	5.383	187	160
Aves	660	41.576	522	18.000	587	22.145

Fonte: IBGE, Censo Agrícola (1980, 1996, 2006).

Em relação ao rebanho bovino, mesmo sendo o mais importante, tanto em cabeças quanto em estabelecimentos, teve queda de 11,33% no número de cabeças e de 48% no número de estabelecimentos entre 1980 e 2006, totalizando 557 estabelecimentos e 368.646 cabeças na última data. Neste sentido é importante destacar que, muitos estabelecimentos dedicam-se concomitantemente a criação de gado e a produção de arroz.

O gado criado em Uruguaiana é destinado ao corte, no entanto, o abate e o processamento da carne não são realizados no município, visto que o mesmo conta com apenas um frigorífico, que atende a demanda local. De acordo com entrevista realizada com o presidente da Associação Pecuária de Uruguaiana (2016), o gado é vendido em pé e abatido em outros municípios, cujo maior comprador é a empresa JBS.

Embora o melhoramento genético e a inserção de raças européias nos rebanhos de Uruguaiana ocorram esporadicamente desde o início do século XX, a modernização da pecuária ocorreu somente na década de 1990, associado as *cabanhãs*⁸¹. Neste sentido

⁸¹ Estabelecimento rural destinado a criação de determinadas raças de animais, utilizando técnicas avançadas de criação e reprodução, a exemplo do melhoramento genético.

Fontoura (2003) explicita que, o processo de modernização estimula a agricultura e não a pecuária bovina. Assim, até a década de 1990 não se observa mudanças no sistema de produção pecuarista no Rio Grande do Sul. A introdução de novas formas de gerenciamento ocorreram a partir de algumas empresas e aplicadas pelos filhos de estancieiros com formação acadêmica.

Com um rebanho geneticamente melhorado, a bovinocultura de Uruguaiiana deu um salto qualitativo, porém com estrangulamento no tempo de abate, em média quatro anos, sendo que as demandas do mercado são de carnes mais precoces. Com a necessidade de diminuir o tempo de abate para menos de dois anos, bem como a melhoria dos campos nativos, ocorreu a integração entre a agricultura moderna e a pecuária. Este processo ocorre da seguinte forma “[...] Após a colheita do arroz nas várzeas e da soja nas coxilhas, intensificou-se o cultivo de forrageiras nas restevas, garantindo uma alimentação de qualidade no período de inverno, pois com as geadas, os campos nativos ficavam danificados” (CHELLOTI, 2011, p. 58).

A venda de sêmens e do gado das cabanhãs ocorre através de leilões e conta com mercado nacional e internacional, com destaque para a Argentina. No que diz respeito as relações sociais nesta atividade, deve-se apontar que estas permanecem com as mesmas características, ou seja, pouca mão de obra e majoritariamente assalariada. Neste sentido e de acordo com o presidente da Associação dos Arrozeiros de Uruguaiiana (2016), existe o entendimento, tanto dos criadores de gado quanto dos produtores de arroz, que a rizicultura tornou-se uma atividade mais atrativa e rentável em comparação a pecuária.

TABELA 35 - Atividade pecuária de Paso de los Libres: 1988/2002

	1988		2002	
	Estab.	Cabeças	Estab.	Cabeças
Bovinos	396	211.534	382	237.086
Equinos /muars	402	12.033	385	9.900
Ovinos	266	82.399	229	77.739
Suinos	72	2.978	60	2.018
Aves	252	9.776	213	7.363

Fonte: INDEC, Censos agropecuários (1988,2002).

O rebanho de maior representatividade em Paso de los Libres, de acordo com a tabela 35, é o bovino, que em 2002 contava com 237.086 cabeças e 382 estabelecimentos. Nesta mesma data, o município era o quinto colocado em número de cabeça de gado da

provincia, contribuyendo con 6,55% do total de animais de Corrientes⁸². Em Corrientes destaca-se a criaçã de gado de cria, onde 68,7% são constuidos por animais da raça Zebu, seguido de 23,7% de raças européias, 5,1% índicas e 2,5% criolas.

Tkachuk e Dossi (2014) apontam que, em 1994 a Argentina contava com aproximadamente 54 milhões de cabeças de gado, sendo que destes, 62% encontravam-se na região pampeana, onde localiza-se Paso de los Libres. Contudo, no final da década de 1990 a crise econômica no país atingiu fortemente a pecuária, com a diminuição de 6 milhões de animais.

A provincia de Corrientes possui 6.860.000 hectares destinados para a atividade agropecuária, com 14.673 estabelecimentos voltados para a mesma. Apesar disso, Marcarrein et al (2006) evidenciam que, a provincia apresenta uma influência periférica na economia pecuarista da Argentina. Isso se dá pelos baixos índices produtivos, ligados principalmente “[...] en planteos de explotación extensivos pastoriles de baja eficiencia. En general la eficiencia productiva de la cría vacuna, rasgo determinante de la producción pecuaria provincial, se encuentra dominada por bajos rendimientos, no superando el 48% la tasa de marcación de la mayoría de los rodeos” (MACARREIN, 2006, p. 15). Giancola (2013, p.24) colabora ao apontar os fatores que determinam as debilidades da pecuária na provincia de Corrientes:

- Altas temperaturas y pasturas poco nutritivas;
- Presencia de enfermedades reproductivas, bacterias, virus y dehematófobos;
- Bajo nivel de aprovechamiento de forrajes;
- Bajo índice de destete (55%);
- Lento desarrollo de la cría y engorde;
- Uso relativo de la tecnología rural y capacidad ociosa de frigoríficos;
- Bajos niveles de ingresos por hectárea que genera el sistema extensivo y el aumento de costos de administración y estructura empresarial;
- Escaso aprovechamiento del comercio de los subproductos;
- Carencia de tecnología moderna en frío para productos cárnicos.
- Escasez de créditos, atraso cambiario y retenciones agropecuarias.

Com a alteração no câmbio argentino em 2002, atrelado a doença da vaca louca na Europa e nos Estados Unidos, ocorreu um aumento na demanda de exportação, principalmente do mercado asiático. Além disso, com a recuperação econômica do país neste período, o aumento do consumo interno também foi favorecido. O gado criado em

⁸² “Conforme a estimaciones de la Encuesta Nacional Agropecuaria 2001, con datos recogidos al 30 de junio de ese año, Corrientes tiene un total de 3.720.100 bovinos, lo que representa el 7.6% del stock bovino del país, mientras que las existencias totales de ganado Bovino en ese ámbito alcanzaron a 48.851.000 cabezas” (MACARREIN, 2006, p. 16).

Paso de los Libres segue em pé, para ser abatido e a carne beneficiada em outras áreas.

Em relação ao processamento da carne na província de Corrientes:

Se trata de una industria atomizada, con una elevada participación de plantas pequeñas cuya escala y condiciones, principalmente las sanitarias, son muy diversas, y caracterizadas por la falta de contribución marginal debido a la ausencia de infraestructura y gestión. La provincia solamente cuenta con una planta de ciclo completo y apta para exportación a destinos de alta exigencia sanitaria, la cual opera en forma discontinua debido a factores externos a las condiciones del mercado (MEFPN, 2011, p.20).

Paso de los Libres conta com apenas um frigorífico, o Frigorífico Maen S.A, que é responsável pela carne consumida no município, com 13.514 cabeças abatidas em 2009.

Embora as atividades praticadas em Uruguaiana e Paso de los Libres sejam praticamente as mesmas, o desenvolvimento não ocorreu na mesma proporção. A rizicultura tornou-se, ao longo dos anos, a principal atividade agropecuária de Uruguaiana, com intensos investimentos tecnológicos, e mesmo não havendo indústrias beneficiadoras no município, a atividade foi modernizada e aperfeiçoada no decorrer do tempo. Em Paso de los Libres a situação foi inversa, ou seja, mesmo com alguma tecnologia empregada, não houve incremento e a cultura perdeu importância ao longo tempo. A migração de brasileiros, grande parte de Uruguaiana, para a província de Mercedes na Argentina, além do Uruguai e Paraguai, tornou a atividade mais competitiva para os agricultores de Paso de los Libres, fazendo com que muitos encerrassem suas atividades ou se dedicassem exclusivamente para a pecuária.

Em relação ao destino deste arroz, importante destacar que o arroz produzido no Brasil não é exportado para a Argentina, contudo o inverso ocorre. Grande parte do arroz produzido na Argentina, especialmente por produtores brasileiros, tem como mercado final o Brasil. No entanto, não foi possível apurar dados referente a quantidade e origem deste arroz, dada a falta de bibliografia e a inexistência de tais dados nos órgãos visitados. Outro elemento importante diz respeito aos empregos gerados pela atividade, ou seja, a rizicultura torna-se ainda mais importante para os municípios no sentido de possibilitar a criação de empregos. Esta questão torna a rizicultura mais dinâmica em comparação a pecuária, pois as relações sociais advindas da pecuária pouco mudaram com o passar dos anos.

A relação entre os dois municípios no que diz respeito a pecuária também é mínima, visto que a carne produzida no Rio Grande do Sul dificilmente é exportada para a Argentina. Ocorre, esporadicamente, a importação de carne argentina, mas como vimos

anteriormente, o gado de Paso de los Libres tem como destino outras áreas da província e do país, onde é industrializada. Deste modo, não é possível saber se a carne importada pelo Brasil é originária de Paso de los Libres ou de outros municípios ou províncias.

Apesar de verificar pouca dinâmica entre Uruguaiana e Paso de los Libres no que diz respeito as atividades agropecuárias, as duas cidades participam efetivamente dos agronegócios de seus respectivos países. Nessa aglomeração, caracterizada pela grande propriedade, os agronegócios são de arroz e de carne bovina, onde Uruguaiana insere-se no agronegócio do arroz, com destaque e crescimento anual na produção, enquanto o agronegócio da carne mantém-se estável, Paso de los Libres, inversamente, destaca-se mais no agronegócio da carne do que do arroz, embora constitua-se em importante produtora do último.

A tabela 36 apresenta dados referentes a estrutura dimensional dos estabelecimentos rurais de Corumbá entre 1980 e 2006⁸³. Ao analisar estes dados é fundamental considerar as peculiaridades geográficas do Pantanal e neste sentido, a bacia hidrográfica do Alto Paraguai é a responsável pela formação do Pantanal, compreendendo em território brasileiro, 361.666 km², dos quais, 223.483 km² correspondem aos planaltos adjacentes, onde encontram-se as nascentes dos rios pantaneiros. O Pantanal é dividido em 16 municípios de dois estados brasileiros. O município de Corumbá representa quase 45% do Pantanal sul matogrossense e cerca de 96% de sua área localiza-se no Pantanal.

Existem poucas estradas no interior do Pantanal e o acesso terrestre ocorre por estradas de areia ou trilhas, sendo que, no período das enchentes o acesso a algumas áreas só ocorre através de barco ou avião. Além disso, a eletricidade na área rural avança a passos lentos, exigindo o uso de geradores a diesel; e em relação a comunicação telefônica, esta se dá através de serviços de fonia rural ou rádiodifusoras. Nesta perspectiva e de acordo com a tabela 36, observa-se que o espaço pantaneiro foi organizado em grandes propriedades, poucos núcleos urbanos e população reduzida. As fazendas são distantes umas das outras, fato agravado pela dificuldade de acesso ao interior da região, sobretudo no período das cheias.

Estes dados são confirmados ao verificar que, em 1980, dos 1.082 estabelecimentos rurais, 718 possuíam área superior a 501 hectares, ou seja, 66,35% do total das propriedades do município em uma área de 5.587.000 hectares, enquanto os

⁸³ Em Ladário/MS as atividades agropecuárias são pouco praticadas, seu território é restrito e a única atividade econômica com importância é a mineração, como veremos adiante.

estabelecimentos com área inferior a 500 hectares perfaziam 17,28% dos estabelecimentos e área total.

TABELA 36 - Estrutura dimensional dos estabelecimentos rurais de Corumbá: 1980/2006

Grupos de Área (ha)	1980		Grupos de área (ha)	1996		Grupos de Área (ha)	2006	
	Estab	Área		Estab	Área		Estab	Área
Até 49	187	3.124	Até 99	455	1.510.233	Até 49	992	6.984
50 a 100	54	3.568	100 a 500	89	838.507	50 a 100	71	2.883
101 a 500	123	29.130	Mais de 501	665	2.859.027	101 a 500	69	24.053
+ de 501	718	5.587.000				+ de 501	521	6.634.769
Total	1.082	5.622.822		1.209	5.207.767		1.653	6.668.690

Fonte: IBGE, Censo Agrícola (1980, 1996, 2006).

Em 2006 nota-se alterações, especialmente em relação a distribuição das propriedades, ou seja, embora as grandes propriedades continuem representando a maior parte da área destinada as propriedades rurais de Corumbá (99% da área), as propriedades com área inferior a 50 hectares tiveram um grande incremento, já que nesta contagem eram 992 estabelecimentos em uma área de 6.984 hectares. O estrato de área entre 50 e 100 hectares possuía 71 estabelecimentos em 2.883 hectares e 69 estabelecimentos constituíam o estrato de área entre 101 e 500 hectares.

Estes dados confirmam que, a concentração fundiária, de acordo com Araujo (2006), permanece como a característica mais marcante da organização do espaço pantaneiro. Todavia, há mudanças no sentido da diminuição do tamanho médio das propriedades, seja pela venda da terra ou pelo desmembramento por herança. Em Corumbá não é comum o arrendamento de terras e parcerias, mas quando ocorre, são estabelecidos contratos de trabalho que não envolvem dinheiro, mas a arroba do boi gordo.

Outro elemento importante diz respeito ao aumento de 81,15% (entre 1980 e 2006) dos estabelecimentos com área inferior a 50 hectares. Trata-se da inserção da pequena propriedade através de assentamentos rurais. A criação do primeiro assentamento no contexto do Programa Nacional de Reforma Agrária, alterou a dinâmica agrícola do município. A tabela 37 apresenta os assentamentos rurais de Corumbá.

TABELA 37 - Projetos de assentamentos rurais criados pelo INCRA em Corumbá

Município	Projeto	Criação	Área (ha)	Parcelas	Tamanho médio (ha)
Corumbá	Urucum	1986	1.978,93	84	23,56
	Mato Grande	1988	1.264,35	50	15,88
	Taquaral	1991	10.013,24	394	25,41
	Tamarineiro I	1987	3.812,26	126	30,26
	Tamarineiro II	1995	10.619,00	395	26,88
	Pailzinho	1999	1.198,03	70	17,11

Fonte: EMBRAPA (2002)

Entre 1986 e 1999 foram criados seis assentamentos rurais no município de Corumbá. Dentre os estabelecimentos, 72,5% apresentam área entre 15 e 18,50 hectares e 17% entre 23 e 27 hectares. Nestes estabelecimentos são desenvolvidas atividades agrícolas e a bovinocultura de leite (EMBRAPA, 2002).

Na Bolívia, o primeiro censo agropecuário foi realizado em 2013 e diferente das pesquisas realizadas pelo IBGE, o Instituto Nacional de Estadísticas – INE, não fez a distinção das propriedades rurais por grupos de área. Desta forma, o INE aponta que, em 2013 a superfície rural de Puerto Suárez era de 1.260.691 hectares, divididos em 599 estabelecimentos. Em Puerto Quijarro, no mesmo ano, a superfície rural era de 143.763 hectares e 426 estabelecimentos rurais. A área destinada aos estabelecimentos rurais de Puerto Quijarro representava apenas 11,35% da área rural de Puerto Suárez, área bastante restrita para a agropecuária, tendo sua economia centrada no comércio.

Importante considerar que, na década de 1990, no Oriente Boliviano, onde localizam-se Puerto Suárez e Puerto Quijarro, ocorreu reestruturação dos programas de reforma agrária e de colonização para atender reivindicações por parte dos indígenas; em 1996 foi estabelecida a revisão dos títulos agrários e de posse da terra.

[...] no município de Puerto Suárez, existem várias demandas de comunidades e grupos de pessoas para regularizar propriedades agrárias. Em 1999, o INRA entregou o título de “*Tierra Comunitaria de Origen*” (TCO) a indígenas Ayoreos na região do Rincón del Tigre que representa quase 30% da área total da província. Os grandes proprietários representam 11% da população rural e o latifúndio ocupa 44,47% das quase 715.900 hectares que se encontram em processo de titulação. Os pequenos proprietários dos quais fazem parte camponeses e indígenas ocupam apenas 34,5% do território municipal, representando em nível da população rural 67% dos habitantes. Em Puerto Suárez existem 15 comunidades rurais [...] da quais 13 são chiquitanas e 2 ayoreas⁸⁴. (ANGULO, 2006, p.68).

⁸⁴ Angulo (2006, p.78) apresentou as categorias na ocupação, uso da terra e processo de desmatamento: “*Povo indígena com TCO*: Tribos que receberam territórios com limites demarcados pelo INRA e são autogestionadas pelas decisões da própria comunidade. *Pequenos grupos nômades*: são, principalmente grupos, indígenas ayoreos que não têm áreas delimitadas e vivem circulando dentro da selva. *Sindicato*

Em relação ao uso da terra em Corumbá, a tabela 38 evidência que, entre 1980 e 2006, ocorreu diminuição de 73,39% na área destinada a lavoura temporária, o mesmo ocorreu com a lavoura permanente, que em 2006 possuía apenas 364 hectares cultivados. Estes dados confirmam que a agricultura não é uma atividade forte no município.

TABELA 38 - Uso da Terra em Corumbá:1980/2006

Atividade	1980	1996	2006
	Área (ha)	Área (ha)	Área (ha)
Lavoura temporária	6.365	1.878	1.694
Lavoura permanente	673	321	364
Pastagem	3.782.214	3.504.669	3.657.382
Matas e florestas	796.256	1.171.896	994.340
Terras incultas	122.721	82.764	258.251
Total	4.708.229	4.761.528	4.910.607

Fonte: IBGE, Censo Agrícola (1980, 1996, 2006).

A pastagem ocupa maior parcela de terras em Corumbá, cuja área praticamente manteve-se entre 1980 e 2006 (3.657.382 hectares em 2006). Diante disso deve-se apontar que, a pecuária desenvolvida no Pantanal está adaptada às características ambientais da região, com o manejo do gado de acordo com o ritmo das águas (MORAES, 2008). Desde o início da década de 1970 os criadores tem desmatado e plantado pastagens no intuito de

Agrário: os sindicatos a partir da lei INRA passaram a administrar algumas áreas antes pertencentes à desaparecida Corporação de Desenvolvimento de Santa Cruz (CORDECRUZ). Em outras áreas, os sindicatos agrários administram áreas como cooperados com superfícies maiores por cada família, podendo chegar até 500 hectares. *Igreja:* em 1992 somente na província Germán Busch a igreja tinha quatro propriedades destinadas à atividade pecuária, que somavam quase 1000 hectares. Hoje, esses dados não estão claros. Informes mais recentes afirmam que tais *estâncias* têm sido vendidas, fato que também confirma sua participação no mercado de terras. *Cooperativas:* representam outro setor que possui propriedade coletiva, com sócios da raça branca ou mestiça. Também existem associações produtivas, formadas por colonizadores de origem andina, com parcelas individuais ou que arrendam propriedades de maneira coletiva. *Colônia menonita:* são agricultores emigrantes de origem germano- holandeses que, por razões religiosas vivem em colônias isoladas dos sistemas da vida moderna, e normalmente, não se miscigenam com outras culturas. Em Puerto Suárez, os menonitas compraram terras para o estabelecimento de uma nova colônia. Sua cultura é totalmente oposta a dos chiquitanos. Eles, tradicionalmente, são produtores extensivos. *Pequenos proprietários:* a propriedade “*estancieira*” é a característica dos “*brancos*” e orienta-se à criação extensiva de gado de corte em pastos naturais; estes “*escolheram*” as melhores áreas onde estão fontes de água permanente. *Grandes proprietários:* dados os investimentos mínimos para o manejo do gado, os proprietários das estâncias dedicam-se também a outras atividades, nos últimos anos diante a demanda industrial de lenha muitos *estancieros* têm aproveitado os recursos florestais substituindo a mata nativa por pasto cultivado, sem que haja nenhum tipo de controle sobre o impacto destas agressões ao ecossistema pantaneiro. *Assentamentos ilegais:* grupos de posseiros que formam novas comunidades, quando as empresas florestais ou de mineração exploram novas áreas. *Comunidades estabelecidas como pessoa jurídica indígena:* São comunidades camponesas que possuem áreas reduzidas de propriedade comunitária e parcelas familiares (em torno das 50 hectares) concedidas pela Reforma Agrária. *Jornaleiros Agrícolas:* representam um “*exército*” de camponeses e indígenas pobres especialmente em épocas de colheita. No Pantanal, eles oferecem seus serviços na época seca quando os pastos crescem. *Comunidade camponesa-indígena:* imigrantes da região andina que abandonaram ou venderam suas terras em suas comunidades de origem, e, hoje, estabeleceram-se na província Germán Busch. Dedicam-se ao comércio ou à agricultura, nesta última comprando, ou arrendando terras”.

umentar a capacidade de suporte anual da terra para o gado, especialmente porque houve uma redução nas áreas de pastagens nativas, devido a um forte alagamento no início dos anos 1970, que implicou em uma redução no efetivo do rebanho bovino.

O modelo de pecuária extensiva adotado no Pantanal criou, ainda que não intencionalmente, um equilíbrio entre o gado e a natureza. Somado a isso, outros fatores colaboraram para manter o Pantanal praticamente intacto e tão rico em recursos naturais: a baixa taxa de ocupação humana, o grande tamanho das propriedades, a dificuldade de acesso por estradas e a pouca atividade de caça e pesca em função da grande oferta de carne bovina. Assim, foi a pecuária, limitada e ao mesmo tempo auxiliada, pelos ciclos de inundação, que ditou o ritmo de ocupação do Pantanal (MORAES, 2008, p.22).

No que diz respeito a utilização da terra nos municípios bolivianos de Puerto Suárez e Puerto Quijarro, a tabela 39 mostra que, assim como em Corumbá, a agricultura é pouco praticada. A área destinada para a lavoura permanente em 2013 era de 1.695 hectares em Puerto Suárez e 107 em Puerto Quijarro, enquanto a lavoura temporária contava com 47 hectares em Puerto Suárez e 32 em Puerto Quijarro.

TABELA 39 - Uso da Terra em Puerto Suárez e Puerto Quijarro: 2013

Atividade – Área (ha)	Puerto Suárez	Puerto Quijarro
Lavoura permanente	1.695	107
Lavoura temporária	47	32
Pastagem	91.074	15.097
Matas e florestas	90.841	13.797
Terras incultas	18.963	7.640

Fonte: INE (2013)

A pastagem é o segmento que mais utiliza terra nos dois municípios bolivianos, mesmo que, a área destinada para a pecuária em Puerto Suárez (91.074 ha) represente apenas 24,88% da área destinada a mesma atividade em Corumbá. Em Puerto Quijarro a área de pastagem corresponde a 15.097 hectares.

A tabela 40 evidência que, a agricultura é pouco praticada em Corumbá, sendo que o único produto cultivado entre 1980 e 2006 foi o milho. O mesmo se verifica para o arroz.

TABELA 40 - Principais produtos agrícolas cultivados em Corumbá: 1980/2006

Principais Culturas	1980		1996		2006	
	Quant (t)	Área (ha)	Quant (t)	Área (ha)	Quant (t)	Área (ha)
Arroz	267	236	98	70	--	--
Milho	1.331	887	1.530	850	99	520

Fonte: Censo Agrícola (1980,1996,2006).

A maior parte (92%) do Pantanal é formada por solos hidromórficos, com drenagem deficiente e com tendências para inundações prolongadas e periódicas, solos arenosos e com condições de fertilidade natural, consideradas de média a baixas (BAZZO et al, 2012). Os solos da área não inundável em torno de Corumbá foram por muito tempo utilizados como pastagens, mas com a implantação de assentamentos rurais na região, estes solos passaram a ser utilizados para agricultura⁸⁵.

Da mesma forma ocorre com a agricultura existente em Puerto Suárez e Puerto Quijarro, pois esta área também compõem o Pantanal, ou seja, as características do solo são parecidas. A tabela 41 mostra que, o milho representa a cultura mais praticada nos municípios bolivianos. Em 2013 o milho foi cultivado em 394 hectares em Puerto Suárez e em 56 em Puerto Quijarro.

TABELA 41 - Principais produtos agrícolas cultivados em Puerto Suárez e Puerto Quijarro: 2013

Principais Culturas	Puerto Suárez		Puerto Quijarro	
	Quant (t)	Área (ha)	Quant (t)	Área (ha)
Arroz	--	--	1	1
Milho	750	394	153	56
Cana de açúcar	353	13.711	--	--
Feijão	79	1.242	286	18

Fonte: INE (2014)

Dentre as atividades agropecuárias, a pecuária bovina é a mais importante e que insere Corumbá no agronegócio da carne. Neste sentido, a tabela 42 apresenta os dados referentes a atividade e mostra que houve acréscimo tanto de estabelecimentos quanto de animais. Entre 1980 e 2006 o número de estabelecimentos com criação de gado aumentou 6,06% e o número de cabeças aumentou 22,72%

⁸⁵ Este solo apresenta textura média, argilosa e muito argilosa. Além disso, a água é removida do solo lentamente, permanecendo por um período significativo do ano e que durante o período de seca, ocorre fendilhamentos profundos. Deste modo, os principais fatores que influenciaram na avaliação da aptidão agrícola deste solo foram a deficiência de água, excesso de água e impedimentos a mecanização (SPERA et al, 1993).

TABELA 42 - Atividade pecuária de Corumbá: 1980/2006

	1980		1996		2006	
	Estab	Cabeças	Estab	Cabeças	Estab	Cabeças
Bovinos	838	1.541.189	855	1.595.000	892	1.994.810
Equinos /muares	910	25.434	985	32.291	998	35.369
Ovinos	228	12.426	221	16.187	212	16.682
Suínos	584	12.384	522	14.240	276	5.734
Aves	778	52.053	632	28.852	600	26.000

Fonte: Censo Agropecuário (1980,1996, 2006).

Nas décadas de 1980 e 1990 a pecuária do Pantanal sofreu uma série de dificuldades, especialmente em relação a queda de preço do boi gordo, ocasionando redução na capacidade de investimentos e custeio dos criadores. Neste período também foram registradas três, das quatro maiores cheias da região, a cheia de 1982, a de 1988 e de 1995 (ARAUJO, 2006).

Neste sentido cabe explicitar que, no Pantanal ocorrem dois períodos críticos de restrição alimentar para o gado, o primeiro ocorre do auge ao final da cheia, de fevereiro a maio, e o segundo, do meio ao final da seca, de agosto a setembro. Em anos de cheia, as áreas mais baixas e que possuem pastagens de melhor qualidade ficam cobertas pela água, reduzindo as áreas de pastagem; as áreas mais elevadas e não inundadas geralmente apresentam forrageiras de média a baixa qualidade, ou ainda, áreas florestadas com baixa disponibilidade de forrageiras. Neste sentido, Santos et al (2007, p.33) apontam as alternativas de manejo do rebanho em função da sazonalidade das águas:

(1) manter o menor tamanho de rebanho ditado pela capacidade de suporte “natural” da terra durante a estação das chuvas (cheias); (2) manter o maior tamanho de rebanho possível e comprar alimento (ração ou forragem); (3) manter o maior tamanho do rebanho possível na estação seca e vender os animais para reduzir o rebanho a níveis sustentáveis no início da estação das chuvas; (4) transferir os animais em excesso no início da estação das chuvas para outras propriedades, em partes mais altas do Pantanal ou no planalto, próprias ou arrendadas. As estratégias (3) e (4) são uma solução imediata para quando a cheia chega de repente. Mas o ideal é que o fazendeiro se prepare para as cheias, vedando algumas áreas de pastagens que não inuntem, vendendo animais de descarte, etc.

As fazendas são divididas em internadas ou piquetes. Pela ocorrência das inundações, as internadas são divididas de forma perpendicular aos corpos d'água, especialmente rios e corixos (SANTOS et al, 2007), sendo que no modelo tradicional as internadas apresentam grandes extensões, de 500 hectares em média, embora existam internadas de 1.000 e 2.000 hectares.

A pecuária bovina de corte vem passando por mudanças, através da introdução de novas técnicas e novos modelos de administração e gerência (ARAÚJO, 2006). O Mato Grosso do Sul incorporou o modo de produção moderno a partir da década de 1970, com os programas e políticas destinadas a integração do Centro Oeste ao circuito produtivo nacional. “ Há uma modernização nos sistemas de criação, inicia-se a fase de engorda de gado, novas pastagens são introduzidas para melhorar as gramíneas naturais, formam-se áreas de pastos artificiais, ocorre a divisão dos pastos, frigoríficos são instalados e há uma preocupação crescente com o controle sanitário dos rebanho” (ARAÚJO, 2006, p.26). No entanto, esta evolução não acompanhou o ritmo do estado, resultando na diminuição da participação do Pantanal no total da criação do Mato Grosso do Sul.

A pecuária do Pantanal caracteriza-se pela presença e investimentos de empresários de outras regiões do país, além disso os criadores estão utilizando técnicas como inseminação artificial e transferência de embriões, que potencializam a capacidade reprodutiva⁸⁶. Em Corumbá ocorrem as fases de cria e recria⁸⁷, pois em razão dos elementos físicos desta área, a engorda é realizada em áreas de Pantanal alto, não sujeitas a inundações e de facilidade de acesso. De acordo com entrevista realizada com presidente do Sindicato Rural de Corumbá (2016), o gado criado no município segue para as fases de engorda em Campo Grande, Rio Bonito, Rio Verde e Coxim. Mesmo diante desta realidade, o entrevistado (2016) aponta que, 20% das fazendas do município estão iniciando o processo de recria.

O rebanho bovino de Corumbá é formado principalmente por gado Zebu, com distintos graus de sangue e predomínio da raça Nelore, que por suas características de precocidade e rusticidade, teve uma boa adaptação as condições físicas do Pantanal. No que diz respeito a formação social proveniente desta atividade, Araujo (2006, p.134) explica:

⁸⁶ Além disso e considerando que a raça Nelore é predominante no Pantanal, em algumas propriedades touros e fêmeas de elite de alta seleção genética são criados em sistema de produção intensivo. Ao mesmo tempo, novas raças estão sendo introduzidas na região para cruzamento e consequente melhoramento genético, como é o caso da raça Brangus, cujo número de touros vem crescendo na região (ARAÚJO, 2008).

⁸⁷ A fase de cria é etapa inicial da atividade. Para tanto, dois fatores são essenciais: terra e capital para investimento. O produto final é o bezerro e para chegar até ele, passa-se pela inseminação, natural ou artificial, gestação, nascimento e amamentação, até que o animal passa a ser desmamado, com 5 a 7 meses (em sistemas tradicionais, o desmame ocorre com 1 ano ou mais). Já a fase de recria é voltada para a criação de bezerros de 5 meses a 1 ano até 24 a 36 meses, quando será chamado de garrote ou boi magro.

As grandes fazendas, que são propriedades de grupos econômicos mais poderosos ou de empresários externos à região, geralmente do sudeste, organizam-se dentro dos moldes empresariais, possuindo superintendentes, diretores administrativos, assessores, supervisores, gerentes, veterinários, técnicos em agropecuária, etc. Capatazes de campo e peões residem na propriedade o tempo todo, os demais vivem, geralmente, nas áreas urbanas. Nas fazendas típicas, os gerentes ou capatazes formam uma classe intermediária, apresentam melhores condições de vida do que o peão comum, e mantêm contato direto com o fazendeiro residindo na propriedade.

Neste contexto, o presidente do Sindicato Rural de Corumbá (2016) acrescenta que, no município, uma média de 2 mil pessoas são empregadas de forma direta e/ou indireta pela pecuária bovina.

A carne bovina do Mato Grosso do Sul possui importante mercado através das exportações. Para o fortalecimento das empresas que participam das exportações de carne congelada ou refrigerada, o BNDES tem utilizado do BNDESPar, uma holding que controla as empresas nas quais o Banco detém ações. A BNDESPar obteve, entre 2007 e 2009, participações acionárias no Grupo Bertin, JBS, Marfrig e Perdigão/BR Foods⁸⁸ (LAMOSO, 2011). A autora explicita que, o agronegócio do Mato Grosso do Sul não possui exclusividade do poder público, já que também é subordinado.

Não temos estudos, mas há indícios de oligopsônio na frigorificação da carne bovina. Os lucros do setor exportador de carne bovina se realizam apenas parcialmente no estado, através do reinvestimento. Parte, que não foi possível mensurar até então, é drenada para a matriz localizada em municípios paulistas. Nenhum frigorífico exportador tem participação de capital privado regional (LAMOSO, 2011, p.8).

O fortalecimento da pecuária enquanto atividade econômica no Mato Grosso do Sul pode ser expresso pela inserção internacional dos frigoríficos exportadores localizados em Campo Grande, Naviraí e Batayporã. Além destes, o estado conta com o Frigorífico Margem em Coxim, Parnaíba e Três Lagoas, o Frigorífico Independência em Anastácio, Campo Grande e Nova Andradina, JBS em Campo Grande, o Frigorífico Bertin em Naviraí e o Marfrig em Bataguassu. A maior parte destes frigoríficos localiza-se em municípios da Bacia do Rio Paraná e seis deles estão localizados próximos do estado de São Paulo, que é um importante mercado consumidor e a saída para o porto. Segundo entrevista com o presidente do Sindicato Rural de Corumbá (2016), a maior

⁸⁸ “Após os aportes, o JBS adquiriu a divisão de carnes do Bertin. Essas empresas tem unidades no Mato Grosso do Sul, nos seguintes municípios: JBS/Bertin – em Campo Grande e Naviraí, Marfrig em Bataguassu e a BR Foods (Perdigão + Sadia) – Dourados” (LAMOSO, 2011, p.6).

parte do gado criado no município é comprado pela JBS, a compra é realizada diretamente com o criador, além dos leilões, que ocorrem mensalmente. A pecuária foi responsável por 6% da composição do PIB do município em 2014 (IBGE).

Em relação a atividade pecuária nos municípios bolivianos de Puerto Suárez e Puerto Quijarro, a tabela 43 apresenta os dados, evidenciando que, em 2013 o rebanho de maior representatividade era o bovino, contando com 50.941 cabeças em Puerto Suárez e 8.384 em Puerto Quijarro. Diante desses números, o presidente do Sindicato Rural de Corumbá (2016) afirma que, a criação de animais nesta porção da Bolívia é destinada apenas ao consumo local.

TABELA 43 - Atividade pecuária de Puerto Suárez e Puerto Quijarro: 2013

	Puerto Suárez	Puerto Quijarro
	Cabeças	Cabeças
Bovinos	50.941	8.384
Equinos /muares	1.343	141
Ovinos	1.139	267
Suinos	3.571	601
Aves	21.043	2.490

Fonte: INE (2014).

Candia e Antelo (2005) apontam que, a produção agropecuária boliviana é limitada, com mão de obra pouco qualificada e sem estruturas de apoio a promoção das exportações, além do transporte ser de alto custo e o crédito de difícil acesso.

No contexto de programas e projetos, Angulo (2006) aponta que, em 1985, consequência de uma crise econômica, teve início na Bolívia o Programa de Ajuste Estrutural, que contava com medidas destinadas a solucionar os desequilíbrios provocados pela hiperinflação e o alcance do equilíbrio externo. Nos primeiros anos foram realizadas políticas fiscais de estímulos a agropecuária de exportação, através de devolução de impostos, subvenção ao preço do diesel e diminuição de fretes de transporte ferroviário, além de reformas estruturais no sentido de liberação de crédito. No entanto, o programa não obteve avanços, visto que, dos 109 milhões de hectares que compõem o território boliviano, em 2005 apenas 8.574.576 hectares haviam sido regularizados.

Até o final da década de 1980 a área onde encontram-se os municípios de Puerto Suárez e Puerto Quijarro não havia sido contemplada nos programas de desenvolvimento do país. Para Angulo (2006), isso é explicado pela falta de vias de acesso e pela excessiva política centralista em torno do eixo político econômico, formado por La Paz, Cochabamba e Santa Cruz. A partir da década de 1990 a atenção para os municípios de fronteira esteve ligado a mineração, com os seguintes projetos: a melhoria da hidrovias

Paraguai/Paraná, com vias a exportação, a construção da estrada Santa Cruz - Puerto Suárez e a construção do gasoduto Bolívia-Brasil.

A composição das exportações bolivianas foram substancialmente alteradas entre 1980 e 2000. O predomínio da exportação de minerais diminuiu, enquanto as de hidrocarbonetos e soja aumentaram. Em 2004 foram exportados pelo país US\$ 2,3 bilhões, sendo que, a dependência das exportações de produtos primários ainda era bastante elevada, já que apenas 35% das exportações foram de bens manufaturados.

La oferta exportable se encuentra concentrada en pocos productos, lo que restringe las posibilidades de un crecimiento sostenido y hace a la economía vulnerable a las fluctuaciones en los precios de los productos primarios. Las exportaciones de Bolivia por país de destino tampoco cambiaron significativamente. Los Estados Unidos, Brasil y Argentina siguen siendo los principales socios comerciales de Bolivia (CANDIA; ANTELO, 2005, p.124).

A soja in natura, a farinha, o óleo cru e refinado, constituem os produtos mais dinâmicos da economia boliviana nos últimos anos. A produção de soja está concentrada no Departamento de Santa Cruz e conta com uma rede consolidada de empresas e serviços de apoio a produção. De acordo com Hirst (2013), 55% da soja boliviana é produzida por grandes proprietários estrangeiros, sendo 40% deles brasileiros, além disso “La expansión de la producción de soya en los últimos años estuvo ligada a la dotación de tierras vírgenes baratas altamente fértiles, la oferta de mano de obra barata, la expansión de la infraestructura industrial de procesamiento y una carga tributaria relativamente baja (CANDIA; ANTELO, 2005, p.125).

Assim como em Uruguaiana, a pecuária é um atividade de extrema importância no contexto econômico de Corumbá, mas no município gaúcho a pecuária vem perdendo posição diante da rizicultura. Em Corumbá, a pecuária bovina tornou-se a única e mais importante atividade agropecuária, visto as características físicas do Pantanal e as dificuldades na prática da agricultura⁸⁹.

Sobre as atividades agropecuárias desenvolvidas nos municípios bolivianos, verificou-se que, estas ocorrem em pequena escala e não acompanharam o desenvolvimento e crescimento ocorrido nas cidades brasileiras. O processo de regulamentação das terras, bem como a falta de incentivo e atenção para tais atividades nesta área de fronteira não permitiram que os municípios de Puerto Suárez e Puerto Quijarro participassem da dinâmica agropecuária boliviana, que na realidade é muito

⁸⁹ O efetivo bovino de Corumbá é 5,4 vezes maior do que o de Uruguaiana.

recente no país e tem como base, a produção de soja, que como visto anteriormente, é praticada por grande parte de brasileiros.

Deste modo, o agronegócio em Corumbá é representado pela pecuária, especificamente pela carne bovina, enquanto que as cidades bolivianas fazem parte do agronegócio da soja, mas apenas na realização das exportações, pois como visto, tais municípios não produzem o grão.

Em relação a estrutura dimensional dos estabelecimentos rurais de Foz do Iguaçu, a tabela 44 mostra que, esta é bem distinta das verificadas em Uruguaiana e Corumbá. Trata-se de outra formação socioespacial e que foi fundamental para a configuração econômica do município. Nota-se que, em 1980, 87% dos estabelecimentos encontravam-se no estrato de até 49 hectares, enquanto as grandes propriedades eram representadas por apenas 10 estabelecimentos .

O Censo agropecuário de 1996 apresenta alterações na estruturação dos estabelecimentos rurais de Foz do Iguaçu, com destaque para a diminuição, tanto do número de estabelecimentos quanto da área ocupada por eles. Isso se deu pela emancipação do distrito de Santa Terezinha de Itaipu no ano de 1982, o qual possui 259.393 km², ou seja, a área do município de Foz do Iguaçu foi reduzida 41%. Diante disso verifica-se que, em 1996 Foz do Iguaçu perdeu 868 estabelecimentos rurais.

TABELA 44 - Estrutura dimensional dos estabelecimentos rurais de Foz do Iguaçu: 1980/2006

Grupos de área (ha)	1980		Grupos de área (ha)	1996		Grupos de área (ha)	2006	
	Estab	Área		Estab	Área		Estab	Área
Até 49	1.058	12.795	Até 99	308	587	Até 49	588	1.356
50 a 100	77	5.375				50 a 100	47	3.901
101 a 500	71	13.458	100 a 500	36	12.967	101 a 500	36	8.989
Acima de 501	10	13.363	Acima de 501	04	10.354	Acima de 501	06	10.962
Total	1.216	44.991	Total	348	23.908	Total	677	25.208

Fonte: IBGE (1980, 1996, 2006)

Em 2006 os estabelecimentos com área de até 49 hectares eram a maioria em Foz do Iguaçu, com 86,85% do total, ou seja, predominância dos pequenos estabelecimentos; essa estrutura manteve-se e foi fortalecida a partir do desmembramento de Santa Terezinha de Itaipu.

O representante do Sindicato Rural de Foz do Iguaçu, em entrevista realizada em maio de 2016, explicita que, a agropecuária do município é formada por pequenos produtores, que abastecem o mercado local. Diante disso, aponta alguns programas

direcionados ao incentivo da produção nas pequenas propriedades de agricultura familiar, como a Patrulha Mecanizada, que disponibiliza tratores para o preparo do solo, o Programa Inseminação Artificial - PIA, que oferece melhoramento genético, o Programa de Apoio a Piscicultura - PAP, de acompanhamento técnico, bem como, o Programa da Secretaria da Agricultura, que compra e distribui nas escolas do município grande parte da produção de gêneros alimentícios produzidos pelos agricultores.

Apesar da existência destes programas, o entrevistado (2016) afirmou que, dentre os programas, o mais expressivo e que tem apresentado bons resultados é o destinado a compra dos produtos pela Secretaria de Agricultura, com destino as escolas municipais. A estrutura dimensional dos estabelecimentos rurais de Ciudad del Este mantem características similares aos de Foz do Iguaçu, mas com menores números. No Paraguai os censos agropecuários foram realizados em 1991 e 2008, cujos dados estão na tabela 45. Em 2008 existiam 441 estabelecimentos rurais no município, sendo 65,75% representados por pequenas propriedades, e nenhuma propriedade com área superior a 501 hectares, frisando a formação social da pequena propriedade.

TABELA 45 - Estrutura dimensional dos estabelecimentos rurais de Ciudad del Este: 1991/2008

Grupo de área	1991		2008	
	Estab	Área	Estab	Área
Até 49 ha	284	10.166	290	9.463
50 a 100 ha	88	9.921	59	7.695
101 a 500 ha	26	8.583	21	6.991
Acima de 501 ha	1	985	--	--
Total	399	29.655	441	24.754

Fonte: DCA, 1992, 2008

As cidades de Hernandarias e Presidente Franco, no Paraguai, também não apresentam importância na agropecuária, contando com poucos e pequenos estabelecimentos rurais.

A tabela 46 mostra que, assim como em Foz do Iguaçu e Ciudad del Este, as pequenas propriedades predominam em Puerto Iguazú em relação ao número de estabelecimentos. No entanto, em relação a área ocupada, há predomínio daqueles acima de 501 hectares.

TABELA 46 - Estrutura dimensional dos estabelecimentos rurais de Puerto Iguazú: 1988 e 2002

Grupos de área	1988		2002	
	Estab	Área	Estab	Área
Até 49 ha	199	4.654	259	6.112
50 a 100 ha	68	5.024	73	5.422
101 a 500 ha	59	11.066	50	9.204
Acima de 501 ha	08	259.668	14	285.578
Total	334	280.412	396	306.319

Fonte: INDEC. Censos agropecuários, 1988 e 2002.

Houve incremento nos estabelecimentos com área superior a 501 hectares, com o registro de 14 estabelecimentos e ocupação de 93,22% da área rural do município em 2002. Mesmo assim, há predominância de pequenas propriedades, visto que, estas representam 65,40% do número total dos estabelecimentos.

Em Foz do Iguaçu, de acordo com a tabela 47, há predomínio na utilização da terra com lavoura temporária, com 21.246 hectares cultivados em 2006. A lavoura permanente sempre foi pouco representativa e a área de pastagem também é reduzida.

TABELA 47 - Uso da Terra em Foz do Iguaçu: 1980/2006

Atividade	1980	1996	2006
	Área (ha)	Área (ha)	Área (ha)
Lavoura temporária	28.146	6.610	21.246
Lavoura permanente	227	314	318
Pastagem	9.267	6.912	2.267
Matas e florestas	3.275	1.374	1.102
Terras incultas	1.664	113	--
Total	42.579	15.323	24.933

Fonte: IBGE, Censo Agrícola (1980, 1996, 2006).

Em Ciudad del Este (tabela 48) apenas as lavouras temporária e permanente tiveram algum destaque, com utilização de 1.692 hectares em 2008. A área de pastagem é ínfima, com 566 hectares.

TABELA 48 - Uso da Terra em Ciudad del Este:1988/2008

Atividade	1988	2008
	Área (ha)	Área (ha)
Lavoura temporária e permanente	2.201	1.692
Pastagem	605	566
Matas e florestas	55	47
Terras incultas	24	174

Fonte: DCA, 1992,2008.

Em Puerto Iguazú há um detalhe importante na utilização da terra, pois 86,31% das terras do município são cobertas por matas e florestas. Estas fazem parte da Selva Misioneira, onde está inserido o Parque Nacional Iguazú (YASNIKOWSKI, 2013).

Dentro dos 13,69% de terras restantes, 4.394 hectares foram utilizados para a lavoura temporária em 2002. A lavoura permanente pouco representa e as pastagens ocuparam uma área de 1.168 hectares em 2002.

TABELA 49 - Uso da Terra em Puerto Iguazú:1988/2002

Atividade	1988	2002
	Área (ha)	Área (ha)
Lavoura temporária	4.526	4.394
Lavoura permanente	210	361
Pastagem	987	1.168
Matas e florestas	129.987	124.639
Terras incultas	13.698	13.841
Total	149.408	144.403

Fonte: INDEC, Censos agropecuários (1988,2002).

A respeito da agricultura de Foz do Iguazu, a tabela 50 evidência que, o produto com mais destaque é a soja. A quantidade colhida foi de 74.065 toneladas em 1980, caindo para 41.479 toneladas em 2006. Da mesma forma ocorreu com a área destinada a este cultivo, que era de 29.669 hectares em 1980, passando para 11.850 em 2006.

TABELA 50 - Principais produtos agrícolas cultivados em Foz do Iguazu: 1980/2006

Principais Culturas	1980		1996		2006	
	Quant (t)	Área (ha)	Quant(t)	Área (ha)	Quant (t)	Área (ha)
Milho	7.560	1.800	3.795	1.700	22.220	11.300
Trigo	13.500	15.000	1.700	1.000	4.500	1.500
Soja	74.065	29.699	17.500	7.000	41.479	11.850

Fonte: Censo Agropecuário (1980,1996,2006).

Estes dados expõem que, apesar de serem produzidas, as culturas de soja e trigo são cultivadas por poucos estabelecimentos. Segundo entrevista realizada com representante do Sindicato Rural de Foz do Iguazu (2016), tratam-se dos produtores que possuem estabelecimentos maiores e que vendem para indústrias de Medianeira e Cascavel. Em Ciudad del Este a produção agrícola é mínima, visto que, o milho, que foi a maior produção do município, de acordo com a tabela 51, apresentou em 2008, 1.895 toneladas colhidas de 557 hectares.

TABELA 51 - Principais produtos agrícolas cultivados em Ciudad del Este: 1988 e 2008

Culturas	1992		2008	
	Quant(t)	Área(ha)	Quant(t)	Área (ha)
Milho	2.254	599	1.895	557
Trigo	258	77	195	73
Soja	721	332	761	341

Fonte: DCA, 1992, 2008.

A dinâmica de migração de agricultores brasileiros para o Paraguai, especialmente a partir da década de 1970, ocorreu no interior do departamento de Alto Paraná, do qual Ciudad del Este é a capital⁹⁰. Arelado ao fato de possuir um território pequeno (104 Km²), a agricultura e a pecuária não são atividades significativas para a economia de Ciudad del Este, tampouco de Hernandarias e Presidente Franco. Esta situação se repete na cidade argentina de Puerto Iguazú, como demonstrado na tabela 52, onde os únicos cultivos são o milho e a erva-mate e em pouca quantidade.

TABELA 52 - Principais produtos agrícolas cultivados em Misiones: 1988 e 2002

Culturas	1988		2002	
	Quant(t)	Área (ha)	Quant(t)	Área (ha)
Milho	3.005	298	3.650	222
Erva-mate	6.121	5.633	5.661	4.316

Fonte: INDEC, Censos agropecuários (1988,2002).

A Argentina é a principal produtora e exportadora de erva- mate do mundo⁹¹. Esta importância estende-se a província de Misiones, que atrelada a baixa produtividade da erva-mate no Brasil e no Paraguai, foi favorecida no contexto internacional⁹². A erva-mate está presente em quase toda província, com destaque para os municípios de Apóstoles, Caingúas, Guaraní, General Manuel Belgrano e Oberá. Nesta perspectiva Yasnikowski (2013) acrescenta que, em Misiones são produzidas uma média de 40.000 quilos de erva-mate por dia, gerando 2.000 empregos diretos. Diante disso nota-se que, a produção de Puerto Iguazú é reduzida, sendo cultivada por pequenos produtores através

⁹⁰ Neste contexto Souchaud (2007) explicita que, apesar do censo de 1992 apontar que neste período viviam 108.526 brasileiros no Paraguai, o número real de brasileiros podia alcançar 500.000. A maior parte destes brasileiros encontravam-se ao norte de Amambay, ao sudeste de Concepción, em Canindeyú, em Alto Paraná e uma parte em Caaguazú, Caazapá e em Itapúa. Na região oriental do país, onde encontram-se os brasiguaios, predomina o cultivo da soja.

⁹¹ Os maiores compradores são o Uruguai, Paraguai, Brasil, Chile, Bolívia, Síria e Líbano.

⁹² “En el suelo de Misiones se encuentra abundante óxido, de ahí su tierra colorada; particularidad que hace que sean las mejores para el cultivo de la yerba mate” (YASNIKOWSKI, 2013, p.22).

de trabalho familiar e com contratação de trabalhadores temporários no período das colheitas.

A pecuária, assim como a agricultura, pouco representa nos municípios pertencentes a esta aglomeração. Em Foz do Iguaçu o censo agropecuário de 2006 registrou 5.186 cabeças de gado e 1.802 ovinos.

TABELA 53 - Atividade pecuária de Foz do Iguaçu: 1980/2006

Rebanhos	1980		1996		2006	
	Estab	Cabeças	Estab	Cabeças	Estab	Cabeças
Bovinos	499	15.272	301	4.656	379	5.186
Equinos /muares	154	422	98	339	146	537
Ovinos	33	394	35	587	49	1.802
Suinos	558	8.971	267	3.989	307	3.354
Aves	756	349.764	698	98.021	573	44.000

Fonte: Censo Agropecuário (1980,1996,2006).

Em Ciudad del Este, de acordo com a tabela 54, a importância da pecuária é ainda menor, em relação a Foz do Iguaçu. Os números foram estáveis nas contagens dos censos. Neste sentido verifica-se que, a criação bovina apresentou 1.322 cabeças e 250 estabelecimentos em 2008, e o efetivo de ovinos caiu de 1.005 cabeças em 1991 para 813 em 2008.

TABELA 54 - Atividade pecuária de Ciudad del Este: 1992/2008

Rebanhos	1992		2008	
	Estab	Cabeças	Estab	Cabeças
Bovinos	261	1.532	250	1.322
Equinos /muares	212	399	275	515
Ovinos	97	1.005	84	813
Suinos	305	1.882	327	2.291
Aves	281	11.662	277	12.081

Fonte: DCA, 1992,2008.

Em Puerto Iguazú a tabela 55 mostra que, a pecuária, assim como a agricultura, é pouco praticada. Diante disso e com 110 estabelecimentos e 2.477 cabeças, a pecuária bovina é a mais importante no município. Yasnikowski (2013) aponta que, a pecuária encontra-se as margens do sistema produtivo da província de Misiones e não chega a atender a demanda interna.

TABELA 55 - Atividade pecuária de Puerto Iguazú: 1988/2002

Rebanhos	1988		2002	
	Estab	Cabeças	Estab	Cabeças
Bovinos	85	1.965	110	2.477
Equinos /muares	15	29	10	23
Ovinos	14	202	5	174
Suínos	62	668	47	537
Aves	80	964	39	442

Fonte: INDEC, Censos agropecuários (1988,2002).

De modo geral os dados confirmam que, tanto a agricultura quanto a pecuária pouco representam na economia de Foz do Iguaçu, Ciudad del Este, Hernandarias, Presidente Franco e Puerto Iguazú. São municípios com formação socioespacial da pequena propriedade e que, além de não fazerem parte de cadeias do agronegócio, possuem área rural restrita e constituída por pequenos agricultores familiares.

Diferente de Uruguaiana, Paso de los Libres e Corumbá, estes municípios não especializaram-se em atividades agropecuárias, são fortemente terciárias, como veremos detalhadamente adiante.

Os dados apresentados mostram a importância dos agronegócios nos municípios de Uruguaiana/Paso de los Libres e Corumbá. Ambas as aglomerações tem sua formação socioespacial pautada na grande propriedade e enquanto o agronegócio da carne é compartilhado em Uruguaiana e Corumbá, o agronegócio do arroz é exclusivo de Uruguaiana, dadas as características físicas da última. Diferentemente ocorre com a aglomeração de Foz do Iguaçu/Ciudad del Este e Puerto Iguazú, que tem sua formação socioespacial na pequena propriedade rural e que não faz parte da dinâmica do agronegócio.

5.4. Atividades Industriais nas Aglomerações Urbanas de Fronteira

A indústria, nas cidades das aglomerações urbanas em estudo, não se coloca como significativa do ponto de vista do número de estabelecimentos e trabalhadores, embora a participação da indústria no PIB de Corumbá e especialmente de Foz do Iguaçu, seja importante: 16% do PIB de Corumbá foi composto pela indústria em 2014, enquanto o PIB de Foz do Iguaçu contou com 65% da indústria no mesmo ano, Uruguaiana, contudo, teve 9% de participação da indústria na formação de seu PIB (IBGE, 2015). Em Corumbá

destacam-se as mineradoras, e em Foz do Iguaçu, o grande peso no PIB industrial vem da produção de energia de Itaipu.

Para melhor compreender a importância e participação da indústria na dinâmica econômica das aglomerações, iniciamos com a abordagem da atividade em Corumbá. Assim verifica-se que, com a aplicação de medidas como a desindexação dos juros, a abertura ao mercado externo e a ampla política de importações durante o governo Collor, o Brasil passou por uma profunda recessão. Nesse período várias indústrias fecharam ou saíram de Corumbá (COLANTUANO, 2009), e as que permaneceram e que buscaram modernizar suas instalações, além de aumentar a produção, direcionaram-se ao mercado internacional. Neste sentido, algumas indústrias de Corumbá destacaram-se entre as dez empresas que mais exportaram no estado do Mato Grosso do Sul na década de 1990, a exemplo da Companhia Paulista Ferro-Liga, que exportou entre 1990 e 1995, US\$ 664.440 (COLANTUANO, 2009).

A tabela 56 apresenta os dados referentes ao setor industrial em Corumbá entre 1985 e 2014, e mostra crescimento negativo no número de trabalhadores, além de ser bastante oscilante no número de estabelecimentos, mas com crescimento positivo no período. A metalurgia representou 38,18% e 10,12% de trabalhadores e estabelecimentos, respectivamente, em 2014. A empresa Vetorial é a maior delas e especializada na produção de ferro gusa, com uma média de 370 mil toneladas produzidas por ano.

No ramo de produtos minerais não metálicos, o segundo mais importante, destaque para o Grupo Votorantim⁹³, que conta com uma unidade em Corumbá - Cimentos Itaú - e outra em Puerto Quijarro - Itacamba Cimentos. As duas unidades abastecem seus respectivos países, contudo a indústria brasileira exporta para a boliviana o clínquer⁹⁴, utilizado para a produção do cimento. A respeito da Votorantim Cimentos em Corumbá cabe apontar que, esta unidade produz 300 mil toneladas anualmente, com operação 24 horas por dia e com a geração de 300 empregos.

⁹³ A Votorantim Cimentos é uma das maiores indústrias de cimento, concreto, agregados e argamassas do mundo, com uma receita de R\$ 12.9 bilhões em 2014. Possui unidades em 13 países.

⁹⁴ Produto da calcinação de carvão e argila.

TABELA 56 - Estabelecimentos e número de trabalhadores no setor industrial de Corumbá: 1985/2014

Corumbá	1985		1990		2000		2010		2014	
	Estab.	Trab.	Estab.	Trab.	Estab.	Trab.	Estab.	Trab.	Estab.	Trab.
Extrativa Mineral	07	386	09	898	06	319	11	1107	10	1444
Indústria de Prod. Minerais não Metálicos	07	574	06	314	06	156	05	183	04	191
Indústria metalúrgica	05	271	04	274	04	90	05	201	08	378
Indústria Mecânica	0	0	02	45	03	09	08	85	11	175
Indústria do Material Elétrico e de Comum.	0	0	0	0	01	0	0	0	02	02
Indústria do Material de Transporte	0	0	01	01	03	20	04	21	05	14
Indústria da Madeira e do Mobiliário	09	18	02	04	03	12	06	25	04	26
Indústria do Papel, Papelão, Editorial e Gráfica	01	3	04	24	05	13	10	37	10	39
Ind. da Borracha, Fumo, Couros, Peles, Similares, Ind. Diversas	02	01	01	04	03	06	01	02	03	06
Ind. Química de Produtos Farmacêuticos, Veterinários, Perfumaria	02	03	0	0	0	0	01	01	01	05
Indústria Têxtil do Vestuário e Artefatos de Tecidos	02	10	2	10	01	12	06	15	04	08
Construção Civil	05	375	21	191	15	47	61	744	44	259
Indústria de Produtos Alimentícios, Bebidas e álcool Etílico	22	125	20	76	16	67	20	78	27	151

Fonte: RAIS/MTE (1985,1990, 2000, 210 e 2014).

Os demais ramos são compostos por pequenas unidades produtivas, com mercado local e/ou regional; exceto a mineração, que é o ramo de maior importância para Corumbá.

Neste sentido cabe apontar que, a produção de minério de ferro e manganês, encontra-se concentrada em poucas áreas de exploração no Brasil, sendo o estado do Mato Grosso do Sul o terceiro em destaque⁹⁵. No Mato Grosso do Sul essas áreas encontram-se especificamente nos municípios de Corumbá e Ladário⁹⁶, nas proximidades da fronteira com a Bolívia e fazem parte das formações da Serra do Rabicho, Morro Grande, Serra de

⁹⁵ O estado do Mato Grosso do Sul encontra-se atrás do Pará e de Minas Gerais. No segundo estão as maiores empresas de mineração, com cerca de 20 municípios produtores (representam 72% do volume total de minério de ferro exportado) (BRITO, 2011). A concentração das empresas em Minas Gerais está relacionado com a proximidade do mercado interno, bem como do mercado externo, por meio dos portos de Tubarão e Sepetiba, com a infraestrutura ferroviária e portuária.

⁹⁶ Em Ladário, o único ramo industrial que possui representatividade é a mineração, por isso outros ramos não foram apresentados.

Santa Cruz, Morro de Tromba dos Macacos, Serra do Jacadigo e Morro do Urucum⁹⁷ (LAMOSO, 2011).

Sobre a atividade em Corumbá, importante recordar que, em 1972 foi criada a Companhia Matogrossense de Mineração para administrar os recursos minerais do estado do Mato Grosso. Dois anos depois foi criada a Urucum Mineração S.A, em parceria com a Vale do Rio Doce (governo federal). No período entre 1976 e 1994 a Vale do Rio Doce possuía 46,66% das ações da Urucum Mineração, cujo controle era compartilhado em proporção igual com o governo estadual, sendo apenas 6,68% de participação da iniciativa privada, por meio da CONVAP, que explorava a área da Serra do Jacadigo⁹⁸ (COSTA, 2014).

Na década de 1990 duas empresas exploravam minério de ferro e manganês em Corumbá e Ladário, a Vale do Rio Doce através da Urucum Mineração e a Rio Tinto Zinc, que adquiriu a Mineração Corumbaense Reunida⁹⁹. Neste contexto deve-se frisar que, no início da década de 1970, com a criação da Companhia Siderúrgica Mato grossense, foi proposta a instalação de um polo siderúrgico em Corumbá. Todavia, as empresas encontraram entraves no sentido da indisponibilidade de estoques de madeira para os fornos, além de dificuldades em relação a infraestrutura de transporte.

A partir da década de 2000, com o panorama favorável da economia mundial, especialmente da China, Rússia, Índia e Brasil, a produção brasileira de minério de ferro cresceu consideravelmente. Nesta conjuntura se deu a abertura da economia chinesa ao mercado mundial, e conseqüentemente a aceleração das importações de bens minerais¹⁰⁰. Diante dessa demanda a decisão pela instalação do polo siderúrgico foi tomada. “Em alinhamento político e com favorável conjuntura econômica, tanto o Governo Federal quanto o Estadual se propuseram a realizar investimentos em infraestrutura, como malha ferroviária, portos e rodovias, chamando a atenção de várias empresas que se aproximaram de Corumbá” (BRITO, 2011, p.10). Apesar de elementos favoráveis a

⁹⁷ Todas essas serras e morros compõem o Maciço do Urucum.

⁹⁸ Entre novembro de 1994 e março de 1995, o governo federal, através da Vale, incorporou as ações dos governos estaduais de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, mantendo o percentual da iniciativa privada, e a partir daí passou a controlar 100% das ações da Urucum Mineração S.A.

⁹⁹ “A Mineração Corumbaense Reunida foi adquirida em 1991 pela empresa EFX Investimentos e Participações Ltda, subsidiária do grupo TVX de propriedade do empresário Eike Fuhskem Batista. O grupo, de capital nacional, adquiriu a Mineração Corumbaense em associação com a empresa Rio Tinto Brasil, uma subsidiária da empresa britânica Rio Tinto (uma das maiores mineradoras do mundo)”(LAMOSO, 2010, p.07).

¹⁰⁰ A industrialização e modernização da China promoveram um ciclo de expansão da indústria extrativista mineral brasileira, pois mesmo sendo a maior produtora mundial de minério de ferro e aço, também é a maior compradora do minério de ferro do Brasil.

construção desse empreendimento, questões como energia e estrangulamentos em infraestruturas de transporte inibiram a realização do mesmo¹⁰¹.

Até 2008 estavam instaladas em Corumbá e Ladário as seguintes empresas de exploração de minério de ferro: Corumbá Mineração (COMIN), do Grupo Vetorial; a Urucum Mineração SA. (UMSA), da Vale (VALE); Mineração Corumbaense Reunida (MCR), pertencente à multinacional Rio Tinto do Brasil (RTB); Mineração e Metálicos do Brasil Ltda. (MMX), do Grupo EBX e Mineração Pirâmide Participações (MPP) (LIMA, 2008).

Entretanto, com a crise de 2008/2009, ocorreram alterações, a Rio Tinto do Brasil vendeu suas operações no Mato Grosso do Sul para a Vale e a MMX vendeu seu mais importante investimento - a MMX metálicos, para o Grupo Vetorial, mantendo apenas a mina. A partir de 2009, a Vale, já privatizada, detém 90% da produção mineral de Corumbá.

Com relação à produção de manganês, a Sobramil produziu em 1992, 34.585 toneladas, caindo para 24.000 em 1993 e encerrando 1994 com 6.000 toneladas; desde então a empresa não participa mais da produção. O mesmo ocorreu com a Mineração Mato Grosso, que reduziu de 137.533 toneladas em 1992 para 4.635 em 1995, último ano de sua produção. A MCR deixou de lavrar manganês em 1994 para concentrar-se na exploração exclusiva de minério de ferro, e com isso, a empresa controlada pela Vale do Rio Doce tornou-se a única empresa a explorar o manganês no estado. Em 2013 a produção nacional foi de 2,8 milhões de toneladas, e deste montante, 14,6% diz respeito a produção do Mato Grosso do Sul (DNPM, 2014). Em média, 90% da produção de manganês é consumida pelo mercado interno, especialmente nos estados de São Paulo e Minas Gerais, o restante é exportado para a Venezuela e Argentina.

Em relação a produção brasileira de minério de ferro, em 2013 foram 386,3 milhões de toneladas, sendo que, desse montante 2% diz respeito ao minério de ferro do Mato Grosso do Sul. Nesse mesmo ano a quantidade exportada foi de 329,6 milhões de toneladas, ou seja, 85,23% da produção do país foi destinada para a exportação. Já em

¹⁰¹ A MCR tinha pretensão de produzir em Corumbá, numa primeira etapa, 900.000t/ano de ferro gusa, utilizando o carvão mineral e minério de ferro fino como fonte de combustível. Na segunda etapa, a empresa produziria 4,0 mt/ano, utilizando inicialmente o gás natural da Bolívia na redução direta e, também, a usina integrada à redução direta. Contudo, o projeto foi alterado e passou a incorporar reatores de fusão-redução Hismelt, à base de carvão mineral (MCR, 2007). Por ser a maior produtora, pretendia um aumento da quantidade explorada em mais de sete vezes, representando um salto de 3 mt/ano atual para 22,4 mt/ano em 2020.

2014 a produção brasileira de minério de ferro foi de 411,8 milhões de toneladas, enquanto a produção do Mato Grosso do Sul foi de apenas 1,2%.

Nesta discussão é fundamental apontar os postos de trabalhos gerados a partir desta atividade. De acordo com Lamoso (2012), em 2000 eram 377 empregos diretos e 494 indiretos. Dados mais atuais mostram que, ocorreu um acréscimo de trabalhadores na área, pois o número de empregos gerados na exploração do minério de ferro em Corumbá em 2008 foi de 1.253, sendo 709 empregos diretos e 544 empregos indiretos. Na extração do manganês, neste mesmo ano, foram 459 empregos diretos e 354 indiretos, totalizando 813 empregos (DNPM, 2013, 2014).

Na perspectiva produtiva da mineração, autores como Lamoso (2001, 2012), Brito (2011), Costa (2012) e Silva (2010), concordam no sentido das dificuldades encontradas em relação ao transporte do minério produzido em Corumbá. De acordo com Lamoso (2001), o estrangulamento do transporte é um elemento crítico, visto que, atinge a competitividade da matéria prima. O preço do frete é a questão principal nesse processo, pois para que o minério de ferro ou manganês consiga competir por mercados e expandir seus contratos é fundamental que o frete seja o fator diferencial.

Com destino ao mercado interno e por terra, as empresas questionavam a falta de condições da Estrada de Ferro Novoeste para transporte de baixo custo regular. Durante a década de 1980 o trecho Corumbá-Bauru/SP era deficiente em manutenção, sendo ainda o trecho Bauru-Santos/SP pertencente as Ferrovias Paulistas S/A. Com a transferência para a administração privada¹⁰² a partir de 1996, a Novoeste continuou apresentando deficiências operacionais e poucos investimentos foram realizados. Atualmente os produtos com destino ao mercado interno são transportados por caminhões até o terminal ferroviário da Novoeste, seguindo para Bauru/SP, para na sequência irem para a usina siderúrgica de Cubatão/SP. Os produtos destinados ao mercado externo, por sua vez, são transportados até o Porto Sobramil, seguindo em comboios pelas hidrovias Paraguai-Paraná até o Paraguai, Argentina¹⁰³e Uruguai. Em 2008 ocorreu uma diversificação em relação aos países compradores, com destaque para a Arábia Saudita e China (SILVA, 2010).

¹⁰² “Esta foi a primeira ferrovia a ser transferida para a iniciativa privada em 1996. Entre 1996 e 2006 (antes aquisição da ALL), foram investidos valores muito inferiores àqueles estabelecidos pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). Esta foi criada com a extinção da Rede Ferroviária Federal S/A (RFFSA) e seu objetivo era fiscalizar as concessões e estabelecer metas, regras de prestações de serviços e outros” (BRITO, 2001, p.15).

¹⁰³ O minério produzido em Corumbá é transportado em barcaças através da hidrovia do rio Paraguai, de onde segue para o porto de San Nicolas, na Argentina.

A produção, se beneficiada, teria maior poder de alcance de mercado, pois arcaria com os custos de transporte, os mais onerosos para as empresas. A localização do Mato Grosso do Sul também é fator de desvantagem em relação aos demais estados produtores (Minas Gerais e Pará), que estão mais próximos do mercado europeu, asiático e norte-americano (BRITO, 2011, p.12).

No que diz respeito a hidrovia é importante considerar que, o ritmo natural do rio está fortemente ligado ao clima, a conformação física e a topografia. A dificuldade encontra-se no processo de inserção do minério de ferro de Corumbá nos mercados, visto o impasse entre a capacidade do rio em relação a profundidade, período de seca, quantidade de produção e barcas. A maior limitação encontra-se na impossibilidade de intervir no canal, pois o Ibama não concede licença, permitindo unicamente processos de dragagens e desobstrução do leito do rio.

Arelado a isso tem a questão da insuficiência de madeira legal para a alimentação dos altos fornos de ferro gusa (CARVALHO, 2008). Lamoso (2010), nesta discussão acrescenta que, a questão ambiental é uma questão de destaque, pois quanto maior a valorização do minério no mercado, mais intensa é a extração no município. Importante frisar que, esta situação está fortemente ligada a não implantação do polo siderúrgico de Corumbá, pois várias ações judiciais apresentaram as debilidades das empresas, destacando os impactos negativos provocados sobre o meio ambiente.

No que diz respeito a exploração de minérios da Morraria de Mutúm¹⁰⁴, no município de Puerto Suárez, não há nenhuma empresa realizando tais atividades, visto os impasses em relação as exigências do país para a realização da mesma. Em 2006 a MMX realizou um projeto de exploração e construção de um forno de processamento de ferro gusa, entretanto o mesmo não foi embargado, pois não foram cumpridas as leis ambientais. Em 2007 o governo federal assinou contrato com a empresa indiana *Jindal Steel e Power*, com previsão de investimentos na ordem de US\$ 2,1 bilhões, construção de fornos e de uma termoelétrica; o contrato foi revisto e igualmente não teve prosseguimento.

Como visto no decorrer deste trabalho, a pauta dos recursos energéticos acompanha a história das relações entre Brasil e Bolívia, contudo a partir da segunda metade da década de 1970 esta relação aprofundou-se ainda mais no que diz respeito a compra de gás natural. Neste sentido, o gasoduto Bolívia – Brasil é resultado do acordo

¹⁰⁴ Trata-se de uma das maiores jazidas de minério de ferro do mundo, com uma média de 40.205 milhões de toneladas.

comercial bilateral GSA (*Gas Supply Agreement*), assinado em 1996. Com a entrada de Evo Morales na presidência da Bolívia ocorreu a nacionalização dos ativos energéticos e a partir de maio de 2006 iniciaram-se as negociações com a Petrobras. Waisbich e Pomery (2015, p.02) acrescentam:

Ainda que a parceria energética tenha sido discutida por primeira vez na década de 50 e o gasoduto Bolívia-Brasil entrado em funcionamento em 1999, é a chegada de Evo Morales do partido Movimiento al Socialismo (MAS) ao poder, em 2006, que impulsiona uma série de mudanças político-sociais no país e dá força à cooperação Sul-Sul, sobretudo latino-americana. A intensificação desses laços na região se dá em um marco misto de apoio político e técnico ao primeiro líder indigenista da Bolívia. O momento Evo é concomitante com uma onda de governos de esquerda e centro-esquerda em outros países da região, incluindo o Partido dos Trabalhadores no Brasil¹⁰⁵.

Em 2010 o gás natural significava 9% da matriz energética brasileira, e neste mesmo ano, 83% das vendas da petrolífera boliviana foram para o Brasil. Diante disso cabe destacar que, o gás representa 97,3% do total das exportações de bens primários, os quais, por sua vez, representavam 99,6% da pauta exportadora da Bolívia para o Brasil em 2014 (WAISBICH; POMERY, 2015). A Petrobras já investiu cerca de US\$ 1,5 bilhão em atividades relacionadas a exploração, produção e comercialização¹⁰⁶ do gás natural. O contrato da estatal para o suprimento de 21,8 milhões de m³ de gás por dia, expira em 2019. De acordo com Murakawa (2014, p.54):

A presença da estatal brasileira na Bolívia é ao mesmo tempo ativo estratégico e fonte de atritos ao Brasil. Parece cada vez mais evidente que os desgastes da imagem da estatal perante a opinião pública boliviana tem um potencial de afetar as relações entre os dois países. Entretanto, do ponto de vista boliviano não parece haver amálgama necessário e/ou imediato entre o governo brasileiro e a estatal petrolífera. Ao longo das últimas décadas houve vezes em que Morales responsabilizou Brasília por ações da Petrobras, bem como houve outras vezes em que oficiais bolivianos expressamente dissociaram ambas as entidades, alegando que sua crítica à Petrobras era uma crítica ao capital privado, que não compartilharia dos valores de amizade existente entre os dois governos.

Sobre as mudanças em relação a exportação do gás natural, o governo boliviano estabeleceu que, a partir de 2005 o lucro deveria ser de 50% para o governo e 50% para as empresas. Até 2005 as empresas estrangeiras ficavam com 82% dos lucros e a partir da

¹⁰⁵ Nesta conjuntura é importante destacar que, um pouco antes, em 2004, Lula reviu a dívida boliviana, um total de U\$ 53 milhões, além do governo abrir uma linha de crédito junto ao BNDES viabilizando a realização de projetos regionais de infraestrutura.

¹⁰⁶ Incluem-se nestes processos o transporte por dutos, unidades de processamento de gás natural, refino, unidade de lubrificantes e distribuição de derivados.

nacionalização, os lucros para o Estado seria de 82%¹⁰⁷.

O gasoduto tem início no município de Rio Grande, na Bolívia, passando por Corumbá e seguindo para Campinas, onde bifurca-se em dois dutos. O primeiro segue para Guararema/SP, onde interliga com o sistema de dutos da Petrobras (São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte), e o segundo vai até Porto Alegre/RS, na refinaria Alberto Pasquale. Nos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul o consumo de gás é todo para uso térmico e em refinarias. Em Minas Gerais metade do consumo é atendido pelo gás proveniente da Bolívia.

O lado brasileiro do gasoduto possui atualmente 15 estações de compressão em operação, com potência instalada total de 425.740 HP: Corumbá/MS, Anastácio/MS, Miranda/MS, Campo Grande/MS, Ribas do Rio Pardo/MS, Três Lagoas/MS, Mirandópolis/SP, Penápolis/SP, Iacanga/SP, São Carlos/SP e Paulínia/SP no trecho Norte; Capão Bonito, Araucária/PR, Biguaçu/SC e Siderópolis/SC no trecho Sul.

A Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. (TBG), criada em abril de 1997, é proprietária e operadora em solo brasileiro do Gasoduto Bolívia-Brasil. A TBG é uma sociedade anônima de capital fechado, coligada pela Petrobras e regulada pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Exceto a unidade da Votorantim Cimentos em Puerto Quijarro, que contou em 2014 com uma produção de 170.000 toneladas, as cidades bolivianas não contam com outras indústrias de médio e/ou grande porte. No entanto, de acordo com entrevista com o gerente da estação aduaneira de Corumbá/Puerto Quijarro (2015), vem ocorrendo nos últimos anos a ida de indústrias brasileiras para a Bolívia. Isso ocorre pelas vantagens em relação a impostos e a mão de obra mais barata no país vizinho; essas indústrias estão localizadas próximas a Santa Cruz de la Sierra, não havendo registro nas cidades de Puerto Quijarro e Puerto Suárez.

Assim como a pecuária conta com características em sua prática e manejo, motivadas, especialmente por conta das características naturais do Pantanal, a mineração também conta com entraves e desafios a serem vencidos para um possível crescimento e desenvolvimento. As questões ambientais acabam restringindo os investimentos no setor, ou seja, as dificuldades são múltiplas, desde a ausência de uma infraestrutura capaz de suprir as necessidades de logística e transporte do minério de ferro, bem como das leis

¹⁰⁷ As empresas atingidas por estas mudanças totalizavam 20 unidades. Dentre elas, Cavalcante (2014) destaca: Repsol YPF (Espanha e Argentina), Total (França), British Gas e British Petroleum (Reino Unido), Exxon Mobil (Estados Unidos) e Petrobras, sendo a última a mais prejudicada.

ambientais que impossibilitam que a atividade ocorra de uma forma mais rápida e eficiente. São elementos que tornam esta área menos apta a receber investimentos e que dificultam aqueles que já encontram-se instalados nesta área de fronteira.

Diante disso e com base nos dados analisados na tabela 56, verifica-se que, mesmo com dificuldades, a mineração representa o setor industrial mais dinâmico de Corumbá; exceto esse, os demais atendem majoritariamente o mercado local e regional. Nas cidades de Puerto Suárez e Puerto Quijarro a representatividade industrial é ainda menor, pois a única indústria de grande porte é a Itacamba Cimentos do Grupo Votorantim. Nesta formação socioespacial, portanto, a indústria não representa atividade de maior importância, como ocorre com a pecuária.

Em Uruguaiana o destaque é a construção civil, com crescimento de 91,14% em quase 30 anos. Assim como na maior parte das cidades do Brasil, Uruguaiana vivenciou o crescimento do setor, que passou de 14 estabelecimentos em 1985 para 158 em 2014, enquanto os empregos saltaram de 285 em 1985 para 739 em 2014. Na sequência verifica-se as indústrias alimentícia e têxtil, sendo que o ramo têxtil apresentou crescimento de 88,24% no número de estabelecimentos e de 93,29% no número de trabalhadores, entre 1985 e 2014, conforme mostra a tabela 57.

TABELA 57 - Estabelecimentos e número de trabalhadores no setor industrial de Uruguaiana: 1985/2014

Uruguaiana	1985		1990		2000		2010		2014	
	Estab	trab	Estab	trab	Estab	trab	Estab	trab	Estab	Trab
Construção Civil	14	285	43	374	71	275	125	749	158	739
Extrativa Mineral	04	33	05	21	08	65	07	57	07	63
Indústria de Produtos Minerais não Metálicos	04	11	04	19	03	30	05	37	04	37
Indústria Metalúrgica	07	23	07	13	11	41	10	52	15	55
Indústria Mecânica	06	73	05	155	0	0	02	04	07	23
Indústria do Material Elétrico e de Comunicações	01	03	01	03	03	04	02	12	02	06
Indústria do Material de Transporte	01	17	01	15	01	04	03	08	04	07
Indústria da Madeira e do Mobiliário	05	66	04	54	03	10	07	17	09	27
Indústria do Papel, Papelão, Editorial e Gráfica	03	90	06	86	04	31	08	67	12	43
Ind. da Borracha, Fumo, Couros, Peles, Similares, Ind. Diversas	09	75	08	155	01	15	10	42	11	66
Ind. Química de Produtos Farmacêuticos, Veterinários, Perfumaria	02	15	02	19	01	2	02	02	02	05
Indústria Têxtil do Vestuário e Artefatos de Tecidos	02	10	08	35	15	122	09	112	17	149
Indústria de Produtos Alimentícios, Bebidas e álcool Etílico	26	440	34	629	46	370	37	359	44	251

Fonte: RAIS/MTE (1985,1990,2000,2010 e 2014).

Esses dados mostram que, Uruguaiana conta com pequenas indústrias, as quais pouco representam no âmbito local e/ou regional. Tratam-se de unidades direcionadas ao abastecimento local e que demandam pouca mão de obra. Albuquerque (2011, p.07) aponta que:

No caso do pampa gaúcho, a grande indústria desenvolveu-se concentrada no eixo Rio Grande-Pelotas, reservando para uma ou outra cidade da Campanha Gaúcha algum empreendimento frigorífico. Esse padrão espacial praticamente só foi quebrado pela indústria orizícola, mas essa atividade de beneficiamento também ocorre em grandes plantas industriais, caso do Engenho Coradini Ltda, em Dom Pedrito.

Em Paso de los Libres não há registro de indústrias de grande porte e que sejam importantes do ponto de vista do número de trabalhadores. As indústrias, poucas e de pequeno porte, concentram-se nesta aglomeração, na cidade de Uruguaiana. A formação

socioespacial da grande propriedade centrou as atividades econômicas destas cidades na produção agropecuária, não havendo destaque para indústria.

Em Foz do Iguaçu, conforme apresenta a tabela 58, destaque para os setores alimentício e têxtil, sendo que, o ramo alimentar teve crescimento de 70% no número de estabelecimentos e de 83,16% no número de trabalhadores, entre 1985 e 2014.

A construção civil foi o setor que registou crescimento em todos os períodos. Esse crescimento justifica-se, primeiramente pela necessidade de construção de moradias e toda infraestrutura a partir da construção de Itaipu, posteriormente pelo desenvolvimento do turismo, e mais recentemente com o projeto habitacional lançado no governo Lula, Minha Casa Minha Vida. Neste sentido os dados apresentam crescimento de 95,57% no número de estabelecimentos e de 73,6% de trabalhadores, entre 1985 e 2014.

Em relação aos trabalhadores é fundamental apontar que, estes números são números oficiais e que, a parte disso, um grande contingente de trabalhadores paraguaios compõem a mão de obra da construção civil de Foz do Iguaçu. Trata-se de um processo que vem ocorrendo desde o final da década de 1990, quando do início da decadência do período dos sacoleiros no Paraguai. Com a falta de emprego em Ciudad del Este, atrelado ao crescimento da construção civil em Foz do Iguaçu, um grande número de paraguaios começou a atravessar a fronteira para buscar ocupação. A construção civil é o setor de maior destaque, contudo outras ocupações, como diaristas, empregadas domésticas, babás, vendedores, etc., são desempenhadas por paraguaios (as).

Ao longo das décadas, de forma geral, observou-se crescimento das indústrias em Foz do Iguaçu. Mesmo sendo representadas por pequenas unidades, esse crescimento é importante no sentido da geração de empregos para a população da cidade e até mesmo para as demais cidades da aglomeração urbana de fronteira.

TABELA 58 - Estabelecimentos e número de trabalhadores no setor industrial de Foz do Iguaçu: 1985/2014

Foz do Iguaçu	1985		1990		2000		2010		2014	
	Estab	Trab	Estab	Trab	Estab	Trab	Estab	Trab	Estab	Trab
Extrativa Mineral	02	45	03	40	02	21	05	32	05	25
Indústria de Produtos Minerais não Metálicos	09	177	19	210	18	152	24	201	36	309
Indústria Metalúrgica	10	75	26	89	29	117	44	244	58	334
Indústria Mecânica	02	12	07	19	08	106	08	34	10	62
Indústria do Material Elétrico e de Comunicações	01	03	03	04	02	05	08	28	09	61
Construção Civil	20	6.251	143	4051	189	2163	246	2273	451	3500
Indústria do Material de Transporte	01	36	02	08	2	02	03	10	07	19
Indústria da Madeira e do Mobiliário	19	132	24	222	30	157	36	189	50	266
Indústria do Papel, Papelão, Editorial e Gráfica	10	61	14	109	31	136	50	245	48	166
Ind. da Borracha, Fumo, Couros, Peles, Similares, Ind. Diversas	06	19	10	60	09	41	13	43	22	97
Ind. Química de Produtos Farmacêuticos, Veterinários, Perfumaria	01	02	05	09	10	35	17	90	23	179
Indústria Têxtil do Vestuário e Artefatos de Tecidos	05	29	09	47	16	111	38	323	47	306
Indústria de Calçados	01	06	04	05	--	---	01	04	01	--
Indústria de Produtos Alimentícios, Bebidas e álcool Etílico	19	94	27	129	54	400	64	401	65	558

Fonte: RAIS/MTE (1985,1990, 2000, 210 e 2014).

Os dados do Ministério do Trabalho e Segurança da Argentina mostram que, em 2014 existiam em Puerto Iguazú 36 indústrias e 469 trabalhadores. São dados gerais, dificultando a compreensão mais apurada, no entanto sabe-se que, entre estas indústrias, existem algumas no ramo madeireiro, visto a grande extensão de pinus cultivado no município e proximidades. Destaque para a *Maderas de la Mesopotamia*, inaugurada em 2012 e especializada na fabricação de *pellets*¹⁰⁸

Em Ciudad del Este os censos econômicos demonstram que, a indústria de produtos metálicos é a mais representativa, com 1.477 trabalhadores e 257 estabelecimentos em 2010, seguido da indústria madeireira e móveis, que no mesmo período contava com 246 estabelecimentos e 874 trabalhadores. Importante frisar que,

¹⁰⁸ Trata-se de um tipo de biocombustível feito a partir da serragem e lascas de madeira. As fabricadas em Puerto Iguazú possuem entre 6 e 8 milímetros e são utilizadas em caldeiras industriais e domésticas (MADERAS DE LA MESOPOTAMIA, 2017).

nos municípios de Presidente Franco e Hernandarias a indústria não tem destaque, visto que, Ciudad del Este tornou-se a principal cidade do departamento, especialmente em relação as atividades econômicas.

TABELA 59 - Indústrias em Ciudad del Este: 2000/2010

Ciudad del Este	2000		2010	
	Estab.	Trab.	Estab.	Trab.
Indústria alimentícia e de bebidas	154	698	178	765
Indústria do tabaco	11	587	05	351
Indústria de couro e peles	10	45	12	51
Indústria de madeira e móveis	210	526	246	874
Indústria de papel, impressão e apoio	55	266	56	279
Indústria química de perfumaria, veterinária e farmaceuticos	21	67	29	126
Indústria de plástico e vidro	15	136	17	167
Indústria de outros produtos minerais não metálicos	44	201	47	221
Indústria de produtos metálicos	211	986	257	1.477
Indústria de material de transporte	09	40	15	73
Outras indústrias	35	58	43	89

Fonte: DEGEC (2001, 2011)

Dentre as indústrias apresentadas, algumas pertencem ao grupo das indústrias maquiladoras, ou seja, indústrias instaladas por empresas internacionais. Inspirada na legislação mexicana, a lei de Maquila, do Paraguai (1.064/2000), prevê isenção de impostos para importar maquinários e matéria prima. Quando o produto deixa o país, o imposto incidente corresponde a 1% sobre o valor da fatura de exportação. A operação consiste em garantir que toda matéria prima, bens de capital e insumos importados para a maquiladora paraguaia, estejam isentas de qualquer imposto, desde que os mesmos, ao gerar o produto acabado ou semi acabado sejam reexportados no prazo de até dois anos.

Nesta perspectiva é importante salientar que, no decorrer dos últimos quarenta anos a economia do Paraguai desenvolveu-se baseada em três pilares: a exportação de *commodities* agrícolas, a venda de energia elétrica para o Brasil e Argentina e o comércio de reexportação (CÉSAR, 2016). Estes pilares foram construídos no decorrer da década de 1970, juntamente ao aprofundamento dos laços do regime ditatorial de Stroessner com o governo militar no Brasil.

A recente atratividade através da lei da Maquila encontra-se em seus reduzidos custos de produção e no pragmatismo de seu ambiente regulatório. Soma-se a isso o fato do Paraguai apresentar o menor custo de energia elétrica e a menor carga tributária da América do Sul, além da grande disponibilidade de mão de obra, flexibilidade no regime de trabalho, baixo custo salarial, assim como facilidades para conseguir licenças e

registros. Segundo Ramos (2014), a carga tributária no Paraguai é 50% menor do que no Brasil, enquanto a energia elétrica é 60% menor. Ainda de acordo com Ramos (2014), o Paraguai é o terceiro mercado externo mais escolhido pelas multinacionais brasileiras para o início de seus processos de internacionalização, atrás apenas da Argentina e dos Estados Unidos.

Enquanto os investimentos norte-americanos concentram-se no setor terciário, os investimentos brasileiros voltam-se para o secundário. Trepowski, Martínez e Romero (2014) apontam a existência de 32 empresas brasileiras com investimentos no setor produtivo paraguaio, sendo a maioria aberta a partir de 2008. Exceto aquisição e ampliação de frigoríficos locais e empreendimentos nos setores de cimento e metalurgia, a grande maioria dos projetos de investimentos alcança valores de até US\$ 12 milhões, com a liderança de pequenas e médias empresas do Paraná, Santa Catarina e São Paulo¹⁰⁹.

Pressionado pela elevação dos custos de produção, o setor fabril brasileiro passou a ver o Paraguai como um atraente destino de investimento. Estes investimentos estão forjando um incipiente processo de industrialização, na contramão da reprimarização vista na maioria dos países da região, tendo o Brasil como principal mercado. A gradual substituição do comércio de reexportação por cadeias produtivas transfronteiriças é o objetivo a ser perseguido por ambos os países, devendo ser acompanhado por uma redefinição da relação dos grupos agroempresariais brasileiros com seu entorno nessa nova etapa do relacionamento bilateral. As maiores facilidades para a incorporação de insumos importados e os reduzidos custos de produção no Paraguai podem ser um importante instrumento para a construção de uma plataforma para o enfrentamento conjunto do “desafio chinês”, assentada na sinergia de capacidades genuínas e aprendizado mútuo (CÉSAR, 2016, p.27).

A respeito das indústrias instaladas no Paraguai através da lei da Maquila, Lima (2011) exemplifica através da indústria Texcin. Trata-se de uma associação de empresários paraguaios com o grupo Riachuelo, instalada nas proximidades de Assunção. O grupo possui 285 lojas e duas fábricas e utilizou dos incentivos da lei para produzir roupas no Paraguai e substituir importações da Ásia.

¹⁰⁹ As empresas de capital brasileiro no Paraguai, ao todo, exportaram US\$ 205 milhões ao Brasil em 2013, valor correspondente a 20% do total das exportações paraguaias de bens nacionais dirigidas naquele ano ao Brasil. Estas exportações encontram-se notadamente concentradas em São Paulo (43% do total), Paraná (14%) e Santa Catarina (14%) (CÉSAR, 2016).

O principal ramo tem sido o de autopeças, tanto pela renda como pelos empregos gerados, a exemplo da japonesa Yasaki¹¹⁰ e da alemã Leoni. Além das autopeças, o Paraguai conta com sua primeira montadora de automóveis, o grupo Reimplex, que começou a montar carros J2, da marca chinesa JAC Motors, nas imediações de Assunção. Para as indústrias instalarem-se no Paraguai sob o regime da Maquila é necessário habilitar-se junto ao Ministério da Indústria e Comércio do país, o qual efetua a homologação do índice de nacionalização necessário para a exportação aos países do Mercosul sem cobrança de imposto de importação nos mercados de destino (LIMA, 2011).

Especificamente sobre as indústrias maquiladoras instaladas em Ciudad del Este e nas cidades próximas, Leite (2015) explicita que, apenas em 2014 foram 21 empresas maquiladoras; 80% destas foram construídas com capital brasileiro. Destaque para a X-plast, inaugurada em 2015. A indústria produz brinquedos, utilidades domésticas, mesas e cadeiras. Mais de 70% da produção é exportada para o Brasil e conta com 320 funcionários. Para 2017 está prevista a instalação de uma indústria da Estrela na cidade de Hernandarias.

Essa legislação tem possibilitado alterações no panorama industrial desta aglomeração urbana de fronteira, caracterizada durante décadas pelas atividades terciárias. São novas possibilidades, que podem a médio/longo prazo, contribuir nas alterações sociais e econômicas de Ciudad del Este, Hernandarias, bem como de Foz do Iguaçu e Puerto Iguazú.

De forma geral, as aglomerações urbanas aqui estudadas apresentam fraqueza industrial. Em Foz do Iguaçu o PIB é composto majoritariamente pela indústria, no entanto trata-se da participação de Itaipu, ou seja, exceto a hidrelétrica, pouca representatividade tem o setor nesta aglomeração. Importante frisar que, embora tenhamos apontado a criação de indústrias em Ciudad del Este e demais cidades paraguaias a partir da lei de Maquila, trata-se de um processo recente, pouco estudado e ainda em desenvolvimento.

A aglomeração de Corumbá apresenta a mineração como principal ramo industrial, contudo outras indústrias de transformação não tem destaque, enquanto a

¹¹⁰ A Yazaki já tem mais de 1,2 mil empregados na cidade de Mariano Roque Alonso e poderá chegar a 2 mil. A maior parte da produção de chicotes elétricos da empresa é exportada para a fábrica da Renault em São José dos Pinhais/PR.

aglomeração de Uruguaiana não possui nenhum ramo em destaque, contando com poucas e pequenas indústrias, que atendem o mercado local/regional. A ausência de indústrias nas aglomerações de Uruguaiana e Corumbá estão relacionadas com a formação socioespacial da grande propriedade e a consequente intensificação das atividades primárias. Em Corumbá, atrelado a isso, existem as questões ambientais relacionadas ao Pantanal, que acabam inibindo a instalação de indústrias naquela área.

A aglomeração de Foz do Iguaçu, na contrapartida, tem sua formação socioespacial da pequena propriedade, porém os municípios que a compõem possuem território reduzido, além de uma formação histórica pouco voltada para esta atividade. A fim de melhor compreender a estrutura econômica das aglomerações urbanas de fronteira abordadas neste trabalho, a próxima parte tratará do setor terciário das cidades aqui em tela.

5.5. O Setor Terciário nas Aglomerações Urbanas de Fronteira

A construção de Itaipu tem papel crucial para o entendimento do setor terciário da aglomeração urbana de Foz do Iguaçu, entre outros aspectos, pelo aumento populacional que as cidades tiveram a partir daí. Este também foi o momento da expansão do número de estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços para atender as demandas do aumento populacional que ocorria em toda a área de fronteira. No período entre os anos de 1974 e 1976, a Prefeitura de Foz do Iguaçu liberou 124 alvarás para construções destinadas ao comércio e serviços, contra 97 liberados nos cinco anos anteriores (IPARDES, 1977, p.225).

Souza (1998) explicita que, esta urbanização foi determinada pelos projetos desenvolvidos pelo governo federal, especialmente após a década de 1970 e com o objetivo de modernização do país. O autor evidencia ainda que, se muitos municípios contaram com crescimento de sua população urbana devido a modernização da agricultura, Foz do Iguaçu teve o incremento de sua população através da construção de Itaipu.

A partir da diminuição das tarefas no canteiro de obras, Itaipu iniciou o processo de demissão de funcionários. Uma multidão de ex- trabalhadores, juntamente com aqueles que não foram absorvidos pela empresa nem pelos consórcios de empreiteiras, se uniram a já tumultuada área da fronteira, disputando os poucos imóveis de aluguel ou buscando alternativas que pudessem garantir sua sobrevivência.

Nesta perspectiva ocorreu um intenso incremento do comércio de fronteira, principalmente de Ciudad del Este para Foz do Iguaçu, onde muitos brasileiros passaram a buscar produtos na primeira para serem revendidos na segunda. Inicialmente atendiam pedidos de moradores de Foz do Iguaçu e rapidamente passaram para atuação regional e nacional. Esta dinâmica deu início a fase conhecida como dos sacoleiros; os brasileiros que se dirigiam ao país vizinho atuavam como vendedores, cambistas, transportadores, carregadores e guardas, sendo que a ocupação de maior destaque era aquela conhecida como “laranjas¹¹¹”.

Foi, portanto, a partir desse momento que as atividades comerciais de Foz do Iguaçu, Ciudad del Este e Puerto Iguazú ganham novos elementos através da intensificação do circuito inferior. A teoria dos circuitos revela que, a cidade deve ser entendida enquanto totalidade resultante da articulação de dois subsistemas: o circuito superior e o inferior, onde sua existência e realização estão relacionados com o modo particular do consumo e da produção, comandados pela grande indústria (OLIVEIRA, 2009). Para Santos (1979), o circuito superior é caracterizado pelo comércio e indústria moderna, comércio de importação e exportação, indústria de exportação, bancos, atacadistas e transportadores, além dos consumidores ligados a esse circuito. O autor denomina tais atividades de capital intensivo, pois possuem a tecnologia, a organização burocrática e o acesso ao crédito como base.

Já o circuito inferior caracteriza-se pelas atividades não modernas, intensivas em trabalho e de pequeno porte, abrangendo diversas atividades como: comércio varejista, pequenas fábricas, artesãos, trabalho doméstico, transportes autônomos, etc (SANTOS, 1979). Esse circuito está relacionado com as condições de vida da população pobre no contexto da economia moderna. “A concentração de pessoas pobres nas grandes cidades será criadora de uma demanda que o circuito superior, com sua lógica própria, não atenderá. Essa demanda será tanto por bens e serviços como por ocupação, se possível por empregos, por habitação, transporte, lazer, etc” (OLIVEIRA, 2009, p.54).

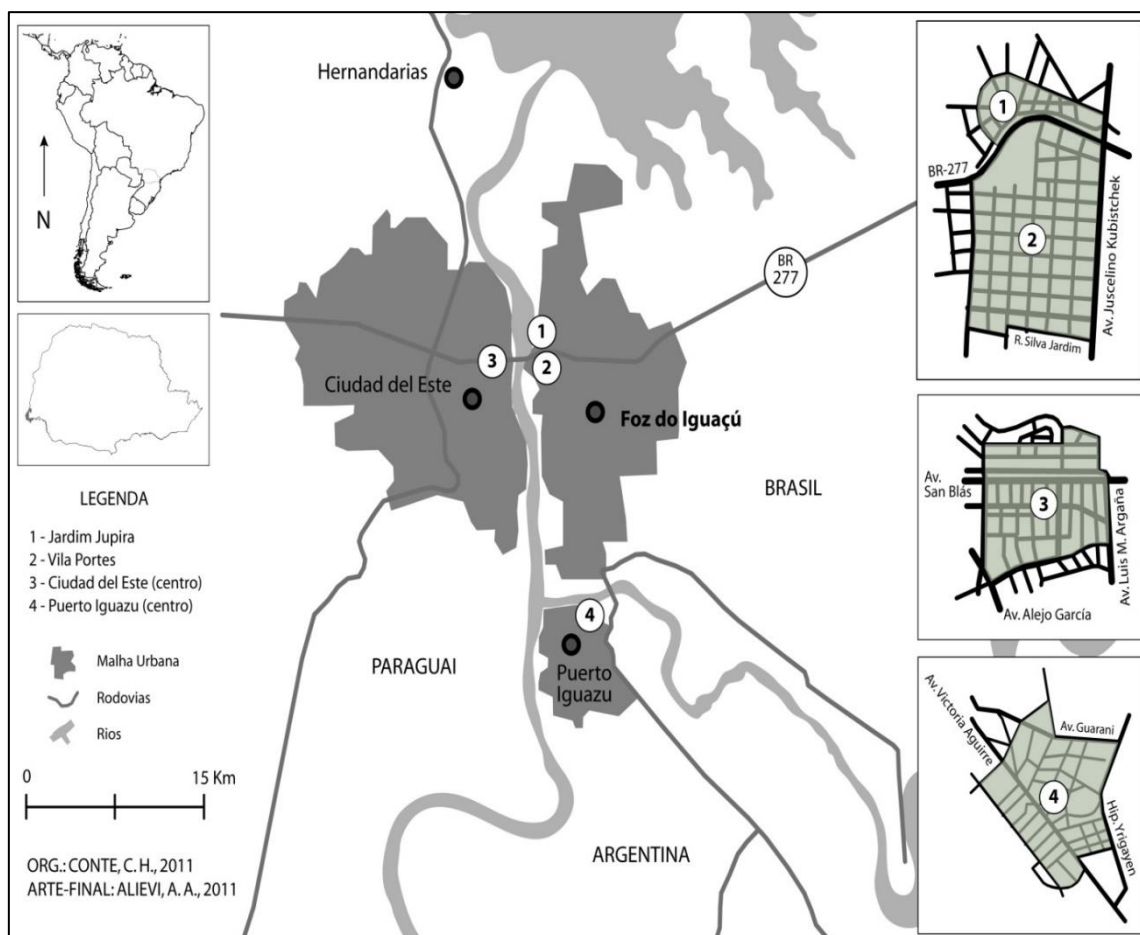
A intensificação da circulação e do consumo, atrelada a outros processos como o desemprego e demais formas de produção de pobreza urbana, afetam a dinâmica dos circuitos, principalmente do circuito inferior, a exemplo do grande aumento de camelôs e mototaxistas nas cidades.

¹¹¹ Estes garantem seu sustento colocando à disposição de outros seu direito de trazer mercadorias do Paraguai para o Brasil como se fossem suas.

Junto ao aumento de atividades relacionadas ao circuito inferior, a partir de 1980 verificou-se a necessidade da expansão da oferta de produtos diversos para atendimento das demandas da população residente tanto em Ciudad del Este como em outras áreas do Paraguai. Desta forma, empresários organizaram em Foz do Iguaçu uma área comercial destinada a exportação de produtos industriais brasileiros.

Esta área está localizada muito próxima à Ponte da Amizade (mapa 09), sendo dividida pela BR-277. Ao norte da rodovia encontra-se a região do Jardim Jupira e ao sul a Vila Portes. O Jardim Jupira contava com grandes casas comerciais, exportadoras de artigos de vestuário, cama, mesa e banho, depósitos, entre outros.

Mapa 09 - Área comercial da Aglomeração Urbana de Foz do Iguaçu



Já na Vila Portes se encontra uma imensa variedade de tipos de comércio, como casas de roupa e tecidos (entre elas várias casas de roupas usadas), exportadoras de produtos alimentícios, artigos de bazar, produtos agropecuários, hortifrutigranjeiros, entre outros. Neste local se concentravam ainda, inúmeros taxistas, mototaxistas, vendedores de comida e de bebidas (CONTE, 2012).

Em 1985 existiam em Foz do Iguaçu 897 estabelecimentos comerciais, sendo 703 varejistas e 194 atacadistas, somavam 5.567 empregos (tabela 60). Grande parte destes estavam relacionados com a intensificação do comércio nas áreas do Jardim Jupira e da Vila Portes. Essa forte atividade comercial exportadora teve seu auge até o início dos anos de 1990 e a partir deste momento entrou em relativa estagnação. Isso se deve à abertura do mercado brasileiro para produtos estrangeiros e diversificação dos produtos chineses no Paraguai.

TABELA 60 - Estabelecimentos comerciais e número de trabalhadores em Foz do Iguaçu: 1985/2014

Foz do Iguaçu	1985		1990		2000		2010		2014	
	Estab	Trab	Estab	Trab	Estab	Trab	Estab	Trab	Estab	Trab
Com. Varejista	703	4.071	1.000	5370	1706	8453	2578	13465	2898	15.542
Com. Atacadista	194	1.496	204	1759	232	1488	236	1253	258	1741

Fonte: MTE Rais (2014).

Apesar das consequências da abertura econômica e da diminuição do comércio da área da Ponte da Amizade, os dados mostram que, na década de 1990 houve um incremento dos estabelecimentos e dos trabalhadores em Foz do Iguaçu, se comparado aos mesmos dados em 1985. Em 1990 existiam em Foz do Iguaçu 1.000 estabelecimentos e 5.370 empregos voltados ao comércio varejista e 204 estabelecimentos e 1.759 trabalhadores no comércio atacadista, ou seja, um acréscimo de 25,5% no total dos estabelecimentos comerciais.

Entre 2000 e 2014 o comércio varejista teve crescimento importante em termos de estabelecimentos e trabalhadores; o comércio atacadista também teve crescimento, mas com oscilação negativa em 2010 para trabalhadores.

A abertura econômica ocorrida no Brasil, na Argentina e no Paraguai durante a década de 1990, ocasionou transformações na economia local. Uma delas foi a crise do setor de exportação e importação de Foz do Iguaçu a partir da criação do Mercosul, pois não conseguiu concorrer com as indústrias brasileiras que passaram a comercializar diretamente com as empresas argentinas e paraguaias¹¹². A cidade de Puerto Iguazú, na Argentina, sofreu as consequências com a imposição da paridade cambial entre o Peso e o Dólar, visto que, de um dia para o outro a conversão cambial encareceu todos os produtos e serviços, provocando uma profunda recessão na cidade.

¹¹² Um dos piores momentos para os estabelecimentos que atuavam nessa área na Vila Portes, bairro onde localizavam-se a maioria das empresas iguaçuense do setor, ocorreu com a integração das aduanas brasileira e paraguaia no ano de 2002, que reduziu em até 90% o faturamento das empresas (PRADO, 2003).

O Plano Real foi a política cambial que mais ocasionou impactos na área, especialmente em Foz do Iguaçu. A cidade sempre manteve um forte poder de atração sobre a população da Argentina e do Paraguai (RABOSSI, 2004) e a atração do seu comércio foi afetada pela valorização do Real em relação as moedas estrangeiras, principalmente em relação ao Dólar. Por outro lado, a valorização da moeda brasileira impulsionou as compras em Ciudad del Este.

Durante a década de 1990 a região referida vivenciou uma intensa movimentação de compristas motivada pelos valores competitivos das mercadorias negociadas em Ciudad del Este, pela baixa no preço do dólar, pela fragilidade na fiscalização da Receita Federal e pelo desemprego estrutural que atingia a população brasileira. Milhares de trabalhadores visitavam diariamente as vielas do município paraguaio atrás dos melhores preços com o intuito de revender as mercadorias de forma lucrativa nos mais diferentes lugares do território brasileiro. Muitos sacoleiros atravessavam o país em comboios para transportar a maior quantidade possível de produtos, utilizando outros trabalhadores para auxiliarem nos serviços executados, gerando uma grande rede de negócios e ocupando um contingente populacional significativo. (CARDIN, 2011, p. 02/03).

As transformações ocorridas na economia de Ciudad del Este estão relacionadas aos preços dos produtos oferecidos e qualidade, ao tipo de mão de obra empregada e aos locais de investimentos. Segundo Prado (2003), na década de 1980 Ciudad del Este chegou a comercializar U\$ 12 bilhões, perdendo apenas para Hong Kong e Miami. Muitas empresas foram abertas por estrangeiros, especialmente oriundos dos países árabes e orientais. Já no início da década de 1990 a cidade recebeu cerca de 3 milhões de pessoas, entretanto, com a abertura comercial iniciada pelo governo Collor no Brasil e com a redução da isenção de impostos sobre mercadorias estrangeiras a partir de 1995, teve início a redução do comércio de Ciudad del Este.

Entre 1972 e 2002 a população de Ciudad del Este praticamente duplicou a cada década, saltando de 26.485 habitantes em 1972 para 223.350 em 2002 (RABOSSI, 2004). Para Cardin (2010), este aumento está relacionado com a construção de Itaipu e o desenvolvimento da rota internacional no Paraguai, que facilitou o deslocamento de trabalhadores e o escoamento e armazenamento da produção de grãos paraguaios. Já para Rabossi (2004), o crescimento populacional de Ciudad del Este está predominantemente ligado ao movimento comercial.

Trata-se de um mercado fronteiriço, que tira proveito das diferenças de preços e produtos entre distintos espaços nacionais, e milhares de compradores se abastecem de produtos. Na interpretação de Rabossi (2004), configura um mercado transnacional com

circuitos comerciais que articulam diferentes cidades, localizados em diversos continentes através de comerciantes e de mercadorias. A principal atividade econômica da cidade é o comércio de bens de consumo importados, em especial do Sudeste Asiático, que são reexportados legal e ilegalmente para o Brasil.

Cury (2008) evidência quatro pontos principais que definem a dinâmica urbana de Ciudad del Este: 1) os fluxos econômicos comerciais estão estritamente relacionados com a diferença dos preços; 2) a cooperação de grupos como de libaneses, palestinos, sírios, chineses e coreanos, que dominam o mercado desde os mais modernos shopping centers até os mais simples estabelecimentos, bem como o predomínio de paraguaios e brasileiros enquanto trabalhadores formais e/ou informais; 3) a multidão que compõem esse espaço urbano e as forças controladoras do fluxo humano (Polícia Federal/BR e Guarda Nacional/PY); 4) o trânsito durante o dia. De acordo com o autor, em dias de grande fluxo, entre 20 e 40 mil pessoas atravessam a Ponte da Amizade. Importante considerar que todo esse processo estava ligado a dinâmica do Brasil.

A tabela 61 apresenta os dados referentes aos estabelecimentos e ao número de trabalhadores no comércio em Ciudad del Este. Os dados disponíveis são a partir da década de 2000, não permitindo uma comparação em relação a influência da abertura comercial no número de estabelecimentos na cidade paraguaia durante a década de 1990.

TABELA 61 - Estabelecimentos comerciais e número de trabalhadores em Ciudad del Este: 2000/2010

Ciudad Del Este	2000		2010	
	Estab	Trab	Estab	Trab
Comércio Varejista	10.986	30.213	11.508	33.889
Comércio Atacadista	904	7.798	926	8.402

Fonte: Censos económicos (DEGEEC, 2001, 2011).

A tabela mostra que, o comércio varejista teve crescimento de 12,16% em relação aos trabalhadores e 4,75% para estabelecimentos entre 2000 e 2010. O comércio atacadista apresentou taxa de crescimento de 7,74% e 2,43%, respectivamente. O comércio e os serviços de Hernandarias e Presidente Franco são destinados ao suprimento da população local e mesmo assim, a demanda por comércio e serviços de Ciudad del Este e Foz do Iguaçu é constante.

Os dados apresentados sobre o comércio em Ciudad del Este são dados formais, disponíveis nos censos econômicos do país. Sabe-se, através da literatura e através de levantamentos de campo que, o número de ocupações sem carteira assinada pode facilmente ultrapassar o número de empregos formais, ou seja, o comércio existente em

Ciudad del Este é responsável pela ocupação de milhares de famílias paraguaias, brasileiras e até mesmo argentinas.

Neste sentido é importante destacar que, embora as ações da Receita Federal do Brasil tenham se intensificado no início do século XXI, as práticas de trabalho ilegais não desapareceram, apenas mudaram sua forma de atuação. Um exemplo é a organização e as práticas de trabalho desenvolvidas pelos barqueiros¹¹³. Com a fiscalização mais rígida, a opção dos laranjas para o transporte das mercadorias ficou mais cara, induzindo os sacoleiros que compravam em grandes quantidades, a procurar alternativas mais rentáveis de passagem, como os já citados barcos¹¹⁴.

A partir de 2004, Brasil e Paraguai entram em outro momento de suas economias, marcado especialmente pelo crescimento do papel comercial da China e sua demanda por *commodities* agrícolas e minerais. Entre os anos de 2005 e 2008, sobretudo, o desempenho econômico do Brasil e do Paraguai supera em muito as taxas pouco expressivas da década anterior, estimulado pelo aumento no preço das *commodities* do mercado internacional, em especial aquelas que formam a pauta de exportação destes países. No Brasil, trata-se do início do governo Lula, sendo que muito desses resultados estão relacionados as medidas empregadas a partir daí.

Sobre Puerto Iguazú, Dreyfus (2007) explicita que, a economia do município é periférica para a Argentina, tendo como principal atividade econômica o turismo. Ao abordar o turismo é importante frisar que, Puerto Iguazú e Ciudad del Este não possuem ligação por ponte. Para ir de uma cidade a outra é preciso atravessar o rio Paraná por balsa ou ir até Foz do Iguaçu através da Ponte Tancredo Neves e depois passar a Ponte da Amizade. A aduana entre Puerto Iguazú e Foz do Iguaçu é intensamente vigiada por autoridades da imigração e da saúde e o trânsito entre ambas cidades é considerado por Dreyfus (2007), pouco intenso, se comparado a Ponte da Amizade, pois transitam em média 4.000 pessoas por dia.

Em relação ao comércio existente na cidade argentina, o Ministério do Trabalho, Emprego e Segurança Social (2016) mostra que, em 2014 existiam em Puerto Iguazú 364 estabelecimentos de comércio e reparação e a geração de 1.993 empregos. Se comparado com a dinâmica comercial de Ciudad del Este e Foz do Iguaçu, verifica-se que Puerto

¹¹³ Donos de embarcações que permanecem nas margens do rio Paraná para cruzar a fronteira pelo rio.

¹¹⁴ Em cada uma das etapas do transporte das mercadorias, em especial o transporte de barqueiros, existe um conjunto de ajudantes e auxiliares subordinados. Quando as mercadorias chegam aos portos brasileiros existem pessoas responsáveis em buscar esses produtos para levá-los até os hotéis. Desse ponto em diante, sacoleiros e laranjas esperam as mercadorias para distribuí-las ao destino final ou até parte dele.

Iguazú não acompanha tal movimento. São diversas características que levam para esta situação, a começar pelo fato de ser a menor entre as cidades, a atração comercial tende a ser local e está estritamente relacionada com a flutuação cambial. Os produtos consumidos por brasileiros e paraguaios são, em sua grande maioria, produtos alimentícios típicos do país (azeite de oliva, azeitona, vinhos, etc), que quando da desvalorização do Peso perante o Real, tornam-se bastante atrativos.

Nessa dinâmica comercial tem-se ainda os shopping centers como um elemento de atração de paraguaios e argentinos ao comércio de Foz do Iguaçu¹¹⁵. Mesmo considerando a existência de centenas de shopping centers em Ciudad del Este, deve-se frisar a diferença estrutural entre esses e os existentes em Foz do Iguaçu. Os shoppings da cidade paraguaia dispõe de uma imensa variedade de produtos importados, especialmente eletrônicos, perfumaria, brinquedos, entre outros. Os shoppings centers no Brasil oferecem muitas outras possibilidades que não existem naqueles do Paraguai, como praças de alimentação, supermercados, lojas de departamentos, entretenimento, etc.

Diante disso, o consumo destes shoppings é muito grande pela população das cidades paraguaias e argentinas, especialmente quando da desvalorização do Real, como ocorre desde 2015 em relação ao Peso argentino.

Sobre os demais estabelecimentos comerciais, esta dinâmica se repete com algumas ressalvas. Deve-se considerar, como mencionado anteriormente, as diferenças cambiais entre as moedas de cada país como elemento essencial para a dinâmica econômica das aglomerações de fronteira. Neste sentido, desde o início de 2015, é intensa a presença da população argentina no comércio de Foz do Iguaçu; não apenas nos shopping centers, mas em todo e qualquer comércio, desde os supermercados, passando pelas lojas de roupas e calçados, até as farmácias e estabelecimentos mais específicos. Uma questão que freia a aquisição de outros tipos de produtos, tais como eletrodomésticos e objetos de grande porte, é a intensa fiscalização na aduana da Argentina.

O inverso ocorreu num período anterior, quando o Peso estava desvalorizado em relação ao Real e em paridade com o Guarani, ou seja, o comércio de Puerto Iguazú foi movimentado pela população de Foz do Iguaçu e das cidades paraguaias. A exceção nesta

¹¹⁵ Foz do Iguaçu conta com dois shopping centers. O primeiro é o JL Cataratas, pertencente a rede JL de shoppings, de Cascavel/PR. Foi inaugurado em 2007 e possui 60.000m², dos quais 23.000m² configuram-se em área bruta lucrável, representado por 172 lojas, das quais sete são âncoras e contando com uma circulação média de 400.000 pessoas por mês. O segundo é uma fusão das redes Catuaí e Palladium, foi inaugurado em junho de 2016 e conta com 100.000m², sendo 35.000m² área bruta lucrável. Atualmente conta com 221 lojas, sendo 12 âncoras.

dinâmica, diz respeito ao comércio de Ciudad del Este, pois de acordo com pesquisa de campo realizada em 2011 e 2016, verificou-se que, a demanda por produtos vendidos no Paraguai por brasileiros e argentinos é distinta. Em Ciudad del Este não há procura por produtos básicos, como aqueles oferecidos em supermercados, farmácias, lojas de roupas e de calçados.

A demanda da população de Foz do Iguaçu e Puerto Iguazú é a mesma daquela dos turistas e dos compristas que chegam diariamente a cidade paraguaia, ou seja, produtos eletrônicos, perfumaria e demais produtos importados, que mesmo com a alta do Dólar, continuam sendo mais acessíveis do que os encontrados no Brasil e na Argentina.

Diante do exposto verifica-se que, o comércio criado nesta aglomeração de fronteira tem profundas relações com a construção de Itaipu, pois foi a partir do início das obras que, milhares de pessoas direcionaram-se para as cidades de Foz do Iguaçu e Ciudad del Este. Até os anos 1970 eram cidades com relativa pouca dinâmica econômica e com população reduzida.

As obras da hidrelétrica ocorreram em um período de recessão econômica, e isso fez com que, aqueles que foram demitidos, além dos não admitidos no início da construção, encontrassem no comércio de Ciudad del Este, uma forma de sobrevivência. Esse comércio, que teve o seu auge no final de década de 1980 e início de 1990, foi fundamental para as mudanças ocorridas na formação socioespacial da aglomeração urbana, pois foi neste momento que, esta área se dinamiza e se fortalece enquanto área comercial e não industrial.

Considerando que o terciário é o maior gerador de empregos nesta aglomeração urbana, a tabela 62 demonstra que, entre 1985 e 2014 quase todos os segmentos de serviços tiveram expansão no número de trabalhadores e estabelecimentos, com exceção das instituições de crédito, seguros e capitalização, que teve forte redução no número de trabalhadores. Embora no período o saldo seja positivo, necessário considerar que, o ano de 1990 apresenta queda de trabalhadores para vários segmentos (serviços de utilidade pública, instituições de crédito, seguros e capitalização, serviços médicos), enquanto a administração pública, transportes e comunicações, alimentação e alojamento, tiveram expansão.

Dentre todos, destaque para aqueles de alojamento e alimentação, reparação e manutenção, que teve constante aumento, muito ligado a atividade turística através de hotéis, restaurantes, agências de turismo, transportes, etc. O segundo segmento em

destaque é a administração pública direta e autárquicas, até certo ponto vinculada ao próprio crescimento populacional de Foz do Iguaçu (população total de 263.915 e 99% de taxa de urbanização em 2015) (IBGE, 2015). O setor de transporte e comunicação também apresentou expansão para estabelecimentos e trabalhadores, vinculado ao turismo e ao Mercosul.

TABELA 62 - Serviços em Foz do Iguaçu: 1985/2014

Setores	1985		1990		2000		2010		2014	
	Estab	Trab	Estab	Trab	Estab	Trab	Estab	Trab	Estab	Trab
Serviços Industriais de Utilidade Pública	03	924	05	349	08	1379	06	1705	15	1746
Instituições de Crédito, Seguros e Capitalização	29	1.017	26	848	50	510	60	631	63	692
Com. e Admin.o de Imóveis, Valores Mobiliários, Serv. Técnico..	137	1.721	328	1783	406	1574	600	3086	780	5264
Transportes e Comunicações	78	1.460	73	2084	259	2802	448	4283	534	5238
Serv. de Alojamento, Alimentação, Reparação, Manutenção, Redação	326	4.787	522	7279	659	6232	892	9396	1122	12.186
Serviços Médicos, Odontológicos e Veterinários	31	475	39	190	218	1191	297	2448	314	2928
Ensino	10	522	14	571	76	1092	120	3637	127	5019
Administração Pública Direta e Autárquica	15	309	10	2180	20	3963	10	6808	08	5908

Fonte: Rais (2016)

Além do turismo, as operações realizadas pela Estação Aduaneira de Foz do Iguaçu, demandam uma grande movimentação de caminhões. A tabela 63 apresenta os dados referentes ao valor das importações e exportações realizadas na estação, bem como o número de caminhões que circularam nos municípios entre 2011 e 2015.

TABELA 63 – Operações de Transporte Rodoviário Internacional de Cargas no Porto Seco de Foz do Iguaçu

Ano	Valor (US\$FOB)		Caminhões (unidades)	
	Import	Export	Import	Export
2011	173.579.528	196.956.538	60.593	65.146
2012	167.056.422	187.904.924	58.829	56.445
2013	186.564.888	181.984.924	54.036	67.459
2014	193.069.688	196.779.132	52.679	71.520
2015	172.512.249	156.243.188	51.430	69.534

Fonte: ABTI (2016); Mdic (2016).

Em 2011 foram importados, através da Estação Aduaneira de Foz do Iguaçu, produtos no valor de US\$ 173.579.528, enquanto as exportações alcançaram US\$196.956.538. No ano seguinte ocorreu uma pequena queda tanto no valor das importações quanto das exportações. Em 2013 nota-se crescimento das importações e queda nas exportações. A maior queda, no entanto, ocorreu entre os anos de 2014 e 2015, com 10,65% a menos nas importações e 20,06% nas exportações.

Em relação ao número de caminhões, houve queda no decorrer do período para as importações, e em relação ao transporte de exportação, o número de caminhões foi oscilante, com maior presença em 2014. Das exportações realizadas em 2014, 89% tiveram como destino o Paraguai, e 11% a Argentina. Para o Paraguai, os produtos mais vendidos foram maquinaria agrícola e insumos, enquanto para a Argentina, foram ferro e veículos. Das importações, 63% vieram do Paraguai, com destaque para a soja; 32% dos produtos vieram da Argentina, especialmente madeira e frutas e 5% vieram do Chile, produtos como peixes e frutos do mar (ELOG, 2016).

Os dados referentes aos serviços em Ciudad del Este estão na tabela 64 e mostram que, o setor que mais cresceu entre 2000 e 2010 foi o de alimentação, que teve crescimento de 20,87% no número de estabelecimentos e de 24,96% no número de trabalhadores. Destaque também para o setor de transporte, que teve crescimento de 13,49% e 11,14%, respectivamente. O setor de telecomunicações teve queda tanto no número de estabelecimentos quanto de trabalhadores, enquanto os demais setores mantiveram-se estáveis.

TABELA 64 - Serviços em Ciudad del Este: 2000/2010

Setores	2000		2010	
	Estab	Trab	Estab	Trab
Transporte	1.963	2.778	2.269	3.126
Alojamento	99	511	117	674
Alimentação	1.005	2.652	1270	3534
Telecomunicação	186	669	180	614
Serviços financeiros, seguros e pensão	196	964	238	1262
Atividades imobiliárias	269	726	296	946
Atividades jurídicas	415	1.005	428	1164
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	188	1.121	291	1906
Ensino	124	2.533	132	2952
Serviço de segurança e investigação	22	993	34	1381

Fonte: DGEEC (2001, 2011).

Os dados disponíveis acerca da estrutura de serviços de Puerto Iguazú, são apenas os registrados pelo Ministério do Trabalho e Emprego, no ano de 2014. No documento consultado consta que, os setores mais dinâmicos do município são aqueles relacionados a atividade turística, com destaque para hotéis e restaurantes, aqui apresentados de forma conjunta, apresentando em 2014, 150 unidades e 1.742 trabalhadores.

TABELA 65 - Serviços em Puerto Iguazú: 2014

Setores	Estab.	Trab
Eletricidade, águas e gás	4	32
Construção	42	314
Hoteis e restaurantes	150	1742
Transporte, armazenamento e comunicação	109	1080
Intermediação financeira	15	79
Atividades imobiliárias, empresarias e de aluguel	93	691
Ensino	11	428
Serviço social e saúde	26	101
Outras atividades	63	1102

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (2015).

Entre os serviços apontados, destacam-se os de ensino, especialmente do ensino superior, de saúde e aqueles vinculados a atividade turística. Em relação ao ensino superior, Foz do Iguazu vem ampliando a oferta desse, e conta, em 2016, com oito instituições¹¹⁶. Dentre elas, a Unila é a instituição mais recente e que objetiva a inserção de estudantes de outros países da América Latina, possui 184 estudantes provenientes do Paraguai e 64 da Argentina (UNILA, 2016). Contudo, é na Universidad Politécnica y Artística del Parauay-UPAP, em Ciudad del Este, onde há

¹¹⁶ São elas: Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste, Universidade Federal da Integração Latino Americana - Unila, Universidade Aberta do Brasil - UAB, Universidade União das Américas - UDC, Faculdade Anglo Americano, Uniámerica, Unifoz e Cesufoz.

o maior número de estudantes oriundos de outras cidades do Brasil e da Argentina, com cerca de 2.000 estudantes brasileiros e 550 argentinos¹¹⁷ (UPAP, 2016). Destaque ao curso de medicina, que é ofertado não apenas em Ciudad del Este, mas em outras cidades do Paraguai, da Argentina e da Bolívia, como em Assunção/PY, Buenos Aires/AR, Rosário/AR, San Tomé/AR, Santa Cruz de la Sierra/BO, La Paz/BO, Oruro/BO e Cochabamba/BO. São instituições privadas, que não exigem provas no formato do vestibular brasileiro para o ingresso dos estudantes, fato que torna a procura por estas instituições cada vez maior¹¹⁸. Puerto Iguazú conta com apenas uma instituição de ensino superior, ofertando cursos de Turismo e Administração, existentes em grande parte das instituições de Foz do Iguaçu e Ciudad del Este, e por isso não apresenta presença de brasileiros e paraguaios.

Em relação aos serviços de saúde, em 2016 existiam em Foz do Iguaçu 386¹¹⁹ estabelecimentos, com 391 leitos, dos quais 215 estão disponíveis ao SUS (DATASUS, 2016). Sobre a utilização desses serviços pela população dos demais municípios da aglomeração, é importante destacar que, em 2005 foi criado pelo Ministério da Saúde o Sistema Integrado de Saúde das Fronteiras - SIS Fronteira, cujo objetivo é contribuir, fortalecer e organizar os sistemas locais de saúde localizados em regiões de fronteira (BRASIL, 2005).

Até a aprovação desse projeto, não haviam convênios ou acordos que favoreciam o atendimento da população residente nos países vizinhos. O programa prioriza o atendimento a mulheres e crianças do Paraguai e da Argentina e de acordo com a Secretaria de Saúde de Foz do Iguaçu, em 2010 foram 7.283 atendimentos para este grupo, com destaque para o atendimento básico de pré-consulta e consultas em geral, com 2.098 atendimentos (FOZ DO IGUAÇU, 2011).

Algumas outras situações ocorrem para a realização de atendimentos, tanto que Augustini e Nogueira (2010) explicitam que, os estrangeiros, ao procurarem pelo serviço de atenção básica de saúde, tem mais facilidades em conseguir consultas médicas, imunizações e medicamentos, pois os critérios de atendimento possibilitam o

¹¹⁷ Ambas as universidades disponibilizaram os dados referente a nacionalidade de seus alunos, sem especificar as cidades de origem.

¹¹⁸ Esses cursos não são reconhecidos pelo MEC, os estudantes após finalizar a graduação precisam fazer uma prova no Brasil para a validação do diploma.

¹¹⁹ Estão incluídos nos estabelecimentos de saúde: Centro de Saúde Psicossocial (3), Unidade Básica de Saúde (38), Clínica Especializada (13), Consultórios (214), Hospital Geral (4), Policlínica (46), Unidades de Pronto Atendimento (2), Unidade de Serviço de Apoio de Diagnose e Terapia (45), Unidade de Vigilância em Saúde (2), Unidade Móvel de Nível Pré-Hospitalar (9) (DATASUS, 2016).

encaminhamento de estratégias ilegais, tais como fraude de documentos, informações com endereços falsos, omissão de nacionalidade, entre outros. Paraguaio e argentinos utilizam também os serviços de urgência e emergência de Foz do Iguçu.

Nogueira, Dal Pra e Fermiano (2007), estudaram o atendimento de saúde nos municípios brasileiros fronteiriços aos países do Mercosul, apontando que, entre as razões para a procura do atendimento no Brasil, está a gratuidade do sistema como motivo mais citado, com 15,9%; pela proximidade da residência, com 13,3%; qualidade dos serviços, com 12%; existência de amigos ou parentes no local, com 10,7%; precariedade dos serviços nos países de origem, com 10,6%; inexistência do serviço de saúde no próprio país, com 9,2% e facilidade de entrada no sistema, com 8,7%. Os autores (2007, p. 230) identificaram dois aspectos relacionados ao nível econômico, que atraem os usuários da Argentina e Paraguai:

[...] um deles corresponde aos encaminhamentos para outros serviços sociais, utilizando-se a entrada no sistema de saúde como uma ponte para obter esses outros serviços. A busca pela legalização da situação no Brasil igualmente reflete a precariedade e a exclusão social na região. Chama a atenção o fato de que os aspectos culturais interferem relativamente pouco na interação entre os usuários estrangeiros e os serviços de saúde.

Dentre as atividades terciárias desenvolvidas nesta aglomeração urbana de fronteira, o turismo merece destaque diante de sua abrangência e importância econômica. O término da construção de Itaipu marcou o final de uma etapa econômica e fortaleceu outras atividades na aglomeração. Desta forma, Foz do Iguçu alcançou, nas últimas quatro décadas, o reconhecimento mundial de sua capacidade turística, associada principalmente à existência de dois pilares turísticos: Cataratas do Iguçu e a Usina Hidrelétrica de Itaipu. Soma-se a isso toda a infraestrutura e serviços implantados à atividade na forma de hospedagem, serviços de transportes, alimentação, agências de turismo, casas de câmbio, entre outros, que auxiliam na sua inserção como destino turístico internacional.

Ao discutir esta atividade verifica-se que, existem diversas concepções para a compreensão e estudo do turismo, por tratar-se de uma atividade social, cuja complexidade abrange vários setores da sociedade. Analisando os conceitos de diversos estudiosos sobre o turismo, Acerenza (1991, p. 49) afirma que:

El turismo es un fenómeno social de carácter complejo, que puede ser interpretado de distintas formas según sea la función que, em um momento dado, tengan las personas relacionadas com el. Pero independientemente del punto de vista particular que puedan tener los diferentes sectores dedicados a esta actividad, el turismo, desde el punto de vista conceptual, no es sino um conjunto de relaciones y fenómenos producidos por el desplazamiento y permanencia de personas fuera de su lugar normal de domicilio, motivados fundamentalmente por una actividade no lucrativa.

Apesar da bibliografia mostrar que existem registros de visitas as Cataratas do Iguaçu desde 1915, a estrutura da cidade para receber visitantes data do final da década de 1960, quando também ocorreu a construção da Ponte da Amizade e da BR – 277. Na década seguinte, o início da construção de Itaipu e a inauguração do aeroporto internacional de Foz do Iguaçu, fortaleceram o turismo e o número de visitantes nas Cataratas do Iguaçu aumentou. O que havia de novo era a elaboração de uma proposição que identificava no turismo, o núcleo para onde deveriam convergir os investimentos públicos municipais e principalmente, federais. Desde então, o turismo passou a ser colocado como a principal atividade econômica local.

De acordo com o levantamento feito pela Comissão de Desenvolvimento Municipal (CODEM), em 1968 existiam 18 hotéis e oito agências de turismo e câmbio em Foz do Iguaçu. Entre 1960 e 1978, foram liberados 14 alvarás para abertura de hotéis, entre 1979 e 1989 o número de alvarás saltou para 107 (CONTE, 2012).

Esse crescimento do setor hoteleiro foi significativamente maior, visto que, entre 1986 e 1995, como consequência do grande crescimento do comércio de Ciudad del Este, a cidade tornou-se numericamente o terceiro maior parque hoteleiro do Brasil. No período entre 1989 e 1998 a taxa de crescimento dos alvarás diminuiu 94%. Segundo dados da Secretaria Municipal de Turismo (2010), em 2000 existiam 184 hotéis em funcionamento.

Além dos meios de hospedagem, o significativo crescimento dos alvarás de abertura de agências de turismo pode ser considerado também um indicador do aumento dos empreendimentos turísticos na cidade. Com base nos dados apresentados pela Secretaria Municipal de Turismo -SMTU, verificou-se que, entre os anos de 1979 e 1988 ocorreu aumento de 825% dos alvarás de abertura de agências de turismo em relação ao período entre 1969 e 1978; o número de agências de turismo existentes em 1968, duplicou em 1978, e ao longo da década de 1980 estas cresceram aproximadamente 400%, quando totalizavam 90 agências. Em 2010 nota-se novamente o crescimento de agências, totalizando 147 estabelecimentos (SMTU, 2010). Contudo é importante destacar que,

mesmo com este grande crescimento, outras formas de organização e compra de pacotes turísticos são efetuados na atualidade, a exemplo de sites de venda de hospedagem, passagem aérea, passeios, entre outros.

O reconhecimento internacional da cidade como destino turístico é comprovado pelas estatísticas. Segundo dados da EMBRATUR (2004), Foz do Iguaçu foi a sexta cidade brasileira mais visitada por turistas estrangeiros, representando 7,4% do total no ano de 2003. O aumento da chegada de visitantes estrangeiros à cidade cresceu praticamente quatro vezes em um período de apenas quatro anos, quando saltou de sexta para segunda cidade mais visitada do país em 2009, ficando atrás do Rio de Janeiro. Em 2015, só o Parque Nacional do Iguaçu registrou 1.642.093 visitantes (EMBRATUR, 2016).

As Cataratas estão localizadas no rio Iguaçu, que faz a divisão política da fronteira entre o Brasil e a Argentina. O atrativo natural também é explorado em Puerto Iguazú, através do Parque Nacional del Iguazú. Apesar da criação do município estar relacionado com o início das visitas nas Cataratas, a atividade deslanchou após a década de 1970, como em Foz do Iguaçu, e apesar de ter despontado em 1970, o turismo sofreu grandes consequências com a Lei da Conversibilidade (1991/2001)¹²⁰, causando um certo retrocesso em Puerto Iguazú, especialmente para o turismo.

Esta medida económica nacional repercute negativamente en el principal destino Cataratas, lo que causó la caída abrupta en la demanda turística y el retroceso de la oferta turística, tanto en la construcción de nuevas infraestructuras como de equipamientos turísticos. La ciudad de Puerto Iguazú quedo convertida en una ciudad casi fantasma durante esos 10 años que duró la convertibilidad monetaria (CÁCERES, 2010, p.21).

Puerto Iguazú retomou sua posição turística apenas em 2002, com a desvalorização do Peso diante do Dólar americano. Entretanto, a deterioração de sua infraestrutura durante o período da conversibilidade, tornou necessário novos investimentos para adequação da mesma. “Surgen en la ciudad nuevas modalidades de turismo mediante la apertura de nuevos establecimientos como los lodges de ecoturismo y chacras de turismo rural” (CÁCERES, 2010, p.25).

Desde 2006, as Cataratas do Iguazú são o segundo destino mais procurado da Argentina. Em 2007 o parque argentino alcançou o mesmo número de visitantes do parque brasileiro, com 1.018.000 visitantes. Dieckow (2013) mostra que, o município

¹²⁰ A lei instituiu paridade de um para um entre o Peso argentino e o Dólar norte-americano, com objetivo principal de eliminar a hiperinflação.

conta atualmente com 5.300 leitos hoteleiros, enquanto Foz do Iguaçu possui 27 mil. Além disso a autora destaca que, as diferenças vão além do número de leitos disponíveis, como a diferença entre as tarifas cobradas pelos parques nacionais¹²¹. Em Puerto Iguazú não há predominância de hotéis, mas de pousadas, “*hostels*” e hospedagens alternativas, cujos números são: 05 hotéis cinco estrelas, 04 de quatro estrelas, 07 de três estrelas, 3 de uma estrela, 02 apart hotel, 17 residenciais, 03 hosterías, 16 hostels e 12 complexos de camping.

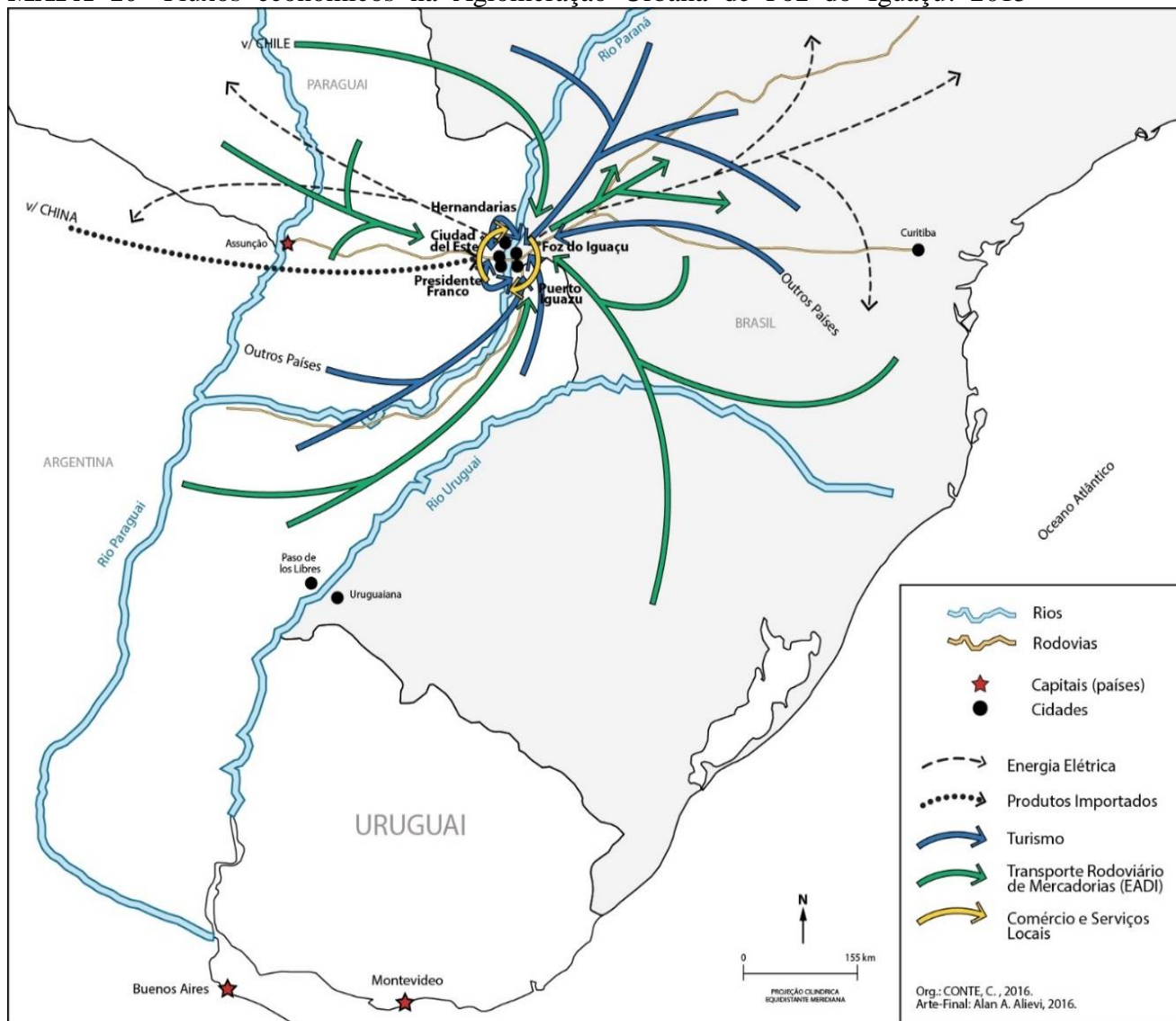
Estos alojamientos presentan particularidades relacionadas con los ciclos económicos de depresión turística por el tipo de cambio frente al dólar (década del `90) que trajeron aparejado una baja afluencia turística, des inversión y endeudamiento. Así se observa en la actualidad hoteles con ampliaciones sin concluir, variaciones de estilo, problemas estructurales, entre otros (DIECKOW, 2013, p.18).

Atrelado a isso, a autora aponta outras graves deficiências na infraestrutura pública do município, e que estão profundamente ligadas ao turismo, como a distribuição de apenas 36% de água potável, exigindo dos hoteleiros a perfuração de poços artesianos; cortes frequentes de energia elétrica; esgoto a céu aberto próximo a área urbana; transporte urbano deficiente, entre outros.

Os dados apresentados acerca da estrutura de comércio e serviço na aglomeração urbana de fronteira de Foz do Iguaçu, Ciudad del Este e Puerto Iguazú mostram que, ocorre uma intensa e constante dinâmica entre as cidades. No entanto, ocorre um distanciamento maior entre Foz do Iguaçu e Puerto Iguazú, se comparada com a aproximação de Foz do Iguaçu e Ciudad del Este. Além disso, existe maior controle aduaneiro por parte do Estado argentino, dos veículos de passeio, cargas e turismo, pois os estrangeiros que entram e saem da Argentina, além de terem que apresentar documentos de identidade ou passaporte, tem suas bagagens revistadas pelos militares do país. As trocas e os fluxos relacionados com as atividades econômicas nesta aglomeração urbana de fronteira e discutidos no decorrer deste capítulo, foram sintetizados no mapa 10, que mostra a intensa movimentação comercial e de serviços entre todas as cidades, o transporte de mercadorias e os principais destinos, através da Estação Aduaneira e o turismo.

¹²¹ Atualmente o valor da tarifa integral é de P\$ 330,00 (equivalente a R\$ 82,00 em 05/10/2016) no parque argentino e de R\$ 57,30 no parque brasileiro.

MAPA 10- Fluxos econômicos na Aglomeração Urbana de Foz do Iguaçu: 2015



Do ponto de vista de Roseira (2006), as maiores diferenças econômicas e sociais se dão entre as cidades brasileira e paraguaia. Como Brasil e Argentina são as duas maiores forças econômicas no Cone Sul, a passagem de mercadorias entre Foz do Iguaçu e Puerto Iguazú está, em sua maior parte, ligada as variações cambiais ou a distinção nos valores dos produtos originados por características econômicas e produtivas dos dois países. Foz do Iguaçu destaca-se como centro de comércio e serviços de maior complexidade, da presença de importantes infraestruturas, além de exercer a função de polo internacional de turismo. Esta função é compartilhada com Puerto Iguazú, mas em menor volume e com maiores problemas.

A partir da construção de Itaipu, as atividades terciárias ganharam força e intensificaram-se na aglomeração. Através do comércio de Ciudad del Este, o número de

ocupações relacionadas ao comércio e serviços multiplica-se e esse se torna o setor que mais emprega, ocorrendo uma intensificação ainda maior com o turismo a partir da década de 1980. Diante disso, o setor terciário é o mais importante, tanto do ponto de vista das trocas e fluxos entre as cidades da aglomeração quanto do número de ocupações advindas do mesmo. A passagem de mais de 1.500.000 pessoas por ano, por estas cidades, traz implicações fundamentais para as mesmas, além de que, a formação socioespacial é reforçada no sentido do fortalecimento das atividades terciárias.

O setor terciário é fundamental no processo de integração e nos relacionamentos existentes entre as populações das cidades pertencentes as aglomerações urbanas de fronteira. As relações comerciais entre Uruguaiana e Paso de los Libres existem praticamente desde a fundação de ambas e foram intensificando-se de acordo com os momentos vividos pelas mesmas. A tabela 66 apresenta os dados referentes ao número de estabelecimentos e e ao número de trabalhadores entre 1985 e 2014, em Uruguaiana.

TABELA 66 - Comércio em Uruguaiana: 1985/2014

Uruguaiana	1985		1990		2000		2010		2014	
	Estab	Trab	Estab	Trab	Estab	Trab	Estab	Trab	Estab	Trab
Com. Varejista	489	2949	513	3197	696	4102	949	5691	959	6039
Com. Atacadista	61	488	49	307	79	369	77	615	67	549

Fonte: Rais/ MTE (1985,1990, 2000, 2010 e 2014).

Foi apenas em 2000, com o Mercosul já estabelecido, que nota-se crescimento nos segmentos do comércio de Uruguaiana. O comércio varejista apresentou crescimento de 26,3% no número de estabelecimentos e de 22,07% no número de trabalhadores. Da mesma forma, o comércio atacadista apresentou crescimento, com 79 estabelecimentos e 369 trabalhadores. Apesar do visível crescimento em 2000, o maior destaque ocorreu na década de 2010; trata-se do retorno do crescimento econômico, bem como da passagem do período da abertura econômica, iniciado na década de 1990. Em 2014 o crescimento do comércio varejista manteve-se, mas não na mesma intensidade da contagem anterior. Em Paso de los Libres, no ano de 2014, existiam 221 estabelecimentos de comércio e reparação e 1.304 trabalhadores.

Os fluxos comerciais entre Paso de los Libres e Uruguaiana são semelhantes aqueles que ocorrem entre Foz do Iguaçu e Puerto Iguazú e estão intimamente relacionados com o câmbio, ou seja, quando o Real está desvalorizado perante o Peso, os argentinos passam a realizar compras (em geral) e utilizar os serviços de Uruguaiana, e quando do inverso, os brasileiros atravessam a fronteira para comprar em Paso de los

Libres. Em 2016 é intensa a movimentação do comércio e/ou serviços da cidade brasileira.

Adiala (2006) explicita que, enquanto lugares de contato entre sistemas jurídicos distintos, Paso de los Libres e Uruguaiiana são bastante suscetíveis em sua dinâmica em relação as diferenças de normas, em ambos os lados da fronteira política. Além disso, estas cidades sofrem, direta ou indiretamente, os efeitos de crises e crescimentos que ocorrem nos países que pertencem, bem como naqueles que lhe são contíguos. Assim, mudanças cambiais podem, por exemplo, mudar a direção e o volume dos fluxos de mercadorias e deste modo, influenciar o mercado de trabalho, especialmente no setor de serviços que atende ao mercado local. As alterações na dinâmica econômica em nível nacional, por sua vez, podem mudar a direção dos fluxos de mercadorias entre países. Para melhor compreender o setor de serviços, a tabela 67 apresenta o número de estabelecimentos e o número de trabalhadores em Uruguaiiana entre 1985 e 2014.

Dos serviços, o que mais cresceu foi o de transporte e comunicação, apresentando crescimento de 83,57% no número de estabelecimentos e de 53,65% em relação ao número de trabalhadores. O crescimento dos serviços de transporte está intimamente relacionado com o Mercosul e com a construção da Estação Aduaneira. Destaque também para o setor de administração pública direta e autárquica, com crescimento de 39,34% no número de estabelecimentos, enquanto o número de trabalhadores teve diminuição no período. Em relação aos setores que apresentaram alterações no decorrer do período analisado, constam as instituições de crédito, seguros e capitalização, que tiveram aumento de 43,48% no número de estabelecimentos e diminuição de 55,5% no número de trabalhadores.

TABELA 67 - Serviços em Uruguaiana: 1985/2014

Serviços	1985		1990		2000		2010		2014	
	Estab	Trab	Estab	Trab	Estab	Trab	Estab	Trab	Estab	Trab
Serviços Industriais de Utilidade Pública	08	170	10	185	05	98	08	166	08	228
Instituições de Crédito, Seguros e Capitalização	13	591	12	438	20	239	29	332	23	263
Com. e Administração de Imóveis, Valores Mobiliários, Serv. Técnico..	104	1582	146	1667	270	877	243	1765	275	1075
Transportes e Comunicações	60	1162	55	1311	184	1810	395	2769	365	2507
Serv. de Alojamento, Alimentação, Reparação, Manutenção, Redação,	164	1176	196	1505	220	1152	241	1476	266	1614
Serviços Médicos, Odontológicos e Veterinários	20	67	17	92	94	663	100	747	104	1049
Ensino	04	58	06	56	28	638	36	518	41	537
Administração Pública Direta e Autárquica	12	1908	08	2574	12	1743	03	2273	05	3145

Fonte: Rais/MTE (1985,1990,2000,2010 e 2014).

Os serviços médicos, odontológicos e veterinários e os de educação, não apresentaram crescimento notável no período, mas é fundamental considerar a interpretação de Machado (2005) evidenciando que, a assimetria na oferta de serviços é responsável por fluxos transfronteiriços na maioria das cidades, com predomínio de fluxos direcionados ao Brasil. Maior parte deles está ligado aos serviços de saúde, e secundariamente, aos serviços de educação.

O sistema brasileiro de saúde pública, apesar de suas lacunas, alcança todos os municípios de fronteira, cada prefeitura recebendo recursos de acordo com a estimativa da população municipal. Ao contrário, a maioria dos países vizinhos privatizou o sistema de saúde, o que não só encareceu e colocou fora do alcance da população os serviços como reduziu sua presença ao seguir critérios de lucro na localização geográfica. Em consequência, quase todas as prefeituras reclamam do afluxo constante de residentes na cidade e na faixa de fronteira, seja de seus nacionais, seja de brasileiros residentes e imigrantes, que não estão computados na base de cálculo dos recursos provenientes do SUS (MACHADO, 2005, p.211).

Uruguaiana conta com 228 estabelecimentos de saúde¹²² e 268 leitos, dos quais, 176 são conveniados ao SUS (DATASUS, 2016). Em relação ao programa SIS – Fronteira, não foram encontrados dados referentes aos atendimentos de argentinos na

¹²² Estão incluídos nos estabelecimentos de saúde: Centro de Saúde Psicossocial (2), Unidade Básica de Saúde (24), Clínica Especializada (11), Consultórios (168), Hospital Geral (1), Policlínica (2), Unidades de Pronto Atendimento (2), Unidade de Serviço de Apoio de Diagnóstico e Terapia (10), Unidade de Vigilância em Saúde (2), Unidade Móvel de Nível Pré-Hospitalar (4) (DATASUS, 2016).

cidade. Misoczky et al (2004), em estudo acerca da gestão da saúde em municípios fronteiriços no Rio Grande do Sul, discorrem sobre o Programa Municipal DST/AIDS da Secretária Municipal de Saúde e Meio Ambiente de Uruguaiana, em parceria com os municípios argentino e uruguaio, evidenciando que, em 2004 foram atendidos por este programa, 23 pacientes argentinos e uruguaiois.

Na Argentina, as províncias possuem autonomia em relação aos serviços de saúde, especialmente no sentido de que, as mesmas são responsáveis pela assistência a saúde da população, mas possibilitam a atuação dos municípios na realização de ações de forma independente, o que ocorre especialmente entre os municípios com maior poder econômico e peso demográfico, o que não é o caso de Paso de los Libres¹²³.

Os demais serviços existentes em Paso de los Libres são apresentados na tabela 68, sendo os setores de transporte, armazenamento e comunicação e as atividades imobiliárias, empresariais e de aluguel, os mais importantes, juntos, contam com 669 trabalhadores.

TABELA 68 - Serviços em Paso de los Libres: 2014

Paso de los Libres/2014	Estab	Trab
Construção	17	127
Hoteis e restaurantes	33	106
Transporte, armazenamento e comunicação	96	491
Intermediação financeira	11	71
Atividades imobiliárias, empresarias e de aluguel	65	178
Ensino	08	133
Serviço social e saúde	27	111
Outras atividades	25	109

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (2015).

Os hotéis e restaurantes, embora não configurem os mais representativos em números, são importantes no sentido da atratividade de brasileiros.

Es interesante constatar que en Paso de los Libres se encuentran almacenes “para brasileños”: vinos, cuero y las prendas de vestir vinculadas al polo o al rugby son objetos elegidos por brasileños de alto poder adquisitivo. Al hablar con propietarios de estas tiendas, ellos aseguraron que 60% de sus clientes son del país vecino (RASCOVAN, 2010, p.10).

Em relação aos serviços de educação superior, em Uruguaiana existem seis instituições: uma pública, a Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA, inaugurada em 2006, durante o governo Lula; as demais instituições são privadas, com três delas

¹²³ Cerca de 43% da população depende de oferta pública de hospitais e centros de saúde (MISOCZKY et al, 2004).

destinadas ao ensino a distância. Paso de los Libres conta com duas instituições, uma privada e uma pública. A *Univerdid Nacional del Nordeste* - UNNE, oferta o curso de licenciatura em Comércio Exterior, que de acordo com entrevista realizada com uma professora da instituição (2015), conta com alguns estudantes de Uruguiana. A professora aponta ainda que, o inverso é pouco comum, visto que aqueles que tem oportunidade, costumam ir para Corrientes ou Posadas para ingressar em um curso universitário. Outra situação que tem ganhado destaque, é a ida de brasileiros para cursar medicina na *Fundación H. A Barcelo*, no município de San Tomé, distante 200 quilômetros de Paso de los Libres.

Como mencionado anteriormente, o setor de transporte é muito dinâmico nos municípios de Uruguiana e Paso de los Libres. Isso se justifica pela presença da Estação Aduaneira em Uruguiana¹²⁴ e todos os processos que ali ocorrem. Para se ter dimensão desta realidade, a tabela 69 apresenta os dados referentes aos valores de importação e exportação realizados, bem como o número de caminhões que por ali trafegaram.

Em todos os anos, o valor de importação foi bem maior do que os de exportação. Em 2011 foram importados US\$ 39.766.233, aumentando para US\$ 49.276.530 em 2013 e caindo novamente para US\$ 20.924.677 em 2015. Em relação a exportação nota-se que, em 2011 foi exportado o valor de US\$ 5.213.809, diminuindo para US\$ 1.464.038 em 2013 e fechando o ano de 2015 com US\$ 6.667.383 exportados.

Os principais países que o Brasil exportou através de Uruguiana em 2015 foram o Chile e o Peru, seguido da Argentina, enquanto que, a Argentina, o Uruguai e a China constituíram-se nos países que o Brasil mais importou no mesmo ano. Os produtos mais exportados foram maquinaria agrícola e produtos de origem animal, e os mais importados em 2015 foram arroz, farinhas e veículos, sendo que, dos produtos importados da argentina, 50% constituem-se em veículos (ELOG, 2016).

¹²⁴ Administrado pela empresa ELOG, realiza operações de movimentação, armazenagem e despacho aduaneiro. O porto seco ocupa uma área de 167 mil metros quadrados. De acordo com o gerente da ELOG (2016), atualmente a empresa mantém 160 funcionários, e em todo o Porto Seco trabalham cerca de 400 pessoas.

TABELA 69 – Operações de transporte rodoviário internacional de cargas ingressadas PSR/URA

Ano	Valor (US\$FOB)		Caminhões (unidades)	
	Import	Export	Import	Export
2011	39.766.233	5.213.809	53.882	95.997
2012	59.195.773	3.503.184	52.972	86.616
2013	49.276.530	1.464.038	51.224	87.079
2014	34.604.251	3.863.909	48.934	80.099
2015	20.924.677	6.667.383	39.509	86.816

Fonte: ABIT (2016), Mdic (2016).

A tabela apresenta também os dados relacionados a movimentação de caminhões nos processos de importação e exportação no porto seco. Em 2011 passaram por ele, 53.882 caminhões com produtos de importação, caindo para 52.972 no ano seguinte, 51.224 em 2013 e 48.934 em 2014. A maior queda ocorreu de 2014 para 2015, quando foram registrados 39.509 veículos com importação, ou seja, uma queda de 19,27%. Em relação ao transporte de produtos de exportação, o processo foi o mesmo, em 2011 foram registrados 95.997 caminhões, passando para 86.616 em 2012, um leve acréscimo no ano seguinte, com 87.079 caminhões. Em 2014 foram contabilizados 80.099 veículos e 86.816 em 2015.

Além do transporte rodoviário, que tornou-se o mais importante diante dos processos burocráticos e pelo tempo, o transporte ferroviário também tem seu papel nesta aglomeração. Rascovan (2010) aponta que, a especificidade entre as cidades de Paso de los Libres e Uruguaiana, não se encontra somente no volume comercial realizado entre elas, mas também pela existência da linha férrea. A empresa administrada pela América Latina Logística-ALL, emprega trabalhadores brasileiros e argentinos.

El puente es una representación material y simbólica de las economías que se integran y de ciudades que comparten un punto estratégico para el comercio. Pero a su vez, se trata de un punto de división y competencia económica entre las ciudades, ya que el ‘progreso’ no es compartido. Así, el puente se convierte en un nodo geopolítico ya que la historia y economía de los países se fusionan con la vida cotidiana, generando una relación dialéctica que modifica el desenvolvimiento y el horizonte mismo del proceso de integración (RASCOVAN, 2010, p.08).

Antunes (2012), em estudo sobre integração regional e os reflexões nas cidades de fronteira do Mercosul, aponta que, em 1999 Uruguiana importou U\$ 5,6 milhões de mercadorias com origem em países do Mercosul. Em 2000 foram U\$ 12,6 milhões e ao final do governo de FHC as importações alcançaram U\$13,1 milhões. No entanto, as importações dentro do Mercosul aumentaram ainda mais durante o governo Lula, com uma diferença importante: durante o governo FHC os países membros do Mercosul não eram os principais fornecedores de mercadorias de Uruguiana. Na contrapartida, no período do governo Lula, 75% das importações foram oriundas dos países membros, situação ligada com a política externa realizada pelo governo, que enfatizou a relação comercial com os países vizinhos.

Neste sentido, as cidades de aglomerações de fronteira apresentam vantagens posicionais, que estimulam medidas específicas como instrumentos jurídicos, que legitimam determinadas atividades nesses lugares, diferentemente do resto do território, a exemplo da implantação de Zonas de Livre Comércio e Estações Aduaneiras. Por outro lado, esses mesmos lugares se caracterizam por uma instabilidade econômica, resultante das ações políticas e econômicas oriundas de diversas escalas. Isso ocorre, de acordo com Ribeiro (2000), pelo fato de que, os espaços fronteiriços são animados por dois tipos de fluxos econômicos. Uns de ordem estrutural e praticamente permanentes, consistindo na troca de bens, serviços e informações entre cidades com características distintas e outros de ordem conjuntural, que explicam-se pelas flutuações monetárias e por variações dos mercados de produtos agrícolas.

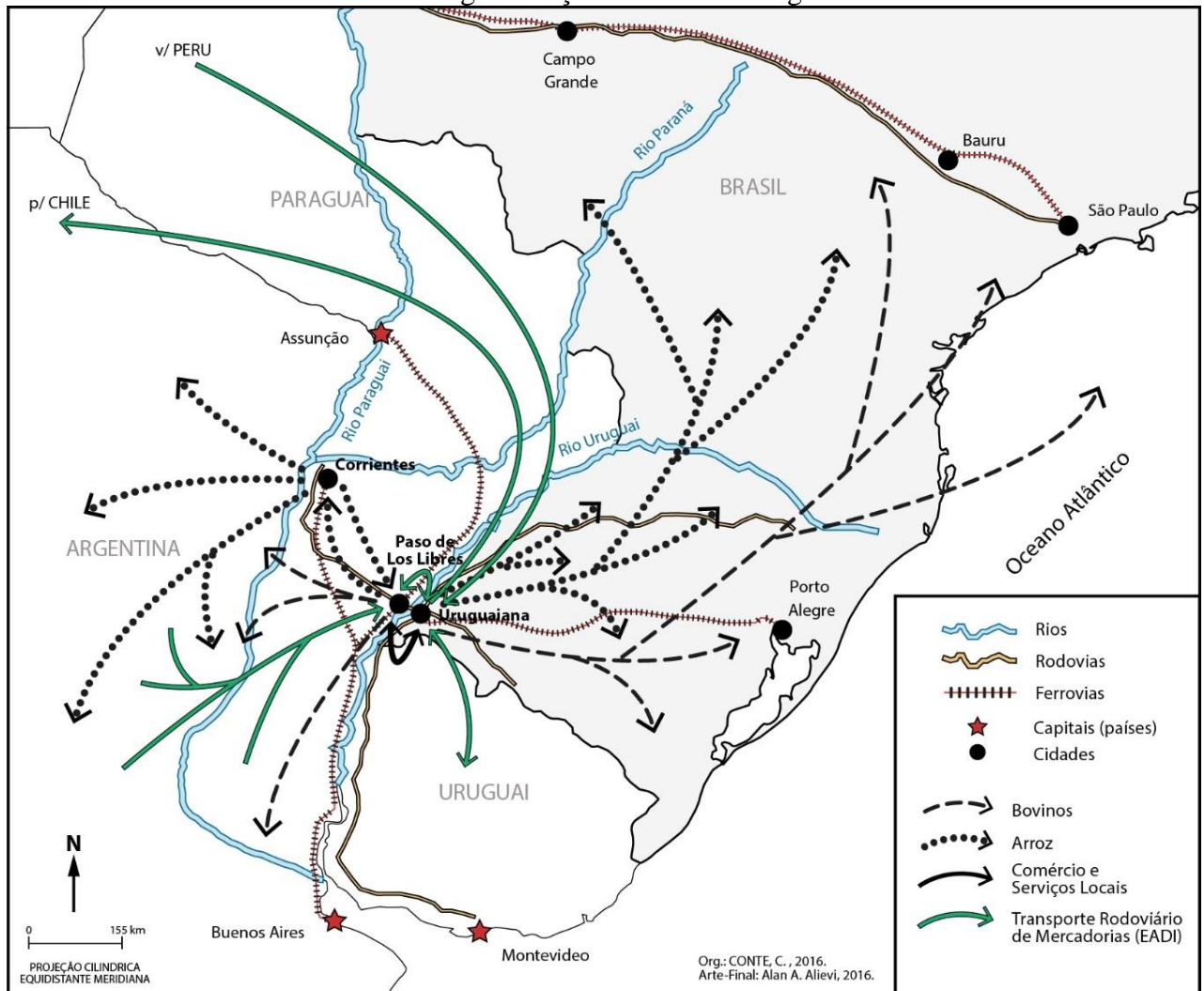
Para Adiala (2006), as interações estruturais entre as duas cidades são explicadas pela presença de intercâmbios contínuos, caracterizados por fluxos transfronteiriços intensos, ligados a questões de trabalho, terra e recursos naturais, capitais e serviços. A autora acrescenta ainda que, a construção da ponte internacional é a característica fundamental entre as cidades, sendo um resultado de decisões políticas e intensas negociações, não podendo ser classificada enquanto uma infraestrutura espontânea. O mapa 11 mostra os fluxos econômicos realizados na aglomeração urbana de Uruguiana e Paso de los Libres, evidenciando as trocas comerciais e de serviços, com destaque para o transporte de mercadorias e para os agronegócios do arroz e da carne bovina.

Essas cidades tem como característica a expressividade do setor terciário, constituindo-se importante empregador formal da população das cidades, e correspondendo, em ambas, a cerca de 60% do mercado de trabalho formal (ADIALA, 2005). As interações entre as duas cidades estão fundamentalmente relacionadas com as

vantagens econômicas proporcionadas nos momentos de variação cambial. Além deste fator, que gera fluxos que variam de direção e intensidade em função da diferença da valorização das moedas, o setor comercial varejista ainda se sustenta minimamente por apresentar as especializações locais, que geram alguma complementaridade (DIETZ, 2008).

O terciário, na aglomeração urbana de Uruguaijana e Paso de los Libres, tem importância fundamental do ponto de vista dos empregos gerados, mas o destaque maior, neste conjunto, são os serviços de transporte ligados a Estação Aduaneira, que conta com o maior número de estabelecimentos e trabalhadores. Mesmo tendo o câmbio como elemento primordial para a determinação do fluxo comercial entre as populações das cidades dessa aglomeração, o comércio e os serviços comandam a dinâmica no sentido de empregos gerados e juntamente com a pecuária, constitui-se em atividade econômica que mantém a formação socioespacial desta aglomeração urbana de fronteira.

MAPA 11 – Fluxos Econômicos na Aglomeração Urbana de Uruguaijana: 2015



O terciário, na aglomeração urbana de Uruguaiana e Paso de los Libres, tem importância fundamental do ponto de vista dos empregos gerados, mas o destaque maior, neste conjunto, são os serviços de transporte ligados a Estação Aduaneira, que conta com o maior número de estabelecimentos e trabalhadores. Mesmo tendo o câmbio como elemento primordial para a determinação do fluxo comercial entre as populações das cidades dessa aglomeração, o comércio e os serviços comandam a dinâmica no sentido de empregos gerados e juntamente com a pecuária, constitui-se em atividade econômica que mantém a formação socioespacial desta aglomeração urbana de fronteira.

A dinâmica comercial de Corumbá é apresentada na tabela 70, onde verifica-se o contínuo aumento de estabelecimentos e trabalhadores no comércio varejista, exceção ao ano de 1990. Diferente foi com o comércio atacadista, que teve ampliação até 1990, com redução em 2000, a partir do qual voltou a ter expansão.

TABELA 70 - Comércio em Corumbá: 1985/2014

Corumbá	1985		1990		2000		2010		2014	
	Estab	Trab	Estab	Trab	Estab	Trab	Estab	Trab	Estab	Trab
Com. Varejista	250	1325	290	994	387	1582	503	2944	534	3348
Com. Atacadista	77	365	109	526	62	289	44	291	44	449

Fonte: Rais/MTE (1985,1990,2000,2010 e 2014).

Os dados sobre o comércio em Puerto Suárez e Puerto Quijarro não estão disponíveis no mesmo formato daqueles de Corumbá. O INE (2012) aponta que, em Puerto Quijarro, 42,4% da população trabalha no setor de comércio e serviços, enquanto em Puerto Suárez, 23,4% da população está vinculada ao comércio e/ou serviços. O comércio nas cidades bolivianas, especialmente em Puerto Quijarro, teve grande impulso a partir da década de 1990. Durante as décadas de 1970 e 1980 o comércio oferecido aos brasileiros constituía-se em artesanato indígena e artefatos de prata com mistura de estanho.

Segundo Oliveira (2009), nos anos 1990 Corumbá encontrava-se em um de seus piores momentos, quando da expansão e crescimento populacional e econômico das cidades bolivianas. A população decrescia, a industrialização reduzia, o comércio declinava e muitos fazendeiros apresentavam sinais de crise financeira. “Esse crescimento populacional do lado boliviano foi acompanhado de ausência completa de infra-estrutura cidadina mínima, como habitações de mau aspecto, inadequações na coleta de lixo, no tratamento de água, etc” (OLIVEIRA, 2009, p. 8).

Neste período, a migração para Puerto Suárez e Puerto Quijarro, intensificou-se em função da atração exercida pelo comércio varejista com o Brasil. Os migrantes, que

dirigiram-se para as cidades de fronteira, eram, em sua maioria, do próprio departamento de Santa Cruz. Manetta (2009) aponta que, este movimento populacional pode ser apenas mais uma etapa no movimento que se iniciou nos departamentos do Altiplano e se encaminhou para a cidade de Santa Cruz de la Sierra, e que depois pode continuar até Corumbá ou para a região metropolitana de São Paulo.

A abertura das importações, bem como a queda do Dólar, estimularam o comércio nesta área de fronteira, intensificando o contato e as relações entre brasileiros e bolivianos. Neste período surgiu, nas imediações da divisa Brasil-Bolívia, uma feira, que foi sendo estruturada para abrigar pequenos comerciantes, que em sua grande maioria, ofereciam uma variedade de produtos importados. “ Nessa época, devido à falta de infraestrutura, os produtos eram colocados no chão para serem comercializados, o que fez com que a área atualmente conhecida como Feirinha Boliviana passasse a ser popularmente chamada de ‘shopping chão’ ” (SILVA, 2010, p.36).

Ainda na década de 1990, foi criada em Puerto Quijarro, a Zona Franca Central Aguirre, também conhecida como shopping China, com lojas que ofereciam equipamentos eletrônicos, bebidas, perfumes e demais produtos importados, o qual empregou muitos corumbaenses. Em Corumbá, neste mesmo período, foi criada a Associação dos Pequenos Comerciantes Brasileiros e Bolivianos – Feira BrasBol¹²⁵.

Sobre as transações comerciais que ocorrem nesta aglomeração de fronteira, Costa (2014) aborda aquelas conhecidas como “esquemas”. Trata-se da utilização da fronteira e seus benefícios fiscais para “exportar” produtos que não chegam a sair do país. O autor explicita que, algumas importadoras brasileiras possuem escritórios na Bolívia, tanto em Puerto Quijarro quanto em Puerto Suárez, que são fornecedoras de nota fiscal de compra de produtos brasileiros. Ou seja, estes produtos deveriam ser vendidos apenas na Bolívia, mas sequer cruzam os limites, sendo revendidos em Corumbá mesmo, sem impostos e por preços mais baixos.

Atualmente, em Corumbá, é frequente e muito comum a presença de vendedores ambulantes comercializando produtos importados, como DVD's, brinquedos e pequenos

¹²⁵ A Feira BrasBol, fundada em 1995, contava com 365 barracas quando foi registrada. Porém, conforme entrevista realizada com os comerciantes da Feira, por Silva (2010), desde 1985 a Feira já existia, contando com 98 barracas e com um grupo de imigrantes bolivianos oriundos das cidades de Santa Cruz de la Sierra, Cochabamba, La Paz, Oruro, Beni, Sucre, Tarija, Puerto Quijarro, Puerto Suárez e Arroyo Concepcion. Em 2010 a feira contava com 156 barracas, contudo, a mesma foi interdita em 2013, devido a irregularidades, e não voltou mais a ser realizada.

utensílios. Isso aponta o crescimento do circuito inferior nessa aglomeração urbana, denotando ainda elementos como o desemprego.

Assim como nas demais aglomerações urbanas de fronteira, as mudanças cambiais são fundamentais nas relações comerciais entre as cidades; quando ocorre desvalorização do Real, verifica-se a movimentação no sentido Bolívia-Brasil, ou seja, torna-se mais vantajoso para os bolivianos realizarem suas compras em Corumbá. Em entrevista realizada em 2015, com comerciantes e gerentes de supermercados e lojas de eletrodomésticos, notou-se considerável aumento na procura e no consumo dos bolivianos. Em 2015 e 2016 o movimento de brasileiros nas cidades bolivianas era reduzido, motivado pela desvalorização do Real. Segundo entrevista realizada, Céspedes (2015) aponta que, até outubro de 2015, cerca de 65% dos funcionários do shopping China, em Puerto Quijarro, haviam sido dispensados.

O comércio de Puerto Suárez e Puerto Quijarro, de forma geral, tem diminuído o número de trabalhadores ou fechando seus estabelecimentos. Como visto anteriormente, 42% da população de Puerto Quijarro trabalha no comércio e nos poucos serviços disponíveis, isso numa contagem oficial, ou seja, o número de pessoas envolvidas no comércio do município é maior. Essa diminuição também está relacionada com o fechamento da Zona Franca, que empregava grande número da população dos municípios bolivianos. O responsável pelo Porto Aguirre, em entrevista realizada em 2015, explicita que, até 2008 cerca de 200 caminhões circulavam pelo porto em transações da Zona Franca, e a partir do término das atividades, o porto perdeu cerca de 90% da movimentação.

Assim como o comércio, os serviços são muito importantes nas relações entre os municípios das aglomerações urbanas de fronteira. A tabela 71 mostra que, em Corumbá os serviços que mais aumentaram entre 1985 e 2014 foram os relacionados a Administração pública direta e autárquica, que contou com crescimento de 66,26% no número de trabalhadores e diminuição de mais da metade dos estabelecimentos. Também com crescimento, o setor de transportes e comunicações, registrou 61,62% e 79,85% de crescimento no número de trabalhadores e estabelecimentos, respectivamente. O único setor que apresentou diminuição foi o de instituições de crédito, seguros e capitalização, os demais setores apresentaram relativo crescimento no decorrer do período.

TABELA 71 - Serviços em Corumbá: 1985/2014

Setores	1985		1990		2000		2010		2014	
	Estab	Trab	Estab	Trab	Estab	Trab	Estab	Trab	Estab	Trab
Serv. Industriais de Utilidade Pública	01	21	02	25	04	35	03	23	05	216
Instituições de Crédito, Seguros e Capitalização	10	390	07	253	10	131	18	154	15	140
Com. e Administração de Imóveis, Valores Mobiliários, Serv. Técnico..	50	204	73	424	91	380	110	682	110	817
Transportes e Comunicações	26	577	30	629	68	663	100	1203	129	1503
Serv. de Alojamento, Alimentação, Reparação, Manutenção, Redação, ...	96	874	110	1104	152	1135	209	1060	243	1357
Serviços Médicos, Odontológicos e Veterinários	12	38	16	67	50	428	80	559	99	731
Ensino	08	147	09	119	22	328	30	468	37	630
Administração Pública Direta e Autárquica	12	1190	08	1241	08	1484	07	3732	4	3526

Fonte: Rais/MTE (1985,1990, 2000, 2010 e 2014).

Em relação aos serviços médicos, odontológicos e veterinários, em 2014 eram 99 estabelecimentos e 731 trabalhadores, enquanto o DATASUS (2016) contabiliza 130 estabelecimentos de saúde e 204 leitos¹²⁶. Silva (2010) explicita que, o Hospital Beneficência Corumbaense e os postos de saúde do município, são bastante frequentados por bolivianos, visto que, no país não existe serviço público de saúde para a população de 1 a 60 anos (exceção para as gestantes).

Leite e Krawiec (2007) realizaram pesquisa sobre os gastos do SUS com atendimento ambulatorial a população boliviana, entre 2003 e 2004. Os autores apontam que, o valor gasto correspondeu a 4,83% do total, enquanto no atendimento hospitalar isso correspondeu a 4,68%. Em função da proximidade entre Corumbá, Puerto Quijarro e Puerto Suárez, bem como a assimetria existente entre os dois sistemas de saúde, grande número de bolivianos procura por assistência médica na cidade brasileira. “ A maioria dos atendimentos relatados eram em decorrência de doenças transmitidas através de vetores, como malária, dengue, febre amarela e leishmaniose, além de doenças relacionadas à falta de tratamento de água e esgoto na Bolívia” (PEITER, 2005, p.12).

¹²⁶ Estão incluídos nos estabelecimentos de saúde: Centro de Saúde Psicossocial (3), Unidade Básica de Saúde (21), Clínica Especializada (26), Consultórios (36), Hospital Geral (1), Policlínica (13), Unidades de Pronto Atendimento (2), Unidade de Serviço de Apoio de Diagnose e Terapia (24), Unidade de Vigilância em Saúde (1), Unidade Móvel de Nível Pré-Hospitalar (3) (DATASUS, 2016).

Em 2009, foi criado em Puerto Suárez, o *Hospital Juan de Dios*, uma parceria entre os governos da Bolívia e de Cuba, tendo toda a equipe médica formada por cubanos¹²⁷. Diante disso, ocorreu a procura de muitos brasileiros por atendimento neste hospital.

A respeito dos serviços de educação é importante explicitar que, as escolas públicas e particulares de Corumbá são muito frequentadas por bolivianos, tanto no Brasil quanto na Bolívia a educação básica é gratuita, contudo o fluxo para o estudo no ensino fundamental e médio só ocorre no sentido Bolívia- Brasil. Silva (2012) explicita que, em 2011 cerca de 600 alunos bolivianos estudavam na rede pública de Corumbá, que neste período contava com 18.000 estudantes. É no ensino superior, contudo, que nota-se maior interação. Corumbá conta com duas instituições de ensino superior privadas e uma pública, a Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS); em todas elas existem bolivianos matriculados.

Na Bolívia existem duas instituições privadas, a *Universidad Técnica Privada Cosmos* (UNITEPC), em Puerto Quijarro e a *Universidad Autónoma Gabriel René Moreno* (UAGRM), em Puerto Suárez. A primeira oferece cursos na área da saúde, com destaque para o curso de medicina e a segunda na área de engenharias. O principal atrativo para os estudantes brasileiros são os preços baixos em relação aos cobrados no Brasil. Na UNITEPC existem dois preços para a mensalidade, um para bolivianos e outro para brasileiros¹²⁸. Apesar desta dinâmica, vem intensificando-se o deslocamento de brasileiros de outros municípios do estado e de outros estados para Santa Cruz de la Sierra e La Paz, onde os cursos de medicina são mais conceituados, mesmo não sendo reconhecidos pelo MEC.

¹²⁷ Através desta parceria, o governo cubano responsabiliza-se pelo envio de médicos, equipamentos e remédios para a Bolívia. O governo boliviano, por sua vez, é responsável pela construção e manutenção da infraestrutura hospitalar, além dos pagamentos do corpo médico. Deste modo, a administração do hospital é feita através de duas diretorias: uma técnica (cubana) e outra administrativa (boliviana). Existem outros hospitais com este modelo em toda a Bolívia, e este, em específico, atende toda a província de German Busch: Puerto Suárez, Puerto Quijarro e C.R. Torres. São mantidos nove médicos de plantão no hospital de diversas especialidades, além destas equipes, que realizam atendimentos domiciliares, no modelo de medicina preventiva. Para ser atendido é necessário apresentar qualquer documento brasileiro ou boliviano e é cobrada uma taxa única de B\$ 10 equivalente a R\$ 3. Com esta taxa podem ser realizados os exames disponíveis no hospital, são cedidos os medicamentos e estão contidas as consultas ambulatoriais necessárias para acompanhamento (SILVA, 2012).

¹²⁸ No início de 2016 a mensalidade do curso de medicina para bolivianos correspondia a cerca de R\$300,00 e para brasileiros R\$ 800,00.

Entre os serviços existentes em Corumbá e em Puerto Quijarro, destacam-se aqueles direcionados ao transporte de mercadorias na Estação Aduaneira de Corumbá¹²⁹. A tabela 72 apresenta os dados das movimentações em relação aos valores de importação e exportação e o número de caminhões. Entre 2011 e 2015 tiveram momentos de crescimento e diminuição, tanto em relação aos valores quanto a movimentação de caminhões.

Em 2011 foram importados em Corumbá, US\$ 2.739.650, e exportados US\$ 687.375.080; no ano seguinte ocorreu um crescimento no valor importado, subindo para US\$ 3.248.559.140, enquanto o valor de exportação caiu para US\$ 400.208.386. Esta dinâmica se manteve em 2013 e 2014, sendo registradas em 2015 as maiores quedas; as importações foram na ordem de US\$ 2.297.100.813 e as exportações US\$ 251.582.506, ou seja, uma diminuição de mais de 50% em relação ao valor de exportação do ano anterior.

TABELA 72 - Operações de transporte rodoviário internacional de cargas no Porto Seco de Corumbá:2011/2015

Ano	Valor (US\$FOB)		Caminhões (unidades)	
	Import	Export	Import	Export
2011	2.739.952.650	687.375.080	4.658	30.364
2012	3.248.559.140	400.208.386	4.016	20.509
2013	3.769.225.230	501.574.203	4.381	24.765
2014	3.550.337.947	579.111.252	3.425	28.302
2015	2.297.100.813	251.582.506	2.904	29.989

Fonte: ABTI (2016); Mdic (2016).

Sobre a movimentação de caminhões, a tabela mostra que, entre 2011 e 2015 ocorreu uma queda de 62,4% nos caminhões destinados a importação, com registro de 2.904 em 2015, enquanto os caminhões de exportação eram 29.989, em 2015.

Em entrevista, o diretor da Estação Aduaneira de Corumbá¹³⁰ (2015) afirmou que, os produtos mais exportados do Brasil (via Corumbá e por rodovia) pela a Bolívia são: papel, feno e linha branca, enquanto os mais importados são: feijão e borato¹³¹. Através

¹²⁹ Até o ano de 2013 os produtos importados entravam sem controle na Bolívia. É neste mesmo ano que foi criada a ACI – Área de Controle Integrado, que concentram-se tanto a brasileira quanto a boliviana no Porto Seco de Corumbá.

¹³⁰ AGESA - Armazens Gerais Alfandegados de Mato Grosso do Sul. Trata-se de um grupo de empresas que presta serviços técnicos e especializados, relacionados com armazenagem e movimentação de mercadorias de importação e exportação para a Receita Federal no porto seco de Corumbá.

¹³¹ De acordo com Fernandes (2015), 95% da produção de feijão da Bolívia é importada pelo Brasil.

de Corumbá e Puerto Quijarro passam mais de 95% do comércio bilateral entre o Brasil e a Bolívia, além de fluxos comerciais destinados a outros países.

O aumento da circulação de caminhões nesta fronteira fez com que o número de estabelecimentos ligados ao setor também crescesse. Grande parte são filiais de empresas do centro sul do país, especialmente do oeste do Paraná, ou seja, empresas com experiência no transporte e na logística da Estação Aduaneira de Foz do Iguaçu. No modal ferroviário tem a Ferrovia Noroeste, que liga Bauru /SP a Corumbá e Ladário, seu uso é direcionado para o transporte de *commodities* e produtos siderúrgicos. Silva (2012) mostra que, o movimento de minério de ferro é estimado entre 10 a 14 mil toneladas por mês. Além disso, a ferrovia transporta o minério de ferro bruto das minas da Serra do Urucum para o Terminal de Gregório Curvo, no rio Paraguai, de onde é feito o transbordo para as barcas, que seguem o transporte pela hidrovia.

Do lado boliviano, a Ferrovia Oriental é um dos principais meios de transporte de pessoas entre esta área e a cidade de Santa Cruz de la Sierra (SILVA, 2012). Além disso, é o principal meio de transporte para o escoamento da soja produzida no país, bem como da importação de combustíveis, aço e maquinários agrícolas. Os fluxos de produtos com destino a Corumbá passam pelo ramal ferroviário que atravessa o município; outro ramal da ferrovia é o de Ladário, com término no Porto Granel Química, atualmente encontra-se desativado.

As alterações no decorrer das décadas de 1950, 1960 e 1970, como o incentivo ao transporte rodoviário e a construção de estradas, diminuíram a importância do transporte fluvial nesta aglomeração de fronteira. Todavia, a partir de 1980, com a reaproximação entre Argentina e Brasil, com o aumento no preço do petróleo e a expansão da fronteira agrícola no interior do continente sul americano, ocorreu a revalorização do transporte fluvial e da hidrovia Paraguai-Paraná. Essa passou a ser considerada uma ótima alternativa para o escoamento de *commodities* do interior do continente (ZUGAIB, 2006).

Em Puerto Quijarro, o principal produto exportado, via porto fluvial, é a soja produzida no entorno da capital do departamento; de Santa Cruz é transportada pela ferrovia Novoeste até canal Tamengo¹³² em Puerto Quijarro, onde encontram-se os portos bolivianos, são eles: Gravel S.A, empresa boliviana de beneficiamento de soja, com

¹³² O canal Tamengo é uma ligação indireta do território boliviano com a hidrovia Paraná-Paraguai, a sua manutenção é feita em conjunto entre a agência responsável no Brasil, a AHIPAR, Administração da Hidrovia do Paraguai e a marinha boliviana, o que exige uma coordenação entre as agências para garantir a navegabilidade do canal em território boliviano (SILVA, 2010).

capital venezuelano, sendo o maior do ramo na Bolívia e o porto Central Aguirre, onde encontra-se o terminal da Cargill S.A, que conta com silos de armazenamento e beneficiamento dos grãos.

A Central Aguirre¹³³ foi o primeiro porto boliviano com acesso a hidrovía Paraguai-Paraná, construído em 1988. Conta com três terminais: um graneleiro, um de combustíveis e outro de cargas gerais (containers), o terminal graneleiro é operado pela Cargil S.A, a qual realiza a exportação de soja. Através do terminal de combustíveis entra no país boa parte do óleo diesel e gasolina que abastece o departamento de Santa Cruz.

Além desses, a Central Aguirre conta com um terminal de cargas gerais, o qual estava ligado a zona franca. Em 2010 o governo da Bolívia alterou o regime que regula as zonas francas bolivianas, e diversos produtos, como bebidas, perfumes, cigarros e alimentos, tiveram suas isenções fiscais reduzidas e a fiscalização sanitária através do *Servicio Nacional de Sanidad Agropecuaria e Inicuidad Alimentaria* – SENASAG, ampliada (SILVA, 2012). Estimativas levantadas pela autora apontam que, ocorreram perdas na ordem de 70% no movimento da zona franca.

Em 2015, de acordo com entrevista realizada com o gerente da Central Aguirre, ainda funcionam os terminais de exportação de grãos, de combustíveis e de containers, contudo com movimento menor, em razão do controle implementado pelo governo boliviano, assim como o racionamento na quantidade de soja exportada. Essa medida, segundo o entrevistado, é para garantir a segurança alimentar do país. A Bolívia produz uma média de 2.000 milhões de toneladas de soja por ano¹³⁴, e desse montante, cerca de 1.500 milhão de toneladas são movimentadas pela hidrovía Paraguai-Paraná. Além da soja em grão, o país exporta óleo cru e farelo de soja, com uma média de 450 mil toneladas por ano. Em relação a mão de obra, o porto emprega 120 funcionários em seus três terminais, com contratação temporária de cerca de 200 funcionários, em períodos de safra.

O porto da Gravel S.A é o outro terminal de acesso a hidrovía, em Puerto Quijarro. Esse teve suas operações iniciadas em 1994, com a produção de farelo de soja e óleo de soja, destinados ao mercado externo¹³⁵; o porto processa 450 mil toneladas de

¹³³ Dentre os sócios da Central Aguirre, Villaroel (2015), em entrevista, explicita que, os principais são o Banco Mundial, Cooperação Andina de Fomento – CAF e a Cargil . Os exportadores que realizam operações portuárias na Central são: Cargil, Bungue e algumas cooperativas.

¹³⁴ Segundo entrevista com o gerente da Central Aguirre, em 2015, 60% dos produtores de soja na Bolívia são brasileiros.

¹³⁵ A empresa foi criada por um grupo colombiano, que administrou a empresa até 2008, quando foi adquirida pelo governo venezuelano através da PDVSA. Desde a aquisição do terminal pela empresa venezuelana as operações na planta e no terminal da Gravel se mantém da mesma forma. A única mudança é que, até 2010 haviam sido construídos 3 tanques para armazenamento de diesel importado da Venezuela

soja por ano e tem como principal comprador a Bungue. Trabalham no porto 150 funcionários.

Sobre o Porto de Corumbá é importante frisar que, este não tem mais funcionamento, pois encontra-se na área central da cidade e não existe espaço necessário para as movimentações portuárias. Atualmente abriga os barcos de turismo, além de ter se tornado um importante atrativo turístico para a cidade.

O Porto de Ladário, por sua vez, teve seu auge no final da década de 1998, quando chegou a embarcar 2 bilhões de toneladas de produtos para exportação, como minério de ferro, soja e milho. Ainda neste período, o porto foi vinculado ao Controle de Segurança dos Portos-CODESP, quando teve as atividades paralisadas. Em entrevista realizada em 2015, com funcionário da Agência Nacional de Transportes Aquaviários-ANTAC, em Corumbá, o porto de Ladário parou por falta de gerenciamento. Atualmente o porto encontra-se sob a responsabilidade da Administração da Hidrovia do Paraguai-AHIPAR, mas perdeu o serviço de alfandegagem, embora continue realizando o escoamento de produtos, conforme tabela 73.

Com o programa de privatizações do governo Collor, o Serviço de Navegação da Bacia do Prata-SNBP, instalado no município de Ladário, passou a ser administrado pela Companhia Interamericana de Navegação e Comércio-CINCO, com sede no município do Rio de Janeiro, que desde então, passou a realizar o transporte fluvial pelo rio Paraguai. Sobre este momento vivenciado em Corumbá, Max (2008, p.14) aponta duas situações que afetaram o município.

e a expectativa era que fossem construídos mais 5 tanques, desta forma acabando com o terminal de combustíveis na Central Aguirre (SILVA, 2012).

O desmonte do transporte ferroviário até então com administração estatal da Noroeste do Brasil, que outrora contribuiu para a decadência do sistema mercantil pela navegação pelo rio Paraguai e, b) um processo de desestatização em empresas como a Companhia de Navegação Bacia do Prata (situada na cidade em conurbação com Corumbá, Ladário), da Urucum Mineração S/A (adquirida pela Companhia Vale do Rio Doce), e da Mineração Corumbaense Reunida, adquirida pelo Grupo Rio Tinto, de capital britânico, em associação com a empresa EFX Investimentos e Participações Ltda, em 1991. Mais recentemente com a instalação da empresa MMX Corumbá em 2004, uma configuração ainda de difícil desfecho tenta consolidar-se na região: um transporte fluvial voltado para o escoamento da produção de minério de ferro e manganês, uma improvável revitalização do transporte ferroviário, a ampliação do processo de extrativismo mineral e a origem da fonte energética para a usina mínero-siderúrgica. Esta matriz transportes-fonte energética afeta diretamente os custos operacionais e a sustentabilidade da planta da usina mínero-siderúrgica na região, e, por consequência, nos níveis de dinamismo econômico consolidados na atividade de mineração.

Ladário conta ainda com o porto da Granel Química, administrado pela empresa norueguesa *Odfjell Terminals*. O porto exporta minério de ferro, grãos e líquidos, com uma taxa média de embarque de 12 mil toneladas/dia. Em relação aos portos privados, em Corumbá existem os portos utilizados pela Vale, especificamente os portos da Sobramil e da Mineração Corumbaense. Através desses, a empresa realiza o escoamento de minério de ferro e de manganês, com uma taxa média de embarque de 10 mil toneladas/dia¹³⁶. De acordo com entrevista realizada com representante da ANTAC, trabalham nesses portos, uma média de 5.000 pessoas.

Para melhor compreender a dinâmica portuária de Corumbá e Ladário, a tabela 73 apresenta os dados referentes a quantidade de produtos exportados. Em ambos os municípios, os produtos de maior destaque são o minério de ferro e o manganês, especificamente, verifica-se que, os maiores compradores do minério de ferro de Corumbá e Ladário são a Argentina e o Paraguai¹³⁷. Em 2010 ocorreu a exportação de 2.757.282 toneladas de minério de ferro de Corumbá com destino a Argentina, aumentando para 3.778.175 toneladas no ano seguinte. Após sofrer uma diminuição de 32,56% em 2013, fechou o ano de 2014 com 3.447.342 toneladas exportadas. Para o Paraguai, a quantidade exportada de Corumbá foi menor em relação a Argentina, visto

¹³⁶ A Vale possui uma frota composta por 166 barcaças.

¹³⁷ O acesso pela hidrovia Paraguai-Paraná possibilita que, o minério atenda a demanda de quase todas as siderúrgicas localizadas ao longo da hidrovia. As principais cidades atendidas são: Santa Fé, San Nicolás e Rosário, na Argentina e Concepción, no Paraguai.

que, em 2010 foram 72.190 toneladas, caindo para 53.258 toneladas em 2011 e recuperando em 2014, quando foram contabilizadas 75.145 toneladas. Em Ladário, os portos exportaram minério de ferro apenas para a Argentina, com 1.006.750 toneladas em 2010, aumentando gradativamente a quantidade, e praticamente alcançando a quantidade exportada por Corumbá, pois em 2014 foram contabilizadas 3.128.769 toneladas de minério de ferro exportadas.

TABELA 73 - Transporte de cargas (t) por grupo de mercadoria e rota na hidrovia do rio Paraguai: 2010/2014

Grupo de mercadorias e rotas	2010	2011	2012	2013	2014	Total
Minério de ferro	3.836.222	5.322.721	4.273.494	5.591.742	6.687.503	25.711.682
Corumbá – Argentina	2.757.282	3.778.175	2.548.640	3.321.388	3.447.342	15.852.827
Ladário-Argentina	1.006.750	1.483.690	1.686.195	2.142.265	3.128.769	9.447.669
Corumbá – Paraguai	72.190	53.258	--	24.786	75.145	225.379
Outras rotas	0	7.598	38.659	103.303	36.247	185.807
Manganês	26.099	76.574	12.545	338.973	419.510	873.701
Ladário – Argentina	--	--	--	255.937	416.950	672.887
Corumbá – Argentina	18.537	76.374	12.545	83.036	--	190.492
Outras rotas	7.562	200	0	0	2.560	10.322
Outros grupos de mercadorias	30.164	78.597	75.161	28.691	40.992	253.604
Total	3.892.485	5.477.892	4.361.200	5.959.406	7.148.005	26.838.987

Fonte: ANTAQ (2015).

Em relação ao manganês, os destinos são os mesmos: Argentina e Paraguai, contudo a quantidade é bastante inferior. Em 2010, foi exportado de Corumbá, um total de 18.537 toneladas, com destino a Argentina, sendo que, em 2011 o montante exportado cresceu mais de quatro vezes, com o registro de 76.374 toneladas. Nos anos seguintes essa dinâmica manteve-se, pois de 12.545 toneladas exportadas em 2012, aumentou para 83.036 toneladas em 2013 e em 2014 não houve registro de exportação de manganês para a Argentina. De Ladário foram exportadas 255.937 toneladas, mas apenas a partir de 2013, e no ano seguinte foram exportadas 416.950 toneladas, quase o dobro da quantidade exportada em 2013. Outros produtos, como grãos, também são exportados de Corumbá e Ladário, contudo não há a especificação desses, já que entram na classificação de outros grupos de mercadorias. Nesse grupo também não há distinção entre os portos de Corumbá

e Ladário, apenas a quantidade exportada de todos eles. Deste modo, verifica-se que, foram exportados desses portos, um total de 30.164 toneladas de produtos diversos em 2010, passando para 75.161 toneladas em 2012 e fechando 2014 com 40.992 toneladas exportadas.

Estes dados evidenciam que, embora ocorra a exportação e a utilização dos portos para o escoamento de grãos e outros produtos, é o minério de ferro, seguido do manganês, que constituem os principais produtos de exportação. No entanto, o município tem fundamental importância enquanto ponto de consolidação dos comboios dos produtos vindos do Mato Grosso e da Bolívia, que dali são transportados até os portos da desembocadura do Prata. Ainda não foram disponibilizados os dados discriminados sobre a quantidade exportada de cada município no ano de 2015, sabe-se, no entanto que, em 2015, 98,7% do escoamento de produtos através da hidrovia do rio Paraguai foi de minério, o que representa 0,4% do escoamento nacional de produtos (ANTAQ, 2016).

São várias as empresas que realizam o transporte fluvial na hidrovia, mas apenas três encontram-se registradas na ANTAQ: *Hidronave South American Logistics S.A*, *Naveriver Navegação Fluvial Ltda* e *Serviço de Navegação da Bacia do Prata S.A*. As maiores empresas da área possuem sede na Europa e Estados Unidos e navegam com bandeiras argentinas ou paraguaias, em função da legislação mais flexível e do aproveitamento do princípio da livre navegação nos rios da Bacia do Prata (ZUGAIB, 2006).

No que diz respeito ao turismo, as primeiras atividades tiveram início na década de 1960, atendendo principalmente um público que buscava pescar nos rios do Pantanal. Neste período a infraestrutura disponível contava com poucos e pequenos hotéis e pousadas, além de alguns barcos adaptados para a permanência de hóspedes durante alguns dias. Esse turismo ganhou impulso no final da década de 1980, sendo Corumbá o principal destino para o turismo de pesca no Brasil.

Almeida (2002) enfatiza que, o ano de 1974 é considerado pela população de Corumbá como início do turismo na cidade, esse fato se deve a grande enchente do Pantanal, ocorrida no mesmo ano, e que isolou a região do resto país. Após 15 anos de seca, essa enchente causou prejuízos às atividades econômicas da região, principalmente à pecuária. Diante disso e na busca por alternativas que amenizassem os prejuízos, o turismo foi visto como a melhor alternativa para a criação de novas fontes de renda para a área.

Com a reforma da BR 262 no início da década de 1990, o turismo ganhou destaque em Corumbá, logo ocorreu a instalação de empresas especializadas, como agências de turismo, empresas de transporte, etc. Na década de 1990 foi criada a Estrada Parque do Pantanal, antigo caminho que ligava Corumbá a Campo Grande. A estrada possui 120 quilômetros e atravessa quatro sub regiões do Pantanal: Miranda, Abobral, Nhecolândia e Paraguai.

Com o desenvolvimento do turismo em Corumbá e com o fluxo de compristas em Puerto Quijarro, ocorreu o crescimento do número de meios de hospedagem na última. Em sua maioria, tratava-se de pequenos estabelecimentos, os quais serviam principalmente para atender vendedores vindos de outras áreas da Bolívia. Neste sentido, Paixão (2006, p. 145) aponta:

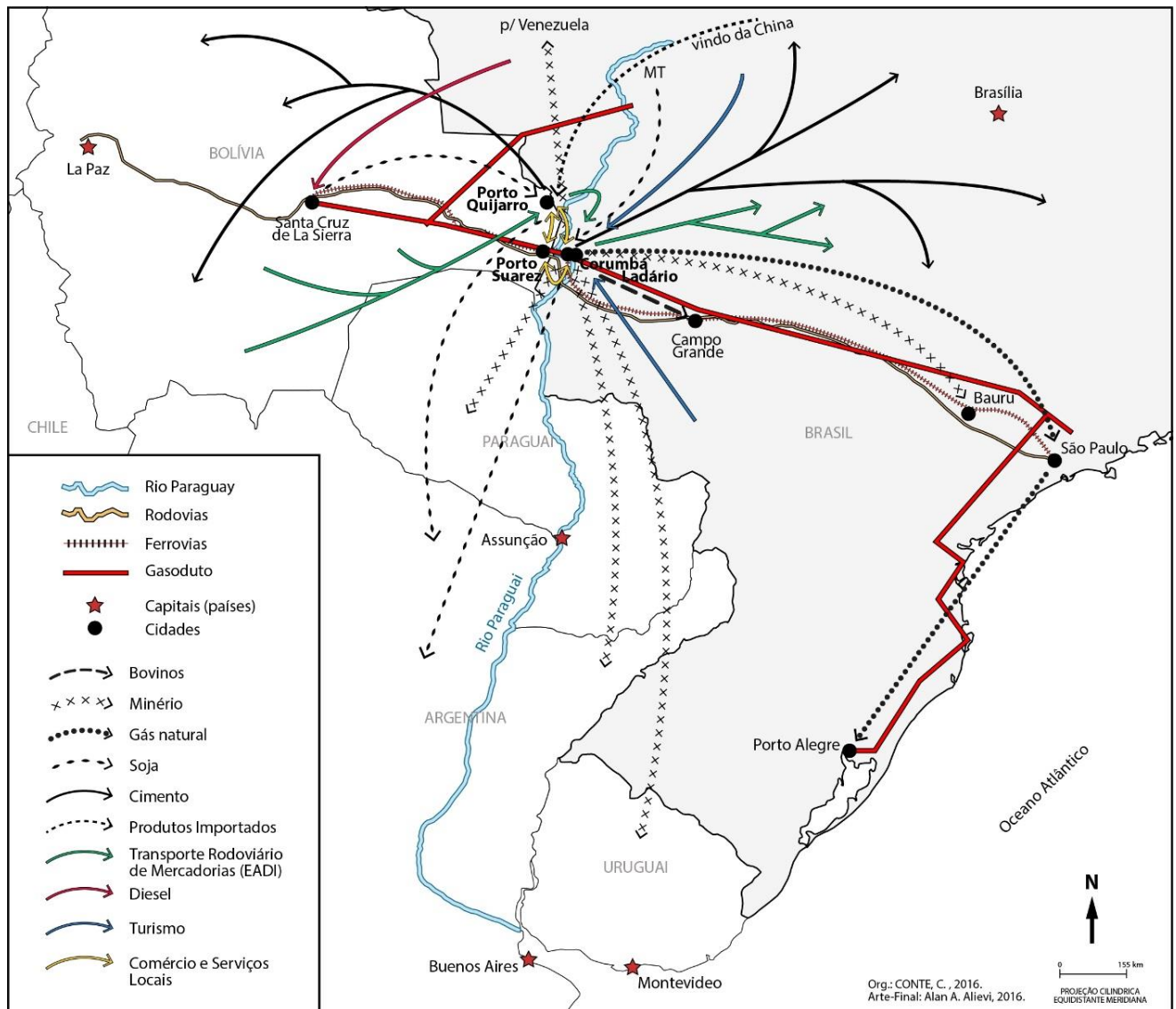
Em Puerto Quijarro, a transformação produzida pelo turismo de compras foi a mais significativa dentre os quatro municípios, pois nessa localidade, no início dos anos 90, foram instalados 19 meios de hospedagem de vários níveis de atendimento, numa pequena área urbana, dos quais somente 13 (60%) ainda mantinham atividades no ano de 2002.

Paixão (2006), contudo, coloca que, a partir da década de 2000, o turismo de pesca tem perdido espaço, em razão de restrições ambientais estabelecidas pelos órgãos reguladores nacionais e estaduais, bem como pela concorrência com outras áreas, como a Amazônia e o Paraguai. Em 2015 existiam em Corumbá, 47 empresas que vendiam pacotes de pesca no Pantanal e duas em Puerto Suárez. Neste mesmo ano estiveram em Corumbá, 218.111 turistas, com os maiores emissores representados pelos estados do Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, São Paulo e Goiás¹³⁸ (CORUMBÁ, 2016).

Nas cidades bolivianas o turismo de pesca não possui uma movimentação expressiva. O maior movimento, mesmo com toda queda que teve nos últimos anos, continua sendo o movimento de compristas. O mapa 12 apresenta a dinâmica econômica, assim como os fluxos entre as cidades dessa aglomeração urbana de fronteira, discutidos ao longo desse capítulo. As dinâmicas são muitas e estão relacionadas ao comércio e serviços, ao transporte de mercadorias, ao turismo, a mineração e a pecuária, envolvendo diversos produtos, como gás, produtos importados, soja, cimento, minério, etc.

¹³⁸ Em 2015 existiam em Corumbá 61 meios de hospedagem e 22 agências de viagem.

MAPA 12 – Fluxos Econômicos na Aglomeração Urbana de Corumbá: 2015



Diante do exposto verifica-se que, o transporte é vital na inserção dessas cidades nas cadeias produtivas internacionais. Silva (2010, p.11), a respeito das cidades de Corumbá e Puerto Quijarro, enfatiza que:

Na primeira, elas desempenham uma função de ponta de um corredor de exportação de minério de ferro, que liga a bacia do Prata com outros países do mundo, no entanto, esta atividade se encontra pouco diversificada e verticalizada nestas cidades, até mesmo para a exploração mineral são encontrados empecilhos, como no caso boliviano. Já na soja, as cidades desempenham uma função de entreposto de beneficiamento e embarque, especialmente em Puerto Quijarro, e de transbordo, no caso de Corumbá. Destas conclusões derivamos a questão de que, em que medida essas cidades não se beneficiariam de uma melhor articulação na escala local que visasse uma maior integração no setor de transporte e logística, que constitui um setor pleno em desafios para ambos os dois lados da fronteira.

O setor de transporte destaca-se entre os serviços nesta área de fronteira, especialmente pela sua importância no transporte de cargas, seja por rodovia ou hidrovia. É também o transporte que coloca Puerto Quijarro e Puerto Suárez nos processos produtivos da soja boliviana, visto que a mineração não é explorada nas mesmas. Tendo sua formação socioespacial na grande propriedade, tanto as cidades bolivianas quanto Corumbá e Ladário, pouco diversificaram suas atividades industriais, tendo no terciário suas principais atividades, no caso de Corumbá soma-se a pecuária.

De forma geral, nas três aglomerações urbanas de fronteira o terciário foi o setor que mais possibilitou relações de troca e fluxos entre as cidades, ou seja, é através do comércio e dos serviços que ocorrem os deslocamentos entre as populações do Brasil, da Argentina, do Paraguai e da Bolívia. É através do comércio e de serviços como saúde e educação que, a economia das cidades é movimentada, apresentando sazonalidades em relação ao câmbio mais valorizado.

É no sentido dos fluxos de pessoas, mercadorias, etc, que será analisado o deslocamento pendular realizado entre as cidades de cada uma das aglomerações urbanas de fronteira.

5.6. Deslocamentos Pendulares nas Aglomerações Urbanas de Fronteira

O conceito de migração pendular é antigo na geografia e já foi estudado por diversos autores, a exemplo de Beaujeu - Garnier (1980) e Derruau (1964), que abordaram em seus estudos, os movimentos migratórios, explicitando que, esses variam de acordo com duração e escala de abrangência. Diante disso os autores evidenciam que, os deslocamentos de natureza cotidiana devem ser analisados no contexto em que estão inseridos, principalmente urbano.

Beaujeu - Garnier (1980), ao abordar o fenômeno dos movimentos diários, enfatiza as migrações para o trabalho, designando como “migrantes diários” e chama atenção para o fato de que, estes movimentos tem crescido constantemente em número e em distância. O aumento desses deslocamentos está relacionado com a melhoria nos sistemas de transporte, que possibilitaram a ampliação das distâncias percorridas diariamente. A autora citada (1980, p.293) denomina como *commuting* o deslocamento pendular entre o local de residência e o local de trabalho, apontando ainda que:

[...] se reconhecermos que, de fato, há enorme número de pessoas envolvidas nesse movimento diário, comumente realizado duas vezes por dia, poderemos restringir o uso do termo 'commuting' a movimentos que encerram três características: apreciável extensão, uso de alguns meios de transportes mecânicos e certo grau de convergência.

Desta forma, os deslocamentos pendulares representam uma das “[...] dimensões dos processos de deslocamento da população no território, num contexto determinado e socialmente constituído, no tempo e no espaço” (JARDIM, 2011, p.58). Apesar do trabalho possuir centralidade em relação aos deslocamentos cotidianos, deve-se considerar que, esses não se realizam somente para trabalho e estudo, já que envolvem a procura por outros serviços e comércios. Os deslocamentos se articulam também ao movimento da economia e da sociedade “[...] ora expansiva criando maior oferta de emprego e salário, ampliando os deslocamentos para determinados municípios seja para trabalho, consumo de bens e serviços; ora recessiva com implicações diretas nos fluxos cotidianos” (FRESCA, 2012, p.8).

Para Jardim (2011), os motivos para que a população realize deslocamentos pendulares estão representados por um “sistema de valores”, possibilitando a elaboração de indicadores socioeconômicos referentes às condições de vida e da reprodução social da população. Esses, todavia, estarão relacionados com os movimentos da economia e da sociedade, ou seja, “[...] as necessidades são social e historicamente produzidas e se referem às atividades dos sujeitos na concepção de seus sentimentos, experiências e expectativas de acesso ao consumo de bens e serviços socialmente diferenciadas, num determinado momento histórico” (JARDIM, 2011, p.64).

Além disso, a mobilidade pendular está associada a infraestrutura urbana, especialmente aos transportes urbanos municipal e intermunicipal, possibilitando “[...] identificar as ligações entre municípios que constituem aglomerações urbanas, permitindo o planejamento integrado das redes de transporte disponíveis para atender diferentes pontos das aglomerações urbanas e dimensionar a oferta de público adequado à flutuação da demanda de transporte” (IBGE, 2010, p. 278).

A expressividade do deslocamento pendular revela a extensão do fenômeno urbano no território, constituindo, inclusive, informação para delimitação de grandes áreas urbanas, especialmente por institutos de pesquisas estatísticas. A exemplo do *Bureau* do Censo dos Estados Unidos, que utiliza de dados sobre deslocamento pendular (trabalho) para definição e delimitação de áreas metropolitanas.

É preciso considerar que, em um período onde a circulação preside a produção, o estudo dos fluxos e das redes é fundamental para o entendimento dos distintos fenômenos na atualidade (SANTOS, 2001). Deste modo, é necessário considerar a cidade através de escalas mais amplas, tal como fez Beaujeu-Garnier e Chabot (1970), em relação ao cenário urbano da Europa no início da década de 1960. Os autores alertaram, já neste momento, que os problemas urbanos encontravam-se em escala regional.

Ao abordar as cidades de fronteira que constituem as aglomerações urbanas de fronteira, buscamos Beaujeu-Garnier e Chabot (1970, p.21) para lembrar que, aglomeração é “[...] una noción más extensa que la de ciudad y más precisa que la de área suburbana”. Souza (2003, p.30), por sua vez, define aglomeração urbana enquanto um “minissistema urbano em escala local”, formado a partir da junção de duas ou mais cidades, seja pela intensificação dos vínculos ou pela expansão territorial urbana.

A intensificação dos vínculos diz respeito a integração entre os centros urbanos, aos fluxos de pessoas ligados, principalmente aos deslocamentos para trabalho, estudo, consumo, etc. No caso das aglomerações urbanas, as relações entre as cidades podem se dar pela dependência e/ou pela complementaridade de funções urbanas.

Grande parte dos estudos sobre aglomerações urbanas dedicam-se a análise de regiões metropolitanas e grandes cidades, contudo deve-se destacar que, este processo também ocorre em cidades médias e pequenas, em escala nacional e internacional. Isso se deu com a intensificação do processo de urbanização, e muitos processos, antes limitados as metrópoles e grandes cidades, passaram a ocorrer também nas médias e pequenas cidades.

Outro elemento importante é que, a aglomeração urbana não necessita da continuidade do tecido urbano, já que a intensidade das relações interurbanas pode defini-las. Assim, a intensificação de diferentes fluxos entre as cidades, especialmente de pessoas que deslocam-se para trabalhar ou estudar, pode caracterizar o processo de aglomeração urbana, sem que ocorra uma continuidade territorial urbana¹³⁹.

Tomaz (2010) aponta que, a mobilidade humana na atualidade busca atender a demanda de mão de obra não qualificada para os setores de agricultura, alimentação,

¹³⁹ Neste sentido, o estudo Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil (2001), aponta que, a aglomeração urbana constitui-se por áreas formadas por espaços urbanizados integrados e podem ser de dois tipos: formados por espaços urbanos contínuos e formados por espaços urbanos descontínuos.

construção, têxtil e vestuário. A intensificação desta atividade entre os países da América Latina não difere muito do que ocorre em âmbito internacional. Isso se dá, especialmente, pela proximidade geográfica e cultural, pela facilidade de entrada nos países, pela existência de redes consolidadas, etc.

No que diz respeito a aglomeração urbana de Corumbá, Puerto Quijarro e Puerto Suárez, deve-se considerar as características de cada uma delas e suas inserções na escala de cada país. Grande parte da população do oriente boliviano tem mais contato com cidades brasileiras do que com as cidades bolivianas do Antiplano, pois encontram-se mais próximas e oferecem mais opções de bens e produtos. Atrelado a isso se tem o fato de que, a fronteira com a Bolívia é a mais extensa do Brasil (3.126 quilômetros), com baixa densidade demográfica em diversos trechos. A Bolívia constitui-se em país de emigração de mão de obra, pela pouca expectativa de desenvolvimento social e econômico (LEONARDI, 2007).

Embora o objetivo seja verificar a dinâmica dos deslocamentos pendulares que ocorrem nesta aglomeração de fronteira, um fenômeno muito comum nesta área deve ser considerado, mesmo que brevemente. Trata-se da emigração de bolivianos com destino a cidade de São Paulo. Silva (2007) explicita que, as migrações de bolivianos para o Brasil tiveram início em 1950, majoritariamente composta por jovens, homens e mulheres com escolaridade média. Buscavam trabalho e estudo e tinham como destino a cidade de São Paulo. A partir da década de 1970, impulsionado pelo crescimento da economia brasileira, o número de imigrantes dessa nacionalidade foi intensificando-se. Na década de 1980, apesar da crise na economia brasileira, os bolivianos continuaram vindo, mas para tornarem-se mão de obra barata, principalmente nas fábricas de costura de São Paulo.

Os dados em relação ao número de bolivianos no Brasil são imprecisos. Segundo Tomaz (2010), com base em estimativas do Ministério da Justiça, em 2009 eram cerca de 60 mil bolivianos na cidade de São Paulo e 10 mil no estado do Mato Grosso do Sul. Contudo, o Ministério Público Federal estimava que, nesse mesmo ano eram 200 mil bolivianos em São Paulo, entre regulares e irregulares¹⁴⁰.

Manetta e Carmo (2011) mostram que, as fronteiras da América do Sul, historicamente configuram-se como espaços periféricos dos territórios nacionais e dos centros políticos e econômicos mais dinâmicos. Diante disso os autores explicitam que, o fortalecimento dos blocos econômicos regionais é fundamental para uma inserção

¹⁴⁰ Para aprofundamento sobre os processos de migração de bolivianos para São Paulo, ler SILVA (2006), SYMBALISTA; XAVIER (2007) e TOMAZ (2010).

regional mais competitiva. É nesse contexto que, as regiões de fronteira passaram a ser valorizadas enquanto áreas estratégicas no processo de integração socioeconômica internacional; e assim, os deslocamentos, enquanto processo ativo nas aglomerações urbanas de fronteira, devem ser considerados neste conjunto.

A população de Corumbá, Ladário, Puerto Quijarro e Puerto Suárez é 157.059 habitantes, dos quais, 34.028¹⁴¹ são do lado boliviano. A passagem pela fronteira é dinâmica e frequente, passando por ali, diariamente, moradores, turistas, mercadorias, informações, decisões, mais valia, etc. De acordo com Manetta (2009), a população de Puerto Quijarro foi a que mais cresceu nos últimos anos, em razão do intenso comércio informal nas imediações do limite com Corumbá.

O comércio de Puerto Quijarro foi se expandindo e se especializando na venda de produtos importados, como eletrônicos, perfumaria, roupas, entre outros produtos provenientes, majoritariamente, da China. Essa área comercial encontra-se bem próxima da aduana (cerca de 500 metros) e está disposta em lojas e muitas barracas espalhadas pelas ruas, da mesma forma como ocorre em Ciudad del Este, no Paraguai. Em Puerto Suárez, o comércio é bem distinto, ou seja, não existe esse comércio direcionado a turistas e compristas, mas um comércio básico para a população local.

As relações econômicas, sociais e culturais entre Corumbá e as cidades bolivianas, induziram a realização de acordos e projetos políticos institucionais, a exemplo do Decreto 6.737/2009, que promulgou o acordo entre o governo do Brasil e da Bolívia para permissão de residência, estudo e trabalho de brasileiros e bolivianos. Em 2014 foram matriculados nas escolas públicas de Corumbá, 2.572 alunos bolivianos. Segundo Araujo e Conceição (2015), o Departamento de Santa Cruz é oposição ao governo de Evo Morales e isso reflete de forma negativa sobre os investimentos e ações no Departamento e na Província de German Bush, aumentando ainda mais a procura por serviços no Brasil.

Costa (2015) explicita que, os bolivianos passaram a deslocar-se para Corumbá, sobretudo, a partir da década de 1990. Tinham como principal atividade a revenda de roupas fabricadas na China, e desde então, a presença desses comerciantes bolivianos tem promovido ações do poder público, influenciado tanto por demandas políticas locais, especialmente da Associação Comercial de Corumbá, quanto por demandas nacionais de segurança na Fronteira e que, buscam coibir a entrada de produtos não tributados no Brasil. Dentre estes, destaque para a criação do Plano Estratégico de Fronteiras (PEF) em

¹⁴¹ A população total de Corumbá é de 103.703 habitantes e de Ladário é de 19.607 habitantes (IBGE, 2010), enquanto a população total de Puerto Quijarro é de 18.574 e de Puerto Suárez de 15.706 (INE, 2010).

2011, que prevê um conjunto de ações no sentido de vigiar e monitorar as fronteiras brasileiras, com o aumento do efetivo de segurança e com a presença ostensiva da Força Nacional.

Peres (2015) colabora ao apontar que, a dinâmica do mercado de trabalho específico, onde inserem-se os imigrantes bolivianos, favorece a entrada de mulheres. O comércio é uma atividade culturalmente ignorada pelos homens bolivianos, e por isso, é exercida, majoritariamente, pelas mulheres. “Esta característica tão particular de Corumbá – como um lugar receptor de migrantes bolivianos, sobretudo de mulheres, dada a sua dinâmica econômica histórica – favorece a construção de um outro traço marcante deste fluxo migratório: a formação de uma rede social essencialmente feminina (PERES, 2015, p.52).

Nesta perspectiva e considerando a proximidade física entre as cidades bolivianas e Corumbá, ocorre a possibilidade dos comerciantes bolivianos trabalharem no Brasil e residirem na Bolívia. Essa situação, no entanto, não é aceita por alguns grupos corumbaenses. Para Fernandes (2014, p.68), os comerciantes bolivianos inseridos na economia informal não são facilmente reconhecidos, “[...] São minorias que tiveram que se adequar a uma nova condição de vida”.

Em Corumbá existem as feiras itinerantes, com a venda de produtos de hortifrutis, roupas, brinquedos e diversos outros produtos chineses. Predominam os feirantes bolivianos, que vem das cidades vizinhas.

Nas proximidades de quase 170 mil habitantes, esse território conduz um extravagante movimento de fluxos de mercadorias e transeuntes que causa frisson em qualquer observante, ainda que desatento. Gás, minério, turismo, exportação e reexportação aludem um vai e vem de barcos e barcaças no rio, acenam com um transbordo de passageiros terrestres nos taxis adaptados, nas linhas de coletivos intermunicipal, interestadual e internacional, um formigueiro de veículos (carros, motos e similares) que passa e repassa a fronteira comprando e vendendo roupas, verduras, brinquedos, bebidas, fraldas, serviços desorientando o trânsito e cosmopolizando passeios, praças e feiras deixando atordoado qualquer observador, sem fôlego o leitor e sem regras e sem respeito gramatical qualquer relator (OLIVEIRA, 2015, p.127).

Na contrapartida, muitas pessoas de origem boliviana são nascidas em Corumbá, possuem documentação brasileira, estudam nas escolas brasileiras, prestam o serviço militar brasileiro, são bilíngues, mas continuam sendo chamados de bolivianos pelos brasileiros (COSTA, 2015). Como grande parte deste grupo vive nas cidades bolivianas,

continuam a manter seus laços culturais e identitários com a Bolívia, apresentando-se em muitas ocasiões enquanto bolivianos, mesmo que nascidos em Corumbá.

Neste sentido Araujo e Conceição (2015) evidenciam que, o deslocamento pendular de Puerto Suárez e Puerto Quijarro para Corumbá, embora aparentemente revele processos de integração e troca, na convivência, brasileiros e bolivianos expressam diversos conflitos. Para as autoras, ser boliviano em Corumbá não é fácil, “O preconceito, nem sempre velado, embute relações de poder econômico historicamente construídas entre os dois países. Neste aspecto, o modelo centro-periferia é reproduzido em escala regional, hierarquizando os espaços de relações” (ARAUJO, CONCEIÇÃO, 2015, p.29).

Oliveira (2015) explicita ainda que, a atual condição desta área de fronteira está marcada por profundas assimetrias, especialmente as socioculturais. As circulações provenientes de capital, trabalho, terra e serviços entre brasileiros e bolivianos, vem materializando um processo com novos significados e novas integrações, interações e conflitos.

Quando se discute deslocamento pendular, elemento fundamental diz respeito ao número de passageiros, cuja tabela 74 apresenta os dados da linha “Fronteira”, realizada pela empresa Viação Cidade. Importante explicitar que, no final de 2014 a concessão para o transporte público em Corumbá foi alterada, por isso os dados sobre a circulação de pessoas na linha “Fronteira”, que faz o trajeto Corumbá/fronteira, são apenas de alguns meses do ano de 2015. A empresa Canarinho, responsável pela linha nos anos anteriores, não liberou os dados.

TABELA 74 - Movimentação de passageiros na linha fronteira: Janeiro/outubro 2015

Mês	Mensal	Média diária ¹⁴²
Janeiro	25.875	1.035
Fevereiro	21.898	875
Março	25.487	1.019
Abril	24.791	991
Mai	25.237	1.009
Junho	25.232	1.008
Julho	29.607	1.184
Agosto	30.056	1.202
Setembro	27.420	1.096
Outubro	26.779	1.071

Fonte: Viação Cidade (2015).

Os dados mostram que, de forma geral, cerca de 1.000 pessoas utilizam a linha “fronteira” mensalmente. São pessoas da Bolívia, especialmente Puerto Quijarro e Puerto

¹⁴² A média diária foi feita com 25 dias, pois os domingos pouco representaram no número total de passageiros.

Suárez, que atravessam a fronteira para utilizarem o transporte coletivo até a cidade de Corumbá. Grande parte dessas pessoas está ligada ao comércio informal, além de compristas que atravessam a fronteira em busca de produtos mais baratos que nas cidades bolivianas, principalmente produtos básicos. O movimento de Corumbá para a fronteira é expressiva também e além de transportar bolivianos que retornam ao país, muitos brasileiros utilizam desse transporte para cruzar a fronteira e realizar compras na área comercial de Puerto Quijarro, principalmente roupas e demais produtos importados. Importante destacar que, Puerto Quijarro e Puerto Suárez não disponibilizam transporte público, ou seja, esta é a única linha que realiza o trajeto entre Corumbá e a fronteira.

Como o transporte público é limitado a essa única linha e realizada por uma única empresa, outros meios de transporte são utilizados para realização do percurso, com destaque para o táxi. Costa (2014) aborda o trabalho dos taxistas de Corumbá, Puerto Quijarro e Puerto Suárez enquanto possibilidade de capitalização e circulação de bens e pessoas de uma maneira distinta de outras cidades dos respectivos países. Importante apontar que, os transportes públicos formais da cidade são efetuados por uma única empresa de ônibus, por moto taxistas organizados em “cooperativas” e pelos táxis, que possuem um sindicato atuante.

Em relação ao transporte boliviano, os táxis também possuem destaque e estão divididos em três categorias: táxis do sindicato (com placas vermelhas), de cooperativas (apenas com indicação de táxi) e os veículos particulares. Esses carros não podem transportar passageiros no lado brasileiro, assim como os táxis brasileiros não podem transportar no lado boliviano. Existe um acordo de que, tanto os táxis brasileiros quanto os bolivianos só podem deixar passageiros até o ponto de transporte coletivo da linha fronteira. Diante disso nota-se que, grande parte dos deslocamentos entre as cidades pertencentes a aglomeração, ocorrem através de táxis, sendo difícil apurar tais dados.

Costa (2015) apresenta uma análise detalhada sobre os fluxos, impactos e barreiras na aglomeração urbana em tela, através do quadro 5.

Quadro 5 - Fluxos, impactos e barreiras na área de fronteira de Corumbá/Puerto Suárez e Puerto Quijarro

Tipo de Fluxo	Direção predominante	Dimensão e impactos territoriais	Barreiras
Comércio urbano.	Ambas	Fortíssimo. Comércio funcional de compra e venda de produtos de utilidade cotidiana pelas duas populações, com impactos (positivos e negativos) de grande intensidade em ambos os lados	Fiscais
Transporte interurbano de pessoas	Ambas	Forte quando individual e fraco quando coletivo. Com fortes impactos nos equipamentos urbanos, controle de trânsito e na valorização imobiliária das cidades de Corumbá e Puerto Quijarro e Puerto Suárez. Performance socioeconômica muito significativa.	Institucionais
Migrações	Da Bolívia para Brasil e Bolívia	O lado boliviano é fortemente impactado pelo volume de migrações de outras regiões da Bolívia para aquela fronteira. Para Corumbá a migração boliviana é moderada com impactos mais culturais do que econômicos.	Física (Insuficiência de Infraestrutura urbana)
Trabalho pendular	Da Bolívia para o Brasil	Muito forte, em especial de feirantes e trabalhadores da construção civil. Há impactos de toda ordem: legal, social, cultural e trabalhista.	Institucional
Transporte de carga	Ambas	Fortíssimo o ritmo muito elevado de exportação do Brasil para a Bolívia; e sazonal de utilização dos Porto de Santos para produtos de exportação da Bolívia. Com impactos nos equipamentos urbanos, no movimento turístico: bares, restaurantes, hotéis, prostituição, etc.	Congestionamento (Desembaraço aduaneiro lento)
Culturais	Ambas	Moderada, pequena ante ao volume de outras relações. As festas religiosas, turísticas e comemorativas são pouco compartilhadas, assim como as festas de caráter privado. É fraco também na gastronomia e nas artesanias. Ainda há pouca coesão socioeconômica neste aspecto.	Culturais (Preconceito e Convencionais)
Sociais	Da Bolívia para o Brasil	Forte, especialmente em se tratando da utilização dos serviços públicos de saúde, educação e assistência, com impactos positivos na integração, e negativo, nas contas públicas do município.	Culturais (Linguística)
Ambientais	Do Brasil para a Bolívia Moderando.	Há muita compra de madeira da Bolívia para moveis e construção (portas janelas, etc.). Com impactos ainda moderados no meio ambiente, mas com probabilidades de impactos crescentes no lado boliviano.	Técnicas (Ausência de regulamentação)
Tráfico de drogas	Da Bolívia para o Brasil	Forte. A quantidade de cocaína apreendida pela Polícia Federal, a quantidade de encarcerados (homens e mulheres) nos presídios de Corumbá e a quantidade de bocas-de-fumo existente na fronteira provocam fortes impactos sociais na região, aumento da violência, saúde, desestruturação familiar, etc.	Técnicas e Institucionais

Fonte: Costa (2015,p.160)

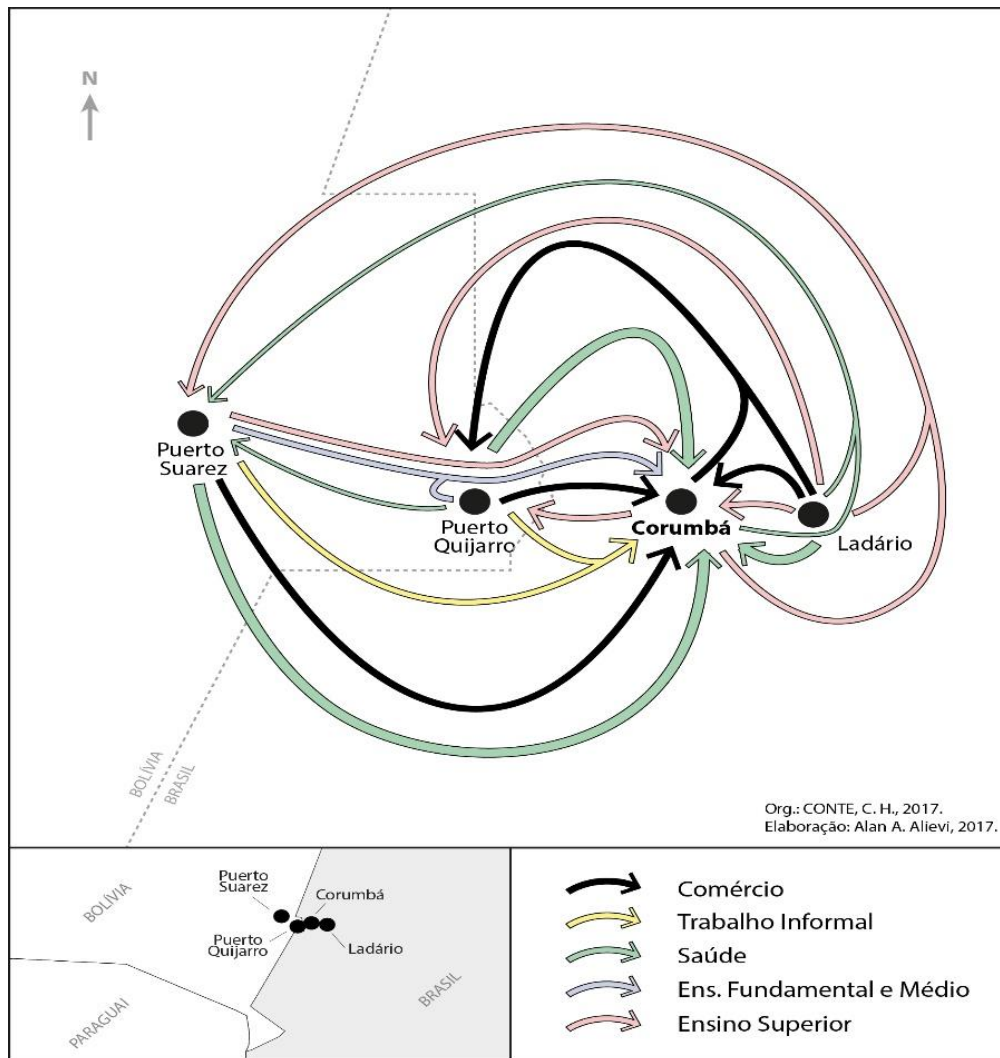
Os dados apurados por Costa (2015) confirmam a forte relação comercial existente entre as populações das cidades bolivianas e Corumbá; esse fluxo, embora existente em ambos os lados da fronteira, é intensificado quando o câmbio favorece uma das moedas, como vem ocorrendo desde 2015, com bolivianos movimentando o comércio de Corumbá. Outro elemento diz respeito as migrações de outras áreas da Bolívia para Puerto Quijarro, um fenômeno que intensificou-se a partir da década de 1990 e que impulsiona o circuito inferior desta área de fronteira. Uma questão apontada pelo autor e que não foi abordada nesse trabalho, diz respeito ao tráfico de drogas. Trata-se de um tema abrangente e importante na configuração desta aglomeração de fronteira, mas que optou-se por não considerá-lo neste estudo, tendo em vista as grandes dificuldades para

sua realização. Sobre essa temática há várias bibliografias, como Silva (2016), Vaz (1997), Carneiro Filho (2012), entre outros.

Deste modo e de acordo com a análise de Costa (2015), os fluxos dominantes desta aglomeração de fronteira vão da extrema formalidade a extrema informalidade, com interesses pouco convergentes, assim como divergentes. Todavia, tanto o lado boliviano quanto o brasileiro, tem aumentado as possibilidades para a realização de acordos no sentido de diminuir os entraves em relação as barreiras, assim como flexibilizar os marcos regulatórios de ambos os países.

Diante das relações mantidas entre Corumbá, Ladário, Puerto Quijarro e Puerto Suárez, verifica-se que, estas cidades compartilham do mesmo ambiente, seja urbano, rural, pela utilização dos recursos naturais das margens e das águas dos canais e do Rio Paraguai, pelo elevado nível de articulações, a exemplo do entreposto comercial através do corredor São Paulo – Santa Cruz de la Sierra, pela utilização dos serviços, como saúde, educação e assistência e até mesmo pelas externalidades negativas, como descontrole do trânsito, especulação imobiliária e tráfico de drogas. O mapa 13 apresenta os principais elementos que motivam os deslocamentos pendulares nessa aglomeração urbana de fronteira.

MAPA 13 - Deslocamentos Pendulares na Aglomeração Urbana de Corumbá: 2015



As assimetrias existentes entre as cidades pertencentes a aglomeração urbana de fronteira induzem, em certa medida, a maior procura e maior presença de bolivianos em Corumbá. No entanto, o inverso também ocorre. Evidente que tratam-se de outras demandas, majoritariamente relacionadas ao comércio e sazonal diante do câmbio, ou seja, quando da desvalorização do Dólar, crescem os deslocamentos sentido Corumbá/Puerto Quijarro e Puerto Suárez. Situação que não ocorre na atualidade, visto a valorização do Dólar em relação ao Real. Outras demandas também existem, a exemplo dos deslocamentos de brasileiros em busca de estudo (ensino superior) e saúde, mas em pouca expressividade. Costa (2015,p.158) analisa esta situação da seguinte forma:

De qualquer modo, em todos os sentidos, este pedaço da fronteira Brasil-Bolívia possui uma história de aproximação marcada por movimentos internos alternando-se entre lentos, longos e abruptos, produzidos sobre contornos territoriais com especificidades únicas, o que lhe confere muita força, capacidade criativa e consistência. Em igualdade de circunstâncias, trata-se de um território que também foi (e está) regido (e até patrulado) sob a égide de ações exógenas e conjunturais, o que lhe expõe restrições impactantes capazes de abalar sua consistência e exigir esforço adicional da capacidade criativa territorial.

Ao abordar o comércio e os deslocamentos da população da aglomeração urbana de fronteira de Uruguaiana, é fundamental recordar que, em Paso de los Libres, entre as décadas de 1960 e 1970, desenvolveu-se um comércio de baixo padrão ao longo da principal via que dá acesso ao centro da cidade, conhecido popularmente como “buraco”. Neste local, frequentado principalmente por brasileiros, eram vendidas carnes e demais tipos de alimentos, além de roupas e demais artigos nos camelôs, os quais passaram a ocupar a rua defronte ao “buraco”. O grande sucesso e crescimento desta área estava intimamente ligado ao favorecimento da moeda argentina para os brasileiros (COELHO, 2014).

No entanto, na década de 1990, com a mudança de câmbio e a crise argentina, o comércio desta área começou a enfraquecer e muitas lojas foram fechadas. Atualmente ainda existe, em pequena proporção e continua sendo frequentado por brasileiros. Também na década de 1970 teve início em Uruguaiana um comércio específico e também relacionado com o câmbio. Trata-se de um comércio informal, realizado por meio de camelôs, nas ruas das cidades e direcionado para os argentinos, que neste período contavam com a moeda valorizada. Com o passar do tempo os camelôs foram se instalando na rua Duque de Caxias, e partir daí, outros tipos de comércio, como roupas e calçados, foram sendo criados com o objetivo de atender o público argentino.

Exceto esse comércio direcionado para a população do outro lado da fronteira, o comércio, tanto de Uruguaiana quanto o de Paso de los Libres, é movimentado pela população de ambas as cidades. Uruguaiana conta com maior opção, por isso a demanda também é maior, especialmente quando o câmbio favorece os argentinos, como vem ocorrendo desde 2015. Por outro lado, o consumo por parte de brasileiros também ocorre em Paso de los Libres, principalmente por produtos típicos da Argentina, como vinhos, azeitonas, azeite de oliva, queijos, entre outros.

Com o crescimento da área comercial de Uruguaiana, os caminhos que faziam o transporte internacional de mercadorias estavam cada vez mais próximos da área central

da cidade. Isso fez com que ocorresse a construção de uma nova estrutura aduaneira, desta vez na periferia da cidade. O objetivo era evitar que os caminhões de carga continuassem entrando na área central de Uruguaiiana.

Atualmente as duas aduanas, a primeira junto a ponte e a segunda construída para diminuir o tráfego interno, estão desativadas¹⁴³. Sobre a movimentação de pessoas nesta aglomeração urbana de fronteira, não foi possível apurar os dados em relação ao transporte público. A linha entre Uruguaiiana e Paso de los Libres é realizada pela empresa argentina *Flechabus*, e em visita de campo, os dados sobre a movimentação diária e/ou mensal não foram fornecidos, sob argumentação de que o responsável não se encontrava. Além disso, outras fontes, como a Polícia Federal, não soube apurar esta informação. Sabe-se apenas que, em períodos de alta temporada, como no verão, o tráfego entre Paso de los Libres e Uruguaiiana é bastante intenso, com movimento de argentinos que cruzam esta fronteira com destino ao litoral brasileiro. No período de férias escolar, de acordo com a ABTI (2015), uma média de 900 ônibus argentinos passam ali por mês.

Diferente da fronteira entre Corumbá e Puerto Quijarro, a passagem de táxis de ambos os países é autorizada. Além disso, o tráfego com carros particulares é muito grande, sendo o meio de transporte mais utilizado para a realização de deslocamento. Importante destacar que, a travessia é realizada somente através de veículos, sendo proibida a travessia a pé, cuja fiscalização na aduana é intensa.

A principal avenida de Paso de los Libres, Collón, conta com um grande número de bares, lojas, praças e clubes. De acordo com Barros (2014), mesmo contando com uma população quase três vezes menor do que a de Uruguaiiana (125.435 habitantes), a vida noturna de Paso de los Libres é muito mais movimentada e dinâmica do que em Uruguaiiana. Paso de los Libres conta com população de 45.805 habitantes (INDEC, 2010). Esta dinâmica do comércio de Paso de los Libres pode ser explicada, em parte, pelo fato de que, os estabelecimentos permanecem abertos até as 22 horas, visto a prática da *siesta*¹⁴⁴.

Grimson (2000) enfatiza a característica comercial das cidades de Uruguaiiana e Paso de los Libres apontando que, os setores vinculados ao comércio nessas cidades possuem um elemento social, econômico e político muito significativo e distinto das cidades que não pertencem a fronteiras. Em seu estudo sobre o setor comercial dos

¹⁴³ Com o Mercosul, se deu a união aduaneira, e diante disso, ficou funcionando a aduana do lado argentino. Esta conta com fiscais brasileiros e argentinos.

¹⁴⁴ Hábito da população argentina de fechar os estabelecimentos entre 12:30 e 16:30 hs.

mesmos, o autor destaca a importância do comércio, chamado por ele, de formiga, na configuração social e na economia destes municípios.

Trata-se de uma ocupação antiga nesta área de fronteira, mas que tem causado intensas reivindicações por parte das associações de comerciantes, que clamam pelo aumento na fiscalização aduaneira, bem como na criação e efetivação de medidas para bloquear esse tipo de atividade. Nesta perspectiva o autor aponta que “ A la vez, en ese proceso de declaraciones y peticiones los comerciantes producen imágenes sobre los vecinos identificando su trabajo sistemáticamente con la Nación. Comprar del otro lado es, para ellos, sacar la plata del país; mientras que comprarles a ellos es hacer algo por el país” (GRIMSON, 2000, p.68).

Na aglomeração urbana de Uruguaiana e Paso de los Libres essa atividade é efetuada tanto por mulheres quanto por homens e são conhecidos como *los pasadores*. Historicamente, homens e mulheres passam pouca quantidade de produtos por vez, distribuindo, em alguns casos, os produtos com outro *pasador*, deixando a entender que se tratam de mercadorias para consumo próprio.

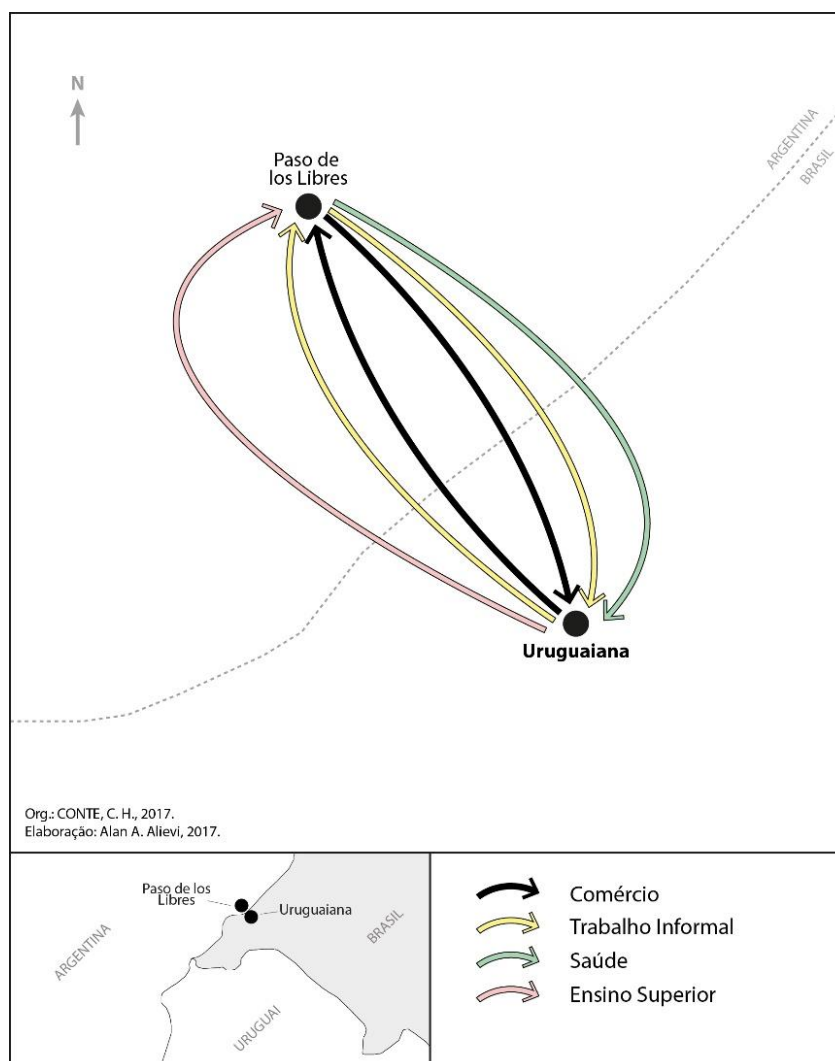
Diante disso, não é mais possível pensar em cidades pertencentes a aglomerações urbanas de fronteiras sem considerar as diferentes funcionalidades que lhes são atribuídas pela sociedade e pelo capital. É preciso considerar estas cidades enquanto elementos importantes na conexão e no controle entre países fronteiriços, mas suas características são as mais diversas, de acordo com as particularidades dos países, da localização geográfica, do sítio e de outros condicionantes que a definem (CAMPOS, 2013).

Outro elemento propulsor de deslocamentos é o serviço de saúde, e neste sentido, o único hospital de Paso de los Libres é público e conta com suas instalações bastante debilitadas. Diante disso, é comum a utilização dos serviços médicos de Uruguaiana, inclusive algumas empresas argentinas oferecem planos de saúde do Brasil para seus funcionários. Esta situação estimula também o deslocamento de mulheres de Paso de los Libres para terem seus filhos nos hospitais de Uruguaiana. Essas pacientes, na maioria dos casos, realizam todo o acompanhamento de pré natal com médicos brasileiros.

O ir e vir, portanto, é marcado por barreiras nacionais, fiscalizações e sinais que delimitam, materializados na ponte, nas aduanas, nos marcos fronteiriços. Estes acabam tornando-se, em qualquer um dos casos, referências espaciais nestas cidades. Especificamente no caso de Uruguaiana e Paso de los Libres, os territórios nacionais são muito claros em ambas as cidades. O aparato de equipamentos e situações faz com que o cidadão sinta a presença dos Estados Nacionais com frequência, ao mesmo tempo em que vive estes fatos em seu cotidiano fronteiriço. Mesmo com a passagem marcada entre um e outro, e tendo apenas um ponto de contato, a ponte, percebemos uma territorialidade que atravessa os limites nacionais claramente colocados (COELHO, 2014, p.165).

De acordo com Barcellos e Jardim (2012), em Paso de los Libres e Uruguaiana são observados basicamente dois tipos de interação, como mostra o mapa 14. De um lado, fluxos econômicos de ordem estrutural e permanente, constituídos pelas trocas de bens, serviços e informações entre espaços com certo grau de diferenças, ou seja, em certa medida, parte dos fluxos que ocorrem nesta área de fronteira são motivadas por mecanismos regionais de compensação, ocorrendo complementaridade na economia das duas cidades. Uma parcela desses fluxos é difícil de ser mensurada, pois referem-se ao contrabando.

MAPA 14 - Deslocamentos Pendulares na Aglomeração Urbana de Uruguiana:2015



Outros fluxos que ocorrem são conjunturais e estão ligados as flutuações cambiais e as variações nos preços dos produtos. “ Em geral, dependendo do câmbio, a atração se concentra em um dos lados da fronteira. É bom lembrar que nos últimos anos, o câmbio favorável ao Real tem tornado os países fronteiriços mais interessantes para o turismo e, por consequência, para o emprego, o que estimularia os movimentos pendulares” (BARCELLOS; JARDIM, 2012, p.38).

Em relação aos movimentos com destino a outros países, o estado do Paraná destaca-se por concentrar quase um terço do total desse tipo de fluxo no país, especialmente por conta da mobilidade entre as cidades pertencentes a aglomeração urbana de fronteira de Foz do Iguazu. São Paulo e Rio Grande do Sul aparecem atrás, revelando uma forte conexão fronteiriça com alguns países do Cone Sul, majoritariamente

o Paraguai (IPARDES, 2008). Foz do Iguaçu se destaca como o município com o mais elevado número de pessoas envolvidas neste movimento pendular:

[...] considerando-se origem e destino: 16.195 pessoas se movimentam no município para trabalho e/ou estudo, sendo que 80% (12.900 pessoas) corresponde a saídas majoritariamente para o Paraguai, e 20% (3.295 pessoas) a entradas em grande parte vindas de Santa Terezinha do Itaipu (1.518 pessoas). Cabe observar que, com essa fonte de informações, Foz do Iguaçu tem seus fluxos limitados apenas a pessoas procedentes de municípios brasileiros, o que pode escamotear um papel receptor de população estrangeira (IPARDES, 2008, p.41).

Nesta perspectiva, a tabela 75 apresenta os dados referentes a movimentação através do transporte público entre as cidades de Foz do Iguaçu, Ciudad del Este e Puerto Iguazú no ano de 2015¹⁴⁵.

TABELA 75 - Número de pessoas que utilizaram o transporte público na aglomeração urbana de fronteira de Foz do Iguaçu: 2015

	Foz/Puerto Iguazú	Puerto Iguazú/Foz	Foz/Ciudad del Este	Ciudad del Este/Foz
Janeiro	15.225	12.869	44.868	43.887
Fevereiro	15.898	13.120	43.369	43.200
Março	14.758	10.252	42.589	41.878
Abril	12.214	10.009	42.997	41.331
Mai	14.265	13.234	41.287	39.988
Junho	13.985	11.673	42.643	40.987
Julho	14.895	12.041	43.394	41.554
Agosto	15.982	12.866	42.674	40.991
Setembro	13.897	10.454	41.997	39.777
Outubro	13.644	10.775	42.944	41.331
Novembro	13.223	11.009	42.212	40.557
Dezembro	11.996	9.257	44.008	42.667

O deslocamento entre Foz do Iguaçu e a cidade argentina, no ano de 2015, através de transporte público, manteve uma média de 14.165 no sentido Foz do Iguaçu/Puerto Iguazú, enquanto no sentido inverso a média foi de 11.463 passageiros. O fluxo entre essas cidades é consideravelmente maior, pois os dados apresentados acima representam apenas uma das maneiras de deslocamento, já que uma grande frota de vans e ônibus de turismo efetuam este traslado, além dos automóveis particulares que diariamente passam pelas aduanas entre os países. O deslocamento entre as cidades brasileira e argentina não é majoritariamente motivado por trabalho e/ou estudo. Puerto Iguazú também é uma cidade estruturada para o atendimento turístico, além da atratividade de seu comércio.

¹⁴⁵ As empresas consultadas são: Viação Itaipu, Cruzeiro del Norte, Tres Fronteras Transportes Urbanos, Nuestra Señora de la Assunción, Rafain e Riza. A empresa Celeste, que faz uma das linhas entre Foz do Iguaçu e Ciudad del Este, não disponibilizou os dados.

Em relação a circulação de pessoas através do transporte público entre Foz do Iguaçu e Ciudad del Este verifica-se que, são maiores que as anteriores, já que a dinâmica entre estas cidades ocorre com base no trabalho e no consumo. Diante disso, a tabela mostra que, em 2015 a média mensal de pessoas que atravessaram a fronteira sentido Ciudad del Este foi de 42.915, enquanto a média mensal de pessoas que utilizaram o transporte público em direção a Foz do Iguaçu foi de 41.512. Mas é bom ressaltar que, além da utilização de ônibus, muitas pessoas utilizam vans e mototáxis, assim como a travessia a pé.

Muitos estudos apontam a construção de Itaipu enquanto marco econômico e social em Foz do Iguaçu. Diante disso, verificam-se aspectos tanto positivos quanto negativos. Com a construção da usina, *royalties* na ordem de R\$ 10 milhões anuais são pagos ao município, constituindo-se em importante fonte de recurso. Entretanto, no processo de construção ocorreu crescimento demográfico muito intenso no município e o término da obra não conseguiu evitar uma série de problemas sociais e econômicos, cujos recursos não são efetivamente utilizados para solução de problemas sociais¹⁴⁶.

Os deslocamentos pendulares, motivados, sobretudo, pelo comércio, tiveram grande queda com o Plano Real na cidade de Foz do Iguaçu. Desde meados da década de 1990 a economia do município sente as consequências, especialmente em relação ao comércio realizado com as cidades vizinhas. Apesar disso Roseira (2006) salienta que, pela forte participação do comércio ilegal nas atividades econômicas de Ciudad del Este e a pouca vitalidade econômica de Puerto Iguazú, Foz do Iguaçu sempre teve um forte poder de atração sobre a população de ambas as cidades.

Se por um lado o Plano Real afetou de forma negativa o comércio de Foz do Iguaçu, por outro a valorização do Real em relação ao Dólar, possibilitou intenso crescimento do comércio em Ciudad del Este. Essa intensificação foi sentida no comércio e nos serviços de Foz do Iguaçu, pois serviços como hotelaria e transporte foram muito procurados e utilizados por paraguaios e argentinos.

Sobre a importância do comércio de Ciudad del Este no contexto da aglomeração urbana de fronteira, Roseira (2006) explicita que, no início da década de 2000,

¹⁴⁶ Cabe apontar que, Foz do Iguaçu é uma das cidades com os mais graves problemas sociais do oeste do Paraná. Vários fatores, como o grande número de favelas, muito superior à Cascavel e Toledo, por exemplo, além do alto índice de criminalidade, estão ligados a um contingente de mão de obra de baixa escolaridade. É em grande parte essa mão de obra que atua no comércio informal em Ciudad del Este, bem como os serviços conhecidos como laranjas (CARDIN, 2010; CATTA, 2004).

aproximadamente oito mil pessoas que vivem no Brasil, atravessavam, diariamente a ponte da Amizade para trabalhar na cidade paraguaia. Soma-se a isso uma média de 10 mil laranjas, também brasileiros.

A entrada e saída de pessoas, mercadorias e mesmo informação na Tríplice Fronteira só é possível graças aos elementos que garantem a integração do Oeste Paranaense com as demais áreas do Cone Sul. A conexividade territorial é um elemento fundamental para o desenvolvimento e a importância de toda a região. Não se pode esquecer que a rede territorial funciona de acordo com cenários políticos, econômicos e sociais. Assim, a entrada e saída, principalmente de pessoas e mercadorias, tende a ser “disciplinada” conforme funcionalidades específicas da sociedade e do território, sendo que estas se dão diferentemente em cada momento da história (ROSEIRA, 2006, p.54).

Sobre os trabalhadores de rua em Ciudad del Este, Rabossi (2011) aponta que, em 2001 cerca de 2000 *mesiteros*¹⁴⁷ trabalhavam no centro da cidade. Um número bem inferior ao do período de auge do comércio na cidade, quando eram mais de 6.000.

Lima (2011) realizou pesquisa para conhecer o perfil dos trabalhadores de Foz do Iguaçu que se deslocam diariamente para Ciudad del Este. Para definir a amostra desta pesquisa, o autor baseou-se no censo demográfico de 2000¹⁴⁸, onde é apontado o número de residentes em Foz do Iguaçu que estudava ou trabalhava no Paraguai, totalizando 10.330 pessoas. A tabela 76 aponta a ocupação dos brasileiros que trabalham no Paraguai, assim como os rendimentos mensais.

¹⁴⁷ Palavra que deriva da estrutura móvel onde colocavam suas mercadorias em exibição para a venda, uma *mesita* – diminutivo de mesa em espanhol, são majoritariamente paraguaios.

¹⁴⁸ Lima (2011, p.127), explicita que: “Os dados do Censo de 2000 serviram como referência para projetar uma amostra que fosse significativa para a análise da população, uma vez que o Censo de 2010 ainda não havia sido coletado quando da realização do trabalho de campo. O IBGE projetava uma população de 325.137 pessoas para Foz do Iguaçu em 2009, de modo que, mantendo-se a mesma proporção de 2000, podia-se esperar uma população de 12.992 pessoas que trabalhariam em Ciudad Del Este enquanto residiam em Foz do Iguaçu. Contudo, já no início do trabalho de campo notou-se que o universo de trabalhadores brasileiros no Paraguai era muito inferior ao total inferido. Em entrevista com o delegado regional da Secretaria do Trabalho do Estado do Paraná, foi indicado como número provável de trabalhadores, para o ano de 2010, um contingente igual ou inferior a 5 mil pessoas. Na Agência do Trabalhador, também tivemos a mesma resposta, com um número aproximado de cinco mil pessoas. Questionando as referidas autoridades, a resposta relacionava a diminuição no número de trabalhadores brasileiros em Foz do Iguaçu com a maior rigidez da legislação trabalhista no Paraguai, como uma suposta lei de cotas de trabalhadores paraguaios nas lojas de Ciudad del Este”.

Tabela 76 - Trabalhadores brasileiros que atuam no Paraguai por setor de atividade e salário médio: 2000

Setor	Trabalhadores		Renda Média R\$
	Total	%	
Agricultura	453	4,4	1 223,33
Indústria de transformação	479	4,6	1 066,05
Construção civil	244	2,4	1 078,29
Comércio	5 839	56,5	1 017,28
Alojamento e alimentação	404	3,9	585,18
Transporte	2 478	24,0	324,90
Outros	433	4,2	932,16
Total	10 330	100,0	843,49

Fonte: LIMA (2011, p.126).

Verifica-se o predomínio de trabalhadores brasileiros no comércio e no setor de transporte, com pouca participação na agricultura e atividades relacionadas, assim como na indústria de transformação. Os rendimentos médios em 2000 ultrapassavam a marca dos mil reais. Dos 317 entrevistados por Lima (2011), o trabalhador de Ciudad del Este que reside no Brasil é principalmente do gênero masculino (66% de homens e 34% de mulheres) e a maior parte dos trabalhadores que cruzavam a ponte residia em Foz do Iguaçu (95,9%). Apenas dez entre os entrevistados moravam em Santa Terezinha de Itaipu e dois em Ciudad del Este. No que diz respeito ao setor de atividade, o levantamento de Lima (2011) revelou a predominância do comércio e serviços, com 73,4% dos entrevistados atuando nessas atividades.

Tabela 77 - Ocupação dos brasileiros que trabalham no Paraguai: 2011

Setor	Frequência	(%)
Comércio e Serviços	248	73,4
Transporte	10	3,0
Indústria	07	2,1
Alojamento e Alimentação	11	3,3
Construção Civil	03	0,9
Serviços Pessoais e Domésticos	05	1,5
Outro	02	0,6
“Laranja”	52	15,4
Total	338	100

Fonte: LIMA (2011, p.132).

Os salários recebidos estão entre R\$ 750,00 e R\$ 1.000,00, enquanto o rendimento médio do trabalhador no mercado formal de Foz do Iguaçu é de R\$ 1.281,17. Administração pública, educação e principalmente os serviços industriais de utilidade pública são os responsáveis pela média dos salários, sobretudo aqueles pagos por Itaipu, que se encontram muito acima da média de mercado. Entretanto, para o comércio varejista, a renda média é de apenas R\$ 759,89 (LIMA, 2011). Ou seja, os trabalhadores do comércio em Ciudad del Este recebem uma renda superior aos que desenvolvem a

mesma atividade em Foz do Iguaçu. Porém, comparando esses dados com as informações de 2000, percebe-se que ocorreu redução nos salários, que pode ser explicada, de acordo com o autor, pela subdeclaração nas respostas dadas aos questionários, mas também pela redução expressiva do movimento na fronteira ao longo da década de 2000. Diante do exposto, essa aglomeração urbana de fronteira:

[...] assenta-se em um espaço heterogêneo, diverso e assimétrico, sendo ponto de passagem e origem de diversos fluxos de pessoas e mercadorias de variadas procedências. A presença dos rios Paraná e Iguaçu delinea a fronteira física entre os países, sem criar obstáculos às intensas relações econômico-sociais, tampouco ao desempenho de papéis específicos dessas cidades que compõem um espaço ocupado em continuidade e com condições diferenciadas de inserção na divisão internacional do trabalho. Como acontece em regiões de fronteira, a mobilidade humana é traço característico tanto no que se refere aos movimentos cotidianos de trabalhadores e consumidores quanto na diversidade étnica, fazendo com que os próprios limites fronteiriços se esvaneçam no feixe das relações cotidianas (IPARDES, 2008. p.131).

Albuquerque (2015) frisa que, o cotidiano da vida na fronteira acontece através de muitas travessias e contornos das leis, que inscrevem no território de moradia, os limites entre o cidadão e o estrangeiro, a exemplo dos brasiguaios¹⁴⁹, que buscam garantia de direitos sociais no Brasil através da apresentação de endereços falsos e de parentes.

A circulação que ocorre entre as cidades de fronteira possui características similares em distintos contextos entre Estados nacionais, que apresentam diferenças em relação ao seu desenvolvimento econômico e social, ou seja, o lado da fronteira que conta com maior expressão econômica, mais oferta de trabalho, mais benefícios sociais, torna-se atrativo para aqueles que vivem do outro lado. Evidente que esses fluxos podem ocorrer em dupla direção e de forma pendular ao longo do tempo.

Neste sentido, pode ocorrer de uma cidade ser mais atrativa em termos de oferta de empregos, enquanto a outra no sentido dos serviços e do comércio. O sentido, bem como a intensidade desses fluxos, podem mudar, dependendo do contexto em que encontram-se as cidades e forte variação no tempo.

¹⁴⁹ Brasileiros que vivem no Paraguai.

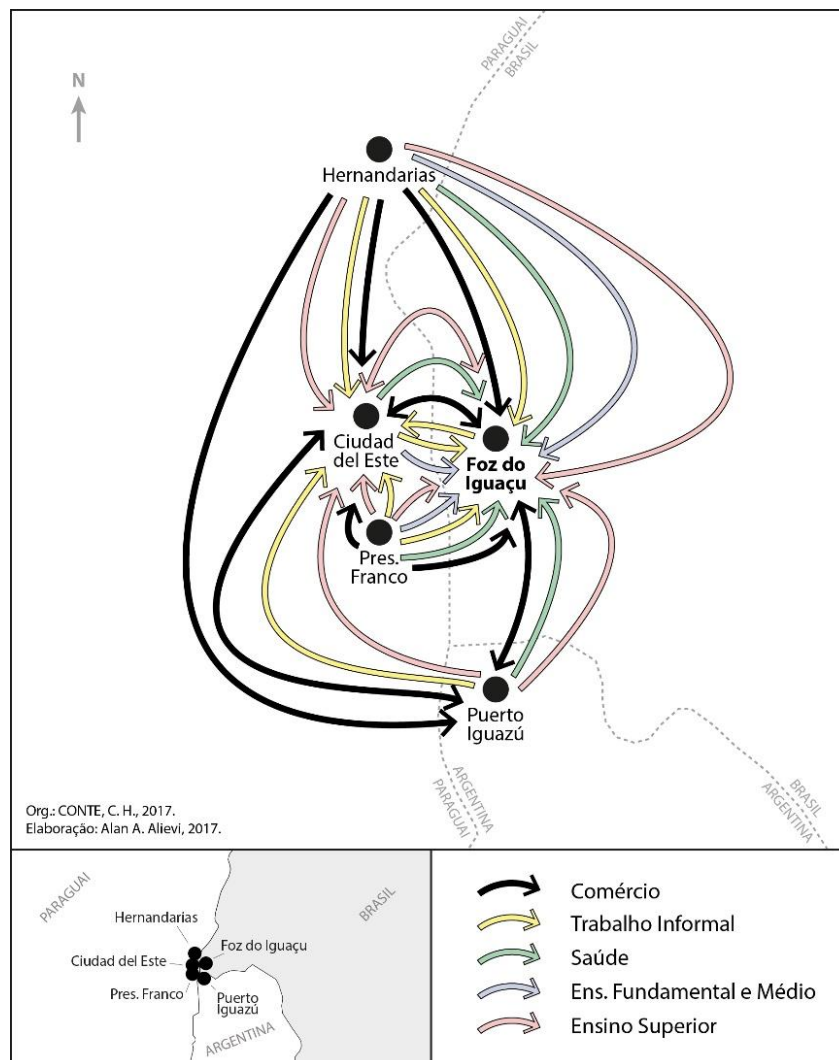
A Ponte da Amizade funciona para Foz do Iguaçu e Ciudad del Este como uma avenida de um mesmo espaço urbano, uma aparente fronteira amigável, que não deixa de ser uma (estreita e curta) linha de controle do trânsito de mercadorias transportadas, dependendo de distintos interesses. Por vezes se fecha ou se abre; por outras, acelera ou torna vagaroso o tráfego, promove revista nos passantes e nos porta-malas, reprime, libera, ignora ou confisca mercadorias de sacoleiros ou do cidadão local, que se beneficia das oportunidades cambiais para seu abastecimento próprio. Como uma cancela, separa ou une o interior de um espaço contínuo, fortemente articulado. O mesmo se repete na Ponte Tancredo Neves, que liga Foz do Iguaçu a Puerto Iguazu, na Argentina, porém com menor impacto, dado o menor volume de mercadorias. Por ela transitam mais os visitantes do 'outro lado' das Cataratas, o frequentador dos cassinos ou do *free shopping*, situado com muita proximidade do posto alfandegário (MOURA, 2010, p.145).

Assim como ocorre em Paso de los Libres, na aglomeração urbana de Foz do Iguaçu, muitas mulheres grávidas (brasiguaias e/ou paraguaias), deslocam-se para os hospitais de Foz do Iguaçu para terem seus filhos e poderem registrá-los brasileiros. Nascer na fronteira internacional pode significar também a possibilidade de ter dois lugares de origem. Nesta discussão Albuquerque (2015) evidencia que, muitos moradores costumam registrar seus filhos nos dois países, as vezes até com nomes distintos.

Tanto no Brasil como no Paraguai, o critério de obtenção da nacionalidade é a partir do território de nascimento da criança (*jus solis*). Deste modo, os pais costumam registrar seus filhos primeiro no local onde nasceram, depois buscam registrar no outro lado da fronteira, mediante a apresentação de testemunhas ou laudo médico.

Outro elemento responsável pelos deslocamentos, especialmente no sentido Ciudad del Este/Foz do Iguaçu, diz respeito ao ensino nas escolas públicas. O motivo é a qualidade do ensino, além da gratuidade do material didático e da merenda escolar. Arelado a isso, os benefícios do bolsa família intensificaram o número de matrícula de crianças paraguaias nas escolas de Foz do Iguaçu, sobretudo, no ensino fundamental. O mapa 15 apresenta os deslocamentos pendulares nessa aglomeração urbana de fronteira.

MAPA 15 - Deslocamentos Pendulares na Aglomeração Urbana de Foz do Iguaçu:2015



Diante destes apontamentos, concorda-se com Roseira (2006) no sentido de que, são vários os fatores que colocam Foz do Iguaçu como uma importante cidade no âmbito da América do Sul. A condição de maior centro urbano da aglomeração enfatiza essa constatação. “A polarização regional exercida por meio de um conjunto de atividades turísticas é apenas uma das suas faces. Foz do Iguaçu é um importante nó da rede territorial sul-americana à medida que congrega elementos centrais de conectividade e circulação de uma integração territorial continental” (ROSEIRA, 2006, p.12).

Haesbaert (2013, p.08), em seu estudo sobre regiões transfronteiriças, pontua algumas das características mais importantes nas áreas de fronteira:

- o domínio do capital financeiro (naquilo que CHESNAIS [1998], denominou de regime de acumulação financeirizado): os limites internacionais se tornam, em alguns casos, completamente permeáveis, pois o capital flui de um país para o outro na instantaneidade proporcionada pela teleinformática. É junto aos limites internacionais que este fluxo de capitais adquire uma de suas manifestações mais contundentes, especialmente através da lavagem de dinheiro obtido nos circuitos ilegais da economia. Transações financeiras de grande monta são efetuadas em cidades fronteiriças, nódulos estratégicos de um sistema global altamente corrompido e muitas vezes mafioso [...].
- o aumento brutal da exclusão social: uma das marcas sociais mais graves deixadas pelas políticas econômicas neoliberais implementadas nos países do Mercosul é o desemprego e a inclusão precária dos indivíduos no mercado de trabalho; com isto, os dilemas vividos pelos excluídos de um país acabam refletindo no outro, mesmo com as restrições impostas, por exemplo, à mobilidade dos trabalhadores.[...]. Nas chamadas áreas de fronteira intensificam-se migrações do tipo pendular ou sazonal, em escalas menores, como as que ocorrem entre trabalhadores dos dois lados do limite internacional em Foz do Iguaçu-Ciudad del Este, Encarnación-Posadas e outras cidades paraguaias.

São dinâmicas que ocorrem de formas e intensidades específicas e que variam de acordo com a economia e o momento de cada país. Ao analisar os deslocamentos pendulares nas três aglomerações urbanas de fronteira verificou-se que, independente do tamanho das cidades, as relações econômicas, sociais, políticas e culturais são constantes, o que muda é justamente a intensidade e o grau destas relações e trocas. Em outras palavras, os dados sobre os deslocamentos pendulares fecham, mas não concluem a análise sobre a dinâmica entre as cidades pertencentes as aglomerações. São processos de ordem econômica, política, social e cultural, que ocorrem a todo tempo e que dão a essas cidades características distintas das demais cidades dos respectivos Estados Nacionais, o que, em certa medida, coloca essas aglomerações urbanas de fronteira como áreas que possuem dinâmicas e processos próprios e que, apesar de contarem com suas respectivas formações socioespaciais e desenvolverem-se a partir desses elementos, contam com os fluxos e dinâmicas de fronteira, os quais são constantes, intensos e instáveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O primeiro aspecto a ser considerado é o entendimento dos caminhos através dos quais a formação socioespacial brasileira se realiza, articuladamente às dualidades nacionais. A formação socioespacial enquanto categoria permite entender que, sua realização se faz de modo diversificado em termos regionais. Isso porque, a esta categoria estão vinculados elementos da geografia física, da população, da história, das relações sociais, das atividades econômicas, etc.

Um segundo aspecto ressaltado foi a necessidade de entender os caminhos através dos quais a formação socioespacial se realizava nas fronteiras de Corumbá, Foz do Iguaçu e Uruguaiana, vinculada à dinâmica de cada momento e suas relações com a Bolívia, Argentina e Paraguai.

Significou ainda entender como cada aglomeração urbana se vinculava à dinâmica nacional mediante suas especificidades. Em outros termos, a formação socioespacial na área da aglomeração urbana de Corumbá foi marcada inicialmente pelas grandes propriedades, desenvolvendo atividades pecuaristas (como resultado do aproveitamento das condições naturais) para atendimento de demandas internas do Brasil na primeira dualidade. Decorre ainda de sua posição, a importante atividade comercial através do transporte fluvial, bem como seu papel no controle da fronteira com a Bolívia, a exercer papel de comando das atividades econômicas para as cidades e municípios bolivianos. Nesse contexto emergia em Corumbá uma classe social representada pelos pecuaristas e comerciantes.

Em Uruguaiana também se realizou uma formação socioespacial com base na grande propriedade e pecuária bovina, mas cujas condições naturais são distintas daquelas presentes em Corumbá. A partir da pecuária foi possível a transformação da carne em charque, como mecanismo de atendimento de demandas internas do mercado consumidor. Também aqui, os pecuaristas e comerciantes se colocavam como a classe social a realizar as articulações com o nacional e comandar as atividades nas cidades e municípios argentinos e uruguaios.

Na segunda dualidade brasileira, as aglomerações urbanas de fronteira apresentaram outras formas de articulações com a escala nacional. Em Uruguaiana ocorreu alteração nas atividades econômicas, haja vista o enfraquecimento e conseqüente fechamento de muitas charqueadas. Na contrapartida, houve o fortalecimento do

comércio e da classe de comerciantes, seguindo a mudança que ocorria em nível nacional, ou seja, a ampliação da inserção da classe de comerciantes no capitalismo nacional.

Paso de los Libres pouco mudou durante esse período, a pecuária continuava ocorrendo com vistas ao envio do gado para o Brasil e Uruguai, enquanto o comércio manteve as características da dualidade anterior. É na segunda dualidade que, as diferenças econômicas entre as cidades da aglomeração urbana de Uruguaiana passam a ser acentuadas, pois além da intensificação do comércio na cidade gaúcha, a construção das ferrovias, no período em que tem início a industrialização brasileira, foi fundamental para o aprofundamento das relações de Uruguaiana com o restante do país e com a Argentina.

A segunda dualidade em Corumbá também representou mudanças importantes, com enfraquecimento da área enquanto entreposto comercial e da dificuldade em avançar com a mineração; foi nesse período que Campo Grande passou a ser o centro econômico da região e que Corumbá teve uma considerável perda populacional. Apesar disso, a classe dos comerciantes e dos pecuaristas se manteve nas articulações com o centro nacional. Puerto Suárez passou a ter destaque através dos processos de exportação da borracha, tendo seu comércio alavancado, mas temporalmente de curta duração, não gerando outras atividades, e novamente, as relações do município se mantiveram apenas com Corumbá.

Na aglomeração de Foz do Iguaçu, ao longo da segunda dualidade ocorreu apenas a ocupação da área, sendo a extração de madeira e erva-mate a única atividade praticada.

A partir da terceira dualidade brasileira o processo de industrialização no Brasil foi intensificado, com novas dinâmicas econômicas e sociais no país e repercussões distintas nas aglomerações urbanas de fronteira. Em Corumbá, mesmo que de forma incipiente, ocorreu o início de uma atividade industrial vinculada à presença de reservas de minério de ferro, liderada por empresários de outros estados do Brasil e de outros países, vinculado em parte, à dinâmica industrial brasileira em sua etapa de substituição industrial de importações.

A composição do pacto do poder nessa aglomeração pouco foi alterada, visto que, a pecuária continuou com importância econômica para Corumbá, bem como a classe dos comerciantes manteve sua posição adquirida na dualidade anterior. As cidades bolivianas ainda possuíam participação restrita na aglomeração urbana, mas recebendo certo destaque, mesmo que timidamente, através do início da construção da ferrovia na década de 1950.

Enquanto Corumbá inseria-se no processo de industrialização brasileira através da mineração, Foz do Iguaçu principiava seu desenvolvimento através do processo de colonização via Marcha para Oeste e da estruturação da infraestrutura de transporte, com a construção da BR 277 e da Ponte Internacional da Amizade. O projeto mais importante e que de fato promoveu outro estágio de desenvolvimento econômico da aglomeração, foi a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu.

A construção de Itaipu, enquanto ação estatal, foi responsável por um conjunto de mudanças em toda a aglomeração, a começar pelo grande crescimento populacional da cidade, seguido do crescimento e fortalecimento do comércio e dos serviços, da criação de uma área comercial destinada a exportação de produtos para o Paraguai, pelo próprio desenvolvimento do comércio de Ciudad del Este, pela criação das cidades de Hernandarias e Presidente Franco, entre outros.

Em Uruguaiana, foi iniciada a rizicultura, no período da terceira dualidade, o que promoveu outro nível de articulação com o país, visto que, o arroz atende majoritariamente o mercado nacional. O início da produção de arroz no município não significou o término da pecuária, que se manteve como principal atividade, associada à rizicultura. A associação entre essas atividades também se deu em Paso de los Libres, com destaque para a pecuária, que ao contrário de Uruguaiana, ganhou destaque, enquanto a rizicultura foi enfraquecida.

O terciário foi expandido em ambas as cidades da aglomeração, com a criação em Paso de los Libres de uma área específica para o comércio destinado para a população da cidade vizinha. Do ponto de vista das classes sociais, permaneceu a formação ocorrida ainda na segunda dualidade, mas com um detalhe importante, a classe dos pecuaristas foi ampliada, pois além da pecuária bovina, os fazendeiros passaram a cultivar o arroz, ou seja, de pecuaristas passaram para agropecuaristas. A classe dos comerciantes manteve-se, juntamente com os agropecuaristas, no pacto de poder.

Em relação dinâmica dos municípios das aglomerações com seus respectivos países verificou-se que, a maior parte das relações de Paso de los Libres ocorre com Corrientes, a capital do departamento onde está inserida. Como frisado em alguns momentos, essa área da Argentina não se coloca como importante para o país, do ponto de vista econômico. Diante disso, a dinâmica que envolve a rizicultura e a pecuária, ocorre diretamente e apenas com Corrientes. Deste modo verificou-se que, as relações entre Paso de los Libres e Uruguaiana são majoritariamente lideradas pelo Brasil.

Na aglomeração urbana de Corumbá, Ladário, Puerto Suárez e Puerto Quijarro, a situação é distinta, pois Puerto Quijarro e Puerto Suárez estão fracamente inseridas na economia boliviana, que tem seu eixo econômico centrado em La Paz, Santa Cruz, Cochabamba e Oruro. Puerto Quijarro tem importância para o Departamento de Santa Cruz no sentido de ser através de seus portos fluviais que ocorre a exportação da soja e a importação do combustível. Exceto esses elementos, essas cidades de fronteira da Bolívia com o Brasil, se encontram em posições marginais na economia nacional, colocando-se diretamente na dependência de Corumbá, através do comércio, dos serviços e em oportunidades de desenvolvimento de sua economia.

Isso ocorre especialmente pelo distanciamento econômico, político e social que foi sendo construído entre Puerto Quijarro e Puerto Suárez com a Bolívia. Essas cidades foram criadas sem incentivo do governo para programas de colonização ou através da construção de infraestruturas. Essa situação é verificada, por exemplo, na ausência de investimentos do Estado na exploração dos minérios existentes na Serra do Mutún, a quarta maior do mundo e que se localiza no município de Puerto Suárez. As classes sociais que comandam a economia dessa aglomeração são a classe dos comerciantes e a classe dos pecuaristas.

Na aglomeração de Foz do Iguaçu, Ciudad del Este, Hernandarias, Presidente Franco e Puerto Iguazú, os papéis alteram-se novamente, pois Ciudad del Este representa a segunda maior cidade do Paraguai, tanto em número de habitantes quanto em importância econômica para o país. Essa situação faz com que, essa aglomeração de fronteira receba atenção por parte do governo nacional paraguaio, implantando políticas macroeconômicas que criam condições para aprofundamento da divisão territorial do trabalho na economia nacional.

Puerto Iguazú tem destaque vinculado ao turismo, e mesmo abrigando o segundo atrativo mais visitado na Argentina, não se coloca como uma cidade importante do ponto de vista da economia nacional do país. Nesta aglomeração de fronteira, destaque para a classe dos comerciantes no pacto de poder, mas com importante participação do Estado, via Itaipu e com atuação no Brasil e no Paraguai.

Mesmo considerando a importância econômica de Ciudad del Este para o Paraguai, Foz do Iguaçu se coloca, nessa aglomeração urbana de fronteira, como a cidade que dinamiza relações econômicas, sociais, demográficas, etc., além de ser a cidade que oferta o mais complexo setor de comércio e serviços. Acrescente ainda, a realização de projetos como a Usina Hidrelétrica de Itaipu, a construção da Ponte Internacional da

Amizade, a rodovia que liga Assunción a Ciudad del Este/Foz do Iguaçu, entre outros, pelo governo brasileiro. Tais elementos confirmam a tese desse estudo, do ponto de vista de que, são as cidades brasileiras que dinamizam a economia das aglomerações urbanas de fronteira.

Outro elemento importante diz respeito as diferenças, em muitos momentos perceptíveis, no descompasso entre o desenvolvimento econômico do centro nacional e as dinâmicas estabelecidas nas aglomerações urbanas de fronteira. Trata-se, fundamentalmente, do descompasso da modernização tardia nas mesmas.

O constante e intenso fluxo de pessoas, mercadorias, capital, ideias, etc., conferem características exclusivas nas fronteiras. Em outros termos, o fato das cidades das aglomerações pertencerem a distintos países, permite que dinâmicas realizadas nas mesmas, tornem as aglomerações urbanas singulares. Um dos elementos que conferem singularidades são os fluxos comerciais determinados pelo movimento de valorização ou não de suas moedas. Deste modo, todas as vezes que ocorre mudança cambial, muda também o sentido dos fluxos de trocas de mercadorias na fronteira, de deslocamentos pendulares, de investimentos, dentre outros.

Esses elementos tornam as aglomerações urbanas de fronteira singulares, cujas atividades diversas, dinamizam a economia de áreas que perfazem dois ou mais países. O fato das cidades localizarem-se distantes de seus centros nacionais, atrelado a relativa ausência de ações pelo governo federal, especialmente no caso das aglomerações com cidades argentinas e bolivianas, possibilita que, processos que partem das cidades brasileiras, estabeleçam dinâmicas para todas.

REFERÊNCIAS

ACERENZA, M. A. **Administración del turismo**: conceptualización y organización. México: Trillas, 1991.

ADIALA, C, S, M, de. Cidades no limite internacional e a influência de políticas públicas oriundas de escalas de ação variadas: Uruguaiana e Santana do Livramento - RS. X Encontro de Geógrafos da América Latina. **Anais...** São Paulo, 2005.

_____, C, S, M, de. **Efeitos de políticas públicas em cidades de fronteira**: Uruguaiana e Santana do Livramento (RS), Dissertação (Mestrado) 2006. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

AGUSTINI, J; NOGUEIRA, V, M, R. A descentralização da política nacional de saúde nos sistemas municipais na linha da fronteira do Mercosul. **Divers@!**, v. 2, n. 1, Curitiba, 2010.

ALBUQUERQUE, E, F. A produção da miséria na metade Sul gaúcha a partir da apropriação privada dos fundos públicos. **Sociedade e Território**, v. 23, n 2, Natal, jul./dez, 2011.

ALBUQUERQUE, J, L. Migração, circulação e cidadania em território fronteiriço: os brasiguaios na fronteira entre o Paraguai e o Brasil. **Revista Tomo**, n. 26, Aracajú, jan/jun, 2015.

ALMEIDA, P, F, C, de. Exportações e indústrias no Rio Grande do Sul: 1930-74. **Ensaio FEE**, v.12, n.2, Porto Alegre, 1992.

ALMEIDA, M, P. **Reformas Neoliberais no Brasil**: as privatizações nos governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso. Tese (doutorado em história) 2010. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

ALMIRÓN, L,-S; NORBERTO-MACARREIN, ALTAMIRANO, O; HUGO-PAREDES, H. **La extensión y su aporte a la producción ovina de Corrientes**. Buenos Aires, 2002.

ANDERSEN, S. A fronteira na concepção da Geopolítica Brasileira: entendendo a origem dos conflitos. VII Bienal do Colóquio de Transformações Territoriais. **Anais...**, Curitiba: AUGM/UFPR, 2008.

ANDREATTA, T, et al. Origens da Formação Agrária Sul Rio-Grandense no contexto brasileiro. Apresentação Oral. In: **Estrutura, Evolução e Dinâmica dos Sistemas Agroalimentares e Cadeias Agroindustriais**. PGDR/ UFRGS, Porto Alegre, 2009.

ÂNGULO, J, L, G. **O terceiro lado da fronteira**. Processos e transformações dos espaços agrários no pantanal: estudos de caso em comunidades da Bolívia e do Brasil. tese (doutorado) 2006. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

ANTICO, C. Deslocamentos pendulares nos espaços sub-regionais da Região Metropolitana de São Paulo. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 14, 2004, **Anais...** Campinas: ABEP, 2004.

ANTONACCI, M, A. **RS, as oposições e a Revolução de 1923**. Porto Alegre: Mercado aberto, 1981.

ANTUNES, E, M. Considerações sobre integração regional e seus reflexos nas cidades de fronteira do Mercosul. In: Integração Regional e Cooperação Sul-Sul no Século XXI. **Anais...** Porto Alegre, 2012.

ARAUJO, A, P, C, de. **Pantanal: um espaço em transformação**. Tese (Doutorado em Geografia), 2006. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

ARAÚJO, A, P, C, de; BICALHO, A, M, S, M de. Crescimento econômico e organização do espaço agrário do Pantanal de Mato Grosso do Sul. XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária, **Anais...** São Paulo, 2009.

ARAUJO, A, P,C, de; CONCEIÇÃO, O, F, da. A Arrogância Revelada no Conflito: Bolivianos e Brasileiros no Espaço Escolar da Cidade de Corumbá (MS). **Espaço Aberto**, v. 5, n.1, Rio de Janeiro, 2015.

ARENHARDT, E, H. Inicios de la organización del espacio geografico de Misiones. **GeoUSAL: Revista Científica de Geografía**, v. 5, n. 9, Buenos Aires, 2010.

ARTURI, C, S. Perspectivas e constrangimentos para o desenvolvimento institucional do Mercosul. Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais, **Anais...** Belo Horizonte, 2013.

AVÉ – LALLEMANT. A F. **Os campos neutrais**. Porto Alegre: Gráfica Editora Planus Ltda, 1972.

BAER, W. **A economia brasileira**. São Paulo: Nobel, 1996.

BAENINGER, R, A.; OJIMA, R. Novas territorialidades e a sociedade de risco: evidências empíricas e desafios teóricos para a compreensão dos novos espaços da migração. **Papeles de Población**, Toluca: Centro de Investigacion y Estudios Avanzados de La Poblacion, v.14, n.58, 2008.

BANDEIRA, M. **O eixo Argentina-Brasil: o processo de integração da América Latina**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1987.

BARBOSA, N. **A inflexão do governo Lula: política econômica, crescimento e distribuição de renda (2010)**. In: Brasil entre o passado e o futuro. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo: Boitempo, 2013.

BARBOSA, R. A política externa do Brasil para a América do Sul e o Ingresso da Venezuela no Mercosul. **Interesse nacional**, v.11, Rio de janeiro, 2008.

BARCELOS, A, H, F. Os Jesuítas e a ocupação do espaço platino nos séculos XVII e XVIII. **Revista Complutense de Historia de América**, v. 26, p. 93, Madri, 2000.

BARCELLOS, T, M de; JARDIM, M, L, T. Movimentos populacionais na fronteira do Brasil. XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, **Anais...** Águas de Lindóia, 2012.

BAZZO, J, C; FREITAS, D, A, F de; SILVA, M, L,N; SANTOS, S,A. Aspectos geofísicos e ambientais do Pantanal. **Revista de Geografia**, v.29, n.1, Recife, 2012.

BATISTA, J, C. A Estratégia de Ajustamento Externo do Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento. **Revista de Economia Política**, v. 7, n. 2, São Paulo, 1987.

BATISTA J, R. A armadilha da dolarização. **Estudos Econômicos**, v.23, n.3, São Paulo, set/dez, 1994.

BAUMANN, R. Mercosul: então é agora. **Revista Brasileira de Comércio Exterior**, v. 88, Rio de Janeiro, 2006.

BEAUJEU-GARNIER, J. **Geografia da população**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980.

BEAUJEU-GARNIER J; CHABOT, G. **Tratado de geografia urbana**, n.711. Buenos Aires, 1970.

BECKER, B, K. Fronteira e urbanização repensadas. **Revista Brasileira de Geografia**, ano.47, n.3/4, Rio de Janeiro, jul/dez, 1985.

BEIKOW, P, R. A formação da economia arrozeira do Rio Grande do Sul. **Ensaio FEE**, v.4, n.2, Porto Alegre, 1984.

BELGRANO, M. **Cataratas de histórias**. Puerto Iguazú, 1996.

BELO, C, N. Supremacia regional no cone Sul: a Usina de Itaipu como instrumento da luta diplomática entre Brasil e Argentina na década de 1970. IV Congresso Internacional de História, **Anais...** Maringá, set, 2009.

BENEDETTI, A. Lugares de frontera y movilidades comerciales en el sur sudamericano: una aproximación multiescalar. In: COSTA, E. A.; COSTA, G.V.L.; OLIVEIRA, M.A.M. **Fronteiras em foco**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2011.

BENJAMIN, C et. al. **A Opção Brasileira**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.

BERTHOLI, A. **O lugar da pecuária na formação sócio-espacial sul mato-grossense**. Dissertação (mestrado) 2006, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2006.

BESKOW, G, C. Marchando para Oeste – Discursos sobre as políticas Varguistas de Integração Nacional. XXIV Simpósio Nacional de História, **Anais...** São Leopoldo, 2007.

BESSA, K. Diferenciação espacial como elemento próprio a natureza da geografia. **Revista Mercator**, v.9, n.2, Fortaleza, 2010.

BETHELL, L. O imperialismo britânico e a Guerra do Paraguai. **Estudos Avançados**, v.9, n.24, São Paulo, mai/ago, 1995.

BETIOL, L, F. **Itaipu**: modelo avançado de cooperação internacional na Bacia do Prata. FGV, Instituto de Documentação, Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1983.

BIANCHINI, O, da C. D. **A Companhia Mate Laranjeira e a ocupação da terra no sul de Mato Grosso (1880 - 1940)**. Campo Grande: UFMS, 2000.

BICALHO, A, M, S, de; GUIMARÃES, A, A, S, da; MACHADO, F, S, da. Pecuária e dinâmica socioprodutiva no Pantanal Sul Mato Grossense. VI Congresso Iberoamericano de Estudios Territoriales y Ambientales. **Anais...** São Paulo, 2014.

BOGADO, G; SOSA, M; RUJANA, M,R. **Obras Hidraulicas para el riego de cultivo de arroz em la província de Corrientes**. Instituto Correntino del Agua y del Ambiente, Corrientes, 2001.

BORGES, F, T, de. **Do extrativismo à pecuária**: algumas observações sobre a história econômica de Mato Grosso (1870 – 1930). São Paulo: Scortecci, 2001.

BRASIL. Directoria Geral de Estatística. **Recenseamento da População do Império do Brasil de 1872**, Rio de Janeiro, 1872.

_____. **I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) – 1972/74**. Brasília, 1971.

_____. **II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) – 1975/1979**. Brasília, 1974.

_____. Ministério da Integração Nacional. **Proposta de reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira**. Secretaria de Programas Regionais, Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira, Brasília: MIN, 2005.

_____. **Estatuto da Terra**. n. 4.504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra e dá outras providências. Disponível em: http://WWW.planalto.gov.br/ccivil_3/leis/l4504.htm. Acesso em: 27 fev, 2013.

BRAZIL. **Synopse do Recenseamento**, Rio de Janeiro, 1898.

BRAZIL, M. C. Brasil e Portugal no período Pombalino: ocupação geoestratégica de Mato Grosso. IV Congresso Internacional de Estudos Ibero-Americanos, **Anais...** Porto Alegre, 2000.

_____, M. C. Sobre os campos de vacaria do sul de Mato Grosso: considerações sobre terra e escravidão [1830-1889]. In: MAESTRI, M e BRAZIL, M. C. **Peões, vaqueiros, cativos campeiros**: estudos sobre a economia pastoril no Brasil. Passo Fundo: Editora Passo Fundo, 2009.

BRESSER – PEREIRA, L, C. O governo Dilma frente ao “tripé macroeconômico” e a direita liberal e dependente. **Novos estudos – CEBRAP**, n.95, São Paulo, 2013.

_____, L, C, et al. **Rangel: ciclos longos e dualidade**. Texto para Discussão 318, FGV –EESP, v. 318, São Paulo, 2006 .

_____, L, C. Da crise fiscal à redução da dívida. In :VELOSO, J, P R, dos (org). **Dívida Externa e Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1990.

BRESSER-PEREIRA, L, C; MARCONI, N. "Existe doença holandesa no Brasil?". IV Fórum de Economia de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, **Anais...**, São Paulo, 2008.

BRITO, S, H, A. et al. Estudo comparativo do ensino público na fronteira Brasil/Bolívia (Corumbá – Puerto Suarez/Quijarro – 1970/1994). Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “ História, sociedade e educação no Brasil”, **Anais...** Faculdade de Educação da Unicamp, Campinas, 1997.

BRITO, S, H, A, de. **Educação e sociedade na fronteira Oeste do Brasil: Corumbá (1930-1954)**. Tese (Doutorado em Educação) 2001, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

BRITO, J, M, de. **Descoberta de Foz do Iguaçu e fundação da Colônia Militar**. Curitiba: Travessa dos leitores, 2005.

BRITO, N, M, de. Desenvolvimento econômico e mineração: uma abordagem da atividade em Corumbá, MS. **Entre-Lugar**, ano 2, n. 4, Dourados, 2011.

_____, N, M, de. **Mineração e desenvolvimento regional em Corumbá/MS**. Dissertação (Mestrado em Geografia) 2012. Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2012.

BRUM, A, J. **Modernização da Agricultura – Trigo e Soja**, Petrópolis: Vozes, 1988.

BRUM, N; BEZZI, M, L. Regiões Culturais: a construção de identidades culturais no Rio Grande do Sul e sua manifestação na paisagem gaúcha. **Sociedade e Natureza**, n.2, Uberlândia, 2008.

CÁCERES, A, N. **El turismo, generador de desarrollo local: El caso de Puerto Iguazú y la influencia del destino turístico Iguazú Cataratas**. Dissertação (mestrado), 2010. Universidade Internacional de Andalucía, Posadas, 2010.

CACLAK, I. A Alalac como auge da interação sul americana no século XX. **História: Debates e Tendências**, v. 12, n. 1, Passo Fundo, jan./jun. 2012.

CALDEIRA, N, C di. Brasil e Bolívia: fugas internacionais de escravos, navegação fluvial e ajustes de fronteira (1822-1867). **Fronteiras**, v.11, n.9, Dourados, jan/jun, 2009.

CAMARGO, S, de. Mercosul: crise de crescimento ou crise terminal? **Lua Nova**, v.68, São Paulo, 2006.

CAMARGOS, M, A. Reflexões sobre o cenário econômico brasileiro na década de 90. XXII Encontro Nacional de Engenharia de Produção, **Anais...** Curitiba, 2002.

CANDE, A, W. Relações Brasil -Argentina: uma análise dos avanços e recuos. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v.48, n.1, Brasília, 2005.

CANDIA, F; ANTELO, E. Políticas sectoriales para promover la competitividad en Bolivia. In: **Políticas Sectoriales en la Región Andina**. Corporación Andina de Fomento, La Paz, 2005.

CANDIDO, J, E, P. **Sabores de Foz: do produtor a sua mesa - um estudo sobre a alimentação entre agricultores familiares em Foz do Iguaçu**. Trabalho de Conclusão de Curso, 2015. Universidade Federal da Integração Latino Americana, Foz do Iguaçu, 2015.

CAMPOS, H, A. **O papel estratégico de cidades gêmeas no controle de mercadorias em regiões de fronteira no contexto do MERCOSUL: Uruguiana (BRA) e Paso de los Libres (ARG)**, 2013.

CARDIN, E, G. 2006. **Sacoleiros e “laranjas” na tríplice fronteira: uma análise da precarização do trabalho no capitalismo contemporâneo**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) 2006. Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2006.

_____, E, G. Globalização e desenvolvimento regional na Tríplice Fronteira. **Ciências Sociais Unisinos**, v.45, n.2. São Leopoldo, 2009.

CARDOSO, E, L, et al. Os solos e aptidão agrícola das terras dos assentamentos rurais no município de Corumbá, MS. Congresso Brasileiro de Ciência do Solo, **Anais...** Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 1995.

CARVALHO, E, G de. Inovação tecnológica na indústria mineral: características e evolução recente. **Economia e Sociedade**, v.11, n.2, São Paulo, 2008.

CARVALHO, M, L; PEREIRA, P, ALMEIDA, P. O incentivo fiscal as exportações gaúchas durante a Primeira República. In: TARGA, L, R (org.) **Breve inventário de temas do Sul**. Porto Alegre: FEE, 1998.

CASTILHO, M, R. **O acesso das exportações do Mercosul ao mercado europeu**. Texto para discussão n. 851, IPEA, Rio de Janeiro, 2001.

CATAIA, M. A relevância das fronteiras no período atual: unificação técnica e compartimentação política dos territórios. **Scripta Nova**, v. XI, n.245, Barcelona, 2007.

CATÃO, R, F. A história da dualidade brasileira e a constituição do setor elétrico no país. **Geografia em Atos**, n.8, v.2, Presidente Prudente, 2008.

CAVALCANTI, M, L. **Consequências da crise Brasil-Bolívia para o mercado brasileiro de gás natural**. Recife: O Autor, 2014.

CERVO, A, L. O Brasil na atual ordem mundial. **Autral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, v.1, n.2, Porto Alegre, 2012.

CÉSAR, G. **Origens da Economia Gaúcha: O boi e o poder**. Porto Alegre: Corag, 2005.

CÉSAR, G, R, C de. Integração produtiva Paraguai-Brasil: novos passos no relacionamento bilateral. **Boletim de Economia e Política Internacional**, n. 22, Rio de Janeiro, jan./abr, 2016.

CIC – Comité Intergubernamental Coordinador de los Países de la Cuenca del Plata. A **La Cuenca del Plata: Información General**. Buenos Aires, 2004. Disponível em: < http://cicplata.org/pt/index/?id=lc_infogen#lcdp >. Acesso em 04 de agosto de 2013.

CHELALA, S et al. Percepción individual sobre el origen y el impacto de las cuasimonedas: el caso de corrientes. **Observatorio Iberoamericano del Desarrollo Local y la Economía Social**, n. 15, Málaga, 2013.

CHELOTTI, M, C. Produção desigual do espaço e dinâmica regional da agropecuária na Campanha Gaúcha (Brasil). **Observatorium**, v.2, n.6, Uberlândia , abr, 2011.

_____,M, C; BEZZI, M, L. **Perspectivas da cadeia produtiva do arroz irrigado no sudoeste do Rio Grande do Sul**. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericatina.org> . Acesso em 14 de janeiro de 2015.

CHOLLEY, A. Observações sobre alguns pontos de vista geográficos. **Boletim Geográfico**, n. 179 e 180, Rio de Janeiro, 1964.

COELHO, K, N, de B. **Influências urbanas nas cidades fronteira: o caso de Uruguaiana (BR) e Paso de Los Libres (AR)**. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) 2008, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

_____, K, N, de B. **Manifestações de Fronteira no Espaço Urbano nas Cidades Gêmeas da Fronteira Platina**. Tese (Doutorado em Urbanismo) 2014. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

COLANTUONO, A, F. **Internacionalização de empresas produtoras de insumos básicos de países em desenvolvimento: análise das indústrias de aço e de cimento**. Dissertação (Mestrado em Economia) 2009, Universidade Estadual de São Paulo, Araraquara, 2009 .

COLODEL, J, A. **Obrages & companhias colonizadoras**. Cascavel: Assoeste, 1988.

_____, J, A. **Obrages & companhias colonizadoras: Santa Helena na história do oeste paranaense até 1960**. Santa Helena: Prefeitura Municipal, 1992.

COLVERO, R, B. **Negócios na madrugada: o comércio ilícito e a expansão da economia no extremo oeste (1850-1870)**. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural) 2003, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2003.

_____, R, B; SOARES, L, F, M. Uruguaiana: a estância como fronteira. **Estudios Historicos**, n.3, Uruguai, dez, 2009.

CONAB, **Acompanhamento da safra brasileira**. Grãos, Brasília, v. 1. n.3, 2014.

CONSTRUYENDO SANTA CRUZ: El modelo de desarrollo cruceño. Camara de la Construcción de Santa Cruz. Santa Cruz de la Sierra, 2011.

CONTE, C, H. **Foz do Iguaçu na Rede de Cidades.** Dissertação (Mestrado em Geografia) 2012. Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2012.

CONTRI, A, L. Uma avaliação da economia brasileira no Governo Dilma. **Indicadores Econômicos.** FEE, v. 41, n. 4, Porto Alegre, 2014.

CORBELLINI, E. C. **La Revolución de Mayo y sus antecedentes desde las invasiones inglesas.** Buenos Aires: Lajouane, 1950.

CORRÊA, R, L. Posição geográfica das cidades. **Cidades .** v1, n.2, São Paulo, 2004.

CORRÊA, L, S. **História e fronteira:** o Sul de Mato Grosso, 1870-1920. Campo Grande: Editora UCDB, 1999.

_____, L, S; BRAZIL, M do C. Escravos: conflitos e violência em Corumbá. **História,** v.10, São Paulo, 1991.

CORSETTI, B. **Estudo da charqueada gaúcha no século XIX.** Dissertação (Mestrado em História) 1983. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1983.

CORSI, F, L. A conjuntura e a política econômica no governo Dilma (2011-2014). In: CORSI, F, L; CAMARGO, J, M; SANTOS, A, dos (orgs). **Conjuntura econômica e política brasileira e argentina.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.

COSTA, J, A da. As relações bilaterais Brasil-Paraguai e a problemática dos “brasiguaios”. **Revista Habitus ,** v. 7, n. 1, Rio de Janeiro, jul. 2009.

COSTA, E, A da. Mobilidade e fronteira: as territorialidades dos jovens de Corumbá, Brasil. **Revista Transporte y Territorio,** v. 9, Buenos Aires, 2013.

_____, E, A da. Conflito pelas Terras e pelas Águas: Notas das Relações entre Mineradoras e Proprietários Rurais em Corumbá. **GEOgraphia,** v. 15, n. 30, Rio de Janeiro, 2014.

COSTA, G, V, L da. Esquemas de fronteira em Corumbá (MS): Negócios além do legal e do ilegal. **Dilemas,** v.7, n.2, Rio de Janeiro, 2014.

_____, G, V, L da. Os bolivianos em Corumbá – MS: conflitos e relações de poder na fronteira. **Mana,** v.21, n.1, Rio de Janeiro, 2015.

CROCETTI, Z, S. **Evolução sócio espacial do Paraná (estudos sobre geografia econômica do Paraná).** Dissertação (Mestrado em Geografia) 2007. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

_____, Z, S. **Formação sócio espacial do Paraná.** Tese (Doutorado em Geografia) 2012. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2012.

CRUZ, P, R, D, C. Notas sobre o financiamento de longo prazo na economia brasileira do após-guerra. **Economia e Sociedade**, v. 3, n. 5, Campinas, 1994.

CURADO, M. Uma avaliação da economia brasileira no Governo Lula. **Revista Economia & Tecnologia**, v. 7, Curitiba, 2011.

CURY, M, J, F. **Territorialidades Transfronteiriças do Iguassu (TTI)**: interconexões, interdependências e interpenetrações nas cidades da tríplice fronteira – Foz do Iguaçu (BR), Ciudad del Leste (PY) e Puerto Iguazú (AR). Tese (Doutorado em Geografia) 2008, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

CYMBALISTA, R; XAVIER, I, R. A comunidade boliviana em São Paulo: definindo padrões de territorialidade. **Cadernos Metrópole**, n.17, São Paulo, 2007.

DA ROSA MARTINS, C, E. O Brasil e a dimensão econômico-social do governo Lula: resultados e perspectivas. **Revista katálysis**, v. 10, n. 1, Florianópolis, 2008.

DAL PRÁ, K, R; FERMIANO, S. A diversidade ética e política na garantia e fruição do direito à saúde nos municípios brasileiros da linha da fronteira. **Caderno Saúde Pública**, v. 23, n. 2, São Paulo, 2007.

DAMICO, F. O Programa Minha Casa, Minha Vida e a Caixa Econômica Federal. In: COSTA, J, C et al. **O desenvolvimento econômico brasileiro e a Caixa**: trabalhos premiados. Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento/ Caixa Econômica Federal, Rio de Janeiro, 2011.

DANTAS, A. **Capacitação tecnológica de fornecedores em redes de firmas**: o caso da indústria do petróleo offshore no Brasil. Tese (Doutorado) 1999, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

DANTAS, A, JABBOUR, E. Transformações regressivas e a presente transição brasileira em Ignacio Rangel. **Geosul**, v.31, n.61, Florianópolis, 2016.

D'AVILA, M de. **A ponte internacional Brasil-Argentina**: limites e possibilidades da política de boa vizinhança. Dissertação (Mestrado em História) 1994, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1994.

DERRUAU, M. **Geografia Humana I**. Portugal: Editorial Presença, 1964.

DE TOLEDO, J, E, C. Risco Brasil: o efeito-Lula e os efeitos-Banco Central. **Revista de Economia Política**, v. 22, n. 3, São Paulo, 2002.

DIAS, M, H. **O Rio Grande do Sul no circuito comercial platino**: permanência ou desarticulação durante a 1º República? Dissertação (Mestrado em História), 1996, Universidade do Vale do Rio do Sinos, São Leopoldo, 1996.

DIAS, H, P. Migração rural de Uruguaiana a partir da modernização da agricultura: caso das vilas de São Marcos e Barragem Sanchuri. **Revista da FZVA**, v. 4, n. 1, Uruguaiana, 1997.

DÍAZ-ALEJANDRO, C, F. A América Latina em depressão: 1929/39. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 10, n. 2, Rio de Janeiro, 1980.

DIECKOW, L, M. La profesionalización del sector turístico en Misiones. valoración y necesidad de mejor. VI Congreso Latinoamericano de Investigación Turística. **Anais..**, Neuquén, 2013.

DIETZ, C, I. **Cenários contemporâneos da Fronteira Brasil - Argentina**: as infra-estruturas estratégicas e o papel dos atores no processo de cooperação/integração transfronteiriça. Dissertação (Mestrado em Geografia) 2008, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

DORFMAN, A; ROSES, G, T, B. **Regionalismo fronteiriço e o acordo para os nacionais fronteiriços Brasileiros Uruguaios**. In: OLIVEIRA, T, C, M de (org.). Campo Grande: Ed. UFMS, 2005.

DORNELES, L, L. Guerra Farroupilha: considerações acerca das tensões internas, reivindicações e ganhos reais do decênio revoltoso. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v.2, n.4, São Paulo, dez, 2010.

DREYFUS, P. La Triple Frontera: zona de encuentros y desencuentros. In: HOFMEISTER, W.; ROJAS, F.; SOLIS, J. G. (Org.). **La percepción de Brasil en el contexto internacional**: perspectivas y desafíos. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung, 2007.

DUNKERLEY, J. **Rebellion in the veins**: Political struggle in Bolivia – 1952/1982. New York: Verso Books, 1984.

EGLER, C, A, G. As escalas da economia: uma introdução a dimensão territorial da crise. **Revista Brasileira de Geografia**, n.53, v.3, Rio de Janeiro, jul/set, 1991.

EMBRAPA. **Considerações sobre a saída de bovinos do município de Corumbá**. Circular técnica, Corumbá, 1981.

_____. **Arroz e Feijão**. Circular técnica, n.67. Goiânia, 2004.

EMBRATUR. **Anuário Estatístico**. Brasília, 2004.

_____. **Anuário Estatístico**. Brasília, 2016.

ESPÍNDOLA, C, J. **As agroindústrias da carne no sul do Brasil**. Tese (Doutorado em Geografia) 2002, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

_____,C, J. **Reestruturação Técnico-produtiva na cadeia de frango do Sul do Brasil**. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal8/Geografiasocioeconomica/Geografiaeconomica/17.pdf> . Acesso em 23 de junho de 2015.

_____,C, J. Notas sobre as recentes exportações brasileiras de commodities agropecuárias. **Revista Princípios**, n. 125, São Paulo, 2013.

_____, C, J. A Dinâmica recente do Brasil no mercado mundial de alimentos. VII Congresso Brasileiro de Geógrafos. **Anais...**, Vitória, 2014.

_____, C, J. Mudança técnica na cadeia mercantil de carne suína no Brasil. **CaderNAU**, v.5, n.1, Rio Grande, 2012.

ESPÍNDOLA, C, J; BASTOS, M, B ; SILVEIRA, M, R. Ignácio Rangel e a crise brasileira. **Revista Princípios**, n.84, São Paulo, 2004.

ESPÍNDOLA, J. Ligas Agrarias Cristianas: un movimiento contrahegemónico en Paraguay. **Revista de la Facultad** , n.14, Assuncion, 2008.

ESSELIN, P, M. **A pecuária bovina no processo de ocupação e desenvolvimento econômico do pantanal sul-mato-grossense (1830 – 1910)**. Dourados: Editora da UFGD, 2011.

FACHEL, J, P, G. **Revolução Farroupilha**. Pelotas: Editora da UFPEL, 2002.

FAGNANI, E. Política social e pactos conservadores no Brasil: 1964/92. **Economia e Sociedade**, n. 8, Campinas, 1997.

_____. Ajuste econômico e financiamento da política social brasileira: notas sobre o período 1993/98. **Economia e Sociedade**, n. 13, Campinas, 1999.

FARINA, B, N. **El último Supremo: la crônica de Alfredo Stroessner**. Asuncion : El Lector, 2003.

FARINATTI, L, A, E. Um campo de possibilidades: notas sobre as formas de mão-de-obra na pecuária (Rio Grande do Sul século XIX). **História Unisinos**, v. 8, São Leopoldo, ago/dez, 2003.

FEIJÓ, C, A; CARVALHO, P, G, M; ALMEIDA, J, S, G. **Ocorreu uma desindustrialização no Brasil**. São Paulo: IEDI, 2005.

FERNANDES, A, S. A reformulação da Doutrina de Segurança Nacional pela Escola Superior de Guerra no Brasil: a Geopolítica de Golbery do Couto e Silva. **Antíteses**, v. 2, n. 4, Londrina, , jul/dez, 2009.

FERNANDES, R, M, S da. A Guerra do Paraguai: um evento que se originou devido ao segundo ciclo de Kondratieff de 1843 a 1896. **Revista História em Reflexão**, v.5, n.10, Dourados, jul/dez, 2011.

_____, R, M, S da. Uma Breve História do Relacionamento entre Brasil e Bolívia e de seu Vínculo com Corumbá/MS (uma cidade fronteiriça): dos Projetos Geopolíticos as Interações de Fronteira. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, n.04, Málaga, 2013.

_____, R, M, S da. Levantamento do perfil do imigrante boliviano que cruza a fronteira. Nacionalismo, Luta de Classes e limites que se confundem. **Revista Geopantanal**, n.17, Corumbá, 2015.

FERRARI, C, A. **Dinâmica territorial na(s) fronteira(s):** um estudo sobre a expansão do agronegócio e a exploração dos brasiguaios no norte do Departamento de Alto Paraná – Paraguai. Dissertação (Mestrado em Geografia) 2009. Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2009.

FERRARI, M. As noções de fronteira em Geografia. **Perspectiva Geográfica**, v.9, n.10, Marechal Candido Rondon, 2012.

FERREIRA, A. Estado e economia no Brasil: 1930-1964. Fundamentos da construção de um capitalismo urbano-industrial periférico. **Revista de Ciências Sociais**, v. 36, n. 1, Fortaleza, 2005.

FERREIRA, L. P. **Curso de direito agrário**. São Paulo: Saraiva,1994.

FERREIRA, L,S dos. Considerações sobre o paradigma interpretativo de formação social. **Revista Geográfica da América Central**, Costa Rica, 2011.

_____,L, S dos. **Desenvolvimento econômico e questão nacional na Argentina**. Dissertação (Mestrado em Geografia) 2014. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

FIGUEIREDO, A, H. Crédito rural e mudança tecnológica no oeste do Paraná. **Revista Brasileira de Geografia**, v.54, n.2, Rio de Janeiro, abr/jun, 1992.

FIGUEIREDO, N, P de; COSTA, E, A da; PAULA, B, L de. Os elementos do espaço turístico da fronteira Brasil /Bolívia. **RA'EGA**, n.21, Curitiba, 2011.

FIGUEREDO,O, A, T; FILIPPI, E, E. O Paraguai e sua inserção econômica na globalização: o caso da soja. Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, **Anais...** Ribeirão Preto, jul, 2005.

FLÔRES, J, R, A. **A vila de São Borja (1834-1887) numa conjuntura de transição:** história sócio-econômica e geopolítica. Dissertação (Mestrado em História) 1996, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Canoas, 1996.

FONSECA, P, C, D. **RS: Economia e Conflitos Políticos na República Velha**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

_____, P, C, D. Sobre a intencionalidade da política industrializante do Brasil na década de 1930. **Revista de economia política**, v. 23, n. 1, São Paulo, 2003.

FONSECA, P. **Vargas: capitalismo em construção**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

FONTOURA, J, M. **Cooperativismo de crédito e microcrédito rural**. Porto Alegre: Ufrgs Editora, 2003.

FORNILLO, B. Proletariado minero, nacionalización económica y el reposicionamiento de la Central Obrera Boliviana. **Polis**, v.8, n.24, São Paulo, 2009.

FOUCHER, M. **Fronts et Frontières. Un tour du monde géopolitique**. Paris: Fayard, 1991.

FRANCO, S, C. A Campanha Rio Grandense. In: PRADO, A. et al (org). **Rio Grande do Sul: Terra e Povo**. Porto Alegre: Globo, 1964.

FREDERICO, S. As cidades do agronegócio na fronteira agrícola moderna brasileira. **Caderno Prudentino de Geografia**, n.33, v.1, Presidente Prudente, 2011.

FRESCA, T, M. Deslocamentos Pendulares na Região Metropolitana de Londrina: uma aproximação. **GeoUERJ**, n.23, v.1, Rio de Janeiro, 2012.

_____,T, M. Londrina como centro de gestão do território: uma discussão a partir de atividades privadas. **Geosul**, v.31, Florianópolis, 2016.

_____,T, M. Agentes que constroem o espaço urbano: discussão sobre pequenos construtores de casas. **Mercator**, v.12, n.4. Fortaleza, 2015.

_____,T, M. **Rede urbana, rede bancária e aspectos da topologia do sistema financeiro**. Seminário Internacional de Geografia e Finanças. Universidade de São Paulo, São Paulo, abr, 2016.

FURLAN,V; CARIOLA, L; GARCIA, D; HILGERT, N. Caracterización de los sistemas agroforestales familiares y estrategias de uso del ambiente en el Bosque Atlántico Argentino. **Gaia Scientia**, v. 9, n.3, Buenos Aires, 2015.

GALLERO, M, C; KRAUTSOFL, A. Proceso de poblamiento y migraciones en la provincia de Misiones (1881-1970). **Avá**, n.16, Posadas, dez, 2009.

GARCIA, D, S, da C. **Mato Grosso (1850-1889): uma província na fronteira do Império**. Dissertação (Mestrado em História Econômica), 2001, Unicamp, Campinas, 2001.

GARCIA, M, A. Dez anos de política externa. In: SADER, E. (org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo, 2013.

GASPAR, L, E. Terra, trabalho e trabalhadores: área rural e relações de trabalho em Foz do Iguaçu–Paraná. **Revista Vernáculo**, n. 34, Curitiba, 2014.

GAYOSO,A, Y; RECALDE, F, V. Los Procesos Territoriales del Paraguay Oriental entre 1990 y 2004. **Investigación Agraria**, v. 8, n. 1, Assuncion, 2013.

GENNAR, A, M. Globalização, neoliberalismo e abertura econômica no Brasil nos anos 90. **Pesquisa & Debate**, v. 13, n. 1, São Paulo, 2001.

GENTILI, P; OLIVEIRA, D, A. A procura da igualdade: dez anos de política educacional no Brasil. . In: SADER, E. (org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo, 2013.

GIANCOLA, S, I, et al. **Causas que afectan la adopción de tecnología en la ganadería bovina para carne de la provincia de Corrientes**: enfoque cualitativo. Serie Estudios socioeconómicos de la adopción de tecnología, n. 2, Buenos Aires: INTA, 2013.

GONÇALVES, J, S. Agricultura sob a égide do capital financeiro: passo rumo ao aprofundamento do desenvolvimento dos agronegócios. **Informações Econômicas**, v.35, n.4, São Paulo, 2005.

GOTTMAN, J. A urbanização e a paisagem americana: o conceito de megalópole. In: COHEN, S. B. (Org.). **Geografia humana nos Estados Unidos**, Rio de Janeiro: Fórum, 1970.

GRASEL, D. Brasil: Plano Real e a estabilização econômica inacabada. **Revista Informe GEPEC**, v. 9, Toledo, 2002.

GREGORY, V. **Os eurobrasileiros e o espaço colonial**: migrações no Oeste do Paraná, 1940-70. Cascavel: Edunioeste, 2002.

_____, V. Fronteiras e territórios: conquistas e explorações nos sertões do Mato Grosso e do Paraná. I Seminário Internacional dos Espaços de Fronteira. **Anais...** Marechal Candido Rondon, 2011.

GRIMSON, A. La fabricación cotidiana de la frontera política: un análisis de Posadas (Argentina)/Encarnación (Paraguay) y Uruguayana (Brasil)/Libres (Argentina). In: **Reunião da Latin American Studies Association**, Miami, 2000.

_____, A. **La nación e sus límites**. Contrabandistas y exilados en la frontera Argentina-Brasil. Barcelona: Ed Gedisa, 2003.

GUEIROS, F, A, M. **Ação estratégica e mudança institucional**: o caso do Pré-sal. Tese (Doutorado em Administração) 2011, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

GUBERMAN, M, C da. A Amazônia em discussão: problemas e realizações. **Revista Sures**, n. 3, Foz do Iguaçu, 2013.

GUIMARÃES, C. A dualidade brasileira de Ignácio Rangel. **Revista de Economia Política**, v. 14, n. 4, São Paulo, 1994.

GUTIÉRREZ, H. Donos de terras e escravos no Paraná: padrões e hierarquias nas primeiras décadas do século XIX. **História**, v. 25, n. 1, São Paulo, 2006.

HAESBAERT, R. (2013). **Regiões Transfronteiriças e redes Brasileiras no Mercosul**. Disponível em: <observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal8/Geografiasocioeconomica/Geografiaregional/04.pdf>. Acesso em 11 out.2016.

HAGE, J, A, A. **As Relações Diplomáticas entre Argentina e Brasil no Mercosul**: princípios de hegemonia, dependência e interesse nacional no tratado de Assunção. Curitiba: Juruá, 2004.

HERRLEIN, R, J. A transição capitalista no Rio Grande do Sul, 1889-1930: uma nova interpretação. **Economia e Sociedade**, v. 13, n. 1, Campinas, jan/jun, 2004.

HIRST, M. A **presença do Brasil na Bolívia**: diálogo político, vínculos econômicos e cooperação horizontal. Texto para Discussão, n. 1.869. Brasília: Ipea, set. 2013.

HOLLWEG, M,G. **Alemanes en el Oriente Boliviano**. Tomo II, Santa Cruz de la Sierra: Editorial Sirena Santa Cruz, 1997.

HULL, J. **Introdução aos mercados futuros e de opções**. Bolsa de Mercadorias & Futuros/Cultura, Curitiba, 1996.

IANNI, O. **O populismo na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

IBGE. **Censo Agrícola de 1960: Paraná – Santa Catarina**. Rio de Janeiro, 1967.

_____. **Censo Agrícola de 1960: Mato Grosso, Goiás**, Rio de Janeiro, 1967.

_____. **Censo Agropecuário – Paraná: 1970**. Rio de Janeiro, 1975

_____. **Censo Agropecuário – Mato Grosso, Goiás: 1970**. Rio de Janeiro, 1975

_____. **Censos Comercial e de Serviços – Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul: 1960**. v.4. Rio de Janeiro, 1967.

_____. **Censos Comercial e de Serviços – Mato Grosso, Goiás: 1960**. v.4. Rio de Janeiro, 1967.

_____. **Censo Comercial – Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul: 1970**. v.6. Rio de Janeiro, 1975.

_____. **Censo Demográfico – Brasil: 1940**. Rio de Janeiro, 1950.

_____. **Censos Demográfico e Econômicos – Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul 1950**. Rio de Janeiro, 1955.

_____. **Censos Demográfico e Econômicos – Mato Grosso, Goiás: 1950**. Rio de Janeiro, 1955.

_____. **Censo Demográfico – Paraná: 1960**. v.1. Rio de Janeiro, 1960.

_____. **Censo Demográfico – Brasil: 1970**. v.1. Rio de Janeiro, 1972.

_____. **Censo Industrial – Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul: 1960**. v.3. Rio de Janeiro, 1966.

_____. **Censo Industrial – Mato Grosso, Goiás: 1960**, v.3, Rio de Janeiro, 1966.

_____. **Censo Industrial – Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul**: 1960. v.4. Rio de Janeiro, 1973.

_____. **Censo Industrial – Mato Grosso, Goiás**:1960. v.4. Rio de Janeiro, 1973.

IPARDES. **Estudos dos efeitos econômicos e sociais da hidrelétrica de Itaipu sobre a região oeste do Paraná**. Curitiba, 1977.

_____. **Os Vários Paranás - oeste paranaense: o 3º espaço relevante**. Curitiba, 2008.

ISABELLE, A. **Viagem ao Rio do Prata e ao Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1949.

ITAIPU. **Resumo do Projeto Itaipu**. Curitiba, 1980.

_____. **Relatório anual**. Curitiba, 1990.

JARDIM, A, P. Reflexões sobre a mobilidade pendular. In: OLIVEIRA, L, A, P.; OLIVEIRA, A, T, R. (org). **Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

KLEIN, H, S. **Bolívia**: Do período pré-incaico à independência. São Paulo: Brasiliense, 1991.

KRAUTSOFL, E, M; GALLERO, M; PINI, C, M, H. **Colonización , inmigracion y etnicidad en la provincia de Misiones**, Argentina. UNaM, Posadas, 2010.

KRETSCHMER, R. Conflictos territoriales en las regiones de frontera em Paraguay Oriental. **Geografia em Questão**, v.4, n.2, Marechal Candido Rondon, 2011.

KUME, H; PIANI, G. A tarifa externa comum no Mercosul: avaliação e perspectivas. **Boletim de Economia e Política Internacional**, Ipea, n. 5, p. 17-26, jan/mar. 2011.

LAGEMANN, E. Imigração e industrialização. In: LANDO, A. M.; DACANAL, J. H.; GONZAGA, S. (orgs.). **RS: imigração e colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992.

LAMOSO, L, P. **A exploração de minério de ferro no Brasil e no Mato Grosso do Sul**. Tese (Doutorado em Geografia) 2001, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

_____, L, P. Dinâmicas produtivas da economia de exportação no Mato Grosso do Sul- Brasil. **Revista Mercator**, v. 10, n. 21, Fortaleza, 2011.

_____, L, P. Reflexões sobre a Corumbá do início do século XXI. In: MORETTI, E,C; BANDUCCI JUNIOR, A.(Org.). **Pantanal**: territorialidades, culturas e diversidade. 1ed.Campo Grande: Editora UFMS, 2012.

LAVARDA, T, B. **A iconografia da Guerra do Paraguai e o periódico Semana Ilustrada – 1865-1870**: um discurso visual. Dissertação (Mestrado em História) 2009. Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados, 2009.

LAYTANO, D, de. **Origem da propriedade privada no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1983.

LESBAUPIN, I, L; MINEIRO, A. **O desmonte da nação em dados**. Petrópolis: Vozes, 2002.

LÊNIN, V. I. **The Development of Capitalism in Russia**. Moscou: Progress Publishers, 1974 .

LENHARO, A. **Crise e mudança na frente Oeste de colonização**. Cuiabá: Imprensa Universitária, 1982.

LEONARDI, V. Violência e direitos humanos nas fronteiras do Brasil. Brasília: **Paralelo 15**, 2007.

LIMA, R, C. **Pequena História Territorial do Brasil**: sesmarias e terras devolutas. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1990.

LIMA, I,T,C. **Itaipu**: as faces de um mega projeto de desenvolvimento. Marechal Cândido Rondon: Germânica, 2004.

LIMA. L, M. **Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) do polo minero-industrial de Corumbá**. Rio de Janeiro: LIMA/COPPE/UFRJ, 2008.

LIMA, F, R, F, de. **Desenvolvimento regional na fronteira de Foz do Iguaçu/BR – Ciudad del Este/PY**. Tese (Doutorado em Geografia) 2011. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

LINHARES, M, Y; TEIXEIRA DA SILVA, F. **Terra Prometida**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1999.

LISBOA, M, T. **Aspectos da interdependência nas relações do Brasil com a Bolívia na questão energética (1930-2008)**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) 2011, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

LOPES, S. **O território do Iguaçu no contexto da marcha para oeste**. Cascavel: Edunioeste, 2002.

LUCIDIO, J, A, B. **A ocidente do Imenso Brasil**: as conquistas dos rios Paraguai e Guaporé (1680-1750), Universidade de Lisboa, Lisboa, 2013.

MACARREIN, O, F. et al. **La evolución ganadera de la provincia de Corrientes**. Universidad Nacional del Nordeste. Comunicaciones Científicas y Tecnológicas, Corrientes, 2006.

MACHADO, L, O. Limites, Fronteiras, Redes. In: STROHAECKER, T, et al. (Org.). **Fronteiras e Espaço Global**. Porto Alegre: AGB-Seção Porto Alegre, 1998.

_____, L, O. Limites e fronteiras: da alta diplomacia aos circuitos da ilegalidade. **Revista Território**, ano V, n.8, Rio de Janeiro, jan/jun, 2000.

_____, L, O. Estado, territorialidade, redes: cidades gêmeas na zona de fronteira sul-americana. In: SILVEIRA, M. L. (Org.). **Continente em chamas: globalização e territórios na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MACHADO, T, C, M. Os elos da integração: o exemplo da Fronteira Brasil-Bolívia. **Seminário de Estudos Fronteiriços**, Campo Grande: Editora da UFMS, 2009.

MAESTRI, M. **O Escravo Gaúcho: resistência e trabalho**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1989.

MAMBERTI, M, S; BRAGA, R. Arranjos produtivos turísticos e desenvolvimento local. Seminário internacional de desenvolvimento local na integração: estratégias, instituições e políticas, 2004. **Anais...** UNESP, Rio Claro, 2004.

MAMIGONIAN, A. Inserção de Mato Grosso ao mercado nacional e a gênese de Corumbá. **Geosul**, n. 1, Florianópolis, 1986.

_____, A. A geografia e a formação social como teoria e como método. In: SOUZA, M. A. A. de (Org.), **O mundo do cidadão um cidadão do mundo**, São Paulo: Hucitec, 1996.

_____, A. Kondratieff, ciclos médios e organização do espaço. **Geosul**, v.14, n.28, Florianópolis, jul/dez, 1999.

_____,A. Teorias sobre a industrialização brasileira. **Cadernos geográficos**, n. 2, p. 7, Florianópolis, 2000.

MANANAL, M; ARZENO, M. Territorio y poder em la globalizacion: disputas por la tierra em ela nordeste de Misiones, Argentina. **Revista Paraguaya de Sociologia**, n.138, ano 48, Assuncion, 2005.

MANETTA, A. **Dinâmica populacional, urbanização e ambiente na região fronteiriça de Corumbá**. Dissertação (Mestrado em Demografia) 2009. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

MANETTA, A; CARMO, R, L do. Integração Sócio-Econômica e Mobilidade Espacial da População na Região Fronteiriça de Corumbá a partir da década de 1990. XIV Encontro Nacional da ANPUR. **Anais...** Rio de Janeiro, 2011.

MANTEGA, G. **O modelo econômico brasileiro dos anos 90**. Relatórios Técnicos UFG, São Paulo, 2001.

MARQUES, R, M; MENDES, A. O social no governo Lula: a construção de um novo populismo em tempos de aplicação de uma agenda neoliberal. **Revista de Economia Política**, v. 26, n. 1, São Paulo, 2006.

MARQUES, P. V; MELLO, P. C de; MARTINES, J, G. **Mercados Futuros e de Opções Agropecuárias**. Série Didática nº D-129, Departamento de Economia, Administração e Sociologia da Esalq/USP, Piracicaba, 2006.

MARTINE, G; BESKOW, P. R. O modelo, os instrumentos e as transformações na estrutura de produção agrícola. In: MARTINE, G; GARCIA, R. C. (Orgs.), **Os Impactos Sociais Da Modernização Agrícola**, São Paulo, 1987.

MARTINS, A, R. **Fronteiras e Nações**. São Paulo: Contexto, 1997.

MARTINS, J. R. V; SILVA, C. A. Políticas sociais e participação social: a constituição de uma esfera pública regional no Mercosul. **Boletim de Política e Economia Internacional**, n.5, Brasília, 2011.

MARX, K. O método da economia política. In: **Contribuição da crítica à economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

_____, K. **Capítulo VI inédito de O capital**. São Paulo: Editora Moraes, 1985.

_____, K; ENGELS, F. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Hucitec, 1986.

MATTOSO, J. Dez anos depois. In: SADER, E. (org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MATTOS, C, M de. **Geopolítica e teoria de fronteiras: fronteiras do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1991.

MAX, C, Z. Desenvolvimento das economias locais de fronteira: as dissemetrias, as possibilidades de cooperação econômica e o papel das proximidades organizacionais. **Revista OIDLES**, v.2, n.5, Málaga, dez, 2008.

MELLO, L, I, A. Brasil e Argentina em perspectiva. **Revista de História**, v.147, São Paulo, 2002.

MENDES, J, S dos. A Participação de Caxias na Revolução Farroupilha: Evolução dos anos de 1842-1843. Congresso Internacional de História, **Anais...** Maringá, 2009.

MESQUITA, M. A política econômica do governo Dilma: a volta do experimentalismo. In: Coletânea de Capítulos “**Sob a Luz do Sol, uma agenda para o Brasil**”, CDPP. , 2014.

MIELITZ, C. G. A. **Modernização e diferenciação na bovinocultura de corte brasileira**. 1994. Tese (Doutorado em Economia) 1994, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 1994.

MINISTERIO DE ECONOMIA Y FINANZAS PUBLICAS. **Programa Autónoma de Competitividad del Norte Grande**. Conglomerado Bovino Correntino, Buenos Aires, 2011.

MIRANDA, S, H, G et al. A cadeia agroindustrial orizícola do Rio Grande do Sul. **Análise Econômica**, v. 27, n. 52, Porto Alegre, 2008.

MISOCZKY, M, C et al. **Gestão da atenção à saúde em territórios de fronteiras**: algumas constatações a partir de casos do estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Dacasa, 2004.

MIYAZAKI, V, K. **Um Estudo sobre o processo de aglomeração urbana**: Álvares Machado, Presidente Prudente e Regente Feijó Dissertação (Mestrado em Geografia) 2008, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008.

MONTEIRO, J, M. **Tupis, tapuias e historiadores**: estudos de história indígena e do indigenismo. Tese para o concurso de Livre Docência, apresentada ao Departamento de História da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

MORAES, A, S. **Pecuária e conservação do Pantanal**: análise econômica de alternativas sustentáveis – o dilema entre benefícios privados e sociais . Tese (Doutorado Economia), 2008 ,Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

MOURA, R. BRANCO, M, L, G; FIRKOWSKI, O, L, C, F de. Movimento pendular e perspectivas de pesquisas em aglomerados urbanos. **Perspectiva**. v.19 n.4, São Paulo, 2005.

MÜLLER, G. **Complexo Agroindustrial e Modernização Agrária**. São Paulo: Hucitec, 1989.

MURAKARA, F. Relações Brasil-Bolívia estão estagnadas. **Valor Econômico**: 2014. <http://www.valor.com.br/brasil/3726378/relacoes-brasil-bolivia-estao-estagnadas>. Acesso em: junho de 2015.

NASSIF, A. Há Evidências de Desindustrialização no Brasil? **Revista de Economia Política**, v. 28, n.1, São Paulo, 2008.

NUNES, E . Crise econômica e movimentos urbanos no Brasil. Seminário de Estudos Latino - Americanos, **Anais...** Porto Alegre, 1986.

NUNES, M. A. **Contrastes e convergências socioterritoriais na faixa de fronteira internacional oeste brasileira**: impactos das políticas contemporâneas. Tese (Doutorado em Geografia) 2013, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2013.

ODDONE, H. Cuatro hitos históricos de la dinámica poblacional y territorial de Paraguay Independiente. 4º Congreso Paraguayo de Población, **Anais...** Assuncion, 2011.

OJIMA, R. Fronteiras metropolitanas: um olhar a partir dos movimentos pendulares. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n.121, jul./dez. 2011.

OLIVEIRA, E, L de. **Divisão do trabalho e circuitos da economia urbana em Londrina – PR**. Tese (Doutorado em Geografia) 2009 – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

OLIVEIRA, M, G, de. **A Fronteira Brasil-Paraguai:** principais fatores de tensão no período colonial até a atualidade. Dissertação (Mestrado em Geografia) 2008. Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

OLIVEIRA, N, O; BARCELOS, T,M de. As áreas de fronteira na perspectiva da globalização: reflexões a partir do caso Rio Grande do Sul/Corrientes. **Ensaios FEE**, v.19, n.1, Porto Alegre, 1988.

_____. A fronteira na integração Latino-Americana: o caso de Uruguaiana. In: XX Encontro Anual da ANPOCS. **Anais...**Caxambu, 1996.

OLIVEIRA, T. C. M. **Uma fronteira para o pôr-do-sol:** um estudo geoeconômico sobre uma região de fronteira. Campo Grande: Editora UFMS, 1998.

_____,T, C, M de. Tipologia das relações fronteiriças: elementos para o debate teórico-práticos. In: OLIVEIRA, T, C, M de (org.) **Territórios sem limites:** estudos sobre fronteiras. Campo Grande: Ed. UFMS, 2005.

_____,T. C. M. “**Os elos de integração:** O exemplo da fronteira Brasil-Bolívia”. In: COSTA, E. A & OLIVEIRA, M. A. M (Org.). Seminário de Estudos Fronteiriços. Corumbá: UFMS, 2009.

_____,T, C, M de; HIGA, T, C, C, S de; PAIXÃO, R, O; MOURA, R; CARDOSO, N, A. Cidades de fronteiras e a rede urbana. In: **Dinâmica urbano-regional, rede urbana e interfaces.** PEREIRA, R, H, M; FURTADO, B, A (org.). Brasília: IPEA, 2004.

_____,T, C, M; ESSELIN, P, M. Localizando as condições pretéritas e as relações correntes na complexa fronteira Brasil-Bolívia. **Geosul**, v. 30, n. 60, Florianópolis, jul./dez. 2015.

OLIVEIRA, T, K de. Formação e reprodução de espacialidades rurais no extremo oeste da América Portuguesa (1719 – 1748). XXIV Simpósio Nacional de História, **Anais...** São Leopoldo, 2007.

OPERÉ, F. **La Argentina de Rosas.** Madri: Biblioteca virtual de Cervantes, 2011.

ORTIZ NETO, J, B; COSTA, A, J, D. A Petrobrás e a exploração de Petróleo Offshore no Brasil: um approach revolucionário. **Revista Brasileira de Economia**, v. 61, n. 1, São Paulo, 2007.

OTAZÚ, M, I; FERNANDEZ, C. **Propuesta de Reordenamiento Urbano de Paso de los Libres.** Acuerdo UNNE - Municipalidad de Paso de los Libres. Corrientes, 2003.

PAIXÃO, R, O. **Turismo na fronteira:** identidade e planejamento de uma região. Campo Grande: Ed. UFMS, 2006.

PASO, L. **Historia del origen de los partidos politicos en la Argentina (1810-1918).** Buenos Aires: Editorial Cartago, 1974.

- PASTORE, C. **La lucha por la tierra en el Paraguay**. Montevideú: Antequera, 1972.
- PELÁEZ, C, M. **O cruzado e o austral: análise das reformas monetárias do Brasil e da Argentina**. São Paulo: Editora Atlas, 1986.
- PELEGRINNI, E. **Paso de los Libres: crônicas y ensayos**. Buenos Aires: Ed. Lopez Libreros, 1974.
- PEITER P. **A Geografia da Saúde na Faixa de Fronteira Continental do Brasil na Passagem do Milênio**. Tese (Doutorado em Geografia) 2005, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.
- PEREIRA, O, D. **Itaipu: pros e contras**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- PEREIRA, R, M, F, A, do. Origens das formações sociais latino – americanas: notas. EGAL, **Anais...2012**. Disponível em: <http://www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomicas/Geografiaespacial/09.pdf>. Acesso em junho de 2014.
- _____, R, M, F, A, do. Formação sócio-espacial do litoral de Santa Catarina (Brasil): gênese e transformações recentes. **Geosul**, v.18, n.35, Florianópolis, jan/jun, 2003.
- PERES, R, G. **Mulheres na fronteira: a migração de bolivianas para Corumbá/MS**. Tese (Doutorado em Geografia) 2009. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.
- _____, R, G. Presença boliviana na construção de Corumbá – Mato Grosso do Sul: espaço de fronteira em perspectiva histórica. In: BAENINGER, R (org). **Imigração Boliviana no Brasil**. Fapesp, CNPQ, Unfpa, 2012.
- PESAVENTO, S, J. **República Velha Gaúcha: charqueadas, frigoríficos, criadores**. Porto Alegre: movimento/IEL, 1980.
- _____, S, J. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992.
- PFRIMER, M. H. Heartland Sul-americano? Dos discursos geopolíticos à territorialização de um novo triângulo estratégico boliviano. **Geosp**, n. 29, São Paulo, 2011.
- PIQUET, R; MIRANDA, E. A indústria de gás no Brasil: incertezas, implicações territoriais e perspectivas. **Novos Cadernos NAEA**, v. 12, n. 1, Belém, jun/ 2009.
- PIMENTEL, F. **Aspectos gerais de Uruguiana**. São Paulo: Livraria Continente, 1942.
- PIRES, M, C. “Não fala grosso com a Bolívia e não falo grosso com os EUA”: A política externa brasileira no contexto das eleições presidenciais de 2014. In: SADER, E. **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

PONT, R. **Campos realengos: formação da fronteira sudoeste do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Renascença, 1983.

PRADO, F, H. **Grupos de pressão: teoria e prática, o caso Foz do Iguaçu.** Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção) 2003. Universidade Federal de Santa Catarina Florianópolis, 2003.

PRADO JÚNIOR, C. **História econômica do Brasil.** São Paulo: Editora Brasiliense, 2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU. **Plano de desenvolvimento integrado e diagnóstico municipal (PDI – DM).** Foz do Iguaçu, 1972.

_____. **Seminário de Planejamento e Desenvolvimento.** Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento, 1982.

_____. **Anuário Estatístico 1990.** Foz do Iguaçu, 1992.

PRESTES, A, L. **A Coluna Prestes.** São Paulo: Paz e Terra, 1997.

PPAS. **Recorriendo los Municipios del Corredor Bioceánico.** PUERTO SUÁREZ: pasado y presente. Santa Cruz de la Sierra, 2011.

PUEYRREDÓN, C, A. **1810: La revolución de mayo según amplia documentación de la época.** Buenos Aires: Ediciones Peuser, 1953.

QUEIROZ, M, I, P. Pecuária e vida pastoril: sua evolução em duas regiões brasileiras. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n.19, São Paulo, 1977.

QUEIROZ, P, R, C. Uma esquina nos confins do Brasil: o Sul do Mato Grosso Colonial e suas vias de comunicação (projetos e realidades). **Fronteiras**, v.11, n.19, Dourados, 2009.

QUINTIN, R. Los sin tierra en Paraguay: conflictos agrarios y movimiento campesino. **CLACSO**, Buenos Aires, 2003.

RABOSSI, F. **Nas ruas de Ciudad Del Este: vidas e vendas num mercado de fronteira.** Tese (Doutorado em Antropologia) 2004, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

_____, F. Negociações, associações e monopólios: a política da rua em Ciudad del Este (Paraguai), **Etnográfica**, v.15, n.1, Lisboa, 2011.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder.** São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS, M, L. ¿ El o los campos? Tipología de explotaciones agropecuarias arroceras de la Provincia de Corrientes en la Argentina. **Revista de estudios regionales y mercado de trabajo**, n. 4, Corrientes, 2008.

RAMOS, M. Robson Andrade: “**O Paraguai é uma oportunidade**”. Época, 1o abr. 2014.

RANGEL, I. A história da dualidade brasileira. **Revista de Economia Política**, v.1, n.4, São Paulo, out/dez 1981.

_____, I. **Economia**: milagre e anti-milagre. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

_____, I. As crises gerais. **Revista de Economia Política**, v. 12, n. 2, São Paulo, 1992.

_____, I. **Obras reunidas**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

_____, I. 500 anos de desenvolvimento da América e do Brasil. **Geosul**, n.15, Florianópolis, 1993.

_____, I. A quarta dualidade. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 20, n. 1, Porto Alegre, 1992.

RASCOVAN, A. La integración Regional en espacios globalizados de frontera: Paso de los Libres/Uruguaiana. V Congreso Latinoamericano de Ciencia Política. **Anais...** Buenos Aires, 2010.

REOLON, C, A. A Aglomeração urbana internacional de Foz do Iguaçu/Brasil: uma aproximação através da análise da migração pendular. **AGIR**, ano.1, v.1, Portugal, 2013.

RIBEIRO, M, F B. **Memórias do concreto**: vozes na construção de Itaipu.Cascavel: Edunioeste, 2002.

RIVERA, E. **Jose Hernandez y la Guerra del Paraguay**. Buenos Aires: Colihue, 2007.

RODRÍGUEZ, L, R; BLACHA, L, E. **El Biopoder en la colonización yerbatera de Misiones (Argentina: 1926-1953)**. Sociedade Española de Historia Agraria – Documentos de Trabajo, n.13, v.8, Buenos Aires, dez, 2013.

ROSEIRA, A. M. **Foz do Iguaçu**: cidade – rede sul americana. Dissertação (Mestrado em Geografia) 2006. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

SALES, T, R. Um Conflito Anunciado: o cenário sul – americano as vésperas da Guerra do Paraguai. XII Encontro Regional de História ANPUH. **Anais...** Rio de Janeiro, 2006.

SALINAS, R, T. **Evolución de la población y fuerza de trabajo en Bolivia: 1950/1976**. Instituto de Investigaciones Socio Económicas. Documento de Trabajo n.9/79, Buenos Aires, fev, 1979.

SANDRONI, P. **Dicionário de Economia do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, n.54, São Paulo, jun,1977.

_____, M. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

_____, M. **Espaço e Sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1982.

_____, M. **Espaço e capital**: o meio técnico-científico. Espaço e Método. São Paulo, 1985.

_____, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____, M. Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial. **Revista Território**, v. 4, n. 6, Rio de Janeiro, 1999.

SANTOS, M; SILVEIRA, M, L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS JUNIOR, A, O. **O espaço turístico na fronteira do Brasil (Corumbá – MS) com a Bolívia**. Dissertação (Mestrado em Estudos Fronteiriços) 2010, UFMS, Corumbá, 2010.

SANTOS, R, L et al. Qualidade física de um Latossolo Vermelho sob sistemas de integração lavoura-pecuária no Cerrado. **Pesquisa Agropecuária Brasileira**, v. 42, n. 6, São Paulo, 2007.

SANTAGADA, S. A situação social do Brasil nos anos 80. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 17, n. 4, Porto Alegre, 1990.

SCHAFFER, N. Pesquisa do Rio Grande do Sul. Morador e moradia em periferia e cidade de fronteira: Condições socio-econômicas em vilas de Santa Ana do Livramento. Seminário Integraclón Latinoamericana y território, **Anais...** Bueno Aires 1991.

SCHALLER, E, C. **El proceso de distribución de la tierra em la provincia de Corrientes (1588-1895)** In: Anuario del CEH, n.1, Resistencia, 2001.

SCHALLEMBERGER, E; SCHNEIDER, I, E. Migração, inserção produtiva e urbanização da fronteira agrícola: um estudo sobre a região oeste do Paraná (1940 a 2000). **Tempo da Ciência**, v.15, n. 29, Toledo, jan/jun. 2008.

SCHIAVONI, G. Agricultura familiar y diferenciación social en la frontera de Misiones. **Ruralia**, Posadas, 1993.

SCHIMMELPHENG, O. **Retrospectos Iguazuenses**. Foz do Iguaçu: Tezza, 1991.

SCHWEIG, C. Histórico das relações de integração econômica entre Brasil e Argentina e suas influências na configuração e no futuro do Mercosul. 5ème colloque de l'IFBAE – Grenoble, 18 et 19. **Anais...** Grenobla, 2009.

SCHUTTE, G, R. **Panorama do Pré-Sal**: desafios e oportunidades. Brasília: IPEA, 2012.

SEITENFUS, R, A, S, da. A cooperação argentino-brasileira: significado e perspectivas. **Lua Nova**, n.18, São Paulo, 1989.

SENA, D, M de. Trabalhadores livres no “baixo Paraguai” do Império do Brasil. **Fronteiras**, v.12, n.22, Dourados, 2010.

_____, D, M de. O cotidiano de estrangeiros num lugar cosmopolita: Corumbá, 1870-1881. **Saeculum**, v.27, João Pessoa, jul/dez, 2012.

SENA, E, C, de. Dos tratados: forjando fronteiras, elaborando nações (Bolívia e Brasil: época colonial – 1867). In: 9º Anphlac. **Anais...** Goiânia, 2010.

_____, E, C, de. Fugas e reescravizações em região de fronteira – Bolívia e Brasil nas primeiras décadas dos Estados nacionais. **Estudos Ibero – Americanos**, v.39, n.1, Porto Alegre, jan/jun, 2013.

SERENI, E. La categoria de formación económico-social. **Cuadernos de Passado y Presente**, n. 39, Córdoba, 1976.

SERRES, H, S. Organização Geopolítica da Região do Povo da Cruz: O Itaqui de 1629 à 1801. **Estudios Historicos**, ano 2, n.4, Uruguai, mar, 2010.

SHAFFER, N, O. Projetos de integração regional e o conceito de fronteira. **Boletim gaúcho de Geografia**, v.18, n. 5, Porto Alegre, 1991.

SILVA, L, P, B da. Cadeias produtivas em zona de fronteira: Corumbá (MS) e Puerto Suarez (BOL). In: XVI encontro Nacional dos Geografos, **Anais...** Porto Alegre, 2010.

_____, L, P, B da. **A Geografia das cidades gêmeas de Corumbá (Brasil) e Porto Suarez (Bolívia):** interações espaciais na zona de fronteira Brasil-Bolívia. Dissertação (Mestrado em Geografia) 2012, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

SILVA, H, M. Teuto-Brasileiros do Oriente Paraguaio: alguns apontamentos sobre as condicionantes históricas da formação de uma fronteira de caráter binacional. **Diálogos**, v.9, n.3, Maringá, 2005.

SILVA, L, H, A, de. **Comércio na Fronteira Brasil-Bolívia em Corumbá, MS:** um estudo sobre a Feira BrasBol. Dissertação (Mestrado em Estudos Fronteiriços) 2010, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá, 2010.

SILVA, L, O. As leis agrárias e o latifúndio improdutivo. **São Paulo em Perspectiva**, v. 11, n. 2, São Paulo, 1997.

SILVA, G, C do. **Conjuntura política nacional:** o poder executivo e geopolítica do Brasil. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1981.

SILVA, R, A, A do. **Brasil-Paraguai:** marcos da política pragmática na reaproximação bilateral, 1954-1973: um estudo de caso sobre o papel de Stroessner e a importância de

Itaipu. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), 2006, Universidade Nacional de Brasília, 2006.

SILVA, M, A da. A categoria de formação sócio-espacial e a questão regional: uma aproximação com Gramsci. Egal, **Anais...** 2012. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiaregional/11.pdf>

_____, M, A da. **Gênese e dinâmica competitiva da indústria de equipamentos elétricos do Sul do Brasil.** Tese (Doutorado em Geografia), 2005. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

SILVA, J, S, da; MORO, N, D. No limiar das fronteiras físicas e políticas. II Simpósio de Pós – Graduação em Relações Internacionais, São Paulo, **Anais...** Novembro, 2009. Disponível em: <http://www.unesp.br/santiagodantassp>. Acesso em 08 de dezembro de 2013.

SILVA, S, A da. **Costurando sonhos: trajetória de um grupo de imigrantes bolivianos em São Paulo.** São Paulo: Paulinas, 2007.

_____, S, A da. "Bolivianos em São Paulo: entre o sonho e a realidade." **Estudos avançados**, n. 20, São Paulo, 2007.

SILVA, A, I, da; ABREU, S, da. Proposta de diversificação da matriz energética: o caso da implantação do duto Campo Grande-Dourados do Gasoduto Bolívia/Brasil como alternativa para o suprimento em caso de Déficit energético na microregião de Dourados. X Encontro de Geógrafos da América Latina, **Anais...** São Paulo, 2005.

SILVEIRA, F, M, P. **Formação sócio-espacial da fronteira oeste gaúcha:** da gênese a atualidade (2008). Monografia (Bacharelado em Geografia) UFSC, Florianópolis, 2008.

SILVEIRA, M, R. **Estradas de ferro no Brasil:** das primeiras construções às parcerias público-privadas. Rio de Janeiro: Interciência, 2007.

SOARES, F, C. **Santa Thereza:** um estudo sobre as charqueadas da fronteira Brasil – Uruguai. Dissertação (Mestrado em Integração Latino-americana) 2006. Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2006.

SOARES, M, A. **Uruguaiana:** um século de história (1843 -1943). Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, 1942.

SOLER, L. La familia paraguaya: transformaciones del Estado y la nación de López a Stroessner. In: WALDO, A (org.). **La democracia em América Latina:** um barco a la deriva. Buenos Aires: Fondo de Cultura Economica , 2007.

SPERA, S, T; CARDOSO, E, L.; MACEDO, J, R de. **Sugestões para o uso e manejo de vertissolo nos projetos de assentamento da região não inundável de Corumbá/MS.** Corumbá: EMBRAPA-CPAP, 1993.

SOTUYO, P, C, G. **Segregação urbana:** estudo de caso das vilas de Itaipu. Dissertação (Mestrado em Geografia) 1998. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

SOUCHAUD, S. **Geografía de la migración brasileña en Paraguay.** Fondo de Población de las Naciones Unidas, Assuncion, 2007.

SOUZA, E, B, C . **A região do lago de Itaipu: as políticas públicas a partir dos governos militares e a busca da construção de um espaço regional.** Dissertação (Mestrado em Geografia) 1998. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

SOUZA, J, C de. **Sertão Cosmopolita:** tensões da modernidade de Corumbá (1872-1918). São Paulo: Alameda, 2008.

SOUZA, O, R, G. **Do conflito à cooperação internacional:** Relações Brasil/Bolívia. Campo Grande: UNIDERP, 2004.

SOUZA, N, A de. **Economia Brasileira Contemporânea:** de Getúlio a Lula. São Paulo: Atlas, 2007.

SOUZA, A, M; OLIVEIRA, I, T, M; GONÇALVES, S, S. **Integrações desiguais:** assimetrias estruturais e políticas de integração no Mercosul. Texto para discussão, n.1477, IPEA, Rio de Janeiro, 2010.

SOUZA, V, H, P de. Integração territorial no Mercosul: O caso da IIRSA/COSIPLAN. **Sociedade e Natureza**, v.27, n.1, Uberlândia, 2015.

SOUZA, C. Regiões metropolitanas: condicionantes do regime político. **Lua Nova**, v. 59, n. 2, São Paulo, 2003.

SOUZA, A, O de. **Distrito Industrial de Corumbá:** considerações preliminares acerca dos seus propósitos e “des” caminhos, 2000.

SOUZA, A, D, de. **Formação econômica e social de Foz do Iguaçu:** um estudo sobre as memórias constitutivas da cidade (1970-2008). 2008. Tese (Doutorado em História) 2009, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

SPRANDEL, M, A. **Brasiguaios:** conflito e identidade em fronteiras internacionais. Tese (Doutorado em Geografia) 1992, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992.

STEIMAN, R. **Áreas Protegidas nas Zonas de Fronteira Internacional da Amazônia.** Brasileira. Tese (Doutorado em Geografia) 2008. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

SUZIGAN, W. Notas sobre desenvolvimento industrial e política econômica no Brasil da década de 30. **Revista de Economia Política**, v. 4, n. 1, São Paulo, 1984.

TANZI, J; BISIO, R. **Clasificación y caracterización de las empresas arroceras de la Provincia de Corrientes.** INTA. CAP II. Corrientes, 1995.

TAVARES, F, L, F de. O que levou a Guerra do Paraguai? Interesses ingleses, questões territoriais ou o caráter autoritário de Solano López? **Hum**, v.5, n.1, Belo Horizonte, 2012.

TEIXEIRA, J. C. Modernização da agricultura no Brasil: impactos econômicos, sociais e ambientais. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, v. 2, n. 2, Três Lagoas, 2005.

TEIXEIRA, R, A; PINTO, E, C. A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico. **Economia e Sociedade**, v. 21, n. 4, Campinas, 2015.

TESSARI, G, R. Integração regional, fundos estruturais e estabilidade institucional no Mercosul: a criação do FOCEM. **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**, v.24, n.3, Araraquara, 2012.

TKACHUK, M; DOSSI, M. Dinamica de la producción ganadera argentina: analisis de variables intervinientes y de escenarios futuros. **Apuntes Agroeconómicos**, Buenos Aires, 2014.

TOLMASQUIM, M, T. O Brasil e o ciclo de Kondratieff e Juglar segundo a obra de Ignacio Rangel. **Revista de Economia Política**, v.11, n.4, São Paulo, out/nov, 1991.

TOMAZ, M. Fluxos migracionais entre Brasil e Bolívia: imigração irregular, causas, vítimas e políticas migratórias. **Universitas: Relações Internacionais**, v.8, n.1, Brasília, 2010.

TONELLI, J, O. **El Peabirú Chiquitano**. Santa Cruz de la Sierra: Editorial el País, 2007.

TORRES FILHO, E,T.O Gasoduto Brasil–Bolívia: Impactos Econômicos e Desafios de Mercado. **Revista do BNDES**, v. 9, n. 17, Rio de Janeiro, 2002.

TREGENNA, F."Characterizing deindustrialization: an analysis of changes in manufacturing employment and output internationally". **Cambridge Journal of Economics**, v.1. n.33, 2009.

TREPOWSKY, L. O.; MARTÍNEZ, C. R.; ROMERO, J. B. **Cadenas productivas brasileñas**: invirtiendo en Paraguay. Asunción: Ipie, 2014.

TROTSKY, L. **Histoire de la Révolution Russe**. Paris: Seuil, 1962.

TRUBILIANO, C, A, B; MARTINS JUNIOR, C. Rumo a brasilidade: Mato Grosso e a Marcha para o Oeste (1937-1945). História em movimento: caminhos, culturas e fronteiras. **Anais...** Campo Grande, 2007.

TURNER, F.J. **Oeste Americano**: quatro ensaios de história dos Estados Unidos da América. Niterói: EDUFF, 2004.

URQUIZA, E, Y. La inserción del ciudadano y las fronteras entre estado (s) nación (ES): una ciudadanía regional – transnacional en Misiones; **Nuevos Espacios. nuevos problemas. Los territorios nacionales**. Universidad Nacional de la Patagonia, Patagonia, 2008.

VALLE, V, M. O peso das relações inter-regionais com a União Européia em relação a outras alternativas de política externa do Mercosul. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 1, Brasília, 2005.

VALVERDE, O. **Estudos de geografia agrária brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1985.

VAZQUEZI, D, A; HOFLING, D, M de; CAJUEIRO, J, P, M de; MONFREDINI, M,I. Política econômica e política social no Brasil nos anos 1990: possibilidades, limites e condicionantes. **Economia e Sociedade**, v.13, n.2, Campinas, jul/dez, 2004.

VEIZAGA, J, R, A. La situación socioeconómica en la frontera con Brasil: las regiones del Chiquitania y Pantanal. **Revista Estudios Fronterizos**, v.2, n.2, Santa Cruz de la Sierra, jan/jun, 2012.

VIEIRA, M, G, E, D, de. Considerações a respeito do paradigma de formação sócio-espacial. EGAL, **Anais...** 2012. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Teoriaymetodo/GeografiahistoricaehistoriadelaGeografia/06.pdf>. Acesso em 04 de novembro de 2014.

VIEIRA, E, F. e RANGEL, S, S. **Geografia Econômica do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Sagra, 1993.

VILLALBA, C, A. **1810 – 2010 – BiCENTENARIO DE LA REVOLUCIÓN ARGENTINA**: Apuntes Históricos de Puerto Iguazú. Misiones, 2010.

VILLELA, A, M. O Tratado da Bacia do Prata. **Revista de Informação Legislativa**, ano 21, n. 81, Brasília, jan/mar, 1984.

VILLELA, A, V; SUZIGAN, W. **Política do governo e crescimento da economia brasileira**: 1889-1945, IPEA, INPES, Rio de Janeiro, 1973.

VILLALOBOS, R. **Hacia una estrategia de desarrollo campesino en el Paraguay**. Assuncion: Iica, 1992.

VIGEVANI, T; RAMANZINI, H. Autonomia e integração regional no contexto do Mercosul. Uma análise considerando a posição do Brasil. **Observatorio Social de América Latina**, ano XI, n.27, Buenos Aires, 2010.

VIGEVANI, T; SOARES S; SARAIVA, M, G. **Mercosul**: 20 anos. 2013. In:RESENDE e MALLMANN, São Paulo, 2013.

VIZENTINI, P, G, F. O Brasil, o Mercosul e a integração da América do Sul. **Revista de estudos e pesquisas sobre as Ámericas**, v.1, n.1, Brasília, 2007.

WACHOWICZ, R. C. **Obrageros, mensus e colonos: história do oeste paranaense**. Curitiba: Vicentina, 1987.

WAISBICH, L; POMEROY, M. O papel do Brasil no processo de integração do setor elétrico da América do Sul. In: CASTRO, N, V de. **Boa vizinhança? Relações Brasil-Bolívia e os desafios de uma parceria assimétrica**. Texto de discussão n.23, Rio de Janeiro, 2015.

WASSERMAN, C. Bolívia: história e identidade. In: ARAÚJO, H. V. de. (org). **Os Países da comunidade andina**, Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão/IPRI, 2004.

WILCOX, R, W. **Cattle ranching on the Brazilian frontier: tradition and innovation in Mato Grosso, 1870-1940**. Tese (PhD em História) – New York University, New York, 1992.

WONG-GONZALES, P. Alianzas estratégicas de regiones transfronterizas: cooperacion y conflicto en la frontera USA-Mexico. In: MASI, F; BORDA, D. **Economías Regionales y Desarrollo Territorial**, Assunción: CADEP, 2002.

YAHN FILHO, A, G. Aproveitamento hídrico na Bacia do Prata: entre conflitos e a cooperação (de 1966 a 1992). III Encontro da ANPPAS, **Anais...** Brasília, 2006.

YASNIKOWSKI, J. **Desarrollo, crecimiento y turismo en el Centro Internacional Iguazú**. Mestrado (Ciências Sociais) 2013. Universidad Nacional de Quilmes, 2013.

YOKOO, E. N. **Terra de negócio: estudo da colonização no oeste paranaense**. Dissertação (Mestrado em Geografia) 2002. Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2002.

ZAAR, A. A migração rural no oeste paranaense/ Brasil: A trajetória dos “Brasiguaios”. **Scripta Nova**, n.94, Barcelona, ago, 2001.

ZOUVI, S. La federalización de Misiones. **Dossier Reflexiones em torno a los estudios sobre Territorios Nacionales**, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10234/77086>. Acesso em 19 de janeiro de 2014.

ZUGAIB, E. **A hidrovia Paraguai-Paraná e seu significado para a diplomacia Sul americana do Brasil**. Brasília: Funag, 2006.

